DOI: 10.5102/978-65-87823-97-3

ISBN: 978-65-87823-97-3

ANAIS DO

EnCUCA21

CNPq fapdf CEUB

APRESENTAÇÃO

O IV EnCUCA, evento que reúne o IV Simpósio Internacional de Pesquisa e o XIX Encontro de Iniciação Científica do CEUB, foi promovido pela Diretoria Acadêmica e pela Assessoria de Pós-Graduação do CEUB.

As atividades foram realizadas nos dias 09, 10 e 11 de novembro de 2021, nos três turnos, em formato *online* e contou com palestras, mesas-redondas, oficinas, dentre outras atividades, e apresentações dos resultados finais de pesquisas de graduação e pós-graduação de todas as áreas do conhecimento.

COMISSÃO ORGANIZADORA E TÉCNICO-CIENTÍFICA

Clara Coelho Paranhos Motta – Centro Universitário de Brasília/CEUB

Fernanda Costa Vinhaes de Lima – Centro Universitário de Brasília/CEUB

Julliane Messias Cordeiro Sampaio – Centro Universitário de Brasília/CEUB

Karine Caputo Neves Pereira – Centro Universitário de Brasília/CEUB

Nitish Monebhurrun – Centro Universitário de Brasília/CEUB

SUMÁRIO

GRUPOS DE PESQUISA 22

CITOGENÉTICA APLICADA 23

COMUNICAÇÃO EM EMERGÊNCIA E DESASTRE 24

CONVIVÊNCIA E SAÚDE MENTAL 25

DIREITO, VERDADE E MÉTODO 26

EDUCAÇÃO SUPERIOR E COMUNICAÇÃO - EDUCACOM 27

ENFERMAGEM E AS DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS 29

GPEFAT – POLÍTICAS PÚBLICAS EM ESPORTE, EDUCAÇÃO FÍSICA E ATIVIDADE FÍSICA 30

LABORATÓRIO DE ESTUDOS SOBRE CONVIVÊNCIA E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA NO BRASIL – LAECOVI BRASIL 31

NÚCLEO DE ESTUDOS CONSTITUCIONAIS - NEC 32

PALIMPSESTO CRÍTICO: ESTRATOGRAFIAS, ESTEREOTOMIAS E OUTRAS DERIVAS 33

PESQUISA MULTIDISCIPLINAR EM ENGENHARIA CIVIL 34

PRÁTICA PEDAGÓGICA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES 35

SAÚDE E AMBIENTE 36

situ-AÇÕES 37

TECNOLOGIAS DISRUPTIVAS 38

TEORIA E PRÁTICA PSICANALÍTICA 39

MESAS-REDONDAS 40

A FORMAÇÃO CONJUNTA NA GRADUAÇÃO: PROGRAMAS DE MOBILIDADE ACADÊMICA COM AS UNIVERSIDADES DE EXTREMADURA E CORUÑA 41

A FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA: OS DESAFIOS DA RELAÇÃO ENTRE TEORIA, PESQUISA E PRÁTICA 42

A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA PARA A PREVISÃO DE RISCOS DE DESABAMENTOS DAS OAE (OBRAS DE ARTE ESPECIAIS) 43

A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO MUNDO MODERNO: TENDÊNCIAS E APLICAÇÕES 44

A PREPARAÇÃO ESTRATÉGICA PARA ENTREVISTAS DE ESTÁGIO E EMPREGO 45

A PSICOLOGIA NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA: O RACISMO E O SEXISMO EM DISCUSSÃO 46

AS CONTRIBUIÇÕES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) DIANTE DOS DESAFIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR 47

AS MÚLTIPLAS POSSIBILIDADES DE PESQUISA EM ENFERMAGEM: DESAFIOS E TRAJETÓRIAS – CIÊNCIA E PRÁTICA 48

AS MÚLTIPLAS POSSIBILIDADES DE PESQUISA EM ENFERMAGEM: DESAFIOS E TRAJETÓRIAS – SUICÍDIO E ENFERMAGEM 49

AS MÚLTIPLAS POSSIBILIDADES DE PESQUISA EM ENFERMAGEM: DESAFIOS E TRAJETÓRIAS – TERAPIA NUTRICIONAL E ENFERMAGEM 50

AS PRODUÇÕES DO MESTRADO EM ARQUITETURA E URBANISMO 51

ASSOCIAÇÃO DA ERGOLOGIA COM A COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL EM TEMPOS DE CRISE 52

CONVERSA SOBRE PESQUISA 53

ENERGIAS RENOVÁVEIS: TENDÊNCIAS OU REALIDADE? 54

EXERCÍCIOS FÍSICOS PARA IDOSOS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 55

EXPERIÊNCIAS EM HOSPITAIS E EDIFÍCIOS DE SAÚDE COM O ARQUITETO E URBANISTA SIEGBERT ZANETTINI 56

EXTENSÃO E CURRICULARIZAÇÃO: DESAFIOS DE IMPLEMENTAÇÃO DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 57

GRANDE REPORTAGEM: CIDADANIA E CRITÉRIOS DE NOTICIABILIDADE 58

GRUPOS DE PESQUISA E PROJETOS DE PESQUISA 59

INTERVENÇÃO FONOAUDIOLÓGICA NO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) 61

LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA VIRTUAL: VISÃO DO DOCENTE E DO DISCENTE 62

MEIO AMBIENTE X ORGANIZAÇÕES: AS RELAÇÕES ENTRE ÉTICA, ECONOMIA E CONTABILIDADE 63

O IMPACTO DA LGPD NA PERCEPÇÃO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES E DOS CIDADÃOS BRASILEIROS 64

O PAPEL DA PSICOLOGIA EM TEMPOS DE NEGACIONISMO 65

O PORTFÓLIO PROFISSIONAL COMO DIFERENCIAL NOS PROCESSOS SELETIVOS 66

PESQUISAS DO MESTRADO EM ARQUITETURA E URBANISMO 67

POLÍTICA CRIMINAL 68

PROJETANDO O ARQUITETO 69

“SPOILERS” DO DIREITO INTERNACIONAL 70

OFICINAS 71

A PSICOLOGIA DOS ESPAÇOS VERDES: PSICOLOGIA AMBIENTAL NO DESENHO E NO MANEJO DA NATUREZA NAS CIDADES 72

COMO ELABORAR UM CURRÍCULO LACRADOR 73

OPEN REFINE E R STUDIO: PARTINDO DOS DADOS BRUTOS ÀS DESCOBERTAS 74

PROJETO DE PESQUISA: PASSO A PASSO 75

UTILIZANDO A PSICOLOGIA COGNITIVA PARA FAZER APRESENTAÇÕES EM POWER POINT 76

PALESTRAS 77

AVALIAÇÃO DE PROJETOS DE PESQUISA CIENTÍFICA - PARECERES 78

BULLYING: COMO IDENTIFICAR E ENFRENTAR NO CONTEXTO DA SALA DE AULA? 79

EDUCOWORKING: PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO HÍBRIDA NO PÓS-PANDEMIA 80

MANUAJE: EL TÉRMINO FALTANTE EN LA EPISTEMOLOGÍA DE LA FORMA 81

O DISCURSO CIENTÍFICO: DIVULGAR E DIFUNDIR 82

O MÉTODO DELPHI E A EXPERIÊNCIA NA ELABORAÇÃO DE UM PROGRAMA DE INTERVENÇÃO 83

PESQUISA E INOVAÇÃO EM MATERIAIS CIMENTÍCIOS 84

TEMPO X ESTUDOS: A DISCIPLINA COMO SOLUÇÃO 85

VACINAS X COVID-19: O REAL IMPACTO DA VACINAÇÃO NA PANDEMIA 86

MESTRADO EM DIREITO 87

A ATUAÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL DOS DELITOS CONTRA A CORRUPÇÃO 88

A AUTORREGULAÇÃO PENITENCIÁRIA DERIVADA DE UM DESCOMPASSO ENTRE A NORMA E A PRÁTICA: A TERCEIRA VIA DA EXECUÇÃO PENAL À BRASILEIRA EM MINAS GERAIS 89

A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS DE CREDENCIAMENTO E RECREDENCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR 90

A EXPANSÃO DA TITULARIDADE DO PODER INVESTIGATÓRIO PENAL 91

A JUSTIÇA RESTAURATIVA E O PROGRAMA "ESCUTANDO O CIDADÃO" NO DISTRITO FEDERAL: A RESOLUÇÃO N. 225 DO CNJ COMO POLÍTICA PÚBLICA TOP-DOWN 92

A LEGALIDADE TRIBUTÁRIA E A DESLEGALIZAÇÃO DE NORMAS SOCIETÁRIAS CONTÁBEIS 93

A MITIGAÇÃO DO SISTEMA INQUISITÓRIO SOB O OLHAR DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO: UMA PERCEPÇÃO A PARTIR DA ALTERAÇÃO NO ESTATUTO DA OAB 94

A POSSIBILIDADE DA ADOÇÃO DE STANDARDS PROBATÓRIOS NO ÂMBITO DO SISTEMA PROCESSUAL PENAL BRASILEIRO 95

A REGULAMENTAÇÃO DO LOBBY: A INFLUÊNCIA NA FORMAÇÃO DO CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO 96

A RESSIGNIFICAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO À LUZ DA NOVA HERMENÊUTICA DO DIREITO ADMINISTRATIVO 97

AS BARREIRAS À DISSEMINAÇÃO DA CONSENSUALIDADE NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NO BRASIL 98

A UTILIZAÇÃO DA INTERNET E DAS REDES SOCIAIS COMO INSTRUMENTO POLÍTICO 99

APLICAÇÃO DA ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO ÀS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS TRIBUTÁRIAS ELETRÔNICAS 100

AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA PARA ALIENAÇÃO DE SUBSIDIÁRIAS DE EMPRESAS ESTATAIS CONTROLADAS PELA UNIÃO: EFEITOS NA PRIVATIZAÇÃO DO BANCO DO BRASIL S.A. 101

COLABORAÇÃO PREMIADA 102

CONTROLE PROCESSUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS URBANAS: PROCESSO COLETIVO NO CONTEXTO DAS CIDADES 103

CRIPTOMOEDAS: PARAÍSO DO CRIME? OS DESAFIOS E AS PERSPECTIVAS PARA O ENFRENTAMENTO AO DELITO DE LAVAGEM DE DINHEIRO NO AMBIENTE VIRTUAL 104

DA (IM)POSSIBILIDADE DA JUSTIÇA RESTAURATIVA NO BRASIL: A INSTITUCIONALIZAÇÃO OU A DEFORMAÇÃO DE UM MODELO CRÍTICO AO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL 105

DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO: PERFIS E CATEGORIAS DO CIDADÃO CONTRIBUINTE 106

ESTADO, REGULAMENTAÇÃO DE MERCADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E UNIVERSALIZAÇÃO CONCRETA DO ACESSO À INTERNET NO BRASIL 107

EXPOSIÇÕES DE MOTIVOS DOS CÓDIGOS DE PROCESSO CIVIL: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O PROCESSO CIVILIZADOR BRASILEIRO 108

GESTAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO: A ONEROSIDADE AO ABRIGO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL 109

LIMITES E POSSIBILIDADES PARA REGULAMENTAÇÃO E TUTELA DO CIBERESPAÇO: O PAPEL DAS CONVENÇÕES INTERNACIONAIS E A IMPLANTAÇÃO DE UM REGIME GLOBAL 110

MINERAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS 111

NOVO OLHAR SOBRE O PROCESSO ESTRUTURAL: O CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE SOBRE TEMAS DE SAÚDE PÚBLICA 112

O CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS: FUNCIONALIDADES, DISFUNCIONALIDADES E ALTERNATIVAS INSTITUCIONAIS 113

O CONVENCIMENTO DECISÓRIO DOS JURADOS NO BANCO DOS RÉUS: CONTAMINAÇÃO PELA INVESTIGAÇÃO POLICIAL E (IN)EXISTÊNCIA DE INSTRUÇÃO EM PLENÁRIO 114

O DIREITO AGRÁRIO E AS ESTRUTURAS FUNDIÁRIAS BRASILEIRAS: DA LEI DE TERRAS AO MST 115

O NOVO MARCO LEGAL DA INOVAÇÃO (LEI 13.243/16 – DEC. 9.283/18) E SUA CARGA NORMATIVA INSUFICIENTE NA PROMOÇÃO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EFETIVA 116

O PAPEL DA ADUANA BRASILEIRA NA FACILITAÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO 118

O PAPEL DO “PROGRAMA PARAÍBA UNIDA PELA PAZ” NA REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA LETAL NO ESTADO DA PARAÍBA (2010-2019): UM ESTUDO DE CASO 119

OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS COMO DIREITO FUNDAMENTAL DO ADVOGADO 120

PARTICIPAÇÃO SOCIAL E REGULAÇÃO NO ESTADO BRASILEIRO: ANÁLISE DOS MECANISMOS DE INTERAÇÃO ENTRE A AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA E A SOCIEDADE 121

PROCEDIMENTO ABREVIADO PELO ACORDO DE CULPA NO DEBATE LEGISLATIVO BRASILEIRO 122

STANDARDS PROBATÓRIOS NO SISTEMA DE JUSTIÇA PENAL MILITAR: UMA VALORAÇÃO RACIONAL DA HIERARQUIA E DA DISCIPLINA 123

TRIBUTAÇÃO E GÊNERO: POLÍTICAS PÚBLICAS, EXTRAFISCALIDADE E PROMOÇÃO DA IGUALDADE 124

DOUTORADO EM DIREITO 125

A (DES) LEGITIMAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO PELA TEORIA DOS SISTEMAS SOCIAIS DE LUHMANN 126

A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL UTILIZADA PARA TRATAR DADOS PESSOAIS 127

A BUSCA DA VERDADE NO PROCESSO E OS FATORES EXTRAJURÍDICOS NA PRODUÇÃO E NA VALORAÇÃO DA PROVA ORAL 128

A BUSCA DE EFETIVIDADE E INTERTEMPORALIDADE AO PRECEDENTE JUDICIAL NO PÓS-POSITIVISMO BRASILEIRO: UM CAMINHO QUE PRESSUPÕE A AMPLIAÇÃO DAS BASES INFORMACIONAIS, A PARTICIPAÇÃO SOCIAL E A ÉTICA DE RESPONSABILIDADE 129

A CONSTRUÇÃO DO REGIME JURÍDICO DE PROTEÇÃO DO TRABALHADOR NA CADEIA PRODUTIVA EMPRESARIAL 130

A CRISE DA DEMOCRACIA CONTEMPORÂNEA E AS PERSPECTIVAS DE UMA DEMOCRACIA DELIBERATIVA DIGITAL À LUZ DO PENSAMENTO DE HABERMAS 131

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE SOBRE A EFETIVIDADE DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM TEMPOS ATUAIS OU NECESSIDADE DE PENSAR NOVAS TÉCNICAS PARA A CONCRETIZAÇÃO 132

A EFETIVAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: CONCILIAÇÃO DOS INSTRUMENTOS JURÍDICOS DIANTE DAS MEDIDAS SANITÁRIAS ADOTADAS PARA O CONTROLE DA PANDEMIA COVID-19 133

A EFETIVIDADE DO DIREITO À PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS A PARTIR DA ABORDAGEM CORREGULATÓRIA COM OS PROGRAMAS DE GOVERNANÇA EM PRIVACIDADE 134

A EMULAÇÃO DE UM PAPEL DIGITALIZADO: RESSIGNIFICAÇÕES DOS ATOS DE COMUNICAÇÃO PROCESSUAL POR MEIO ELETRÔNICO 135

A ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E A DEFESA DO DIREITO ACUMULADO DOS PARTICIPANTES BENEFICIÁRIOS DIANTE DO POTENCIAL PASSIVO JUDICIAL A SER DESCOBERTO: IMPLICAÇÕES DO MERCADO FINANCEIRO PREVIDENCIÁRIO E EVENTUAL REPARAÇÃO CÍVEL DECORRENTE DO ATIVISMO JUDICIAL 136

A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL 137

A INFLUÊNCIA DA CULTURA DIGITAL NA RECONSTRUÇÃO DO MODELO DEMOCRÁTICO PAUTADO NA AMPLIAÇÃO DOS PODERES DOS NOVOS ATORES NO DIREITO TRANSNACIONAL 138

A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA DISPUTA DO OBJETO DO DESEJO DO SÉCULO XXI 139

A PERSISTENTE DESIGUALDADE DE GÊNERO NA POLÍTICA BRASILEIRA APESAR DOS AVANÇOS NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERSPECTIVA DE GÊNERO 140

A REGULAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA EM TRATADOS DE INVESTIMENTOS 141

A RESPONSABILIDADE CIVIL PELAS CONDUTAS ILÍCITAS DOS ROBÔS AUTÔNOMOS INTELIGENTES EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS DE NATUREZA PRIVADA 142

A SAÚDE NO TRABALHO: O IMPACTO À SAÚDE FÍSICA E MENTAL DE MAGISTRADOS E SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO E O CUSTO DA DESPROTEÇÃO PREVIDENCIÁRIA 143

A SOLUÇÃO DE CONFLITOS COMO INSTRUMENTO PROPULSOR DO DESENVOLVIMENTO DAS REDES DE TELECOMUNICAÇÕES 144

AMAZÔNIA LEGAL MATO-GROSSENSE: UMA ANÁLISE ESTRATÉGICA DA CERTIFICAÇÃO RTRS PARA NOVO PADRÃO DE PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL 145

ARQUEOLOGIA DO PENSAMENTO JURÍDICO: TRANSPOSIÇÃO E ADAPTAÇÃO DAS IDEIAS ESTRANGEIRAS NO BRASIL 146

AS CONTADORIAS JUDICIAS UNIFICADAS ESTADUAIS NO BRASIL: A CELERIDADE PROCESSUAL E A RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO 147

AVALIAÇÃO CURRICULAR NA EDUCAÇÃO PRISIONAL 148

BRASÍLIA: DIREITO DO TERRITÓRIO, CARTOGRAFIA JURÍDICA E ARRANJOS INSTITUCIONAIS 149

COLAPSO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO: DEFICIÊNCIAS, CAUSAS E ALTERNATIVA 150

CONFLITO DE INTERESSES NAS RELAÇÕES PÚBLICO-PRIVADAS: ESTUDOS DA BASE EMPÍRICA FEDERAL E PROPOSTAS DE MELHORIA 151

CONTROLE DE POLÍTICAS PÚBLICAS PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS: POSSIBILIDADES E LIMITES 152

DA REMODELAÇÃO DA ATIVIDADE JUDICANTE PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS DIÁLOGOS INSTITUCIONAIS NA SOLUÇÃO DE DEMANDAS DE ALTA COMPLEXIDADE 153

DE QUEM É O DEVER E O DIREITO DE CONSENSUALIZAR? POLÍTICAS PÚBLICAS, RESOLUÇÕES CONSENSUAIS E VIOLÊNCIA SIMBÓLICA: FORÇAS POLÍTICAS DO DIREITO E SUAS CONTINGÊNCIAS 154

DIMENSÕES DA PRIVACIDADE DOS DADOS EM SAÚDE NO BRASIL 155

EDUCAÇÃO FISCAL URBANÍSTICA: O SENTIDO DE NAÇÃO NO RESGATE DAS FAVELAS DO BRASIL 156

GOVERNANÇA SOCIOAMBIENTAL COMO INOVAÇÃO NO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO: ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA 2030 PELO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA 157

IMPLEMENTAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS URBANAS INTELIGENTES EM BRASÍLIA À LUZ DO CICLO DE POLÍTICAS PÚLICAS: UMA ANÁLISE COMPARADA AO MODELO AUSTRÍACO VOLTADO À CRIAÇÃO DE AMBIENTES URBANOS MAIS INTELIGENTES, HUMANOS E SUSTENTÁVEIS 158

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: POR UMA QUESTÃO DE ÉTICA 159

LEI ANTICORRUPÇÃO EMPRESARIAL, SOLUÇÃO ESTRUTURAL, PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA 160

MECANISMOS INTERNACIONAIS E TRANSNACIONAIS DE ANTICORRUPÇÃO E CRIMINALIDADE CORPORATIVA: RUMO A UM TRIBUNAL INTERNACIONAL ANTICORRUPÇÃO? 161

MOROSIDADE NA CONTRATAÇÃO DE TREINAMENTOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: ALTERNATIVAS EMERGENTES CÉLERES PARA A EXECUÇÃO TEMPESTIVA DA DESPESA 162

O CONTROLE EXTERNO EXERCIDO PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO SOBRE POLÍTICA PÚBLICA DE INVESTIMENTO EM MERCADO DE RENDA VARIÁVEL EXECUTADA PELA BNDSPAR À LUZ DA LEI Nº 13.303/2016 163

O DIREITO FUNDAMENTAL À CONEXÃO COMO MEIO PARA EFETIVAÇÃO DE OUTROS DIREITOS 164

O DIREITO HUMANO À PRIVACIDADE DIGITAL NO ÂMBITO DA ORDEM ECONÔMICA 165

O PODER DO PRESIDENTE DO STF NA ELABORAÇÃO DA PAUTA DO PLENÁRIO PRESENCIAL COMO UM ELEMENTO ESTRATÉGICO DE GESTÃO JURÍDICO-POLÍTICA DA CORTE 167

O QUE ESPERAR DA POLÍTICA? O PROCESSO DE NASCIMENTO DA NORMA JURÍDICA SOB A ÓTICA DA LEGÍSTICA: FUNDEB – UM ESTUDO DE CASO 168

O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS NO MUNDO DO TRABALHO À LUZ DO PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO DO RETROCESSO SOCIAL 169

OS DESAFIOS DA UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO NO BRASIL: PARTILHA DE COMPETÊNCIAS, REGIME JURÍDICO E IDEOLOGIA NA FORMAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE INFRAESTRUTURA SANITÁRIA 170

PARÂMETROS JURÍDICOS DE PREVENÇÃO A DESASTRES NO LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES MINERÁRIAS BRASILEIRAS 171

POLÍTICA EXTERNA E DIREITO: O DESAFIO DA ADAPTAÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL DIANTE DAS CONSEQUÊNCIAS DO USO MALICIOSO DA FORÇA CIBERNÉTICA 172

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO AO DESMATAMENTO ILEGAL NA AMAZÔNIA OCIDENTAL: O PPCDAM ANALISADO SOB O ENFOQUE DA GOVERNANÇA AMBIENTAL ... 173

POLÍTICAS PÚBLICAS JUDICIAIS E EFETIVIDADE: O LUGAR DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA AVALIAÇÃO DA POLÍTICA JUDICIÁRIA NACIONAL DE TRATAMENTO ADEQUADO DE CONFLITOS DE INTERESSE 175

POLÍTICAS PÚBLICAS, ESTRUTURAÇÃO ESTATAL PARA ATENDIMENTO DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI E PORTADOR DE TRANSTORNO MENTAL E SUAS IMPLICAÇÕES 176

PRESENÇA FEMININA NA SUPREMA CORTE DOS ESTADOS UNIDOS 177

PRESSUPOSTOS DA TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA ANÁLISE DAS DECISÕES DO STJ FUNDAMENTADAS NA VULNERABILIDADE E NA HIPOSSUFICIÊNCIA DO CONSUMIDOR: DEFESA PODE IMPLICAR PRIVILÉGIO? 178

PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA E A SEPARAÇÃO INFORMACIONAL DE PODERES: UMA PROPOSTA DE MAPEAMENTO DAS COMPETÊNCIAS INFORMACIONAIS E USO COMPARTILHADO DE DADOS 179

REABILITAÇÃO E RESSOCIALIZAÇÃO DO HOMEM AUTOR DA AGRESSÃO DOMÉSTICA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DESCONSTRUINDO O MITO DE "AMÉLIA" NO MUNICÍPIO DE PALMAS-TO 181

REFORMA TRIBUTÁRIA E ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO: UMA PERSPECTIVA NO ÂMBITO DO PRINCÍPIO DA SELETIVIDADE E DO PACTO FEDERATIVO BRASILEIRO 182

REPRESENTAÇÃO E DIFERENÇA: A POLÍTICA INSTITUCIONAL DE GÊNERO E RAÇA NA JUSTIÇA E SEUS EFEITOS NA RELAÇÃO DE PODER E FORMAÇÃO DE IDENTIDADES DAS MULHERES NEGRAS NA OCUPAÇÃO DE CARGOS DE LIDERANÇA 183

RESPONSABILIDADE CIVIL ADMINISTRATIVA REGRESSIVA: O ESTADO LESADO E O INADIMPLEMENTO DO CONTRATO SOCIAL 184

SANÇÕES NO DIREITO PROCESSUAL CIVIL BRASILEIRO: EFICÁCIA DAS FERRAMENTAS PARA A EFETIVIDADE DO PROCESSO 186

SISTEMA MULTIPORTAS: UM CAMINHO EM PROL DA EFETIVIDADE DO ACESSO À JUSTIÇA 187

SOLIDARIEDADE, DEMOCRACIA E POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS 188

TEORIA DA FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO ADMINISTRATIVA: ANÁLISE A PARTIR DA NOVA ORDEM JURÍDICO-ADMINISTRATIVA 189

TODOS SÃO IGUAIS PERANTE A LEI, MAS ALGUNS SÃO INVISÍVEIS: A AUSÊNCIA DE DADOS E A INEFICÁCIA DAS LEIS E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA 191

TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NO ESTADO DO PARÁ: UMA ANÁLISE JURISPRUDENCIAL DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO ACERCA DO ARTIGO 149 DO CÓDIGO PENAL.....192

PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - PIC/PIBIC 2020/2021.....193

"CONTRA A OBESIDADE INFANTIL: 1, 2, 3 E JÁ!": ANÁLISE DE CAMPANHAS BRASILEIRAS DE PREVENÇÃO E CONTROLE DA OBESIDADE INFANTIL.....194

A ASSOCIAÇÃO ENTRE A OBESIDADE E OS POLIMORFISMOS DA INTERLEUCINA-6 E DO RECEPTOR DE LEPTINA.....195

A EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL COMO ESTRATÉGIA PARA MELHORA DA QUALIDADE DE VIDA DE INDIVÍDUOS COM SÍNDROME DE DOWN 196

A IMPLEMENTAÇÃO DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL SOB A ÓTICA DA LEI 11.343/06 NO DISTRITO FEDERAL 197

A IMPORTÂNCIA DA ARQUITETURA PRÉ-FABRICADA E A HUMANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS HOSPITALARES 198

A PERTINÊNCIA DO DESENHO À MÃO NO PROCESSO INICIAL POR MEIO DE CROQUIS E DIAGRAMAS NA OBRA DO ESCRITÓRIO RCR ARQUITECTES.....199

A POLÍTICA AMBIENTAL EDIFICADA NA ATUAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA): CONTORNOS DA COMPETÊNCIA COMUM DE LEGISLAR SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESAFIOS DA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....200

ADOECIMENTO MENTAL EM PROFESSORES DE ESCOLAS PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL 201

ANÁLISE COMPARATIVA DAS MODALIDADES DE TRATAMENTO COM O MINOXIDIL TÓPICO E O PRP PARA ALOPÉCIA ANDROGENÉTICA 202

ANÁLISE DA CONDUTA DO TRATAMENTO E DA PREVENÇÃO ANTIRRÁBICA NO HOSPITAL REGIONAL DA ASA NORTE (HRAN) 203

ANÁLISE DA EFETIVIDADE DE AÇÕES DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA DO DISTRITO FEDERAL NA DETECÇÃO PRECOCE E NA REDUÇÃO DO NÚMERO DE CASOS COM GIF2 DE HANSENÍASE.....204

ANÁLISE DA QUALIDADE DO SONO EM ACADÊMICOS UNIVERSITÁRIOS 205

ANÁLISE DA VARIABILIDADE DA FREQUÊNCIA: INFLUÊNCIA DO SONO NO RITMO CARDÍACO 206

ANÁLISE DE FATORES EPIDEMIOLÓGICOS, LABORATORIAIS E SUBJETIVOS PREVALENTES NA LESÃO MUSCULAR CAUSADA POR TREINAMENTO DE CROSSFIT.....207

ANÁLISE DESCRITIVA DO RASTREAMENTO DO CÂNCER DE PRÓSTATA NO CONTEXTO ASSISTENCIAL DE ATUAÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL . 208

ANÁLISE DO DESEMPENHO FUNCIONAL E DA QUALIDADE DE VIDA DE SOBREVIVENTES DE CÂNCER DE PRÓSTATA SUBMETIDOS A DIFERENTES TIPOS DE TRATAMENTO 209

ANÁLISE ELETROMIOGRÁFICA DA ATIVAÇÃO MUSCULAR DO CORE E ESTABILOMÉTRICA EM CRIANÇAS COM PARALISIA CEREBRAL APÓS UM PROTOCOLO INTENSIVO DE EXERCÍCIOS TERAPÊUTICOS 210

ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DO PERFIL DOS PACIENTES COM OBSTRUÇÃO INTESTINAL NO HOSPITAL REGIONAL DA ASA NORTE (HRAN) 212

ANÁLISE IN SILICO DO GENOMA DE ESTIRPES DE SARS-COV-2 PARA CORRELAÇÃO ENTRE VARIABILIDADE GENÉTICA E DADOS EPIDEMIOLÓGICOS 213

ANÁLISE IN SILICO PARA A DETERMINAÇÃO DE CÓDIGOS DE BARRAS PARA A IDENTIFICAÇÃO ESPECÍFICA DE DIFERENTES ARBOVIROSES 214

ANÁLISE NÃO LINEAR DE VIGAS PELOS MÉTODOS DE BRANSON COM USO DO SOFTWARE DE ELEMENTOS FINITOS 216

AS LACUNAS DO PROCESSO COLETIVO BRASILEIRO: LIMITES E POSSIBILIDADES DA CONSTRUÇÃO DE UMA “ORGANICIDADE” DO PROCESSO COLETIVO COM OS PRECEDENTES REPETITIVOS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA NO PERÍODO DE 2015 A 2020 217

AS MICROAGRESSÕES A PESSOAS LGBTQ+ NA MÍDIA E SEU IMPACTO NA SAÚDE MENTAL DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS LGBTQ+ 218

AS POSSIBILIDADES E AS LIMITAÇÕES DA REVISÃO CONTRATUAL EM FACE DA COVID-19 219

AS QUEIMADAS E A UTILIZAÇÃO DOS RETARDANTES DE CHAMA NO BRASIL: AVALIAÇÃO DA TOXICIDADE DE RETARDANTES SOBRE O MICROCRUSTÁCEO CERIODAPHNIA DUBIA 220

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS DOCENTES DA FACULDADE DE SAÚDE EM UMA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA SOBRE O BULLYING ESCOLAR 221

ASSOCIAÇÃO ENTRE SEXO E MORTALIDADE EM PACIENTES COM SEPSE EM UM HOSPITAL TERCIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL 222

ATRIBUIÇÃO DE ESTEREÓTIPOS A PESSOAS DE ESQUERDA E DIREITA NA POLÍTICA BRASILEIRA 223

AUDIOVISUAL APOCALÍPTICO: A CATÁSTROFE EM TEMPOS DE PANDEMIA 224

AVALIAÇÃO DA ACESSIBILIDADE NA PRAÇA DO RELÓGIO EM TAGUATINGA (DF) 225

AVALIAÇÃO DA RELAÇÃO ENTRE A COR E A DEGRADAÇÃO DA VITAMINA C EM SUCO DE LARANJA 226

AVALIAÇÃO DA TAXA DE REMISSÃO DE PACIENTES COM DOENÇA DE GRAVES SOB O USO DE DROGAS ANTITIREOIDIANAS EM UM HOSPITAL PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL.....227

AVALIAÇÃO DE MICRORGANISMOS PATOGÊNICOS PRESENTES EM TRANSPORTES PÚBLICOS NO DISTRITO FEDERAL.....228

AVALIAÇÃO DA PUTREFAÇÃO EM TECIDO SUÍNO NA MICOLOGIA FORENSE.....229

AVALIAÇÃO DE SINTOMAS NEUROLÓGICOS EM PACIENTES INFECTADOS POR SARS-COV-2 E SUA CORRELAÇÃO COM O PROGNÓSTICO.....230

AVALIAÇÃO DO PERFIL DE SINTOMAS NÃO MOTORES E DAS CARACTERÍSTICAS ELETRONEUROFISIOLÓGICAS EM PACIENTES COM DISTONIA.....232

AVALIAÇÃO DO USO DE ANTI-HELMÍNTICO CONVENCIONAL DE FORMA ISOLADA, COMPARADA AO USO ASSOCIADO COM FITOTERÁPICO ALLIUM SATIVUM NO TRATAMENTO DE VERMINOSES EM CAPRINOS.....233

AVALIAÇÃO DOS EFEITOS DE DESCONTAMINANTES AMBIENTAIS USADOS PARA CORONAVÍRUS SOBRE ESPÉCIES AQUÁTICAS.....234

BARREIRA ACÚSTICA PARA A PROTEÇÃO DA ICTIOFAUNA EM HIDRELÉTRICAS BRASILEIRAS.....235

CARACTERIZAÇÃO GEOTÉCNICA DAS ÁREAS DE RISCO GEOLÓGICO-GEOTÉCNICO DO SETOR HABITACIONAL FERCAL.....236

CEGUEIRA DE MUDANÇAS: O EFEITO DO REFORÇAMENTO NA DETECÇÃO DE MUDANÇAS DE INTERESSE CENTRAL E MARGINAL EM UNIVERSITÁRIOS MEDICADOS E NÃO MEDICADOS, PORTADORES DE TDAH.....237

CIRURGIA CARDÍACA CONVENCIONAL X MINIMAMENTE INVASIVA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA EM HOSPITAIS TERCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL.....238

COMO ALTERAR A PERCEPÇÃO SOBRE O TRABALHO? O PAPEL DAS COMPETÊNCIAS POLÍTICAS NO COMPORTAMENTO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS.....239

COMPARAÇÃO DO TRATAMENTO DO PLASMA RICO EM PLAQUETAS (PRP) E APLICAÇÃO DO MINOXIDIL NO TRATAMENTO CAPILAR.....240

COMPARAÇÃO ENTRE AS TERAPIAS UTILIZADAS NA SÍNDROME DA DOR FEMOROPATELAR: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA.....241

CONHECIMENTO, ATITUDE E PRÁTICA (CAP) DOS USUÁRIOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.....242

CORONAVÍRUS NAS PERIFERIAS DO JORNAL NACIONAL.....243

COVID-19 E AS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DISTRITO FEDERAL: A RELAÇÃO ENTRE AS MORTES CAUSADAS PELA PANDEMIA E O DIREITO FUNDAMENTAL À MORADIA ADEQUADA 244

DEFESA CIVIL & SMS: ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE O SISTEMA DE ALERTA PRÉVIO E OS ALERTAS EMITIDOS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 NO DISTRITO FEDERAL 245

DESENVOLVIMENTO DE PROTÓTIPO ELETRÔNICO PARA AUXÍLIO DE COLETA DE DADOS E EMISSÃO DE RELATÓRIO PARA OBTENÇÃO DE COEFICIENTE DE PERMEABILIDADE DE SOLOS 246

DETERMINANTES NO MANEJO CLÍNICO E TERAPÊUTICO EM PACIENTES GRAVES COM SARS-COV-2 EM UM HOSPITAL PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL 247

DIFERENTES EXPRESSÕES DO PRECONCEITO: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE RACISMO, HOMOFOBIA, SEXISMO E IDADISMO 249

DIVERSIDADE E PADRÕES COMPORTAMENTAIS DE UMA GUILDA DE NECRÓFAGOS: UMA MANIPULAÇÃO EXPERIMENTAL RELACIONADA AO ATROPELAMENTO DE FAUNA 250

EDIÇÃO GÊNICA EM CÉLULAS DE BOVINOS PARA INSERÇÃO DE GENES DE INTERESSE NO LOCUS H11 DO GENOMA BOVINO 251

EFEITO DE DIFERENTES ESTILOS MUSICAIS NOS NÍVEIS DE ESTRESSE EM UM PROCESSO MUSICOTERÁPICO 252

EFEITO DO TREINAMENTO EM CIRCUITO NA FORÇA, NA PERCEPÇÃO DE FADIGA, NA QUALIDADE DE VIDA E NA FUNCIONALIDADE DE SOBREVIVENTES DE CÂNCER DE MAMA 253

EFEITOS DA EQUOTERAPIA NA QUALIDADE DE VIDA DE MULHERES COM INCONTINÊNCIA URINÁRIA 254

EFICÁCIA DO USO DE CANABIDIOL EM PACIENTES PEDIÁTRICOS COM EPILEPSIA REFRATÁRIA AO TRATAMENTO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA 255

ELABORAÇÃO E ANÁLISE DE BEBIDAS ANTIOXIDANTES E ANTI-INFLAMATÓRIAS À BASE DE PRÓPOLIS, GENGIBRE E CÚRCUMA 256

ENTRE O DISTANCIAMENTO SOCIAL E AS REFORMULAÇÕES NO SISTEMA: A COVID-19 E A REDE DE ATENÇÃO ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA 257

ESTAMOS DESPERDIÇANDO UM CARÁCTER DE TAXONOMIA ÚTIL? O CASO DA PIGMENTAÇÃO DO TÓRAX PARA IDENTIFICAR LUTZOMYIA LONGIPALPIS 258

ESTRATÉGIAS GENERATIVAS DE RECONFIGURAÇÃO URBANA 259

ESTUDO COMPARATIVO DE CONCORDÂNCIA E APLICABILIDADE DAS ESCALAS DE GRAVIDADE PARA DERMATITE ATÓPICA EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES 260

ESTUDO COMPARATIVO ENTRE COHOUSING E COLIVING: ALTERNATIVAS COLABORATIVAS DE HABITAÇÃO 262

ESTUDO DA CITOTOXICIDADE E ATIVIDADE ANTIOXIDANTE DE PRODUTOS HOMEOPÁTICOS OBTIDOS DE TINTURA-MÃE DE VISCUM (VISCUM ALBUM L.) 263

ESTUDO DA EFICÁCIA DO USO DA ELETRONEUROMIOGRAFIA COMO GUIA PARA APLICAÇÃO DE TOXINA BOTULÍNICA 264

ESTUDO DA EVOLUÇÃO DE PACIENTES PORTADORES DE APENDICITE AGUDA COM 65 ANOS OU MAIS 265

ESTUDO DA INFLUÊNCIA DO POLIMORFISMO DA ENZIMA CONVERSORA DE ANGIOTENSINA EM CASOS DE HIPERTENSÃO 266

ESTUDO DA PANCREATITE AGUDA BILIAR E SUA CORRELAÇÃO COM A DEMORA NO TRATAMENTO DA LITÍASE BILIAR 267

ESTUDO DAS ALTERAÇÕES DERMATOLÓGICAS EM PACIENTES COM DOENÇA INFLAMATÓRIA INTESTINAL E SUA ASSOCIAÇÃO COM A DOENÇA DE BASE OU AO SEU TRATAMENTO 268

ESTUDO DO IMPACTO DA SIMULAÇÃO REALÍSTICA NA FORMAÇÃO DO ACADÊMICO DE MEDICINA 269

ESTUDOS DAS INDICAÇÕES CLÍNICAS DE ESPLENECTOMIA EM PACIENTES DO HOSPITAL REGIONAL DA ASA NORTE NO PERÍODO DE 2014 A 2018 270

EVOLUÇÃO DA PROFILAXIA PRÉ-EXPOSIÇÃO NO BRASIL E NO DISTRITO FEDERAL NO PERÍODO DE 2018 A 2019 272

FATORES DE RISCO E ASSOCIADOS PARA A FOME OCULTA DE ADOLESCENTES EM ESCOLA PÚBLICA E PRIVADA DO DF 273

FUNÇÃO INIBITÓRIA DE BILÍNGUES E MONOLÍNGUES EM TAREFAS DE RECONHECIMENTO: EFEITOS DE DISTRATORES VERBAIS EM LÍNGUA NATIVA E ESTRANGEIRA 274

GESTÃO POR PROCESSOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA 275

HABITAÇÃO. VACÂNCIA RESIDENCIAL NAS ÁREAS CENTRAIS URBANAS DO DISTRITOFEDERAL E OS INSTRUMENTOS PARA O CUMPRIMENTO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE 276

HABITAÇÃO SOCIAL: BREVE HISTÓRICO DA CONDIÇÃO DE MORADIA DAS FAMÍLIAS QUE VIVEM EM ÁREAS DE PARCELAMENTO IRREGULAR NO DISTRITO FEDERAL 277

HABITAÇÃO TEMPORÁRIA PARA SITUAÇÕES EMERGENCIAIS: PROPOSIÇÃO DE MODELOS HABITACIONAIS ADEQUADOS AOS DIFERENTES CLIMAS BRASILEIROS 278

HÁBITOS SEXUAIS E DE ANTICONCEPÇÃO EM JOVENS DE UMA UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL 280

IMPACTO DA COVID-19 NA OCORRÊNCIA DE ACIDENTES DE TRÂNSITO FATAIS NO DISTRITO FEDERAL 281

IMPACTO DA INTERRUPÇÃO DIÁRIA DA SEDAÇÃO NA MORBIMORTALIDADE DE PACIENTES CRÍTICOS 282

IMPACTOS PSICOSSOCIAIS DA PANDEMIA DE SARS-COV-2 EM PROFISSIONAIS DE SAÚDE E SEGURANÇA PÚBLICA PÓS-COVID-19 283

IMPULSIVIDADE E TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE: FEITOS DE PSICOESTIMULANTES EM PADRÕES DE COMPORTAMENTOS IMPULSIVOS DE ESCOLHA EM UNIVERSITÁRIOS DIAGNOSTICADOS COM TDAH 284

INCIDÊNCIA DA GIÁRDIA NAS FEZES DE CÃES EM ÁREAS PÚBLICAS DE ÁGUAS CLARAS, SÃO SEBASTIÃO E ASA SUL, DISTRITO FEDERAL, BRASIL 285

INFLUÊNCIA DA ESTIMULAÇÃO AUDITIVA NA PERCEPÇÃO DA DOR E NOS SINAIS VITAIS DE PREMATUROS EM UMA UTI NEONATAL 286

INFLUÊNCIA DA PRÁTICA DE ATIVIDADE FÍSICA NA INFÂNCIA NOS FATORES DE RISCO PARA O DESENVOLVIMENTO DE CÂNCER EM ADULTOS 287

INFLUÊNCIA DA PRÁTICA DE ATIVIDADE FÍSICA NA OCORRÊNCIA E NA SEVERIDADE DOS SINTOMAS DA COVID-19: UM ESTUDO RETROSPECTIVO 288

JOVENS ARQUITETOS E OS CONCURSOS DE ARQUITETURA NO BRASIL: SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DAS NOVAS GERAÇÕES À ARQUITETURA CONTEMPORÂNEA 289

LEVANTAMENTO EPIDEMIOLÓGICO DE PACIENTES INFECTADOS POR CORONAVÍRUS NO HOSPITAL REGIONAL DA ASA NORTE (HRAN) 290

MÍDIAS SOCIAIS E TELEMEDICINA: IMPACTO NA ROTINA DOS MÉDICOS E NA RELAÇÃO ENTRE MÉDICO E PACIENTE NO SÉCULO XXI 291

MONITORAMENTO BASEADO EM VIBRAÇÕES E VARIAÇÃO DE PARÂMETROS DINÂMICOS DE UMA ESTRUTURA VIA MATLAB 292

MORALIDADE, CRENÇAS NO MUNDO JUSTO E ATITUDE FRENTE AOS DIREITOS HUMANOS 293

NÍVEL DE CONHECIMENTO DE MULHERES NULÍPARAS SOBRE A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA EM DIFERENTES CLASSES SOCIAS DO DF E DO ENTORNO: UM ESTUDO DESCRITIVO 294

O ALARMANTE AUMENTO DA RESISTÊNCIA BACTERIANA A ANTIMICROBIANOS. SERIA O USO INAPROPRIADO UM FATOR DE INFLUÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO DE RESISTÊNCIA? 295

O AZULEJO COMO ELEMENTO DE CONFORTO TÉRMICO NA EDIFICAÇÃO E DE IDENTIDADE VISUAL EM BRASÍLIA 297

O EFEITO DE CARTAZES SINALIZADORES DE CONSEQUÊNCIAS UTILITÁRIAS E INFORMATIVAS NA INTENÇÃO COMPORTAMENTAL DE DESCARTE DE LIXO 298

O ESTATUTO DA VIOLÊNCIA NO CINEMA BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO: UMA ANÁLISE PSICANALÍTICA ACERCA DOS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO E DE SOFRIMENTO PSÍQUICO NO BRASIL 299

O IMPACTO DA EQUIPE DE CUIDADOS PALIATIVOS PERINATAIS EM SERVIÇO DE REFERÊNCIA DE MEDICINA FETAL 300

O SISTEMA NERVOSO AUTÔNOMO NO HIPOTIREOIDISMO SUBCLÍNICO 302

O USO DA PROFILAXIA PRÉ-EXPOSIÇÃO PELA COMUNIDADE LGBTQIAP+ E O CONHECIMENTO DE SEUS USUÁRIOS SOBRE MÉTODOS PREVENTIVOS E INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS 303

OS EFEITOS DE PROBIÓTICOS, PREBIÓTICOS E TRANSPLANTE DE MICROBIOTA FECAL NAS ALTERAÇÕES INTESTINAIS INDUZIDAS POR QUIMIOTERÁPICOS 304

OS FATORES AMBIENTAIS DETERMINANTES PARA A SELEÇÃO DE HABITAT DE AMEEREGA FLAVOPICTA NA ARIE GRANJA DO IPÊ 305

OTIMIZAÇÃO DO LANÇAMENTO ESTRUTURAL DE UM EDIFÍCIO EM ESTRUTURA DE AÇO 306

PATRIMÔNIO CULTURAL MODERNO: IDENTIFICAÇÃO, SELEÇÃO, INVENTARIAMENTO E ANÁLISE DE PROCEDIMENTOS DE RESTAURO ADOTADOS EM OBRAS PÚBLICAS - TEATRO NACIONAL DE BRASÍLIA 307

PERFIL BACTERIANO E RESISTÊNCIA A ANTIBIÓTICOS PADRÕES EM GESTANTES COM BACTERIÚRIA SINTOMÁTICA E ASSINTOMÁTICA NO DISTRITO FEDERAL 308

PERFIL DOS RESULTADOS HISTOPATOLÓGICOS DE BIÓPSIAS DE OVÁRIO DE UM LABORATÓRIO DE REFERÊNCIA EM PATOLOGIA DE BRASÍLIA AO LONGO DE 5 ANOS 309

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA NEFROLITÍASE NA FAIXA ETÁRIA PEDIÁTRICA NO DISTRITO FEDERAL 310

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DO TRAUMATISMO RAQUIMEDULAR EM UM HOSPITAL DE REFERÊNCIA DO DISTRITO FEDERAL: UM ESTUDO RETROSPECTIVO 311

PESQUISA DE ENTEROBACTÉRIAS MULTIRRESISTENTES EM MORANGO, ALFACE E TOMATE COMERCIALIZADOS EM BRASÍLIA-DF 312

PESQUISA DE TRIPANOSSOMATÍDEOS EM CARRAPATOS DA REGIÃO DO DISTRITO FEDERAL 313

PODER CONSTITUINTE ORIGINÁRIO DAS MULHERES E SEUS REFLEXOS NO CONSTITUCIONALISMO DE 1988 314

PRESENÇA DE ANTICORPOS CONTRA LEISHMANIOSE VISCERAL EM EQUÍDEOS DE TRAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL 315

PREVALÊNCIA DA OBESIDADE EM CÃES DOMICILIADOS NO PLANO PILOTO - DF 316

PREVALÊNCIA DA SÍNDROME LÁTEX-FRUTA EM PROFISSIONAIS DE SAÚDE 317

PREVALÊNCIA DE DISFUNÇÕES SEXUAIS EM UNIVERSITÁRIAS NO DISTRITO FEDERAL: UM ESTUDO ANALÍTICO TRANSVERSAL 318

PREVALÊNCIA DE LESÕES EM PRATICANTES DE SKATEBOARDING NO DISTRITO FEDERAL 319

PREVALÊNCIA DE TRANSTORNOS MENTAIS MENORES E CARACTERIZAÇÃO DE PERFIL EPIDEMIOLÓGICO ENTRE ESTUDANTES DE MEDICINA: UMA AMOSTRA DE BRASÍLIA – DF 320

PREVALÊNCIA DO USO DE MEDICAMENTOS DE RISCO DURANTE A GRAVIDEZ E A LACTAÇÃO EM UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL 322

PROCESSO PENAL, GÊNERO E REVITIMIZAÇÃO: A QUESTÃO DA RETRATAÇÃO DE VÍTIMAS EM PROCESSOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO DISTRITO FEDERAL 323

PROPAGANDAS PERSUASIVAS E RESISTÊNCIA À PERSUASÃO EM TEMPOS DE COVID-19: EFICÁCIA DE DIFERENTES ROTAS PERSUASIVAS EM MENSAGENS VOLTADAS PARA O CONTROLE DA PANDEMIA 324

PROPAGANDAS QUE UTILIZAM O DESENGAJAMENTO MORAL COMO PROPOSTA DE CONFRONTO À HIPOCRISIA DE REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER 325

REDES SOCIAIS E LIBERDADES: OS LIMITES DA ATUAÇÃO DE AUTORIDADES POLÍTICAS E ADMINISTRATIVAS NAS REDES SOCIAIS 326

REFEIÇÕES CONECTADAS: A PRÁTICA DA COMENSALIDADE REMOTA EM ADULTOS QUE MORAM SOZINHOS 327

RELIGIOSIDADE, SUBJETIVIDADE E SAÚDE MENTAL: A EXPERIÊNCIA SUBJETIVA DE MÉDIUNS DE UM CENTRO DE UMBANDA EM BRASÍLIA 329

REPUTAÇÃO DAS EMPRESAS JUNIORES: FORMAÇÃO E IMPACTO NO DESEMPENHO ORGANIZACIONAL 330

SEPSE NEONATAL PRECOCE: PERFIL CLÍNICO E EPIDEMIOLÓGICO DOS PACIENTES INCLUÍDOS EM UM PROTOCOLO DE SEPSE NEONATAL 331

SÍNDROMES GRIPAIS E INFECÇÃO POR CORONAVÍRUS EM PACIENTES USUÁRIOS DE IMUNOSSUPRESSORES NO DF: UM ESTUDO DE CASO CONTROLE 332

SÍNDROMES GRIPAIS E INFECÇÕES POR SARS-COV-2 EM PACIENTES USUÁRIOS CRÔNICOS DE ANTIMALÁRICOS: HIDROXICLOROQUINA E DIFOSFATO DE CLOROQUINA 333

STAPHYLOCOCUS AUREUS RESISTENTE À METICILINA EM COLONIZAÇÃO NASAL DE ESTUDANTES DA SAÚDE DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR.....335

SUSTENTABILIDADE: PANORAMA DAS ATIVIDADES REALIZADAS EM SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL.....337

TESTE IMUNOLÓGICO PARA DETECÇÃO DE ANTÍGENOS DE SUPERFÍCIE DO VÍRUS DA HEPATITE B: UMA ESTRATÉGIA PROMISSORA PARA DESENVOLVIMENTO DE INSUMO PARA DIAGNÓSTICO 338

TRANSEXUALIDADE: DESAFIOS À ADESÃO À TERAPIA HORMONAL DE USUÁRIOS DO AMBULATÓRIO DE ASSISTÊNCIA ESPECIALIZADA PARA PESSOAS TRAVESTIS E TRANSGÊNERAS DO DISTRITO FEDERAL 339

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA EM MENINAS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENVOLVENDO ESTUDOS DE GÊNERO E POSSÍVEL SUBRECONHECIMENTO NA POPULAÇÃO FEMININA.....340

UM ESTUDO SOBRE DADOS GOVERNAMENTAIS ABERTOS NO CONTEXTO DO BRASIL COM O SUPORTE DE CIÊNCIA DE DADOS 341

USO DE ANTICONCEPCIONAIS EM MULHERES ENTRE 18 E 40 ANOS E SUA RELAÇÃO COM O RISCO DE TROMBOSE.....342

USO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS PARA RELACIONAMENTOS SEXUAIS DURANTE A PANDEMIA POR COVID-19.....343

VALIDAÇÃO DE PROTOCOLOS NEUROFISIOLÓGICOS PARA DIAGNÓSTICO DA DOENÇA DE PARKINSON 344

VIVÊNCIAS TRANSFEMINISTAS NO CÁRCERE BRASILIENSE 345

PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - PIC/PIBITI 2020/2021 346

ALÉM DO HOSPITAL DE CAMPANHA: PROPOSTA DE UMA UNIDADE DE ATENDIMENTO COMUNITÁRIO VOLTADA À CRISE DO COVID-19.....347

CONCEPÇÃO DE UM JOGO DE TABULEIRO COMO UMA ESTRATÉGIA DE EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS ESTUDANTES DE ENSINO SUPERIOR.....348

ESTAÇÃO METEOROLÓGICA SUSTENTÁVEL APLICADA COM IOT E MACHINE LEARNING .349

INFLUÊNCIA DA SUBSTITUIÇÃO DO CIMENTO POR DIÓXIDO DE TITÂNIO NA RESISTÊNCIA MECÂNICA E NAS PROPRIEDADES FÍSICAS DE ARGAMASSAS 350

O EFEITO DA COMUNICAÇÃO MEDIADA POR COMPUTADORES NA RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS COOPERATIVOS.....351

PODCAST & CIÊNCIA: GUIA DE BOAS PRÁTICAS DE PRODUÇÃO E DE EDIÇÃO DE PODCASTS DE JORNALISMO AMBIENTAL NO BRASIL 352

PROCESSO DE ADSORÇÃO SIMULTÂNEA DOS ÍONS Cu2+, Zn2+ e Ni2+ EM MEIO AQUOSO PELO ÓXIDO DE NIÓBIO(V) 353

PROCESSOS DE CONSTRUÇÕES DE NOVOS MATERIAIS NA ARQUITETURA A PARTIR DE COMPOSTOS ORGÂNICOS 354

PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - PIC PARCEIROS 2020/2021 355

A EFETIVIDADE DA EQUOTERAPIA NA QUALIDADE DE VIDA, ESTRESSE PARENTAL, FORÇA MUSCULAR E MOBILIDADE DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIAS 356

A PREVALÊNCIA DE ERROS PRÉ-ANALÍTICOS EM EXAMES HEMATOLÓGICOS DE FELINOS 357

ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE ESTADO DE SAÚDE MENTAL E OCORRÊNCIA DE LESÕES NOS ATLETAS PROFISSIONAIS DE FUTEBOL NO CAMPEONATO BRASILIENSE, CANDANGÃO ... 358

ANÁLISE DO PERFIL FUNCIONAL E CLÍNICO DO JOELHO APÓS A RECONSTRUÇÃO DO LIGAMENTO CRUZADO ANTERIOR 359

ARTROPLASTIA TOTAL DE JOELHO BILATERAL SIMULTÂNEA VERSUS ESTADIADA: UMA ANÁLISE RETROSPECTIVA TRANSVERSAL DE DESFECHOS CLÍNICOS E HOSPITALARES 360

AVALIAÇÃO PÓS-OPERATÓRIA DOS PACIENTES SUBMETIDOS AO TRATAMENTO CIRÚRGICO ABERTO DE EPICONDILITE LATERAL 362

AVALIAÇÃO PÓS-OPERATÓRIA DOS PACIENTES SUBMETIDOS À CAPSULOPLASTIA SUPERIOR DO OMBRO 363

CULTIVO DE PLANTAS MEDICINAIS EM SISTEMA CONVENCIONAL E EM AQUAPONIA 364

DOPING NO ESPORTE DE COMBATE: UMA ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DA REALIDADE BRASILEIRA 365

EFEITO DA SUPLEMENTAÇÃO DE INSULINA TRANSFERRINA SELÊNIO (ITS) NA MATURAÇÃO IN VITRO DE OVÓCITOS BOVINOS 366

ESTUDO DE COORTE RETROSPECTIVO DE ALTERAÇÕES COPROLÓGICAS DE PETS NÃO CONVENCIONAIS NO DISTRITO FEDERAL 367

ESTUDO DE COORTE RETROSPECTIVO DE ALTERAÇÕES INTRACRANIANAS DE CÃES AVALIADAS POR MEIO DE RESSONÂNCIA MAGNÉTICA 368

ESTUDO DE COORTE RETROSPECTIVO DE PACIENTES FELINOS COM LESÕES DE REABSORÇÃO DENTÁRIA NA CLÍNICA ODONTOZOO 369

EXPRESSÃO HETERÓLOGA DAS PROTEÍNAS GDF9 E BMP15 DE BOVINOS EM SISTEMA PROCARIOTO PARA IMUNIZAÇÃO DE FÊMEAS HYDROCHOERUS HYDROCHAERIS (CAPIVARA) 370

SEGUIMENTO CLÍNICO DE FRATURAS DO EXTREMO PROXIMAL DO FÊMUR TRATADAS COM HASTES CEFALOMEDULARES 371

TEMPO DE RECUPERAÇÃO CIRÚRGICA DAS LESÕES DO MANGUITO ROTADOR: UM ESTUDO OBSERVACIONAL RETROSPECTIVO 372

TERAPIA CELULAR COM CÉLULAS-TRONCO MESENQUIMAIS EM ÚLCERA DE CÓRNEA PROFUNDA EM CÃES 373

PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - PIC VOLUNTÁRIO 2020/2021 374

A INFLUÊNCIA DA VEGETAÇÃO URBANA NA QUALIDADE DO AR E SEU REFLEXO EM DOENÇAS RESPIRATÓRIAS EM ÁREAS DO DF 375

A INFLUÊNCIA MICROCLIMÁTICA DA VEGETAÇÃO NA ESCALA RESIDENCIAL DE BRASILIA 376

ANÁLISE QUANTITATIVA SOBRE INTERVENÇÕES PSICOLÓGICAS JUNTO À POPULAÇÃO PEDIÁTRICA EM CONTEXTO DE HOSPITALIZAÇÃO 377

CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA: AS MUDANÇAS POR CATEGORIA PROFISSIONAL 378

CORRELAÇÃO ENTRE IDEAÇÃO SUICIDA E QUALIDADE DE VIDA ENTRE DIABÉTICOS DO TIPO 2 NA PANDEMIA 379

DESENVOLVIMENTO E VALIDAÇÃO DE UMA ESCALA SOBRE BARREIRAS À ADESÃO AO TRATAMENTO DE DOENÇAS CRÔNICAS 380

HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL NO BRASIL: A QUESTÃO QUALITATIVA DOS PROJETOS ARQUITETÔNICOS POPULARES 381

PROJETANDO MEMÓRIA: REPRESENTAÇÕES E EXPRESSÕES CULTURAIS DE BRASÍLIA 382

SUBJETIVIDADE SOCIAL DA FAMÍLIA INSERIDA NO CUIDADO DE PARENTES DIAGNOSTICADOS COM ALZHEIMER 383

TRÍADE SOMBRIA, CORRUPÇÃO E PUNIÇÃO 384

UMA ANÁLISE DOS PROCESSOS SUBJETIVOS DE PSICOTERAPEUTAS DIANTE DAS MUDANÇAS DE CONTEXTO DURANTE A QUARENTENA: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS PARA A PRÁTICA PROFISSIONAL 385

ANAIS DO

EnCUCA21

GRUPOS DE PESQUISA

CNPq fapdf CEUB

CITOGENÉTICA APLICADA

Fernanda Vinhaes de Lima – CEUB, professora líder do grupo
fernanda.lima@ceub.edu.br

A citogenética é compreendida como o enfoque citológico da genética, a qual consiste, principalmente, no estudo microscópico dos cromossomos e de suas anomalias. Os cromossomos foram descritos no século XIX como corpos nucleoproteicos de coloração escura, observados durante a divisão celular, no estágio de metáfase, no qual atingem seu maior grau de condensação. Cada cromossomo leva uma disposição linear de genes. Em 1956, estabeleceu-se o número diploide correto dos cromossomos do cariótipo humano, como sendo 46, dispostos em 23 pares homólogos. Mudanças na estrutura dos cromossomos humanos são as principais causas de retardo mental, malformações múltiplas, câncer, infertilidade e abortos espontâneos. O grupo de pesquisa apresenta três linhas de pesquisa que se resumem, principalmente, a estudos citogenéticos sobre casais com histórico de infertilidade e abortos de repetição, diagnóstico citogenético de doenças genéticas e avaliação genética da presença do cromossomo Philadelphia em pacientes com leucemia mieloide crônica, após o uso de inibidores de tirosinocinase. O grupo de pesquisa concluiu estudo com participantes provenientes da rede pública de saúde do Distrito Federal que apresentavam histórico de infertilidade e abortos de repetição. Esses distúrbios abrangem conflitos diversos e envolvem não somente questões médicas complexas e urgentes, como também problemas psicológicos extremamente sérios. Novos projetos de pesquisa foram aprovados, baseados no estudo e no diagnóstico citogenético de pacientes com leucemia mieloide crônica, portadores do cromossomo Philadelphia, sob o efeito de inibidores de tirosinocinase. Além da relevância do diagnóstico para essas famílias, os projetos citados servem como material de estudo para estudantes do CEUB que se interessem por este campo de trabalho.

Palavras-Chave: leucemia; infertilidade; abortamento.

COMUNICAÇÃO EM EMERGÊNCIA E DESASTRE

Mônica Igreja do Prado – CEUB, professora líder do grupo
monica.prado@ceub.edu.br

O GP-CED dedica-se a estudos e pesquisas de comunicação quando a questão é conviver com emergências e desastres. A âncora é a comunicação pública, pois tem como foco o interesse coletivo e o cidadão partícipe de sua autoproteção. A comunicação aplicada à proteção e à defesa civil foi tema da série de debates do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres – CEMADEN e de artigo apresentado no 44º Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação – INTERCOM. Ambos enfatizam que o ciclo de atuação em proteção e defesa civil, estabelecido pela Política Nacional, em 2012, requer estratégias e técnicas que ora ressaltem a transmissão de informação com comando para agir, ora evidenciem a partilha e o diálogo para incorporar as experiências e as vidências das comunidades. A Plataforma JF continua ativa e produz o boletim informativo quinzenal sobre a evolução da COVID-19, em todo o país. Além disso, é referência na cidade de Juiz de Fora (MG) como informação qualificada sobre a pandemia e fonte para os veículos de imprensa local, com a publicação de matérias jornalísticas sobre a situação da COVID-19, nos 20 municípios do entorno de Brasília. A Plataforma foi assunto do e-pôster no Seminário de Boas Práticas em Proteção e Defesa Civil, promovido pelo CEMADEN. Também figurou como e-pôster a pesquisa sobre o uso de SMS em Brasília-DF, pelo Sistema de Alerta, mostrando a emissão de alertas durante a pandemia. *Distrito pandêmico* é finalista do Centro-Oeste na categoria livro-reportagem do Prêmio Expocom e concorre ao prêmio nacional; aborda as vulnerabilidades de diversas categorias profissionais durante os primeiros três meses da pandemia e está disponível *online*, de forma gratuita, como parte do repositório do CEUB. Também houve pesquisa sobre a produção e a edição de *podcast* de jornalismo ambiental. O GP-CED atua em projetos de iniciação científica, trabalhos de conclusão de curso, participação em congressos e eventos acadêmicos, com a plataforma digital, pública e gratuita, com a FanPage no Facebook do GP-CED, que, semanalmente, divulga os trabalhos do GP e os assuntos relacionados a clima, desastres e pessoas. São propósitos do GP-CED: contribuir para a formação de profissionais de comunicação, principalmente em jornalismo e publicidade, para atuar em questões relacionadas a clima e sustentabilidade, emergência e desastres; apoiar entes públicos, privados, empreendimentos sociais e comunidades na promoção de cidades sustentáveis, para a prevenção, a preparação e a resposta a emergências e desastres; divulgar dados, informações e análises sobre saúde e ambiente, por intermédio de plataformas, para que as pessoas tenham instrumento para agir em prol de si e dos outros; incentivar a utilização de jogos como processos lúdicos de divulgação científica. O GP-CED atua no Distrito Federal e na cidade de Juiz de Fora (MG).

Palavras-Chave: comunicação pública; proteção e defesa civil; emergência; desastres.

.

CONVIVÊNCIA E SAÚDE MENTAL

Tânia Inessa Martins de Resende – CEUB, professora líder do grupo
tania.resende@ceub.edu.br

O objetivo deste grupo de pesquisa é compreender as características que tornam a convivência uma estratégia de cuidado no campo da saúde mental. Orientado pelo modelo da atenção psicossocial, visa compreender e construir, nos serviços de saúde mental, uma convivência igualitária e solidária que articule as dimensões clínica, ética e política. O grupo de pesquisa tem estudado, em diferentes projetos e atividades, em Centros de Atenção Psicossocial e um Centro de Convivência no Distrito Federal, como a convivência pode transformar-se em uma estratégia de cuidado no campo da saúde. A relevância social deste projeto comparece tanto no objeto e nos objetivos da pesquisa como na escolha metodológica que, condizente com as diretrizes da política nacional que sustentam o cuidado em saúde mental, prioriza a participação e o protagonismo dos atores sociais – profissionais e usuários de saúde mental – envolvidos na construção de novas práticas de cuidado. Tem sido realizado um esforço para articular, mediante o grupo, pesquisa, ensino e extensão de forma interdisciplinar, no campo da saúde mental. Destaca-se a produção dos integrantes do grupo de pesquisa: monografias de conclusão de curso de Psicologia, Medicina e de Direito, projetos de monografia, projetos interdisciplinares de iniciação científica, artigos, capítulos de livro e webnários. No atual contexto pandêmico, o grupo tem-se dedicado, em especial, a refletir sobre o impacto da pandemia e do isolamento social no funcionamento dos Centros de Atenção Psicossocial e na saúde mental de usuários e profissionais de saúde.

Palavras-Chave: convivência; saúde mental; pandemia.

DIREITO, VERDADE E MÉTODO

Inocêncio Mártires Coelho – CEUB, professor líder do grupo
inocencio.coelho@ceub.edu.br

O foco do grupo de pesquisa *Direito, verdade e método* é analisar, criticamente, as decisões judiciais, sobretudo as emanadas do Supremo Tribunal Federal, à luz da moderna hermenêutica filosófica, após os giros hermenêutico e linguístico, que deixaram de ver a hermenêutica jurídica como técnica ou disciplina auxiliar, a serviço do procedimento tradicional de realização do direito, desdobrado em fases distintas de interpretação, aplicação e integração (LINDB, art. 4º, *verbis*: "Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito"), para assumi-lo como um processo extremamente complexo, em cujo âmbito se resolvem, argumentativamente, os conflitos de interpretação, que ocorrem não apenas entre as partes, sob a lógica da conclusão desejada, mas também entre os agentes e órgãos legitimados, sob a lógica da conclusão convincente.

Palavras-Chave: hermenêutica; interpretação; conflitos; método.

EDUCAÇÃO SUPERIOR E COMUNICAÇÃO - EDUCACOM

Renata Innecco Bittencourt de Carvalho – CEUB, professora líder do grupo
renata.carvalho@ceub.edu.br
Manoel Henrique Tavares Moreira – CEUB, professor líder do grupo
henrique.moreira@ceub.edu.br

O grupo *Educação Superior e Comunicação – EDUCACOM* encontra-se em processo de reorganização de suas linhas de pesquisa. Em 2020 e 2021, foram incentivadas as participações de alunos nos programas de iniciação científica e a busca por editais externos de fomento à pesquisa. Foram mantidas as linhas de pesquisa: gestão da comunicação; linguagens contemporâneas; novas tecnologias da comunicação. Foi excluída a linha educação e comunicação e inserida a linha psicanálise, comunicação e educação com a temática da influência da comunicação social nas interfaces entre a educação formal e a formação psicanalítica, sob responsabilidade da professora Renata Bittencourt. Sandra Araújo apresentou comunicação oral no Congresso Internacional da Associação Brasileira de Literatura Comparada – ABRALIC, em 2020 e em 2021, sobre o tema *A questão essencial da personagem Rosa na narrativa fílmica "Como nossos pais", de Laís Bodansky*. A pesquisadora foi admitida em estágio pós-doutoral na PUCRS, com o projeto *A questão essencial de personagens femininas no cinema brasileiro contemporâneo*. Publicou capítulo intitulado “A casa que nos habita: espaço e poesia na intimidade das cidades”, no livro *Espaço livre: reflexões multidisciplinares sobre cidade e sociedade*. Concluiu o projeto de pesquisa *Re-versos: a poesia feminina de Brasília*. Publicou o livro de poemas *Plano Piloto, Brasília*. É membro da comissão organizadora do XXIV Congresso de Humanidades 2021, UnB. Isa Coelho Stacciarini publicou artigos sobre apuração jornalística e o uso de novas estratégias de checagem; como coautora, artigo sobre o uso da Lei de Acesso à Informação por jornalistas e outro sobre o uso do WhatsApp como estratégia de comunicação e com fontes. Defendeu tese de doutorado sobre o uso do WhatsApp como apuração jornalística. Participou de eventos acadêmicos com a publicação de artigos em anais de congressos, como Abraji, Alaic, Intercom e Coneco. Integrou bancas de TCC e atuou no projeto de extensão da Agência de Notícias UniCEUB, que resultou em um artigo publicado em coautoria com Luiz Cláudio Ferreira e Katrine Boaventura, sobre a experiência do jornalismo multimidiático a serviço da formação e da informação crítica. Joana d´Arc Bicalho Félix organizou e escreveu capítulo no livro *Comunicação Estratégica e Integrada: A Visão de 23 renomados autores em 5 países*, com autores de países, como Brasil, Chile, Espanha, México e Portugal. Publicou capítulo do livro *O jornalismo na comunicação organizacional: múltiplos olhares*. Orientou monografias em graduação e pós-graduação. Foi painelista no II Encuentro Digital FUTURIBLE 2021 - De cara al pacto global 2030 desde la perspectiva de la Nueva Teoría Estratégica". FISEC y CINTE. Ministrou aulas em pós-graduação, em escolas do governo, da Marinha e do Exército, sobre Comunicação Estratégica. Está a concluir o pós-doc com a pesquisa *A gestão da comunicação estratégica em empresas públicas: organogramas e fluxogramas que apoiam o fluir para canais digitais*, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Alan Marques publicou o livro *Do áudio ao visual: produção, técnica e panorama contemporâneo do rádio e da TV no Brasil*; produziu o texto e fez a pesquisa de acervo do livro *Supremo*, de Gervásio Baptista; foi curador do livro *Olhar Brasília em fotos*.

Palavras-Chave: comunicação e psicanálise; literatura e comunicação; jornalismo e novas tecnologias; comunicação organizacional.

ENFERMAGEM E AS DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS

Renata de Paula Faria Rocha – CEUB, professora líder do grupo
renata.rocha@ceub.edu.br
Julliane Messias Cordeiro Sampaio – CEUB, professora líder do grupo
julliane.sampaio@ceub.edu.br

A avaliação de doenças crônicas não transmissíveis permite a atuação do enfermeiro tanto na prevenção e na promoção da saúde quanto no tratamento. Essas doenças são muito prevalentes na população e apresentam alto índice de complicações. Acredita-se que estratégias de promoção à saúde e prevenção de agravos sejam a melhor forma de minimizar o impacto negativo causado por essas patologias. O grupo pretende contribuir para a promoção da saúde da população e a prevenção das complicações decorrentes das principais DCNT, que são a hipertensão arterial e o diabetes melitus, além de contribuir para a produção científica. São duas as linhas de pesquisa: assistência de enfermagem ao paciente portador de diabetes melitus e assistência de enfermagem ao paciente portador de hipertensão arterial sistêmica. Nessas duas áreas, desenvolvem-se trabalhos sobre a avaliação da prevalência dos fatores de risco dessas patologias. Obesidade, sedentarismo, estresse, dislipidemia, má alimentação foram os principais fatores de risco estudados. Além disso, investigou-se o papel da enfermagem na promoção à saúde e na prevenção desses agravos. Outro trabalho desenvolvido foi a prevalência de fatores de risco em populações, como a idosa, os jovens e os profissionais de saúde. Ademais, analisou-se o impacto da pandemia na adesão ao tratamento das doenças crônicas não transmissíveis. Todos os trabalhos desenvolvidos pelo grupo têm como foco avaliar o papel da assistência de enfermagem no cuidado ao paciente quanto à promoção à saúde, à prevenção primária, à prevenção secundária e à prevenção terciária.

Palavras-Chave: doenças crônicas; cuidado de enfermagem; promoção à saúde.

GPEFAT – POLÍTICAS PÚBLICAS EM ESPORTE, EDUCAÇÃO FÍSICA E ATIVIDADE FÍSICA

André Almeida Cunha Arantes – CEUB, professor líder do grupo
andre.arantes@ceub.edu.br

A qualidade da formação acadêmica na área de Educação Física depende muito da metodologia utilizada nas aulas tanto práticas quanto teóricas. Em decorrência da pandemia da COVID-19, as instituições de ensino superior, os professores e os alunos tiveram de adaptar-se às restrições impostas e continuar as atividades acadêmicas com o ensino remoto como solução para atender a carga horária e servir de método para o desenvolvimento dos conteúdos e da aprendizagem. Com as medidas restritivas de distanciamento e isolamento e as recomendações do Ministério da Educação e do Governo do Distrito Federal, houve mudança na diretriz de ensino presencial para o remoto. Assim, questiona-se se a nova realidade impactou a percepção desses alunos e se a classe social, o sexo e a idade tiveram influência nessa percepção, uma vez que o ensino remoto demandou a utilização, em larga escala, dos recursos tecnológicos. O objetivo desta pesquisa é verificar a percepção dos alunos de Educação Física quanto à aprendizagem e à fixação de conteúdos, durante o ensino remoto, no período da COVID-19. Esta é uma pesquisa qualitativa e quantitativa. A amostra será composta por trezentos alunos do sexo masculino e feminino, com idades entre 20 e 50 anos, oriundos do curso de Educação Física de uma instituição de ensino superior particular, localizada no Distrito Federal. Para a coleta das informações, foi desenvolvido um questionário com perguntas fechadas na plataforma Google Forms a ser enviadas, por *e-mail*, aos participantes assim que houver autorização do Comitê de Ética em Pesquisa do CEUB – CEP/CEUB.

Palavras-Chave: ensino remoto; aprendizagem; percepção; pandemia COVID-19.

LABORATÓRIO DE ESTUDOS SOBRE CONVIVÊNCIA E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA NO BRASIL – LAECOVI BRASIL

Julliane Messias Cordeiro Sampaio – CEUB, professora líder do grupo
julliane.sampaio@ceub.edu.br
Ester Mascarenhas Oliveira – CEUB, professora líder do grupo
ester.oliveira@ceub.edu.br

A violência que ocorre nas relações humanas é um fenômeno multifacetado, resultante de fatores individuais, socioculturais e políticos, com disparidade de poder onde um domina e o outro é dominado. Trata-se de um problema de Saúde Pública, que se manifesta mediante vários tipos de comportamentos agressivos, podendo ser de natureza física, verbal, patrimonial, moral ou relacional e, por vezes, ocorre de maneira velada, despontando em uma dificuldade de identificação em alguns casos. Com o fácil acesso aos aparelhos eletrônicos e à internet, o mau uso das Tecnologias de Informação e Comunicação pôde contribuir com o surgimento de *cyberbullying*, *haters* e a disseminação, de notícias falsas que despontam em violência, causando dor, medo vergonha, tristeza e angústia nas vítimas, gerando falsa sensação de poder nos perpetradores que se escondem por trás de uma tela de celular ou computador. As pesquisas sobre a temática têm a perspectiva de interromper o ciclo de violências por meio de divulgação de estratégias exitosas, nos mais distintos contextos e com os diversos segmentos populacionais em vulnerabilidade, a fim de minimizar os efeitos deletérios oriundos das relações conflituosas e, consequentemente, sensibilizar a sociedade para a redução dos danos mediante diálogo e inserção de enfermeiros nos debates sobre a pluralidade da violência, tornando-os aptos a identificar pessoas em vivência de violência, mesmo que por comunicação não verbal e, ao perceber suas dificuldades, intervir de forma assertiva. Assim sendo, as discussões que emergem das atividades grupais provocam reflexões sobre os comportamentos permeados por violências, suas manifestações e possibilidade de intervenção entre os estudantes envolvidos, fato que pode fomentar a formação, na graduação, de temáticas transversais, rompendo a perpetuação de ciclos violentos.

Palavras-Chave: violências; grupo de pesquisa; conflitos; estudantes de enfermagem; temas transversais.

NÚCLEO DE ESTUDOS CONSTITUCIONAIS - NEC

Christine Oliveira Peter da Silva – CEUB, professora líder do grupo
christine.silva@ceub.edu.br

O Núcleo de Estudos Constitucionais é um grupo de pesquisa fundado em 2001 e vinculado à Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do CEUB. A comemoração dos seus 20 anos de existência reforça os seus objetivos institucionais originários, quais sejam, formar bacharéis e bacharelas em Direito conscientes de sua cidadania ativa e contribuir para a produção científica do direito constitucional tipicamente brasileiro. As três linhas de pesquisa do Núcleo de Estudos Constitucionais impulsionam atividades na graduação e na pós-graduação em Direito e convidam à cooperação acadêmica com outras instituições brasileiras, públicas e privadas, de ensino superior. A primeira linha, que tem por objeto a concretização dos direitos fundamentais, desenvolve-se por meio do projeto *Supremo Tribunal Federal em pauta*, cuja principal proposta metodológica é a análise crítica dos discursos constitucionais e a reescrita de decisões da Suprema Corte Brasileira. A segunda linha, a qual cuida do direito constitucional comparado, desenvolve-se por meio do projeto *Constituições no mundo*, em que alunos da graduação produzem pesquisas e registram seus resultados em artigos científicos, sobre os temas clássicos do direito constitucional, com a metodologia de comparação de narrativas constitucionais positivadas. A terceira linha, que é a mais recente do Núcleo de Estudos Constitucionais, propõe o constitucionalismo feminista, que é um movimento acadêmico constituído em rede mundial por professoras de direito constitucional comprometidas, entre outras ações, a estimular a produção acadêmica das mulheres constitucionalistas de todo o mundo, tendo, no projeto @asconstitucionalistas, um perfil na rede social instagram, seu principal resultado de pesquisa. A experiência docente e discente de estudos e pesquisas no Núcleo de Estudos Constitucionais, há duas décadas, comprova a importância e a efetividade da utilização de espaços horizontais de ensino, aprendizado e pesquisa como um caminho para a formação de cidadãos e cidadãs constitucionais mais preparados para as democracias complexas e plurais do século XXI.

Palavras-Chave: Direito Constitucional; Núcleo de Estudos Constitucionais – NEC; concretização de direitos fundamentais; constituições no mundo; constitucionalismo feminista.

PALIMPSESTO CRÍTICO: ESTRATOGRAFIAS, ESTEREOTOMIAS E OUTRAS DERIVAS

Rossana Maria Delpino Sapena – CEUB, professora líder do grupo
rossana.sapena@ceub.edu.br

O grupo propicia uma aproximação ao pensamento crítico, colocando em tensão estratos múltiplos, com o propósito de discutir, compreender e comunicar o campo de indagação. Analisam-se perspectivas difusas, mestiças e de contornos insurretos, em que a complexidade e a incerteza serão territórios possíveis para as derivas operativas de montagem e desmontagem próprias da práxis estereotômica. Além disso, a ideia de estratografia sugere indexar, pegar, dobrar e contrastar capas de várias espessuras, podendo ser imaginárias, textuais, históricas, diagramáticas, filosóficas, digitais e materiais. Tudo isso é conducente a novas incrustações, pós-produções decantadas como sedimentos da ação crítica. Assim, a investigação é palimpséstica, uma prática coletiva, especulativa, acumulativa e cambiante que nutre uma topologia flexível e adaptável. Multifocalizações, intertextualidades e polissensorialidades particularizam o modo de fazer, tendendo à transnacionalidade.

Palavras-Chave: arquitetura; urbanismo; crítica; transnacionalidade.

PESQUISA MULTIDISCIPLINAR EM ENGENHARIA CIVIL

Maria José de Souza Serafim – CEUB, professora líder do grupo
maria.serafim@ceub.edu.br
Gabriela de Athaíde Duboc Bahia – CEUB, professora líder do grupo
gabriel.bahia@ceub.edu.br

Estudos com materiais cimentícios suplementares – MCS têm sido desenvolvidos nos últimos anos, uma vez que propiciam a diminuição do uso do cimento, pois, em uma das etapas do seu preparo, ocorre a emissão o dióxido de carbono (CO_2), um dos grandes responsáveis pelo aquecimento global. Nesse enfoque, este grupo desenvolve pesquisas sobre a influência da substituição de cimento Portland por diferentes materiais suplementares, no preparo de pastas de cimento. Assim, avaliam-se os efeitos benéficos em termos das propriedades físicas e mecânicas e da durabilidade, substituindo, parcialmente, o cimento na produção argamassas. Outros estudos buscam o estabelecimento de padrões de concentração cada vez menores quanto a poluentes ambientais, visando minimizar a geração e a remoção de elementos químicos potencialmente tóxicos aos seres humanos e ao meio ambiente. Com o rápido crescimento da população mundial e o consequente aumento na fabricação de produtos de primeira necessidade, a atividade industrial adquiriu um caráter essencial na sociedade contemporânea. Apesar da sua indiscutível importância, essa atividade costuma ser responsabilizada pela poluição ambiental causada por agentes químicos, mediante a descarga de resíduos sem qualquer tipo de tratamento. As principais fontes de poluição por metais pesados são provenientes dos efluentes industriais, da mineração e da lavoura. Neste contexto, esta linha de pesquisas aplica, principalmente, o processo da adsorção, uma operação unitária que se vale da dinâmica entre uma fase fluida e outra sólida. Preferencialmente, utilizam-se adsorventes naturais, como, por exemplo, óxidos metálicos inorgânicos. Também se desenvolvem estudos básicos e multidisciplinares para o entendimento do mecanismo da interação entre solo e estrutura, visando aproximar as análises ao comportamento real das edificações e a realização de estudos geotécnicos de estabilização do solo para fins de pavimentação. A geotecnia é considerada o primeiro passo para a elaboração de qualquer projeto de Engenharia Civil bem-sucedido. Nessa etapa, é certo que o projeto será elaborado com mais segurança. Portanto, é necessária a atuação profissional do engenheiro civil para estudar e avaliar o solo, dando sequência ao trabalho.

Palavras-Chave: materiais cimentícios suplementares; metais pesados; adsorção; solos; geotecnia.

PRÁTICA PEDAGÓGICA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Maria Eleusa Montenegro – CEUB, professora líder do grupo
maria.montenegro@ceub.edu.br

Este grupo de pesquisa foi cadastrado no CNPq, em 2004 e contém quatro linhas, quais sejam: "Profissão docente e práxis educativa", "Psicologia da educação e prática pedagógica", "Prática pedagógica e o ensino de língua portuguesa" e "Arquitetura e educação". Atualmente, há uma parceria com o curso de Arquitetura e Urbanismo, visando contribuir com a melhoria do ambiente escolar. Assim, são vinte e cinco participantes, professores e alunos do CEUB e de outras instituições de ensino, sendo cinco doutores, quatro mestres, dez graduados e seis estudantes. Realizou-se a pesquisa "A relação entre a teoria e a prática no curso de Pedagogia", a qual evidenciou a relação entre a teoria e a prática na ação pedagógica. Outra pesquisa denominou-se "A formação do educador infantil: expectativas e necessidades das escolas", cujo objetivo foi verificar a percepção de gestores, pais e professores quanto aos anseios desse nível de ensino, relacionando-os à formação do profissional. A pesquisa intitulada "A subjetividade do estudante de licenciatura" teve como um dos objetivos verificar a preparação para a docência. Para isso, foram entrevistados concluintes, ingressantes, professores dos cursos de licenciaturas, da rede pública e particular de ensino. Os resultados apresentaram que os alunos ingressaram no curso por vontade própria; afirmaram gostar de ler, mas, principalmente, as leituras obrigatórias; que não têm rotina de estudo, fazendo-o apenas nas horas vagas e, especialmente, no final do curso. Os professores da educação básica encontravam-se satisfeitos com a profissão, apesar dos desafios da prática pedagógica. Também, foi concluída a pesquisa "A sociedade e a violência nas escolas". Seus principais resultados indicaram que as pessoas diretamente envolvidas com o problema, ou seja, diretor da escola, professores, coordenadores pedagógicos, membro do Conselho Tutelar, ONG e representante da comunidade, disseram acreditar haver, na escola contexto de pesquisa, vários tipos de violência, inclusive o *bullying*; a falta de estrutura familiar foi considerada a principal causa da violência, o que tem gerado evasão escolar e baixo rendimento; foram indicados os projetos socioeducativos como forma de intervenção. Realizaram-se pesquisas de diagnóstico da violência escolar e dois anos de pesquisa de intervenção ou da pesquisa-ação: *A violência na escola: diagnose e solução*. Considera-se esta última ser a mais importante pela contribuição que proporcionou no sentido de buscar a paz na escola pública investigada. O pós-teste evidenciou melhoria na escola, quanto ao combate à violência. O grupo lançou os livros "A subjetividade do estudante de licenciatura" e "A educação infantil na perspectiva de gestores, professores e pais" e "A relação entre a teoria e a prática no ensino superior", de forma impressa e digital. Essas pesquisas têm sido divulgadas em eventos científicos locais, nacionais e internacionais e publicadas também em revistas científicas. Acredita-se que, dessa forma, o grupo tem prestado contribuições para a reflexão sobre o papel do educador.

Palavras-Chave: formação do professor; prática pedagógica; violência escolar; arquitetura e educação.

SAÚDE E AMBIENTE

Eduardo Cyrino de Oliveira Filho – CEUB, professor líder do grupo
eduardo.cyrino@ceub.edu.br

As atividades antrópicas, comprovadamente, vêm causando vários danos ao meio ambiente, entre outros, pelo descarte de substâncias químicas e materiais sintéticos, por uso e ocupação do solo de forma irregular e pelo comprometimento das condições naturais, de variadas formas, cujos efeitos nocivos não são totalmente conhecidos. Nesse contexto, as doenças ambientais têm proliferado em vários países e caracterizam-se como um dos principais problemas de saúde pública no Brasil. Desse modo, os trabalhos realizados pelo grupo "Saúde e ambiente" são voltados para a investigação de aspectos sobre a saúde do ambiente e sua potencial relação com questões relativas à saúde humana. O grupo desenvolve pesquisas nas linhas de ecotoxicologia aquática, entomologia e controle de vetores, epidemiologia ambiental, limnologia, microbiologia sanitária e ambiental, mutagênese ambiental, química ambiental e toxicologia ambiental. Atualmente, é composto por 12 pesquisadores mestres e doutores que orientam 14 alunos em diferentes cursos de pós-graduação e de graduação, além de estudantes em inúmeros projetos de iniciação científica. A formação de recursos humanos é importante foco de ação do grupo, que já acompanhou, nos diferentes níveis, mais de 50 estudantes, que, hoje, estão em cursos de níveis superiores ou estão empregados na área de saúde ambiental. Por meio das pesquisas realizadas nos vários projetos, são obtidos inúmeros resultados de significativa relevância científica e social, para, finalmente, ser publicados na forma de artigos científicos, em periódicos nacionais e internacionais, além de trabalhos de conclusão de curso com reflexos no presente e no futuro da saúde humana e do ambiente em que vivemos.

Palavras-Chave: recursos hídricos; toxicologia; entomologia; microbiologia; agentes químicos.

situ-AÇÕES

Sávio Tadeu Guimarães – CEUB, professor líder do grupo
savio.guimaraes@ceub.edu.br

O grupo de pesquisa *situ*-AÇÕES investiga “espaços” na contemporaneidade, a partir de “ações sobre o lugar”, voltadas à salvaguarda ou à intervenção nas mais distintas cidades. Perpassando regiões de fronteira entre Arquitetura e Urbanismo, valorizando suas dimensões socioespaciais e socioculturais, analisa múltiplas formas de interação e sociabilidade nos diversos espaços adotados como objeto de estudo sobre as linhas “Teoria, história e projeto da habitação” e “Cidade, infraestrutura urbana, tecnologia e projeto”. Compartilhando interesses investigativos de estudantes e de pesquisadores brasileiros e estrangeiros, o cotidiano do grupo vem engendrando artigos, capítulos de livro e futuros aprofundamentos analíticos mediante pesquisas desenvolvidas, com interações diversas entre pesquisadores, professores, alunos vinculados tanto ao Mestrado em Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário de Brasília quanto à graduação na instituição e participantes de projetos de iniciação científica. Desse modo, os trabalhos produzidos pelo grupo já foram apresentados em congressos nacionais e internacionais, publicados em anais de congressos, como capítulos de livro e em periódicos acadêmicos. Também tem sido enriquecedora ao processo de pesquisa e à iluminação do conhecimento a organização e a publicação de livros a partir tanto dos encontros de pesquisa quanto das apresentações ou das palestras com pesquisadores e professores do Brasil e do exterior, além de convites a estudiosos de temáticas que perpassam os interesses deste grupo de pesquisa: o espaço, a cidade e as situações das quais, vez por outra, tomamos conhecimento e que instigam reflexões sobre tais contextos e a sociedade.

Palavras-Chave: espaço; cidade; cultura; salvaguarda; intervenção espacial.

TECNOLOGIAS DISRUPTIVAS

Fabrício Ofugi – CEUB, professor líder do grupo
fabricio.ofugi@ceub.edu.br
Gislane Pereira Santana – CEUB, professora líder do grupo
gislane.santana@ceub.edu.br

O grupo de pesquisa *Tecnologias disruptivas*, a partir do objetivo de conceber, dimensionar e implementar sistemas computacionais que estabeleçam uma ruptura com os padrões, os modelos ou as tecnologias em pesquisa computacional, tem dado ênfase, na linha *Educação*, à gamificação e aos jogos eletrônicos. Uma das pesquisas envolve a crítica aos tutoriais e aos cursos relacionados aos jogos digitais e eletrônicos. Dessa maneira, a proposta é desenvolver um padrão de programação que amplie as possibilidades além das expostas na maior parte dos materiais encontrados na Web, em formato de cursos ou de tutoriais. Outra perspectiva em voga e que absorve questões relacionadas à educação, sobretudo no que diz respeito ao ensino da Ciência da Computação e aos desafios na reestruturação do projeto pedagógico do curso, está afinada com a linha de pesquisa *Governança de TI, gerência de projetos e segurança da informação*. Nessa perspectiva, correlacionam-se atividades realizadas no curso, como os projetos integradores e as atividades de extensão, diante da inserção dos discentes no mundo do trabalho. Nesse caso, a proposta é manter a atualidade do curso no contexto de tecnologias efêmeras, integrando os estudantes nesse processo. Por fim, as outras linhas de pesquisa, *Comunicação de dados e sistemas distribuídos e Inteligência artificial e computação cognitiva*, encontram-se em estudos sobre a perspectiva de sua convergência. Uma ideia é que o uso de sistemas distribuídos viabilize a infraestrutura necessária e, consequentemente, o processamento de dados que contribua para o desenvolvimento de projetos relacionados à inteligência artificial e à computação cognitiva. Essa convergência entre as linhas de pesquisa, diante das questões relacionadas ao ensino no contexto remoto, rendeu a apresentação do trabalho *Aulas em rede virtual privada: o desenvolvimento colaborativo entre diferentes turmas* no XIII Simpósio Nacional da ABCiber - Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura, em dezembro de 2020.

Palavras-Chave: gamificação; governança de TI; inteligência artificial.

TEORIA E PRÁTICA PSICANALÍTICA

Marcos Chedid Abel – CEUB, professor líder do grupo
marcos.abel@ceub.edu.br

O grupo “Teoria e prática psicanalista” está em funcionamento desde 2012. Entre as atividades, listam-se reuniões semanais e temas semestrais. Atualmente, há o trabalho "Interpretação de sonhos" sob a direção de Marcos Abel. Desde 2020, as reuniões virtuais são semanais pelo *Google Meet*. Além disso, enumeram-se orientações de pesquisas, apresentações e publicações de trabalhos, seminários nacionais e internacionais, intercâmbios com colegas, participação na pós-graduação *lato sensu* em Teoria Psicanalítica, iniciada em 2004, com a 26ª turma em curso. A coordenação é de Marcos Abel, que também é docente, além de Ciomara Schneider, Gustavo Fernandes Ribeiro e Leonor Bicalho. O grupo *Leitura em Lacan*, de 2015 a 2016, fez reuniões semanais e dedicou-se ao "Seminário 4: a relação de objeto", dirigido por Gustavo Ribeiro. Foi continuado por Marinês Popovic, Meiri Magalhães e Silene Lozzi até o seu término. O curso de extensão Psicanálise e Literatura (16 horas), em 2016, foi ministrado por Vera Ribeiro, e o de Introdução à Psicanálise (16 horas), em 2014 e 2015, por Marcos Abel.

Palavras-Chave: psicanálise; cultura; epistemologia; tratamento psíquico.

ANAIS DO

EnCUCA21

MESAS-REDONDAS

A FORMAÇÃO CONJUNTA NA GRADUAÇÃO: PROGRAMAS DE MOBILIDADE ACADÊMICA COM AS UNIVERSIDADES DE EXTREMADURA E CORUÑA

Mediador: João Paulo Santos Araújo – CEUB, Agência CEUB de Mobilidade Acadêmica
joao.araujo@ceub.edu.br

Debatedores: Eliete de Pinho Araújo – CEUB, Coordenação do Mestrado em Arquitetura e Urbanismo
eliete.araujo@ceub.edu.br
Júnia Marques Caldeira – CEUB, Arquitetura e Urbanismo
iunia.caldeira@ceub.edu.br
Magda Sifuentes de Jesus – CEUB, graduanda em Arquitetura e Urbanismo
magda.sifuentes@sempreceub.com

As iniciativas institucionais no CEUB vão além da sala de aula e revelam grandes oportunidades aos alunos dos diversos cursos da instituição. Os discentes envolvem-se em programas fora dos *campi* e, graças a professores com experiência internacional e acordos institucionais, beneficiam-se de atividades de cunho acadêmico, cultural e pessoal, para aprimorar seu processo de ensino e aprendizagem. Nesta mesa-redonda, as professoras doutoras Eliete de Pinho Araújo e Júnia Marques Caldeira, a aluna Magda Sifuentes de Jesus, em conjunto com o professor João Paulo Santos Araújo, tratam de suas experiências internacionais e dos programas que visam à internacionalização do CEUB. O objetivo da conversa é mostrar a relevância das experiências internacionais na consolidação da absorção do conteúdo acadêmico e o aprimoramento das habilidades interpessoais, ao explorar um ambiente multicultural. Entre os programas de maior sucesso na instituição, está a Disciplina Interinstitucional e Internacional promovida pelo CEUB e pelas universidades de Extremadura e Coruña, ambas na Espanha. As docentes e a discente participaram da iniciativa realizada parte no Brasil, parte na Espanha, dedicada a discentes e docentes dos cursos de Arquitetura e Urbanismo e Engenharia Civil do CEUB. Lá, além de terem aulas com professores das universidades parceiras, praticaram visitas de estudos na cidade de Badajóz e adjacências, em uma experiência única, que, certamente, abriu novos horizontes aos participantes inseridos no universo da mobilidade internacional. A mesa-redonda foi direcionada aos alunos do CEUB e buscou oferecer aos participantes a visão institucional sobre os procedimentos e os requisitos para a participação, a perspectiva acadêmica do programa em si, apresentada pelas professoras, e a experiência discente, com o depoimento da aluna participante.

Palavras-Chave: internacionalização; mobilidade internacional; Arquitetura e Urbanismo; Engenharia Civil.

A FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA: OS DESAFIOS DA RELAÇÃO ENTRE TEORIA, PESQUISA E PRÁTICA

Mediadora: Valéria Deusdará Mori – CEUB, Mestrado em Psicologia
valeria.mori@ceub.edu.br

Debatedores: Amanda Maria de Albuquerque Vaz – CEUB, graduanda do mestrado em Psicologia
amandavaz08@sempreceub.com
Vitor Pedro Moretto Cordeiro – CEUB, graduando do mestrando em Psicologia
vitor.pedro@sempreceub.com

Esta mesa-redonda tem como objetivo discutir os desafios da relação entre teoria, pesquisa e prática na formação em Psicologia. Para isso, a partir dos percursos e dos trabalhos de seus participantes na Epistemologia Qualitativa, no Método Construtivo-Interpretativo e na Teoria da Subjetividade, serão abordadas questões fundamentais. Enfoca-se o vazio epistemológico que marca a Psicologia desde seu nascimento como disciplina e, majoritariamente, em seu desenvolvimento e sua consolidação, com mimetização das ciências naturais em sua verve positivista, a despeito da qualificação e da reflexão sobre sua especificidade enquanto ciência e ação. Pormenoriza-se como esse vazio estabelece formas específicas de caracterizar e organizar o aspecto teórico, configurado aprioristicamente e externamente aos fenômenos, entendido como verdade absoluta e reduzido à categorização. Além da técnica e do instrumento a ser aplicado, constitui-se desprovido de sua dimensão de produção de ideias e de abertura de novas zonas de sentido e de ação na confrontação com o empírico. Discutem-se os impactos disso na pesquisa e na prática, que se constroem como espaços apartados entre si, estranhos um ao outro, marcados por uma reificação do teórico, fechando-se ao novo, ao processual, ao complexo, ao singular e a toda uma gama de experiências, esferas e possibilidades vedadas à Psicologia por tal perspectiva. Trata-se de como a formação foi constituída em uma subjetividade social dominante que, tendo participado do engendramento de tal relação entre teoria, pesquisa e prática, segue agenciando-a no Brasil, primeiramente, a partir do currículo mínimo e, posteriormente e contemporaneamente, no modelo das diretrizes curriculares. Pensa-se como a formação em Psicologia ratifica a subjetividade social dominante, estabelecendo-a e gerenciando-a a partir de noções, como domínios mais consolidados de atuação profissional do psicólogo, habilidades e competências, replicando o que já existe e deixando de lado a dimensão reflexiva e ético-política da Psicologia. Problematiza-se a proliferação cada vez mais acelerada de cursos de Psicologia no país, e a submissão maciça da Psicologia a lógicas de mercado, que influenciam os aspectos debatidos.

Palavras-Chave: formação em Psicologia; teoria em Psicologia; pesquisa em Psicologia; prática em Psicologia; epistemologia em Psicologia.

A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA PARA A PREVISÃO DE RISCOS DE DESABAMENTOS DAS OAE (OBRAS DE ARTE ESPECIAIS)

Mediadora: Maruska Tatiana Nascimento da Silva Bueno – CEUB, Coordenação dos cursos de graduação em Engenharia Civil, Engenharia de Computação e Engenharia Elétrica
maruska.silva@ceub.edu.br

Debatedores: Rosanna Duarte Fernandes Dutra – CEUB, Engenharia Civil
rosanna.dutra@ceub.edu.br
Yuri Bessa Cesarino – CEUB, Engenharia Civil
yuri.cesarino@ceub.edu.br

Obras de arte especiais, tais como pontes e viadutos, são estruturas que têm a finalidade de transpor obstáculos, tais como rios, avenidas, entre outros. Se essas estruturas estão sobre cursos de águas (rios, vales úmidos, mares), são classificadas como pontes; caso estejam sobre avenidas ou vales secos, são classificadas como viadutos. Nos últimos anos, foi observado crescente número de acidentes envolvendo esses tipos de estruturas no Brasil, como o da queda do viaduto Batalha dos Guararapes, em Belo Horizonte (2014), e a queda de parte do trecho do viaduto Eixão de Brasília (2018). Além de essas obras de arte especiais conterem elevadíssimo caráter histórico-cultural, são essenciais ao funcionamento e à manutenção da infraestrutura de cidades, promovendo adequado escoamento de veículos e pessoas. Dessa forma, a relevância dessas estruturas é imensa, e elas não podem apresentar perdas de desempenho ou de funcionalidade durante sua vida útil. A consideração da hipótese de colapso de parte da estrutura (ou de sua totalidade) pode provocar graves danos sociais e financeiros, como congestionamentos, interrupção de abastecimento, demolição, transporte de resíduos e reconstrução. Um desafio desmedido para a engenharia civil na atualidade consiste na previsão e no monitoramento dessas grandes estruturas durante sua vida útil. A pesquisa sobre esse tema é de fundamental importância. Assim, devem-se buscar ferramentas e métodos de previsão de riscos tanto qualitativos quanto quantitativos, além do adequado monitoramento mediante dispositivos mecânicos de coleta real, para a adequada manutenção e das OAE.

Palavras-Chave: Obras de Artes Especiais (OAE); pontes e viadutos; técnicas de avaliação e monitoramento; risco.

A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO MUNDO MODERNO: TENDÊNCIAS E APLICAÇÕES

Mediadora: Maruska Tatiana Nascimento da Silva Bueno – CEUB, Coordenação dos cursos de graduação em Engenharia Civil, Engenharia de Computação e Engenharia Elétrica
maruska.silva@ceub.edu.br

Debatedores: Fabio Oliveira Guimarães – CEUB, Engenharia de Computação, FATECS
fabio.guimaraes@ceub.edu.br
William Roberto Malvezzi – CEUB, Engenharia de Computação, FATECS
william.mavezzi@ceub.edu.br

O avanço das novas tecnologias de informação e comunicação trouxe inúmeras possibilidades para as diversas áreas do conhecimento humano. Principalmente neste período de incertezas causadas pela pandemia de COVID 19, as pessoas foram levadas a certo grau de isolamento social, e as organizações tiveram de reinventar-se. Diante desse contexto, projetos de sistemas inteligentes com o uso da Inteligência Artificial permitem a ampliação do potencial e da capacidade técnica dos profissionais de TI. A Inteligência Artificial pode desempenhar, nos próximos anos, um fator de alavancagem de novas possibilidades e negócios. Há muitos aspectos que assustam quando o tema envolve tecnologias inteligentes, e existem questões éticas, morais e sociais a ser consideradas, mas uma coisa é consenso: o uso de instrumentos inteligentes é algo que veio para ficar, e não há mais retorno.

Palavras-Chave: inteligência artificial; sistemas inteligentes; tecnologias de informação e comunicação.

A PREPARAÇÃO ESTRATÉGICA PARA ENTREVISTAS DE ESTÁGIO E EMPREGO

Mediadora: Michele Vanessa Larsão Lugli – CEUB, Núcleo de Educação a Distância, NEaD
michele.larsao@ceub.edu.br

Debatedora: Elda Alves Oliveira Ivo – CEUB, Coordenação do Núcleo de Educação a Distância, NEaD
elda.ivo@ceub.edu.br

A comunicação é um processo interativo que envolve conhecimentos linguísticos a partir do contexto social e cultural dos indivíduos. Nesse sentido, a linguagem é todo e qualquer ato comunicativo, pois tudo acontece por meio dela. É a forma com que se utiliza a língua, com o objetivo de comunicar-se naturalmente, sem a exigência de uma organização preestabelecida. Ela permite a comunicação de diversas maneiras e está além da fala e da escrita. Além disso, cabe ressaltar que se deve estar preparado para comunicar-se das mais variadas formas, sendo necessário compreender que, independentemente da área de atuação profissional escolhida, sempre é preciso comunicar-se também oralmente, isto é, não é possível permitir que a timidez ou a falta de preparo afete o desenvolvimento profissional. Isso deve estar em constante observância no momento da entrevista de emprego ou estágio. Assim, a oficina visa apresentar ao participante, de forma prática e reflexiva, a preparação adequada para a entrevista de estágio ou emprego no contexto do atual mercado profissional e de suas exigências relativas ao perfil dos candidatos e suas habilidades, em alinhamento com as necessidades da vaga a ser preenchida. O participante deve compreender, com base em conhecimentos acerca da preparação prévia, da linguagem verbal e não verbal, da vestimenta e da apresentação, o formato ideal para uma entrevista presencial ou a distância. Ao final da oficina, o participante deve demonstrar o conhecimento sobre a postura adequada em uma entrevista de estágio ou emprego, de modo que otimize o seu perfil, evidenciando as suas competências e habilidades de comunicação e argumentação.

Palavras-Chave: entrevista; mercado de trabalho; atuação profissional; comunicação.

A PSICOLOGIA NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA: O RACISMO E O SEXISMO EM DISCUSSÃO

Mediadora: Ana Flávia do Amaral Madureira – CEUB, Mestrado em Psicologia
ana.madureira@ceub.edu.br

Debatedoras: Ana Flávia do Amaral Madureira – CEUB, Mestrado em Psicologia
ana.madureira@ceub.edu.br
Daniela Borges Lima de Souza – CEUB, Psicologia
daniela.souza@ceub.edu.br

A mesa-redonda proposta tem como objetivo estimular o debate e a reflexão crítica sobre o papel da psicologia, enquanto ciência e campo de atuação profissional, na prevenção da violência, na sociedade brasileira, especialmente no que se refere ao racismo e ao sexismo. Para tanto, é fundamental reconhecer que os preconceitos e sua materialização em práticas discriminatórias correspondem a expressões, ainda frequentes, da violência e das microagressões nos mais diversos contextos, fato que gera dor e sofrimento em inúmeras pessoas. Afinal, o fenômeno da violência envolve o não reconhecimento da humanidade do outro, transformando pessoas em “coisas”. Ademais, a desumanização das pessoas é um mecanismo histórico e estruturalmente muito utilizado para naturalizar as expressões de violência nas relações. Além disso, é de suma importância reconhecer que, em uma sociedade com profundas raízes históricas escravocratas e patriarcais, como é o caso da sociedade brasileira, a reprodução cotidiana do racismo e do sexismo cumpre um papel estratégico na manutenção de uma ordem social profundamente desigual e excludente. Também é preocupante que o aumento das interações sociais virtuais e a ampliação do acesso às informações não fizeram desaparecer as expressões de intolerância nem mesmo tenham ampliado significativamente a consciência da natureza ofensiva de alguns comportamentos agressivos ainda muito reforçados em sociedade. Pelo contrário, as expressões tanto declaradas quanto sutis de ataques, invalidações e insultos ainda se fazem presentes, principalmente quando existe a sobreposição de identidades sociais sistematicamente discriminadas. A psicologia apresenta como um dos seus compromissos éticos centrais colaborar com a promoção da saúde e do bem-estar das pessoas e das coletividades, por isso deve procurar contribuir com a desconstrução cotidiana do racismo e do sexismo. Nesse sentido, discussões críticas sobre as bases sociais e psicológicas do racismo e do sexismo no contexto da nossa sociedade devem ser efetivamente incorporadas na formação da nova geração de psicólogos(as), como parte integrante de disciplinas obrigatórias nos cursos de graduação em psicologia e não apenas como discussões específicas que ocorrem, de forma pontual, em disciplinas optativas.

Palavras-Chave: prevenção da violência; racismo; sexismo; sociedade brasileira; psicologia.

AS CONTRIBUIÇÕES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) DIANTE DOS DESAFIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR

Mediadora: Ana Paula Sampaio Barbosa – CEUB, Núcleo de Educação a Distância, NEaD
ana.sbarbosa@ceub.edu.br

Debatedores: Jefferson Diego de Paulo – CEUB, Núcleo de Educação a Distância, NEaD
jefferson.paulo@ceub.edu.br
Ana Paula Sampaio Barbosa – CEUB, Núcleo de Educação a Distância, NEaD
ana.sampaio@ceub.edu.br

O objetivo é apresentar a importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE) como forma de complementar ou suplementar a aprendizagem do seu público elegível, perpassando todas as etapas e níveis de ensino até o superior, bem como estabelecer relações entre os objetivos propostos aos estudantes no AEE, ou na ES, no formato do PAPI, e sua aplicabilidade no contexto de sala de aula. A Resolução nº 4 do CNE/CEB apresenta em seu artigo 2º que o AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem. O Decreto Nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Assinado em Nova York, em 30 de março de 2007, considera que a deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impeçam a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais. Assim, a oferta do AEE é obrigatória por parte da rede de ensino pública e privada, no entanto a frequência no atendimento é de acordo com a decisão da família. Os estudantes que podem beneficiar-se do AEE são os com deficiência, com impedimentos a longo prazo, de natureza física, intelectual, mental ou sensorial; alunos com transtornos globais do desenvolvimento, que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotipias motoras; alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação; alunos com altas habilidades ou superdotação, que apresentam potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas. O AEE é realizado mediante a atuação de profissionais com conhecimentos específicos no ensino da língua brasileira de sinais - LIBRAS, da língua portuguesa na modalidade escrita como segunda língua, do sistema Braille, do soroban, da orientação e da mobilidade, das atividades de vida autônoma, da comunicação alternativa, do desenvolvimento dos processos mentais superiores, dos programas de enriquecimento curricular, da adequação e da produção de materiais didáticos e pedagógicos, da utilização de recursos ópticos e não ópticos, da tecnologia assistiva e outros. A mesa-redonda propõe aos participantes o conhecimento sobre os recursos e os serviços oferecidos aos sujeitos de direito, de acordo com a legislação vigente, vislumbrando a possibilidade de uma escola e uma sociedade cada vez mais justas, igualitárias e equitativas.

Palavras-Chave: inclusão; aprendizagem; educação especial.

AS MÚLTIPLAS POSSIBILIDADES DE PESQUISA EM ENFERMAGEM: DESAFIOS E TRAJETÓRIAS – CIÊNCIA E PRÁTICA

Mediadora: Julliane Messias Cordeiro Sampaio – CEUB, Enfermagem
julliane.sampaio@ceub.edu.br

Debatedores: Ester Mascarenhas Oliveira – CEUB, Enfermagem
ester.oliveira@ceub.edu.br
Renata de Paula Faria Rocha – CEUB, Enfermagem
renata.rocha@ceub.edu.br
Roberto Nascimento Albuquerque – CEUB, Enfermagem
roberto.albuquerque@ceub.edu.br
Vanessa Alvarenga Pegoraro – CEUB, Enfermagem
vanessa.pegoraro@ceub.edu.br

O enfermeiro é o profissional que desenvolve ações de gestão e assistência; é responsável pelos mais diversos espaços em setores hospitalares e na saúde pública, tornando-se essencial nas principais mudanças de modelos de saúde que ocorreram nas políticas de saúde brasileira. A formação deste profissional surge de ações caridosas, sem uma perspectiva científica e foi, muitas vezes, invisibilizada socialmente, sendo alocada em um espaço de subserviência e cumprimento de ordens de outros profissionais. A partir da normatização e da regulamentação da formação do enfermeiro na graduação, a enfermagem pautou sua práxis no saber cientificamente estruturado, em que os profissionais, movidos por inquietudes que culminaram na melhoria da qualidade de vida de pessoas, famílias e coletividade, iniciaram, concomitantemente, a produção do saber-saber e do saber-fazer pautada não mais na arte e, sim, na ciência, empregando o resultado de suas investigações tanto para publicação de informações no meio acadêmico ou na implementação de novas tecnologias na assistência, fundamentando-se nos princípios doutrinários do Sistema Único de Saúde, por meio de ações de promoção de saúde, nos níveis de prevenção de doenças, danos e agravos, assim como na reabilitação e no bem-estar da pessoa assistida. A pesquisa na enfermagem, portanto, demanda de seus profissionais uma resposta social às áreas sensíveis à mudança do paradigma conceitual de saúde e rompe com a ideia de que o enfermeiro deve trabalhar apenas com as vertentes saúde-doença. A enfermagem que produz ciência inclui a interpretação dos aspectos relacionados à produção de vida em uma amplitude conceitual de saúde e faz interface com os múltiplos fatores dessa concepção.

Palavras-Chave: enfermagem; ciência; pesquisa; saúde; prática social.

AS MÚLTIPLAS POSSIBILIDADES DE PESQUISA EM ENFERMAGEM: DESAFIOS E TRAJETÓRIAS – SUICÍDIO E ENFERMAGEM

Mediadora: Julliane Messias Cordeiro Sampaio – CEUB, Enfermagem
julliane.sampaio@ceub.edu.br

Debatedor: Roberto Nascimento Albuquerque – CEUB, Enfermagem
roberto.albuquerque@ceub.edu.br

O suicídio é um problema sério de saúde pública mundial. Estima-se que, anualmente, mais de 800 mil pessoas morrem por esse motivo. Além disso, configura-se como a segunda causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos, atrás apenas de causas externas. Observa-se que muitos jovens ingressam na universidade nessa faixa etária, e a adaptação ao contexto universitário pode não ser bem-sucedida. Diferentes fatores podem estar associados ao comportamento suicida entre jovens universitários, tais como os desafios próprios do processo de desenvolvimento pessoal e social, a imaturidade e a falta de autonomia para tomada de decisões diante das determinações rígidas do ambiente acadêmico, entre outros. Entre estudantes de enfermagem, o fardo de lidar com o sofrimento alheio, com a vida do outro, bem como a pressão constante em não poder falhar podem intensificar o sofrimento psíquico e ser gatilhos para o desenvolvimento de comportamentos suicidas. Na direção da compreensão do suicídio, diferentes áreas do conhecimento têm sido utilizadas para explicar esse fenômeno, tais como a biologia, a medicina, a antropologia e a sociologia. Contudo, a utilização de uma teoria ou modelo conceitual próprio da enfermagem na prática clínica e na investigação sobre o comportamento suicida pode ampliar a compreensão desse fenômeno, a fim de favorecer o cuidado de pessoas que passam por esse intenso sofrimento psíquico. Nesse contexto, pesquisas no âmbito da enfermagem psiquiátrica, da enfermagem em saúde mental e da suicidologia podem utilizar diferentes instrumentos, tais como a Escala de Ideação Suicida de Beck, que avalia diversos momentos do comportamento suicida – ideação, planejamento e tentativas prévias; o Mini Rastreio de Transtornos Mentais (mini-RTM), com questões que permitem a detecção dos transtornos mentais mais comuns, entre eles, ansiedade, depressão, e outras que envolvem abuso de substâncias e transtornos psicóticos; entrevistas em profundidade para apreender sobre história de vida, dificuldades e anseios, a motivação do comportamento suicida, além de fatores e sentimentos vivenciados após o ato. Dessa maneira, identificar as tendências e os fatores que se associam à presença de comportamento suicida entre os estudantes universitários, em especial os de enfermagem, pode constituir importante ferramenta para que ações de prevenção e proteção sejam planejadas tanto por gestores de universidades como pelas equipes de saúde que os assistem dentro e fora do campus universitário.

Palavras-Chave: suicídio; universidades; estudantes de enfermagem; teoria de enfermagem.

AS MÚLTIPLAS POSSIBILIDADES DE PESQUISA EM ENFERMAGEM: DESAFIOS E TRAJETÓRIAS – TERAPIA NUTRICIONAL E ENFERMAGEM

Mediadora: Julliane Messias Cordeiro Sampaio – CEUB, Enfermagem
julliane.sampaio@ceub.edu.br

Debatedora: Vanessa Alvarenga Pegoraro – CEUB, Enfermagem
vanessa.pegoraro@ceub.edu.br

A importância da nutrição adequada e de boa qualidade, oferecida ao paciente por uma equipe de saúde, foi enfatizada por Florence Nightingale no século XIX, em "Notas sobre a enfermagem", escritas logo após a guerra da Crimeia, em 1860. Há muito tempo, observa-se que o enfermo, ao ser hospitalizado, tem diminuição das atividades rotineiras, por estar em ambiente estranho. Antes de instalar-se a terapêutica definitiva, é submetido a exames diagnósticos que exigem jejum, podendo permanecer por horas ou dias. Tais acontecimentos acarretam consequências deletérias ao organismo, como a debilidade muscular, a redução do reflexo de tosse, o acúmulo de secreções e, consequentemente, maior vulnerabilidade às infecções respiratórias. Além disso, ocorre redução na cicatrização e maior ocorrência de deiscências e comprometimento do sistema imunológico, que pode resultar em processos infecciosos disseminados. Diante desse quadro, o enfermeiro é responsável pelo monitoramento da resposta metabólica do organismo aos nutrientes infundidos, principalmente em portadores de estomas, em contraposição aos gastos exigidos pelo quadro clínico, com a sistematização dos registros de enfermagem a cada procedimento ou intercorrência. Dessa forma, destaca-se o protagonismo da enfermagem na terapia nutricional, por desenvolver um acompanhamento dinâmico, gradativo, humanizado e consciente conforme a gravidade e as necessidades apresentadas pelos pacientes impossibilitados quanto à ingestão alimentar por via oral. Assim, o enfermeiro, nos últimos anos, vem-se destacando no campo da terapia nutricional, por acompanhar o paciente desde a internação, com a identificação de risco nutricional, quanto ao controle, ao manuseio dos equipamentos necessários, à administração, à orientação e ao acompanhamento para a realimentação oral, além do seu retorno à sociedade, com ou sem a nutrição enteral ou parenteral. Portanto, o enfermeiro possui várias competências, promovendo a humanização ao atendimento, isto é, sua competência é administrativa, assistencial e educativa.

Palavras-Chave: terapia nutricional; estado nutricional; cuidados de enfermagem; enfermagem.

AS PRODUÇÕES DO MESTRADO EM ARQUITETURA E URBANISMO

Mediadores: Eliete de Pinho Araújo – CEUB, Coordenação do Mestrado em Arquitetura e Urbanismo
eliete.araujo@ceub.edu.br
Fabiano José Arcadio Sobreira – CEUB, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo
fabiano.sobreira@ceub.edu.br

Debatedores: Maria Eleusa Montenegro – CEUB, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo
maria.montenegro@ceub.edu.br
Sávio Tadeu Guimarães – CEUB, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo
savio.guimaraes@ceub.edu.br

As produções apresentadas no IV EnCUCA são os três Seminários Internacionais em Cidade e Habitação, como o I sobre *Tendências urbanas contemporâneas*, com o apoio do FAP DF, 2018; o II sobre *O terceiro milênio*, com o apoio do FAP DF, 2019; o III sobre *Mudanças climáticas e suas interferências*, 2020, no formato *on line*, com produção de *e-books* e publicação dos artigos e das palestras apresentadas. Os seminários são a integração entre as quatro áreas de conhecimento do programa, em que há a troca de informações entre as universidades nacionais e internacionais e os profissionais afins. A *Revista Cidade e Habitação* teve o volume 1 publicado com 15 artigos sobre temas diversificados nacionais e internacionais, de acordo com o dossiê temático. Os informativos já estão no número 14, o qual foi criado por alunos e professores e apresenta todas as atividades do programa, além do resumo das produções dos docentes, dos discentes e dos egressos, como os livros e os artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais. As dissertações destaques do Programa de 2019 a 2020, avaliadas por uma banca externa, foram: *Ambiência no cuidado integral e humanizado ao recém-nascido hospitalizado: a importância do projeto arquitetônico com olhar além do espaço físico*, de Thalita Lellice Morais Campelo, com orientação de Eliete de Pinho Araújo; *Espaço x tempo: a relação de crimes contra transeuntes em regiões administrativas do Distrito Federal*, de Paulo César Galante Siqueira, com orientação de Maria Eleusa Montenegro e coorientação de Paulo Afonso Cavichioli Carmona; *Desenho urbano e envelhecimento populacional: reflexões sobre o Plano Piloto de Brasília*, de Maria Eduarda Vasconcelos de Almeida, com orientação de Sávio Tadeu Guimarães e coorientação de Maria Eleusa Montenegro; *Eficiência energética nas instalações prediais: estudo de caso de um edifício público em Brasília*, de Letícia Pires Ferreira, com orientação de Gustavo Alexandre Cardoso Cantuária; *O espaço coletivo em projetos de habitação social: concursos de arquitetura no Distrito Federal*, de Carolina Mariani Piana, com orientação de Fabiano José Arcádio Sobreira; *Análise de assistência técnica em habitação social no Sol Nascente, trecho 2 – Distrito Federal*, de Ana Luiza Novais de Melo, com orientação de José Galbinski; *O ensino de projeto de arquitetura e os desafios de aprendizagem desta disciplina no ensino a distância*, de: Victor Craviée Rêgo Brandão, com orientação de Maria Eleusa Montenegro; *Projeto ambiental no parque da cidade dona Sarah Kubistchek: estudo de caso*, de Laura de Castro Oliveira Guerreiro, com orientação de Eliete de Pinho Araújo e coorientação de Gustavo Alexandre Cardoso Cantuária.

Palavras-Chave: produções; mestrado; Arquitetura e Urbanismo.

ASSOCIAÇÃO DA ERGOLOGIA COM A COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL EM TEMPOS DE CRISE

Mediador: Alexandre Domanico da Cunha – CEUB, Núcleo de Educação a Distância, NEaD
alexandre.cunha@ceub.edu.br

Debatedores: Gilmar dos Santos Marques – CEUB, Núcleo de Educação a Distância, NEaD
gilmar.marques@ceub.edu.br
Paula Coratini da Silva – CEUB, pesquisadora do grupo de pesquisa "Comunicação, tecnologia e o papel social das organizações no eixo da gestão"
paula.coratini@sempreceub.com

O tema principal desta mesa-redonda é explicitar a importância da comunicação organizacional associada à ergologia em tempos de crise. O objetivo é entender se a associação da ergologia com a comunicação organizacional pode viabilizar a qualidade de vida no trabalho. O estudo foi realizado por meio da observação da equipe de trabalho do posto de saúde municipal e de pesquisa bibliográfica em bibliotecas universitárias virtuais e *site* de busca acadêmico. Os resultados indicam que houve falha na comunicação organizacional, porque nenhum colaborador sabia o motivo pelo qual o posto estava sem diretor e sem material para atendimento dos pacientes. A colaboradora que se prontificou em ajudar, a fim de não prejudicar o andamento do posto, realizava as atividades da forma que considerava correto. Porém, também não sabia o motivo pelo qual estava sem diretoria. Não houve interesse pela sede da Secretaria de Saúde em ajudar os colaboradores quanto à falta de material para atendimento dos pacientes e à incerteza dos contratados de permanecer no emprego. A falha de comunicação causou estresse excessivo nos colaboradores, contribuindo para a baixa produtividade. A principal conclusão observada foi que a falta de comunicação clara, transparente e honesta promove a tríade trabalho, sofrimento e adoecimento e impacta, negativamente, a qualidade de vida no trabalho.

Palavras-Chave: comunicação organizacional; ergologia; gestão de pessoas; crise.

CONVERSA SOBRE PESQUISA

Mediadora: Viviani Gianine Nikitenko – CEUB, Direito
viviani.nikitenko@ceub.edu.br

Debatedores: Ana Carolina Figueiró Longo – CEUB, Direito
ana.longo@ceub.edu.br
Carolina Costa Ferreira – CEUB, Direito
carolina.ferreira@ceub.edu.br
Christine Oliveira Peter da Silva – CEUB, Direito
christine.silva@ceub.edu.br
Ana Luísa Batista Pereira – CEUB, graduanda em Direito
ana.bp97@sempreceub.com
Francisco Eugenio Ricardo da Silva Junior – CEUB, graduando em Direito
francisco.ejunior@sempreceub.com
Isadora Peixoto Gomes Vieira – CEUB, graduada em Direito
isadora.peixoto@sempreceub.com

A indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão na graduação é conhecimento de todos. No entanto, há nítida percepção de que a pesquisa científica, historicamente, fica concentrada na fase de elaboração do trabalho de conclusão de curso (TCC), o que gera bastante expectativa, ansiedade e tensão nos estudantes, quando chegam aos semestres finais. Todavia, as reflexões críticas, as metodologias de pesquisa e os processos de escrita não precisam ser assustadores, como se descreve, pois podem, e devem, ser um momento interessante de assimilação e construção de ideias, de compreensão e análise de problemas que levem à construção do conhecimento, aliados à busca de ferramentas e soluções adequadas e compatíveis ao desenvolvimento de realidades salutares no plano social, além de incentivadoras e potencializadoras pontes para o fomento do crescimento pessoal e intelectual, no plano individual. Com esse propósito, reúnem-se professoras e estudantes para uma roda de conversa sobre a promoção de pesquisa, no âmbito da graduação, desmistificando esse momento e reduzindo ansiedades e tensões dos que estão por chegar à etapa final do curso. Ressalta-se a importância da pesquisa nos últimos anos da graduação, e incentiva-se a sua busca constante como instrumento de emancipação e empoderamento dos pesquisadores. A *Conversa sobre pesquisa*, também, visa apoiar e valorizar o protagonismo dos estudantes, permitindo que participem da atividade, compartilhando suas experiências e vivências ao longo de suas produções acadêmicas e de seus trabalhos finais. As narrativas dos integrantes da mesa buscam, em especial, quanto à contribuição estudantil, estimular, subsidiar, incentivar e dar suporte aos demais estudantes, assumindo, dessa forma, a natureza de um convite à pesquisa. Com a fala dos próprios(as) alunos(as), seus pares podem ter maior compreensão de que a produção de um trabalho de conclusão de curso é menos complexa do que aparenta aos que estão de fora e pode ser feita com menos ansiedade, aproveitando a oportunidade para expressar suas percepções sobre o Direito.

Palavras-Chave: pesquisa científica; produção acadêmica; protagonismo estudantil.

ENERGIAS RENOVÁVEIS: TENDÊNCIAS OU REALIDADE?

Mediador: Tiago Leite Pereira – CEUB, Engenharia Elétrica
tiago.pereira@ceub.edu.br

Debatedores: Abiezer Amarilia Fernandes – CEUB, Engenharia Elétrica
abiezer.fernandes@ceub.edu.br
Eugênia Cornils Monteiro da Silva – CEUB, Engenharia Elétrica
eugenia.araujo@ceub.edu.br

A matriz elétrica do Brasil e sua hidrodependência é uma realidade que irá perdurar por mais alguns anos. A necessidade de diversificar as fontes de energia na matriz elétrica brasileira foi identificada desde de 2001, quando a escassez do suprimento elétrico atingiu o país, resultando em apagões e racionamentos de energia. Os impactos socioeconômicos foram desastrosos e deveriam servir de lição para que situação similar jamais voltasse a ocorrer. As lições que deixaram de ser apreendidas e as novas ameaças, decorridos 20 anos, retornaram ao nosso cotidiano, em pleno século XXI. As ações de órgãos criados em 2001, para que tal situação não se repetisse, apontam para realização de leilões de reserva e compra simplificada de energia, previstas para acontecer de forma ágil, para conter a ameaça que, hoje, volta a rondar o sistema elétrico. As energias renováveis são uma realidade como fontes alternativas, dado o potencial do país de poder utilizá-las. A maturidade das tecnologias em estágios distintos entre as fontes permite análise de suas aplicações mais adequadas. Novos conceitos, como *autoprodução* e *prosumidor*, estão presentes no atual contexto energético. A inserção das novas fontes no Sistema Interligado Nacional (SIN) depende dos resultados dos leilões para que a área de operação recorra ao perfil de geração disponível. A questão da flexibilidade operacional em regime permanente e em condições de contingência deve ser analisada em face da necessidade do armazenamento de energia. As plantas renováveis devem ser analisadas sob o aspecto de eficiência, buscando alcançar resultados de custo e benefício favoráveis ao novo modelo de diversificação.

Palavras-Chave: energias renováveis; matriz elétrica; eficiência energética; solar; eólica.

EXERCÍCIOS FÍSICOS PARA IDOSOS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

Mediadora: Fabiana Medeiros de Almeida Silva – CEUB, Núcleo de Educação a Distância, NEaD
fabiana.medeiros@ceub.edu.br

Debatedoras: Juliana Nunes de Almeida Costa – UnB, Enfermagem
jubrennercosta@gmail.com
Marisete Peralta Safons – UnB, Enfermagem
mari7ps@gmail.com

A pandemia da COVID-19 fez que quase todas as pessoas mudassem suas rotinas de exercícios físicos. Aos idosos, principal grupo de risco da doença, foram dadas orientações de segurança para permanecerem em isolamento social, evitando lugares que promovessem aglomerações, como academia de ginástica. Diante desse contexto histórico, exercícios físicos para idosos necessitaram passar por adequações para que fosse possível a sua prática com o máximo de segurança. O Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Atividade Física para Idosos, GEPAFI, vinculado à Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília, readaptou o seu trabalho presencial à nova realidade da saúde eletrônica ou saúde digital. Diante do exposto, o objetivo do estudo é relatar a experiência das adequações dos exercícios físicos presenciais em duas modalidades do GEPAFI, o treinamento resistido e o circuito de equilíbrio, utilizando a tecnologia síncrona para idosos. Este estudo é do tipo observacional e foi realizado a partir de maio de 2021, com a tecnologia de aulas síncronas na plataforma digital Zoom. Participam das aulas 157 idosos, 138 mulheres e 19 homens, com média de idade de 71,4 anos. A equipe é composta de 4 professores, 1 coordenador e 7 estagiários. As aulas ocorrem em uma frequência de 5 vezes por semana. O treinamento resistido tem a frequência de 3 vezes na semana, com a duração de 40 minutos. O circuito de equilíbrio ocorre em 2 vezes semanais de 60 minutos. Em ambas as modalidades, trinta minutos antes do início da aula, são realizados momentos de convívio social, ajuste de imagem e som dos idosos e breve instante de consciência corporal. Os equipamentos para o treinamento foram adaptados, utilizando-se materiais, como pacotes de alimento de 1kg ou 2kg, cabo de vassoura, bolas de meia, caixas de papelão, potes de sorvete, cadeira, entre outros. Formulários *online* foram elaborados para ensinar os idosos a aderir à nova tecnologia e obter dados atualizados sobre sua saúde, pesquisa de satisfação e avaliação das atividades. As aulas tiveram início com o grupo de idosos matriculados nas atividades presenciais do GEPAFI, e, atualmente, participam idosos de outros estados brasileiros, graças à tecnologia das aulas síncronas. Relatos foram registrados durante as aulas pelo *chat* e em vídeos gravados, evidenciando a melhora física, cognitiva e social dos idosos. Testes físicos seguros foram adaptados e aplicados pelos próprios idosos, no intuito de manter a segurança do momento de pandemia. Portanto, as metodologias aplicadas nas modalidades do GEPAFI, com suas adequações, possibilitam um treinamento eficaz e, consequentemente, a prática de atividades instrumentais e avançadas na rotina dos idosos, com qualidade e segurança, em busca de um envelhecimento ativo, mesmo em épocas de isolamento social.

Palavras-Chave: envelhecimento; exercícios físicos; COVID-19.

EXPERIÊNCIAS EM HOSPITAIS E EDIFÍCIOS DE SAÚDE COM O ARQUITETO E URBANISTA SIEGBERT ZANETTINI

Mediadores: Juliane Valente de Almeida – aluna do Mestrado em Arquitetura e Urbanismo
juliane.va@sempreceub.com
Leonardo Lancini Brigido – aluno do Mestrado em Arquitetura e Urbanismo
leonardo.lancini@sempreceub.com

Debatedor: Márcio Nascimento de Oliveira – Associação Brasileira para o Desenvolvimento do Edifício Hospitalar, ABDEH
marcioarquiteto@gmail.com

A mesa-redonda exibe o vídeo *Experiências em hospitais e edifícios de saúde com o arquiteto e urbanista Siegbert Zanettini*, apresentado pelo Prof. Me. Márcio Nascimento de Oliveira, da Associação Brasileira para o Desenvolvimento do Edifício Hospitalar – ABDEH. Trata-se de temas, como o conceito de hospital contemporâneo e sustentabilidade em hospitais. Expõem-se exemplos de projetos desenvolvidos pelo arquiteto Siegbert Zanettini, sintetizando sua experiência de 60 anos em arquitetura hospitalar.

Palavras-Chave: arquitetura hospitalar; edifícios de saúde; hospital contemporâneo.

EXTENSÃO E CURRICULARIZAÇÃO: DESAFIOS DE IMPLEMENTAÇÃO DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Mediadora: Rhaisa Naiade Pael Farias – CEUB, Núcleo de Educação a Distância, NEaD
rhaisa.farias@ceub.edu.br

Debatedores: Murilo Silva Rezende – CEUB, Núcleo de Educação a Distância, NEaD
murilo.rezende@ceub.edu.br
Cláudio Amorim dos Santos – CEUB, Núcleo de Educação a Distância, NEaD
claudio.asantos@ceub.edu.br

O objetivo principal desta mesa é discutir sobre os desafios da implementação da extensão curricularizada no curso de Pedagogia EaD do UniCEUB, durante a pandemia de COVID-19. A princípio, a situação do distanciamento social parecia não atingir a modalidade da Educação a Distância, entretanto existe na grade curricular dos cursos a distância atividades presenciais a ser desenvolvidas tanto nas instituições de ensino superior quanto junto à comunidade externa, como é o caso das atividades extensionistas, que devem promover a integração da academia com a comunidade, reconhecendo, assim, a indissociabilidade do conhecimento acadêmico com a sociedade, estabelecendo ações práticas e o diálogo em benefício da comunidade. Com a implementação de um projeto de palestras *online*, foi possível atender ao princípio da inseparabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, uma vez que os estudantes têm como referência os conteúdos de seu curso de graduação. No projeto, são encaminhados à pesquisa de campo para levantar indicadores de problemas sociais de sua comunidade; só então, realizam a palestra que visa discutir e apontar caminhos relativos à resolução das problemáticas identificadas. Sobre o resultado, as atividades desenvolvidas pelos acadêmicos apresentaram-se como pluridisciplinares, políticas, culturais e educativas. A discussão, durante a mesa, dá-se na ação de reflexão crítica acerca de outros pontos não abordados e das propostas de melhorias no desenvolvimento das atividades que contemplam ensino, pesquisa e extensão.

Palavras-Chave: curricularização da extensão; formação de professores; tecnologias digitais; educação a distância.

GRANDE REPORTAGEM: CIDADANIA E CRITÉRIOS DE NOTICIABILIDADE

Mediador: Luiz Claudio Ferreira – CEUB, Jornalismo
luiz.ferreira@ceub.edu.br

Debatedora: Fabiana Moraes – UFPE, Jornalismo
fabimoraes@gmail.com

Cabe ao jornalismo a responsabilidade especial, como atividade humana, de alertar e prestar serviço à cidadania no contexto de crises sanitárias e sociais que desafiam as instituições brasileiras nos mais diferentes campos do conhecimento. O encontro trata das principais motivações do fazer da grande reportagem, como gênero raro e híbrido, incluindo discussões sobre diferentes ramos e estratégias narrativas em diferentes plataformas. O evento apresentou as experiências da convidada e debatedora, a jornalista Fabiana Moraes, que pautou sua carreira pela busca de temáticas que envolvem a cidadania dos mais vulneráveis brasileiros. Foram discutidas técnicas narrativas, como a do jornalismo literário, e as dificuldades de cobertura em contextos hostis e complexos. É preciso interpor que o jornalismo investigativo se esmera como caminho de produção que deva valorizar a experiência humana e que visibilize os principais dramas da atualidade. Os gêneros literário e interpretativo subscrevem-se como vertentes obrigatórias em um período em que a sociedade está vulnerável a ataques frequentes à liberdade de expressão, por notícias falsas e pela superficialidade de veículos diários noticiosos. A convidada escrevia, no momento de realização da atividade no simpósio, um livro crítico sobre os critérios de noticiabilidade, cuja temática foi trabalhada no encontro. Aliás, a decisão pela noticiabilidade precisa ser pesquisada como fundamento, para compreender quais são as dimensões de aprofundamento a que uma reportagem deve chegar. A jornalista também debateu a respeito do lugar do jornalismo universitário como espaço de descobertas, experiência e ousadia. As buscas pelo fazer diferente e pela capacidade de ouvir podem ser estratégias fundamentais para um jornalismo que se pretenda efetivamente solidário diante das mais profundas injustiças.

Palavra-Chave: cidadania; noticiabilidade; reportagem; jornalismo literário.

GRUPOS DE PESQUISA E PROJETOS DE PESQUISA

Mediadores: Alberto Alves de Faria – CEUB, Coordenação do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo
alberto.faria@ceub.edu.br
Gustavo Alexandre Cardoso Cantuária – CEUB, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo
gustavo.cantuaria@ceub.edu.br
Jairo Furtado Nogueira – CEUB, Engenharia Civil
jairo.nogueira@ceub.edu.br

Debatedores: Aline Stefânia Zim – CEUB, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo
aline.zim@ceub.edu.br
Paulo Afonso Cavichioli Carmona – CEUB, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo e Direito
paulo.carmona@ceub.edu.br
Rossana Maria Sapena Delpino – CEUB, Arquitetura e Urbanismo
rossana.delpino@ceub.edu.br
William Roberto Malvezzi – CEUB, Engenharia de Computação
william.malvezzi@ceub.edu.br

A mesa-redonda apresenta as atividades dos grupos de pesquisa e de projetos de pesquisa referentes aos cursos de arquitetura e urbanismo e à engenharia do CEUB. A área de concentração do mestrado em arquitetura e urbanismo é Cidade e Habitação, que envolve as linhas de pesquisa "Cidade, infraestrutura urbana, tecnologia e projeto" e "Teoria, história e projeto de habitação". A arquitetura e urbanismo tem interface com a engenharia, a educação física, a saúde, a sociologia, a educação, o direito e a saúde. Os grupos e os projetos de pesquisa desenvolvem atividades relacionadas à educação básica, como aulas, palestras, mesas-redondas, visitas técnicas, seminários, apresentam e publicam artigos em congressos, projetos em disciplinas, colaborando com colégios de educação básica, onde se trabalha com o PIC Júnior, mediante a parceria com o CNPq e a Fundação de Apoio à Pesquisa do DF (FAP DF). Os PIC Júnior são planos de trabalho para alunos do ensino médio e da graduação, orientados por professores do ensino superior, em que o mestrando pode participar como voluntário. Esta é uma forma de a educação superior contribuir para a melhoria das escolas públicas e particulares. As avaliações das atividades têm demonstrado que este é um caminho adequado às instituições para a contribuição social. Houve reconhecimento científico, social e cultural pelas universidades e pelas instituições parceiras, por aceitarem participar de eventos, como mesas-redondas, palestras, aulas magnas, *lives*, seminários, entrevistas, programas da mídia. O objetivo geral é contribuir para sedimentar a prática da pesquisa e o ensino da graduação e da pós-graduação *stricto sensu* na Instituição. Os resultados viabilizam registros acadêmicos científicos, de forma a contribuir com a ampliação do conhecimento. Alguns grupos de pesquisa são: *Cidade e habitação, novas perspectivas*; *Prática pedagógica e formação de professores*; *Arquitetura, qualidade ambiental, eficiência e saúde*; *Situ-AÇÕES: a espacialidade contemporânea em questão*; *Gestão e avaliação ambiental do projeto arquitetônico*; *Direito público e política urbana; Arquiteturas não modernas de Brasília; Palimpsesto crítico*. Cada grupo tem um líder, cujas linhas de pesquisa podem variar e, inseridos nos grupos, estão os projetos de pesquisa coordenados pelo professor, cujos integrantes são estudantes do Programa de Iniciação Científica – PIC, do PIBIC e do PIBITI, acomodando alunos em nível de mestrado, graduação e ensino médio e pesquisadores

internos e externos ao CEUB. O fomento à pesquisa acadêmica em arquitetura e urbanismo e na engenharia tem como fim sua maior aplicabilidade nos projetos a ser desenvolvidos acadêmica e profissionalmente, ou seja, na reflexão sobre escolhas feitas ao longo do projetar, unindo a teoria e a prática sobre o tema. Como resultado desta mesa-redonda, espera-se divulgar a pesquisa nos diversos cursos.

Palavras-Chave: grupo de pesquisa; projeto de pesquisa; interfaces; Arquitetura e Urbanismo; Engenharia.

INTERVENÇÃO FONOAUDIOLÓGICA NO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Mediador: Alexandre Domanico da Cunha – CEUB, Núcleo de Educação a Distância, NEaD
alexandre.cunha@ceub.edu.br

Debatedoras: Karina Eraclea Lara Ferreira Parreira – CEUB, Núcleo de Educação a Distância, NEaD
karina.parreira@ceub.edu.br
Paula Coratini da Silva – CEUB, pesquisadora do grupo de pesquisa "Comunicação, tecnologia e o papel social das organizações no eixo da gestão"
paula.coratini@sempreceub.com

O tema principal desta mesa-redonda é a *Atuação fonoaudiológica no transtorno do espectro autista*. O principal objetivo é investigar qual é a melhor intervenção terapêutica fonoaudiológica no referido transtorno e se há uma intervenção terapêutica ideal. O método utilizado para o referido estudo foi a pesquisa bibliográfica em bibliotecas universitárias virtuais e *sites* de busca acadêmico. Os resultados indicam que existem inúmeras linhas terapêuticas e que o paciente se adaptará à utilizada, porém é necessário escolher o que for melhor para o paciente adaptar-se. Na intervenção fonoaudiológica, há diversas abordagens terapêuticas, e a importância de cada uma tem único objetivo: o desenvolvimento do paciente. Por isso, é importante ter um olhar que ultrapasse as características apresentadas, já reconhecendo e validando o que a criança e o adolescente já possuem, a fim de maximizar a estimulação do que o paciente necessita não só no ambiente terapêutico, mas também no contexto em que o paciente vive, incluindo a família e as instituições de ensino como parceiras do fonoaudiólogo para que haja o sucesso do paciente em suas áreas de desenvolvimento.

Palavras-Chave: fonoaudiologia; linguagem; comunicação; fala; autismo.

LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA VIRTUAL: VISÃO DO DOCENTE E DO DISCENTE

Mediador: Flávio César de Siqueira Marques – CEUB, Núcleo de Educação a Distância, NEaD
flavio.marques@ceub.edu.br

Debatedores: Everson Andrade dos Reis – CEUB, Núcleo de Educação a Distância, NEaD
everson.reis@ceub.edu.br
Felipe Gustavo Santos França – CEUB, graduando em curso superior de Tecnologia em Segurança da Informação
felipe.gfranca@sempreceub.com

As práticas de laboratório na educação superior, na modalidade a distância, sofrem pressão de diversos fatores, como a facilidade do uso, a qualidade do planejamento das tarefas e o tempo de dedicação. Assim, aulas de laboratório em cursos superiores de tecnologia precisam reinventar-se, para promover atividades atrativas, educativas, desafiadoras, sempre em busca das melhores oportunidades de aprendizado dos estudantes. A mesa-redonda discute a visão do docente e do discente sobre o Laboratório de Informática Virtual (LABIVIRT), ora em uso na Educação a Distância - EaD/CEUB. O LABIVIRT consiste em solução tecnológica de laboratório de informática, hospedada na nuvem e permite que vários professores possam desenvolver práticas ao mesmo tempo, na modalidade a distância, sem a necessidade de agendar ou disputar os recursos computacionais da Instituição de Ensino Superior (IES). As práticas podem ser executadas de forma síncrona, ou seja, com o professor presente, orientando os exercícios, durante período agendado, ou de forma assíncrona, conforme escolha e disponibilidade dos estudantes. Nesta mesa-redonda, docente e discente discutem a experiência de práticas para as tarefas de laboratório de informática no ensino superior, visualizando as melhores e as piores experiências no processo de ensino e aprendizagem. As discussões incluem o planejamento, as práticas preparadas pelos docentes e as tarefas executadas pelos alunos. Por intermédio desta discussão, as práticas exitosas são reforçadas, com vistas a incrementar o ensino superior nesta modalidade. O resultado consiste em importante subsídio para a melhoria contínua nas atividades práticas de laboratórios em cursos superiores de tecnologia da informação.

Palavras-Chave: educação a distância; aulas práticas; laboratório de informática.

MEIO AMBIENTE X ORGANIZAÇÕES: AS RELAÇÕES ENTRE ÉTICA, ECONOMIA E CONTABILIDADE

Mediadores: Adriane Zambonato – CEUB, Núcleo de Educação a Distância, NEaD
adriane.zambonato@uniceub.br
Alexsandro Barreto Gois – CEUB, Núcleo de Educação a Distância, NEaD
alexsandro.gois@ceub.edu.br

Debatedor: Sérgio Saraiva Nazareno dos Anjos – EMBRAPA, Transferência Tecnológica
sergionazareno@gmail.com

A questão ambiental é cada vez mais discutida desde em pequenos grupos até em organismos e eventos internacionais, como o Clube de Roma, as conferências da Organização das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, as conferências das partes, entre outros. Já se foi o tempo em que a responsabilidade era atribuída apenas às organizações. As questões ambientais devem ser uma preocupação de todos: governos, organizações, comunidades e cidadãos. Os governos devem desenvolver políticas públicas que adaptem a estrutura da Administração Pública com práticas sustentáveis, normatização e regulação para que pessoas físicas e jurídicas minimizem ações que geram impactos negativos ao meio ambiente. No âmbito das organizações, é necessária a inclusão de práticas que reflitam essa preocupação em seus processos internos e externos. Por sua vez, no âmbito individual, devem-se adotar práticas na qualidade da cidadania, gerando menos impactos ambientalmente negativos, considerando, inclusive, o poder de escolha no consumo de bens e serviços que sejam ambientalmente adequados à realidade atual. Essas preocupações têm como propósito gerar impactos positivos sobre o funcionamento do sistema econômico contemporâneo, favorecendo a sustentabilidade da vida humana na Terra. Os recursos naturais disponíveis são limitados, e os serviços ecossistêmicos não são tão resilientes como se imaginava outrora. Um ponto importante é quanto às consequências com o uso da água potável disponível de forma desmedida e a comercialização da água virtual em detrimento da balança comercial favorável. Além disso, a falta de tratamento adequado dos resíduos sólidos, o alto nível de poluição, a falta de controle das emissões de gases do efeito estufa, o baixo controle na preservação da fauna e da flora e as poucas medidas para o combate ao desmatamento contribuem para um planeta inóspito. Tudo isso deve não só ser discutido, mas também colocado em prática, por meio de ações de desenvolvimento sustentável. Nessa perspectiva, as relações entre ética, economia e contabilidade ambiental instrumentalizam a tomada de decisão, apoiando governos, organizações e cidadãos, considerando questões que envolvem a ética e a responsabilidade socioambiental.

Palavras-Chave: organizações; questão ambiental; ética e meio ambiente; economia do meio ambiente; contabilidade ambiental.

O IMPACTO DA LGPD NA PERCEPÇÃO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES E DOS CIDADÃOS BRASILEIROS

Mediador: Maxli Barroso Campos – CEUB, Núcleo de Educação a Distância, NEaD
maxli.campos@ceub.edu.br

Debatedores: João Batista Ribas de Moura – IAPP, International Association of Privacy Professionals, System Dynamics Society
joao.moura@rfb.gov.br
Marcelo Carboni Gomes – CEUB, Núcleo de Educação a Distância, NEaD
marcelo.gomes@ceub.edu.br
Marcello Zillo Neto – Microsoft
marcello.neto@microsoft.com

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que entrou em vigor em 18 de setembro de 2020, é o novo regramento jurídico para o tratamento de dados de pessoas físicas, nos ambientes *online* e *off-line* e nos setores público e privado. A lei estabelece como dados pessoais de clientes, colaboradores, fornecedores e parceiros podem e devem ser tratados pelas organizações que têm acesso a essas informações, não sendo, portanto, uma lei aplicável apenas a consumidores. As sanções da lei poderão ser aplicadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). Questiona-se se as recentes ações serão protagonistas de uma mudança na forma como as organizações públicas ou privadas e as pessoas em geral consideram a preocupação com a segurança da informação, a fim de impactar a mudança de uma cultura organizacional ou de comportamento das pessoas no uso dos recursos e dos sistemas de informação. O objetivo da atividade não é alcançar uma resposta, mas colocar o tema em discussão, para debater os diferentes pontos de vista de especialistas e professores que lidam com o assunto na prática, tanto de forma acadêmica quanto no mercado, no Brasil e na Europa.

Palavras-Chave: LGPD; ANPD; segurança da informação; comportamento; *mindset*.

O PAPEL DA PSICOLOGIA EM TEMPOS DE NEGACIONISMO

Mediador: João Gabriel Nunes Modesto – CEUB, Coordenação do Mestrado em Psicologia
joao.modesto@ceub.edu.br

Debatedores: João Gabriel Nunes Modesto – CEUB, Coordenação do Mestrado em Psicologia
joao.modesto@ceub.edu.br
Juliano Moreira Lagôas – CEUB, Psicologia
juliano.lagoas@ceub.edu.br

Diferentes áreas do conhecimento buscam entender o atual contexto permeado por *fake news* e as formas de negacionismo. A presente mesa discute tais fenômenos a partir de duas perspectivas teóricas, no âmbito da psicologia: cognição social e psicanálise. Na primeira fala, baseada na cognição social, são apresentados resultados de um conjunto de pesquisas sobre *fake news* e identidade política. De forma geral, nota-se que a identidade do indivíduo é importante fator para o endosso de notícias falsas e para a defesa de falas negacionistas. São discutidas formas de prevenção e combate às *fake news* que levem em conta a dimensão identitária, inclusive durante a pandemia de COVID-19. Em seguida, tendo por base o referencial psicanalítico, busca-se discutir o papel da ambivalência dos afetos de amor e ódio na relação que os sujeitos estabelecem com notícias falsas. Entende-se que esse modo de relação dos sujeitos contemporâneos com as *fake news* traduz certa regressão a formas mais primitivas (infantis) de lidar com o desprazer da realidade. Por fim, são feitas reflexões sobre as possibilidades de escuta desses sujeitos na clínica. Em conjunto, os debatedores discutem os desafios e as potencialidades da psicologia em tempos de negacionismo.

Palavras-Chave: *fake news*; negacionismo; Psicologia; Psicanálise.

O PORTFÓLIO PROFISSIONAL COMO DIFERENCIAL NOS PROCESSOS SELETIVOS

Mediador: Alexandre Domanico da Cunha – CEUB, Núcleo de Educação a Distância, NEaD
alexandre.cunha@ceub.edu.br

Debatedores: Gilmar dos Santos Marques – CEUB, Núcleo de Educação a Distância, NEaD
gilmar.marques@ceub.edu.br
Karina Eraclea Lara Ferreira Parreira – CEUB, Núcleo de Educação a Distância, NEaD
karina.parreira@ceub.edu.br
Valéria Riscarolli – CEUB, Núcleo de Educação a Distância, NEaD
valeria.riscarolli@ceub.edu.br

O ingresso no mercado do trabalho tem-se tornado cada vez mais desafiador. O relato de profissionais que trabalham com captação de pessoas é que os alunos apresentam domínio de conteúdo, mas não evidenciam as práticas realizadas. Considerando que a aplicação de conteúdos é recorrente na presente instituição, entende-se que os alunos precisam estar aptos a dominar o conhecimento e evidenciar sua capacidade em aplicá-lo. Sendo assim, os alunos, ao desenvolverem o portfólio profissional, terão mais chances de apresentar suas competências alinhadas à necessidade do mercado de trabalho e, consequentemente, aumentar as chances de colocação. Nesse contexto, o Núcleo de Educação a Distância (NEaD) executou o projeto denominado *Portfólio profissional*, cujo objetivo geral é elaborar o portfólio profissional dos alunos indicados. O projeto foi realizado entre os meses de junho a outubro e propiciou a evidenciação das competências por parte dos alunos participantes e a construção do portfólio dos estudantes do curso tecnólogo Gestão de Recursos Humanos, que puderam vivenciar a definição de competências, conhecimento e prática fundamental para o futuro profissional. O modelo usado incluiu a breve descrição do profissional, as competências profissionais, ou seja, as específicas da sua área de formação, e as competências genéricas, aplicadas em diversos contextos profissionais; caso fosse necessário, seriam inseridas evidências das participações e dos trabalhos realizados. Os resultados apontaram as competências dos profissionais considerados adequados aos processos seletivos em momento de análise documental. Em momento seguinte, entrevista, por exemplo, é necessário que o aluno sustente, verbalmente, suas competências.

Palavras-Chave: portfólio profissional; competências profissionais; empregabilidade.

PESQUISAS DO MESTRADO EM ARQUITETURA E URBANISMO

Mediadora: Maria Eleusa Montenegro – CEUB, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo
maria.montenegro@ceub.edu.br

Debatedores: Fabiana Ferrari – CEUB, aluno do Mestrado em Arquitetura e Urbanismo
fabiana.ferrari@sempreceub.com
Fernando Alberto Santoro Autran Júnior – CEUB, aluno do Mestrado em Arquitetura e Urbanismo
fautran@sempreceub.com
Igor Antonio Cunha Gonçalves Monteiro – CEUB, aluno do Mestrado em Arquitetura e Urbanismo
igorantonioarq@sempreceub.com
Talita Alves Morais e Rabelo – CEUB, aluna do Mestrado em Arquitetura e Urbanismo
morais.talita@sempreceub.com

Os alunos, desde que ingressam no Programa de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo do CEUB, ao lado das aulas teóricas, trabalham com a pesquisa científica, de forma contínua, juntamente com os egressos. Os seus resultados são apresentados em congressos, eventos nacionais e internacionais e, muitas vezes, publicados em revistas com o critério Qualis elevado. A pesquisa é considerada um ponto alto do Programa. Nas apresentações orais participam os seguintes mestrandos com os respectivos temas: Igor Antonio Cunha Gonçalves Medeiros, sobre “Contêineres em projetos de arquitetura”; Fernando Alberto Santoro Autran Júnior, sobre “Engenharia diagnóstica”; Talita Alves Morais e Rabelo, sobre “Estigmas sociais urbanos”; Fabiana Ferrari com a professora doutora Aline Stefânia Zim, sobre “Sistemas estruturais e casas mínimas”. Os temas têm em comum o conteúdo “A cidade e a habitação” e são pertinentes às áreas de Arquitetura e Urbanismo e Engenharia. Espera-se contribuir com novos conhecimentos e promover um debate salutar.

Palavras-Chave: contêineres; engenharia diagnóstica; estigmas sociais; estruturas e casas mínimas.

POLÍTICA CRIMINAL

Mediador: Bruno Amaral Machado – CEUB, Direito
bruno.machado@ceub.edu.br

Debatedoras: Carolina Souza Cordeiro – CEUB, Direito
carolina.cordeiro@ceub.edu.br
Cristina Maria Zackseski – UnB, Direito
cristinazbr@gmail.com

Esta mesa-redonda destina-se a apresentar as atividades do grupo de pesquisa interinstitucional *Política criminal*, do qual participam professores e alunos do CEUB e da UnB e que é liderado pelos professores doutores Bruno Amaral Machado e Cristina Maria Zackseski. Realizam-se mensalmente encontros na pós-graduação em Direito, com convidados de diferentes instituições e países, para discutir temas ligados à criminologia, à política criminal contemporânea e às políticas públicas. Também fazem parte das atividades as reuniões com alunos da graduação em Direito, com o fim de apresentá-los às leituras criminológicas, despertar o interesse para os estudos criminológicos e estabelecer pontes para futuras pesquisas de pós-graduação. Além disso, dedica-se à produção de artigos, ao desenvolvimento de pesquisas e à publicação de livros. O grupo é composto por oito pesquisadores doutores e quarenta estudantes de graduação, mestrado e doutorado.

Palavras-Chave: grupo de pesquisa; política criminal; criminologia.

PROJETANDO O ARQUITETO

Mediadora: Ana Carolina Netto Gomes Drumond – CEUB, Arquitetura e Urbanismo
ana.drumond@ceub.edu.br

Debatedoras: Joyce de Araújo Mendonça – CEUB, Arquitetura e Urbanismo
joyce.mendonca@ceub.edu.br
Izabella Mendonça Cavalcante – CEUB, arquiteta e mestranda em Arquitetura e Urbanismo
izabella.cavalcante@sempreceub.com
Maria Julia Almeida de Araujo – CEUB, graduanda em Arquitetura e Urbanismo
maju.124@sempreceub.com

A palavra *projetar* pode ser entendida como ato de lançar e arremessar e como ação de idealizar e planejar. Neste trabalho, as duas definições para este verbo, que é, além de tudo, a essência da arquitetura, aplicam-se, ora com intuito de investigar como o arquiteto se molda e tem sua formação planejada e idealizada segundo um contexto cultural e histórico, ora com intenção de imaginar o profissional lançado a um futuro que se apresenta no contexto da revolução tecnológica. Nesse sentido, pretende-se averiguar se a formação do arquiteto está em descompasso com o que dele é esperado e se, quando é "projetado" pelas escolas de arquitetura, ele cumpre o seu papel com eficiência, sendo capaz de dialogar com o contexto e as necessidades de sua época. Por outro lado, entende-se que um projeto não se encerra no tempo presente, pois é, antes de tudo, um vislumbre, um planejamento de um porvir. Sendo assim, tensiona-se investigar qual seria o papel do arquiteto quando projetado em um futuro, que futuro seria e que capacidades este profissional deveria ter. Por fim, entende-se que, no exercício de "projetar" o arquiteto, é importante compreender as principais habilidades e competências para sua atuação eficiente no mundo, podendo, assim, esta pesquisa, indicar caminhos para a formação acadêmica mais efetiva.

Palavras-Chave: ensino de arquitetura; revolução tecnológica; projeto; arquiteto.

"SPOILERS" DO DIREITO INTERNACIONAL

Mediador: André Pires Gontijo – CEUB, Direito
andre.gontijo@ceub.edu.br

Debatedoras: Aléssia Barroso Lima Brito Campos Chevitarese – CEUB, Direito
alessia.cchevitarese@ceub.edu.br
Alice Rocha da Silva – CEUB, Direito
alice.silva@ceub.edu.br
Elisa de Sousa Ribeiro Pinchemel – CEUB, pesquisadora do Grupo de Estudos do MERCOSUL
elisa.pinchemel@ceub.edu.br
Francielle Vieira Oliveira – Universidade Estácio de Sá
francielle.oliveira@estacio.br
Leyza Ferreira Domingues – CEUB, pós-graduação *lato sensu* em Direito
leyza.domingues@uniceub.br
Manuellita Hermes – IDP, pós-graduação *lato sensu* em Direito Constitucional
manuelita.oliveira@agu.gov.br

O Direito Internacional pode ser considerado um dos ramos mais abrangentes da teoria jurídica. Além da dicotomia entre a moral universal (perspectiva descendente) e a formação da vontade soberana dos Estados (perspectiva ascendente), atualmente, o Direito Internacional cuida de inúmeros temas controversos que vão além das fronteiras jurídicas dos Estados soberanos. A partir de metodologia e perspectiva crítica, o painel propõe analisar diferentes temas que compõem o contexto do Direito Internacional, tais como: perspectivas do MERCOSUL – 30 anos mais 30 anos; proteção ao meio ambiente no âmbito do Direito Internacional; influência da Corte Interamericana de Direitos Humanos nos julgamentos do Supremo Tribunal Federal; constitucionalismo compensatório – raio-x de uma pandemia na era dos dados; "spoilers" do Direito Internacional – o que está por vir. Os resultados das discussões estão em andamento, sobretudo porque não se trata de pesquisas concluídas e, sim, iniciadas, além de ter como objeto temas que podem sofrer variações de atores externos, como a pandemia decorrente da COVID-19.

Palavras-Chave: direito internacional; MERCOSUL; meio ambiente; Corte Interamericana de Direitos Humanos; constitucionalismo compensatório.

ANAIS DO

EnCUCA21

OFICINAS

CNPq fapdf CEUB

A PSICOLOGIA DOS ESPAÇOS VERDES: PSICOLOGIA AMBIENTAL NO DESENHO E NO MANEJO DA NATUREZA NAS CIDADES

Ligia Abreu Gomes Cruz – CEUB, Psicologia
ligia.abreu@ceub.edu.br

Esta oficina tem como proposta a introdução teórico-aplicada às noções de psicologia ambiental para estudantes de psicologia, arquitetura e urbanismo, ciências biológicas e afins. A psicologia ambiental, apesar de muito desenvolvida, principalmente, na América do Norte e na Europa, ainda é pouco conhecida no Brasil. No entanto, oferece muitos recursos teóricos, diagnósticos e de intervenção para a saúde e quaisquer outras áreas que tenham o ambiente como um de seus focos de atuação. Em suas duas vertentes tradicionais, a psicologia ambiental trata dos aspectos psicológicos tanto de ambientes construídos pelo homem como da relação entre homem e natureza. Entende-se, inclusive, que o conceito de ambiente não separa a relação humana do seu contexto. Diante da urgência do desenvolvimento sustentável global, reforçada recentemente pela proposta dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, da ONU, a vertente da psicologia ambiental verde tem ganhado destaque. Neste sentido, a oficina apresenta e discute conhecimentos sobre a abordagem psicológica com relação ao homem e à natureza. Em especial, destacam-se conceitos, estudos e aplicações que podem contribuir para a delimitação, a gestão e a análise da natureza nas cidades, quando considerados os impactos do ser humano sobre o meio ambiente e os do meio natural sobre o humano. Considerando que a sustentabilidade seja um esforço multidisciplinar, todos os profissionais são convidados a dialogar com os conhecimentos da psicologia ambiental, em especial, as áreas que planejam, implementam e fazem a gestão do verde na vida das pessoas.

Palavras-Chave: psicologia ambiental; sustentabilidade; meio ambiente; arquitetura e urbanismo.

COMO ELABORAR UM CURRÍCULO LACRADOR

Juliana Menezes da Nóbrega – CEUB, Núcleo de Educação a Distância, NEaD
juliana.nobrega@ceub.edu.br

Pessoas mais atentas já devem ter observado que a média de candidatos para uma oportunidade de trabalho aumentou bastante nos últimos tempos. No LinkedIn, por exemplo, é comum ver números que passam de 500 candidaturas para única vaga. Por isso, a preocupação de criar um currículo atraente torna-se cada dia mais premente, e quem nunca ficou apreensivo/a, ao elaborar o seu? Inquietações, como "que informações colocar?", "não tenho experiência registrada em carteira, e agora?", "será que assim está bom?", "será que vai agradar?", são comuns quando se elabora um currículo, afinal, trata-se de importante porta de acesso ao mercado de trabalho que deve ser capaz de levar o candidato a outras etapas de uma seleção. Assim, pretende-se eliminar as principais dúvidas quanto à elaboração de um currículo, além de capacitar o/a participante a construí-lo de forma estratégica. De um lado, é preciso atender as expectativas do possível empregador e da vaga; do outro, é também necessário construir uma identidade que evidencie a pessoalidade do/a candidato/a no papel. Nesse sentido, mediante fundamentos da semiótica e do *storytelling*, envolvendo aspectos, como diagramação, tipografia, psicologia das cores, narrativa, entre outros, o/a participante deverá apropriar-se de conhecimentos para construir currículos diferenciados, saindo do velho modelo cronológico. Também se aborda outra tendência muito importante: a transformação digital dos currículos. Além disso, demonstra-se como aproveitar o exercício da elaboração do currículo para o autoconhecimento, de modo que os/as participantes reflitam sobre suas experiências de trabalho, apropriando-se de seu valor e portabilizem habilidades e competências que podem ir de um currículo a outro, de uma vaga a outra.

Palavras-Chave: currículo; estratégia; *storytelling*.

OPEN REFINE E R STUDIO: PARTINDO DOS DADOS BRUTOS ÀS DESCOBERTAS

Eduardo Melione Abreu – CEUB, Núcleo de Educação a Distância, NEaD
eduardo.abreu@ceub.edu.br

Algumas atividades típicas de projetos da ciência de dados têm-se incrementado nos últimos anos. Ao acelerar o processo de transformação digital, impulsionada pelo grande volume de dados produzidos e disponibilizados nos mais diferentes formatos, aumenta-se a demanda por soluções que possam responder a perguntas sobre os dados. Com o Open Refine, é possível limpá-los, transformá-los de um formato a outro, usar serviços da Web e obter dados externos. Com o *software* R Studio, é possível realizar todas as atividades da análise e escrever um relatório, incluindo apresentações e muito mais. "R" é uma linguagem de programação criada mediante o *software* livre e tem como principal finalidade a aplicação em casos de computação que requeiram o uso de estatística e visualização gráfica. Com as ferramentas citadas, a oficina coleta os dados brutos, até gerar descobertas com exemplos das tarefas realizadas. Inicialmente, aprende-se como realizar o *download* e preparar o ambiente para que, em seguida, os dados possam ser tratados pelo aplicativo Open Refine. Depois, a linguagem R será apresentada no ambiente R Studio, permitindo que sejam feitas análises sobre os dados disponíveis. Com isso, é possível praticar o desenvolvimento de procedimentos até a escrita em código em linguagem R. Durante as atividades propostas na oficina, realiza-se a coleta, o tratamento e a exploração dos dados em um ambiente formado por ferramentas que apoiam o cientista de dados no desenvolvimento de suas atividades, de maneira integrada, facilitando e simplificando suas tarefas.

Palavras-Chave: Open Refine; R studio; ciência de dados.

PROJETO DE PESQUISA: PASSO A PASSO

Beatriz Pereira de Santana – CEUB, Núcleo de Educação a Distância, NEaD
beatriz.santana@ceub.edu.br

A elaboração de um projeto de pesquisa exige a compreensão das etapas e o domínio do gênero textual acadêmico-científico. É sabido que a atividade investigativa é tarefa complexa para a maioria dos estudantes universitários, uma vez que, para desenvolver uma pesquisa, não basta apenas traçar um caminho eficiente e eficaz para a sua realização, mas também, e principalmente, é preciso compreender cada uma das etapas de um projeto: a delimitação de tema, a justificativa de pesquisa, o estabelecimento de objetivos, a definição de métodos, a organização de cronograma, a seleção de fundamentação teórica e a indicação de resultados esperados. Além disso, faz-se necessário conhecer as características e a constituição estrutural do gênero textual acadêmico-científico, as quais precisam estar alinhadas à normatização da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e em consonância com as diretrizes do Programa de Iniciação Científica (PIC) do Centro Universitário de Brasília (CEUB). Diante desse contexto, a oficina *Projeto de pesquisa: passo a passo* busca proporcionar o desenvolvimento de competências e de habilidades de estudantes universitários de qualquer área do conhecimento que são principiantes em pesquisa científica. Assim, é realizada por meio de uma sequência didática, a qual auxilia a produção de textos acadêmico-científicos. Dessa forma, os estudantes poderão construir um pré-projeto de pesquisa de um modo simples e direto, bem como dominar conhecimentos básicos e essenciais para conceber, construir e fundamentar um projeto de iniciação científica. Em linhas gerais, a oficina demonstra aos jovens pesquisadores universitários como desenvolver um projeto de pesquisa para iniciar uma investigação científica.

Palavras-Chave: projeto de pesquisa; iniciação científica; gênero textual acadêmico.

UTILIZANDO A PSICOLOGIA COGNITIVA PARA FAZER APRESENTAÇÕES EM POWER POINT

Daniel Barbieri Freitas – CEUB, Psicologia
daniel.freitas@ceub.edu.br

Apresentações de *slides* no mundo acadêmico podem ser vistas como grande habilidade ou um pesadelo. Para além das habilidades e das competências com recursos gráficos, é necessário que o apresentador cumpra o objetivo: passar a mensagem. Muitas vezes, esse momento é entendido como uma etapa estafante ou temida do processo de comunicação científica. No entanto, a importância e os efeitos que boas apresentações tendem a causar em uma audiência são muito bem conhecidos. Apresentações de *slides* bem realizadas causam boas impressões na audiência e contribuem diretamente com o processo de exposição das pesquisas. Uma curiosidade é a de que, no contexto acadêmico, por vezes, bons comunicadores por meio da escrita não conseguem ter o mesmo desempenho, ao fazer uma apresentação. Baseada nessa demanda, surgiu esta oficina. A atividade tem como finalidade contribuir com estudantes e interessados por meio dos aportes que a psicologia cognitiva pode oferecer na construção de apresentações de *slides*. Entende-se que os fundamentos dessa área do conhecimento apresentem grande potencial nos processos de planejamento, construção e execução de uma apresentação de *slides*. A oficina trata de questões relacionadas aos pressupostos cognitivos que devem basear a importância de seguir uma fundamentação no momento da escolha de aspectos, como fonte, fundo, cores, ordem das informações, organização das informações e outros. Além disso, secundariamente, propõe-se discutir aspectos associados ao comportamento do apresentador, como postura, movimento e oralidade. Portanto, com base nesses pressupostos, torna-se possível contribuir com a capacidade de pesquisadores em comunicar suas pesquisas.

Palavras-Chave: Power Point; psicologia cognitiva; comunicação científica.

ANAIS DO

EnCUCA21

PALESTRAS

CNPq fapdf CEUB

AVALIAÇÃO DE PROJETOS DE PESQUISA CIENTÍFICA - PARECERES

Wanderlei Abadio de Oliveira – PUC Campinas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia
wanderleio@hotmail.com

A revisão e a avaliação de um plano de pesquisa são essenciais para qualificar o desenvolvimento de investigações em diferentes áreas do conhecimento. Em geral, essa tarefa envolve análises críticas sobre os projetos, seu potencial de contribuição para a produção do conhecimento (geração de saberes) e sua exequibilidade. A relevância científica e social das propostas também é analisada. Os principais tópicos avaliados em um projeto de pesquisa são: fundamentação teórica; método; coerência entre fundamentação teórica, objetivos e método (consistência interna); potencial de relação dialógica com a sociedade (troca de saberes acadêmico-popular que proporcionará a produção de conhecimento); exequibilidade (tempo, custos); impactos ou resultados esperados; desafios a ser superados; indicadores de avaliação. Além disso, é importante observar que o levantamento bibliográfico apresentado seja atual e relevante para a proposta em análise, além de considerar que o projeto de pesquisa deve ser compatível com o momento da formação a que se destina. Em casos de alunos de graduação, as atividades previstas no projeto devem ser condizentes com as ações específicas ou com o nível de dificuldade adequado para um bolsista de iniciação científica. Isso será considerado na avaliação de um projeto em qualquer nível formativo. As qualificações do proponente também são observadas, e, nesse sentido, avalia-se a experiência e a competência profissional demonstrada, especialmente na área da pesquisa proposta, bem como a qualidade e a regularidade da sua produção científica. Após a avaliação, são emitidos pareceres – documentos que manifestam a síntese conclusiva de todo o processo. Em alguns casos, podem ser verificados pontos críticos que justifiquem a reprovação do projeto ou a recomendação de adequações antes de sua aprovação. Esses aspectos serão explorados e discutidos.

Palavras-Chave: projetos de pesquisa; avaliação por pares; parecer.

BULLYING: COMO IDENTIFICAR E ENFRENTAR NO CONTEXTO DA SALA DE AULA?

Flávia Carvalho Malta de Mello - Secretaria Municipal de Educação de Ribeirão Preto, Enfermagem e Saúde Pública
fcmalta@gmail.com

Estudos nacionais e internacionais têm revelado que o *bullying* expõe crianças e adolescentes à condição de vulnerabilidade. Não é a escola a única responsável pela produção desse tipo de violência, pois trata-se de um fenômeno complexo, dinâmico, multifacetado e multicausal com raízes também em questões macrossociais e econômicas, exigindo, portanto, enfrentamentos no contexto da intersetorialidade. O estudo apresentado no IV Simpósio Internacional de Pesquisa e no XIX Encontro de Iniciação Científica, IV EnCUCA, tem por finalidade apresentar os resultados da pesquisa desenvolvida durante o doutoramento da pesquisadora (entre 2015 e 2018), pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo – EERP/USP. A abordagem metodológica é a qualitativa, e os objetivos são apreender as representações sociais dos professores sobre o *bullying* entre os alunos e conhecer as estratégias adotadas diante do fenômeno, no contexto da prática docente. A pesquisa foi desenvolvida em 4 escolas da rede municipal de educação, localizadas na região norte da cidade de Ribeirão Preto, estado de São Paulo, as quais foram selecionadas por fazer parte do contexto de atuação profissional da pesquisadora. O grupo participante foi representado por 10 professores do quinto ano do primeiro segmento do ensino fundamental. Como instrumento de coleta de dados, optou-se pela entrevista semiestruturada, e a análise dos dados foi realizada à luz da Teoria das Representações Sociais. Reconhece-se que os professores são sujeitos de transformação com possibilidades de (re)construção de práticas que sejam referência no enfrentamento do fenômeno na escola. Os resultados demonstraram que os professores sabem conceituar teoricamente o *bullying*, reconhecem que o problema afeta a dinâmica escolar em vários aspectos, causando exclusão e impactos negativos na aprendizagem, na saúde e no desenvolvimento do aluno, assim como nas relações sociais e no ambiente escolar. Não se evidenciou nenhuma ação articulada entre direção da escola e professores, entre escola e Secretaria Municipal da Educação e, tampouco, entre escola e serviços de saúde ou demais áreas sociais adjacentes. Os professores não se furtaram em buscar formas de combate aos vários tipos de violência escolar, ainda que pontuais e desarticuladas. Entretanto, tais ações não se mostraram efetivas, mas reforçaram práticas de violência cada vez mais recorrentes no âmbito escolar. Diante disso, constatou-se que a escola continua reproduzindo a exclusão social, a violência, e, sobretudo, o *bullying* de grande parcela de alunos, fazendo-se premente a construção e a implementação de programas de enfrentamentos na perspectiva da intersetorialidade, consolidados, quiçá, por políticas públicas de ordem municipal, estadual ou federal.

Palavras-Chave: *bullying*; representações sociais; professores; estratégias de enfrentamento.

EDUCOWORKING: PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO HÍBRIDA NO PÓS-PANDEMIA

Marcelo Carboni Gomes – CEUB, Núcleo de Educação a Distância, NEaD
marcelo.gomes@ceub.edu.br

O empreendedorismo é o processo de iniciativa de implementar novos negócios ou mudanças em empresas já existentes. Trata-se de um termo muito usado no âmbito empresarial e está relacionado com a criação de empresas ou produtos novos, normalmente envolvendo inovações e riscos. O *coworking*, cotrabalho, trabalho colaborativo ou trabalho cooperativo, é um modelo de trabalho que se baseia no compartilhamento de informações, reunindo pessoas que não trabalham necessariamente para a mesma empresa ou na mesma área de atuação, podendo, inclusive, conter, entre os seus usuários, profissionais liberais, empreendedores e usuários independentes. Os usuários de *coworking* utilizam este modelo de trabalho para estabelecer relacionamentos que visam favorecer o surgimento e o amadurecimento de ideias e projetos em equipe. As práticas de conduta do *coworking* fazem que este modelo se aproxime mais das cooperativas, onde o foco está na sociedade. O ensino híbrido é uma proposta de educação que quebra os paradigmas sobre o processo de aprendizagem, ao utilizar abordagens diferenciadas que aliam as tecnologias digitais e a autoaprendizagem dos estudantes aos métodos mais tradicionais, e o professor se apropria do planejamento dos caminhos a ser seguidos pelo aluno, mediando seu progresso e deixando clara a jornada pedagógica e educativa. A proposição do EDUCOworking é contemplar a integração das áreas de educação, tecnologia e gestão por meio do empreendedorismo, em uma visão pós-pandemia, apresentando os principais desafios e as possíveis soluções com uso da transformação digital.

Palavras-Chave: ensino híbrido; pandemia; *coworking*; colaborativo; cooperativo.

MANUAJE: EL TÉRMINO FALTANTE EN LA EPISTEMOLOGÍA DE LA FORMA

Mauricio Arnoldo Cárcamo Pino – Universidad de Chile
m.carcamo@uchile.cl
Rossana Maria Delpino Sapena – CEUB, Arquitetura e Urbanismo
rossana.sapena@ceub.edu.br

La mentada supremacía de la especie humana ha sido atribuida a su inteligencia, asociada generalmente a dos capacidades distintas: el lenguaje, un sistema formal de códigos y/o símbolos mediante los que representamos estados del mundo; y la manufactura y uso refinado de una amplísima gama de instrumentos, utensilios, herramientas y artefactos. Ambas vías son consideradas útiles para solventar problemas, aunque sin importar mucho cómo se producen, combinan o diferencian. De hecho, muchos autores a menudo no han reconocido la confusión potencial entre estas estrategias tecnológicas diferentes porque hemos tendido a ver la habilidad del lenguaje, base material del pensamiento, como tan dominante entre los modos de operativización de lo mental, que el proceso/producto de lo *oral* y el proceso/producto de lo *manual* se perciben indistintamente como acciones tuteladas por el intelecto y el lenguaje, esta vez, entendido como facultad humana superior. Para mayor confusión, las acciones manuales, o más bien sus subproductos, son generalmente indagadas como si fueran necesariamente sistemas de signos, es decir, consideradas un objeto de estudio taxonómico lingüístico y/o semiótico. Sin embargo, si muchas acciones humanas no son *per se* un producto del lenguaje, pero están disponibles para la resolución de problemas, es decir, son útiles para la operativización de la inteligencia y lo mental, en general; entonces un concepto importante no tiene nombre en nuestro léxico y, como se sabe, las ideas sin nombre generalmente no se toman en cuenta. Hablamos del sinnúmero de acciones y prácticas manuales sensorio-motoras, y su correlato mental, que operativizan nuestra vida diaria, pero que no son tuteladas por el lenguaje, ni como sistema de comunicación verbal, ni como facultad humana, aunque si, como acción fáctica inteligente. Proponemos que tales prácticas sean llamadas **«manuaje»**, como lenguaje, pero con las manos, y que el concepto **«lenguaje»** se restrinja, como sugirió Saussure, a las acciones propias de la oralidad y lo verbal sígnico/simbólico. En ese contexto, realizamos una revisión comparada entre lenguaje y manuaje desde sus características. Presentamos también varios ejemplos de **«manuaje»** en diversas áreas del conocimiento humano, evidenciando dónde la falta de conceptualización en la dirección propuesta, limitó el rango de la teoría, la epistemología y/o las prácticas mismas. Por último, exploramos también varias consecuencias surgidas de la introducción del neologismo **«manuaje»** y proponemos algunas soluciones terminológicas a los problemas teóricos, representacionales y prácticos, producto del resituado conceptual propuesto**.**

Palabras-Clave: lenguaje; manuaje; grafoaje; inteligencia; pensamiento.

O DISCURSO CIENTÍFICO: DIVULGAR E DIFUNDIR

Beatriz Pereira de Santana – CEUB, Núcleo de Educação a Distância, NEaD
beatriz.santana@ceub.edu.br

O discurso científico é fundamental para a divulgação e a difusão da ciência. É por meio dele que realizamos a propagação dos avanços científicos que visam promover o bem-estar social. Entretanto, a linguagem utilizada na ciência difere da cotidiana. Por isso, é relevante discorrer sobre o papel do discurso científico e suas faces: ciência e sociedade. Cientificamente, consiste na divulgação de temática, objetivos, métodos e técnicas que colaboram para a obtenção de resultados significativos. Nessa perspectiva, trata-se de uma linguagem permeada por termos técnicos específicos da área de estudos e, por isso, de fácil compreensão apenas para os respectivos profissionais. Socialmente, a difusão da ciência colabora para que indivíduos comuns conheçam e compreendam a relevância de pesquisas nas diversas áreas do conhecimento e seus impactos para o desenvolvimento de uma vida melhor. No entanto, na maioria das vezes, a linguagem científica não é de alcance de todos os atores sociais. É preciso, portanto, transportá-la para a linguagem cotidiana para que seja compreensível pela maior parte da população. Reconhecer que não há prejuízos nessa transposição discursiva é o principal passo para assegurar não só a divulgação das ciências nos espaços científicos e acadêmicos, mas também a difusão entre a população. É essencial que o saber científico faça parte do saber cotidiano a fim de que se promova o bem-estar social. Assim, a linguagem construída cientificamente e adequada à linguagem cotidiana possibilita a ampliação do conhecimento por parte da população sobre as transformações e o progresso do mundo.

Palavras-Chave: discurso científico; linguagem cotidiana; ciência e sociedade.

O MÉTODO DELPHI E A EXPERIÊNCIA NA ELABORAÇÃO DE UM PROGRAMA DE INTERVENÇÃO

Andréa Cristina Mariano Yoshinaga – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, USP
andreac.mariano@yahoo.com.br

O presente estudo objetiva apresentar e analisar a proposta de um programa de intervenção *antibullying* na escola e sua pertinência para atuação do enfermeiro no contexto escolar. O programa é composto por 6 domínios e 25 recomendações que incluem a participação dos alunos, da família, da comunidade escolar e do enfermeiro, mediando práticas assertivas entre agressores, vítimas e expectadores. Cada domínio e cada recomendação foram considerados adequados ao programa de intervenção quando obtiveram, entre os especialistas, o mínimo de 80% de consenso. O método Delphi foi utilizado para a obtenção do consenso entre 11 especialistas que pesquisam e/ou trabalham com o *bullying* escolar e concordaram em participar do estudo. Após a primeira rodada de avaliação pelos especialistas, observou-se que a maioria dos domínios apresentou 100% de concordância. Os domínios que indicaram concordância parcial demonstraram alto grau de consenso, ou seja, acima de 80% quanto a sua relevância. Na segunda rodada, a recomendação que insere a participação do enfermeiro no planejamento escolar obteve 90,9% de consenso entre os especialistas, afirmando que o programa delineado atende as prerrogativas da atuação do enfermeiro no contexto escolar. Concluímos que a atuação do enfermeiro na escola e a promoção da educação dialógica, critica e reflexiva fundamentada particularmente em metodologias ativas e participativas poderão possibilitar uma atitude proativa, crítica e emancipatória dos alunos para o enfrentamento das situações do *bullying* entre pares na escola.

Palavras-Chave: *bullying*; programa de intervenção na escola; Enfermagem.

PESQUISA E INOVAÇÃO EM MATERIAIS CIMENTÍCIOS

João Henrique da Silva Rêgo – PECC/UnB, colaborador
jhenriquerego@unb.br
Maria José de Souza Serafim – CEUB, Engenharia Civil
maria.serafim@ceub.edu.br

O objetivo principal desta palestra é apresentar as atividades desenvolvidas pelo grupo de pesquisa "Pesquisa e Inovação em Materiais Cimentícios (PIMC)", formado no Programa de Pós-graduação em Estruturas e Construção Civil da UnB (PECC/UnB), com a participação de pesquisadores de outras instituições. O concreto é o segundo material mais utilizado pelo ser humano (só perdendo para a água), e o cimento Portland, com propriedade aglomerante, é utilizado na fabricação do concreto. As pesquisas científicas relacionadas ao desenvolvimento e ao melhoramento dos materiais cimentícios são uma necessidade da sociedade global. Desde 2017, o PIMC tem atuado em estudos científicos, utilizando materiais cimentícios para aplicação na construção civil e tem como objetivos específicos: desenvolver tecnologias relacionadas ao processo de obtenção de aglomerantes hidráulicos; analisar os produtos de hidratação e relacioná-los com as propriedades dos materiais cimentícios (pastas, argamassas e concretos); abordar a utilização das adições minerais, das nanopartículas e dos aditivos químicos; avaliar o desempenho e a durabilidade desses materiais. Também busca a produção de novos produtos e processos desenvolvidos a partir das pesquisas científicas. Na palestra, são apresentadas as seguintes informações do PIMC: linhas de pesquisa (aglomerantes com baixa emissão de CO2, cimentos com adições minerais, cimentos com nanopartículas, aditivos químicos para aglomerantes hidráulicos, materiais cimentícios com resíduos e Machine Learning em materiais cimentícios); pesquisadores participantes e principais atividades desenvolvidas; parcerias nacionais e internacionais; pesquisas desenvolvidas pelo palestrante, Prof. Dr. João Henrique da Silva Rêgo; produção científica nos últimos 5 anos. Como resultado, pretende-se difundir o conhecimento da comunidade acadêmica sobre as pesquisas desenvolvidas pelos PIMC e fomentar parcerias e o desenvolvimento de pesquisas em conjunto entre a UnB e o CEUB.

Palavras-Chave: grupo de pesquisa; materiais cimentícios; cimentos Portland; concretos.

TEMPO X ESTUDOS: A DISCIPLINA COMO SOLUÇÃO

João Gabriel Diniz Nogueira de Souza – Diretor da Zer078 Educacional
jgd.nogueira@gmail.com

Exploram-se diferentes soluções de aprendizagem para variados perfis de alunos a partir da coleta de dados de pesquisas internas da empresa e vivências de estudantes em distintas áreas de ensino, como concursos, vestibulares e graduação. O mapeamento realizado revela que o fator “gestão de tempo” é um dos mais críticos por conta da quantidade de estímulos a que os estudantes são expostos ao longo do dia, fazendo que se desconcentrem no decorrer do processo e apresentem dificuldades com a priorização das atividades. A partir desse diagnóstico, compreende-se que o desenvolvimento de uma disciplina de estudos condizente com a realidade desses perfis, ponderando atividades de menor e maior prioridades, pode gerar melhoria no processo de fixação dos conhecimentos obtidos. A solução é simples, mas não é fácil. Foram necessárias ferramentas de gestão bem aplicadas e metrificadas, para que se atingisse o resultado esperado. Disciplina é um fator preponderante nesse processo, já que auxilia o desenvolvimento de novos hábitos de estudo e organização de atividades cotidianas. O objetivo deste encontro é colaborar na projeção de organização de estudos e processos de aprendizagem efetivos para que o desenvolvimento desses hábitos reflita, de forma positiva, na estratégia em relação ao mercado de trabalho, combinando a vida acadêmica e as obrigações diárias. Apesar de não existirem fórmulas perfeitas de organização, já que cada vivência reflete diferentes processos de aprendizagem, encontrou-se um processo inicial eficaz para explorar essas competências.

Palavras-Chave: gestão de tempo; organização de estudos; mercado de trabalho.

PALESTRA DE ABERTURA
VACINAS X COVID-19: O REAL IMPACTO DA VACINAÇÃO NA PANDEMIA

Lorena Carvalho de Souza Chaves – Emory University, Departamento de Microbiologia e Imunologia, cientista associada
lorenacschaves@emory.edu

A COVID-19 é uma doença infecciosa causada pelo vírus SARS-CoV-2. Em 11 de março de 2020, a OMS declarou a pandemia de SARS-CoV-2. Desde então, o número de casos no mundo aumentou de forma acelerada, e a necessidade de uma vacina contra a doença crescia na mesma proporção dos novos casos. A primeira vacina aprovada contra a COVID-19 (Comirnaty - Pfizer/BioNTech) foi também a primeira de mRNA aprovada para uso no mundo. De certa forma, a pandemia serviu como uma alavanca para aplicação de conceitos vacinais que já estavam sendo estudados há décadas, levando a um avanço importante no campo biotecnológico. Após a aprovação da vacina da Pfizer/BioNTech, outras começaram a ser aprovadas em tempo recorde. Até o momento (setembro de 2021), 16 vacinas contra COVID-19 estão aprovadas para uso no mundo e vêm sendo aplicadas conforme a disponibilidade de doses. Apesar do desenvolvimento rápido das vacinas, a pandemia de SARS-CoV-2 ainda não terminou, e o número de novos casos no mundo permanece alto. Entretanto, desde o início do uso das vacinas contra a COVID-19, o comportamento da pandemia mudou de forma significativa. No Brasil, 4 vacinas foram aprovadas e vêm sendo aplicadas desde janeiro de 2021. Atualmente, 8 meses após o início da imunização, o Brasil atingiu a marca de mais de 100 milhões de pessoas completamente vacinadas, o que significa 47% da população, quase a metade dos brasileiros. Os dados atuais mostram que, à medida que o número de vacinados aumenta no país, o percentual de novos casos de COVID-19 diminui. A média móvel de mortes diárias está em torno de 300, muito diferente da registrada em abril de 2021 (3.124 mortes por dia), que foi o pior momento da pandemia no país. A taxa de diagnósticos de COVID-19 também caiu e está 7 vezes menor do que em julho de 2021. Outro dado impactante é sobre as hospitalizações relacionadas à COVID-19 (ou infecções respiratórias) no país. Os últimos dados da FioCruz mostram que a taxa de ocupação de leitos de UTI está baixa na maioria dos estados brasileiros. Esse dado específico evidencia que a adesão da população à vacinação implica a diminuição do agravamento da doença e da necessidade de hospitalização pelos infectados, o que sempre foi o objetivo principal das vacinas atuais contra a COVID-19. Por fim, dados da Imperial College of London indicam que o Brasil está com a menor taxa de transmissão desde abril de 2020. O índice de taxa de transmissão está em 0,60, mas já esteve em 1,23 (2 vezes o atual), em abril de 2021. Esses dados corroboram o impacto positivo da vacinação no país. Além do Brasil, outros países vêm conseguindo controlar o vírus mediante a estratégia vacinal, juntamente com as medidas preventivas. De fato, a vacinação faz um papel crucial no caminho para o fim da pandemia, mas é importante manter a cautela, o ritmo de vacinação e, principalmente, a conscientização da população sobre a importância de cada dose.

Palavras-Chave: COVID-19; pandemia; SARS-CoV-2; vacina; vacinação.

ANAIS DO

EnCUCA21

MESTRADO EM DIREITO

CNPq fapdf CEUB

A ATUAÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL DOS DELITOS CONTRA A CORRUPÇÃO

Melina Castro Montoya Flores – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
melina.flores@sempreceub.com
Antônio Henrique Graciano Suxberger – CEUB, professor orientador
antonio.suxberger@ceub.edu.br

A dissertação objetiva compreender a situação do atual contexto de enfrentamento à corrupção e analisar quais os aspectos avançaram, quais os entraves são observados e quais podem ser superados. Como problema de pesquisa, questiona-se como o Supremo Tribunal Federal aplicou os dispositivos concernentes aos crimes contra a administração pública e a lei de licitações diante das ações penais originárias, no contexto do caso Lava Jato, entre 2015 e 2020. Para tanto, examina-se o quantitativo e o conteúdo das decisões definitivas do Supremo proferidas de ações penais originárias ofertadas entre 2015 e 2020, perante a Corte, nas quais são processados agentes por crimes contra a administração pública e contra a lei de licitações; identificam-se as teses vencedoras propostas pela Procuradoria-Geral da República em suas denúncias nas quais foram deduzidas imputações criminais contra agentes políticos, funcionários públicos e empresários envolvidos em atos de corrupção com pessoas detentoras de foro por prerrogativa de função; verificam-se as decisões absolutórias; apresentam-se indicadores para aferir os motivos das absolvições. Na linha de Sutherland, insta pesquisar se a compreensão e a reação social quanto a condutas praticadas pela criminalidade denominada de *colarinho branco* foram reforçadas após os últimos anos de julgamento pelo Supremo de casos dessa natureza.

Palavras-Chave: corrupção; criminoso de colarinho branco; Supremo Tribunal Federal; precedente.

A AUTORREGULAÇÃO PENITENCIÁRIA DERIVADA DE UM DESCOMPASSO ENTRE A NORMA E A PRÁTICA: A TERCEIRA VIA DA EXECUÇÃO PENAL À BRASILEIRA EM MINAS GERAIS

Lucas Francisco Romão e Silva – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
lucas.franciscos@sempreceub.com
Antônio Henrique Graciano Suxberger – CEUB, professor orientador
antonio.suxberger@ceub.edu.br

A progressão de regime prisional faz parte do processo de readaptação do indivíduo à sociedade. O regime semiaberto funciona como um intermédio entre o cárcere e a liberdade, porém a falta de estabelecimentos penais adequados levou o STF, na Súmula Vinculante n.º 56, a autorizar a colocação dos sentenciados a esse regime em prisão domiciliar. Trata-se do regime semiaberto harmonizado. Atualmente, mais de um terço dos indivíduos em cumprimento de pena privativa de liberdade, no regime semiaberto, em Minas Gerais, está em recolhimento domiciliar. Logo após a declaração de emergência em razão da COVID-19, houve uma ampliação da concessão de regime semiaberto harmonizado. O presente artigo tem como objetivo examinar a política pública de execução penal no estado de Minas Gerais, após a publicação da SV n.º 56. Para tanto, foi feita uma pesquisa quantitativa e qualitativa com a análise do sistema progressivo de cumprimento de pena e uma pesquisa com viés empírico-documental, com exame dos processos eletrônicos de execução pelo sistema SEEU do estado de Minas Gerais. Na primeira parte, demonstrou-se que o regime semiaberto domiciliar, sem monitoramento eletrônico, ou seja, desvigiado, foi adotado por Minas Gerais para cumprimento da SV n.º 56, aniquilando o sistema progressivo. A concessão do regime domiciliar desvigiado foi intensificada com edições de atos relacionados à pandemia de COVID-19. Na segunda parte, estudaram-se os efeitos da extinção do sistema progressivo que afetam, diretamente, a individualização da pena e os fins da sanção penal.

Palavras-Chave: regime prisional; STF; pena privativa de liberdade; COVID-19; MG.

A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS DE CREDENCIAMENTO E RECREDENCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR

Anna Crystina Porto – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
andre.lopes@sempreceub.com
Frederico Augusto Barbosa da Silva – CEUB, professor orientador
frederico.silva@ceub.edu.br

O objetivo geral do trabalho consiste em verificar se as políticas de avaliação implementadas pela Lei de Diretrizes e Bases, com destaque às políticas de credenciamento e recredenciamento dos cursos de graduação e aos elementos utilizados para avaliação feita pelo Exame Nacional de Estudantes – ENADE, oferecem condições adequadas para uma avaliação atenta às particularidades do ensino superior privado, uma vez que os critérios são iguais tanto para a universidade pública quanto para a universidade privada. Para tanto, delimitando o tema, estuda-se todo o processo de avaliação externa que é feito nas instituições privadas, buscando-se atentar aos resultados numéricos e aos aspectos subjetivos inseridos na avaliação, tendo como foco principal o ENADE. Nesse sentido, questiona-se se os critérios instituídos pela legislação vigente para as políticas de credenciamento e recredenciamento dos cursos de graduação, por intermédio dos instrumentos externos, permitem oferecer às instituições privadas condições de aprimoramento e melhorias do ensino superior no Brasil. O método utilizado pode ser caracterizado como exploratório-descritivo com enfoque misto, alcançando tanto o aspecto qualitativo como o quantitativo. Identificam-se as fragilidades existentes nos processos utilizados pelo MEC e pela legislação vigente, para avaliação dos cursos de graduação do ensino superior, e, com isso, contribui-se para um ensino de qualidade baseado em avaliação com padrões adequados e não só em elementos de mercado.

Palavras-Chave: ensino superior privado; credenciamento e recredenciamento; ENADE; avaliação externa; lei de diretrizes e bases.

A EXPANSÃO DA TITULARIDADE DO PODER INVESTIGATÓRIO PENAL

Thiago Marcantonio Ferreira – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
thiago.marcantonio@sempreceub.com
Sandro Lucio Dezan – CEUB, professor orientador
sandro.dezan@ceub.edu.br

O objeto de análise é a expansão da titularidade do poder investigatório penal. O fenômeno da expansão do Direito Penal no contexto da sociedade do risco é o ponto de partida do estudo em questão. O objetivo é verificar a existência de um movimento expansivo da titularidade do poder investigatório penal no Brasil, apontando as suas causas e consequências e analisando em que medida tal fenômeno se mostra compatível com os vetores axiológicos que limitam e conformam o direito de punir do Estado. Apresenta-se como hipótese a existência de uma expansão desproporcional do poder investigatório penal fora dos parâmetros constitucionais e violador dos princípios de política criminal. A base teórica com a qual se pretende confirmar a hipótese de que o movimento de expansão da titularidade do poder investigatório penal se revela fragilizador da base axiológica sobre a qual está edificado o sistema principiológico de contenção do poder punitivo estatal é a abordagem sociológica e a visão jurídico-política apresentadas, entre outros, por Jesús-Maria Silva Sánchez. Nessa perspectiva, a teoria do garantismo penal também é empregada para demonstrar a necessidade de impor limites ao *ius puniendi* estatal. Assim, aponta-se para a demanda de restabelecimento das premissas fundamentais que informaram a construção do sistema de justiça criminal no contexto do Estado Democrático Constitucional. Para tanto, utiliza-se a metodologia hipotético-dedutiva.

Palavras-Chave: expansão; direito penal; poder investigatório; investigação criminal.

A JUSTIÇA RESTAURATIVA E O PROGRAMA "ESCUTANDO O CIDADÃO" NO DISTRITO FEDERAL: A RESOLUÇÃO N. 225 DO CNJ COMO POLÍTICA PÚBLICA *TOP-DOWN*

Raphaella Karoline de Freitas Camargos – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
raphaellakfc@sempreceub.com
Antônio Henrique Graciano Suxberger – CEUB, professor orientador
antonio.suxberger@ceub.edu.br

A dissertação trata da justiça restaurativa desde suas inspirações teóricas abolicionistas até o marco agnóstico, de forma dialógica quanto às práticas desenvolvidas no Brasil. Parte-se das contribuições fornecidas pelos abolicionismos e pelo agnosticismo sem que qualquer das contribuições teóricas figure como premissa para realização da justiça restaurativa. A eficácia invertida do sistema penal desnudo e deslegitimado gera tensão que resulta na lógica do medo, analisada no contexto de imposição de dor, sofrimento e humilhação, por meio de um sistema formal descumpridor das finalidades declaradas da pena. O encarceramento em massa surge como mínimo denominador comum entre os discursos abolicionistas e agnósticos na teoria e grave problema social naturalizado na prática. Três críticas possíveis à tendência de expansão da justiça restaurativa no Brasil são analisadas à luz da perspectiva agnóstica. Na sequência, a conformação da justiça restaurativa no Brasil, a partir da Resolução n. 225 do Conselho Nacional de Justiça, é analisada e confrontada desde a verticalização (lógica *top-down*) e o risco de desnaturação dos ideais restaurativos. A alternativa proposta situa-se em sentido inverso (lógica *bottom-up*), a favor da vocalização de demandas e democratização das decisões e da parcimônia na persecução penal. Na intersecção entre direito e políticas públicas, as quatro dimensões do direito (objetivo, arranjo institucional, caixa de ferramentas e vocalizador de demandas) são fundamentais como categorias de análise. Por fim, o estudo de Ceilândia tem como critério de escolha a expressiva criminalidade violenta e a consequente sobrecarga do Judiciário local. A institucionalização da justiça restaurativa é analisada segundo conformações do Judiciário e do Ministério Público, por meio do programa *Escutando o cidadão*. Os dados obtidos e as entrevistas semiestruturadas revelam o que a institucionalização da justiça restaurativa em Ceilândia pode comunicar sobre tratamento de conflitos criminais, especialmente quanto a resistências contra mudanças necessárias no paradigma punitivo. Metodologicamente, a pesquisa observa dedução, promove revisão bibliográfica, análise documental de atos normativos e de dados fornecidos por instituições públicas e utiliza abordagem qualitativa com entrevista semiestruturada. A dissertação interessa aos campos do Direito, especialmente o Direito Penal, e das Políticas Públicas com ênfase na política criminal e nos arranjos institucionais do sistema de justiça.

Palavras-Chave: justiça restaurativa; abolicionismo; agnosticismo; política pública; *top-down*.

A LEGALIDADE TRIBUTÁRIA E A DESLEGALIZAÇÃO DE NORMAS SOCIETÁRIAS CONTÁBEIS

Alberto Pinto Souza Junior – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
alberto.pinto@sempreceub.com
Daniel Amin Ferraz – CEUB, professor orientador
daniel.ferraz@ceub.edu.br

O tema a ser desenvolvido reside em analisar a deslegalização de normas societárias contábeis, ocorrida no processo de adoção dos padrões internacionais de contabilidade, como o International Financial Reporting Standards, e o seu reflexo na tributação da renda no Brasil, em razão da utilização pelas normas tributárias de conceitos cujas disciplinas, até então, estavam na lei societária e passam a ser dispostos em normas infralegais. Destarte, a pesquisa visa perquirir se o princípio da legalidade tributária veta a norma tributária que institui o tributo de utilizar-se de conceitos indeterminados, carentes de complementação em normas contábeis internacionais internalizadas por atos infralegais. Em busca da resposta ao problema proposto, procura-se, primeiramente, levantar os principais conceitos indeterminados utilizados pela legislação do imposto de renda e que são disciplinados por normas infralegais resultantes do referido processo de deslegalização, para, então, demonstrar o seu reflexo na apuração do imposto de renda. A partir daí, revisitam-se as doutrinas societária e tributária, sempre cotejando-as com decisões judiciais de tribunais superiores, com o fito investigar se há e qual é o conceito dominante de legalidade tributária no Brasil. Ao fim, visa-se demonstrar que o princípio da legalidade tributária não veta a utilização de conceitos indeterminados pela lei do imposto de renda, desde que, para conferir o nível necessário de precisão ao comando legal, o ato infralegal trate apenas de questões técnicas que extrapolem o campo jurídico.

Palavras-Chave: legalidade tributária; deslegalização; normas societárias.

A MITIGAÇÃO DO SISTEMA INQUISITÓRIO SOB O OLHAR DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO: UMA PERCEPÇÃO A PARTIR DA ALTERAÇÃO NO ESTATUTO DA OAB

Paulo Henrique Rodrigues Moreira – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
paulo.moreira@sempreceub.com
Ivo Teixeira Gico Junior – CEUB, professor orientador
ivo.junior@ceub.edu.br

A alteração legislativa promovida no EOAB permitiu ao advogado, ainda na fase de investigação, maior participação e acesso às diligências. A Análise Econômica do Direito (AED) pode contribuir para a identificação do que é injusto – toda regra que gera desperdício é ineficiente e injusta; além disso, é impossível qualquer exercício de ponderação se quem o estiver realizando não souber mensurar o que está efetivamente em cada lado da balança. Questiona-se se, na perspectiva da AED, a alteração do art. 7º do EOAB, promovida pela Lei 13.245/2016, resultou na efetiva participação da defesa no curso do inquérito policial em Patos de Minas. A presente investigação do tipo exploratório delimita, assim, o campo de trabalho mediante o mapeamento dos possíveis contornos envolvendo a participação da defesa na fase investigatória, após a alteração legislativa promovida pela lei 13245/16 e examina se, além das consequências jurídicas, trouxeram ou não benefícios aos direitos fundamentais dos envolvidos. Utiliza-se, para tanto, o suporte da abordagem mista, definida em quantitativa e qualitativa, com coleta de dados pelo método indutivo. A primeira fase da investigação consiste na análise de princípios e normas que tratam da efetiva participação da defesa no curso do inquérito policial, mediante estudo normativo-jurídico. A segunda parte inclui o exame de jurisprudências nacionais que indicam a participação do advogado na fase investigatória. Por fim, realiza-se uma análise dos inquéritos policiais de Patos de Minas/MG que tramitaram no período de 2015 a 2018, com pesquisa de viés empírico-documental, identificam-se os contornos da participação da defesa na fase investigatória, e faz-se a coleta pelo método estatístico dos inquéritos policiais dos crimes de homicídio ocorridos na comarca de Patos de Minas/MG, no período citado. A escolha pela delimitação temática dos inquéritos analisados foi definida pelo homicídio, por ser esse o crime que atinge o bem jurídico com maior relevância na proteção jurídica: a vida.

Palavras-Chave: processo penal; análise econômica do direito; política penal.

A POSSIBILIDADE DA ADOÇÃO DE *STANDARDS* PROBATÓRIOS NO ÂMBITO DO SISTEMA PROCESSUAL PENAL BRASILEIRO

Rafael Simonetti Bueno da Silva – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
rafael.simonetti@sempreceub.com
Antônio Henrique Graciano Suxberger – CEUB, professor orientador
antonio.suxberger@ceub.edu.br

A adoção dos denominados "*standards* probatórios" tem como principal função permitir o controle sobre o raciocínio judicial, com o intuito de obter alto grau de probabilidade necessário a produzir a convicção exigida para fins decisórios. Assim, o objetivo geral do projeto de dissertação é fazer uma abordagem profunda sobre a prova no âmbito do processo penal, condicionando o seu estudo com a possibilidade de adoção de *standards* probatórios que elegem, em determinado contexto processual, uma realidade que consiga identificar a dinâmica dos fatos e evitar o risco de erros judiciários. Hão que se estabelecer regras de admissão e produção da prova, para saber exatamente o que se faz necessário em termos de conteúdo e qualidade, para que o Estado-Juiz profira uma decisão condenatória ou absolutória. É justamente neste ponto que se analisa o tema relacionado aos *standards* probatórios e sua importância para o desenvolvimento do moderno processo penal. A presente pesquisa realiza-se em 5 etapas. A primeira consiste na análise de princípios e normas jurídicos, consubstancialmente ligados ao direito fundamental à prova e ao dever de motivação das decisões judiciais. Na segunda etapa, faz-se uma análise pormenorizada acerca da legislação em vigor, para verificar a possibilidade de adoção de critérios de *standards* de prova no contexto jurídico nacional. Em seguida, procede-se ao paralelo entre a legislação brasileira e os principais modelos no Direito Comparado, no que tange à adoção de um critério necessário a produzir a convicção que se exige para fins de condenação no processo penal. Na quarta etapa, verifica-se a possibilidade de trabalhar-se no processo penal brasileiro com o conceito de probabilidade, haja vista que, assim como, na teoria geral do direito, superou-se a lógica binária de decisão certa ou errada, admitindo-se a busca da melhor solução, também no campo da prova, passou a buscar-se a solução da verdade mais provável, ou seja, uma escolha ou adoção da hipótese mais plausível com aquilo que supostamente aconteceu. Por fim, examina-se o desenvolvimento de um critério probatório no direito estrangeiro, especificamente no âmbito da jurisprudência, traçando-se um paralelo entre o plano decisional jurídico e a realidade brasileira.

Palavras-Chave: direitos fundamentais; processo penal; direito à prova.

A REGULAMENTAÇÃO DO *LOBBY*: A INFLUÊNCIA NA FORMAÇÃO DO CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO

Lucas Yan Dias – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
diaslucasyan@sempreceub.com
Gustavo Ferreira Ribeiro – CEUB, professor orientador
gustavo.ribeiro@ceub.edu.br

A problemática oferecida pelo presente tema apresenta-se pelo questionamento sobre se é possível, por intermédio da regulamentação da atividade do *lobby* no Brasil, fomentar um contexto transparente que aponte a autenticidade nas atividades privadas que influenciam implementações de políticas públicas no país e sua pertinência ao interesse coletivo. Sendo assim, o assunto é relevante ao debate sobre políticas públicas e organização do Estado, uma vez que o *lobby* é discutido no âmbito da prática política há anos, tendo sido realizados diversos projetos de lei e movimentos de iniciativas privadas, visando ao contorno nítido da atividade no país. Logo, para a regulamentação do *lobby*, é preciso haver transparência nas atividades que envolvam contas públicas e movimentação do governo. Este estudo tem ampla base teórica, assume a missão de tratar do impacto da atividade do *lobby* no Brasil, em virtude da efetivação da representação de interesses da maioria e digladia com o estigma social sobre a nomenclatura dessa atividade. Isso ocorre pelo fato de que os veículos de comunicação fazem uso do nome *lobby* para referir-se aos atos de tráfico de influência e corrupção sistêmica, relativos a empresas e grandes corporações por meio do poder econômico. Então, *lobby*, no imaginário do senso comum, conota escândalos midiáticos, dando força para uma imagem errônea de algo ilegal e ilegítimo.

Palavras-Chave: *lobby*; ciclo de políticas públicas; Poder Legislativo.

A RESSIGNIFICAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO À LUZ DA NOVA HERMENÊUTICA DO DIREITO ADMINISTRATIVO

Álvaro Luiz Miranda Costa Júnior – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
alvaro.luiz@sempreceub.com
Sandro Lúcio Dezan – CEUB, professor orientador
sandro.dezan@ceub.edu.br

Os contratos administrativos têm sido relegados pelas recentes reformulações que o tema geral das contratações públicas sofreu nas últimas décadas. Há uma preocupação quase exclusiva com a atualização do processo licitatório no Brasil, mantendo-se o regime jurídico contratual com os pés no século passado. Uma razão fundamental para isso é que ainda vigora um pensamento jurídico ultrapassado sobre os contratos administrativos, amparado na ideia de um regime jurídico próprio, autoritário e ineficiente. O presente trabalho objetiva, justamente, chamar a atenção aos problemas relacionados aos contratos mediante a necessidade de reformulação desse pensamento jurídico retrógrado e prejudicial. A evolução do Direito Administrativo, em compasso com o processo de constitucionalização, propõe a reformulação da função do Estado, que renuncia ao seu antigo papel imperial e passa a ser reconhecido como o principal provedor dos direitos fundamentais. Abre caminhos, portanto, para a construção de nova hermenêutica sobre os contratos, mediante valores e princípios que vigoram no ordenamento jurídico pátrio. São duas as principais bases de sustentação deste trabalho para a construção de novo pensamento jurídico: o reconhecimento do contrato como relação jurídica, no bojo do Direito Administrativo, qualificado como relação jurídica administrativa; o reposicionamento da teoria geral dos contratos, que passa a figurar como fundamento primeiro de qualquer interpretação jurídica exercida sobre o instituto.

Palavras-Chave: direito administrativo; contrato administrativo; supremacia do interesse público; relação jurídica administrativa; teoria geral dos contratos.

AS BARREIRAS À DISSEMINAÇÃO DA CONSENSUALIDADE NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NO BRASIL

Alexandre Mattos de Freitas – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
alexandre.mattos@sempreceub.com
Sandro Lúcio Dezan – CEUB, professor orientador
sandro.dezan@ceub.edu.br

Verifica-se comumente que os agentes públicos, ao lidar com contratações governamentais, defrontam-se com situações contenciosas e escolhem, por exemplo, o caminho da rescisão do contrato ou da mera penalização do administrado, distanciando-se, por vezes, de obter uma solução eficiente, razoável, que atenda ao interesse público por meio da celebração de um acordo. Diante desse contexto burocrático, é preciso que o agente público tenha coragem para não se prender às interpretações estéreis da lei. Desse modo, estando o administrador perante uma alternativa que leve ao melhor interesse público possível, é poder e dever optar pela via transacional. O problema de pesquisa substantiva-se a partir do questionamento sobre quais sejam as barreiras à disseminação da consensualidade nas contratações públicas, no Brasil. As duas principais hipóteses são: a cultura do "legalismo estéril" que permeia a Administração Pública brasileira, tendo por base a visão crítica de Gustavo Binenbojm acerca da crise dos paradigmas do direito administrativo brasileiro e a obra de Sandro Lúcio Dezan, que defende uma ação interpretativa autônoma e proativa da Administração Pública, dotada do poder-dever de exegese, que, em decorrência da ampliação de autonomia, conduz "ao ato administrativo ótimo" ou à melhor decisão para a eficiência da gestão pública; o receio de sanções pelos agentes públicos em adotar soluções consensuais em decorrência do posicionamento dos órgãos de controle, que, por vezes, promovem apontamentos lastreados apenas no apego à legalidade estrita. O objetivo principal do trabalho é identificar as barreiras que impedem a disseminação da consensualidade nos processos de contratações públicas no Brasil, de modo que os agentes públicos possam, quando for o caso, atendidos os requisitos legais, ampliar o seu escopo decisório, adotando medidas paritárias e dialógicas, consonantes ao princípio da eficiência e da razoabilidade, em detrimento de restringirem sua atuação à mera legalidade estrita.

Palavras-Chave: consensualidade na administração pública; contratações públicas; princípio da eficiência.

A UTILIZAÇÃO DA INTERNET E DAS REDES SOCIAIS COMO INSTRUMENTO POLÍTICO

Pedro Henrique Costódio Rodrigues – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
pedrohcrodrigues@sempreceub.com
Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy – CEUB, professor orientador
arnaldo.godoy@ceub.edu.br

A evolução da rede mundial de computadores e a facilidade de acesso a *sites* e a redes sociais impactam o dia a dia da população. Fato é que a era da internet alterou o modo com que as pessoas se relacionam e, consequentemente, quebrou antigos paradigmas pertencentes ao universo político, sobretudo quando se trata da conexão entre eleitor e candidato. A partir de 2010, a internet passou a assumir importante papel na comunicação entre candidatos e eleitores, na mobilização eleitoral pelas candidaturas e na indicação do desempenho dos presidenciáveis aos usuários que se encontravam digitalmente conectados. Desde então, a utilização da internet tem-se intensificado nas campanhas políticas em todo o país, e alguns resultados já puderam ser observados, a exemplo das eleições ocorridas nos Estados Unidos, em 2008 e 2016, e das eleições brasileiras em 2014. Nesse contexto, o presente trabalho pretende questionar qual é o papel do Direito e quais são seus instrumentos na regulação das interações políticas, por meio da internet e das redes sociais, as quais proporcionam enormes vantagens no que diz respeito à aproximação entre políticos e eleitores. Entretanto, nota-se que alguns candidatos extrapolam essa vantagem, logo demanda do Direito o desenvolvimento de instrumentos para regular e proteger eventuais abusos na utilização da internet em campanhas eleitorais, em especial a disseminação de notícias de conteúdo falso. Assim, examina-se a influência do desenvolvimento tecnológico nas relações sociais e no contexto político; avaliam-se os instrumentos legais já existentes e sua contribuição na regulação da utilização da rede mundial de computadores; verifica-se como é a utilização da internet na propaganda eleitoral, na promoção de candidatos e partidos e na disseminação de informações inverídicas. Para tanto, é necessária a sistematização e a análise do conteúdo das principais normas internacionais sobre a utilização da internet e das redes sociais no processo eleitoral, a fim de que se atinja a compreensão do atual contexto e seja possível sugerir eventuais aperfeiçoamentos aos rumos da regulação da internet e das redes sociais no processo eleitoral no Brasil.

Palavras-Chave: internet; redes sociais; eleições; limites; regulação.

APLICAÇÃO DA ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO ÀS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS TRIBUTÁRIAS ELETRÔNICAS

Ederlei Norberto Majolo – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
ederleim@sempreceub.com
Ivo Teixeira Gico Junior – CEUB, professor orientador
ivo.junior@ceub.edu.br

A hipótese principal do trabalho é que há necessidade de aplicação da Análise de Impacto Regulatório (AIR) para a criação e a modificação de obrigações acessórias tributárias eletrônicas, tendo em vista as mudanças que podem causar a pessoas e empresas. A comprovação será pelo exame das recentes alterações legislativas – Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, Lei nº 13.874/2019; Regulamento da AIR para a Administração Pública Federal, Decreto nº 10.411/2020; normas internas dos órgãos públicos federais – e pelos estudos surgidos a partir delas. Para isso, será importante verificar o conceito de obrigação acessória e sua importância, o histórico da AIR no direito pátrio e como deve ser utilizada na implementação de obrigações acessórias eletrônicas. O procedimento metodológico parte do contexto teórico-bibliográfico em análise de textos, livros, artigos, demais publicações jurídicas e pesquisas jurisprudenciais relacionadas ao tema, sob a perspectiva hipotético-dedutiva. A principal dificuldade é que há pouca abordagem desse tema pelos autores de Direito Tributário, pois, apesar de a AIR já ser utilizada há anos nas agências reguladoras, apenas recentemente seu uso foi estendido à Administração Pública direta. Por outro lado, este estudo faz-se necessário exatamente pelas dúvidas sobre a abrangência dessa nova legislação nos atos administrativos, especialmente na administração tributária. Não apenas o tema da AIR é recente, mas também as obrigações acessórias eletrônicas atingiram graus de complexidade e obrigatoriedade pouco estudados na doutrina jurídica. O trabalho pretende tratar dessas novidades, destacando a hipótese de que a aplicação da AIR às obrigações eletrônicas não apenas protege o cidadão, mas também legitimam o complexo trabalho realizado pela Administração Tributária.

Palavras-Chave: direito tributário; obrigações acessórias eletrônicas; impacto regulatório.

AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA PARA ALIENAÇÃO DE SUBSIDIÁRIAS DE EMPRESAS ESTATAIS CONTROLADAS PELA UNIÃO: EFEITOS NA PRIVATIZAÇÃO DO BANCO DO BRASIL S.A.

Altemir Bohrer – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
altemir.bohrer@sempreceub.com
Paulo Afonso Cavichioli Carmona – CEUB, professor orientador
paulo.carmona@ceub.edu.br

O Supremo Tribunal Federal entende que a alienação de empresas estatais depende de autorização legislativa e licitação, sendo dispensável em relação às suas subsidiárias e controladas. O Estado utiliza as estatais na exploração direta de atividade econômica, conforme permitido pela Constituição, em casos de imperativo de segurança nacional e relevante interesse coletivo, aferidos pelo Legislativo, que autoriza a criação das estatais e suas subsidiárias. Como incumbe ao Legislativo convalidar a decisão administrativa do Executivo de participar da atividade econômica, a saída do Estado dessa atividade também deveria ser convalidada pelo Legislativo. O objetivo do presente estudo é analisar a possibilidade da dispensa de autorização legislativa para alienação de subsidiárias das estatais, considerando que ações de desinvestimento dessa natureza podem implicar extinção da estatal mãe. A pesquisa tem como método a análise da literatura jurídica, da jurisprudência nacional, da legislação constitucional e infraconstitucional, incluindo projetos de leis em curso na Câmara e no Senado que tratam de privatizações das estatais. Para demonstrar a relevância das subsidiárias, será analisado o conglomerado Banco do Brasil, onde o Governo Federal pretende implementar ações de desinvestimento. As reflexões culminaram nas seguintes conclusões preliminares: o Estado somente pode atuar empresarialmente nas hipóteses permitidas pela Constituição, conforme artigo 173, por imperativos de segurança nacional ou relevante interesse coletivo, definidos em lei; essa atuação é realizada pelas estatais e suas subsidiárias, com criação autorizada pelo Legislativo; as subsidiárias e as controladas das estatais integram a Administração Pública indireta e também são consideradas estatais; a Constituição tratou apenas da criação das estatais e de suas subsidiárias, exigindo autorização legislativa prévia, entretanto nada dispôs sobre a sua extinção; a Suprema Corte, diante dessa omissão, considerou aplicável o princípio do paralelismo de formas, para exigir autorização legislativa na extinção das estatais; sendo as subsidiárias empresas estatais, aplicam-se a elas o mesmo princípio, exigindo-se autorização legislativa para encerramento de suas atividades, sob pena de tratamento não isonômico; o princípio do paralelismo de formas não resta atendido quando a autorização para criação de subsidiárias consta da própria lei que autorizou a criação da estatal principal, não podendo ser interpretada como autorização implícita para a venda, na forma compreendida pela Suprema Corte; as subsidiárias exercem relevante papel para o resultado das estatais matrizes, de modo que a venda de subsidiárias sem a necessária avaliação do Legislativo pode comprometer a continuidade das atividades da estatal em prejuízo do interesse público que fundamentou sua instituição, além de propiciar seu fracionamento a tal ponto que tornaria inócua futura deliberação do Legislativo sobre o destino da empresa, caracterizando uma espécie de privatização às avessas e afastando o Legislativo do processo decisório de encerramento das estatais, com afronta ao princípio de separação, harmonia e independência dos Poderes.

Palavras-Chave: empresas estatais; empresa pública; controladas e subsidiárias; privatização; sociedade de economia mista.

COLABORAÇÃO PREMIADA

Danilo Pinheiro Dias – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
danilo.dias@sempreceub.com
Antônio Henrique Graciano Suxberger – CEUB, professor orientador
antonio.suxberger@ceub.edu.br

O instituto da colaboração premiada, ou delação premiada, está presente em nossa ordem jurídica, desde o advento da Lei nº 8.072/90. No entanto, até a edição da Lei 12.850/2013, a delação premiada poderia ser classificada como instituto de direito material consubstanciado em uma causa de redução de pena, aplicada pelo juiz na sentença, independentemente de qualquer acordo celebrado entres as partes processuais. Foi só com o advento da Lei nº 12.850/2013 que a colaboração premiada ganhou a atual feição de acordo processual. Como se trata de um instituto de gênese situada na tradição jurídica anglo-saxônica, não foi possível ainda a consolidação de determinadas premissas necessárias à correta compreensão do novo modelo inaugurado com a Lei n° 12.850/13. Nessa linha, nosso problema de pesquisa consiste, essencialmente, na questão sobre se a conformação dos limites impostos à autonomia da vontade das partes condiciona a eficácia da colaboração premiada e a proteção de garantias fundamentais do imputado. Os objetivos do projeto de dissertação constituem estudar o instituto da colaboração premiada no contexto do sistema de justiça penal negociada, que ganha mais espaço na nossa ordem jurídica, investigando suas origens, sua forma de inserção no sistema pátrio, seus perigos, potencialidades e limites. A justificativa para o tema de pesquisa está na importância que o direito penal premial e a justiça criminal negociada obtêm em nossa ordem jurídica. A metodologia de pesquisa utilizada é a revisão bibliográfica da doutrina estrangeira, especialmente a norte-americana sobre o *pleabargaining*, e nacional sobre delação e colaboração premiada, além da jurisprudência do STF e do STJ, a partir de 2014.

Palavras-Chave: colaboração premiada; autonomia da vontade; garantias fundamentais.

CONTROLE PROCESSUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS URBANAS: PROCESSO COLETIVO NO CONTEXTO DAS CIDADES

Rhuan Filipe Montenegro dos Reis – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
rhuan.reis@sempreceub.com
Jefferson Carlos Carus Guedes – CEUB, professor orientador
jefferson.guedes@ceub.edu.br

O Direito Urbanístico ganha mais autonomia e robustez desde a Constituição de 1988. Suas regulamentações levadas ao âmbito dos municípios consistem em fatores de revisão e sistematização por empreendimentos, que, mesmo respeitando-as, correm o risco de ter suas operações obstadas por revisões judiciais dos instrumentos urbanísticos. Esse contexto é justificado pelo posicionamento neoprocessualista, em que os processos, sobretudo os de caráter coletivo, funcionam como verdadeiros artífices de concretização de direitos fundamentais, afigurando cenário de controle processual de políticas públicas encampadas pelos outros poderes. Assim, a problemática deste trabalho é saber se o posicionamento neoprocessualista e o controle processual de políticas públicas dão conta de ponderar tanto os direitos individuais de livre iniciativa quanto a gestão democrática das cidades, compatibilizando-os com a busca pelo meio ambiente ecologicamente equilibrado. Não há grande número de bibliografia a avaliar o neoprocessualismo e o controle processual no contexto urbano. Além de estudar a judicialização, esta pesquisa busca suprir tal lacuna. Institui-se como hipótese que o posicionamento extensivo de revisão judicial e processual de políticas públicas causa embaraços aos empreendimentos e, na maior parte dos casos, afronta os imperativos da separação dos poderes ante a imprevisibilidade, falta de aparato técnico e falta legitimação democrática. A delimitação teórica conduz a prismas específicos de análise, atidos ao âmbito das ações civis públicas, dos planos diretores e do direito de construir. A metodologia consiste em análise jurisprudencial, coleta de opinião dos principais atores nessa relação e revisão literária sobre o tema.

Palavras-Chave: direito urbanístico; processo coletivo; direito processual; processo estruturante; políticas públicas.

CRIPTOMOEDAS: PARAÍSO DO CRIME? OS DESAFIOS E AS PERSPECTIVAS PARA O ENFRENTAMENTO AO DELITO DE LAVAGEM DE DINHEIRO NO AMBIENTE VIRTUAL

Ivan Morais Ribeiro – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
ivanmorais@sempreceub.com
Gustavo Ferreira Ribeiro – CEUB, professor orientador
gustavo.cantuaria@ceub.edu.br
Antônio Henrique Graciano Suxberger – CEUB, professor coorientador
antonio.suxberger@ceub.edu.br

As criptomoedas surgem como uma alternativa descentralizada ao sistema financeiro e bancário em um contexto disruptivo e libertário que, por consequência, desafia o controle estatal na persecução criminal dos crimes de lavagem de dinheiro, baseada, nas últimas décadas, na máxima “follow the money” e nas medidas voltadas aos intermediadores, por exemplo, instituições financeiras, tais como “know your customer”, com obrigações de informar movimentações suspeitas e acima de determinado valor. Todavia, no contexto inovador das criptomoedas, os intermediadores desaparecem ou perdem importância no sistema, causando uma desconstrução do método investigativo já consolidado. Nessa conjuntura, o presente estudo propõe responder ao problema de pesquisa sobre se é possível a regulação criminal das criptomoedas no que tange aos crimes de lavagem de dinheiro. Portanto, o objetivo da dissertação é investigar e compreender o funcionamento das criptomoedas, o seu uso para a lavagem de dinheiro e como o Estado pode comportar-se mediante políticas públicas e mudanças legislativas, para o enfrentamento desse novo contexto. Em relação à metodologia de pesquisa, o estudo tem abordagem qualitativa, baseando-se em revisão de literatura. Para tanto, serão analisados artigos publicados em periódicos científicos, livros, decisões judiciais, atos de órgãos públicos, de entidades privadas e organismos internacionais. Por fim, espera-se como resultado chegar a uma conclusão do caminho, mediante o Estado democrático de direito, que o Estado deve seguir para a persecução criminal da lavagem de dinheiro propiciada pelas criptomoedas.

Palavras-Chaves: criptomoedas; lavagem de dinheiro; regulação criminal; funcionalismo teleológico; Estado democrático de direito.

DA (IM)POSSIBILIDADE DA JUSTIÇA RESTAURATIVA NO BRASIL: A INSTITUCIONALIZAÇÃO OU A DEFORMAÇÃO DE UM MODELO CRÍTICO AO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL

Nadine Neves Faria – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
nadinenn@gmail.com
Antônio Henrique Graciano Suxberger – CEUB, professor orientador
antonio.suxberger@ceub.edu.br

A pesquisa empreendida até o momento possibilita formular as seguintes hipóteses: a Justiça Restaurativa no Brasil somente ganhou projeção e reconhecimento quando impulsionada por iniciativas do Estado, o que dificulta a participação da sociedade civil em seu crescimento e (re)formatação; a Justiça Restaurativa no Brasil tende a ser reduzida a procedimentos e técnicas ou confundida com métodos alternativos de resolução de conflitos já estabelecidos em outras áreas do Direito, como a negociação, a mediação, a conciliação e a arbitragem, travando seu potencial desenvolvimento. O sistema de justiça é refratário a mudanças que impliquem reconsiderar suas bases teóricas e questionar as práticas consagradas e os papéis dos atores considerados relevantes, como juízes, ministros, advogados. Quase todas as grandes mudanças ocorridas no Judiciário brasileiro são fruto de disputas políticas e levadas a cabo porque interessavam ao Poder Executivo e ao poder econômico. Se é plausível questionar as bases do que se convencionou chamar de justiça restaurativa e os resultados de sua implementação mundo afora, além de sua capacidade de colaborar para a construção de um sentido forte de cidadania, parece possível indicar como um dos seus problemas-chave a institucionalização de outros mecanismos alternativos de resolução de conflitos que não se apresentem como potencialmente críticos ao sistema de justiça criminal em vigor.

Palavras-Chave: justiça restaurativa; negociação criminal; política criminal; processo penal.

DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO: PERFIS E CATEGORIAS DO CIDADÃO CONTRIBUINTE

Renata Gontijo Dambrosio – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
renata.dambrosio@sempreceub.com
Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy – CEUB, professor orientador
arnaldo.godoy@ceub.edu.br

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), constitucionalmente considerada função essencial à justiça, detém, como uma de suas atribuições, a gestão e a cobrança da dívida ativa da União e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Para realizar esta missão, a PGFN está em constante busca por eficiência na recuperação do crédito, sem olvidar-se do respeito ao contribuinte. Até o início 2016, sua abordagem limitava-se ao valor da dívida. Contudo, a cobrança focalizada exclusivamente no crédito era insuficiente. Assim, tornou-se imprescindível analisar o perfil do cidadão contribuinte mediante critérios objetivos, como sua capacidade de pagamento, seu endividamento total e seu histórico de adimplemento, inserindo-o como elemento central na definição das medidas de cobrança. O problema de pesquisa consolida-se no questionamento sobre se há a necessidade de classificação do perfil do cidadão contribuinte inscrito em dívida ativa da União. Nesse sentido, busca-se identificar, com base nos critérios utilizados, dois perfis de cidadão contribuinte, o devedor eventual e o devedor contumaz, além da possível indicação de um espectro em cada categoria. A metodologia é analítica descritiva. Para tanto, analisam-se os atos normativos internos da PGFN acerca do assunto, da jurisprudência existente sobre o tema e das boas práticas definidas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico e pela Tax Administration Diagnostic Assessment Tool.

Palavras-Chave: dívida ativa; União; recuperação; devedor.

ESTADO, REGULAMENTAÇÃO DE MERCADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E UNIVERSALIZAÇÃO CONCRETA DO ACESSO À INTERNET NO BRASIL

Régia Brasil Marques da Costa – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
regia.brasilc@sempreceub.com
Frederico Augusto Barbosa da Silva – CEUB, professor orientador
frederico.silva@ceub.edu.br

Verifica-se que o acesso à internet ainda não está disponível em todo o território brasileiro, não se distribui de modo equânime entre área urbana e rural e apresenta discrepâncias relevantes quando se analisa renda, gênero e idade, por exemplo. Portanto, constata-se a ausência do acesso universal. A regulamentação do mercado pelo Estado pode ser a via para a universalização concreta do acesso à internet, e é essa hipótese que se pretende confirmar pela análise de como o mercado se tem organizado, no território brasileiro, quanto à distribuição da internet, pelo exame da relação entre Estado e mercado e pela explicitação de como as políticas públicas podem ser definidas para atingir o acesso que compatibilize tanto o interesse estatal quanto o mercadológico. Assim, o objetivo deste trabalho é expor o atual contexto da conectividade e de como pode ser implantada, melhorada e ampliada mediante a participação do mercado, em paralelo à atuação estatal. Em arremate, indica-se que a abordagem pretendida é alcançada pela metodologia dedutiva, calcada em revisão bibliográfica, pesquisas quantitativas e dados oficiais.

Palavras-Chave: mercado; Estado; internet universal; políticas públicas.

EXPOSIÇÕES DE MOTIVOS DOS CÓDIGOS DE PROCESSO CIVIL: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O PROCESSO CIVILIZADOR BRASILEIRO

Bruno Sampaio da Costa – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
brunosampaiodacosta@sempreceub.com
Paulo Roberto de Almeida – CEUB, professor orientador
paulo.almeida@ceub.edu.br

O presente trabalho objetiva demonstrar que o direito e a sociedade evoluem em um padrão observável a ser descrito com acuidade e sutileza. O processo civilizatório, em sua organicidade e coesão, permite identificar o aperfeiçoamento das relações sociais, o aprimoramento dos comportamentos interpessoais e o polimento das instituições em dada comunidade, ao longo do tempo. A mesma dinâmica aplica-se ao direito, parcela da vida em coletividade destinada a prevenir e solucionar conflitos. O método consiste na aplicação do processo civilizador, segundo a concepção de Norbert Elias, ao processo civil, sobretudo como decide o Poder Judiciário, conforme regras e princípios que se modificam ao longo do tempo. Mais detidamente, analisam-se as exposições de motivos dos códigos de processo civil brasileiros de 1939, 1973 e 2015 e o pensamento de seus criadores, partindo de uma concepção autoritária do direito e de seu progresso até o ideário democrata atual. O resultado é uma evolução. Inicialmente, há a unificação das regras do processo em todo o território nacional, em 1939, com a visão autoritária da época, personificada em Francisco Campos. Em seguida, há outra codificação de viés autoritário e centralizador, elaborada por Alfredo Buzaid em 1973. Finalmente, deságua-se no atual regramento processual de viés democrático, elaborado mui significativamente não por um expoente ou representante, mas por uma comissão de juristas. Aplicou-se a pesquisa documental, a revisão bibliográfica disponível sobre os autores das exposições de motivos dos códigos de processo civil e a literatura circundante sobre questões relevantes e pungentes da sociedade brasileira, nos períodos de elaboração das codificações, pelo método dedutivo, com o objetivo de demonstrar a incidência do processo civilizador elisiano como fenômeno abrangente em toda a sociedade, inclusive no âmbito do ordenamento jurídico. Ao final, conclui-se que é aplicável o conceito de processo civilizador ao direito e, em especial, ao processo civil, o que se evidencia pela evolução constatada no sistema, mediante a análise das exposições de motivos dos CPC de 1939, 1973 e 2015.

Palavras-Chave: exposições de motivos; processo civilizador; código de processo civil.

GESTAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO: A ONEROSIDADE AO ABRIGO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Tatiana Maria Guskow – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
tatiana.guskow@sempreceub.com.br
Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy – CEUB, professor orientador
arnaldo.godoy@ceub.edu.br

A Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 2.294, de 27 de maio de 2021, é o diploma normativo que disciplina a reprodução assistida com técnica de gestação de substituição, que consiste na cessão temporária de útero para implante e desenvolvimento de embrião alheio. A norma proíbe cessão temporária de útero mediante remuneração, o que implica toda gestação de substituição no Brasil, necessariamente, ter caráter gratuito por força de norma infralegal. Aduz-se que o veto encontra amparo no artigo 199, § 4º, da Constituição Federal, que proíbe a comercialização de órgãos, tecidos e substâncias humanas. O problema de pesquisa consiste em investigar se, de fato, a Constituição Federal veta a contrapartida financeira pela cessão de útero. Objetiva-se demonstrar que a disposição proibitiva não abrange a maternidade por substituição, porque a gestação é um processo feminino natural, que não afeta a integridade física da mulher; além disso, a interpretação constitucional deve passar pelos liames do direito fundamental à liberdade e à moral histórica e sociológica dos atos de disposição do corpo da mulher. Ademais, objetiva-se lançar luz sobre eventuais prejuízos econômicos ao Brasil, resultantes da suposta proibição. A pesquisa será desenvolvida em bases doutrinárias, filosóficas, históricas, sociológicas, legislativas e com dados do Ministério da Saúde relativos a recursos anualmente enviados ao exterior como contrapartida a gestações de substituição de pais brasileiros. Esperam-se resultados afeiçoados ao direito de autodeterminação da mulher e à possibilidade de surgimento de novo nicho no mercado de trabalho brasileiro.

Palavras-Chave: maternidade por substituição; cessão; útero; contraprestação; barriga de aluguel.

LIMITES E POSSIBILIDADES PARA REGULAMENTAÇÃO E TUTELA DO CIBERESPAÇO: O PAPEL DAS CONVENÇÕES INTERNACIONAIS E A IMPLANTAÇÃO DE UM REGIME GLOBAL

Anthony Ahmad Lopes – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
anthonyahmad@sempreceub.com
Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy – CEUB, professor orientador
arnaldo.godoy@ceub.edu.br

A eclosão de novos equipamentos e sistemas tecnológicos que se difundiram por todo o mundo provocou verdadeira revolução na forma como as sociedades humanas vivem e interagem entre si e repercutiu nas diversas esferas do cotidiano, trazendo não só benefícios, como também sérios riscos ao bem-estar social. Nesse sentido, busca-se responder aos questionamentos sobre: por que a configuração do ciberespaço impossibilita a aplicação de único ordenamento jurídico; se há ou não soberania no ciberespaço; se o ambiente virtual é suscetível à regulação; se a ausência de fronteiras engendra nova sociedade; se o ciberespaço é autônomo; como a governança pode proporcionar a eficiência normativa no ciberespaço; se é necessário criar normas e instituições próprias para regular o ciberespaço. Para tanto, a pesquisa focaliza as repercussões e as consequências jurídicas provocadas pelas novas tecnologias de informação, visto que entram em colisão com o Direito, suscitando pertinentes discussões a respeito do reconhecimento de um estatuto normativo para a adequada utilização do ciberespaço. Em seguida, apresentam-se particularidades da rede, destacando-se as que possam embaraçar a efetiva aplicação do direito consuetudinário, os limites e as possibilidades de tutela do ciberespaço, considerando a existência da "cibercultura" e da "sociedade da informação", além do conceito de governança e o seu papel para a regulação desse universo. Espera-se, portanto, que a pesquisa possa fomentar reflexões acerca da efetivação de uma tutela jurídica em rede, mediante a análise dos modelos propostos por Ávila, Gatto, Franzese, Lessig e Murray.

Palavras-Chave: regulação do ciberespaço; governança; ambiente virtual; tutela jurídica.

MINERAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS

Valmirio Alexandre Gadelha Junior – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
valmirio.gadelha@sempreceub.com
Marcia Dieguez Leuzinger – CEUB, professor orientador
marcia.leuzinger@ceub.edu.br

O objetivo da dissertação é verificar se, de fato, é possível o exercício da atividade de exploração mineral em terras indígenas e, em caso afirmativo, quais são as balizas necessárias para o seu desenvolvimento. A pesquisa justifica-se pelas constantes violações aos direitos humanos praticadas contra comunidades indígenas e, em parte, perpetradas pelo Estado brasileiro, que se mantém omisso na tarefa de regulamentar a mineração em áreas indígenas, ocasionando a espoliação dessas terras por garimpeiros, grileiros, madeireiros e outros tipos de invasores. De igual forma, torna-se importante analisar os avanços da degradação ambiental causada por garimpos clandestinos incrustados em terras indígenas e observar como os órgãos estatais, FUNAI e IBAMA, têm agido para defender as populações indígenas e o meio ambiente, respectivamente. A metodologia funda-se em uma vertente qualitativa, buscando analisar as causas que dificultam a regulamentação da questão. O método de abordagem será o dedutivo, partindo-se do modelo normativo insculpido no artigo 231 da Constituição Federal e em tratados internacionais de direitos humanos, para analisar as dificuldades da regulamentação. Utilizam-se, quanto ao procedimento de estudo, as pesquisas bibliográfica e documental. Pretende-se demonstrar que a mineração em terras indígenas, para ser efetivada, deve ser feita em benefício da comunidade indígena atingida, sempre mediante seu prévio consentimento, com observância às normas ambientais e em respeito aos direitos humanos dos povos autóctones, levando-se em conta as regras previstas no texto constitucional e nos instrumentos internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil.

Palavras-Chave: indígenas; autodeterminação; mineração.

NOVO OLHAR SOBRE O PROCESSO ESTRUTURAL: O CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE SOBRE TEMAS DE SAÚDE PÚBLICA

Leão Pereira Neto – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
leao.neto@sempreceub.com
José Levi Melo do Amaral Júnior – CEUB, professora orientadora
jose.junior@ceub.edu.br

A dissertação trata da utilização do processo estrutural no sistema de controle concentrado de constitucionalidade e contempla a análise da legitimidade de atuação do Judiciário por meio desse instrumento. A transformação advinda da passagem dos modelos de Estado, desde o liberal até o democrático de direito, está a exigir dos instrumentos processuais que seja agregada uma transformação em diversas áreas para que o processo alcance, com toda a efetividade, sua função instrumental de pacificação social. O momento de politização do direito propicia a reestruturação de alguns instrumentos judiciais, com o fim de dinamizar o processo a ponto de implementar, junto ao novo Código de Processo Civil, um processo estrutural com melhor representatividade das partes envolvidas, mediante a participação do *amicus curiae* e das audiências públicas, para a efetivação dos direitos fundamentais, sobretudo os relacionados à saúde. Para tanto, realizaram-se pesquisas bibliográficas sobre do rito do controle concentrado de constitucionalidade, no ambiente virtual do STF, e exame jurisprudencial dos autos selecionados dos processos de controle concentrado conjuntamente com diversas obras relacionadas tanto ao controle concentrado como ao tema processo estrutural. As premissas levantadas no decorrer da dissertação propõem uma combinação desses instrumentos, de modo a ser utilizados como mecanismos à disposição do Judiciário para equacionar as políticas públicas, em especial, na área da saúde, que enfrenta consequências negativas do descompasso entre o previsto na Constituição de 1988 e a realidade prática.

Palavras-Chave: democracia; guardião da Constituição; critério legitimador; *amicus curiae*; política pública de saúde.

O CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS: FUNCIONALIDADES, DISFUNCIONALIDADES E ALTERNATIVAS INSTITUCIONAIS

Adriana Gomes Rêgo – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
adriana.rego@sempreceub.com
Alice Rocha da Silva – CEUB, professora orientadora
alice.silva@ceub.edu.br

O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) é um órgão colegiado e paritário, integrante da estrutura do atual Ministério da Economia, responsável pelo julgamento, em segunda instância e em instância especial, dos recursos contra as decisões das Delegacias de Julgamento (DRJ) da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB). O tempo médio dos processos na primeira instância (DRJ) está em torno de 900 dias e, na 2ª instância (CARF) e na instância especial, em torno de 1200 e 500 dias, respectivamente, enquanto a legislação estabelece que deva ser de 360 dias para cada instância. Do crédito tributário que é mantido no CARF, com decisões favoráveis à Fazenda Nacional, apenas 3,7% ingressam nos cofres públicos. Quando os contribuintes perdem no CARF, podem recorrer ao Judiciário e podem fazê-lo também sem buscar o contencioso administrativo fiscal. Contudo, se, primeiro, buscam o CARF, o processo administrativo não é aproveitado no contencioso judicial. Na justiça federal, um processo está com temporalidade média de 5,6 anos. De acordo com auditorias de órgãos de controle externo, a excessiva temporalidade dos processos administrativos fiscais gera o desestimulo à arrecadação espontânea de tributos, aumentando a percepção de ineficiência do Estado na cobrança tributária. No que diz respeito à sua composição paritária, o CARF é formado por conselheiros, cuja metade são representantes da Fazenda Nacional, indicados pela RFB, e a outra metade são representantes dos contribuintes, indicados pelas confederações representativas de categorias econômicas ou centrais sindicais. Em caso de empate, para determinados tipos de processos, ainda prevalece o voto de qualidade dos presidentes de turma, representantes da Fazenda Nacional. Para outros tipos, a partir de abril de 2020, o empate importa decisão a favor do contribuinte. O voto de qualidade proferido por um representante da Fazenda era alvo de ações judiciais e críticas por parte dos contribuintes. O voto de empate a favor dos contribuintes também tem sido objeto de ações judiciais e críticas, além do fato de recente auditoria de controle externo pontuar que essa sistemática propicia corrupção no órgão. A dissertação propõe-se a analisar quais arranjos institucionais poderiam mitigar essas disfuncionalidades, prospectando alternativas para o contencioso administrativo fiscal federal e para o processo judiciário tributário federal no que diz respeito às instâncias e à composição.

Palavras-Chave: CARF; celeridade; imparcialidade; contencioso administrativo.

O CONVENCIMENTO DECISÓRIO DOS JURADOS NO BANCO DOS RÉUS: CONTAMINAÇÃO PELA INVESTIGAÇÃO POLICIAL E (IN)EXISTÊNCIA DE INSTRUÇÃO EM PLENÁRIO

Ana Raisa Farias Cambraia Alexandre – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
ana.alexandre@sempreceub.com
Bruno Amaral Machado – CEUB, professor orientador
bruno.machado@ceub.edu.br

O presente trabalho estuda a reverberação, no tribunal do júri, da estruturação do convencimento decisório mediante os elementos informativos do inquérito policial. O tema contextualiza-se com a vasta gama de resultados possíveis no plenário do júri. Trata-se de dissertação produzida por pesquisa bibliográfica. Primeiramente, definem-se as deficiências encontradas na política de segurança pública investigativa. Confere-se maior ênfase à insuficiência na aplicação de preceitos democráticos e garantias fundamentais. O texto segue em relação à formação do ato decisório e descreve os respectivos sistemas existentes. Um deles ganha relevância: o método da íntima convicção, aplicado no julgamento pelos jurados. Examinam-se as repercussões de cada regra de julgamento em relação ao objeto da decisão, sejam os atos da investigação policial, sejam os da instrução judicial, isolados ou em conjunto. A exploração dessas situações no âmbito do júri possibilita demonstrar, independentemente do sigilo das votações e do método da íntima convicção, que esse instituto tem enorme vulnerabilidade quanto à falibilidade de determinados julgamentos. Cuida-se de condenações em casos nos quais o único elemento passível de incriminar o acusado se encontra na fase pré-processual. Conclui-se que, nesses casos, as falhas do inquérito policial contaminam o convencimento decisório dos jurados. Tal nódoa de julgamento origina-se da decisão do magistrado que pronunciou o acusado com base nesse arcabouço probatório. Arremata-se que, como medida de preservação da democracia, das garantias fundamentais e da inafastabilidade de uma jurisdição técnica, a fim de evitar erros judiciários, não é admissível a pronúncia calcada unicamente em elementos informativos.

Palavras-Chave: júri; convencimento decisório; condenação; inquérito policial; garantias fundamentais.

O DIREITO AGRÁRIO E AS ESTRUTURAS FUNDIÁRIAS BRASILEIRAS: DA LEI DE TERRAS AO MST

André Lopes de Sousa – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
andre.lopes@sempreceub.com
Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy – CEUB, professor orientador
arnaldo.godoy@ceub.edu.br

Enfatizam-se os movimentos históricos, políticos, ideológicos e econômicos que deram a tônica atual ao Direito Agrário brasileiro. Na dimensão temporal, considera-se o recorte que vai da Lei de Terras, de 1850, ao surgimento do Movimento dos Sem Terras, no século XX. Destaca-se o contexto da Lei de Terras como política pública do Império em 1850, para estabelecer um regime de contenção no processo da aquisição de terras rurais brasileiras que levou em conta a intenção deliberada de limitar o acesso ao campo a poucos privilegiados, configurando-se, a partir daí, uma perspectiva odiosa de manutenção de uma modelagem fundiária pautada na concentração de terras sem a adequada produtividade e dirigida a representar poder e comando. Pretende-se, como hipótese do trabalho, provar que o modelo agrário atual mostra seus problemas a partir dessas raízes históricas e que as políticas públicas de reforma agrária não têm sido suficientes para a correção da distorção observada no tempo. Nesse contexto, identifica-se a dificuldade de formatação legislativa dirigida à democratização do acesso à terra, sobretudo, levando-se em conta a ausência de preocupação com a agricultura fora do contexto do agronegócio. Para tanto, vale-se dos dados estatísticos constantes de órgãos públicos e entidades privadas, das políticas públicas estabelecidas no tempo e as recentes sobre o modelo agrário brasileiro, para concluir-se que a Lei de Terras representou, embrionariamente, a problemática vigente.

Palavra-Chave: lei de terras; direito agrário; políticas públicas.

O NOVO MARCO LEGAL DA INOVAÇÃO (LEI 13.243/16 – DEC. 9.283/18) E SUA CARGA NORMATIVA INSUFICIENTE NA PROMOÇÃO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EFETIVA

Elisabete Ribeiro Alcântara – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
elisabete.alcantara@sempreceub.com
Marcelo Dias Varella – CEUB, professor orientador
marcelo.varella@ceub.edu.br

O objeto de pesquisa é delineado pela indagação sobre o Novo Marco Legal de Ciência Tecnologia e Inovação e sua regulamentação (Lei 13.243/16 e Dec. 9.283/18) serem suficientes para promover efetiva inovação tecnológica. É possível verificar lacunas na lei, advindas da não regulamentação integral de seu ordenamento, que comprometem sua efetividade e seu propósito de normatizar a inovação tecnológica. O Novo Marco padece de completude mesmo com sua regulamentação na concretização de instrumentos que assegurem novas fontes de recursos destinados à PD&I e à regularidade na sua obtenção e volume adequado de investimentos, para garantir a execução completa da atividade de pesquisa, desenvolvimento e inovação. O marco legal não previu nenhum elemento assecuratório aos recursos destinados aos projetos já formalizados, gerando, assim, insegurança jurídica na política de inovação. Propõe-se, portanto, a revisão da Lei de Inovação, de modo a assegurar a impossibilidade de contingenciamento dos recursos destinados a honrar os compromissos contratados no âmbito da referida norma. O Novo Marco silencia quanto aos procedimentos de registro, defesa e tramitação de propriedade intelectual, obtidos no âmbito de contratações regidas pela Lei de Inovação, o que pode prejudicar, sobremaneira, a atividade inovadora, considerando que a segurança jurídica da propriedade é fator determinante para o sucesso da atividade comercial. O Novo Marco não concedeu às empresas o mesmo benefício fiscal concedido às ICT e não concedeu o correspondente ao frete da marinha mercante (AFRMM) sobre as importações de bens de capital para atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação. Em síntese, o objetivo da proposta é analisar o Novo Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação, consubstanciado na Lei 13.243/16, e identificar lacunas que impedem sua incidência ao caso concreto e comprometam sua eficácia à política pública de inovação tecnológica e à própria inovação tecnológica. O referencial teórico será constituído, inicialmente, por uma análise histórica acerca do sistema nacional de inovação, atualmente chamado Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI), perpassando o surgimento de entidades governamentais representativas do setor, a evolução do arcabouço jurídico normativo, seus impactos nos índices de inovação e desenvolvimento econômico-social, as políticas públicas de CTI, utilizando como diretriz autores, como Dias, cujos estudos remontam a sua pesquisa de 60 anos de políticas de ciência e tecnologia, e manuais desenvolvidos para o setor, tais como o *Manual de Oslo* e o *Manual Frascati*, cujos princípios inspiraram a Lei do Bem e a Lei de Informática, de modo a demonstrar a relevância do processo de inovação tecnológica para o país. Nessa perspectiva, serão analisados normativos jurídicos anteriores e atuais, traçando um paralelo entre eles e sua contribuição para a determinação do sistema e seu faseamento. Para a referida questão, serão abordados autores, tais como Suzigan e Albuquerque, cujo estudo no caso brasileiro revelou que a interação entre instituições de ensino e pesquisa e empresa representa sistemas de inovação em uma fase de desenvolvimento intermediário. A partir dessa digressão histórica, será realizada a análise minuciosa do Novo Marco Legal de Inovação, e considerada a Lei 13.243/16 e seu decreto regulamentador nº 9.283/18, seus instrumentos e institutos mediante a política

de ciência e tecnologia então vigente. Objetiva-se evidenciar lacunas existentes que obstam a efetividade da inovação tecnológica, a ser aprimorada, inclusive, no que toca à regulamentação, da sua harmonização nas três esferas de poder e da sua aplicação.

Palavras-Chave: inovação; ciência; tecnologia; regulamentação; efetividade.

O PAPEL DA ADUANA BRASILEIRA NA FACILITAÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

Bibiana das Chagas Meroni Costa – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
bibiana.costa@sempreceub.com
Daniel Amin Ferraz – CEUB, professor orientador
daniel.ferraz@ceub.edu.br

O estudo objetiva compreender se as estratégias regulatórias utilizadas pela Aduana brasileira, ao implementar o processamento antecipado previsto no artigo 7.1 do Acordo sobre a Facilitação do Comércio – AFC, contribuem para os objetivos de facilitação. Para viabilizar a investigação pretendida, o estudo analisa, primeiramente, em que consiste o fenômeno da facilitação do comércio, de forma que se possa melhor compreender os objetivos buscados. A legislação nacional sobre o tema passa por uma transição. Tem-se a regra geral atual, a proposta submetida à consulta pública e a regra disponível para Operadores Econômicos Autorizados. Considerando que as medidas de facilitação previstas no AFC não constituem fins em si mesmos, faz-se necessário avaliar a sua contribuição para os objetivos a que se propõem. Assim, este trabalho explora fundamentos que permitam compreender se os objetivos de facilitação são devidamente alcançados por meio da regulação aduaneira nacional. Em última análise, pretende-se responder aos questionamentos sobre se a estratégia de regulação adotada pela Aduana brasileira colabora com os objetivos de facilitação e se a nova estratégia proposta pela Aduana brasileira apresenta soluções suficientemente adequadas para atingir esses objetivos.

Palavras-Chave: Aduana; facilitação do comércio; incentivos.

O PAPEL DO "PROGRAMA PARAÍBA UNIDA PELA PAZ" NA REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA LETAL NO ESTADO DA PARAÍBA (2010-2019): UM ESTUDO DE CASO

Pablo Rangell Mendes Rios Pereira – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
pablorangell@sempreceub.com
Bruno Amaral Machado – CEUB, professor orientador
bruno.machado@ceub.edu.br

A Paraíba registrou o índice de 42 mortes violentas por 100 mil habitantes, em 2011 e figurou como o 3º estado mais violento do Brasil, ficando atrás apenas de Alagoas e do Espírito Santo, que registraram os índices de 71 e 46 mortes violentas por 100 mil habitantes, respectivamente. Nesse ano, lançou-se o programa *Paraíba unida pela paz*, política de segurança pública instituída com o principal objetivo de conter o avanço dos níveis de violência letal no estado. Curiosamente, a partir de 2012, o índice de violência letal do estado iniciou trajetória de queda somente interrompida em 2019. Com isso, a Paraíba tornou-se o estado brasileiro com o mais longo período de redução ininterrupta do índice de violência letal na década de 2010. Nesse sentido, este artigo busca realizar estudo de caso do programa *Paraíba unida pela paz*, valendo-se do método qualitativo, com o objetivo de responder ao questionamento sobre quais estratégias foram mobilizadas pelo programa *Paraíba unida pela paz* para a prevenção da violência letal em território paraibano, no período de 2011 a 2019. A partir deste estudo, espera-se investigar qual é a influência dessa política de segurança pública na redução da mortalidade violenta no estado da Paraíba, além de formular hipóteses gerais para futuras pesquisas sobre políticas de segurança pública no Brasil.

Palavras-Chave: segurança pública; violência letal; mortes violentas; Paraíba unida pela paz; política pública.

OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS COMO DIREITO FUNDAMENTAL DO ADVOGADO

Mauro Luciano Hauschild – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
mauro.hauschild@sempreceub.com
Jefferson Carlos Carus Guedes – CEUB, professor orientador
jefferson.guedes@ceub.edu.br

A dissertação tem como finalidade demonstrar o reconhecimento da importância dos honorários sucumbenciais como direito fundamental do advogado e elemento essencial para a concretização da justiça. Também se pretende analisar os efeitos econômicos dos honorários sucumbenciais em face do excesso de judicialização. Examina-se o possível impacto no processo de mitigação da judicialização e a possibilidade de redução dos danos à parte vencedora em face do vencido, mediante o não aviltamento dos honorários sucumbenciais. Nesse ambiente teórico, expõe-se que as regras de fixação de honorários sucumbenciais estabelecidos no Estatuto da OAB e no Código de Processo Civil devem ser aplicadas objetivamente, sem observância da proporcionalidade ou da equidade, sob pena de incentivar a inadimplência e penalizar o credor com o pagamento de honorários advocatícios contratuais, para garantir a efetivação de seu direito. A hipótese principal é a constatação de que os honorários sucumbenciais são um direito fundamental do advogado como resultado de seu trabalho e com caráter nitidamente alimentar. A comprovação da hipótese dá-se pelo contexto histórico em que os honorários eram pagos ao advogado do vencedor pelo vencido como forma de remunerar o trabalho e não lesar o vencedor. Justifica-se, assim, a defesa do entendimento da não admissibilidade do aviltamento dos honorários sucumbenciais com a aplicação da proporcionalidade e da equidade, sob pena de transferir o ônus da condenação ao vencedor com o pagamento de honorários contratuais. Atualmente, o trabalho está em evolução de pesquisa. O STJ aprecia a matéria relativa à aplicação da proporcionalidade e da equidade na fixação dos honorários sucumbenciais, sob o argumento da expressão econômica das causas de alto valor, ignorando que o CPC permite às partes encontrarem métodos alternativos de conflitos cujos mecanismos de solução seriam mais ágeis, eficientes, e os custos da pacificação social seriam menos onerosos. As principais dificuldades são a ausência de tempo suficiente para o aprofundamento das questões teóricas que deverão embasar a defesa da natureza fundamental dos honorários sucumbenciais.

Palavras-Chave: honorários advocatícios; valor da condenação; proveito econômico; direito fundamental; natureza alimentar.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL E REGULAÇÃO NO ESTADO BRASILEIRO: ANÁLISE DOS MECANISMOS DE INTERAÇÃO ENTRE A AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA E A SOCIEDADE

Alex Cavalcante Alves – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
alex.alves@sempreceub.com
Frederico Augusto Barbosa da Silva – CEUB, professor orientador
frederico.silva@ceub.edu.br

O déficit de participação pública é uma característica percebida na sociedade brasileira, seja em instâncias mais próximas aos cidadãos, como condomínios ou associações, seja nos colegiados de supervisão técnica, administrativa e de regulação estatal. A justificativa do poder público para ignorar a participação social passa pela alegada falta de interesse da população em discutir os temas ou a falta de capacidade técnica para tanto, especialmente quando se trata dos complexos temas regulatórios. Nesse contexto, o problema da pesquisa é o questionamento sobre se, apesar da previsão normativa de mecanismos de participação social no processo regulatório da Agência Nacional de Energia Elétrica, essa participação é efetiva. A metodologia é a pesquisa empírica dos dados de audiências públicas da ANEEL realizadas entre 2013 e 2020, estratificando a quantidade de contribuições aceitas oriundas dos segmentos agentes econômicos, poder público e sociedade, com especial ênfase, neste último, ao percentual de aproveitamento de contribuições oriundas dos Conselhos de consumidores. A hipótese a ser verificada é se a participação pública na regulação é efetiva tão somente com relação aos agentes setoriais, que, ao contrário dos cidadãos, contêm recursos humanos e estrutura para participar ativamente do processo regulatório. Como resultado, espera-se que a pesquisa apresente os pontos passíveis de melhoria para efetivar a participação social no processo regulatório brasileiro, a partir da análise da participação dos diferentes atores nas audiências públicas da ANEEL, no período de referência, além de identificar as falhas que levem à percepção de impermeabilidade à participação social na regulação.

Palavras-Chave: políticas públicas; regulação; ANEEL; participação social.

PROCEDIMENTO ABREVIADO PELO ACORDO DE CULPA NO DEBATE LEGISLATIVO BRASILEIRO

João Renato Borges Abreu – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
joao.renato@sempreceub.com
Alice Rocha da Silva – CEUB, professora orientadora
alice.silva@ceub.edu.br

A presente dissertação realizou o estudo de caso sobre o debate legislativo em torno do acordo penal, também conhecido como acordo de culpa. O intuito é demonstrar se esse instituto jurídico, que comporia a justiça penal negociada no Brasil, seria a alternativa indicada para enfrentar o problema público do congestionamento do sistema de justiça criminal. A modalidade sugerida incluiria no ordenamento jurídico a possibilidade de o réu, por meio do reconhecimento de culpa, abreviar o processo para imposição antecipada da sanção penal. A proposta legislativa foi apresentada mediante o Projeto de Lei n. 882/2019, conhecido como Pacote de Lei Anticrime. A inclusão do artigo 395-A do Código de Processo Penal objetivava garantir a possibilidade de, após o recebimento da denúncia ou da queixa e até o início da instrução, o Ministério Público ou o querelante e o acusado, assistido por seu defensor, requererem, mediante acordo penal, a aplicação imediata das penas. A pesquisa dedicou-se a demonstrar como e por quais motivos o acordo penal foi apresentado pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo. Além disso, expôs os argumentos dos parlamentares para retirá-lo do texto final, que foi à votação em plenário na Câmara dos Deputados. O objetivo geral deste trabalho é aclarar o debate legislativo sobre o acordo penal. Os objetivos específicos são: apresentar os pontos negligenciados no certame realizado no Congresso Nacional, transpassando a exposição da relação do acordo penal com os números carcerários e os crimes de obrigatoriedade de persecução com a ação penal como mandatória; esclarecer a diferença entre o acordo penal e o *pleabargaing* (instituto de soluções negociadas dos Estados Unidos). O método utilizado foi o hipotético-dedutivo com uma abordagem jurídico-propositiva, perante uma base referencial lastreada nos conhecimentos do Direito e das políticas públicas. Observou-se que a vasta quantidade de ações penais, a lentidão na instrução processual e os altos números de presos provisórios demonstraram a urgente necessidade de uma reforma no sistema de justiça criminal. O estudo conclui que o acordo penal se apresenta como um dos instrumentos dessa reforma capaz de minimizar os problemas citados. Assim, o trabalho configura um estudo de análise de políticas públicas que consubstancia a decisão política legislativa para a aprovação do acordo penal, com nova redação, no Novo Código de Processo Penal, em tramitação no Poder Legislativo.

Palavras-Chave: pacote de lei anticrime; acordo penal; sistema de justiça criminal; processo penal; políticas públicas.

STANDARDS PROBATÓRIOS NO SISTEMA DE JUSTIÇA PENAL MILITAR: UMA VALORAÇÃO RACIONAL DA HIERARQUIA E DA DISCIPLINA

Cirelene Maria da Silva Rondon de Assis – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
cirelene.assis@sempreceub.com
Antonio Henrique Graciano Suxberger – CEUB, professor orientador
antonio.suxberger@ceub.edu.br

A presente proposta de dissertação de mestrado tem como objeto a análise da possibilidade ou não de serem estabelecidos *standards* probatórios para a comprovação da violação da hierarquia e da disciplina no sistema de justiça penal militar. A hipótese inicial para a indagação seria afirmativa, considerando que a violação dos princípios da hierarquia e da disciplina no sistema de justiça penal militar pode e deve ser aferida por intermédio de *standards* probatórios, atuando, inclusive, como instrumentos de controle objetivo das decisões judiciais nas instâncias recursais. A problemática do tema circunscreve-se à suposta ausência de critérios objetivos de justificabilidade no processo de apreciação da prova no sistema de justiça militar. Nesse contexto, surgem os *standards* como diretrizes para a valoração racional da prova e para a justificação da verdade por correspondência no processo. O *standard* é alcançado no momento em que o grau de confirmação da hipótese atinge o padrão de correção pré-determinado. A objetividade do processo decisório passa pelo raciocínio probatório racional. No entanto, inexiste, no sistema de justiça penal militar, a fixação legal, jurisprudencial ou doutrinaria de *standards* probatórios, ainda mais quando se trata de hipóteses fáticas, envolvendo hierarquia e disciplina. Objetiva-se comprovar no decorrer da pesquisa que, para viabilizar o efetivo controle intersubjetivo dos atos judiciais, a decisão proferida no sistema de justiça penal militar, em especial nos casos de apuração de condutas que afrontam a hierarquia e a disciplina, seja a de recebimento da denúncia, decretação de prisão preventiva ou condenatória e/ou absolutória, para ser tida por suficientemente fundamentada, necessita trazer consigo o livre convencimento motivado do julgador atrelado à valoração racional das provas, ou seja, o estabelecimento da vinculação da prova e o convencimento judicial. A motivação como parte desse processo de fundamentação das decisões judiciais inclui a fiabilidade da prova, a valoração individual e o conjunto probatório. A pesquisa adota o método dogmático, calcado na revisão bibliográfica e jurisprudencial. Para que seja atingido o desiderato da dissertação ora posposta, em primeiro momento, busca-se a conceituação de hierarquia e da disciplina e sua função no sistema de justiça penal militar; em seguida, faz-se breve explanação sobre este sistema especial de justiça, sua natureza, estrutura e composição. Passa-se à análise do conceito, à aplicabilidade dos *standards* de prova e à sua interação com controle intersubjetivo das decisões judiciais, para, depois, examinar os julgados selecionados, exarados pelo Superior Tribunal Militar e cotejá-los com os conceitos inicialmente traçados. A seguir, se for o caso, sugerem-se critérios objetivos para a fixação de *standards* de prova na valoração da violação da hierarquia e da disciplina.

Palavras-Chave: *standards* probatórios; justiça militar; hierarquia e disciplina.

TRIBUTAÇÃO E GÊNERO:
POLÍTICAS PÚBLICAS, EXTRAFISCALIDADE E PROMOÇÃO DA IGUALDADE

Andalessia Lana Borges – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
lana.borges@sempreceub.com
Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy – CEUB, professor orientador
arnaldo.godoy@ceub.edu.br

A crescente inquietação no tocante às desigualdades econômicas, sociais e de gênero tem reverberado em instituições públicas e privadas. Trata-se de um problema concreto que sugere enfrentamento acadêmico. Há questão jurídica que exige problematização e construção de hipóteses de solução efetiva. A tributação desdobra-se em duas dimensões que se complementam, quais sejam, a obtenção de recursos destinados ao custeio das atividades do Estado e a regulação das atividades da sociedade. A funcionalidade corretiva da tributação incita o estudo no que se refere, objetivamente, à acomodação do princípio da igualdade, em face das assimetrias sociais e econômicas de gênero. Objetiva-se discutir problema relevante, buscando-se a compreensão do sistema tributário nacional a partir da ótica constitucional da igualdade, valor eleito pela sociedade como estrutura do Estado Democrático de Direito no Brasil. O problema de pesquisa está sintetizado no questionamento sobre se a tributação deve ser utilizada como minimizador da discrepância de socioeconômicas de gênero. A metodologia é a analítica descritiva por meio de revisão de bibliografia acerca do tema. Quanto aos resultados almejados, busca-se demonstrar a imprescindibilidade de construção de medidas tributárias de enfrentamento das desigualdades sociais e econômicas entre homens e mulheres. Entre as ferramentas, está a concessão de benefícios ficais que favoreçam a contratação de mulheres. A inserção feminina no mercado de trabalho é instrumento de promoção de igualdade e deve, indubitavelmente, ser incentivada pelo Estado.

Palavras-Chave: tributação; gênero; mulher; mercado de trabalho; desigualdades.

ANAIS DO

EnCUCA21

DOUTORADO EM DIREITO

CNPq fapdf CEUB

A (DES) LEGITIMAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO PELA TEORIA DOS SISTEMAS SOCIAIS DE LUHMANN

Aline Seabra Toschi – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
aline.seabra@sempreceub.com
Enrique Ricardo Lewandowski – CEUB, professor orientador
enrique.lewadowski@ceub.edu.br
Jefferson Carlos Carus Guedes – CEUB, professor coorientador
jefferson.guedes@ceub.edu.br

A tese tem o objetivo de demonstrar, por meio da teoria dos sistemas sociais luhmanniana, o processo de (des)legitimação do Poder Judiciário, tendo como base de análise os seus elementos estruturantes: diferenciação funcional, limites do acoplamento estrutural e da autopoiese dos sistemas específicos que compõem determinado sistema social. Trabalha-se com o pressuposto de que a deslegitimação do Poder Judiciário é consequência da degeneração do Direito. Portanto, a degeneração é condição precedente à deslegitimação. Dessa forma, a deslegitimação é trabalhada pela degeneração da ciência e da dogmática jurídicas, por meio da análise das teorias atinentes à distribuição de poderes e de suas consequências na teoria da decisão, como nos casos da Operação Lavajato, que funciona como marco temporal, e na criminalização da homofobia. Em seguida, a deslegitimação do Poder Judiciário é analisada por meio da degeneração do Direito pela política e pela participação da voz das ruas como fundamentação na teoria da decisão, numa criação de um sistema distópico de *accountability* e na judicialização do Poder Judiciário e a sua consequente politização. Nesse movimento, a experiência da Alemanha pré-nazista é utilizada como parâmetro de algumas decisões tomadas pelo Supremo Tribunal Federal, a fim de reduzir as complexidades sociais causadas por atos políticos, como o dossiê antifascista, os Decretos 9.622 e 1.046, de 2019, a medida provisória 954, de 2020, e a prática do presidencialismo de coalizão deturpado. Com a degeneração efetivada, a deslegitimação do Poder Judiciário transparece. Como consequência, reconhecem-se, *a contrario sensu,* as características legitimadoras desse mesmo Poder por meio da análise de uma proposta de proceduralização na teoria da decisão na diferenciação funcional de Luhmann, que se caracteriza pela demonstração dos elementos de um sistema social e seus subsistemas e pela diferenciação funcional como forma de manutenção de sua existência. A principal hipótese é que o Poder Judiciário se deslegitimou quando abriu mão de sua diferenciação funcional, por não ter-se limitado à sua autopoiese quando do acoplamento estrutural entre os subsistemas jurídico e político, sem levar em consideração que a ausência de limites traria consequências políticas, como a ascensão da extrema-direita brasileira. A hipótese secundária é que o Poder Judiciário não se deslegitimou e que crises vivenciadas são processos de evolução na diferenciação funcional dos subsistemas e no sistema social. Como resultados esperados, tem-se que, no caso de verificação da deslegitimação do Poder Judiciário, uma proposta de sua relegitimação pode servir como meio de manutenção do sistema social mesmo com novas definições de funcionalidades dos subsistemas sociais. Não verificada a deslegitimação do Poder Judiciário, espera-se que a análise da degeneração do Direito sirva como alerta para a manutenção do sistema social.

Palavras-Chave: teoria dos sistemas sociais; degeneração; deslegitimação; Poder Judiciário; Lavajato.

A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL UTILIZADA PARA TRATAR DADOS PESSOAIS

Rafael Gonçalves Fernandes – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
rafael.fernandes@sempreceub.com
Liziane Paixão Silva Oliveira – CEUB, professora orientadora
liziane.oliveira@ceub.edu.br

A tese tem como objetivo tratar da Inteligência Artificial (IA) no seu aspecto regulatório multifacetado, delineando como hipótese central que, apesar de inexistir no Brasil uma legislação específica, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) parece ter regulado alguns aspectos dessa nova tecnologia, o que torna possível utilizá-la como diretriz normativa conjuntamente com a construção teórica do princípio da precaução, na promoção da utilização segura da IA no Poder Judiciário brasileiro. A opção metodológica adotada para o desenvolvimento da tese situa-se nos limites da linha jurídico-dogmática e emprega o raciocínio dedutivo. Em decorrência da baixa produção de pesquisas científicas sobre a temática no contexto nacional, o caráter exploratório foi empregado para expandir as buscas por materiais produzidos pela literatura estrangeira especializada. Trata-se, além disso, de uma pesquisa documental e de levantamento. A LGPD representa o marco regulatório central da IA, uma vez que tal Lei poderá funcionar como estratégia implementadora de nova visão baseada no desenvolvimento tecnológico seguro. Diante das "zonas cinzentas" que permeiam tal Lei, a hipótese inicial indica que a carga teórica e histórica do princípio da precaução pode funcionar como ferramental jurídico apto a minimizar ou contornar os possíveis efeitos negativos da IA no Judiciário. A contribuição central da pesquisa consiste em identificar os potenciais riscos na utilização da IA no Judiciário e indicar leituras alternativas que possam auxiliar a prevenção de efeitos indesejados aos jurisdicionados, tendo como base construções teóricas que iluminem os caminhos do desenvolvimento tecnológico seguro e prudente.

Palavras-Chave: Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD); Poder Judiciário; decisões automatizadas; sociedade de risco; inteligência artificial no Judiciário.

A BUSCA DA VERDADE NO PROCESSO E OS FATORES EXTRAJURÍDICOS NA PRODUÇÃO E NA VALORAÇÃO DA PROVA ORAL

Ricardo Rocha Leite – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
ricardo.rochal@sempreceub.com
Antonio Henrique Graciano Suxberger – CEUB, professor orientador
antonio.suxberger@ceub.edu.br

A busca da verdade no processo não se tem voltado para qualquer tipo de abordagem técnica ou científica acerca de critérios de racionalidade limitada. Da mesma forma, o contexto probatório em um processo judicial, notadamente na produção e na valoração da prova oral, não adentra em outras áreas do conhecimento. A psicologia do testemunho apresenta sugestões temáticas e metodológicas consolidadas no ambiente da ciência. Nesse contexto, pode-se vislumbrar a existência de duas hipóteses contestáveis de pesquisa: o sistema processual utiliza a busca da verdade dos fatos como resultado ideal a ser obtido pelo juiz em um contexto probatório; as metodologias referentes à produção e à valoração da prova oral estão devidamente desenvolvidas na tomada de decisão judicial, observando-se a importância que ostenta para fins decisórios. O objetivo geral do trabalho de pesquisa é investigar e concluir se existe um padrão científico para a busca da verdade do processo judicial e se há critérios para se adentrar na discussão de possíveis estados subjetivos na produção e na valoração da prova acerca dos fatos controversos em uma relação processual. A investigação de ordem teórica, com o suporte da abordagem qualitativa, inicialmente, consiste em levantar as premissas epistemológicas necessárias à construção do estudo da relação entre prova e verdade e dos padrões possíveis de valoração probatória. Em seguida, destina-se a analisar as peculiaridades da justificação da verdade no processo judicial, contexto no qual se trata do dogma da verdade com a utilização da epistemologia como supedâneo de sua superação, em razão das limitações cognitivas dos sujeitos processuais. Assim, examina-se o conceito de *standard* probatório e as formas de sua utilização para a produção e a valoração das provas, com vistas à formação do convencimento do julgador. Por fim, expõe-se o estado da arte da praxe forense brasileira, notadamente no que diz respeito à prova oral, aliado a conhecimentos de outras áreas do conhecimento. A finalidade é elucidar as limitações cognitivas das testemunhas e dos vieses cognitivos dos julgadores, ao valorar a prova.

Palavras-Chave: verdade; processo; prova; comportamento judicial.

A BUSCA DE EFETIVIDADE E INTERTEMPORALIDADE AO PRECEDENTE JUDICIAL NO PÓS-POSITIVISMO BRASILEIRO: UM CAMINHO QUE PRESSUPÕE A AMPLIAÇÃO DAS BASES INFORMACIONAIS, A PARTICIPAÇÃO SOCIAL E A ÉTICA DE RESPONSABILIDADE

Gracielle Borges Torquato – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
glacielletorquato@sempreceub.com
Patricia Perrone Campos Mello – CEUB, professora orientadora
patricia.mello@ceub.edu.br

A pesquisa propõe estudar o sistema de precedentes originário do *common law*, seu funcionamento naquele contexto de sociedade e os desafios da sua adaptabilidade e aplicabilidade à realidade brasileira, notadamente pela sua formação histórica diversa daquela, com o objetivo de obter um modelo de precedentes com efetivo potencial de conferir prospectividade e intertemporalidade às decisões judiciais. No direito brasileiro, sabe-se que, embora o Código de Processo Civil, de 2015, tenha aderido ao sistema de precedentes obrigatórios, constatou-se a sua total ineficiência na pretensa tentativa de conferir segurança jurídica, promover igualdade e racionalizar os recursos nos tribunais brasileiros. O estudo, para além de estabelecer um modelo adequado de julgamento para casos jurídicos idênticos, atua como verdadeiro "regulador" do comportamento em sociedade, ao retirar a "álea" dos processos judiciais, ou seja, projeta-se previsibilidade e coerência na ordem jurídica que elimina as demandas "lotéricas". Para isso, é imprescindível que o sistema funcione e seja efetivo, pois, ao revés, a prolação de decisões diferentes em casos idênticos, além de causar descrédito à Justiça, tem grande potencial de conferir tratamento discriminatório às partes, que, paradoxalmente, sentem-se "injustiçadas" na própria "Casa da Justiça". O objetivo geral, portanto, é apresentar um modelo que, na formação de um julgado com potencial de estender-se a outros casos idênticos, sejam identificadas as variáveis relevantes ao enfrentamento da situação-problema, capazes de conferir segurança, confiança e efetividade às decisões judiciais, apesar da inexperiência das Cortes brasileiras com este modelo de julgamento. Nesse processo, a formação continuada dos magistrados revela-se de fundamental importância, a fim de que os julgamentos sejam realizados por meio de uma racionalidade não mais adstrita ao pensamento dogmático, mas também, especialmente, com foco na racionalidade gerencial e na responsabilidade prospectiva. No desenvolvimento da tese, utilizam-se os métodos dedutivo e dialético, por meio de pesquisa bibliográfica, a abordagem quantitativa e qualitativa, com recorte temporal em 2015, com o advento do CPC, e a análise dos julgamentos, à luz das teorias argumentativas. Conclui-se, pois, que o sistema de precedentes, na ordem jurídica brasileira, somente atingirá seu objetivo de efetividade por meio de técnicas que consigam avaliar as variáveis relevantes às questões-problemas, capazes de solucionar, com efetividade e clareza, as demandas que se avolumam perante o Poder Judiciário, contando com a participação da sociedade na qualidade de agente também interessada na solução de problemas que afligem um número expressivo de cidadãos.

Palavras-Chave: precedentes; efetividade; direito brasileiro.

A CONSTRUÇÃO DO REGIME JURÍDICO DE PROTEÇÃO DO TRABALHADOR NA CADEIA PRODUTIVA EMPRESARIAL

João Hagenbeck Parizzi – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
joao.parizzi@sempreceub.com
Nitish Monebhurrun – CEUB, professor orientador
nitish.monebhurrun@ceub.edu.br

A tese investiga os obstáculos à proteção do trabalhador no mercado de trabalho globalizado, no qual as empresas transnacionais se utilizam de estratégias comerciais para reduzir custos e diluir a responsabilidade, contratando terceirizadas e quarteirizadas para o fornecimento de insumos à sua produção. Nesse sentido, a hipótese suscitada é a incapacidade do sistema de proteção internacional para garantir a proteção do trabalhador ao longo da cadeia empresarial, tendo em vista a dicotomia entre as legislações internas dos países envolvidos nas transações comerciais normalmente utilizadas na cadeia produtiva das empresas em nível mundial. Além disso, a falta de mecanismos internacionais de efetivação dos direitos, notadamente as cortes internacionais, dificulta e inviabiliza a proteção do trabalhador na cadeia produtiva. O objetivo do trabalho é investigar as limitações processuais e materiais à proteção do trabalhador ao longo da cadeia produtiva e propor a complementação de um regime jurídico que possa efetivar essa proteção. A metodologia para se responder à problemática é levantar os instrumentos jurídicos formais e informais que se compatibilizam com a proteção do trabalhador, analisando suas funções, examinar as limitações desse sistema de proteção mediante a investigação de casos concretos, para, ao final, propor uma metodologia jurídica, visando à consolidação dos padrões mínimos de proteção ao trabalhador ao longo da cadeia empresarial. Após o levantamento dos instrumentos, incluindo tratados internacionais, regionais, legislações nacionais, políticas públicas, legislações informais, códigos de ética e conduta de empresas, que fazem parte do sistema de proteção do trabalhador, foram investigadas as limitações a esse sistema de proteção, tais como as dificuldades das vítimas de acessar a jurisdição em nível nacional ou internacional, a desigualdade de armas, os limites de legislação em face do alcance da jurisdição, a fraca atuação das cortes internacionais e regionais na área trabalhista, a desconsideração da empresa transnacional como sujeito de direito internacional, a abstração das normas de proteção do trabalhador especificamente em relação à cadeia produtiva, a falta de vinculação das normas internacionais que preveem a proteção na cadeia produtiva, entre outras. Por fim, propõem-se critérios objetivos, para tornar viável um sistema jurídico que venha a garantir melhor proteção ao trabalhador, de forma a exigir das empresas a devida diligência transparente e com monitoramento externo e independente, criar mecanismos de facilitação do trabalhador à jurisdição nacional, extraterritorial ou internacional, definir critérios jurídicos objetivos para a identificação do poder econômico relevante como passo obrigatório para a responsabilização na cadeia produtiva, além da utilização de teorias jurídicas já existentes, para compor o sistema de proteção ao trabalhador ao longo da cadeia empresarial.

Palavras-Chave: direitos humanos; direitos dos trabalhadores; responsabilidade social corporativa; cadeia produtiva; poder econômico relevante.

A CRISE DA DEMOCRACIA CONTEMPORÂNEA E AS PERSPECTIVAS DE UMA DEMOCRACIA DELIBERATIVA DIGITAL À LUZ DO PENSAMENTO DE HABERMAS

João Marcelo Barbosa Ribeiro – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
joao.marcelo@sempreceub.com
Inocêncio Mártires Coelho – CEUB, professor orientador
inocencio.coelho@ceub.edu.br

A crise da democracia contemporânea consiste, fundamentalmente, na ascensão do populismo, do autoritarismo, do irracionalismo e na perda parcial, mas expressiva, de confiança por parcelas da sociedade em instituições da democracia representativa impulsionadas pelo uso antidemocrático das novas tecnologias da informação. Então, a concepção de democracia deliberativa, como a habermasiana, que encoraja maior participação democrática e debates políticos amplos, regulares e racionais entre cidadãos, sem excluir os principais institutos da democracia representativa, pode, empregando, de forma racional, as novas tecnologias da informação, revigorar o regime democrático hodierno. O objetivo é examinar concepções teóricas e dados empíricos que amparem o diagnóstico da crise da democracia contemporânea e, principalmente, investigar o pensamento habermasiano, para identificar possíveis elementos teóricos aptos a ser adaptados à concepção de democracia deliberativa digital. Em razão do caráter teórico da pesquisa, prescindiu-se do exame de legislação e jurisprudência, de modo que os esforços de investigação se concentraram na doutrina.

Palavras-Chave: crise; democracia contemporânea; Habermas; democracia deliberativa digital.

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE SOBRE A EFETIVIDADE DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM TEMPOS ATUAIS OU NECESSIDADE DE PENSAR NOVAS TÉCNICAS PARA A CONCRETIZAÇÃO

Jackelline Fraga Pessanha – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
jackelline.pessanha@sempreceub.com
Marcia Dieguez Leuzinger – CEUB, professora orientadora
marcia.leuzinger@ceub.edu.br

A educação ambiental é um pilar constitucional importante ao desenvolvimento sustentável. O ponto ideal é que a sociedade seja parte do processo de manutenção e construção do meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e as futuras gerações. Mas, para isso, é preciso uma educação formal e informal, capaz de gerar um cidadão crítico às questões e aos problemas ambientais existentes. Nesse sentido, realiza-se o estudo sobre alguns pilares para a formação desse cidadão, examina-se o direito fundamental e a educação ambiental com a análise das legislações a que pertence, e, por fim, demonstra-se a educação ambiental crítica na busca de um desenvolvimento sustentável do local para o global. Por isso, questiona-se se, na atualidade, a educação ambiental crítica para o desenvolvimento sustentável é efetiva ou é necessário o repensar de técnicas para sua concretização. Com base nas principais legislações brasileiras que tratam do tema sobre educação ambiental e estabelecem seus pilares, juntamente com a pesquisa empírica, realizada em escolas públicas e escolas particulares do ensino médio, em cinco municípios do Brasil, com o método dedutivo, as entrevistas e os questionários aplicados a docentes e discentes, verifica-se a efetividade da educação ambiental local e as práticas pedagógicas. A técnica de pesquisa busca fundamento na doutrina, na legislação, na jurisprudência, em teses de mestrado e doutorado e na análise de entrevistas e questionários específicos. O presente trabalho tem como hipótese o fato de que as legislações ambientais brasileiras, ao que tudo indica, não são efetivas para a educação ambiental sustentável, pois o Direito Ambiental – nacional e internacional – sozinho não é capaz de fazer que a coletividade compreenda a importância da preservação e da tutela do meio ambiente. Para isso, pretende-se compreender o direito fundamental à educação ambiental com o estudo das legislações de PNMA, CRFB e PNEA; definir o desenvolvimento sustentável como primado indispensável à qualidade de vida digna da coletividade; investigar a efetividade da educação ambiental por meio das atividades desenvolvidas em escolas, para a formação de um cidadão crítico sobre questões ambientais; propor novas técnicas para a efetividade da educação ambiental crítica para o desenvolvimento sustentável.

Palavras-Chave: educação ambiental; desenvolvimento sustentável; cidadão crítico.

A EFETIVAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: CONCILIAÇÃO DOS INSTRUMENTOS JURÍDICOS DIANTE DAS MEDIDAS SANITÁRIAS ADOTADAS PARA O CONTROLE DA PANDEMIA COVID-19

Vera Lúcia Pontes – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
vera.pontes@sempreceub.com
Alice Rocha da Silva – CEUB, professora orientadora
alice.silva@ceub.edu.br

A pandemia da COVID-19 inaugurou um contexto de incontáveis desafios e complexidades para o enfrentamento sanitário. As situações instauradas com a dimensão propagada pelo novo coronavírus exigiram esforços nacional, regional e local antes não imaginados para a efetivação do direito à saúde. Nesse aspecto, é importante notar que, o Estado Democrático de Direito corrobora valores ligados à dignidade da pessoa humana, os quais podem conectar-se com cada indivíduo por meio do que a Constituição Federal instituiu como igualdade e liberdade. Sendo assim, a pesquisa analisa as principais medidas sanitárias adotadas no Brasil, mediante os instrumentos jurídicos do Estado Democrático de Direito, e investiga se existiu nas decisões sanitárias o emprego da forma democrática. Identificar a possível conciliação dos instrumentos jurídicos do Estado Democrático de Direito com as medidas sanitárias, em regra, oriundas de decisões emergenciais, permite problematizar os princípios da liberdade e da igualdade na efetivação do direito à saúde, observando-se em que aspectos foram inseridos. Averigua-se se a efetivação do direito à saúde conexa às medidas sanitárias adotadas na pandemia da COVID-19 empreendeu esforços para a garantia do Estado Democrático de Direito e até que ponto a forma democrática foi afiançada. Explorar as medidas sanitárias adotadas em vinculação com os princípios constitucionais da liberdade e da igualdade propicia o debate acerca de relevantes matérias constitucionais referentes ao Estado Democrático de Direito, além de verificar eventuais violações à forma democrática. À vista disso, emprega-se a pesquisa bibliográfica e documental mediante artigos, teses, doutrinas, leis e jurisprudências, com aplicação dos métodos dedutivo e dialético.

Palavras-Chave: direito à saúde; estado democrático de direito; princípios da igualdade e liberdade; pandemia COVID-19.

A EFETIVIDADE DO DIREITO À PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS A PARTIR DA ABORDAGEM CORREGULATÓRIA COM OS PROGRAMAS DE GOVERNANÇA EM PRIVACIDADE

Jéffson Menezes de Sousa – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
jmenezes@sempreceub.com
Liziane Paixão Silva Oliveira – CEUB, professora orientadora
liziane.oliveira@ceub.edu.br

A tese tem como objeto o direito à proteção de dados pessoais e examina a sua efetividade mediante a análise dos modelos regulatórios em matéria de proteção de dados pessoais, como regulação estatal forte, autorregulação do mercado e corregulação com compartilhamento de responsabilidades. Parte-se da hipótese de que o modelo capaz de conferir efetividade ao direito à proteção de dados pessoais deve consistir na complementaridade entre a regulação estatal e a autorregulação dos sujeitos públicos e privados, em busca de uma governança colaborativa. Para tanto, são abordados os princípios norteadores dos mecanismos de governança colaborativa, dando enfoque ao caráter multinível dos códigos de condutas pela experiência da União Europeia, a partir do Regulamento Geral sobre Proteção de Dados. Nesse contexto, demonstra-se que há uma abertura do modelo regulatório brasileiro sobre proteção de dados para uma governança colaborativa com os programas de governança em privacidade instituídos pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Nesse aspecto, trata-se da aparente "faculdade" na implementação desses programas, ao demonstrar que, a partir deles, podemos chegar à efetividade das regras de proteção de dados. Por fim, indica-se que a política nacional de proteção de dados pessoais e da privacidade no Brasil estruturada na perspectiva corregulatória possui maiores chances de efetivar o direito objeto da pesquisa, dada a experiência europeia, adequada às peculiaridades brasileiras, inclusive pela LGPD, com estímulo à criação de programas de governança em privacidade setoriais vinculativos e com força executiva, além da necessidade de certificação de conformidade dos programas de governança em privacidade setoriais pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

Palavras-Chave: dados pessoais; lei geral de proteção de dados pessoais; novas tecnologias; privacidade; regulação.

A EMULAÇÃO DE UM PAPEL DIGITALIZADO: RESSIGNIFICAÇÕES DOS ATOS DE COMUNICAÇÃO PROCESSUAL POR MEIO ELETRÔNICO

Igor Rodrigues da Costa – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
igor.costa@sempreceub.com
Gustavo Ferreira Ribeiro – CEUB, professor orientador
gustavo.ribeiro@ceub.edu.br
Jefferson Carlos Carus Guedes – CEUB, professor coorientador
jefferson.guedes@ceub.edu.br

A tese tem por objetivo revisitar os atos de comunicação processual para a necessidade de ressignificar o processo sob o ponto de vista puramente eletrônico, tal como o é em forma de papel digitalizado. A hipótese principal debruça-se na epistemologia de práticas processuais antes realizadas por meio de papel e, doravante, possibilitadas por meios eletrônicos. A citação e a intimação em meio eletrônico exemplificam o "redesenho" do processo pensado para a era tecnológica. Assim, questiona-se o que se pode entender ou repensar sobre pessoalidade, se o telefone pessoal e o Whatsapp podem ser uma extensão da pessoalidade e se a audiência por videoconferência é uma realidade de necessidade temporal ou uma processualidade sem volta. Nesse contexto, as políticas públicas de inclusão digital são extremamente necessárias ao alcance do novo processo pelo jurisdicionado. O Poder Judiciário pode ter o aparato tecnológico para subsidiar essa transformação processual, mas nem sempre o jurisdicionado o tem. O trabalho encontra-se na fase de seleção de leituras acerca do tema. A maior dificuldade encontrada diz respeito a poucos periódicos específicos sobre o processo civil em meio eletrônico propriamente dito, sobretudo dissertações ou artigos em periódicos estrangeiros. O objetivo da tese visa demonstrar nova epistemologia para o que seja a pessoalidade processual, por nova hermenêutica de direito processual civil para o meio eletrônico. O método preliminarmente adotado é o dialético, iniciado pela abordagem hermenêutica. Como resultado, espera-se que os atos da comunicação processual contempladas no processo civil possam ser ressignificados ou, pelo menos, pensados como emolução de um papel eletrônico.

Palavras-Chave: comunicação processual; pessoalidade; hermenêutica.

A ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E A DEFESA DO DIREITO ACUMULADO DOS PARTICIPANTES BENEFICIÁRIOS DIANTE DO POTENCIAL PASSIVO JUDICIAL A SER DESCOBERTO: IMPLICAÇÕES DO MERCADO FINANCEIRO PREVIDENCIÁRIO E EVENTUAL REPARAÇÃO CÍVEL DECORRENTE DO ATIVISMO JUDICIAL

Edilson Enedino das Chagas – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
edilson.enedino@sempreceub.com
Ivo Teixeira Gico Junior – CEUB, professor orientador
ivo.junior@ceub.edu.br

A tese busca esclarecer o atual estágio da previdência no Brasil, que deixou de ser social, passou a ser coletiva e caminha para a privatização. Essa trajetória é descrita mediante a demonstração de imaturidade decorrente de típica mudança de paradigma, em que a lei, a doutrina e a jurisprudência não conseguem situar-se à altura da necessidade de segurança jurídica que o tema exige. A comprovação de que a abordagem atual é incipiente e mal informada advém das contraditórias decisões judiciais e do incremento do risco no cálculo do custo previdenciário. A instabilidade jurisprudencial e a desinformação são duas causas marcantes das inconsistências que transformam em custo e incerteza a previdência. A principal hipótese é que a atual insistência em manter, na esfera trabalhista, o direito previdenciário privado, caracterizando o participante de EFPC como titular de direito trabalhista previdenciário ou como consumidor, negando a natureza jurídica civil-previdenciária do contrato, caracteriza-se como erro judicial e pode ser objeto de reparação cível pelo Estado e pelo próprio juiz em razão do ativismo judicial e do prejuízo direto causado aos participantes, além de diversas implicações no mercado financeiro previdenciário.

Palavras-Chave: previdência complementar; regime privado; ativismo.

A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

Dany Rafael Fonseca Mendes – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
rafael.dany@sempreceub.com
Ivo Teixeira Gico Junior – CEUB, professor orientador
ivo.junior@ceub.edu.br

O presente estudo, lastreado na metodologia da Análise Econômica do Direito (AED), é uma discussão sobre a função social da Propriedade Intelectual (PI) e do papel que exerce na sociedade. Na busca de seus objetivos, este trabalho passa pelos conceitos de propriedade e pelas discussões acerca de sua aplicação como tecnologia. Após discutir a natureza do conhecimento, investiga-se a PI como propriedade, pois permite a apropriação privada para evitar o subinvestimento, com a diferença de ser relativa a bens incorpóreos. A PI é uma tecnologia imperfeita, por isso vem acompanhada de efeitos colaterais, como custos sociais inerentes. Assim, torna-se evidente que é preciso utilizar meios para mitigar esses efeitos, como o caso da limitação temporal dos direitos de propriedade intelectual (DPI).

Palavras-Chave: análise econômica do direito; propriedade intelectual; função social.

A INFLUÊNCIA DA CULTURA DIGITAL NA RECONSTRUÇÃO DO MODELO DEMOCRÁTICO PAUTADO NA AMPLIAÇÃO DOS PODERES DOS NOVOS ATORES NO DIREITO TRANSNACIONAL

Olívia Guimarães Ribeiro – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
olivia.ribeiro@sempreceub.com
Luiz Edson Fachin – CEUB, professor orientador
luiz.fachin@uniceub.br

A democracia, em sua acepção originária, tornou-se ineficiente para atender aos anseios sociais quando pautada apenas no ordenamento jurídico interno, revelando-se necessária a ampliação das relações jurídicas exteriores. Os levantamentos iniciais apontam como hipótese básica para o presente projeto que a cultura digital proporciona mudanças na sociedade. É possível que a divulgação distorcida de informações pela nova cultura digital desencadeie movimentos sociais de grande proporção, fazendo que a população pressione a tomada de decisões públicas em determinado sentido conveniente aos seus interesses e convicções. Diante dessa premissa, infere-se que a influência da nova cultura digital na formação da convicção popular é capaz de refletir na atuação dos Poderes do Estado, maculando a segurança jurídica. Sob esta perspectiva, defende-se, por fim, que a nova cultura digital é capaz de conduzir a uma remodelação da tradicional trilogia do poder estatal, adequando-a à recomposição social influenciada pela cultura digital. O objetivo geral é averiguar se a cultura digital impacta a construção de um modelo democrático pautado na ampliação dos poderes dos novos atores no direito transnacional. A metodologia utilizada é a pesquisa descritiva com abordagem qualitativa, utilizando fonte secundária pelo método indutivo e pela revisão de literatura. A tradicional forma de atuação do Estado Democrático de Direito, por meio da tripartição dos Poderes, um de seus pilares de sustentação, não mais se revela eficiente, carecendo da intervenção de novos atores, conduzindo à remodelação e à reestruturação da estrutura democrática. É sob esta nova ótica que desponta a construção de um direito transnacional acima das relações nacionais e internacionais, permitindo uma interação mais intensa entre diversos atores, com vistas a permitir a melhor solução possível para problemas globais, intensificados pela nova cultura digital resultante das múltiplas interações advindas da tecnologia de informação e da internet. Este trabalho trata da intensificação do processo de evolução social derivado da revolução tecnológica como fundamento para o surgimento dos novos direitos. Em seguida, analisa-se se a reestruturação, na forma de atuação dos Poderes do Estado, no âmbito do direito transnacional, pode ser atribuída à cultura digital. Por fim, a pesquisa verifica se o direito transnacional remodelou o papel democrático na nova cultura digital. Portanto, demonstra-se o surgimento de novos atores em decorrência da facilitação da comunicação gerada pela cultura digital, além de verificar que o Estado nacional deixa de ser o único detentor de poder para permitir a atuação conjunta de outros atores no âmbito do direito transnacional e que os fatores, como a atuação da imprensa e o contexto de corrupção e desigualdade, retiram do Estado nacional a exclusividade de poder, para permitir a participação de outros atores na construção de novo modelo de Estado democrático.

Palavras-Chave: cultura digital; direito transnacional; democracia; estado democrático de direito; estados soberanos.

A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA DISPUTA DO OBJETO DO DESEJO DO SÉCULO XXI

Antônio Alex Pinheiro – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
antonio09alex@sempreceub.com
Liziane Paixão Silva Oliveira – CEUB, professora orientadora
liziane.oliveira@ceub.edu.br

A pesquisa pretende analisar, pela participação social, em que medida a visão teórica tradicional do bem público espectro de radiofrequência, que orienta as políticas públicas de realocação desse bem escasso, não é suficiente para alocação desse recurso pelo fato de ter-se tornado o grande objeto de desejo do século XXI. Para tanto, aplicando a técnica de análise de conteúdo temática, a pesquisa analisa as contribuições inseridas nas consultas públicas da Anatel que subsidiaram a função normativa da agência na implantação das políticas públicas de comunicação móvel das tecnologias 4G e 5G, para, assim, compreender o comportamento dos atores envolvidos no processo. O trabalho aponta que, diante da complexidade do processo de realocação do bem público espectro de radiofrequência, a visão teórica tradicional estanque, limitada às perspectivas técnica, econômica e jurídica, é insuficiente para nortear as políticas de leilões de radiofrequência. Com essa análise, a pesquisa pretende avaliar em que medida a tradicional visão teórica desse bem público escasso necessita de ajustes para orientar as políticas públicas de realocação, que se tornam mais complexas. O trabalho destaca-se pela sua originalidade, por submeter à prova uma visão teórica do bem público espectro de radiofrequência proposta há cem anos, antes da consolidação do rádio, da televisão aberta, do surgimento da internet e, principalmente, da convergência tecnológica.

Palavras-Chave: ANATEL; espectro de radiofrequência; políticas públicas.

A PERSISTENTE DESIGUALDADE DE GÊNERO NA POLÍTICA BRASILEIRA APESAR DOS AVANÇOS NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERSPECTIVA DE GÊNERO

Ana Karina Vasconcelos da Nóbrega – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
ana.nobrega@sempreceub.com
Jefferson Carlos Carus Guedes – CEUB, professor orientador
jefferson.guedes@ceub.edu.br

O reconhecimento e a proteção dos direitos das mulheres têm sido marcados por constantes lutas e protestos advindos dos movimentos sociais e do feminismo, em prol da cidadania civil plena. Com base nas teorias feministas, o aspecto central da segregação da mulher no mundo masculino teve origem na cultura patriarcal. Assim, autoras feministas criticaram as estruturas jurídicas e propuseram dar-lhes novo conteúdo em que as mulheres se tornassem visíveis como sujeitos de direitos. No campo da política, alguns países têm-se mostrado receptivos às demandas das mulheres, criando regras que reconhecem e salvaguardam seus direitos. No Brasil, apesar do incentivo normativo dado pelo artigo 10, § 3º, da lei n° 9.504/ 1997, sobre cotas de gênero, os dados coletados na União Interparlamentar informam que o país tem o pior panorama da América Latina e ocupa a posição 143 no *ranking* mundial de representação parlamentar. Nesse contexto, analisam-se, à luz das teorias feministas, as medidas adotadas pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Tribunal Superior Eleitoral, para reduzir as desigualdades de gênero na política, identificando as razões pelas quais as mulheres continuam sem representação proporcional nesse espaço de poder. Para atingir os objetivos, é utilizada a metodologia qualitativa, que permite a análise de questões culturais e ideológicas traduzidas em ideias ou opiniões, com o fim de obter um entendimento mais aprofundado de aspectos extremamente importantes das sociedades que não podem ser coletados e viabilizados por meio de outros métodos, como o quantitativo, pois, ao tratar-se da interpretação dos critérios jurídicos definidos na lei, é necessário saber quais são as posições em nível tanto doutrinal quanto jurisprudencial dessas figuras que buscam ser aplicadas com o propósito de que as mulheres sejam mais representativas na política. O instrumento a ser utilizado é o registro bibliográfico. Em seguida, faz-se uma análise de conteúdo das sentenças proferidas no Brasil, no período de 2000 a 2021, o que permite determinar a forma como as teorias feministas têm sido aplicadas pelos Tribunais Superiores, a fim de promover o avanço das mulheres na política. Isso possibilita conhecer os critérios da Justiça brasileira quanto às cotas de gênero, reinterpretados pelas teorias jurídicas de gênero.

Palavras-Chave: política brasileira; desigualdade de gênero; teorias feministas; aplicação; jurisprudência do STF e do TSE.

A REGULAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA EM TRATADOS DE INVESTIMENTOS

Leonardo Vieira Arruda Achtschin – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
leovarruda@sempreceub.com
Nitish Monebhurrun – CEUB, professor orientador
nitish.monebhurrun@ceub.edu.br

A pesquisa analisa o instituto da Responsabilidade Social Corporativa (RSC) em tratados de investimentos, investigando seu papel na interpretação dos direitos conferidos a investidores estrangeiros em tratados bilaterais de investimentos (TBI). Até então concebido para proteger os interesses dos investidores, o regime do Direito Internacional dos Investimentos passa por um processo de revisitação, no sentido de conferir maior equilíbrio à relação entre o Estado receptor de investimentos e os investidores. Nesse processo, encontra-se o instituto da RSC, voltado para a contribuição dos investidores à promoção do desenvolvimento socioeconômico dos países receptores de seus investimentos. Embora se caracterize como um parâmetro com *status* de *soft law*, não ensejando deveres vinculantes às empresas estrangeiras, o referido instituto, presente expessamente em alguns TBI, não pode ser compreendido como destituído de qualquer funcionalidade no âmbito de um tratado de investimentos. Assim, ainda que guarde a característica de voluntariedade, avalia-se a potencial utilização da RSC como mecanismo de interpretação dos direitos dos investidores estrangeiros. Nessa compreensão, a RSC funcionaria como vetor analítico do grau de proteção jurídica a ser conferida ao investidor em dois sentidos: como vetor de interpretação dos próprios padrões de tratamento, as garantias substanciais; como vetor de interpretação para a adjudicação de direitos em nível de solução de controvérsias, as garantias procedimentais. A análise dessa função da RSC faz-se pela investigação decomposta de seus principais objetos de tutela jurídica: a proteção do meio ambiente; a proteção das relações de trabalho; a proteção dos direitos humanos; as medidas anticorrupção. Para a testagem da hipótese, a pesquisa vale-se do método empírico em suas dimensões quantitativa e qualitativa. A pesquisa quantitativa ocorre mediante a coleta, a manipulação e a análise de dados obtidos, permitindo determinar a relevância de diferentes fatores de evolução do Direito dos Investimentos. A pesquisa qualitativa faz-se por entrevistas e questionários, possibilitando uma avaliação da mudança de comportamento no contexto do Direito dos Investimentos, por vezes inviável de captura pelo método quantitativo. Realiza-se pesquisa bibliográfica de livros, artigos científicos e de dissertações de mestrado e teses de doutorado, capazes de aportar descobertas recentes.

Palavras-Chave: tratados de investimentos; responsabilidade social corporativa; regulação.

A RESPONSABILIDADE CIVIL PELAS CONDUTAS ILÍCITAS DOS ROBÔS AUTÔNOMOS INTELIGENTES EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS DE NATUREZA PRIVADA

José Eustáquio de Melo júnior – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
jose.eustaquio@sempreceub.com
Nitish Monebhurrun – CEUB, professor orientador
nitish.monebhurrun@ceub.edu.br

O problema de pesquisa refere-se a quem é civilmente responsável pelas condutas ilícitas dos robôs autônomos inteligentes em relações internacionais de natureza privada. Cuida-se de temática pouco abordada, complexa e interdisciplinar, pois exige o estudo do Direito Privado, de políticas públicas e de desenvolvimento econômico, que conduz a diversas reflexões diante da inexistência de normas específicas, de modo que é preciso atentar-se para a necessidade de regulamentação pelo Estado das atividades desenvolvidas pelos robôs inteligentes autônomos, para assegurar o desenvolvimento econômico e, assim, racionalizar os impactos da atuação estatal nas relações privadas em uma era cada vez mais influenciada pelo uso da tecnologia que emprega inteligência artificial autônoma. A investigação limita-se às relações internacionais de natureza privada, de um lado, em virtude do aumento da aquisição pelas empresas multinacionais da tecnologia que utiliza robôs autônomos inteligentes e, por outro lado, em razão da existência de microssistemas jurídicos consumeristas que contemplam, racional e satisfatoriamente, as relações jurídicas de consumo nas quais os fornecedores empregam essa tecnologia. Depois de tecidas as considerações sobre a inteligência artificial e os robôs autônomos inteligentes, analisam-se os requisitos da responsabilidade civil pelas condutas ilícitas desses entes em relações internacionais de natureza privada e a existência de causas excludentes de responsabilidade. O objetivo geral é contribuir para uma reflexão sobre os responsáveis por essas condutas ilícitas e suas implicações no âmbito da responsabilidade civil. A metodologia empregada constitui-se na pesquisa descritiva bibliográfica, valendo-se do método dedutivo-hipotético. As conclusões apresentadas constatam a existência de responsabilidade civil subjetiva e subsidiária dos programadores e dos robôs autônomos inteligentes que pode ser excluída pela identificação de culpa de terceiros, oriunda de ataques cibernéticos, e do caso fortuito ou de força maior proveniente de causas preexistentes.

Palavras-Chave: responsabilidade civil; robôs autônomos independentes.

A SAÚDE NO TRABALHO: O IMPACTO À SAÚDE FÍSICA E MENTAL DE MAGISTRADOS E SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO E O CUSTO DA DESPROTEÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Norma Regina Moreira Galvão – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
norma.galvao@sempreceub.com
Liziane Paixão Silva Oliveira – CEUB, professora orientadora
liziane.oliveira@ceub.edu.br

A presente pesquisa pretende investigar a sistematização do ambiente laboral com o impacto à saúde física e mental dos profissionais do Poder Judiciário. Assim, o problema da tese é questionar se a desproteção da saúde do trabalhador no ambiente laboral onera ou não os custos dos direitos. A principal hipótese é analisar a saúde do trabalhador do Poder Judiciário sob a perspectiva dos custos dos direitos, a desproteção previdenciária e o dever de proteção do Estado, mediante as garantias constitucionais. Para tanto, identificam-se as causas que impactam a saúde física e mental de magistrados e servidores do Estado do Tocantins. Pela abordagem qualitativa, investiga-se a saúde no trabalho, com enfoque nos custos dos direitos, e a desproteção previdenciária, norteadas pelos procedimentos da pesquisa bibliográfica, teórica, documental e de levantamento, cujos resultados são demonstrados pelos objetivos explicativos e descritivos. Assim, no campo procedimental, a investigação bibliográfica exige o levantamento e a sistematização da literatura nacional e estrangeira sob a abordagem normativa e jurídica, seguindo o tratamento do tema na conjuntura da dogmática dos direitos fundamentais à saúde do trabalhador, o dever do Estado em promover proteção em respeito à dignidade humana e o propósito da Seguridade Social e os custos da desproteção. O objetivo da tese é investigar a saúde no trabalho com foco no impacto à saúde física e mental de magistrados e servidores do Poder Judiciário brasileiro, evidenciando os custos dos direitos e a desproteção previdenciária. Além disso, objetiva investigar, junto ao Poder Judiciário tocantinense, se há ou não danos físicos, psicológicos, sociais e riscos à saúde mental e física, decorrentes do ambiente laboral. Assim, esta pesquisa, em parceria com a Escola da Magistratura Tocantinense – ESMAT, encontra-se no campo das ciências sociais e humanas, tendo em vista que o trabalhador brasileiro tem direito a um ambiente de trabalho equilibrado, sadio e com saúde, nos termos dos direitos constitucionais fundamentais e dos direitos humanos.

Palavras-Chave: saúde; trabalho; desproteção; custos dos direitos.

A SOLUÇÃO DE CONFLITOS COMO INSTRUMENTO PROPULSOR DO DESENVOLVIMENTO DAS REDES DE TELECOMUNICAÇÕES

Raquel Joyce Araújo da Silva Salgado – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
raquel.joyce@sempreceub.com
Alice Rocha da Silva – CEUB, professora orientadora
alice.silva@ceub.edu.br

A pesquisa pretende analisar se a arquitetura institucional até então utilizada é suficiente para instruir os processos de conflitos sobre infraestrutura de suporte às redes de telecomunicações. Muitas dessas infraestruturas são economicamente exploradas por agentes de diferentes setores que prestam outros serviços públicos, tais como energia elétrica, água e esgoto, combustíveis ou transportes, restando a cada setor a regulação própria. Objetiva-se, assim, investigar em que medida o desenvolvimento das redes de telecomunicações do Brasil é impactado pela atuação conjunta de entes reguladores na solução de conflitos decorrentes de acesso à infraestrutura que suporta as redes de telecomunicações. Para tanto, por meio de pesquisa com perspectiva teórico-metodológica e crítica, utilizando procedimento de pesquisa qualitativa, colhem-se elementos sobre a disciplina normativa da última década, referente ao acesso à infraestrutura que suporta a rede de telecomunicação, o posicionamento dos agentes econômicos interessados no âmbito dos processos administrativos relacionados a conflitos de acesso a esse tipo de infraestrutura, além do arcabouço normativo atualmente aplicável quando da atuação conjunta de entes reguladores para a solução dos conflitos. Com essa análise, a pesquisa pretende avaliar em que medida se faz necessário o estabelecimento de um marco legal para a resolução de conflitos decorrentes do compartilhamento de infraestrutura entre agentes privados que prestam serviços públicos de diferentes setores da economia para o desenvolvimento das redes de telecomunicações.

Palavras-Chave: solução de conflitos; desenvolvimento de redes de telecomunicações; compartilhamento de infraestrutura.

AMAZÔNIA LEGAL MATO-GROSSENSE: UMA ANÁLISE ESTRATÉGICA DA CERTIFICAÇÃO RTRS PARA NOVO PADRÃO DE PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL

Karina Martins – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
karina.martins@sempreceub.com
Marcia Dieguez Leuzinger – CEUB, professora orientadora
marcia.leuzinger@ceub.edu.br

O Brasil é um país com inclinação natural ao agronegócio por suas características e diversidades encontradas principalmente no clima favorável, no solo, na água, no relevo, na luminosidade e em todos os negócios relacionados à suas cadeias produtivas. Para atender as exigências do consumidor, o setor do agronegócio passa por modificações constantes, com o intuito de aumentar sua produtividade e competitividade. Embora não haja barreira clara de mercado, a adoção de medidas para reduzir o impacto da atividade agrícola é uma realidade crescente no setor, acompanhando as mudanças nos hábitos de consumo de todo o mundo. Analisam-se, então, as contribuições da RTRS à produção, à expansão e à manutenção da soja e em que medida a estratégia pode ser aperfeiçoada para resultar em novo padrão de produção sustentável. A pesquisa é desenvolvida sob o enfoque crítico-dialético, pelo método hipotético-dedutivo. Adota-se a investigação jurídico-teórica com abordagem qualitativa. Para subsidiar a análise proposta para elaboração da tese, tomam-se como base dados históricos, bibliográficos e estatísticos; informações, pesquisas e material cartográfico; arquivos oficiais e particulares; registros e obras acadêmicas e literárias, com coleta de dados *in locus* e secundários pautada na legislação, na doutrina e na jurisprudência nacional e internacional.

Palavras-Chave: agronegócio; sustentabilidade; RTRS; soja responsável.

ARQUEOLOGIA DO PENSAMENTO JURÍDICO: TRANSPOSIÇÃO E ADAPTAÇÃO DAS IDEIAS ESTRANGEIRAS NO BRASIL

Sérgio Ricardo de Freitas Cruz – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
sergio.cruz@sempreceub.com
Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy – CEUB, professor orientador
arnaldo.godoy@ceub.edu.br

A cultura jurídica brasileira da primeira metade do século XIX era composta por um grupo de filhos das elites com a formação na Universidade de Coimbra e outro contingente, pouco significativo, de estudantes graduados a partir da década de trinta, nos recentes e pragmáticos cursos de Direito de Olinda e São Paulo, criados em 11 de agosto de 1827. Nesse sentido, a pesquisa de tese questiona se o pensamento jurídico é o das elites. Com a fundação das faculdades de Direito de Olinda e São Paulo, "o largo do São Francisco", entende-se que não era possível esperar por forte consciência científica na recepção da tradição do Código Civil francês. Um dos fatores justificadores da ausência da vontade codificadora presente no Império brasileiro reside no aspecto que se coloca como um dos reversos da ausência de autêntica cultura jurídica brasileira, particularmente na primeira metade do século XIX, que era a inexistência de verdadeiro padrão de cidadania no Brasil e, portanto, a carência de identificação entre as garantias jurídicas asseguradas pela legislação oficial, de um lado e, o atendimento às necessidades do povo, de outro.

Palavras-Chave: arqueologia do saber; direito brasileiro; transposição de ideias.

AS CONTADORIAS JUDICIAS UNIFICADAS ESTADUAIS NO BRASIL: A CELERIDADE PROCESSUAL E A RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO

Arthur Emílio Galdino de Sousa – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
arthur.rodrigues@sempreceub.com
Liziane Paixão Silva Oliveira – CEUB, professora orientadora
liziane.oliveira@ceub.edu.br

A morosidade na tramitação de ações é algo que deixa a sociedade perplexa e desanimada. Com o surgimento do processo eletrônico, permite-se aprimorar e reorganizar a força de trabalho dos contadores judiciais, distribuindo os processos para cálculos de forma igualitária e equânime, com o objetivo de dar maior celeridade e diminuir o tempo de tramitação. Assim, surgem as contadorias judiciais unificadas. Para sua eficácia, é necessário verificar se existem falhas, quantos tribunais estaduais têm seu acervo 100% digital, quantos já implantaram a contadoria judicial unificada e quais são as melhores práticas adotadas. É preciso examinar se o processo ficou mais célere nas contadorias judiciais unificadas e quais são os impactos causados, se positivos ou negativos, uma vez que, é necessário estabelecer quais os melhores modelos de trabalho adotado, possibilitando a entrega do resultado final de forma mais eficaz e efetiva. O trabalho é baseado nas normas vigentes, em rotinas vivenciadas e diagnosticadas pelos contadores judiciais, mediante documentos e relatórios técnicos produzidos pelas contadorias. Assim, é possível aperfeiçoar e aprimorar as ferramentas, dando mais celeridade aos processos nas contadorias judiciais. Tem-se como objetivo geral analisar a atuação das contadorias judiciais unificadas à luz da celeridade processual e a razoável duração do processo. Os objetivos específicos são explicitar a função do contador judicial e os impactos sociais da profissão em diferentes ordenamentos jurídicos, com ênfase no pátrio; descrever o processo de criação e implantação das contadorias judiciais unificadas, a fim de verificar as repercussões em suas diferentes dimensões no contexto nacional, em deferência à celeridade processual e à razoável duração do processo nas contadorias judiciais já implantadas; propor implementações ao sistema a partir dos resultados obtidos na investigação que servirão como norte para os demais tribunais que queiram implantar a mesma estrutura. Os procedimentos metodológicos requeridos para o desenvolvimento do relatório técnico são pesquisas bibliográficas e os estudos sistemáticos de leis e demais normativas correlacionadas, acessados por meio virtual. Após a coleta e a análise dos dados dos relatórios institucionais, podem ser identificadas falhas nos trabalhos desenvolvidos pelas contadorias judiciais unificadas e sugerir modificações e melhorias. O objeto da investigação recairá sobre as principais mudanças advindas da criação das contadorias judiciais unificadas. Para tanto, questiona-se de que forma tais mudanças afetaram os trabalhos e os desempenhos, de modo a configurar um contexto de possíveis melhorias. Além disso, diagnostica-se se o tempo de permanência dos processos para cálculos nas contadorias judiciais unificadas resulta da falta de políticas públicas. O método abordado é o dedutivo e o qualitativo e quantitativo. Utiliza-se a subsunção, e examinam-se as regras adotadas pelas contadorias judiciais unificadas à prática jurídica de apuração dos trabalhos. Entre as atribuições do objeto de estudo em questão, estão a de planejamento estratégico e a de gestão administrativa dos tribunais, estabelecendo metas para cumprimento entre as diversas cortes da justiça brasileira.

Palavras-Chave: contadoria judicial; celeridade processual; razoável duração do processo.

AVALIAÇÃO CURRICULAR NA EDUCAÇÃO PRISIONAL

Nelcyvan Jardim dos Santos – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
nelcyvan@sempreceub.com
Bruno Amaral Machado – CEUB, professor orientador
bruno.machado@ceub.edu.br

A tese tem como escopo obter respostas a questões latentes que carecem de empiria. Questiona-se se a matriz curricular ofertada no sistema prisional viabiliza um caminho para a inclusão social e se contribui para o desenvolvimento da vida extra-muro na formação da vida cotidiana do recluso. Assim, tem-se a hipótese de que as diretrizes curriculares reforçam a missão atribuída da sustentabilidade da inclusão social e constroem a realidade pelo campo de possibilidades na vida social. Metodologicamente, entende-se que as diretrizes prescrevem ações que objetivam o direcionamento do docente. A avaliação das matrizes curriculares será realizada pelo método hipotético-dedutivo, na concepção de currículo com princípios, objetivos e eixos das propostas pedagógicas. Incluem-se fontes de dados documentais, como as Diretrizes Nacionais e Estaduais para Educação Prisional e o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional, além de autores dessa abordagem. Pretende-se analisar as diretrizes das 27 unidades da Federação e verificar se o currículo aplicado aos educandos privados de liberdade atende às particularidades da vida cotidiana. Com isso, surgem os questionamentos sobre qual é a matriz curricular aplicada em escolas do sistema prisional e de que maneira as diretrizes educacionais normatizadas promovem determinado modo de significar o currículo e as práticas pedagógicas na educação prisional. O escopo de pesquisa está voltado à avaliação curricular na educação prisional. Além disso, verifica-se como se materializam as políticas públicas educacionais, destinadas aos educandos em cumprimento de pena privativa de liberdade, delimitadas nas diretrizes curriculares nacionais, seguidas pelo marco temporal de 2015 a 2025. Ademais, define-se a aplicabilidade, os limites e as possibilidades da efetivação das disciplinas ofertadas na grade curricular das políticas educacionais no sistema prisional, evidenciando o modo como essas diretrizes curriculares propõem orientações específicas para a educação aos reclusos, a fim de produzir sujeitos aptos ao convício social e profissional.

Palavras-Chave: avaliação; matriz curricular; educação prisional; inclusão social; política pública educacional.

BRASÍLIA: DIREITO DO TERRITÓRIO, CARTOGRAFIA JURÍDICA E ARRANJOS INSTITUCIONAIS

Fernando José Longo Filho – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
fjlongofh@sempreceub.com
Antonio Henrique Graciano Suxberger – CEUB, professor orientador
antonio.suxberger@ceub.edu.br

O Distrito Federal tem a configuração de cidade-Estado, na medida em que congrega as competências de Estado e municípios, goza de autonomia administrativa, política e financeira e constitui ente federativo, sendo vetada pela Constituição Federal a criação de municípios em seu território. Entretanto, as relações do Distrito Federal com os municípios vizinhos têm-se tornado cada vez mais complexas. Em 1998, foi criada a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE por meio da Lei Complementar n° 94/1998, que abrange municípios pertencentes aos estados de Goiás e de Minas Gerais, além de Brasília. Embora haja a RIDE, afirma-se que a área metropolitana de Brasília é um território menor, inserido na RIDE e sem marco legal institucional. A relevância da pesquisa justifica-se pela existência de uma lacuna de estudos jurídicos que versem sobre a relação do Distrito Federal entre o território e o Direito. A tese é a construção de arranjos institucionais de natureza constitucional para a resolução de dilemas de ação coletiva sobre governança e adjudicação de disputas, em relação à gestão territorial do Distrito Federal. Com base em Mangabeira e Rorty, estabelece-se como parâmetro normativo para a elaboração de arranjos institucionais o constitucionalismo do experimentalismo democrático, o qual fornece os fundamentos teóricos para analisar as relações entre Federalismo e assimetrias e, por consequência, o exercício do direito de divergência, isto é, de construção de arranjos institucionais alternativos e experimentais no âmbito da Federação brasileira. A análise prossegue para o âmbito do que se denominou de Direito do Território, isto é, como se operam as alterações das fronteiras e os limites geográficos das unidades subnacionais e quais são os seus regimes jurídicos, com o objetivo de situar o Distrito Federal no âmbito do Direito do Território. Em seguida, a investigação direciona-se para como o Direito criou o território do Distrito Federal, o que se realiza por meio do método cartográfico de Foucault. A análise desloca-se, então, para a gestão do território e as funções públicas de interesse comum e examina o desenvolvimento urbano, o saneamento básico, a habitação e a mobilidade urbana e em que medida existem ou não arranjos institucionais de natureza constitucional no Distrito Federal. Primeiramente, verificam-se os fundamentos para a reelaboração dos arranjos institucionais à luz da Constituição Federal e do Direito Internacional dos Direitos Humanos. Posteriormente, faz-se um exame comparativo dos arranjos institucionais de outras capitais, como Washington, Buenos Aires, Cidade do México e Berlim. Em seguida, discutem-se alternativas de arranjos institucionais de natureza constitucional para o Distrito Federal nas funções públicas de interesse comum de desenvolvimento urbano, saneamento básico, habitação e mobilidade urbana.

Palavras-Chave: ordenamento territorial; região metropolitana; arranjos institucionais.

COLAPSO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO: DEFICIÊNCIAS, CAUSAS E ALTERNATIVA

Ciro Rosa de Oliveira – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
ciro.oliveira@sempreceub.com
Antonio Henrique Graciano Suxberger – CEUB, professor orientador
antonio.suxberger@ceub.edu.br

As principais críticas ao sistema penitenciário brasileiro vão da ineficácia na ressocialização do detento às dificuldades enfrentadas pelo egresso, quando do retorno à sociedade. Este estudo propõe a análise das deficiências do sistema penitenciário brasileiro, além de promover uma discussão sobre as causas de sua crise e as possíveis alternativas para a sua solução. A superlotação provocada pela falta de vagas nos estabelecimentos prisionais é um dos principais problemas do atual sistema penitenciário, mormente, pelo elevado número de presos provisórios, no Brasil, assim compreendidos os detidos no curso de investigação ou processo, ainda não sentenciados definitivamente, que aguardam recurso. Diante desse contexto, o Brasil passou a ocupar a terceira posição no *ranking* mundial de pessoas encarceradas, perdendo apenas para os Estados Unidos e a China, segundo os dados fornecidos pelo INFOPEN e divulgados pelo DEPEN do Ministério da Justiça. Assim, o STF, ao analisar a Medida Cautelar Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n° 347 do Distrito Federal, reconheceu o estado de coisa inconstitucional e pontuou que, no sistema prisional brasileiro, há violação generalizada de direitos fundamentais dos presos no tocante à dignidade, à higidez física e à integridade psíquica. A hipótese é a de que a ausência de política pública eficaz, pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, tem provocado não apenas o agravamento do número de presos provisórios junto à população carcerária, mas também violações recorrentes e em série aos direitos fundamentais dos encarcerados, em especial, ao direito à dignidade humana do egresso. Impõe-se, portanto, a conscientização das esferas de poder, a fim de que se torne possível "promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis" (United Nations General Assembly, 2015, Objetivo 16: Meta da Agenda de Desenvolvimento sustentável para o período de 2015 a 2030, Organização das Nações Unidas). Para tanto, verifica-se a possibilidade de estabelecer uma correlação de responsabilização das políticas públicas por suas ações e omissões, no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, pelo agravamento das transgressões aos direitos fundamentais dos presos e, sobretudo, pela superlotação carcerária nos presídios brasileiros.

Palavras-Chave: hipercaceramento; direitos fundamentais; ressocialização; reincidência.

CONFLITO DE INTERESSES NAS RELAÇÕES PÚBLICO-PRIVADAS: ESTUDOS DA BASE EMPÍRICA FEDERAL E PROPOSTAS DE MELHORIA

Karina Amorim Sampaio Costa – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
karinakasc@sempreceub.com
Sandro Lucio Dezan – CEUB, professor orientador
sandro.dezan@ceub.edu.br

A pesquisa trata do aprofundamento investigativo sobre conflitos de interesses que se podem identificar nas relações entre Estado e particular (relações público-privadas). Analisa-se banco de dados público e específico tanto da Comissão de Ética Pública quanto da Controladoria-Geral da União (CGU), para identificar as eventuais deficiências e/ou ineficiências desse sistema de controle de conflitos no âmbito do Executivo, as razões para tanto, as possibilidades de aperfeiçoamento, os riscos envolvidos, as estruturas de incentivos para a prática ou a omissão de condutas conflituosas, entre outros aspectos. De forma objetiva, o problema de pesquisa é questionar se a legislação brasileira, sobretudo a Lei nº 12.813/2013, oferece subsídios suficientes para desestimular o conflito de interesses nas relações público-privadas. A percepção inicial é que a legislação brasileira não oferece subsídios suficientes para desestimular o conflito de interesses. O objetivo geral é identificar se a legislação brasileira apresenta subsídios suficientes para coibir e/ou mitigar o conflito de interesses que pode haver nas relações entre o setor público e a iniciativa privada, aferindo-se qual é o grau de comprometimento ou influências impróprias ocorridas no desempenho da função pública.

Palavras-Chave: conflito; interesse; norma.

CONTROLE DE POLÍTICAS PÚBLICAS PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS: POSSIBILIDADES E LIMITES

Odilon Cavallari de Oliveira – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
odiloncavallari@sempreceub.com
Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto – CEUB, professor orientador
carlos.britto@ceub.edu.br

O objetivo geral do trabalho é investigar as possibilidades e os limites do controle de políticas públicas pelos Tribunais de Contas no campo jurídico e o seu exercício, de modo a verificar se a sua atuação fica aquém das possibilidades, o que pode caracterizar omissão, ou, ao contrário, extrapola seus limites, configura ativismo de contas, em vez de mera proatividade e, como consequência, transforma o controle que, de protetor de direitos fundamentais, passa a ser seu agressor. A hipótese principal é a de que, no campo normativo, a interpretação dada pelos Tribunais de Contas sobre as suas competências fixadas pela Constituição tem prestigiado a proteção dos direitos fundamentais, o que requer proatividade do controle, mas, na prática, o exercício dessas competências tem, por vezes, resultado ora em ativismo de contas, ora em omissão do controle. Algumas ideias para a comprovação da hipótese são as seguintes: elevada influência política; grande assimetria entre as Cortes de Contas no Brasil; ausência de uma lei orgânica nacional de controle externo que supra as inúmeras lacunas quanto à matéria processual e ao direito material, como, por exemplo, sobre a responsabilização dos agentes públicos; entre outras. O trabalho está na fase de produção e registro das ideias. Uma das principais dificuldades encontradas é o acesso a fontes bibliográficas em face do fechamento de bibliotecas ou de restrições em decorrência da pandemia da COVID-19. A segunda dificuldade é o trabalho e o estudo remoto em casa. O método é o hipotético-dedutivo. Espera-se como resultado apresentar uma análise crítica das atuais interpretações jurídicas sobre o assunto e um exame crítico da prática dos Tribunais de Contas no exercício de suas competências. As conclusões da pesquisa são no sentido de que, no campo normativo, embora a interpretação das competências dos Tribunais de Contas prestigie os direitos fundamentais, há muito espaço para os aperfeiçoamentos a ser propostos e, no que concerne à prática, conquanto o TCU tenha apresentado resultados significativos para a sociedade, somente uma reforma dos Tribunais de Contas, inclusive com as alterações constitucionais propostas, é possível mudar o atual quadro de disfunções nos Tribunais de Contas estaduais.

Palavras-Chave: tribunais de contas; políticas públicas; possibilidades; limites.

DA REMODELAÇÃO DA ATIVIDADE JUDICANTE PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS DIÁLOGOS INSTITUCIONAIS NA SOLUÇÃO DE DEMANDAS DE ALTA COMPLEXIDADE

Jefferson David Asevedo Ramos – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
jefferson.ramos@sempreceub.com
Liziane Paixão Silva Oliveira – CEUB, professor orientador
liziane.oliveira@ceub.edu.br

O Brasil tem percebido forte expansão dos poderes judiciais a partir da Constituição de 1988, traço marcante do novo constitucionalismo a consolidar o paradigma de que a democracia não se reduz às regras traçadas pela maioria. Assim, passou o Judiciário a atuar de forma mais incisiva na proteção dos direitos fundamentais, intensificando a judicialização das relações sociais e proferindo decisões que repercutem os outros poderes do Estado, o que é compreendido, por vezes, como uma interferência judicial excessiva e ilegítima. O protagonismo judicial não tem por lógica, como aprioristicamente alegado, ofender os parâmetros de sustentação da democracia ou demonstrar a força de um poder em detrimento de outro, mas, diante do distanciamento abissal entre a classe política e a sociedade civil, conjugado com o déficit de efetividade dos direitos fundamentais, suprir as necessidades sociais nos chamados *hard cases*. A atuação do Judiciário, suprindo as deficiências da Administração na implantação de políticas públicas de alta relevância, fortalece o viés democrático, na medida em que fornece, nas palavras de John Rawls, decisões "baseadas em justificativas racionais". Em um Estado Democrático de Direito não podem os problemas públicos ser identificados e corrigidos pelo Poder Judiciário, pois todos os poderes constituídos devem atuar, com sensibilidade e de forma eficiente, para a solução conjunta dos problemas sociais, por isso a tão propalada necessidade de garantir a independência e a harmonia entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, somando-se a sociedade civil a suas múltiplas formas de atuação. Neste sentido, objetiva-se a incorporação dos chamados diálogos institucionais e a remodelação da atividade judicante, passando o Judiciário a expandir suas funções típicas e agindo de forma estratégica, por meio do encorajamento dos detentores do poder a operar de forma cooperada para o enfrentamento de questões de alta complexidade. A metodologia a ser utilizada no estudo é a vertente intitulada como "jurídico-teórica", vinculada à Filosofia do Direito, podendo ser incluído o modelo jurídico-projetivo, por seu propósito de incorporar novos institutos ao sistema jurídico. Finalmente, perante a remodelação da atuação do Judiciário em sede de demandas complexas, conclui-se que é possível não só evitar práticas juristocráticas e ativistas, mas também gerar decisões constitucionalmente adequadas e mais justas, pois, segundo Santo Agostinho, "onde não há verdadeira justiça, não pode existir verdadeiro direito".

Palavras-Chave: Judiciário; poderes; diálogos; remodelação.

DE QUEM É O DEVER E O DIREITO DE CONSENSUALIZAR? POLÍTICAS PÚBLICAS, RESOLUÇÕES CONSENSUAIS E VIOLÊNCIA SIMBÓLICA: FORÇAS POLÍTICAS DO DIREITO E SUAS CONTINGÊNCIAS

Edilia Ayres Neta Costa – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
edilia.ayres@sempreceub.com
Frederico Augusto Barbosa da Silva – CEUB, professor orientador
frederico.silva@ceub.edu.br

A pesquisa questiona as possibilidades de as ferramentas de resolução consensual de conflitos terem suas fronteiras e atuações alargadas e expandidas com maior efetividade e uso para os conflitos, envolvendo os entes públicos como atores demandantes e/ou demandados, mediante as teorias de poder e violência simbólica de Pierre Bourdieu. Para trilhar esse caminho, a tese pretende analisar os limites que demarcam as fronteiras que reduzem suas possibilidades e impedem essa expansão, além do conteúdo legislativo; entender as amarras que impossibilitam o alargamento da efetivação do consensualismo, abrangendo o poder público, os interesses incluídos nesse enredo e suas consequências culturais, financeiras e sociais para os jurisdicionados; abordar a adoção e a implementação de políticas públicas que envolvam essas ações enquanto possibilidade e concretude de realização; refazer a leitura de quais situações e/ou interesses justificam as práticas de conciliação e resolução consensuais, desenvolvidas pelos Tribunais e pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), serem aperfeiçoadas e direcionadas a um público alvo, que, costumeiramente, tem o cidadão como ator principal, com o objetivo de incentivar a conciliação para o desafogamento do campo judicial, sem incluir a participação do poder público no desenvolvimento e na aplicação de resoluções consensuais. A realidade das estatísticas do CNJ, em que o poder público aparece como demandante ou demandado em mais da metade do percentual de ações protocoladas no Judiciário brasileiro, chama a atenção para essa análise e para a necessidade de correlacionar o caráter das ações desenvolvidas, implementadas e direcionadas ao cidadão como incentivo ao consenso e desincentivo à judicialização, principlamente no que se refere à cobrança de microcréditos e sua conexão com o referencial teórico de violência simbólica das forças do Direito desenvolvido por Pierre Bourdieu. O contexto a ser observado terá o marco temporal a partir das ações implementadas pelo CNJ, com propósito de estímulo à resolução consensual e às regulamentações estruturadas pelo Poder Judiciário do estado do Tocantins com essa mesma finalidade. Para alcançar essa tarefa, faz-se a releitura da teoria de base escolhida como marco teórico, das legislações e das regulamentações, para traçar uma análise dos intervalos em que essas políticas são aplicadas, criadas ou implementadas e sua efetividade, exclusões e intenções. Realiza-se uma pesquisa empírica com coleta de dados para delimitar o panorama das intervenções que são colocadas em prática e as que poderiam ser criadas ou ter suas fronteiras alargadas.

Palavras-Chave: resoluções consensuais de conflitos; conciliações e entes públicos; microcréditos; poder simbólico; forças políticas do direito.

DIMENSÕES DA PRIVACIDADE DOS DADOS EM SAÚDE NO BRASIL

Virna de Barros Figueiredo – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
virnafigueiredo@sempreceub.com
Liziane Paixão Silva Oliveira – CEUB, professora orientadora
liziane.oliveira@ceub.edu.br

Há uma tensão entre direito à privacidade e direito à saúde, não apenas no Brasil, como também em vários países do mundo. A recente Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD surge como resposta inicial, com a missão de proteger os direitos e as liberdades fundamentais, em especial o direito à proteção de dados pessoais. Porém, o desafio revela-se bem superior àquele que, originalmente, foi previsto pela norma no que se refere aos dados sensíveis aplicáveis à saúde. Por meio de questões recentemente suscitadas ao Judiciário e da análise das Estratégias de Saúde Digital do Governo Federal, a pesquisa tem por objetivo apresentar dificuldades e apontar as principais vulnerabilidades quanto à efetividade das proteções destinadas aos dados de saúde, que demandam um olhar diferenciado do Estado, para efetivar o almejado direito à privacidade e assegurar a dignidade da pessoa que se utiliza dos serviços de saúde. Para tanto, realiza-se a revisão bibliográfica e a análise de dados com abordagem qualitativa, utiliza-se fonte secundária pelo método indutivo e revisão de literatura nacional e estrangeira mediante a tímida produção científica sobre a temática verificada nos bancos de pesquisa nacionais. Ao pensar-se sobre a condução e o manuseio de informações pessoais em saúde, é preciso ir além de prontuários e exames, atingindo a consciência de que a matéria é bem mais ampla do que se apresenta nas breves linhas da LGPD, a exemplo das inesperadas problemáticas que eclodiram com a pandemia do COVID-19. Outro ponto de atenção fixa-se no alto custo regulatório para a aplicação e a fiscalização dos procedimentos a ser adotados conforme a norma. Diante do rigor das políticas propostas para o controle dos dados pessoais, de sua coleta ao descarte, as organizações de saúde assumem imensa responsabilidade, uma vez que seu acervo ultrapassa exames, prontuários e informações biométricas, atingindo registros financeiros, informações de seguros de saúde e fornecedores. Desse modo, prevê-se que a adequação exigida pela norma demanda não apenas recursos financeiros, mas também tempo para que se preparem profissionais, a fim de alterar-se a perspectiva de cibersegurança conforme previsto nas estratégias de Saúde de Digital. Portanto, o presente estudo busca demonstrar a necessidade de revisão profunda na via tanto documental como operacional, para cumprir as exigências da LGPD e efetivar as atividades prioritárias indicadas na Estratégia de Saúde Digital para o Brasil, iniciando-se pelos avisos legais de tratamento de dados pessoais com informações para cumprir os princípios do artigo 6º sobre finalidade, adequação e necessidade, que determinam ocorrer o tratamento de dados pessoais com propósitos legítimos, específicos, explícitos, compatíveis com a finalidade informada e limitados ao mínimo necessário.

Palavras-Chave: privacidade; dados sensíveis; saúde; proteção de dados.

EDUCAÇÃO FISCAL URBANÍSTICA: O SENTIDO DE NAÇÃO NO RESGATE DAS FAVELAS DO BRASIL

Eugênio Pacceli Morais Bomtempo – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
eugenio.bomtempo@sempreceub.com
Paulo Afonso Cavichioli Carmona – CEUB, professor orientador
paulo.carmona@ceub.edu.br

O objetivo desta tese é investigar como a educação fiscal urbanística pode contribuir para a superação dos inúmeros gargalos e entraves políticos, jurídicos e tributários para que, de acordo com o sentido de nação, sejam resgatadas as favelas, integrando-as à centralidade do direito à cidade sustentável e humana. Os municípios na Constituição Federal foram elevados a entes públicos, mas estão sobrecarregados de despesas e com capacidade de investimento reduzida. Assim, faz-se necessária a formatação de nova ética na gestão pública municipal, para fomentar cidadania e transformar o cidadão em parceiro do desenvolvimento. Os migrantes saem de cidades em cidades, à busca de sobrevivência; com isso, as grandes e médias cidades tornam-se povoadas por favelas, cortiços, cujas invasões degradam o meio ambiente, sem contar que as más condições de vida geram problemas de violência e expansão de organizações criminosas. Historicamente, a forma espoliativa da colonização deixou marcas sensíveis de antifiscalidade, e persistem os vícios do patrimonialismo internalizado em certas estruturas que se beneficiam do Estado. É preciso grande esforço de educação fiscal e urbanística para a expansão do conceito de nação. Acredita que há grande potencial de reversão desse quadro negativo nas cidades, pela educação fiscal e urbana, pois não se constrói uma nação sem arrecadação justa de impostos, controle social nos gastos públicos e dos investimentos; além disso, a urbanização plena não deve ser fonte de gentrificação, mas de desenvolvimento social com sustentabilidade. Não bastassem as fragmentações globais da pós-modernidade, tal empreitada representa grande desafio social e urbano, dadas as limitações de meios e formas de comunicação com a população proletária, subempregada e desempregada. Todavia, o Programa Nacional de Educação Fiscal tem sido uma política pública importante. Atualmente, está sob a condução do Conselho Nacional de Política Fazendária e encontra grande evolução nas escolas públicas. Com a descentralização do programa, surgem iniciativas populares importantes: criatividade, recursos de multimídia, peças teatrais, palestras em escolas. Ademais, novos controles sociais advêm com grandes resultados. Entretanto, falta unir a esse programa os fundamentos do Estatuto das Cidades e das normas de regularização fundiária, para que o Brasil dê um salto para o futuro, debelando a marginalização municipal excludente. Assim, esta pesquisa qualitativa avança de forma interdisciplinar, com incursões bibliográficas, históricas, econômicas, sociológicas, legislativas, legais e jurisprudenciais. Como existem muitos estudos voltados para grandes cidades, esta investigação abrange cidades com mais de 400 mil habitantes. Desta forma, a partir de um enfoque interdisciplinar, espera-se que a educação fiscal urbanística possa dotar a nação de bases sólidas para que seu desenvolvimento social urbano aconteça e seja sustentável, visando implantar uma cultura pacífica e de segurança, capaz de criar nova ética cidadã e de gestão.

Palavras-Chave: educação fiscal urbanística; favelas; resgate; cidadania.

GOVERNANÇA SOCIOAMBIENTAL COMO INOVAÇÃO NO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO: ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA 2030 PELO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Leila Maria de Souza Jardim – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
leilajardim@sempreceub.com
Alice Rocha da Silva – CEUB, professora orientadora
alice.silva@ceub.edu.br

O problema da pesquisa é investigar como a estratégia de governança socioambiental adotada pelo CNJ, com a institucionalização da Agenda 2030, impacta a Administração Judiciária brasileira e produz benefícios à sociedade e ao meio ambiente. O objetivo geral da tese é analisar se o desenvolvimento da governança socioambiental adotada pelo CNJ, por meio de estratégia nacional, temas, metas e indicadores do Poder Judiciário para institucionalização da Agenda 2030, da ONU, promove melhoria na Administração da Justiça brasileira e mapear o cumprimento das metas propostas para o Brasil em relação a outros países. A pesquisa é de ordem teórica com utilização do método hipotético-dedutivo. Realizam-se análises bibliográficas com base em normas, dissertações e demais referenciais teóricos, produzidos no âmbito nacional e internacional, além de análise documental do Planejamento Estratégico, dos relatórios oficiais e dos demais atos normativos editados pelo CNJ em relação à internalização da Agenda 2030. A análise das informações é por abordagem qualitativa, com fonte de dados quantitativos, após buscas no banco de dados e registros estatísticos anuais do CNJ. A hipótese principal é conhecer se a governança socioambiental, com adoção de estratégia nacional do Poder Judiciário brasileiro, desenvolvida por meio de temas, metas e indicadores alinhados aos 17 ODS da Agenda 2030, contribui para a melhoria da gestão judiciária pátria e o cumprimento das metas estipuladas para o Brasil em relação aos demais países. Para comprová-la, examinam-se os resultados dos métodos utilizados pelo CNJ para instituição da governança socioambiental e da estratégia nacional com temas, metas e indicadores do Poder Judiciário para institucionalização da Agenda 2030, da ONU, e quais são os impactos na Administração da Justiça brasileira e no cumprimento das metas propostas para o Brasil em relação a outros países. A pesquisa encontra-se na fase exploratória de mapeamento das fontes teóricas produzidas no âmbito nacional e internacional. As dificuldades referem-se à ausência de boas fontes teóricas sobre o tema, tendo em vista que são parcas as pesquisas sobre a política pública de governança socioambiental do Judiciário brasileiro e a implementação da Agenda 2030. Como resultado teórico, considera-se a construção de um corpo teórico, a fim de subsidiar futuras pesquisas acadêmicas e institucionais, fomentar conhecimento e contribuir para o aperfeiçoamento do Judiciário brasileiro sob o prisma da gestão socioambiental. Como resultado prático, pretende-se conhecer a atuação do Judiciário brasileiro e seu possível pioneirismo em implantar a Agenda 2030 para o alcance das metas nacionais relacionadas aos 17 ODS, além de conhecer de que forma os indicadores do Judiciário podem colaborar com as políticas públicas nacionais para o alcance das metas nacionais de desempenho da Agenda 2030, estipuladas para o Brasil em relação aos demais países. Ademais, identificam-se, entre os temas relacionados aos 17 ODS da Agenda 2030, quais são os direitos com maior violação que deságuam, diariamente, no Poder Judiciário.

Palavras-Chave: agenda 2030; Poder Judiciário; governança judiciária; Brasil.

IMPLEMENTAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS URBANAS INTELIGENTES EM BRASÍLIA À LUZ DO CICLO DE POLÍTICAS PÚLICAS: UMA ANÁLISE COMPARADA AO MODELO AUSTRÍACO VOLTADO À CRIAÇÃO DE AMBIENTES URBANOS MAIS INTELIGENTES, HUMANOS E SUSTENTÁVEIS

Tatiana Reinehr de Oliveira – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
tatiana.oliveira@sempreceub.com
Paulo Afonso Cavichioli Carmona – CEUB, professor orientador
paulo.carmona@ceub.edu.br

Pretende-se investigar em que medida é possível aplicar experiências positivas do modelo de *smart city* de Viena à realidade da capital federal, de modo a facilitar a implementação de infraestruturas urbanas inteligentes, considerando a racionalidade do ciclo de políticas públicas e objetivando a maximização da qualidade de vida dos habitantes da cidade e a sustentabilidade do meio ambiente. Visa-se realizar um estudo comparativo, considerando as diferenças dos contextos socioeconômicos austríaco e brasileiro, com o intuito de verificar a viabilidade da aplicação das mesmas soluções *smart* em Brasília, se haveria a necessidade de adaptá-las ou a possibilidade de aprimorá-las, a fim de se alcançar sugestões para um plano diretor inteligente para Brasília. A partir daí, nasce o problema que norteia o trabalho: questiona-se se a implementação de infraestruturas inteligentes no espaço urbano de Brasília, a partir da experiência austríaca, em Viena, à luz do ciclo de políticas públicas, pode inspirar a transformação da capital federal em uma cidade inteligente, humana e sustentável. A análise das infraestruturas urbanas inteligentes aplicadas pelo governo austríaco em Viena, sob a ótica da racionalidade recomendada para o ciclo de políticas públicas, revela que essas soluções impactam, positivamente, a qualidade de vida dos habitantes da cidade em virtude da elaboração das políticas públicas inovadoras voltadas à viabilização do desenvolvimento social sustentável. Essa lógica pode ser reproduzida no contexto urbano de Brasília. Essa premissa é confirmada pelos arranjos jurídico-institucionais existentes no contexto de ambas as cidades, Viena e Brasília, assegurando a implementação de infraestruturas urbanas inteligentes e impactando, positivamente, a qualidade de vida dos seus habitantes e do meio ambiente. Portanto, o que se pretende testar é se a adoção de soluções inteligentes, segundo o modelo de Viena, de acordo com a racionalidade do ciclo de políticas públicas, pode contribuir para que princípios, normas e diretrizes aplicáveis aos processos de urbanização se tornem mais efetivos e causem melhores impactos no caso concreto de transformação da cidade de Brasília em um ambiente urbano inteligente, humano e sustentável. Contudo, devem-se cotejar as diferenças do contexto socioeconômico da capital austríaca com o da capital brasileira, de modo a definir quais os limites e as respectivas adaptações para a adoção, em Brasília, das soluções inteligentes segundo o modelo de Viena, considerando as necessidades sociais urbanas brasileiras, os instrumentos jurídicos e os arranjos institucionais locais.

Palavras-Chave: infraestruturas urbanas inteligentes; ciclo de políticas públicas; Brasília; Viena.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: POR UMA QUESTÃO DE ÉTICA

Henrique Alves Pinto – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
henrique.pinto@sempreceub.com
Jefferson Carlos Carus Guedes – CEUB, professor orientador
jefferson.guedes@ceub.edu.br

Novas possibilidades surgiram aos operadores do Direito na busca por mais eficiência no exercício de suas atividades, com o desenvolvimento dos sistemas de Inteligência Artificial. Apesar de a economia de tempo ser relevante fator na promoção da justiça, não se pode abdicar de critérios éticos durante o processo de sua produção. Nesse sentido, o objetivo da tese é analisar de que forma os sistemas de Inteligência Artificial de setores administrativos do Poder Judiciário constroem seus programas operacionais como meio de aumentar a capacidade de julgamento dos tribunais brasileiros e qual é a necessidade de submetê-lo a indispensável filtro ético, com o intuito de garantir a sua legitimidade. Para tanto, analisa-se a bibliografia a respeito do tema, de modo interdisciplinar, nos campos éticos e filosóficos, com o intuito de demonstrar os riscos do impacto pragmático das novas tecnologias no âmbito do processo decisional, ao construir uma jurisprudência defensiva e não colaborativa, o que pode trazer graves prejuízos ao principal ator desse contexto, que é o jurisdicionado. Como já existem vários trabalhos que examinam o processo de criação e implementação da Inteligência Artificial nos diversos ramos do Direito, esta pesquisa volta-se à compreensão desses fenômenos no âmbito do Poder Judiciário pátrio.

Palavras-Chave: inteligência artificial; Poder Judiciário; decisões; ética.

LEI ANTICORRUPÇÃO EMPRESARIAL, SOLUÇÃO ESTRUTURAL, PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA

Alexis Sales de Paula e Souza – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
alexis.souza@sempreceub.com
Ivo Teixeira Gico Junior – CEUB, professor orientador
ivo.junior@ceub.edu.br

O trabalho envolve aspectos tanto de *lege lata* quanto de *lege ferenda* e propõe investigar a eficácia da Lei nº 12.843, de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas, pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira (LAE). Pretende-se examinar se as sanções previstas na norma atendem ao princípio da preservação da empresa e se a introdução de instrumentos, prevendo a possibilidade de cisão de sociedade, transferência de controle societário, venda de ativos ou cessação parcial de atividade, torna o modelo mais eficaz e reduz a perda social decorrente dos delitos cometidos no âmbito da pessoa jurídica. Assim, o problema de pesquisa proposto é questionar se a introdução explícita da observância ao princípio da preservação da empresa e a previsão da possibilidade de adoção de sanções estruturais às pessoas jurídicas, em razão de condutas ilícitas abrangidas pela LAE, tornam o sistema mais eficaz em relação à necessidade de punir as pessoas naturais responsáveis pelos atos ilegais, preservar as empresas e reduzir as externalidades negativas decorrentes dos delitos. As hipóteses contestáveis são: o princípio da preservação da empresa deve ser colocado como regra na LAE, a exemplo do artigo 47 da Lei nº 11.101, de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária (LRJF), de forma a dar concretude à obrigação de preservar a pessoa jurídica, sua função social e o estímulo à atividade econômica; a atual redação do artigo 16 da LAE c/c o artigo 37 do Decreto nº 8.420, de 2015, que regulamenta a norma, ao tratar das cláusulas do acordo de leniência, admite a possibilidade de a avença estabelecer soluções estruturais; no âmbito da responsabilização judicial, a introdução na LAE de dispositivo, prevendo a possibilidade de adotar soluções estruturais em desfavor de pessoa jurídica envolvida na prática de atos contra a administração pública, torna a norma mais eficaz e reduz as externalidades negativas do delito. O trabalho está dividido nos seguintes subtemas: função social da propriedade e função social da empresa; conceito moderno de empresa; criminalidade empresarial; punição das infrações à ordem econômica; princípio da preservação da empresa, medidas adotadas pelo CADE em casos de infração à ordem econômica, remédios estruturais e comportamentais do CADE, o acordo de leniência no CADE; princípio-regra da preservação da empresa na Constituição e na Lei de Recuperação Judicial e Falências; a LAE, as sanções e o acordo de leniência; acordos de leniência firmados pela CGU com base na LAE; obrigação de observar o princípio-regra da preservação da empresa na sanção da criminalidade empresarial; proposta de alteração da LAE para incluir a adoção de remédios estruturais para a preservação da empresa infratora.

Palavras-Chave: responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas; lei anticorrupção empresarial; solução estrutural; princípio da preservação da empresa.

MECANISMOS INTERNACIONAIS E TRANSNACIONAIS DE ANTICORRUPÇÃO E CRIMINALIDADE CORPORATIVA: RUMO A UM TRIBUNAL INTERNACIONAL ANTICORRUPÇÃO?

Vladimir Barros Aras – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
vladimir.aras@sempreceub.com
Antonio Henrique Graciano Suxberger – CEUB, professor orientador
antonio.suxberger@ceub.edu.br

O projeto de tese trata da corrupção transnacional das grandes multinacionais. É preciso indagar se os mecanismos regionais e internacionais de anticorrupção têm sido eficientes, se são suficientes para o enfrentamento da *grand corruption* na perspectiva transnacional e se há outras iniciativas que podem ser adotadas, para alcançar objetivos semelhantes aos divisados nos preâmbulos convencionais, nas declarações políticas pertinentes e na Agenda 2030 das Nações Unidas, notadamente o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 16. Deste modo, a presente investigação é norteada pelo questionamento sobre se os atuais mecanismos de anticorrupção internacionais e transnacionais, unilaterais ou bilaterais bastam ao controle penal dessa modalidade de criminalidade corporativa transnacional. A pesquisa procura demonstrar se os mecanismos de anticorrupção atualmente disponíveis são suficientes e eficientes e aferir as condições institucionais necessárias para a efetiva implementação dos marcos normativos domésticos, regionais e global atualmente existentes, especificamente no campo do controle penal. Para tanto, as seguintes hipóteses são alvo de análise, a fim de que possam ser confirmadas ou descartadas: há deficiência nos mecanismos atuais de enfrentamento da corrupção transnacional em geral e da corrupção transnacional corporativa em particular; há outras vias a percorrer internacionalmente, para aperfeiçoar tais mecanismos; é possível fortalecer o papel dos órgãos convencionais de implementação das convenções internacionais de anticorrupção, tal como o Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção e o Working Group on Bribery, para alcançar esse objetivo; a criação de um órgão internacional de arbitragem especializado em corrupção, vinculado ao Centro Internacional para a Resolução de Controvérsias sobre Investimentos, do Grupo Banco Mundial, ou à Organização Mundial do Comércio, seria uma opção para lidar com a corrupção transnacional. Alternativamente, o caminho a percorrer seria a adoção, por meio de um tratado das Nações Unidas, de um mecanismo jurisdicional de responsabilização internacional nos moldes do Tribunal Penal Internacional, instituído pelo Estatuto de Roma, de 1998. Esse tribunal poderia ter competência para o julgamento de pessoas naturais, especificamente grandes cleptocratas, ou, de maneira mais eficiente e politicamente menos problemática, poderia ter apenas jurisdição sobre corporações multinacionais suspeitas de corrupção transnacional. Enfim, a supranacionalização da Justiça penal é uma questão a considerar como resultado da necessidade de assegurar a efetividade da repressão aos atos de *grand corruption*, na perspectiva de direitos humanos, que pressupõe a atribuição do *status* de crime internacional às mais graves formas de corrupção.

Palavras-Chave: corrupção transnacional; responsabilidade corporativa; mecanismos de responsabilização; tribunal internacional.

MOROSIDADE NA CONTRATAÇÃO DE TREINAMENTOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: ALTERNATIVAS EMERGENTES CÉLERES PARA A EXECUÇÃO TEMPESTIVA DA DESPESA

Elder Loureiro de Barros Correia – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
elderhb@sempreceub.com
Sandro Lucio Dezan – CEUB, professor orientador
sandro.dezan@ceub.edu.br

A pesquisa em andamento discute a responsabilidade civil do Estado na jurisprudência brasileira, mediante um aporte crítico sobre temas emergentes e concernentes à responsabilização da Administração Pública no âmbito do STF e do STJ.

Palavras-Chave: contratação de treinamentos; suprimento de fundo; morosidade na administração pública.

O CONTROLE EXTERNO EXERCIDO PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO SOBRE POLÍTICA PÚBLICA DE INVESTIMENTO EM MERCADO DE RENDA VARIÁVEL EXECUTADA PELA BNDSPAR À LUZ DA LEI Nº 13.303/2016

Wilson Sampaio Sahade Filho – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
wilson.sampaio@sempreceub.com
Daniel Amin Ferraz – CEUB, professor orientador
daniel.ferraz@ceub.edu.br

A tese, de relevância nacional, trata das políticas públicas de investimentos realizadas pelo BNDES-BNDESPar no mercado de renda variável, e sob o prisma da Lei n. 13.303/2016, investiga se o ato de investimento em renda variável praticado pela BNDESPar ainda se reveste de natureza pública capaz de deflagrar o controle de contas do Tribunal de Contas da União, analisando-se quais seriam os critérios de apuração do êxito de determinada operação. É essencial entender o sistema de um banco de desenvolvimento estatal e a implementação de determinada política pública por meio de investimentos em companhias abertas. O problema é retratado sob a ótica da necessidade de definir se o investimento se insere no conceito de despesa pública decorrente de ato de gestão de estatal, sujeitando-se, assim, à visão contratual-administrativa da Corte de Contas, ou, de outro modo, se, ao ingressar no mercado de capitais, a atuação estatal como investidora, no típico exercício de determinada atividade-fim, preconizado pelo artigo 173, §1º, I, da CRFB e regulado pela Lei n. 13.303/2016, afasta-se a dinâmica de controle e fiscalização exercida pelo TCU. Adota-se a doutrina, além da pesquisa em campo, e o cotejamento de casos paradigmáticos. Espera-se, assim, o desenvolvimento do tema para alcançar o ideal de segurança jurídica indissociável aos *stakeholders* da política pública de investimento em renda variável.

Palavras-Chave: política pública de investimento em renda variável; BNDESPAR; companhias de capital aberto; controle externo; fiscalização do TCU.

O DIREITO FUNDAMENTAL À CONEXÃO COMO MEIO PARA EFETIVAÇÃO DE OUTROS DIREITOS

Amilar Domingos Moreira Martins – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
amilar.martins@sempreceub.com
Jefferson Carlos Carus Guedes – CEUB, professor orientador
jefferson.guedes@ceub.edu.br

A sociedade brasileira evolui quanto à digitalização, na adoção de tecnologias que empregam computação e comunicação às rotinas diárias. Entre elas, a Inteligência Artificial (IA) desperta o interesse de entes públicos e privados por conta de sua aplicação nos diversos estratos sociais. Neste contexto, faz-se necessário submeter os conceitos gerais de IA à avaliação quanto a limitações constitucionais aplicáveis e entender quais os limites dos eventuais limites. Assim, o problema-objeto é avaliar limitações constitucionais ao uso da IA e suas fronteiras. O estudo conceitua IA e avalia, de acordo com atuais e futuras aplicações desse ramo do conhecimento, quais os limites constitucionais devem ser impostos, além dos limites desses limites. Assim, consideram-se fontes bibliográficas e estudos relacionados aos campos reais e potenciais de aplicação da IA, além de seus resultados e externalidades. Ademais, ampara-se em pesquisas doutrinárias e jurisprudenciais sobre os conceitos constitucionais potencialmente afetáveis pela IA. Ao final, a tese avalia a viabilidade da imposição de limites constitucionais a essa tecnologia e, em caso positivo, apresenta uma relação das limitações aos modelos de inteligência artificial, esclarecendo seus fundamentos constitucionais e condições de imposição.

Palavras-Chave: inteligência artificial; princípios constitucionais; limitações.

O DIREITO HUMANO À PRIVACIDADE DIGITAL NO ÂMBITO DA ORDEM ECONÔMICA

Jacqueline Salmen Raffoul – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
jsalmenraffoul@sempreceub.com
Nitish Monebhurrun – CEUB, professor orientador
nitish.monebhurrun@ceub.edu.br

Questiona-se como instrumentos jurídicos poderiam contribuir para assegurar o direito humano à privacidade digital no âmbito da ordem econômica. Esse problema engloba aspectos de direito internacional, direito do consumidor e direito da concorrência. Em âmbito internacional, diversos instrumentos reconhecem o direito humano à privacidade, o que engloba os aspectos digitais. No entanto, ainda não existem tratados ou convenções internacionais específicos sobre assuntos correlatos à privacidade digital, especialmente no âmbito da ordem econômica. Sendo assim, é possível que o arcabouço existente no direito internacional sobre a privacidade não seja suficiente para tratar de temas correlatos à privacidade digital nas áreas de consumo e concorrência. Assim, avalia-se, primeiramente, a estrutura do direito internacional sobre a privacidade digital e a sua aplicabilidade para tratar de questões relacionadas a práticas anticompetitivas e à proteção do consumidor. Para isso, além da análise do arcabouço existente, estuda-se a jurisprudência de Cortes internacionais e de órgãos de defesa do consumidor e da concorrência de outros países. Desse modo, trabalha-se com a adoção de padrões jurídicos mínimos de proteção para a preservação do direito à privacidade digital no âmbito do direito do consumidor e da concorrência. De forma espelhada, entende-se relevante analisar o tratamento jurídico do ordenamento nacional a respeito da privacidade digital. A Constituição Federal reconhece o direito à intimidade como fundamental; além disso, tramita, no Congresso Nacional, PL sobre o reconhecimento da privacidade digital como direito fundamental. Assim, examina-se se a legislação existente trata da privacidade digital de forma adequada, no contexto de defesa do consumidor e da concorrência. Estuda-se o arcabouço jurídico nacional, em especial a Lei Geral sobre Proteção de Dados – LGPD, o Código de Defesa do Consumidor e a lei n. 12.529, de 30 de novembro de 2011, que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. Em seguida, faz-se o mapeamento das possíveis repercussões da privacidade digital no direito do consumidor e no direito da concorrência, para, então, verificar como ocorre a proteção do direito em pauta. Assim, aponta-se se o tratamento jurídico é adequado e se é necessário ou não sugerir aperfeiçoamentos na legislação existente. Caso aprimoramentos sejam necessários, espera-se apresentar as devidas sugestões com as respectivas justificativas. Ademais, existem avanços notórios na proteção de dados, especialmente com a LGPD. No entanto, a restrição legal imposta, que considera a ANPD ter competência na análise de infrações correlatas a dados, pode inviabilizar a atuação do DPDC e do CADE em questões de direito do consumidor e da concorrência, respectivamente. Com isso, a proteção ao direito humano à privacidade digital pode não estar devidamente assegurada, tendo em vista que a análise das consequências específicas nas áreas de consumo e concorrência pode não se concretizar. Para testar tal hipótese, examinam-se os impactos possíveis da violação ao direito humano à privacidade digital nas áreas do direito do consumidor e do direto da concorrência. Com isso, confrontam-se as consequências de eventuais violações com as disposições da LGPD, para avaliar se a previsão de que a prevalência da competência da ANPD seria prejudicial ou não à proteção do direito humano à privacidade digital nas áreas em questão. Além disso, observa-se a atuação da ANPD nos próximos anos e a eventual atuação conjunta com os órgãos de

defesa do consumidor e da concorrência, SENACON e CADE.

Palavras-Chave: direitos humanos; privacidade digital; ordem econômica; direito do consumidor; direito da concorrência.

O PODER DO PRESIDENTE DO STF NA ELABORAÇÃO DA PAUTA DO PLENÁRIO PRESENCIAL COMO UM ELEMENTO ESTRATÉGICO DE GESTÃO JURÍDICO-POLÍTICA DA CORTE

Victor Guedes Trigueiro – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
vgtrigueiro@sempreceub.com
Patricia Perrone Campos Mello – CEUB, professora orientadora
patricia.mello@ceub.edu.br

O modelo de estudo do comportamento judicial, tradicionalmente conhecido como legalista, sustenta que a atividade jurisdicional consiste em um exercício de subsunção de fatos à norma jurídica em sentido amplo. Tal modelo, no entanto, mostrou-se incapaz de retratar, de forma fiel, os fatores que influenciam o juiz na tomada de decisão. Com efeito, a percepção de que o processo decisório se esgota com a aplicação do material jurídico ortodoxo composto por normas, princípios, precedentes e dogmática jurídica, passou a ser questionada por estudiosos que se dedicam a compreender o processo decisório mediante outros elementos que não puramente a aplicação de leis, princípios e precedentes judiciais. Prepondera, especialmente na literatura norte-americana, o estudo dos modelos atitudinal e estratégico em acréscimo ao legalista. No modelo atitudinal ou ideológico, defende-se que o principal fator de influência no processo decisório é a ideologia do juiz. Por sua vez, o modelo estratégico advém do resultado da interação entre as preferências pessoais do juiz, as dos julgadores em um órgão colegiado, os demais poderes e a própria opinião pública. Entre os comportamentos estratégicos observados na atuação do Supremo Tribunal Federal, sobreleva em importância aquele que define a pauta de julgamentos da Corte. Pode-se afirmar que o Presidente do STF é uma das autoridades que concentra um dos maiores poderes de agendamento na sociedade brasileira, ao lado do Presidente da República e dos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Para desenvolver esta pesquisa, cujo caráter é dedutivo, optou-se por uma estratégia metodológica qualitativa que consiste no estudo de caso a respeito da não inclusão em pauta de julgamento do Plenário presencial do Supremo Tribunal Federal, na gestão da Ministra Carmem Lucia, das Ações Declaratórias de Constitucionalidade 43, 44 e 54.

Palavras-Chave: Supremo Tribunal Federal; controle; pauta.

O QUE ESPERAR DA POLÍTICA?
O PROCESSO DE NASCIMENTO DA NORMA JURÍDICA SOB A ÓTICA DA LEGÍSTICA: FUNDEB – UM ESTUDO DE CASO

Aparecida de Moura Andrade – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
aparecida@sempreceub.com
Frederico Augusto Barbosa da Silva – CEUB, professor orientador
frederico.silva@ceub.edu.br

A tese tem por objetivo analisar o caminho da criação legislativa, evidenciando os atores que participam do processo, além de sua dinâmica, regra, contexto político e custos. Sob a ótica da legística, pretende-se evidenciar que seguir os caminhos da legística formal não necessariamente resultará em uma norma de qualidade. Nesse caso, questiona-se o que é possível fazer para garantir a qualidade normativa. O estudo de caso examina o processo de nascimento e de subsequentes alterações da Lei do FUNDEB.

Palavras-Chave: legística; norma; alterações da Lei do FUNDEB.

O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS NO MUNDO DO TRABALHO À LUZ DO PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO DO RETROCESSO SOCIAL

Aline Cristina Alves – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
aline.cristina@sempreceub.com
Frederico Augusto Barbosa da Silva – CEUB, professor orientador
frederico.silva@ceub.edu.br

A tese consiste na compreensão de como o Supremo Tribunal Federal - STF concebe a aplicação do princípio da vedação do retrocesso social em sua jurisprudência que trata de temas sobre o direito e o mundo do trabalho. Para tanto, identificam-se e analisam-se, de forma crítica, quais os pontos de convergência e divergência daquela jurisprudência com a doutrina, a legislação e as convenções internacionais firmadas pelo Estado brasileiro. Extrai-se o verdadeiro conteúdo daquele princípio, o seu efetivo âmbito de aplicação e as suas respectivas fragilidades, no intuito de verificar se se presta a garantir a efetividade dos direitos fundamentais no âmbito das relações jurídicas que se desenvolvem no mundo do trabalho. O problema central da tese consiste no questionamento sobre se o tratamento conferido pela jurisprudência do STF ao princípio da vedação do retrocesso social no âmbito dos direitos sociais, com respeito ao mundo do trabalho é suficientemente apto a dar conta de promover um ambiente de segurança jurídica para a realização de reformas no direito, sem prescindir da necessária proteção ao trabalhador, ao menos no que toca à proteção de seus direitos fundamentais assegurados pela Constituição. As hipóteses da tese são: embora o STF aplique o princípio da vedação do retrocesso dos direitos sociais sobre o direito e o mundo do trabalho, não considera este princípio como um impedimento para inovações legislativas que tratem desses direitos; a jurisprudência do STF aplica os princípios da progressividade e do retrocesso em direitos sociais relacionados ao mundo do trabalho; a aplicação pelo STF dos princípios da progressividade e do retrocesso em direitos sociais é mais evidente quando estão umbilicalmente ligados com os direitos fundamentais; é possível conferir interpretação e aplicação dinâmica dos princípios da progressividade e da vedação do retrocesso nos direitos fundamentais do trabalho, garantindo a eficácia a dito princípio, sem que se inviabilizem as inovações legislativas no campo do direito que busca proteger. O objetivo geral é analisar a aplicação do princípio da vedação do retrocesso social pelo STF nos seus julgados sobre o direito e o mundo do trabalho, para fins de verificar sob quais perspectivas o STF aplica aquele princípio e se esta jurisprudência viabiliza avanços na Constituição e na legislação, sem prejuízo de garantir um ambiente de segurança jurídica, empregabilidade, livre iniciativa e proteção dos direitos fundamentais.

Palavras-Chave: Supremo Tribunal Federal; direitos sociais; vedação do retrocesso social.

OS DESAFIOS DA UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO NO BRASIL: PARTILHA DE COMPETÊNCIAS, REGIME JURÍDICO E IDEOLOGIA NA FORMAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE INFRAESTRUTURA SANITÁRIA

Philippe Dall' Agnol – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
philippe@sempreceub.com
Paulo Afonso Cavichioli Carmona – CEUB, professor orientador
paulo.carmona@ceub.edu.br

A universalização do acesso à infraestrutura sanitária é uma das principais metas das políticas de saneamento básico no Brasil, desde a década de 1960. Além disso, esta é a principal diretriz na formulação do novo marco legal do saneamento brasileiro, haja vista que grande parte da população brasileira ainda não é atendida por esses serviços básicos. Para isso, investiga-se o regime jurídico sob o qual os serviços públicos de saneamento são prestados, com ênfase no exame da partilha constitucional de competências e nas modelagens públicas e privadas de prestação do serviço, uma vez que esses fatores são apontados como as causas que impedem a universalização do saneamento a toda a população brasileira. De tal análise, espera-se apontar soluções que permitam auxiliar o processo de universalização dos serviços de saneamento, o que será realizado por meio de pesquisa bibliográfica e documental.

Palavras-Chave: saneamento básico; regime jurídico; universalização.

PARÂMETROS JURÍDICOS DE PREVENÇÃO A DESASTRES NO LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES MINERÁRIAS BRASILEIRAS

Rayza Ribeiro Oliveira – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
rayza.ribeiro@sempreceub.com
Liziane Paixão Silva Oliveira – CEUB, professora orientadora
liziane.oliveira@ceub.edu.br

O Brasil foi alvo de recorrentes desastres ambientais no campo minerário, entre 2015 e 2019, com vidas humanas e não humanas ceifadas e prejuízos financeiros de grande monta para a sociedade e o governo. Assim, questiona-se como viabilizar instrumentos de prevenção a desastres em atividades minerárias no Brasil, a partir do procedimento de licenciamento ambiental. De início, como hipótese, entende-se que o estudo do risco é imprescindível para a prevenção de desastres no campo minerário, e, nesse sentido, a Teoria do Direito dos Desastres apresenta instrumentos capazes de garantir a atividade minerária, assegurando o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, uma vez que a legislação ambiental não estabelece a referida prevenção. Desta feita, a pesquisa é relevante diante da necessidade de novos parâmetros jurídicos para o planejamento do estudo ambiental do risco no licenciamento das atividades minerárias, objetivando, assim, a formulação de políticas públicas voltadas às comunidades direta ou indiretamente afetadas pelos desastres ou à prevenção desses eventos. Como objetivo central da tese, desenvolvem-se parâmetros jurídicos de prevenção a desastres socioambientais por meio da Teoria do Direito dos Desastres, no procedimento de licenciamento ambiental de atividades minerárias brasileiras. Quanto aos demais objetivos, buscar-se mapear e analisar os procedimentos de licenciamento ambiental das atividades minerárias relativos aos desastres socioambientais decorrentes do rompimento de barragens de rejeitos no período de 2015 a 2019, especialmente, o de Mariana/MG e o de Brumadinho/MG. Em seguida, investiga-se o cumprimento e a adequação dos requisitos legais atinentes à viabilização das atividades minerárias diante do licenciamento ambiental nos referidos casos, e analisa-se a atuação do Poder Público na fiscalização dessas atividades. Examina-se a ocorrência da avaliação, da classificação, da ponderação e da gestão de riscos catastróficos na Teoria do Direito dos Desastres, e verifica-se se os procedimentos de licenciamento ambiental das atividades minerárias relativos aos desastres socioambientais decorrentes do rompimento de barragens de rejeitos no período de 2015 a 2019 alinhavam-se com os critérios mínimos estabelecidos para o estudo do risco na Teoria do Direito dos Desastres. No que tange ao método de pesquisa, são utilizadas abordagens qualitativa e quantitativa, de natureza aplicada, com objetivo exploratório e descritivo, mediante pesquisa documental, bibliográfica e *ex-post-facto*, para desenvolver a conclusão final que responda ao problema proposto com o estabelecimento de parâmetros jurídicos de prevenção a desastres.

Palavras-Chave: desastres ambientais; licenciamento; mineração; risco; teoria dos desastres.

POLÍTICA EXTERNA E DIREITO: O DESAFIO DA ADAPTAÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL DIANTE DAS CONSEQUÊNCIAS DO USO MALICIOSO DA FORÇA CIBERNÉTICA

Alexandre Peres Teixeira – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
alexandre.peres@sempreceub.com
Liziane Paixão Silva Oliveira – CEUB, professora orientadora
liziane.oliveira@ceub.edu.br

A era da informação e do conhecimento possibilitou a criação do ciberespaço e suas características peculiares. A utilização do ambiente cibernético faz parte da dinâmica do planeta e serve para implementar a qualidade de vida dos seres humanos. Entretanto, com o advento da internet, não apenas a dinâmica das relações sociais foi diretamente impactada, mas também a que diz respeitos aos conflitos no âmbito da sociedade. Os crimes cibernéticos e o mau uso do ciberespaço nas relações internacionais são exemplos clássicos do potencial maléfico que existe no ambiente informacional. O ciberespaço não respeita contexto territorial, de modo que a operação cibernética pode envolver mais de uma jurisdição estatal. Em sua maioria, as interações realizadas no ciberespaço não atuam de forma maliciosa e nociva contra os ordenamentos jurídicos nacionais e o direito internacional. Porém, uma operação cibernética maliciosa pode afetar bens jurídicos tutelados, tais como o patrimônio, a vida, a liberdade de expressão, a privacidade e outros. Além disso, o uso malicioso do ciberespaço pode atingir valores e princípios protegidos pelo Estado na esfera internacional, sendo o exercício pleno da soberania o principal deles. Hostilidades perpetradas por um ente estatal ou ator não estatal contra um Estado soberano, com utilização de força cinética, podem dar causa a conflitos armados internacionais e não internacionais. Os regimes jurídicos que normatizam o emprego da força pelo ente estatal em resposta a uma agressão sofrida estão consolidados no que se conhece como direito de Genebra e de Nova York. Basicamente, as regras jurídicas que regulam o conflito armado cinético estão consolidadas e aprovadas pela sociedade internacional. A utilização do ciberespaço como ferramenta de agressão de um Estado contra outro já é uma realidade inequívoca na conjuntura de segurança internacional do século XXI, entretanto, por constituir-se em uma potencialidade nova e muito pouco explorada como ferramenta de relações internacionais, o uso da força cibernética ainda não se encontra normatizado de forma coerente e consistente, na esfera internacional. O Manual de Tallinn 2.0 pode ser considerado a única fonte, em nível de *soft law*, que trata do tema. A prática tem demonstrado que a utilização maliciosa do ciberespaço tem o potencial de causar problemas para os Estados, que vão de simples bloqueios a *sites* governamentais até a destruição, em massa, de vidas humanas. Portanto, o uso da força cibernética contém um potencial letal que deve ser refreado com a utilização de legislação específica capaz de dissuadir a sua utilização por parte dos Estados. A tese que se propõe é a de que existe a necessidade de construção de uma política pública que vise à adaptação, à transformação e à revolução no direito internacional, com a finalidade de que seja normatizado, em nível internacional, o uso da força cibernética por Estados ou atores não estatais que visem atingir Estados. A pesquisa tem empregado o método de revisão bibliográfica com base em fontes primárias e secundárias.

Palavras-Chave: direito internacional; guerra cibernética; uso da força; ciberespaço.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO AO DESMATAMENTO ILEGAL NA AMAZÔNIA OCIDENTAL: O PPCDAM ANALISADO SOB O ENFOQUE DA GOVERNANÇA AMBIENTAL

Adriana Vieira da Costa – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
adriana.vieira@sempreceub.com
Marcia Dieguez Leuzinger – CEUB, professora orientadora
marcia.leuzinger@ceub.edu.br

O problema do desmatamento ilegal na Amazônia é constante e é matéria de embates em âmbito interno e externo ao Brasil. Para atender aos compromissos ambientais, o país elaborou diversas políticas públicas, entre as quais, o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM), criado em 2003. O programa foi um esforço empreendido no contexto federal e estadual, e pretendia-se reduzir os números alarmantes do desmatamento. Após seu início com relativo sucesso, o PPCDAM perdeu força e deixou de lograr êxito na redução do número de áreas desmatadas. A problemática da pesquisa está envolta na questão do desmatamento ilegal nos estados que compõem a Amazônia Legal, especialmente Rondônia, que figura como o terceiro com maior nível de desmatamento. Para tanto, apresentam-se os seguintes questionamentos sobre: quais são as falhas e os entraves na condução do PPCDAM, como política específica de combate ao desmatamento na Amazônia, a médio e longo prazo; se existem causas econômicas, políticas e jurídicas para a decaída no nível de êxito do PPCDAM; se, do ponto de vista da governança, é possível identificar quais são os referenciais não atendidos nessa política antidesmatamento ilegal na Amazônia Ocidental, mais especificamente em Rondônia. Consubstanciando-se essas indagações, formulam-se as seguintes hipóteses: é possível a aplicação da governança ambiental nas políticas públicas para contribuir na redução do desmatamento na Amazônia Ocidental; o desempenho da governança no PPCDAM está diretamente relacionado à redução do desmatamento na Amazônia Ocidental, nas 2ª e 3ª fases; a proposição de uma metodologia baseada em governança ambiental para municípios da Amazônia Ocidental pode contribuir para a melhoria de políticas públicas contra o desmatamento ilegal. Nessa perspectiva, o objetivo é analisar a política pública do PCDDAM, de redução do desmatamento ilegal na Amazônia no período de sua execução, do ponto de vista da governança e seus referenciais. Busca-se investigar se existem alternativas para a boa governança na política pública de combate ao desmatamento na Amazônia Ocidental, mais especificamente no estado de Rondônia. Assim, exibe-se um panorama da política ambiental contra o desmatamento na Amazônia Ocidental, com enfoque no PPCDAM, dado o seu sucesso temporário como política pública ambiental, inferindo-se meios alternativos em suas formas e instrumentos de execução coordenados com a boa governança. A pesquisa tem viés bibliográfico, documental e utiliza o método dedutivo com análise de gráficos e estudos fornecidos pelos órgãos brasileiros de meio ambiente, para examinar a situação do desmatamento na Amazônia Ocidental. Além disso, faz-se a pesquisa qualitativa com coleta de dados que expõe valores sobre as taxas de desmatamento anual amazônico, em cada período de execução do PPCDAM, e com entrevistas semiestruturadas com alguns atores participantes da política pública ambiental da Amazônia, como lideranças locais e representantes de instituições do governo federal, estadual e municipal. Assim, a tese é a de que a aplicação da governança ambiental nas políticas públicas contra o desmatamento na Amazônia Ocidental, baseada em nova metodologia, apresenta resultados semelhantes aos verificados na 2ª e na 3ª fases do PPCDAM, de forma perene. O ineditismo consiste na ausência de um estudo que realize o

imbricamento da política pública ambiental praticada nessa região de sensível biodiversidade com os referenciais da governança aplicada à área ambiental, com foco na redução do desmatamento. Os resultados pretendidos configuram-se em confirmar a aplicação da governança ambiental nas políticas públicas, para contribuir na redução do desmatamento na Amazônia Ocidental, demonstrar o exercício de governança no PPCDAM e, por fim, apresentar uma metodologia baseada em governança ambiental para municípios prioritários da Amazônia Ocidental.

Palavras-Chave: PPCDAM; desmatamentos; Amazônia legal.

POLÍTICAS PÚBLICAS JUDICIAIS E EFETIVIDADE: O LUGAR DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA AVALIAÇÃO DA POLÍTICA JUDICIÁRIA NACIONAL DE TRATAMENTO ADEQUADO DE CONFLITOS DE INTERESSE

Benigna Araújo Teixeira – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
benigna.teixeiramaia@sempreceub.com
Jefferson Carlos Carus Guedes – CEUB, professor orientador
jefferson.guedes@ceub.edu.br

O objetivo da tese é tornar obrigatório o acesso aos métodos adequados de soluções de conflitos, antes de buscar a tutela jurisdicional. A problemática está na ausência de norma obrigatória que direcione o cidadão a buscar, previamente, os meios alternativos de soluções de conflitos. No Brasil, o marco regulatório dos métodos alternativos foi realizado pelo Conselho Nacional de Justiça com a política pública denominada de Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado de Conflitos de Interesse (PJNTACI), por meio da Resolução 125 de 2010, a qual tem por objetivo promover métodos consensuais de resolução de conflitos para sanar o número elevado de processos judiciais nos tribunais, logo atribuir celeridade aos trâmites processuais. A justificativa da proposta da tese está no fato de o Judiciário continuar sobrecarregado com demandas judiciais, as quais poderiam ser resolvidas fora do poder judicante, visto que, no Estado democrático contemporâneo, é fundamental que a sociedade participe, cada vez mais, da democracia e, por consequência, amplie os espaços democráticos, reafirmando a cidadania ativa. Para testar essa hipótese, a pesquisa divide-se em duas etapas: a primeira levanta a documentação da política pública do CNJ – tanto a que normatiza quanto as relacionadas à avaliação dessa política pública – além da lei processual, que regula os métodos alternativos de soluções de conflitos; a segunda etapa estuda a experiência da lei argentina, que tem o objetivo de saber como a sociedade civil e o Judiciário se comportam com a obrigatoriedade da utilização da mediação, que é um método alternativo de solução de conflitos, antes de demandar ação judicial e, assim, verificar se a mencionada lei foi determinante para a diminuição de demandas judiciais. Por último, coletam-se dados para confrontar as informações contidas na primeira e na segunda etapas, a fim de propor mudanças e alterações. Se o caso da Argentina não for adequado à realidade do Brasil, isto é, se a hipótese for falseada, o estudo não é em vão, porque pode propor mudanças pontuais que impliquem a melhoria da qualidade da política pública judicial. A metodologia da pesquisa é bibliográfica, documental, dogmática, exploratória, indutiva, jurisprudencial. Identificam-se casos em outros países em que a sociedade civil tenha participação efetiva na política pública de acesso à justiça. Faz-se a revisão de literatura e a pesquisa documental, jurisprudencial, legislativa e de normativos infralegais, além de estudo de caso comparativo do CNJ com a lei argentina que determina a obrigatoriedade prévia de acessar a mediação, antes de buscar o Judiciário, para verificar como a sociedade civil e o Judiciário argentino se comportam com tal obrigatoriedade. Ao final, utilizam-se os dados coletados para propor alteração legislativa e aplicações para a efetividade da política nacional de tratamento adequado de conflitos de interesse coordenada pelo CNJ.

Palavras-Chave: processo civil; métodos adequados de solução de conflitos; política pública.

POLÍTICAS PÚBLICAS, ESTRUTURAÇÃO ESTATAL PARA ATENDIMENTO DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI E PORTADOR DE TRANSTORNO MENTAL E SUAS IMPLICAÇÕES

Esmar Custódio Vencio Filho – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
esmarvenciofilho@sempreceub.com
Bruno Amaral Machado – CEUB, professor orientador
bruno.machado@ceub.edu.br

O quadro da situação do adolescente em conflito com a lei e portador de transtorno mental apresenta-se, no Brasil, como ponto omisso da atuação do Estado. A quase inexistente estrutura de atendimento a esse adolescente representa a inobservância não somente de preceitos constitucionais gerais da pessoa humana, mas também dos específicos da prioridade e da convivência familiar, assim como o princípio legal da proteção integral. Mesmo que o sistema normativo, mormente a Lei 12.954/2012, imponha o atendimento especializado sem internação em unidades inadequadas e sem acompanhamento por equipe multidisciplinar e arrimo familiar, o Estado não se atenta à sua obrigação de criar o sistema de suporte e assistência baseado em políticas públicas especialmente dirigidas a esse fim. Sob esse olhar, a problemática não circunda as causas ou os efeitos dos transtornos mentais que acometem parcela dos adolescentes em conflito com a lei, mas, sim, a verificação da estrutura estatal, sua inexistência diante da falta de elaboração de políticas públicas voltadas à construção de estrutura necessária ao atendimento a esses cidadãos e seus desencadeamentos. Nesse sentido, a hipótese consubstancia-se na constatação ou não de políticas públicas voltadas à estruturação estatal para implementação da rede de atendimento ao adolescente em conflito com a lei e portador de transtornos mentais e suas inferências. A pesquisa está em fase inicial, voltada ao trabalho de coleta nos bancos de dados. O levantamento busca artigos, teses e livros que se refiram, mesmo que tangencialmente, aos pontos de investigação. Foram consultados a biblioteca digital, a pesquisa integrada, o repositório institucional e as publicações acadêmicas disponíveis no *site* do CEUB. Também foi conferida a base de dados da CAPES, o Tesauro do INEP e outras fontes, como academia.edu, hq.ssrn.com, orcid.org. A dificuldade encontrada é o parco material específico sobre a problemática. Assim, examina-se a omissão estatal em todos os níveis, na elaboração de políticas públicas voltadas à estruturação da rede de atendimento ao adolescente em conflito com a lei e portador de transtorno mental e suas implicações. A investigação pelo método dedutivo está ancorada em preceitos positivos, interligados à inobservância do alicerce normativo. A pesquisa busca dados numéricos com desdobramentos e recortes estatísticos específicos. O método qualitativo analisa os dados coletados estatisticamente, em contextos típicos e inerentes já que, em face da pluridisciplinaridade, vários fatores e comportamentos são analisados sob óticas cotidianas das inter-relações pessoais e profissionais. O empirismo aprofunda o levantamento das ocorrências obtidas pelo método qualitativo e quantitativo.

Palavras-Chave: adolescente em conflito com a lei; transtorno mental; rede de atendimento; políticas públicas; implicações.

PRESENÇA FEMININA NA SUPREMA CORTE DOS ESTADOS UNIDOS

João Carlos Souto – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
joao.souto@sempreceub.com
Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy – CEUB, professor orientador
arnaldo.godoy@ceub.edu.br

A Declaração de Independência dos Estados Unidos, cujo texto é de autoria de Thomas Jefferson, foi elaborada em 2 de julho de 1776 e definitivamente assinada em 4 de julho. Além disso, foi elaborada em torno de uma ideia que pode ser resumida em duas palavras: *liberdade* e *igualdade*. O documento, considerado uma espécie de bíblia civil do país, falhou em não abraçar negros e mulheres. Esse é o ponto de partida da tese, para demonstrar a dificuldade da caminhada feminina na sociedade norte-americana, com ênfase na trajetória jurídica, no exercício da advocacia, nos cargos públicos privativos de advogados e, principalmente, na chegada à Suprema Corte dos Estados Unidos, que viria a ocorrer somente nos anos 1980, quando da indicação da juíza Sandra Day Connor pelo presidente conservador Ronald Reagan. Questiona-se como se explica que uma sociedade democrática e avançada em diversos aspectos, que elegeu a primeira mulher deputada federal em 1916 e a primeira senadora em 1932, tenha demorado tanto em acolher o sexo feminino na sua Suprema Corte, justamente a instituição que, ao longo de mais de dois séculos de funcionamento, tem concorrido, com suas decisões, para moldar, em parte, a sociedade norte-americana sobre temas sensíveis, como controle de constitucionalidade, aborto, posse de armas, direito de voto de minorias, segregação racial, liberdade de imprensa e livre exercício da religião, entre outros, construídos por atividade pretoriana e com marcante repercussão, para além das fronteiras do país. Diante disso, perquire-se a caminhada de seis mulheres que galgaram a posição de juízas da Suprema Corte dos Estados Unidos, a trajetória de vida de cada uma delas, o preconceito e as dificuldades para firmar-se numa sociedade centrada no gênero masculino e com acentuada influência religiosa. Seguem as considerações sobre a atividade profissional anterior à indicação, como foram escolhidas para integrar o mais importante Tribunal do país, como se desenvolveu a costura política e o alcance de eventuais resistências. Examina-se o desenrolar da sabatina no Senado, avalia-se o nível de dificuldade encontrado, e ressalta-se a cobrança senatorial perante as indicadas, cotejada com a dos homens apontados no passado. A pesquisa dedica-se à análise dos principais casos de que essas juízas participaram. Investiga e propõe reflexão de como se deu a costura dos votos, como se desenvolveu o julgamento, como elas atuaram como relatoras. Ademais, verifica-se, nessa linha, quanto tempo houve entre a posse e o primeiro caso relatado; quanto tempo foi dedicado às perguntas nas audiências com advogados; como a sociedade e os demais juízes receberam e manifestaram-se sobre os votos que elas redigiram e que impacto esses votos produziram na sociedade estadunidense, na jurisprudência, no Legislativo e na vida das pessoas; qual é a contribuição ao Direito estadunidense e global das teses jurídicas que elas defenderam. A pesquisa é essencialmente bibliográfica e documental sobre entrevistas com assessores das ministras da Suprema Corte, de ontem e de hoje.

Palavras-Chave: democracia; discriminação; poder; feminismo; suprema corte.

PRESSUPOSTOS DA TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA ANÁLISE DAS DECISÕES DO STJ FUNDAMENTADAS NA VULNERABILIDADE E NA HIPOSSUFICIÊNCIA DO CONSUMIDOR: DEFESA PODE IMPLICAR PRIVILÉGIO?

Maria do Socorro Rodrigues Coêlho – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
maria.socorroc@sempreceub.com
Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy – CEUB, professor orientador
arnaldo.godoy@ceub.edu.br

A tese realiza um estudo cuidadoso das decisões do Superior Tribunal de Justiça (STJ) inerentes a questões consumeristas, no intuito de responder ao questionamento sobre se a argumentação nos acórdãos do STJ, fundamentada na vulnerabilidade e na hipossuficiência do consumidor, pode, na busca de proteção e defesa, implicar privilégio. Mediante essa inquietação, promove-se uma reflexão sobre os riscos trazidos por acórdãos cujo teor argumentativo possa constituir privilégio e não defesa do consumidor. Entende-se que uma decisão consistente que se preocupa com a universalização, a coerência e a adequação das consequências deve levar em conta o fato de que a Constituição, ao lado da defesa do consumidor, estabelece objetivos a ser alcançados, como os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, além do desenvolvimento nacional. Diante disso, apresentam-se as seguintes hipóteses de pesquisa: o acoplamento estrutural entre os sistemas jurídico e econômico pode viabilizar decisões mais coerentes que mantenham o equilíbrio das relações consumeristas, zelando pela segurança jurídica e pela consequente manutenção da ordem econômica e social; algumas decisões do STJ promovem o privilégio e não a defesa do consumidor, podendo trazer o risco de privatizar ganhos e socializar custos; uma decisão é mais acertada quando promove não o bem-estar de um cidadão em particular, mas é garantia de satisfação para a coletividade, razão pela qual os ministros do STJ devem adotar uma hermenêutica das escolhas com decisões pautadas na proteção e na defesa e não no privilégio do consumidor; o exame do processo de argumentação nas decisões do STJ relativo às questões consumeristas reflete o uso de critérios morais, sendo necessária a justificação dos juízos utilizados como base da racionalidade da decisão, de modo a permitir sua universalização ou viabilizar a aplicação da regra de decisão a outros casos semelhantes, uma vez que a não aplicação isonômica cerceia a racionalidade de aplicação, e a decisão torna-se arbitrária. Assim, pretende-se defender que os pressupostos da Teoria da Argumentação acoplados à Análise Econômica, além do Código de Defesa do Consumidor e da teoria dos sistemas, de Niklas Luhmann, constituem uma metodologia adequada à previsão de consequências decorrentes de determinadas escolhas, fomentando uma tomada de decisão de caráter racional que harmonize direitos fundamentais e desenvolvimento econômico e social e propicie o caráter universalizante da decisão e maior equilíbrio das relações consumeristas.

Palavras-Chave: argumentação jurídica racional; análise econômica do direito; consumidor; hipossuficiência; defesa e privilégio.

PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA E A SEPARAÇÃO INFORMACIONAL DE PODERES: UMA PROPOSTA DE MAPEAMENTO DAS COMPETÊNCIAS INFORMACIONAIS E USO COMPARTILHADO DE DADOS

Dhiego Melo Job de Almeida – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
dhiego.job@sempreceub.com
Bruno Amaral Machado – CEUB, professor orientador
bruno.machado@ceub.edu.br

A proteção de dados pessoais origina-se do direito à privacidade. A mudança de paradigma que operou a transposição da proteção do direito à privacidade para o direito à proteção de dados pessoais deu-se no contexto dos avanços tecnológicos das Tecnologias da Informação e Comunicação, que permitiram ao Estado formar grandes bancos de dados pessoais por meio dos quais é possível a formulação, a execução e a avaliação de políticas públicas por um lado e, por outro, pode acarretar riscos à dignidade da pessoa humana, à privacidade e à liberdade. Necessita-se, assim, da proteção dos dados pessoais por meio de normativos que assegurem o direito à autodeterminação informacional e o dever do Estado de proceder à separação informacional de poderes. Nesse contexto, foram editados normativos internacionais, notadamente na União Europeia, que visam à proteção de dados pessoais, como é o caso do Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais e da Diretiva 2016/680, que inspiraram a edição da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), a qual, por exceção legal, não se aplica ao tratamento de dados pessoais para fins exclusivos de segurança pública e de atividades de investigação e repressão de infrações penais. Por isso, remete-se a uma legislação futura que deverá prever, em todo caso, medidas proporcionais e estritamente necessárias ao atendimento do interesse público, observado o devido processo legal, os princípios gerais de proteção e os direitos do titular previstos na LGPD. Nesse sentido, o Estado precisa de dados para implementação de políticas públicas, como é o caso das políticas de segurança pública, atualmente orientadas por conceitos, como inteligência policial, análise criminal e policiamento orientado ao problema. Em 2018, foi publicada a Lei que instituiu o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e a Política Nacional de Segurança Pública (PNSPDS) no decênio 2018-2028, que inclui as atividades de prevenção, investigação e repressão a infrações penais, cada qual com seus respectivos arranjos institucionais e competências informacionais, alicerçados no compartilhamento de dados entre as instituições que compõem o SUSP. A Polícia Federal integra o SUSP e desempenha ações de prevenção e repressão a infrações penais, além da atividade de polícia administrativa, que inclui o tratamento de dados pessoais. Portanto, considerando os dois instrumentos normativos editados em 2018 – a LGPD e a Lei do SUSP – é relevante mapear os pontos em que a Lei que institui o SUSP e o PNSPDS e as práticas adotadas com fundamento nesses normativos, como o uso compartilhado de dados, convirjam com os princípios gerais de proteção e os direitos do titular da LGPD ou deles divirjam, além da necessária separação informacional dos poderes do Estado. O problema da tese envolve o questionamento sobre quais são as competências informacionais necessárias às instituições que compõem o SUSP, levando-se em consideração os princípios gerais de proteção e os direitos do titular da LGPD. Revela-se fundamental tratar, então, da dimensão estruturante do Direito nas políticas de proteção de dados e de segurança pública. Propõe-se, para tanto, um estudo de caso de uma das instituições que integram o SUSP e que realiza o tratamento de dados pessoais em suas atividades de prevenção e de repressão a infrações penais, no caso, a Polícia Federal. A

hipótese é que as políticas públicas de segurança pública devam diferenciar dados estatísticos, pessoais, sensíveis e sigilosos, controlados pelos integrantes do SUSP; definir quais são as competências informacionais de cada atividade, prevenção ou repressão de infrações penais em nível operacional e estratégico de cada integrante do SUSP. Em seguida, faz-se o compartilhamento de dados entre as instituições que compõem o SUSP e, em casos determinados, com instituições não integrantes do SUSP, o que acarreta uma concentração informacional de poderes e maior intervenção informacional da pessoa, por isso deve ocorrer apenas em casos excepcionais.

Palavras-Chave: GDP; política pública; segurança pública; competências informacionais; Polícia Federal.

REABILITAÇÃO E RESSOCIALIZAÇÃO DO HOMEM AUTOR DA AGRESSÃO DOMÉSTICA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO *DESCONSTRUINDO O MITO DE "AMÉLIA"* NO MUNICÍPIO DE PALMAS-TO

Cirlene Maria de Assis Santos Oliveira – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
cirlene.oliveira@sempreceub.com
Antonio Henrique Graciano Suxberger – CEUB, professor orientador
antonio.suxberger@ceub.edu.br

Estudos e políticas públicas direcionados à reabilitação e à ressocializaçao da pessoa autora de violência doméstica e familiar são raros e encontram pouco amparo jurídico, visto que a legislação e os trabalhos acadêmicos sobre violência intrafamiliar são mais voltados à proteção da mulher em situação de violência. A pesquisa foi realizada com um recorte temporal e geográfico, para viabilizar a análise dos programas de reeducação e ressocializaçao do agressor, optando-se por examinar, ao menos, um programa sobre a temática, por região, a partir da publicação da Lei 11.340/06. Objetiva-se apontar caminhos práticos e eficazes para a diminuição da violência contra a mulher. Aplicam-se questionários aos profissionais dos programas pesquisados, e apontam-se as conclusões resultantes das observações dos trabalhos das equipes com os agressores. Apontam-se os movimentos de mulheres e sua importância para a redução da desigualdade de gênero; o percurso da legislação na perspectiva da proteção de gênero; as políticas públicas com instrumentos protetivos para mulheres em situação de vulnerabilidade decorrente da violência familiar; os serviços públicos de atendimento às mulheres em situação de violência intrafamiliar; a ressocialização do homem agressor doméstico; as políticas públicas voltadas para a reinserção social do autor de violência doméstica. Ao final, avaliam-se as políticas públicas e os serviços de atendimento aos homens que praticam violência familiar; apresenta-se a tese conclusiva quanto aos resultados dos programas pesquisados, em termos de números e percentuais sobre a reincidência específica em crimes envolvendo violência doméstica e familiar; faz-se a dicotomia entre os reincidentes submetidos a programas de reeducação e ressocilização e os que não participaram dos programas educativos; comparam-se os programas vinculados ao Poder Judiciário com os desenvolvidos pelos departamentos do Poder Executivo, estadual ou municipal, apontando quais apresentam melhores índices de ressocialização, visando indicar ao Poder Judiciário diretrizes sobre os programas realizados por determinação do Conselho Nacional de Justiça, isto é, se os programas vinculados ao Judiciário apresentam melhores índices de recuperação. Em caso negativo, conclui-se que não é competência do Judiciário a execução dos programas de ressocialização e reeducação do agressor doméstico.

Palavras-Chave: ressocialização da pessoa autora de violência doméstica e familiar; índices de recuperação; reincidentes.

REFORMA TRIBUTÁRIA E ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO: UMA PERSPECTIVA NO ÂMBITO DO PRINCÍPIO DA SELETIVIDADE E DO PACTO FEDERATIVO BRASILEIRO

Rachel Nogueira de Souza – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
rachel.n.souza@sempreceub.com
Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy – CEUB, professor orientador
arnaldo.godoy@ceub.edu.br

A graduação de alíquotas deve considerar os princípios gerais da ordem econômica previstos no artigo 170 da Constituição Federal (CF). Mesmo que se afirme corresponder o IPI a tributo no qual o legislador federal possa graduar alíquotas de forma discricionária, tal atuação não significa que deva ser feita de forma arbitrária, sem quaisquer parâmetros constitucionais. A problemática da seletividade analisada neste trabalho considera a necessidade de verificar o fenômeno tributário para além do campo jurídico. Para tanto, aprofunda-se o estudo das propostas de reforma tributária em tramitação no Congresso Nacional, com o objetivo de explicar e prever o comportamento dos grupos que participam do sistema jurídico, além de aperfeiçoar o direito, ao assinalar as consequências involuntárias ou indesejáveis do futuro sistema normativo. Assim, propõe-se a utilização da AED sob a ótica do princípio da seletividade. A discussão que se pretende desenvolver neste trabalho parte do pressuposto de que cada cidadão deve refletir sobre o nível de intervencionismo estatal a ser estabelecido na propriedade dos particulares. Tal análise deve sempre partir do texto constitucional. O problema para este trabalho estabelece-se pelo questionamento sobre se as PEC nº 45 e nº 110, de 2019, ao tratar da seletividade tributária, estão em consonância com o federalismo brasileiro, proporcionando atingir os objetivos constitucionais correlacionados, sobretudo quanto aos princípios informativos da Ordem Econômica Constitucional. Quanto à hipótese para a solução deste problema, propõe-se, pela metodologia da AED, demonstrar que os modelos de tributação concebidos pelas PEC nº 45 e nº 110, de 2019 não atendem ao princípio da seletividade e representam uma violação ao pacto federativo.

Palavras-Chave: federalismo; analise econômica do direito; reforma tributária.

REPRESENTAÇÃO E DIFERENÇA: A POLÍTICA INSTITUCIONAL DE GÊNERO E RAÇA NA JUSTIÇA E SEUS EFEITOS NA RELAÇÃO DE PODER E FORMAÇÃO DE IDENTIDADES DAS MULHERES NEGRAS NA OCUPAÇÃO DE CARGOS DE LIDERANÇA

Juliana Alencar Wolney Cavalcante Aires – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
juliana.alencar@sempreceub.com
Patricia Perrone Campos Mello – CEUB, professora orientadora
patricia.mello@ceub.edu.br

O objetivo da tese é analisar as políticas institucionais de gênero implementadas pelo Judiciário, a partir da sua efetividade na promoção da participação da mulher negra servidora ou magistrada nos espaços de poder, notadamente na ocupação de cargos de liderança e discutir se as políticas institucionais estabelecidas por tribunais e pelo Conselho Nacional de Justiça são suficientes para essa finalidade. Identificar a relação de gênero e a ocupação de cargo de liderança no Judiciário permitirá concluir se há divisão hierárquica e sexual dos cargos. Diante disso, problematizam-se as questões de gênero e raça no âmbito interno do Poder Judiciário, que se mostra uma instituição predominantemente provida por mulheres, porém questiona-se em que medida as mulheres negras são reconhecidas pelas suas diferenças e são inseridas em espaço de poder em razão da sua condição de mulher. Indaga-se se há falsa compreensão de participação feminina no Judiciário e em que medida a política institucional é efetiva. Dialogar com as questões relacionadas a poder, mérito, identidade, competência e autoridade leva a debater a efetividade das políticas institucionais, se elas dão solução ao problema do sexismo, que, mais do que histórico e moral, é estrutural. Apontar as relações estabelecidas e convencionadas para a ocupação dos espaços de poder pelas mulheres negras revelará as articulações das identidades delas nestes espaços e a maneira pela qual elas produzem suas identidades, lutam por reconhecimento e buscam seu “lugar de fala”. Portanto, as questões de hierarquização de gênero nos ambientes institucionais públicos passam pela mesma caracterização da raça, cujos sinais discriminatórios são sutis, não percebidos e verificados em atitudes inocentes, por vezes veladas, em que mulheres são silenciadas. Nesse contexto, a tese tem como principais fundamentos teóricos os textos de Nancy Fraser, Judith Butler, Asad Haider, Amartya Sen, Rita Segato, Débora Diniz e Silvio Almeida. O caminho metodológico é a pesquisa com abordagem crítica, descritiva, qualitativa e quantitativa, com método dedutivo, de caráter propositivo, de modo a apontar, a partir dos resultados, um caminho viável à política de gênero e raça no Judiciário.

Palavras-Chave: política institucional; gênero e raça; cargo de liderança; relação de poder; Poder Judiciário.

RESPONSABILIDADE CIVIL ADMINISTRATIVA REGRESSIVA: O ESTADO LESADO E O INADIMPLEMENTO DO CONTRATO SOCIAL

Bruno Ribeiro Marques – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
bruno.rmarques@sempreceub.com
Sandro Lúcio Dezan – CEUB, professor orientador
sandro.dezan@ceub.edu.br

O ordenamento jurídico, paulatinamente, segregou diversas áreas do direito. Algumas disciplinas não hão que ser trabalhadas separadamente; é o caso da responsabilidade civil e do direito administrativo, que apresentam características próprias e peculiares, como a primeira tratar de relações privadas e a segunda, de relações públicas. Nos ordenamentos italiano, francês, belga e suíço, a administração se responsabiliza por atos de seus servidores, garantindo o direito de regresso no caso de dolo ou culpa, mas, como fazê-lo, é ainda pouco explorado na academia. O problema advém do fato de que, nos atos administrativos, vários são os agentes que contribuem para o evento lesivo, o que, desde os tempos de Clóvis Beliváqua e Caio Mário da Silva Pereira, já preocupava a academia lusitana de normas jurídicas nas diversas cartas tratadas sobre o assunto, notadamente nas mais de 14 teorias de causalidade desenvolvidas para segregar quem deveria arcar com o ônus ressarcitório. Assim, o objetivo do estudo é observar como e quais teorias os Tribunais de Contas mais influentes, italiano, francês, alemão espanhol, português e brasileiro, têm trabalhado a restituição dos valores nos casos de danos de seus servidores e como se têm segregado as tutelas inibitórias da tutela ressarcitória. A hipótese confiável é a de que, nos diversos ordenamentos, nem sempre os Tribunais de Contas têm aplicado, corretamente, os institutos da responsabilidade civil, muitas vezes, imputando em débitos agentes que pouco contribuem para o dano e elidindo-se da responsabilidade o contratado que se enriqueceu ilicitamente, outras, confundindo tutelas inibitórias de ressarcitórias sob o manto da inaplicabilidade dos *punitive damages*, em face da obrigação de que a responsabilidade civil não há que impor multa civil, mas restabelecer o *status quo* predecessor. O estudo é limitado aos anos de 2019 a 2021, por serem os entendimentos mais recentes e abrange os casos que envolvam julgamentos de agentes em contratos de concausalidade. A metodologia utilizada é a dialética exploratória indutiva, indicando as principais teorias do direito administrativo e da responsabilidade civil e quais se têm mostrado aplicáveis pelos variados ordenamentos. O estudo começa com os clássicos de Rawls, Hart e Raz e a contribuição desses autores para o conceito de direito e jurisprudência, além dos debates com Dworkin, Sanders e Amartya Sem, que se têm denominado de ferrão semântico e divisão positivista e jusnaturalista, e que, desde Austin e Kelsen, geraram discussões que implicaram as discussões sobre a necessidade ou não de moral no direito e a função social do contrato social. Logo, o erário não poderia ser jamais lesado, por representar a quebra do pacto rousseauniano; a questão é como promover a sua devida restituição. A par da divergência entre e positivistas e jusnaturalistas, a influência do debate do mínimo de moral necessária no contrato levou ao que se tem chamado de teoria de bem-estar social, uma obrigação moral de promoção de bem-estar coletivo, notadamente as instituições do *welfar estate* canadense, japonês, austríaco e escandinavo, e a importância das organizações na correta estipulação das leis como alicerce do contrato social, que não deveria ser rompido ou lesado. Em seguida, trata-se das teorias dos valores e das normas nos novos direitos administrativos e do contencioso administrativo, por demandar uma análise mais profunda das decisões da administração em face da estabilidade de suas decisões

intangíveis ao controle jurisdicional. Ademais, discutem-se os temas da responsabilidade civil e sua relação com o direito administrativo. Examina-se a jurisprudência de contas, compilada pelo *software* Vivo, dos principais ordenamentos, em que se observa quais teorias prevalecem na forma de imputar débitos e medidas dissuasórias à inibição da repetição do ilícito e se esses posicionamentos se alinham às teorias mais bem aceitas pelos principais juristas da teoria civilista contemporânea.

Palavras-Chave: John Rawls; teoria contratualista; responsabilidade civil.

SANÇÕES NO DIREITO PROCESSUAL CIVIL BRASILEIRO: EFICÁCIA DAS FERRAMENTAS PARA A EFETIVIDADE DO PROCESSO

Kenia Rodrigues de Oliveira – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
kenia.oliveira@sempreceub.com
Jefferson Carlos Carus Guedes – CEUB, professor orientador
jefferson.guedes@ceub.edu.br

A tese destina-se a observar o poder sancionatório do Estado conforme a disposição das sanções coercitivas e premiais nas normas do Direito Processual Civil Brasileiro, demonstrando seus efeitos. O objetivo geral é evidenciar de que forma as sanções processuais são utilizadas para estimular ou coagir o desempenho processual das partes, visando ao resultado coerente com a finalidade pretendida. Questiona-se se as sanções, principalmente as coercitivas e as premiais, previstas no Código de Processo Civil Brasileiro de 2015, são meios eficazes para influenciar o comportamento dos sujeitos processuais quanto ao cumprimento da norma ou da decisão judicial, com o fito de garantir a efetividade do processo. Quanto às hipóteses, observa-se que o Código de Processo Civil em vigor apresenta diversos mecanismos para conduzir o processo, de modo a atender o interesse dos sujeitos processuais, trazendo resultados eficazes ou não, principalmente para a parte que teve sua demanda admitida. A inter-relação das teorias de direito apresentadas, comparadas com a legislação pertinente, dos relatórios estatísticos do Conselho Nacional de Justiça e das decisões judiciais busca averiguar se, além das regras de natureza coercitiva, há a utilização da teoria funcionalista, principalmente quanto ao uso do direito promocional, nas demandas de direito processual civil brasileiro e se, havendo a aplicabilidade dessa ferramenta, esta espécie de sanção incentiva tanto o cumprimento das obrigações quanto o faz as negativas. Além disso, se as sanções são instituídas no sentido de intimidar, coagir ou estimular condutas, então podem pleitear a garantia da efetividade do processo. A metodologia empregada utiliza-se da abordagem qualitativa e quantitativa para investigação da aplicação da teoria das sanções, pela sua função coercitiva ou promocional do direito como ferramenta, para a efetividade das normas processuais civis no Direito Brasileiro, após o novo Código de Processo Civil. Para tanto, são empregadas, quanto às fontes para a abordagem e o tratamento de seu objeto, pesquisas bibliográficas e documentais e, quanto aos objetivos, a pesquisa explicativa. Atualmente, a tese está em fase de revisão bibliográfica, escrita do texto e coleta de dados.

Palavras-Chave: controle social; métodos de incentivo; violência; medidas para efetivação da norma; sanções coercitivas.

SISTEMA MULTIPORTAS: UM CAMINHO EM PROL DA EFETIVIDADE DO ACESSO À JUSTIÇA

Cristiano Miranda de Santana – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
cristianomirandasant@sempreceub.com
Luiz Edson Fachin – CEUB, professor orientador
luiz.fachin@uniceub.br

O distanciamento e a descrença do cidadão comum pela jurisdição dão-se não só quanto aos seus aspectos quantitativos, como a velocidade da prestação jurisdicional, mas também aos qualitativos, demonstrando a premente necessidade de revisão do sistema judicial de resolução de conflitos com a adoção de meios alternativos, de acordo com as características da demanda, a exemplo do denominado sistema multiportas de justiça, que é um instrumento capaz de contribuir para a ampliação do acesso à Justiça no Brasil. O objetivo da tese é investigar as consequências da adoção do sistema multiportas mediante o exame e a sistematização de dados coletados em instituições do Brasil e do exterior. De forma específica, a tese terá por objetivo pesquisar como se dá o acesso à justiça pelo referido sistema, analisar como são resolvidos os conflitos por meio desse modelo, verificar o tempo dispensado para a resolução dos conflitos, avaliar o grau de satisfação dos usuários do sistema e dos agentes que nele atuam e, por fim, sistematizar o material colhido, para apresentar proposições viáveis à sua implantação preponderante no Brasil, a fim de aprimorar o acesso à Justiça. Emprega-se o método histórico, que parte do princípio de que os fenômenos atuais têm sua origem determinada no passado, daí a importância de compreendê-los a partir de suas raízes, concomitantemente ao método observacional, originário das ciências empíricas, que se propõe a ver, escutar e observar, diretamente, as instituições que se utilizam do sistema multiportas com a aplicação de questionários, entrevistas, análise de textos legislativos e documentos. Por fim, vale-se de pesquisa bibliográfica prévia quer para o levantamento do estado da arte do tema, quer para a fundamentação teórica do trabalho, para, ao final, apresentar proposições à melhoria do acesso à justiça no Brasil.

Palavras-Chave: distanciamento e descrença do cidadão; acesso à justiça no Brasil; sistema multiportas.

SOLIDARIEDADE, DEMOCRACIA E POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

Naiara Cardoso Gomide da Costa Alamy – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
naiara.alamy@sempreceub.com
Frederico Augusto Barbosa da Silva – CEUB, professor orientador
frederico.silva@ceub.edu.br

O objetivo geral da pesquisa é demonstrar que a solidariedade, enquanto norma ética e jurídica, implementa e determina o grau de democracia no Estado Democrático de Direito por meio da atuação das instituições governamentais e civis, especificamente na implantação de políticas públicas educacionais, cuja delimitação é o objeto de análise. Para tanto, questiona-se se a concepção de solidariedade ordinariamente utilizada – pelo seu amplo grau de abstração, que permite a utilização de forma banal, insuficiente, deformada ou preconceituosa – justifica a manutenção da desigualdade na sociedade brasileira. Com base nas teorias sobre o tema, utiliza-se a pesquisa teórica, priorizando a análise de conteúdo. O estudo ocupa-se do Direito, mas insere-se em perspectiva interdisciplinar, pois empregam-se outros conceitos, como os da Filosofia do Direito, por exemplo, para complementar o panorama proposto. Como fontes de pesquisa, são consultadas obras jurídicas, filosóficas, artigos científicos, teses de doutorado, relatórios gerados por organismos nacionais e internacionais, documentos concretos e, se necessários, pareceres jurídicos com esteio na lei de acesso à informação. Trata-se de pesquisa de caráter documental e de levantamento. Busca-se como contribuição a apresentação de uma sistematização que permita discutir como as políticas públicas educacionais mantêm a desigualdade na sociedade brasileira, pela incompreensão e pela incompletude do significado da solidariedade.

Palavras-Chave: solidariedade; democracia; políticas públicas educacionais.

TEORIA DA FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO ADMINISTRATIVA: ANÁLISE A PARTIR DA NOVA ORDEM JURÍDICO-ADMINISTRATIVA

Alexandre dos Santos Lopes – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
aslopes.73@sempreceub.com
Sandro Lúcio Dezan – CEUB, professor orientador
sandro.dezan@ceub.edu.br

A pesquisa pretende analisar, sob a perspectiva teórico-dogmática, mediante abordagem crítica não convencional, o modelo de motivação da decisão administrativa. Tem-se como ponto de partida, o cotejo dos influxos de cariz constitucional decorrentes de fenômenos dogmáticos, advindos, sobretudo, do Código de Processo Civil de 2015 e da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, identificando-os com pontos-chave para a reconfiguração da estrutura normativa da fundamentação dos modelos de decisão administrativa, por força de um núcleo normativo de postulados e parâmetros analíticos, aptos a ser sistematizados, possibilitando a reconstrução ou o redimensionamento do perfil do modelo de motivação da decisão administrativa no ordenamento jurídico brasileiro, por meio da conformação de nova ordem jurídico-administrativa que designe a condensação metodológica e sistemática de uma visão constitucionalmente adequada à administração pública. A visão constitucional do tema impõe uma abordagem do círculo problemático de intricado relacionamento entre a atividade administrativa e a ordem jurídico-constitucional, representado pelo princípio da juridicidade – como alternativa ao tradicional princípio da legalidade –, enquanto descrição atual mais exata da relação entre a Administração Pública e o Direito. Por outro lado, como distinção, busca-se identificar elementos que se interrelacionem com a fundamentação da decisão administrativa enquadrados em módulo processual próprio, a partir de um estatuto híbrido, reconhecendo suas especificidades quando comparado às decisões que decorrem do módulo processual judicial. Exsurge, nessa modelagem, a percepção de que, diante das mutações normativas vivenciadas nos dias atuais, impactando, sobremaneira, a fundamentação no âmbito processual, notadamente na esfera da decisão administrativa, é possível vislumbrar o aflorar, em nosso ordenamento, observado seu caráter peculiar, de uma teoria da fundamentação da decisão administrativa. Chega-se, assim, à premissa que conforma a pesquisa, enquanto elemento nuclear: o agir administrativo manifestar-se-ia, então, de duas formas, tendo como referência a função exercida, como a típica-legalidade e a atípica-juridicidade. Assim, propõe-se uma abordagem crítica e não convencional do tema. São dois os elementos a justificar tal premissa. Primeiramente, é preciso avaliar a distinção entre a atividade típica, submetida em condição inicial à legalidade em sentido estrito, e a atípica da administração pública, a exemplo das decisões jurídico-administrativas. Em segundo plano, cresce em significado a importância da íntima conexão entre a Administração Pública e o instrumento processual na aplicação e na proteção dos direitos e das garantias asseguradas na Constituição. Com efeito, citam-se os objetivos da pesquisa: analisar a motivação das decisões enquanto dever decorrente da garantia inerente do Estado Democrático de Direito e o panorama atual no direito brasileiro; examinar a teoria da decisão judicial, identificando a correlação existente com a atividade decisória da administração pública, em particular atenção às proximidades entre a hermenêutica e a analítica; verificar a natureza, a estrutura e o conceito da motivação; traçar a interconexão entre as decisões judiciais e as decisões administrativas, com vistas a identificar as similaridades e as distinções substanciais; entender os possíveis reflexos no dever de motivação, mediante a mudança no perfil constitucional da

administração pública, com a tendência de superação dos paradigmas clássicos e a ênfase na juridicidade administrativa e na releitura do dogma da separação de poderes; pesquisar a previsão híbrida do artigo 20 da LINDB que insere, com ineditismo, a moldura do consequencialismo no direito brasileiro, com previsão de aplicação direta nas decisões administrativas, buscando associá-lo ao núcleo dogmático, de forma a contextualizá-lo ao processo decisório administrativo; identificar os impactos que o novo modelo de fundamentação no processo administrativo, baseado em um núcleo dogmático sistematizado, traria ao processo decisório da administração pública.

Palavras-Chave: decisão administrativa; processo administrativo; juridicidade.

TODOS SÃO IGUAIS PERANTE A LEI, MAS ALGUNS SÃO INVISÍVEIS: A AUSÊNCIA DE DADOS E A INEFICÁCIA DAS LEIS E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Ana Terra Teles de Meneses – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
anaterrateles@sempreceub.com
Frederico Augusto Barbosa da Silva – CEUB, professor orientador
frederico.silva@ceub.edu.br

A população em situação de rua, por vezes invisível às políticas públicas, estigmatizada por seus pares e pelo Estado, tem sua dignidade desrespeitada diariamente, mediante o esvaziamento dos direitos fundamentais, como moradia, saúde, alimentação, educação, segurança e assistência aos desamparados. Ademais, a situação de rua de milhares de brasileiros fere os valores constitucionais e desrespeita os objetivos fundamentais da República de erradicar a pobreza e diminuir a desigualdade social. Outrossim, pela análise de julgados, demonstra-se a invisibilidade da população em situação de rua, na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, e a adequação da teoria do estado de coisas inconstitucional, já adotada no Brasil pelo STF para a população carcerária. Embora a Política Nacional para a População em Situação de Rua tenha sido instituída em 2009, até hoje, não há, no Brasil, uma pesquisa regular que espelhe as características desse estrato social, demonstrando suas principais necessidades. A ausência de dados oficiais sobre essa população, justificada pela complexidade operacional de uma pesquisa de campo com pessoas sem endereço fixo, prejudica a implementação de políticas públicas voltadas para esse contingente e reproduz sua invisibilidade no âmbito das políticas sociais. Nesse diapasão, um levantamento consistente traçaria um panorama da população em situação de rua e possibilitaria um trabalho mais efetivo do Estado. Destaca-se a tríplice necessidade de dados, qual seja: os censitários, que colocam esse estrato social na agenda política; os coletados durante o processo de políticas públicas, que retratam a cobertura de serviços públicos voltados à população em situação de rua; os produzidos pelas universidades que propiciam maior aprofundamento no conhecimento desse estrato social tão heterogêneo. O presente estudo analisa de que forma a condição de situação de rua viola a dignidade humana e esvazia os direitos fundamentais; discorre sobre o fenômeno da invisibilidade desse estrato social, diante da ausência de dados oficiais; identifica em que medida este contexto dificulta a implementação de políticas públicas que concretizem as promessas de justiça social contidas na Constituição Federal de 1988; propõe ações que possam mudar este panorama.

Palavras-Chave: população em situação de rua; direitos fundamentais; dignidade humana; produção de dados; políticas públicas.

TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NO ESTADO DO PARÁ: UMA ANÁLISE JURISPRUDENCIAL DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO ACERCA DO ARTIGO 149 DO CÓDIGO PENAL

Rogério Alves Dias – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
rogerio.alves.dias@sempreceub.com
Alice Rocha da Silva – CEUB, professora orientadora
alice.silva@ceub.edu.br

O tema desta proposta é o trabalho em situação análoga à de escravo, mais especificamente, as decisões jurisprudenciais sobre casos verificados no Pará, segundo maior estado em número de trabalhadores resgatados em 46 operações fiscais em 2018. O estudo concentra-se em decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), do Superior Tribunal de Justiça (STJ), do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Tribunal Regional Federal da 1º Região no período de 2003 a 2018, considerando o lançamento do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo e a edição da Lei n.º 10.803/2003, que dá nova redação ao artigo 149 do Código Penal, e apresenta a atual configuração da condição análoga à de escravo. Segundo as decisões decorrentes de operações fiscais e as distintas instâncias jurídicas em que ocorrem, esta pesquisa parte dos questionamentos sobre: quais são os principais pontos que aproximam ou distanciam as decisões do STF, do STJ, do TST e do TRF da 1º Região quanto ao reconhecimento ao trabalho análogo ao de escravo, à consequente punição dos infratores e aos reflexos disso na redução desse crime; quais são os bens jurídicos tutelados que justificam a tipificação do artigo 149 do Código Penal segundo a legislação nacional, a internacional e a dos tribunais brasileiros; qual é o papel do Ministério Público Federal do Pará no combate à erradicação do trabalho escravo contemporâneo, em especial no ajuizamento de ações penais; por que, na Justiça do Trabalho, identifica-se a situação, e punem-se os empregadores que reduzem os trabalhadores à condição análoga à de escravo, enquanto, na Justiça comum, há dificuldades na caracterização do crime e na condenação dos infratores; por último, se as decisões judiciais são eficientes no combate à erradicação do trabalho escravo contemporâneo.

Palavras-Chave: políticas públicas; trabalho escravo contemporâneo; artigo 149 do Código Penal.

ANAIS DO

EnCUCA21

PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA PIC/PIBIC 2020/2021

CNPq fapdf CEUB

"CONTRA A OBESIDADE INFANTIL: 1, 2, 3 E JÁ!": ANÁLISE DE CAMPANHAS BRASILEIRAS DE PREVENÇÃO E CONTROLE DA OBESIDADE INFANTIL

Fabíola Simões Pires – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluna bolsista
fabiola.pires@sempreceub.com
Gabriel Henrique Costa do Amaral – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluno voluntário
gabriel.hamaral@sempreceub.com
Maína Ribeiro Pereira Castro – CEUB, professora orientadora
maina.pereira@ceub.edu.br
Maria Cláudia da Silva – CEUB, professora coorientadora
maria.silva@ceub.edu.br

A transição nutricional e a evolução da tecnologia alteraram, significativamente, o consumo alimentar e o estilo de vida da população, favorecendo um ambiente obesogênico. A obesidade infantil tem relação com o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis no decorrer da vida, por isso trata-se de grave problema que impacta o presente e o futuro da saúde pública. Sendo assim, para tentar combater esse aumento, alguns países, como o Brasil, implementam ações e medidas para promoção e incentivo de hábitos saudáveis mediante campanhas publicitárias, visando à prevenção desse estado nutricional. O objetivo deste trabalho é analisar o conteúdo das campanhas publicitárias direcionadas à obesidade infantil e seus impactos perante a sociedade e o público-alvo. Para tanto, foram usadas ferramentas, como planilhas comparativas, nuvem de palavras para compilar a quantidade de palavras repetidas e sinalização das principais abordagens. Também, foi feita marcação de todo o texto das campanhas no formato de *tags* de fatores contribuintes para a obesidade. Nas duas nuvens, a obesidade infantil foi o foco principal. No Ministério da Saúde, o que mais foi abordado foram hábitos saudáveis, alimentação, círculo social e prática de atividade física. Na Campanha da Amil, o destaque foi para o tempo perdido em frente às telas, o que tem relação com aumento do sedentarismo e menor gasto calórico. Na comparação das tabelas das *tags*, os pontos convergentes foram alimentação, prática de atividade física, círculo social, família e uso de telas. Por fim, as campanhas têm um impacto importante para a educação da sociedade a respeito dos fatores que ajudam a prevenção da obesidade. Além disso, devem influenciar, sobremaneira, a educação nutricional da população.

Palavras-Chave: obesidade infantil; campanhas; *marketing* social; uso de telas; alimentação saudável.

A ASSOCIAÇÃO ENTRE A OBESIDADE E OS POLIMORFISMOS DA INTERLEUCINA-6 E DO RECEPTOR DE LEPTINA

Giovanna Sousa de Castro Ribeiro – CEUB, PIC/PIBIC CNPq, aluna bolsista
giovanna.sousa@sempreceub.com
Isabella de Freitas Cavalcante – CEUB, PIC/PIBIC CNPq, aluna voluntária
isabella.fc@sempreceub.com
Paulo Roberto Martins Queiroz – CEUB, professor orientador
paulo.silva@ceub.edu.br

A obesidade é caracterizada pelo acúmulo intenso de gordura corporal a partir de um desbalanceamento energético, havendo um armazenamento excessivo de energia na forma de triglicerídeos, no tecido adiposo. Esta doença tem sido indicada como um quadro inflamatório, pois, em indivíduos obesos, são produzidos altos níveis de marcadores quando comparados a indivíduos eutróficos, com baixo índice de massa corporal. Além disso, apresenta uma etiologia multifatorial, relacionando fatores metabólicos, ambientais e genéticos, englobando hereditariedade e polimorfismos, em que ocorrem alterações na sequência de nucleotídeos, proporcionando uma variabilidade que, quando presente nos genes da interleucina-6 e do receptor da leptina, pode-se associar à obesidade. Diante disso, o estudo tem como objetivo relacionar os polimorfismos dos genes da interleucina-6 e do receptor de leptina com a obesidade a partir de uma pesquisa de campo construída com artigos publicados nos últimos 20 anos, juntamente com análise dos dados genéticos e do questionário aplicado. Foram consultados livros de genética, bases como SciELO e PubMed, além de teses e dissertações do banco de dados da Universidade de São Paulo e da Universidade de Brasília. A leptina, hormônio secretado pelo tecido adiposo, faz a sinalização hipotalâmica do estoque de gordura, regulando o apetite. Quando está em altos níveis no sangue, tem-se o impedimento da composição de neuropeptídeos associados ao aumento do apetite. Alguns polimorfismos no gene do receptor de leptina diminuem a especificidade do receptor e a ligação do hormônio a ele. Logo, a sinalização da leptina de inibir a composição de alguns neuropeptídeos diminui, voltando a ter o aumento de apetite, levando ao maior consumo de alimentos e, vinculada ao estilo de vida, pode ocasionar o sobrepeso. Outros polimorfismos associados à obesidade são os do gene da interleucina-6, como o polimorfismo de nucleotídeo único -174C/G, que eleva a produção deste mediador inflamatório e, subsequentemente, a concentração sérica, ampliando a resposta inflamatória aguda e reforçando que o sobrepeso deve ser classificado como uma inflamação. Com a obesidade, normalmente, há a diabetes mellitus do tipo 2, as doenças cardiovasculares e a síndrome metabólica, que, em comum, apresentam maior concentração sérica de interleucina-6. Logo, verifica-se que a obesidade está intimamente ligada aos polimorfismos do gene da interleucina-6 e do receptor de leptina, bem como aos respectivos fatores de risco, sendo fundamental a análise dessa associação. Tal informação foi averiguada, de forma que houve uma diferença significativa da presença do polimorfismo em pacientes obesos em relação aos voluntários não obesos. Também foi analisada a conexão entre o meio ambiente e a expressão ou não da obesidade, reforçando que mecanismos epigenéticos devem ser elucidados para a intervenção e o tratamento desse quadro inflamatório.

Palavras-Chave: epigenética; quadro inflamatório; SNP; sobrepeso.

A EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL COMO ESTRATÉGIA PARA MELHORA DA QUALIDADE DE VIDA DE INDIVÍDUOS COM SÍNDROME DE DOWN

Yuri Castro Saito – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluno bolsista
yuri.saito@sempreceub.com
Alíria Corcino Duarte Sousa – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluna voluntária
aliria.duarte@sempreceub.com
Ana Cristina de Castro Pereira Santos – CEUB, professora orientadora
ana.cristinasantos@ceub.edu.br
Michele Ferro de Amorim – CEUB, professora coorientadora
michele.amorim@ceub.edu.br

A síndrome de Down (SD) é uma alteração genética associada à grande variedade de disfunções anatomofisiológicas, sendo necessário o cuidado desde a infância, focalizado a manutenção de um estilo de vida saudável, desenvolvendo autonomia de atividades diárias introduzidas à rotina familiar. O estudo foi conduzido mediante a aplicação do arco de Maguerez, que se trata de um método para observar a realidade, identificando pontos específicos, teorizando, formulando hipóteses e aplicando soluções à realidade dos indivíduos. Dos 10 indivíduos com SD avaliados neste estudo, 50% eram do sexo feminino, e 50%, do sexo masculino, com 4 crianças de 4 a 11 anos, 3 adolescentes de 12 a 17 anos e 3 adultos de 19 a 53 anos. As principais doenças associadas à SD na amostra foram o hipotireoidismo, 30% (n=3), a pré-diabetes, 20% (n=2), a diabetes, 10% (n=1), a hipertensão, 10% (n=1) a esteatose hepática moderada, 10% (n=1), além de alteração dos exames laboratoriais relacionada à elevação do ácido úrico em 30% (n=3) da amostra. Não houve crianças com sobrepeso ou obesidade, porém 75% (n=3) apresentaram baixo peso; os adolescentes, 33,33% (n=1), também apresentaram baixo peso, porém 66,66% (n=2) estavam com sobrepeso; os adultos obtiveram os maiores índices: 66,66% (n=2) com sobrepeso e 33,33% (n=1) com obesidade. Percebe-se, então, a importância de estimular práticas autônomas e voluntárias de hábitos alimentares saudáveis mediante ações desde a gestação até o envelhecimento, priorizando o consumo de nutrientes que realizem a manutenção das atividades cognitivas e imunes, prevenindo surgimento de doenças associadas à síndrome e fazendo tratamento dietoterápico caso já existam. As atividades realizadas foram pensadas com o intuito de fazer que os pais e ou responsáveis compreendessem mais sobre hábitos alimentares saudáveis para que pudessem colocar em prática na vida de seus filhos e estimulá-los de forma mais dinâmica e descontraída.

Palavras-Chave: síndrome de Down; arco de Maguerez; educação alimentar e nutricional; consumo alimentar; estilo de vida.

A IMPLEMENTAÇÃO DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL SOB A ÓTICA DA LEI 11.343/06 NO DISTRITO FEDERAL

Marcus Vinícius Régis de Paiva Habib Fraxe – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluno bolsista
marcus.fraxe@sempreceub.com
José Theodoro Corrêa de Carvalho – CEUB, professor orientador
jose.carvalho@ceub.edu.br

Este trabalho relata e analisa as principais características e peculiaridades do acordo de não persecução penal, regulado pela Lei 13.964/2019, a partir de recorte traçado nos crimes da Lei de drogas (11.343/2006) que tramitam na justiça do Distrito Federal. Isso se concretiza com base em pressupostos bibliográficos, amparados pela coleta e pela avaliação de dados qualitativos e quantitativos que representam as primeiras impressões acerca da realização de acordos promovidos na região. Além disso, esclarecem-se os requisitos passíveis de análise por parte do Ministério Público quando do oferecimento ou de eventual recusa na oferta do citado. Assim, objetiva-se expor o papel do Ministério Público enquanto protagonista na concretização de efetiva política criminal, no que tange aos delitos em questão. Partindo-se desses fundamentos, relaciona-se a subjetividade presente na avaliação de sua possível oferta, expondo os principais fatores de análise e eventuais padronizações institucionais ocorridas. Complementarmente, sobre os aspectos qualitativos, apresentam-se as opiniões particulares dos membros das promotorias pesquisadas acerca de suas primeiras impressões sobre as dificuldades estruturais da implementação do referido. Paralelamente, quanto ao aspecto quantitativo, demonstra-se, numericamente, o real impacto promovido pela implementação do instituto na redução de denúncias propostas, visando avaliar a efetividade da opção política criminal de sua utilização. Desta feita, constitui-se base de dados pioneira na avaliação periódica acerca do assunto. Assim, é uma tentativa de aprofundamento acerca da concretização dos mecanismos de justiça negociada no modelo criminal brasileiro, influxo presente e atual.

Palavras-Chave: justiça criminal negocial; política criminal; justiça criminal consensual; acordo de não persecução penal; tráfico de drogas.

A IMPORTÂNCIA DA ARQUITETURA PRÉ-FABRICADA E A HUMANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS HOSPITALARES

Izabella Mendonça Cavalcante – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluna bolsista
izabella.cavalcante@sempreceub.com
Bárbara Sales Ferreira Diniz – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluna voluntária
babisaless@sempreceub.com
Ailton Cabral Moraes – CEUB, professor orientador
ailton.moraes@ceub.edu.br
Igor Soares Campos, professor coorientador
isc.academico@gmail.com

O desenvolvimento de projetos hospitalares consiste em uma tarefa complexa em razão das normas vigentes. Atualmente, com o colapso mundial do sistema de saúde, em decorrência da pandemia do COVID-19, houve a necessidade de reestruturar a área de saúde, como hospitais e clínicas, investindo na transformação de seu sistema, englobando a melhoria da qualidade do espaço físico e a qualidade dos serviços prestados, proporcionando o atendimento mais humanizado. Embora a humanização hospitalar tenha sido estudada em vários aspectos, não existia um sistema universal de humanização. Preenchendo esta lacuna, a pesquisa tem como objetivo a criação de um sistema de pontuação referente à humanização dos espaços hospitalares. Para tanto, foram analisadas duas unidades hospitalares da rede Sarah, a da Asa Sul e a do Lago Norte, ambas localizadas em Brasília, escolhidas por terem um sistema de construção pré-fabricado, além do atendimento humanizado exemplar. O propósito deste estudo é analisar não só os aspectos positivos de atração, acolhimento e influência da humanização na melhora dos pacientes, mas também a importância e a agilidade da construção com pré-fabricados, em voga nos projetos construtivos, principalmente nas áreas hospitalares, pela sua rápida produção. Deste modo, o escopo desta pesquisa é padronizar um sistema único de humanização dos espaços hospitalares, desenvolvendo, assim, uma organização com base em critérios. De modo a ratificar tal metodologia, caberia, em estudos futuros, ampliar a avaliação para outros espaços hospitalares, além de detalhar, de forma mais criteriosa, os critérios para a pontuação.

Palavras-Chave: pré-fabricado; humanizado; Rede Hospitalar Sarah; Hospital Sarah Asa Sul; Hospital Sarah Lago Norte.

A PERTINÊNCIA DO DESENHO À MÃO NO PROCESSO INICIAL POR MEIO DE CROQUIS E DIAGRAMAS NA OBRA DO ESCRITÓRIO RCR ARQUITECTES

Giovanna Dara Silva Morais – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluna bolsista
giovanna.morais@sempreceub.com
Paulo Victor Borges Ribeiro – CEUB, professor orientador
paulo.vribeiro@ceub.edu.br

Os desenhos à mão, no meio arquitetônico, constantemente remodelado por processos cada vez mais tecnológicos, continuam fazendo-se presentes em diversos escritórios, em especial, na etapa inicial do projeto. A pesquisa visa atestar a pertinência do desenho à mão no processo conceptivo do escritório catalão RCR Arquitectes, por meio da análise de croquis e diagramas. Fundado em 1987 e laureado pelo Prêmio Pritzker em 2017, o coletivo é formado pelos arquitetos Ramon Vilalta, Rafael Aranda e Carmen Pigem. A investigação e a qualificação da pertinência do meio analógico nos processos de projeto e, por conseqüência, no ensino, visaram interpretar a concepção do escritório catalão, de modo a compreender seu processo projetual e traçar correlações entre os desenhos e sua importância nas diretrizes do partido arquitetônico, nas obras selecionadas. O embasamento teórico está amparado pela leitura fundamental acerca dos diagramas, na história de Josep M. Montaner, aliados à de outros autores, como Matheus Gorovitz, Luis Fernández-Galiano e William J. R. Curtis. O diversificado portfólio tipológico dos arquitetos, presente em diversas publicações internacionais, como *El Croquis*, *AV Monographs* e *A+U*, ofereceu vasta possibilidade de análise. Optou-se pela seleção de três obras de caráter público institucional com maior quantidade de material disponível. Os projetos selecionados foram: Pista de Atletismo e Equipamento do Estádio de Tossols Basil (1999/2001- 2009/2011); Espaço Público Teatro La Lira (2004/2011); Crematório Hofheide (2006/2014). A metodologia de investigação e interpretação das obras compreendeu leitura de memórias descritivas, publicações e textos diversos, estudo dos croquis e desenhos técnicos, posteriormente, redesenho dos croquis e diagramas executados à mão, com o intuito de tornar possível o entendimento acerca da técnica e as intenções projetuais. A estruturação das premissas utilizadas nos objetos de análise fora confabulada mediante a correlação dos ideogramas com seu respectivo desenho técnico e as semelhanças encontradas nas três obras arquitetônicas. Por fim, os resultados evidenciam uma leitura sensível acerca da paisagem natural ou urbana, de fundamental importância para a criação de espaços de atmosferas imersivas.

Palavras-Chave: RCR Arquitectes; ideogramas; croquis; diagramas; desenho à mão.

A POLÍTICA AMBIENTAL EDIFICADA NA ATUAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA): CONTORNOS DA COMPETÊNCIA COMUM DE LEGISLAR SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESAFIOS DA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Gabriel Rincon Silvestrin – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluno bolsista
gabriel.rincon@sempreceub.com
Lívia Baião Pires – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluna voluntária
livia.baiao@sempreceub.com
Rodrigo Augusto Lima de Medeiros – CEUB, professor orientador
rodrigo.medeiros@ceub.edu.br

Esta pesquisa objetiva analisar a atuação do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) na formulação da política ambiental brasileira. Vários estudos, no campo das ciências sociais e jurídicas, deparam com os desafios da análise dessa política, contudo poucos se propõem a examinar os meandros de sua formulação. O propósito dá-se com a análise das resoluções do CONAMA, o levantamento bibliográfico, a construção de tabelas, gráficos comparativos e as entrevistas realizadas por meio de formulário. Assim, foi possível obter uma linha de atuação de cada governo em relação a cada macrotema abordado nas resoluções do órgão, ao longo dos anos, além de quantificar as resoluções propriamente ditas por período de governo. A pesquisa demonstra que a descentralização do licenciamento é algo necessário diante da dimensão continental do país. Não obstante, os parâmetros, as tipologias estabelecidas pelos órgãos ambientais e a concessão da licença têm sido objeto de questionamento pela via judicial. Em diversos casos, a atuação do *parquet* e do Poder Judiciário tem contribuído para a preservação do meio ambiente, pois, diante da inércia de entes estaduais, permite a ação efetiva na proteção do meio ambiente. Restou incontroverso haver influência ideológica no conselho do CONAMA, com a redução do número de conselheiros decorrente do Decreto 9.806/2019. Ademais, comprovou-se haver dificuldade de compreensão sobre os atos do órgão, em razão do excesso na utilização de linguagem técnico-científica e jurídica, o que dificulta a participação de alguns conselheiros. Isso se revela insustentável, ao legitimar que cada conselheiro mantenha uma assessoria técnica, a fim de prestar esclarecimentos, ou que haja capacitação dos conselheiros. Observou-se carência no monitoramento das resoluções do CONAMA, o qual se faz necessário para os demais atos do Conselho, entre eles, moções, decisões, recomendações e proposições. Em suma, o estudo alcança seus objetivos analíticos, realizando profunda pesquisa bibliográfica, documental e empírica da situação da política ambiental brasileira e conclui que as competências do CONAMA podem ser divididas em dois grandes blocos. O primeiro trata da competência como órgão normatizador, que estabelece critérios e padrões para a adequada gestão ambiental; o segundo assume o papel político-estratégico, de articulação de políticas ambientais e de promoção dos objetivos da PNMA.

Palavras-Chave: política pública; direito ambiental; conselheiro; resolução; PNMA.

ADOECIMENTO MENTAL EM PROFESSORES DE ESCOLAS PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL

Sofia Santos de Lima – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluna bolsista
sofia.slima@sempreceub.com
Carolinne Teodoro Cruz – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluna voluntária
carolinne.tcruz@sempreceub.com
Gustavo Carvalho de Oliveira – CEUB, professor orientador
gustavo.oliveira@ceub.edu.br

Foi realizado um estudo transversal do sofrimento mental com 262 professores do ensino público da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Aplicaram-se os questionários Self-Report Questionnaire para a avaliação de distúrbios psíquicos menores, o inventário de ansiedade Beck, o inventário de depressão de Beck e um questionário autoelaborado para informações sociodemográficas e de morbidade autorreferida. Os testes Qui-quadrado, Exato de Fisher e Kruskal-Wallis foram utilizados na análise dos dados obtidos. Foram encontrados distúrbios psíquicos menores e depressão em 66% dos professores, além de ansiedade em 55,7%. Houve associação da presença de doenças osteomusculares com a de distúrbios psíquicos menores e depressão, ($p<0,05$), e entre queixas otorrinolaringológicas e a presença de níveis anormais de ansiedade e depressão, ($p<0,05$). Observou-se maior prevalência de sintomas depressivos nas mulheres (71,56%), em relação aos homens (38,64%). Além disso, houve associação significativa entre “levar trabalho para casa” e a presença de depressão, ansiedade e distúrbios psíquicos menores. O sofrimento psíquico esteve presente em mais da metade da amostra estudada, relacionando-se às condições de trabalho, sexo e sobrecarga de trabalho. A pesquisa apontou que os professores da rede de educação do Distrito Federal demonstraram níveis elevados de adoecimento mental, superiores aos encontrados em outros grupos de professores, a outras categorias profissionais e a outros grupos populacionais. Percebe-se a necessidade de ampliar a investigação, para que seja possível a compreensão profunda da gênese do sofrimento mental dos professores nas esferas individuais, coletivas e estruturais.

Palavras-Chave: depressão; ansiedade; saúde do trabalhador; professores; condições de trabalho.

ANÁLISE COMPARATIVA DAS MODALIDADES DE TRATAMENTO COM O MINOXIDIL TÓPICO E O PRP PARA ALOPÉCIA ANDROGENÉTICA

Eduardo Felipe Nácul – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluno bolsista
eduardo.nacul@sempreceub.com
Márcio Rabelo Mota – CEUB, professor orientador
marcio.mota@ceub.edu.br

A alopécia androgenética (AAG), popularmente conhecida como calvície, acomete ambos os sexos e está entre as dez queixas mais frequentes no consultório dermatológico. A prevalência dessa condição é progressiva com a idade, de modo que mais de 50% dos homens apresentam calvície acima dos 50 anos. A AAG é uma condição que, embora não tenha grandes repercussões biológicas, apresenta repercussões sociais (no trabalho, na interação interpessoal, na vida afetiva) e psicológicas (distúrbios de autoimagem, depressão, ansiedade). Nesse contexto, não pode ser negligenciada, visto sua prevalência e repercussões. Desse modo, diversas terapêuticas foram desenvolvidas para o controle da calvície, as medicamentosas e as não medicamentosas. Entre os principais tratamentos, está o uso da finasterida e do minoxidil tópico a 5%. Entretanto, apresentam alto custo, efeitos colaterais e baixa adesão. Nesse ínterim, diversos pesquisadores vêm testando o plasma enriquecido em plaquetas – PRP para controle da calvície. Diante desse contexto, o objetivo do trabalho é comparar o tratamento da AAG com minoxidil tópico a 5% com o PRP. Foi elaborado um estudo do tipo experimental, de ensaio clínico não randomizado, em que 13 pacientes foram submetidos a um dos tratamentos; 4 deles receberam o minoxidil tópico a 5%, para ser aplicado duas vezes ao dia, por 21 dias; os outros 9 foram submetidos a 3 seções de PRP a cada 21 dias. Foi analisada comparativamente a eficácia de ambas as modalidades de tratamento por meio da tabela Hamilton e Norwood, de dermatoscopia, fotografia e inspeção. Ademais, os aspectos psicossociais foram examinados por meio de questionários padronizados de autoavaliação. O minoxidil tópico demonstrou maior eficácia, com 21 dias de aplicação, do que o PRP, após 21 dias da primeira aplicação. Outrossim, o grau de satisfação com os resultados obtidos foi maior no minoxidil que no PRP, entretanto a adesão foi maior no grupo do PRP. Todos os pacientes apresentaram alterações negativas nos aspectos psicossociais, seja com problemas de interação social, seja com problemas na vida amorosa, seja no trabalho, seja no ambiente de estudo. Em suma, o presente trabalho é importante para aumentar a visibilidade sobre a calvície e ajudar a guiar ou inspirar futuros estudos.

Palavras-Chave: alopécia androgenética; minoxidil tópico; plasma enriquecido em plaquetas.

ANÁLISE DA CONDUTA DO TRATAMENTO E DA PREVENÇÃO ANTIRRÁBICA NO HOSPITAL REGIONAL DA ASA NORTE (HRAN)

Alice Romano Pontes de Faria Campos – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluna bolsista
alice.campos@sempreceub.com
Elisa Caixeta Fallieri Nascimento – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluna voluntária
elisa.caixeta@sempreceub.com
Alberto Villar Trindade – CEUB, professor orientador
alberto.trindade@ceub.edu.br

A raiva humana é uma doença infecciosa aguda, de rápida evolução e pode culminar em óbito se não houver procura de assistência médico-hospitalar pelo paciente. Por ser extremamente letal e não apresentar nenhum tratamento comprovadamente eficaz, a profilaxia é a forma mais segura e efetiva de controle. A vigilância epidemiológica atua em todas as fases do processo, como a identificação de um caso suspeito, o acompanhamento do animal possivelmente infectado e a verificação da terapêutica indicada para cada caso. Assim, é feita a notificação dos casos pelos profissionais de saúde, permitindo a identificação precoce de áreas com maior circulação do vírus e, consequentemente, uma intervenção direta e eficaz, controlando possíveis surtos da doença. O presente trabalho analisou as fichas de notificação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) dos atendimentos antirrábicos realizados no Hospital Regional da Asa Norte (HRAN), no ano de 2019. Realizou-se então, um estudo observacional descritivo com dados secundários das notificações disponíveis no SINAN, a partir da análise das fichas relativas às notificações dos atendimentos antirrábicos realizados no HRAN do Distrito Federal (DF). O banco de dados foi disponibilizado pela Secretaria de Vigilância em Saúde do DF, e realizou-se a análise das informações com os programas Tabwin versão 3.2 e Microsoft Excel 365. Ademais, a revisão bibliográfica que permitiu a seleção dos artigos para fundamentar o estudo foi feita a partir das bases de dados Scielo, Medline, BVS e Google Acadêmico, no período de 11 de abril de 2019 a 5 de julho de 2021. Durante a análise dos dados, verificou-se que os itens de preenchimento obrigatório apresentavam ótimo grau, porém a completitude geral das fichas de notificação foi de 62%, classificada como ruim. Entretanto, em relação ao objetivo final do trabalho, o preenchimento dos dados de atendimento antirrábico pode ser classificado como satisfatório.

Palavras-Chave: raiva humana; vacina; antirrábica.

ANÁLISE DA EFETIVIDADE DE AÇÕES DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA DO DISTRITO FEDERAL NA DETECÇÃO PRECOCE E NA REDUÇÃO DO NÚMERO DE CASOS COM GIF2 DE HANSENÍASE

Maria Carolina de Araújo Seixas – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluna bolsista
maria.seixas@sempreceub.com
Rafaella Albuquerque e Silva – CEUB, professora orientadora
rafaella.silva@ceub.edu.br

A hanseníase é uma infecção causada pelo *Mycobacterium leprae*, de curso crônico, que pode determinar o surgimento de deformidades e incapacidades físicas importantes. Atualmente, o Brasil é o segundo país no mundo com maior número de casos. Trata-se, portanto, de doença de notificação compulsória e de grave problema de saúde pública. Entre as principais formas de prevenção da doença e dos impactos associados a ela, destacam-se o diagnóstico e o tratamento precoces que, por sua vez, relacionam-se essencialmente com a busca ativa e oportuna de casos. O estudo tem como objetivo avaliar a efetividade de ações da Estratégia de Saúde da Família (ESF) na detecção precoce e na redução do número de casos com grau 2 de incapacidade física (GIF2) de hanseníase, no Distrito Federal (DF). Foi realizado, portanto, um estudo descritivo e ecológico, a partir de dados secundários disponíveis, sobretudo, no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) do Ministério da Saúde. Os indicadores avaliados compreendem informações sociodemográficas (sexo, idade, escolaridade eraça/cor) e epidemiológicas (forma clínica, classificação operacional, modo de detecção, baciloscopia e grau de incapacidade física no dagnóstico) dos casos novos de hanseníase notificados nos anos de 2014 a 2019, no DF. Ademais, foi analisado o número de equipes e a cobertura da ESF no DF. Observou-se, então, que, no período estudado, foram notificados 1.145 casos novos de hanseíase, entre os quais houve a prevalência do sexo masculino, da faixa etária de 30 a 39 anos e da cor parda. Em relação à escolaridade, foi verificado baixo nível de instrução na maioria dos casos. Quanto aos dados epidemiológicos, nota-se o predomínio de casos com o tipo dimorfo, multibacilares e com baciloscopia negativa. Entre o total de casos novos notificados, foi observado grau de incapacidade física no diagnóstico em 36,16%, e o principal modo de detecção foi o encaminhamento. Destaca-se que, entre 2018 e 2019, houve aumento na detecção de casos novos de hanseníase por 100.000 habitantes e na proporção de casos com GIF2 no diagnóstico. No que se refere à cobertura e ao número de equipes da ESF, constatou-se a redução desse serviço de 2018 para 2019. Salienta-se que a ESF foi regulamentada em 2017, no DF, tornando possível a consolidação e a avaliação de dados de cobertura apenas a partir de 2018. Desse modo, pelo pouco tempo de ocorrência da ESF, não foi possível estabelecer uma relação significativa entre a efetividade da ESF e a proporção de casos de hanseníase com GIF2 no diagnóstico. Assim, a análise de dados epidemiológicos sugere queda na qualidade dos serviços prestados às pessoas acometidas e detecção tardia de casos da doença no DF.

Palavras-Chave: hanseníase; epidemiologia; *Mycobacterium leprae*; estratégia de saúde da família**.**

ANÁLISE DA QUALIDADE DO SONO EM ACADÊMICOS UNIVERSITÁRIOS

Karine de Oliveira da Silva – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluna bolsista
karineoliveira@sempreceub.com
Bruna Rossi Bis Fontana – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluna voluntária
bruna.rf@sempreceub.com
Vanessa Carvalho Moreira – CEUB, professora orientadora
vanessa.moreira@ceub.edu.br

O ingresso no ensino superior é um acontecimento que tende a gerar apreensão e estresse. O sono de boa qualidade apresenta uma relação importante no processo de aprendizagem, e sua privação pode contribuir para o mau desempenho acadêmico e a perda da qualidade de vida. Esta pesquisa tem como objetivo avaliar a qualidade do sono e o possível impacto no desempenho acadêmico de universitários. Trata-se de um estudo transversal descritivo e prospectivo com acadêmicos dos cursos de ciências, educação e saúde do Centro Universitário de Brasília (CEUB), por meio de questionário virtual autoaplicável, com questões sociodemográficas sobre características comportamentais e qualidade do sono aferida por meio do Índice de Qualidade do Sono de Pittsburg (IQSP). Participaram da pesquisa 335 universitários de diversos cursos de ciências, educação e saúde com média de idade de 25 ± 8 anos. Os estudantes apresentaram, em geral, uma qualidade de sono ruim (55,82%), e a maioria acredita que a qualidade do seu sono interfere no desempenho acadêmico (91,64%). Ao comparamos a qualidade do sono com comportamentos pessoais, o padrão de qualidade de sono ruim foi mantido para os que exercem atividade fora da faculdade (57,21%), para os que utilizam medicação para dormir (78,27%) e para os que manifestaram não apresentar dificuldade para manter-se acordado (64,32%). A demanda exigida pela universidade influencia, diretamente, a qualidade do sono dos universitários e seu rendimento acadêmico. Nota-se a necessidade de planejamento do tempo e de atividades rotineiras por parte dos alunos, a fim de evitar que a realização de suas responsabilidades se estenda no período noturno, gerando prejuízos ao ciclo de sono e vigília.

Palavras-Chave: universitários; índice de qualidade do sono; desempenho acadêmico.

ANÁLISE DA VARIABILIDADE DA FREQUÊNCIA: INFLUÊNCIA DO SONO NO RITMO CARDÍACO

Beatriz Moraes Gonçalves – CEUB, PIBIC-CNPq, aluna bolsista
beatriz.mg@sempreceub.com
Thiago Arrais de Oliveira – CEUB, PIBIC-CNPq, aluno voluntário
thiago.arrais@sempreceub.com
Márcio Rabelo Mota – CEUB, professor orientador
marcio.mota@ceub.edu.br
Nathalia Araujo de Melo – colaboradora
nathalia14am@sempreceub.com

O sono é um processo dinâmico durante o qual ocorrem diversos mecanismos fisiológicos. Entre eles, o processo reparador é relevante para restabelecer a homeostase corporal afetada pelo estresse oxidativo celular. No sistema cardiovascular, observa-se, por exemplo, uma alteração autonômica com prevalência da ação simpático-vagal. Diante disso, o presente estudo objetiva comparar os parâmetros: frequência cardíaca, pressão arterial sistólica, pressão arterial diastólica, saturação de oxigênio, frequência cardíaca máxima na semana, frequência cardíaca mínima na semana e frequência cardíaca média nas semanas, após tempos de sono diferentes. Durante a primeira semana, os participantes tiveram 8 horas de sono diárias e, na segunda, 6 horas diárias de sono, para verificar a relação entre a privação de sono e as alterações do ciclo cardíaco. Foi realizado um estudo com abordagem quantitativa, havendo apenas o mesmo grupo como caso e controle, exposto a duas situações diferentes. A amostra foi composta por 16 voluntários normotensos entre 18 e 30 anos, do sexo masculino e estudantes de medicina do CEUB. Foram utilizados os equipamentos Microlife BP 3AC1, relógio polar M430 e oxímetro de dedo portátil AT101C Bioland, havendo a coleta de dados ao final de cada semana, realizada no LABOCIEN (CEUB). A partir dos dados coletados e processados, foi possível compreender que a redução do tempo de sono dos participantes não foi significativa para a alteração de nenhuma das variáveis do ciclo cardíaco. Diante disso, compreende-se que os mecanismos fisiológicos do coração foram capazes de adaptar-se à redução do tempo de sono proposta no estudo.

Palavras-Chave: ciclo cardíaco; privação de sono; pressão arterial; frequência cardíaca.

ANÁLISE DE FATORES EPIDEMIOLÓGICOS, LABORATORIAIS E SUBJETIVOS PREVALENTES NA LESÃO MUSCULAR CAUSADA POR TREINAMENTO DE CROSSFIT

Lívia Gabriela Campos Alves – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluna bolsista
livia.alves@sempreceub.com
Marcela Seixas Maia da Silva – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluna voluntária
marcela.seixas@sempreceub.com
Alessandro Oliveira da Silva – CEUB, professor orientador
alessandro.silva@ceub.edu.br

O *crossfit* é uma prática relativamente nova, que envolve treinamento de alta intensidade de diversas articulações, ligamentos e grupos musculares, o que leva à necessidade fundamental de analisar variáveis laboratoriais que implicam o grau de lesão muscular, anabolismo e catabolismo derivado dessa prática. Este estudo objetiva verificar os níveis circulantes hormonais de testosterona e cortisol em repouso e após a realização de um protocolo de *crossfit* em mulheres já praticantes de exercício físico. Tais hormônios permitem a análise das alterações metabólicas agudas subsequentes ao *crossfit*. Com esse intuito, a pesquisa, de caráter experimental e quantitativo, selecionou 14 indivíduos do sexo feminino que cumpriam os critérios de inclusão determinados (como realizar atividade físicas regularmente, por, no mínimo, 6 meses). Para caracterização das amostras analisou-se a idade, a composição corporal (por meio de bioimpedância), a relação entre músculo e gordura (IMC e % de gordura), a massa magra, a circunferência da cintura e do quadril, a relação entre cintura e quadril e a estatura (por estadiômetro de parede). Solicitou-se a realização do programa de treinamento baseado no Wod Cindy, isto é, a execução do máximo de séries possíveis de 5 *pull ups*, 10 *push ups* e 15 *squats* em 20 minutos. Foram colhidos a testosterona, hormônio anabolizante, associado à síntese proteica, por diminuição de degradação de proteínas, e o cortisol, hormônio catabólico anti-inflamatório, nos períodos de pré-exercício e pós-exercício. Foi constatada uma redução significativa da testosterona pós-exercício e um aumento do cortisol pós-exercício. A relação entre testosterona e cortisol pós-exercício, então, demonstra-se negativa, indicando, após a execução da série proposta, um estado catabólico. O estudo enfatiza que a alteração para o catabolismo ocorre agudamente, após o exercício, afastando a discussão das complicações crônicas do aumento de cortisol ou da redução de testosterona. Isso é de suma importância para a compreensão da fisiologia sobre as lesões musculares e o ganho muscular do *crossfit*. Mas, novos estudos mostram-se necessários para avaliar a alteração do estado catabólico avaliado para o anabólico, incluindo sua duração e momento de transição metabólica, assim como para esclarecer outras variáveis hormonais associadas ao acréscimo e ao decréscimo, respectivamente, de cortisol e testosterona, ampliando o conhecimento dessa área que demonstra constante aumento de interesse por atletas.

Palavras-Chave: *crossfit*; injúria; ganho muscular; lesão muscular.

ANÁLISE DESCRITIVA DO RASTREAMENTO DO CÂNCER DE PRÓSTATA NO CONTEXTO ASSISTENCIAL DE ATUAÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Rebeka Moreira Leite Neres – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluna bolsista
rebeka.neres@sempreceub.com
Rafaela de Andrade Silva Miranda – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluna voluntária
rafaadeandrade@sempreceub.com
Conrado Carvalho Horta Barbosa – CEUB, professor orientador
conrado.barbosa@ceub.edu.br

O câncer de próstata é a segunda maior causa de mortalidade por câncer em homens, no mundo. A maioria dos pacientes com essa comorbidade é assintomática e apresenta sintomas apenas na doença localmente avançada ou metastática. Diante disso, questiona-se a importância do rastreamento para a prevenção secundária. Contudo, não há consenso sobre a efetividade da aplicação desses rastreios na literatura. A Sociedade Brasileira de Urologia recomenda o rastreamento de câncer de próstata de forma individualizada, na população masculina entre 55 e 69 anos. Por outro lado, o Ministério da Saúde desaconselha essa prática, uma vez que evidências indicam os danos superarem os benefícios, realizando, assim, a prevenção quaternária. Considerando tais divergências, fez-se este estudo, com o objetivo de avaliar a aplicabilidade do rastreamento do câncer de próstata realizado pelos médicos da atenção primária em saúde que atuam em Unidades Básicas de Saúde do Distrito Federal. Para isso, foi realizado um estudo transversal quantitativo por meio de um questionário que identificou a preferência dos profissionais ou pelas recomendações a favor da triagem, ou pela recusa desse rastreio. Na amostra de 12 profissionais, 66,7% afirmam que realizam o rastreio do câncer de próstata na prática médica. Como instrumentos para rastreamento, o PSA é utilizado por 87,5% dos médicos, 75% usam anamnese e o exame físico, e 25% utilizam o ultrassom de próstata. Além disso, 33,3% afirmam que não indicam o rastreio do câncer de próstata na prática clínica; 16,6% dos pesquisados indicam o início dessa prática a partir de 40 anos; 50%, acima de 50 anos; 8,3% afirmam que o rastreamento devia começar a partir de 45 anos. A partir de revisão bibliográfica e coleta de dados, é possível inferir que a falta de consenso entre as recomendações do Ministério da Saúde e as da Sociedade Brasileira de Urologia, quanto ao rastreamento de câncer de próstata, dificulta a aplicabilidade dessa prática na atenção primária em saúde. A falta de agentes educadores em saúde, o seguimento em periodicidade inadequada dos pacientes, a falta de interesse do paciente no rastreamento e de verba para custeio de exames foram apontados como as principais dificuldades enfrentadas pelos profissionais médicos. Para que o cuidado em saúde seja centrado na pessoa, é necessária a prática da prevenção quaternária. Com base nesse conceito, o sobrediagnóstico e o sobretratamento são evitados. Além disso, o usuário da rede de saúde fica ciente dos riscos e dos benefícios do rastreamento do câncer de próstata e pode decidir, de forma compartilhada com o médico, se deseja ser submetido ao rastreio, tornando-se, assim, agente ativo no processo de cuidado.

Palavras-Chave: câncer de próstata; rastreamento; PSA; prevenção primária; prevenção quaternária.

ANÁLISE DO DESEMPENHO FUNCIONAL E DA QUALIDADE DE VIDA DE SOBREVIVENTES DE CÂNCER DE PRÓSTATA SUBMETIDOS A DIFERENTES TIPOS DE TRATAMENTO

Gabriel Marques Xavier Mascarenhas – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluno bolsista
gabriel.mascarenhas@sempreceub.com
Filipe Dinato de Lima – CEUB, professor orientador
filipe.dinato@ceub.edu.br

O objetivo do presente estudo é analisar a capacidade funcional e a qualidade de vida de sobreviventes de câncer de próstata submetidos a diferentes tipos de tratamento, comparando-os entre si, para proposição de técnicas específicas de cuidado para cada tipo. Para isso, a amostra é composta por 30 homens sobreviventes de câncer de próstata. O estudo proposto caracteriza-se como uma pesquisa aplicada, quantitativa, explicativa e transversal. Foram realizadas avaliações antropométricas, níveis de atividade física, níveis de fadiga relacionada ao câncer, indicadores neuromusculares, indicadores de capacidade funcional, e, ao final, foi feita uma análise estatística. Os pacientes submetidos à terapia de privação androgênica apresentaram maior percepção de fadiga física ($p = 0,01$) e maior redução das atividades em comparação com os submetidos à prostatectomia radical. Por outro lado, os pacientes submetidos à prostatectomia radical apresentaram maior fadiga mental ($p = 0,02$) do que os submetidos à terapia de privação androgênica. De acordo com os dados apresentados, os pacientes submetidos à TPA têm menor qualidade de vida, em se tratando de aspectos físicos, por conta de a testosterona ser responsável por diversas atividades musculares, inclusive sua síntese, enquanto pacientes submetidos à prostatectomia radical têm uma percepção de fadiga mental maior, por ser um método mais invasivo e fazer que o paciente perca totalmente sua próstata. O estudo concorda com a conclusão de que a TPA diminui, de forma global, a qualidade de vida dos pacientes, mas está em desacordo com outros estudos que indicam ou não a queda do desempenho cognitivo, sendo, assim, necessárias mais pesquisas acerca dessa área.

Palavras-Chave: câncer de próstata; qualidade de vida; tratamentos.

ANÁLISE ELETROMIOGRÁFICA DA ATIVAÇÃO MUSCULAR DO CORE E ESTABILOMÉTRICA EM CRIANÇAS COM PARALISIA CEREBRAL APÓS UM PROTOCOLO INTENSIVO DE EXERCÍCIOS TERAPÊUTICOS

Alicya Victória González Costa – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluna bolsista
alicyagonzalez@sempreceub.com
Beatriz França Naves Perissé – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluna voluntária
beatriz.perisse@sempreceub.com
Ana Letícia de Souza Oliveira – CEUB, professor orientador
ana.leticia@ceub.edu.br

A paralisia cerebral caracteriza-se por lesões neurológicas que acarretam atrasos no desenvolvimento neurossensoriomotor, cognitivo e, muitas vezes, provoca déficits no desempenho funcional e no equilíbrio postural. O novo recurso de tratamento para essas crianças são os protocolos intensivos com o uso ou não de vestimentas terapêuticas. Nesses protocolos, as vestimentas funcionam como uma órtese corporal que permite a execução de movimentos e exercícios para diversos objetivos, em conjunto com a aplicação de treinos intensos e específicos. O objetivo do presente estudo é analisar a diferença de ativação muscular, a função motora grossa e a oscilação do centro de gravidade de crianças com paralisia cerebral, após um protocolo intensivo de exercícios terapêuticos. Trata-se de um estudo de 8 casos; os critérios de inclusão são idade entre 2 e 13 anos, diagnóstico de paralisia cerebral e classificação Gross Motor Function Classification System entre os níveis I e IV, realizada por um profissional capacitado antes do primeiro e após o último protocolo. A eletromiografia de superfície foi utilizada para analisar a ativação muscular dos músculos retoabdominais, oblíquos e multífidos dos dois hemicorpos enquanto a criança permanecia sentada, mantendo a postura durante 30 segundos, antes e depois do protocolo. Além disso, a plataforma estabilométrica foi utilizada para avaliar a oscilação postural com a criança sentada, mantendo a posição por 30 segundos, com os olhos abertos, e por 30 segundos, com os olhos fechados, também antes do início do intensivo e após o último. No geral, as crianças apresentaram aumento na função motora grossa de 3,73%, entre antes e após o treinamento; 25% dos pacientes apresentaram aumento de todas ou da maioria das musculaturas; 50% obtiveram maior aproximação das médias de Root Mean Square associadas à redução de ativação em alguns dos 6 músculos avaliados. Em relação ao centro de gravidade, 37,5% dos pacientes reduziram a distância de oscilação com olhos abertos, e 62,5% reduziram com os olhos fechados; 25% apresentaram aumento da distância com olhos abertos, e, com olhos fechados, 37,5%; outros 25% não apresentaram resultados relevantes nas distâncias com olhos abertos. Quanto às oscilações látero-laterais e ântero-posteriores, 25% reduziram, e 12,5% aumentaram as oscilações látero-laterais com os olhos abertos; 12,5% aumentaram, e 37,5% reduziram oscilações ântero-posteriores. Com olhos fechados, 37,5% reduziram oscilações látero-laterais, e 25% reduziram oscilações ântero-posteriores. Novas pesquisas de caráter longitudinal, com número e características entre os participantes mais homogêneas, além da utilização de outras ferramentas, podem colaborar para aprofundar as análises obtidas. Conclui-se que o protocolo intensivo de exercícios terapêuticos associados ou não ao uso de vestimentas terapêuticas favorece a melhora da função motora grossa e parece ser promissor na ativação mais equilibrada entre as musculaturas do core avaliadas e na diminuição da oscilação do tronco quando de olhos fechados.

Palavras-Chave: paralisia cerebral; protocolo intensivo; vestimentas terapêuticas; plataforma estabilométrica; eletromiografia de superfície.

ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DO PERFIL DOS PACIENTES COM OBSTRUÇÃO INTESTINAL NO HOSPITAL REGIONAL DA ASA NORTE (HRAN)

Maria Clara Mesquita Leite – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluna bolsista
mclaramesquita@sempreceub.com
Carolina Marques Vinhal de Carvalho – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluna voluntária
carolinavinhal@sempreceub.com
Alberto Vilar Trindade – CEUB, professor orientador
alberto.trindade@ceub.edu.br

A obstrução intestinal ocorre quando o fluxo normal do trato é interrompido desde o esôfago até o reto. A dor abdominal é um sintoma capital nos pacientes portadores de obstrução intestinal, com alta incidência entre as enfermidades cirúrgicas do abdome agudo não traumático, em serviços de urgência. Os principais fatores de risco são a cirurgia abdominal ou pélvica prévia, a hérnia inguinal ou abdominal e a história ou o risco aumentado para neoplasia. Hoje, suas principais causas são aderências e neoplasias malignas. A obstrução intestinal pode ser tratada com um manejo conservador ou cirúrgico. A diversidade, a individualidade e as mudanças no ser humano tornam cada vez mais importantes os trabalhos com epidemiologia. Com isso, há de estabelecer-se a importância de um estudo que compare o perfil de pacientes com obstrução intestinal, com desfechos de morbimortalidade. Dessa forma, objetiva-se analisar os casos de pacientes portadores de obstrução intestinal, tratados cirurgicamente na Unidade de Cirurgia Geral (UCG) do Hospital Regional da Asa Norte (HRAN), comparando as causas, a morbimortalidade, os métodos diagnósticos, a técnica cirúrgica empregada e as complicações da obstrução intestinal. Trata-se de um estudo observacional, descritivo, do tipo série de casos mediante análise retrospectiva do prontuário eletrônico (Sistema Trackcare) dos pacientes com obstrução intestinal tratados cirurgicamente, no HRAN, entre 2017 e 2018. As variáveis observadas foram idade, sexo, ocupação, etnia, quadro clínico, exames diagnósticos, causa da obstrução intestinal, local da obstrução intestinal, comorbidades e complicações. Foram analisados 30 pacientes com a faixa etária média de 54,7 ± 16,9, sendo a maioria do sexo feminino. A maioria dos participantes foi diagnosticada por TC e submetida à laparotomia. Todos os pacientes apresentaram dor abdominal e parada de flatos e fezes como manifestação clínica. As duas maiores etiologias foram neoplasia maligna e aderências, sendo o cólon sigmóide o local mais acometido. As complicações mais apresentadas foram deiscência de aponeurose e IRA pré-renal. A taxa de mortalidade foi de 20%, sendo o choque séptico de foco abdominal o maior fator de morbimortalidade. Por conseguinte, a obstrução intestinal continua sendo uma patologia cirúrgica com incidência importante entre os abdomes agudos, mas apresenta uma mudança em suas principais etiologias. É importante ressaltar a neoplasia maligna de sigmoide como uma delas. Com isso, deve-se estar atento quanto ao desenvolvimento desse tipo de abdome agudo em tais pacientes.

Palavras-Chave: obstrução Intestinal; abdome agudo; epidemiologia.

ANÁLISE *IN SILICO* DO GENOMA DE ESTIRPES DE SARS-COV-2 PARA CORRELAÇÃO ENTRE VARIABILIDADE GENÉTICA E DADOS EPIDEMIOLÓGICOS

Kelton de Oliveira Conceição – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluno bolsista
kelton.oliveira@sempreceub.com
Roberta Gomes Gontijo – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluna voluntária
roberta.ggontijo@sempreceub.com
Paulo Roberto Martins Queiroz – CEUB, professor orientador
paulo.silva@ceub.edu.br

O novo coronavírus ou SARS-CoV-2, pertencente à família *Coronaviridae*, um grupo de vírus com ácido ribonucleico de cadeia simples (RNA), é envelopado de sentido simples. Seu nome tem origem no latim *corona*, cujo significado é “coroa” ou "auréola", por apresentar espinhos que cobrem toda a sua membrana superficial. Este vírus tem sua transmissão acelerada mediante secreções ou superfícies contaminadas. Os danos, em paralelo à presteza com que o vírus se dissemina, são motivo de alerta e preocupação das autoridades sanitárias. Dessa forma, este trabalho tem como objetivo analisar a variabilidade genética das várias estirpes de SARS-CoV-2, correlacionando-a com dados epidemiológicos, para encontrar uma maneira de relacionar o perfil molecular dos tipos de coronavírus com possíveis padrões epidemiológicos. Assim, inicialmente, encontrou-se um genoma médio de 29.789 bp com distribuições das bases nitrogenadas em 29,89% de A; 32,16% de T; 18,36% de C; e 19,62% de G. Esse fato é divergente, ao analisar cada nacionalidade. Outro ponto importante é a baixa proporção de CG de 38% em relação a Sars-CoV e Mers-CoV. Ao analisar as mutações no material genético, a taxa de transformação de citosina e guanina em timina é maior que as demais substituições, além de haver processos que transforam outra base nitrogenada em timina, assim, futuramente, aumentando a proporção de timina no genoma. Também cabe destacar que a maior parte das mutações ocorrem em regiões ORF1ab e na proteína estrutural *spike* (S) e podem influenciar, respectivamente, a transmissão, a infecção e o aumento da carga viral. Além do exposto, utilizando enzimas de restrição nesse genoma, é possível identificar o aparecimento de 5 enzimas, que não cortam a grande parte dos genomas, na Venezuela, na Índia e na Itália. Assim, foi possível identificar divergências no Sars-CoV-2 de acordo com a localidade, a prevalência das mutações e o local mais acometido do genoma, correlacionando essas mutações a possíveis dados epidemiológicos.

Palavras-Chave: bioinformática; transição; transversão; ORF1ab; *spike*.

ANÁLISE *IN SILICO* PARA A DETERMINAÇÃO DE CÓDIGOS DE BARRAS PARA A IDENTIFICAÇÃO ESPECÍFICA DE DIFERENTES ARBOVIROSES

Gabriele Louise Trindade Araújo – CEUB, PIC/PIBIC CNPq, aluna bolsista
gabriele.araujo@sempreceub.com
Paulo Roberto Martins Queiroz – CEUB, professor orientador
paulo.silva@ceub.edu.br

Arboviroses são doenças virais transmitidas por artrópodes. Há uma diversidade dessas infecções disseminadas pelo mundo. Entre elas, citam-se: chikungunya, dengue, febre amarela, febre do Mayaro, zika e febre do oeste do Nilo. Essas doenças apresentam sintomatologia parecida, o que dificulta diagnósticos exclusivamente sintomáticos das infecções. Além disso, quatro dos vírus em questão, comumente, apresentam reação cruzada nos testes sorológicos de identificação do agente patológico, que são pouco sensíveis e específicos. Em vista disso, testes moleculares mostram-se um meio de eliminar esses problemas. Para isso, a implementação de códigos de barras, sequências genéticas curtas e extremamente específicas, possibilita a otimização do processo de identificação de forma rápida e sensível. Objetiva-se, então, definir códigos de barras para as arboviroses citadas, a fim de possibilitar melhorias em seus métodos de identificação. Pelo NCBI, foram coletadas sequências genômicas completas dos vírus de interesse e dados pertinentes. Na plataforma "The Sequence Manipulation Suite", foi gerado o perfil individual de corte enzimático pelo programa PAST, que gerou uma árvore filogenética de agrupamento. As análises estatísticas foram realizadas no programa R. Dados bibliográficos foram utilizados para selecionar genes adequados para prospecção dos códigos de barras alinhados pelo programa BioEdit. A checagem por quaisquer alterações indevidas nesse processo foi feita na ferramenta BLAST do NCBI, e a obtenção dos BarCODES potenciais, no programa Geneious Prime. Novo BLAST foi realizado para avaliação de efetividade dos códigos de barras que, uma vez determinados, foram localizados pela modelagem de proteínas realizada em acesso ao SWISS-MODEL. Pela árvore filogenética, foram observados perfis de aglomeração indicativos de alta estabilidade e conservação dos vírus da dengue tipo 4, da chikungunya e da zika, principalmente. Esses padrões aglomerativos indicam menor tendência a mutações, ou seja, maior facilidade na identificação dos códigos de barras nesses grupos virais. Em vista disso, a estabilidade e a conservação necessárias para seleção dos genes de prospecção foram vitais para a determinação dos BarCODES. Posteriormente, nos genes selecionados para prospecção, após alinhamento e checagem por resultados inapropriados, foram determinados, pelo menos, dois códigos de barras eficientes para identificação dos vírus estudados. Os resultados menos promissores foram os de dengue 4, febre amarela e zika. Ainda assim, foi possível realizar a modelagem proteica e a identificação da região em que os marcadores se encontram em todos os vírus. Embora tenham comprimento menor que o padrão, o tamanho das regiões de identificação determinadas demonstrou ser mais apropriado para comunidades virais. Dessa forma, os elevados valores de identidade e cobertura resultantes indicaram eficiência dos marcadores definidos e podem representar maior precisão, acurácia e especificidade que os métodos convencionais. Os códigos de barras visam tanto proporcionar um meio de identificação mais eficiente dos vírus em questão quanto gerar impactos positivos na epidemiologia e na taxonomia, ao promover desenvolvimento do sistema de códigos de barras viral que permanece estagnado na comunidade científica.

Palavras-Chave: arboviroses; *Bar Code*; identificação viral.

ANÁLISE NÃO LINEAR DE VIGAS PELOS MÉTODOS DE BRANSON COM USO DO *SOFTWARE* DE ELEMENTOS FINITOS

Marina Batista Schlindwein – CEUB, PIC/PIBIC CNPq, aluna bolsista
marina.shlindwein@sempreceub.com.br
Gabriel Rodrigues Silva – CEUB, PIC/PIBIC CNPq, aluno voluntário
gabriel.rodrigues@sempreceub.br
Jocinez Nogueira Lima – CEUB, professor orientador
jocinez.lima@ceub.edu.br
Marco Aurélio Souza Bessa – professor coorientador
bessamarco@yahoo.com.br

O foco deste trabalho é a análise de deformações em vigas de concreto, com e sem armadura, avaliando a não linearidade pela fórmula de Branson, que considera a variação da rigidez, da medida, do elemento da fissura pelo método dos elementos finitos, com o emprego do *software* RFEM. Para a avaliação da deformação, aplicaram-se duas cargas pontuais variáveis de mesma intensidade a 60 centímetros dos bordos da viga de 2 metros, cuja seção retangular é 12cm x 20cm. Os modelos das vigas estudadas, armadas ou não, abrangem concretos de baixa, média e alta resistência, com e sem adição de fibras de polímeros, polietileno e isopor. Os dados do material foram obtidos mediante pesquisas com ensaios laboratoriais de concretos, com tais adições, visando proporcionar um estudo sobre os parâmetros de melhora de aplicabilidade da fórmula de Branson. Observou-se que a comparação entre os métodos não lineares de apenas concreto apresentaram resultados bem destoantes em razão da redução brusca do momento de inércia e, por consequência, da rigidez da viga. Enquanto isso, o ensaio de viga de concreto armado sem adição de materiais apresentou resultados próximos para fck de 16 Mpa. Para os demais, o maior erro relativo estava presente na curvatura do gráfico tensão X deformação e sem armadura, conforme esperado. Entre os modelos com adição, percebe-se a proximidade nas deformações para adição de isopor, cuja resistência do conjunto é de, aproximadamente, 7 kN, e a de fibra de polipropileno, de 37,17 kN, 39,61 kN e 39,62 kN.

Palavras-Chave: deformações em vigas; concreto; fórmula de Branson.

AS LACUNAS DO PROCESSO COLETIVO BRASILEIRO: LIMITES E POSSIBILIDADES DA CONSTRUÇÃO DE UMA "ORGANICIDADE" DO PROCESSO COLETIVO COM OS PRECEDENTES REPETITIVOS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA NO PERÍODO DE 2015 A 2020

Augusto Arcanjo Silva – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluno bolsista
augusto.arcanjo@sempreceub.com
Gabriel Rigotti de Ávila e Silva – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluno voluntário
gabrielavila@sempreceub.com
André Pires Gontijo – CEUB, professor orientador
andre.gontijo@ceub.edu.br

A presente pesquisa, de abordagem analítica, qualitativa e quantitativa, tem por objetivo geral verificar a necessidade da promulgação de um Código de Processo Coletivo, a ser concretizado por meio dos seguintes objetivos específicos: mapear e catalogar a jurisprudência do STJ no período de 2015 a 2020; determinar os principais pontos processuais controversos que neles se encontram; verificar se a organicidade pela via judicial consegue suprir as lacunas normativas no âmbito da processualística coletiva. Foi realizada pesquisa no sítio de busca jurisprudencial do STJ, por intermédio da expressão "processo *adj* coletivo", referente ao período de 16/3/2015 a 30/8/2020, chegando-se a 94 julgados. Após críticas ao relatório parcial, buscou-se contato direto com a Ouvidoria do STJ, para averiguar o índice de indexação utilizado – "ações coletivas" – em dois períodos distintos: de 16/3/2010 a 15/3/2015 e de 16/3/2015 a 30/8/2020. Obteve-se a marca de 915 processos, referentes ao primeiro período, e a de 18.783 processos, relativos ao segundo. Observou-se que a morosidade do Poder Judiciário, consistindo no abarrotamento das vias recursais, impossibilita que se dê vazão à resolução de pressupostos processuais elementares, controversos em razão da falta de organicidade do microssistema processual coletivo, o que dificulta a organicidade de tais processos pela via judicial. A inobservância dos precedentes do STJ permite a rediscussão de matérias similares e trava a evolução do processo coletivo brasileiro, pois, raramente, discute-se o mérito das questões suscitadas. Pugnou-se pela necessidade de compilação do Código de Processo Coletivo, seja orientando a navegação pelo microssistema processual coletivo, seja condensando-o em uma só bíblia procedimental, por não poderem os aspectos procedimentais coletivos estar sujeitos à organicidade no âmbito do Poder Judiciário, pois estarão submetidos a mudanças em razão da agenda política da Corte que, não raras as vezes, muda sua configuração à medida que novos governos sobem ao poder.

Palavras-Chave: processo coletivo; código de processo coletivo; organicidade; procedimento; precedentes judiciais.

AS MICROAGRESSÕES A PESSOAS LGBTQ+ NA MÍDIA E SEU IMPACTO NA SAÚDE MENTAL DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS LGBTQ+

Ane Kelly da Silva Pereira – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluna bolsista
aneksilva@sempreceub.com
Lucas Alves Amaral – CEUB, professor orientador
lucas.amaral@ceub.edu.br
Marcela Côrtes Salgueiro dos Santos – CEUB, colaboradora
marcela.cortes@sempreceub.com

O presente estudo tem como objetivo identificar e analisar os diferentes tipos de microagressões LBGTQ+ em filmes e séries de grande alcance e analisar o impacto à saúde mental de pessoas LGBTQ+ que assistem a esses conteúdos. Em termos teóricos, a pesquisa ancora-se nas bases da psicologia cultural, especialmente, na literatura internacional sobre microagressões, microinvalidações, microinsultos e microataques e faz ponte com as interfaces entre psicologia e ciências sociais, no debate sobre as interrelações entre sexo, gênero e sexualidade, a população LGBTQ+ e sua saúde mental. A pesquisa, de tipo qualitativo, propõe-se a realizar uma análise cultural de cenas significativas das séries *Glee* e *Friends* e do filme *Se beber, não case 2*, além de entrevistas semiestruturadas com estudantes universitários LGBTQ+ sobre seus sentimentos em relação às cenas escolhidas e similares, discutindo os possíveis efeitos de microagressões na saúde mental de pessoas LGBTQIA+. Construíram-se duas categorias: as percepções dos tipos de microagressões vivenciadas pela comunidade LGBTQ+; os efeitos subjetivos e as estratégias adotadas pela comunidade LGBTQ+ diante das microagressões percebidas em programas televisivos. As repercussões psicológicas das microagressões deixam marcas significativas nas vítimas, por serem veladas, apresentarem barreiras à reação das vítimas e, muitas vezes, utilizarem-se do humor como forma de mascarar o preconceito. Associações a hiperssexualização e patologização de cultura e valores LGBTQ+ são constantes na vivência dos entrevistados, que apontam buscar sua estratégia de consumo de séries e filmes que tendem a não naturalizar tais associações, como ocorre com os materiais analisados. Enfatiza-se a importância de um olhar atento ao fenômeno do sofrimento psíquico derivado da reprodução de microagressões a LGBTQ+ na mídia, que reproduz e naturaliza a sua incidência no cotidiano dessas pessoas.

Palavras-Chave: microagressões; LGBTQ+; mídia; psicologia cultural.

AS POSSIBILIDADES E AS LIMITAÇÕES DA REVISÃO CONTRATUAL EM FACE DA COVID-19

Igor Marques Caldas Machado – CEUB, PIC/PIBIC COVID-19 FAP/DF, aluno bolsista
igormachado@sempreceub.com
Gisele Santos de Queiroz – CEUB, PIC/PIBIC COVID-19 FAP/DF, aluna voluntária
gisele.queiroz@sempreceub.com
Leonardo Gomes de Aquino – CEUB, professor orientador
leonardo.aquino@ceub.edu.br

O projeto tem por objetivo traçar quais os tipos de contrato seriam passíveis de ser resolvidos ou revisados com base na teoria da imprevisão, da onerosidade excessiva e da quebra da base do negócio jurídico. A pesquisa, tendo em vista a situação de excepcionalidade ocasionada em face da pandemia, visou sintetizar aspectos doutrinários e trazer um recorte jurisprudencial dos Tribunais de Justiça do Distrito Federal e do Rio de Janeiro, para servir de subsídio à comunidade acadêmica e instrumento de apoio ao Judiciário, quando da elaboração de peças ou proferimento de julgados acerca das teses cabíveis. De forma sucinta, o trabalho busca entender, com fulcro na doutrina majoritária, a natureza dos contratos; os princípios que norteiam as relações contratuais; os tipos de contrato passíveis de revisão; o corte jurisprudencial do TJDFT e do TJSP acerca do tema. Assim, é possível identificar que, no geral, os contratos de execução diferida ou continuada são passíveis de revisão, que a função social do contrato e a boa-fé objetiva constituem o âmago principiológico das relações, que a teoria da imprevisão e da onerosidade excessiva tem sido aplicada de forma pontual, nos casos em que há manifesta desproporção entre bônus de uma parte em detrimento da outra e, no contexto pandêmico, nos casos em que não seria razoável a manutenção contratual sem a intervenção do Poder Judiciário. O procedimento metodológico utilizado para a elaboração do presente estudo é de caráter hipotético-dedutivo, e, como fonte coleta de dados, usou-se o estudo de caso e a pesquisa bibliográfica, de forma a entender quais as situações e sob quais hipóteses os julgadores concluíram pela possibilidade da revisão contratual, levando em consideração o contexto sanitário, social, econômico e político pelo qual o país e o restante do mundo estão passando.

Palavras-Chave: revisão contratual; COVID-19; teoria da imprevisão; onerosidade excessiva.

AS QUEIMADAS E A UTILIZAÇÃO DOS RETARDANTES DE CHAMA NO BRASIL: AVALIAÇÃO DA TOXICIDADE DE RETARDANTES SOBRE O MICROCRUSTÁCEO *CERIODAPHNIA DUBIA*

Bruna Nascimento Moreira Pio Teixeira – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluna bolsista
bruna.nascimento@sempreceub.com
Eduardo Cyrino de Oliveira Filho – CEUB, professor orientador
eduardo.cyrino@ceub.edu.br
Darlan Quinta Brito – UnB, colaborador
darlan_aguia@yahoo.com.br

As queimadas são eventos que alimentam grande preocupação da comunidade científica, dada a sua significativa contribuição para o aquecimento global e pelo seu reconhecimento como um dos principais fatores responsáveis pelas perturbações nos sistemas vegetais. Visando obter maior eficiência na mitigação das queimadas no Brasil, recentemente, vem sendo inserida em nosso país e, particularmente, no Distrito Federal, nova alternativa de controle: os retardantes de chama, cujos produtos químicos são divididos em quatro grandes grupos: inorgânicos (hidróxidos de alumínio, antimônio e estanho); orgânicos halogenados (clorados e bromados); organofosforados; à base de nitrogênio. A utilização de produtos químicos no solo, por meio de escoamento superficial ou infiltração, pode atingir os recursos hídricos. Assim sendo, o objetivo deste trabalho é avaliar a toxicidade de retardantes de chama para o microcrustáceo planctônico *Ceriodaphnia dubia.* Foram testados 3 retardantes, sendo um N-Borato (composto principalmente por N e Bo), um N-Fosfato+ (composto por altos níveis de N e P) e um N-Fosfato- (composto de baixos níveis de N e P). O método de ensaio seguiu o protocolo da ABNT para *C. dubia*. Os resultados obtidos mostraram, após 24 horas de exposição, que a maior toxicidade foi a do produto à base de N-Fosfato-, com CE50 de 0,0048%, seguido do N-Borato, com CE50 de 0,023% e do N-Fosfato+, com CE50 de 0,030% de diluição. Esses dados evidenciam que os produtos apresentam toxicidade aguda em baixas concentrações, portanto devem ser aplicados com cautela e com ressalvas, buscando evitar a possibilidade de escoamento para ambientes aquáticos.

Palavras-Chave: recursos hídricos; contaminação; escoamento superficial; queimadas.

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS DOCENTES DA FACULDADE DE SAÚDE EM UMA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA SOBRE O *BULLYING* ESCOLAR

Julie Silva de Oliveira – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluna bolsista
julie.oliveira@sempreceub.com
Amanda Fernandes e Silva Santos – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluna voluntária
amanda.fs@sempreceub.com
Julliane Messias Cordeiro Sampaio – CEUB, professora orientadora
julliane.sampaio@ceub.edu.br

O *bullying* é um conjunto de agressões com características bem específicas, como intenção do agente em ferir ou ofender o alvo da agressão; repetição da agressão; presença de público observante; aceitação do alvo em relação à ofensa. Esse conjunto de atitudes pode culminar em ciclos de violência, trazendo prejuízo tanto nas interações sociais entre estudantes como na saúde deles. Os profissionais de saúde devem, em sua formação, desenvolver a competência de realizar diagnósticos situacionais e implementar intervenções pautadas no diálogo que resultem no empoderamento dos alunos, interrompendo o fenômeno. O objetivo deste estudo é apreender as representações sociais de profissionais de saúde e docentes sobre o conceito do *bullying* e como eles intervêm nas situações de conflito. Trata-se de um estudo descritivo, baseado na Teoria das Representações Sociais, realizado com docentes em uma universidade do Distrito Federal. Esses profissionais entendem que o *bullying* é violência, porém demonstram dificuldade em identificar as situações da violência, classificar os envolvidos e indicam despreparo para intervir em casos de conflitos permeados pelo *bullying*, abordando a violência de modo superficial, em suas aulas, sem aprofundar as multifaces e os multifatores que desencadeiam o fenômeno. Isso denota a necessidade de inserção de temas transversais na elaboração da matriz curricular dos cursos ora investigados, abrindo espaço para debates na universidade, possibilitando, assim, maior e melhor atuação desses profissionais, o que proporcionará a implementação do conhecimento multidisciplinar na estratégia de prevenção e redução da violência nas escolas, por meio de ações intersetoriais.

Palavras-Chave: *bullying*; violência; conceito; intervenção.

ASSOCIAÇÃO ENTRE SEXO E MORTALIDADE EM PACIENTES COM SEPSE EM UM HOSPITAL TERCIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL

Leonardo Jadyr Silva Rodrigues Alves – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluno bolsista
leonardo.jadyr@sempreceub.com
Mylena Valadares Silva – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluna voluntária
mylena.valadares@sempreceub.com
Isaac Azevedo Silva – CEUB, professor orientador
isaac.silva@ceub.edu.br

Os mecanismos que dão base às diferenças entre os gêneros, com relação às respostas imunes e hormonais induzidas pela sepse ainda são insuficientemente compreendidos apesar dos avanços nos métodos diagnósticos e na abordagem terapêutica. Trata-se de um estudo retrospectivo longitudinal, observacional com análise quantitativa de pacientes internados em Unidade de Terapia Intensiva, com o diagnóstico de sepse, entre janeiro de 2016 e dezembro de 2017, em um hospital terciário do Distrito Federal. Os pacientes foram divididos em 2 grupos, com base na idade, sendo o grupo 1 composto por pacientes entre 18 e 50 anos, e o grupo 2, por pacientes com mais de 50 anos. Os grupos foram caracterizados em relação aos aspectos epidemiológicos, foco infeccioso, tempo de internação em UTI, escore APACHE-II e taxa de mortalidade. Foram incluídos no estudo 305 pacientes, sendo 69 entre 18 e 50 anos e 236 com mais de 50 anos. O grupo 1 foi composto por 29 homens e 40 mulheres; o grupo 2, por 106 homens e 130 mulheres. No grupo 1, não houve diferença com significância estatística no Escore APACHE-II e no tempo de internação em UTI; a taxa de mortalidade foi maior no gênero masculino, com significância estatística (p 0,020). No grupo 2, o tempo de internação em UTI foi maior no gênero masculino (p 0,020); não houve diferença no escore APACHE-II e na taxa de mortalidade. Conclui-se que, nesta amostra, a taxa de mortalidade em pacientes entre 18 e 50 anos foi maior no gênero masculino. Todavia, essa diferença não foi observada no grupo com mais de 50 anos.

Palavras-Chave: sepse; hormônios sexuais; terapia intensiva.

ATRIBUIÇÃO DE ESTEREÓTIPOS A PESSOAS DE ESQUERDA E DIREITA NA POLÍTICA BRASILEIRA

Natasha de Novaes Tesch Hosken – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluna bolsista
natasha.hosken@sempreceub.com
João Gabriel Nunes Modesto – CEUB, professor orientador
joao.modesto@ceub.edu.br

O Brasil vive um momento de polarização das opiniões públicas a respeito da política, e tornou-se comum classificar as pessoas de acordo com estereótipos ideológicos de direita e de esquerda. Uma pessoa irá produzir tal estereótipo à medida que possuir crenças e expectativas sobre um grupo do qual não faça parte. Contudo, chama atenção que o brasileiro não saiba definir exatamente o que sejam características de uma posição política de direita e de esquerda, mas é comum o uso de estereótipos desse tipo no cotidiano. Uma das formas de compreender a atribuição dos estereótipos é por meio da teoria da identidade social, na qual se postula que a identidade social dos indivíduos e a representação sociopolítica dos partidos, como percebida pelos indivíduos, estão intimamente relacionadas com a participação do sujeito nas expressões políticas da sociedade. Dessa maneira, a pesquisa tem como objetivo identificar os estereótipos atribuídos por pessoas de direita e de esquerda ao seu próprio grupo de pertença político, ou seja, o endogrupo, e ao grupo político de que não faça parte, ou seja, o exogrupo. A amostra foi composta por 102 pessoas; 58,80% foram identificados com a esquerda, e 41,20%, com a direita. Os participantes foram recrutados virtualmente, por meio de redes sociais e foram solicitados a preencher o instrumento de *checklist*, para identificar o conteúdo dos estereótipos. O resultado obtido é o de fortalecimento da identidade social relacionada ao próprio posicionamento político. Portanto, os participantes tendem a atribuir as características consideradas negativas ao outro grupo, assim como as características positivas ao seu próprio grupo. Enxergar o próprio grupo social como mais positivo impacta como se enxerga pessoalmente.

Palavras-Chave: política; direita; esquerda; estereótipo e teoria da identidade social.

AUDIOVISUAL APOCALÍPTICO: A CATÁSTROFE EM TEMPOS DE PANDEMIA

Bruna de Sousa Duarte – CEUB, PIC/PIBIC COVID-19 CNPq, aluna bolsista
brunaduarte@sempreceub.com
Carolina Assunção e Alves – CEUB, professora orientadora
carolina.alves@ceub.edu.br

A catástrofe concerne à condição humana nos momentos de decadência, expondo a fragilidade da vida e a inevitável transitoriedade das coisas. Determina uma interrupção no curso da normalidade e abala o ordenamento político, econômico e social. A eclosão de uma pandemia, como a de COVID-19, confronta a sociedade com o incontrolável. A arte, então, oferece-se como receptáculo para a turbulenta experiência humana, dispondo dos meios para simbolizar o terror e fantasiando maneiras de prosseguir diante da quebra da harmonia social. O objetivo deste estudo de narrativas audiovisuais próprias de tempos de pandemia é entender como os produtos representam a realidade ao mesmo tempo em que apresentam uma forma de lidar e compreender a catástrofe do mundo. Para isso, a pesquisa toma como base as filosofias de Walter Benjamin e Susan Sontag com apoio de autores que compartilham suas reflexões. Para a análise, foram selecionados os produtos: *Feito em casa* (2020), série da Netflix produzida por Pablo Larrain, Juan de Dios Larrain e Lorenzo Mieli; *Amor e sorte* (2020), série de televisão produzida pela TV Globo, de concepção de Jorge Furtado; *5X comédia* (2020), de Monique Gardenberg, série produzida pelo Amazon Prime Video; *Projeto curta em casa* (2020), do Instituto Criar. Com isso, observa-se a representação da realidade presente nas narrativas, a manifestação da doença como fenômeno catastrófico e o valor simbólico da enfermidade na sociedade. Seguindo a metodologia de análise fílmica proposta por Manuela Penafria e levando em consideração a necessidade de compreender os conceitos de Benjamin e Sontag no contexto atual da pandemia, a análise que prevalece é a de conteúdo e a temática. Ao final da pesquisa, entende-se como os produtos selecionados representam a realidade em suas particularidades, apresentando uma forma de lidar com a catástrofe do mundo com perspectiva de futuro consciente. Os pensamentos de Benjamin e Sontag ainda se mostram eficazes na problematização da catástrofe em produtos do século XXI, confirmando sua influência sobre a experiência da sociedade até hoje. As narrativas apocalípticas, por sua vez, são eficientes em representar a realidade de uma catástrofe pandêmica: a quebra da harmonia social, o isolamento, o medo e a angústia. Contudo, negam uma normalidade que venha ultrapassar e esquecer os efeitos da desordem.

Palavras-Chave: COVID-19; catástrofe; doença como metáfora; audiovisual apocalíptico.

AVALIAÇÃO DA ACESSIBILIDADE NA PRAÇA DO RELÓGIO EM TAGUATINGA (DF)

Alexandra Cavalcante Salomão Silva – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluna bolsista
alexandra.cavalcante@sempreceub.com
Sávio Tadeu Guimarães – CEUB, professor orientador
savio.guimaraes@ceub.edu.br

O pedestre faz uso de deslocamento a pé, independentemente da restrição de mobilidade. Estimular este modo de transporte é fundamental para o estabelecimento de uma cidade acessível, inclusiva e sustentável. Esta pesquisa tem como objetivo realizar um diagnóstico das calçadas próximas à Praça do Relógio em Taguatinga – Distrito Federal, com o intuito de levantar critérios para melhoria no trajeto para os pedestres. Para a análise, usa-se como metodologia o índice de caminhabilidade iCam, versão 2.0, desenvolvido pelo Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento. Assim, é possível ter um índice de caminhabilidade que analisa o desempenho da infraestrutura de calçadas, espaços públicos e fachadas dos edifícios, considerando as categorias de mobilidade, atração, segurança viária, segurança pública e ambiente. São analisados treze diferentes indicadores: pavimentação, dimensão das quadras, distância a pé ao transporte, fachadas fisicamente permeáveis, fachadas visualmente ativas, uso público diurno e noturno, usos mistos, tipologia de rua, travessia, iluminação, sombra e abrigo, poluição sonora e coleta de lixo e limpeza. As análises envolvem aspectos, como segurança e conforto ao pedestre. A aplicação do índice ocorreu em uma área que corresponde a 25.000 m² ao redor da Praça do Relógio, em Taguatinga - DF, por ser uma região central e de interesse público e privado. A elaboração do índice comprovou que a categoria calçada, atração, segurança viária, segurança pública contém avaliação e pontuação insuficiente; em contrapartida, a categoria ambiente enquadra-se como suficiente, e a categoria mobilidade, como bom; consequentemente, o índice de caminhabilidade iCam contém pontuação suficiente. Essa pesquisa demonstra, por meio de tabelas e mapas, a qualidade de cada segmento de calçada nos diferentes indicadores de cada categoria analisados, comprovando a necessidade de uma intervenção prioritária na região, a curto prazo. Essa ferramenta apoia o planejamento da tomada de decisão dos agentes públicos, para tornar o centro da cidade de Taguatinga mais acessível ao pedestre.

Palavras-Chave: índice de caminhabilidade; mobilidade ativa; acessibilidade; Praça do Relógio; Taguatinga.

AVALIAÇÃO DA RELAÇÃO ENTRE A COR E A DEGRADAÇÃO DA VITAMINA C EM SUCO DE LARANJA

Maria Júllia Cavalcante Elizeu – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluna bolsista
maria.jullia@sempreceub.com
Gabriela Silva Sousa – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluna voluntária
s.gabisilva@sempreceub.com
Camila Melo Araújo de Moura e Lima – CEUB, professora orientadora
camila.moura@ceub.edu.br
Bruna Cristina Zacante Ramos – CEUB, professora coorientadora
bruna.zacante@ceub.edu.br

A vitamina C é hidrossolúvel, tem papel vital para o bom funcionamento do organismo humano, desempenha funções antioxidantes, auxilia a absorção de ferro, atua no sistema imunológico e, por não ser sintetizada pelo organismo, necessita de consumo diário. A laranja é um alimento fonte de vitamina C bastante conhecida e pode ser consumida na forma de suco. Entretanto, durante a produção do suco de laranja e ao longo de sua validade, pode ocorrer a degradação do ácido ascórbico, ocasionada por processos mecânicos, como tipo de embalagem, temperatura de armazenamento, presença de oxigênio e luz, e, pelo fato de o ácido ascórbico ser extremamente termossensível, a temperatura é um dos fatores de maior impacto na degradação. O presente estudo analisa se há relação entre a degradação da vitamina C e a cor do suco ao longo do tempo e se há interferência da temperatura de armazenamento nesse processo. Para análise da concentração de vitamina C em suco de laranja do tipo pêra extraído de forma mecânica, foi utilizado o método de titulação iodométrica, e, para a análise da cor do suco, foi consultado o *site* Adobe Color para leitura L*a*b* das fotos tiradas no laboratório multidisciplinar do Laboratório de Ciências da Saúde do Centro Universitário de Brasília – CEUB. As análises foram realizadas em três tempos em que o tempo 0 corresponde ao momento da extração do suco, o tempo 6 indica as decorridas 6 horas da primeira análise e o tempo 12 aponta quando se completaram as 12 horas após o primeiro registro de concentração da vitamina. O suco foi examinado tanto em temperatura ambiente quanto em temperatura refrigerada. Observou-se que há relação direta de proteção da degradação da vitamina C na temperatura refrigerada já que o ácido ascórbico do suco armazenado em temperatura ambiente sofreu queda maior ao longo do tempo. Além disso, há perda significativa da vitamina após 12 horas de extração, tanto no suco armazenado em temperatura ambiente quanto em refrigeração, conforme demonstrado pelo valor de p menor que 0,05, pelo método ANOVA two way. Entretanto, não foi encontrada relação direta entre a degradação da vitamina C e o escurecimento do suco, apesar de o suco sofrer alteração na cor, ao longo do tempo analisado.

Palavras-Chave: vitamina C; cinética de degradação; cor; temperatura.

AVALIAÇÃO DA TAXA DE REMISSÃO DE PACIENTES COM DOENÇA DE GRAVES SOB O USO DE DROGAS ANTITIREOIDIANAS EM UM HOSPITAL PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

Ana Júlia Souza Malheiros – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluna bolsista
julia.malheiros@sempreceub.com
Isabela Santos Rossigneux Vieira – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluna voluntária
isabela.srvieira@sempreceub.com
Márcio Garrison Dytz – CEUB, professor orientador
marcio.dytz@ceub.edu.br

A doença de Graves (DG) é uma condição autoimune e a causa mais comum de hipertireoidismo, sendo mais prevalente em mulheres dos 20 aos 50 anos. Envolve aumento e hiperatividade da glândula tireóide resultante de fatores genéticos e ambientais. Sua patogênese parte da produção de autoanticorpos TRAb que estimulam os receptores de TSH, levando à hiperprodução de hormônios tireoidianos T3 e T4. Os principais sinais e sintomas são intolerância ao calor, sudorese, fadiga, perda de peso, taquicardia, alterações oculares e bócio. O diagnóstico é feito pelos achados no exame físico e pela dosagem hormonal elevada de T3 e T4 ou indetectável de TSH. São utilizadas 3 abordagens de tratamento: drogas antitireoidianas (DAT), iodo radioativo (I131) e tireoidectomia. As DAT são as mais prevalentes no Brasil e induzem a remissão da doença após 6 a 12 meses de uso, em 30 a 70% dos casos, ao reduzir a síntese de T3 e T4, contudo há alto percentual de recidiva (de 60 a 70%), intimamente relacionado com o tempo de administração das drogas e a adesão ao tratamento prolongado. Assim, este trabalho avalia a taxa de remissão de pacientes com hipertireoidismo secundário, a doença de Graves, sob o uso de DAT, no Hospital Regional de Sobradinho (HRS) do Distrito Federal, determinando o tempo médio de uso necessário para alcance da remissão e o perfil epidemiológico dos pacientes do referido hospital. Trata-se de estudo retrospectivo e transversal, de caráter descritivo com abordagem qualitativa e de natureza básica, documental com revisão de prontuários de pacientes que fizeram acompanhamento da DG no HRS, de 2015 a 2020. Foram analisados 33 pacientes com diagnóstico de hipertireoidismo no ambulatório de endocrinologia do HRS; destes, 29 são mulheres (4 homens); 93,9% fizeram uso de tapazol, e apenas 6,1% usaram propiltiouracil. A dose máxima utilizada foi de 60 mg, porém a maioria utilizou a dose de 30mg de tapazol (24,2%). Entre os pacientes avaliados, 6 entraram em remissão, com o uso de tapazol, e todos os pacientes que entraram em remissão com DAT tiveram recidiva da doença. Por fim, foram avaliados 29 pacientes, e a taxa de remissão do hipertireoidismo foi de 18,2% (n=6), o que vai de encontro com a literatura, que corresponde a uma média de 30 a 50%. Entretanto, entre os pacientes que remitiram com o tratamento primário, houve diferença estatística entre as idades de remissão. A média de idade de quem entrou em remissão foi 33+/- 7 anos, e quem não entrou em remissão foi 46 +/- 18(p valor= 0,008), apresentando significância estatística e colaborando para mais estudos relacionados ao hipertireoidismo.

Palavras-Chave: hipertireoidismo; doença de Graves; drogas antitireoidianas; tapazol.

AVALIAÇÃO DE MICRORGANISMOS PATOGÊNICOS PRESENTES EM TRANSPORTES PÚBLICOS NO DISTRITO FEDERAL

Beatriz de Queiroz – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluna bolsista
beatriz.queiroz@sempreceub.com
Danielly Bezerra da Silva – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluna voluntária
danielly.bs@sempreceub.com
Bruno Silva Milagres – CEUB, professor orientador
bruno.milagres@ceub.edu.br
Isabella Queiroz Costa – CEUB, colaboradora
isabella.queiroz@sempreceub.com

Brasília é uma metrópole remota e polinucleada, constituída por um centro e as cidades satélites, nas quais vive a maioria das pessoas que, frequentemente, desloca-se para o Plano Piloto, onde está concentrada a maior parte dos postos de trabalho da capital federal. Os ônibus interestaduais e semiurbanos são os meios de transportes mais utilizados pelos trabalhadores, sendo objeto de grande circulação de pessoas e potencial disseminador de microrganismos. Sendo assim, o objetivo do trabalho é desenvolver um estudo transversal sobre as possíveis variantes de microrganismos e a disseminação dos microrganismos no transporte público do Distrito Federal. Para isso, foram aplicados 108 questionários por meio das redes sociais, de modo a avaliar conhecimentos, atitudes e práticas dos indivíduos que utilizam transporte público do Distrito Federal, juntamente com levantamentos bibliográficos. Entre os participantes, 72,2% são do sexo feminino, com a mediana de idade de 37,2; 80,56% usaram o ônibus durante a pandemia, e 16,7% foram diagnosticados com a COVID-19. A maior parte dos entrevistados são moradores da cidade satélite de Ceilândia, 16,50%. Entre os usuários de ônibus, 9,3% pertencem à área da saúde, o que pode contribuir para a disseminação de microrganismos patogênicos, todavia a maior parte dos entrevistados são estudantes e estagiários, 22%. Dos entrevistados, 39,80% consideram a limpeza dos ônibus ruim em comparação com os 49,10% que a consideram boa. Entretanto, de acordo com 68,50% dos entrevistados, não houve a redução do número de passageiros no transporte, o que indica maior risco para a transmissão da COVID-19. Quando questionados sobre os cuidados pessoais adotados antes da pandemia, 49,10% não utilizavam nenhum método. Entre os entrevistados já diagnosticados com COVID-19, 72,20% não apresentavam nenhuma comorbidade, mas 5,60% possuíam diabetes, alterações genéticas, alterações respiratórias, e 11,10%, alterações cardíacas. Entre as pessoas diagnosticadas com COVID-19, o sexo feminino apresentou 83,3% enquanto o sexo masculino, apenas 16,7%, e 72,2% dessas pessoas não apresentavam comorbidades. Assim, pode-se entender que o interior dos ônibus é local de transmissão de diferentes categorias de microrganismos, como o vírus da SARS COVID-19, servindo como fonte de transmissão de microrganismos aos usuários do transporte, sendo necessários mais estudos para determinar a quantidade e o nível de infecção dos microrganismos no transporte público.

Palavras-Chave: microrganismos; transporte público; Brasília.

AVALIAÇÃO DA PUTREFAÇÃO EM TECIDO SUÍNO NA MICOLOGIA FORENSE

Gabriel Augusto Barbosa de Freitas Frazão Bittencourt – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluno bolsista
gabriel.bittencourt@sempreceub.com
Anabele Azevedo Lima – CEUB, professora orientadora
anabele.lima@ceub.edu.br
Luis Eduardo Santos Barros – CEUB, professor coorientador
luis.barros@uniceub.br
Poliana Marques Rodrigues – CEUB, colaboradora
poliana.rodrigues@sempreceub.com

A ciência forense é uma área que abrange os mais diversos conhecimentos utilizados para a resolução de intercorrências no âmbito criminal. Nesse contexto, surgiu a microbiologia forense, que conta com os avanços da biologia molecular, para que possam ser investigados os microrganismos presentes nas cenas de crime. Um desses organismos estudados em micologia forense são os fungos, por estarem envolvidos nos estágios de decomposição de cadáveres, que são grande fonte de sais para esses microrganismos. Por tratar-se de um campo de estudos relativamente novo, com aproximadamente 40 anos, há poucos artigos sobre esse assunto. Assim, a presente pesquisa tem como objetivo identificar quais são os principais grupos fúngicos que acometem os tecidos suínos em estado de putrefação, no *intervalo post mortem*, à luz da micologia forense. Trata-se de um estudo com experimento laboratorial, de, aproximadamente, dois meses e meio de prática. Como resultado da investigação, foi encontrado um fungo que apresenta traços de semelhança com *Candida spp.*, um dos principais fungos ambientais envolvidos na putrefação no Brasil. Conclui-se que são necessárias mais pesquisas, a fim de aumentar o banco de dados sobre fungos, que, juntamente com dados ambientais, tais como clima e umidade, auxiliam a obtenção de respostas para a perícia criminal.

Palavras-Chave: micologia forense; putrefação; fungo.

AVALIAÇÃO DE SINTOMAS NEUROLÓGICOS EM PACIENTES INFECTADOS POR SARS-COV-2 E SUA CORRELAÇÃO COM O PROGNÓSTICO

Beatriz Luna Coutinho de Almeida – CEUB, PIC/PIBIC COVID-19 CEUB, aluna bolsista
beatriz.coutinho@sempreceub.com
Maria Paula Goulart de Abreu Catta Preta – CEUB, PIC/PIBIC COVID-19 CEUB, aluna voluntária
mpcattapreta@sempreceub.com
Márcio Garrison Dytz – CEUB, professor orientador
marcio.dytz@ceub.edu.br
Talyta Cortez Grippe – Krembil Research Institute/Toronto Western Hospital, professora coorientadora
talytagrippe@gmail.com

Os primeiros casos de doenças respiratórias agudas de etiologia indeterminada foram registrados em dezembro de 2019. Posteriormente, a nova doença foi denominada COVID-19. Em março de 2020, a OMS declarou o surto como uma pandemia. Na maioria dos casos, a doença apresenta-se, inicialmente, como uma síndrome gripal, relacionada a outros sintomas, como dor abdominal, mialgia e cefaleia. Além disso, pacientes infectados pelo vírus e com comorbidade prévia – como hipertensão, diabetes e doenças cardiovasculares – apresentaram maiores complicações e internações em Unidades de Terapia Intensiva. Além disso, uma parcela dos pacientes infectados teve sintomas neurológicos, por exemplo, tontura, cefaleia e alterações no olfato e no paladar. A pesquisa teve como objetivo evidenciar os sintomas neurológicos em pacientes diagnosticados com COVID-19, no Distrito Federal e correlacioná-los com o prognóstico. A metodologia baseou-se em estudo observacional retrospectivo. Foram obtidos dados de pacientes entre maio e outubro de 2020. Um questionário elaborado pelos pesquisadores foi a base da coleta de dados epidemiológicos, medicações utilizadas, presença ou não de sintomas neurológicos, entre outros. Foram analisados 327 pacientes divididos em 3 grupos: com sintomas neurológicos, sem sintomas neurológicos e com comorbidade neurológica prévia. Os grupos foram analisados separadamente, e os dados, pelo *software* estatístico JAMOV, a fim de correlacionar os 3 grupos. Foram avaliados os dados epidemiológicos, sendo o sexo feminino mais prevalente e a idade média estatisticamente relevante (p=0.001). Os principais sintomas iniciais relatados foram síndrome gripal e dispneia, além dos neurológicos, como cefaleia refratária, AVC e RNC. Ademais, o estudo correlaciona o maior uso de medicações de diferentes classes – como anti-hipertensivos e hipoglicemiantes – aos pacientes com sintomas e comorbidades neurológicos. Os desfechos dos quadros analisados por subgrupo foram piores nos indivíduos com sintomas e comorbidades neurológicos; o tempo de internação, a necessidade de VM e a evolução fatal, por exemplo, foram maiores nesses casos. O uso de medicações, como antibióticos, corticoides e DVA, foi menos prevalente nos pacientes do grupo de controle, demonstrando apresentação de infecção mais leve e menor ocorrência de infecções bacterianas sobrepostas ao vírus. Na Escala Rankin, os grupos de sintomas neurológicos e comorbidades neurológicas apresentaram maior prevalência de pontuação 6 (máxima – óbito). Diante dos dados, infere-se que a manifestação da COVID-19 relacionada a sintomas neurológicos pode apresentar casos de infecção mais grave em comparação a pacientes sem esses sintomas. A análise de pacientes com comorbidades neurológicas possibilita inferir o pior quadro. Estudos que

relacionem a ação do vírus Sars-Cov-2 com o sistema nervoso e que visem entender as consequências, a longo prazo, das manifestações neurológicas são necessários.

Palavras-Chave: COVID-19; sintomas neurológicos; comorbidades neurológicas.

AVALIAÇÃO DO PERFIL DE SINTOMAS NÃO MOTORES E DAS CARACTERÍSTICAS ELETRONEUROFISIOLÓGICAS EM PACIENTES COM DISTONIA

Renata Gabriela de Morais Vargas – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluna bolsista
renata.vargas@sempreceub.com
Gustavo Carvalho de Oliveira – CEUB, professor orientador
gustavo.oliveira@ceub.edu.br
Talyta Cortez Grippe – Krembil Research Institute/Toronto Western Hospital, professora coorientadora
talytagrippe@gmail.com

A distonia é um distúrbio caracterizado por contrações musculares sustentadas ou intermitentes que causam movimentos posturais anormais e repetitivos. Os movimentos distônicos são tipicamente padronizados, torcidos e podem ser trêmulos. É, portanto, uma síndrome em que há cocontração muscular simultânea, sustentada ou intermitente de músculos agonistas e antagonistas. Avalia-se a prevalência dos sintomas não motores e as características eletroneurofisiológicas em dois grupos de pacientes diagnosticados com distonia, em ambulatório de referência em distúrbios do movimento do Instituto de Gestão Estratégica do Hospital de Base. Em um deles, verificaram-se os aspectos não motores enquanto, no outro, as características eletroneuromiográficas. O primeiro fez-se por meio da aplicação de questionários – NMSS, MOCA, HADS, YBOCS, FAB – em pacientes com distonia primária, secundária e em grupo de controle. A análise neurofisiológica, no segundo grupo, foi feita por meio de exames de eletroneuromiografia para exame do período silente. Em relação aos sintomas não motores, obteve-se uma coorte de 60 pacientes; 60% (n=36) eram mulheres, e 40% (n=24) eram homens. No que concerne às idades dos pacientes, teve-se a média de 53,91 anos. Em relação aos tipos de distonia, 77% (n=46) são do tipo cervical, e 23% (n=14) são do tipo facial, blefarospasmo; 80% (n=48) dos pacientes têm a distonia primária, e 20% (n=12), a secundária. Os tipos de distonia por etiologia são a primária e a secundária. Todos os pacientes possuem distonia cervical, secundária; entre os pacientes com distonia primária, 29,2% tinham a do tipo facial, e os demais, a do tipo cervical (p=0,033). A média de idade dos pacientes por categoria foi de 58 anos para a distonia primária e 48 anos para a secundária (p= 0,01). Em relação aos sintomas não motores, ansiedade e depressão, apresentaram-se valores significativos na coorte (p=0,004). Na coorte de análise do período silente, avaliaram-se 72 pacientes, sendo 38 mulheres (52%) e 34 homens (48%). Entre as mulheres, 14 eram do grupo controle, 20 distônicas primárias e 4 distônicas secundárias. Entre os homens, 10 eram do grupo de controle, 18 distônicos primários e 6 distônicos secundários. A média de idade em relação à categoria de distonia, no grupo de controle, foi 46,8 anos, na distonia primária, 51,8, e, na distonia secundária, 52,6. Nos parâmetros de ENMG, houve aumento da duração do período silente. Ratifica-se a presença de sintomas não motores em pacientes distônicos e possíveis alterações em exames eletroneuromiográficos, o que sugere possível método diagnóstico.

Palavras-Chave: distonia; sintomas não motores em distúrbios do movimento; ansiedade; depressão em pacientes com distúrbios do movimento; período silente.

AVALIAÇÃO DO USO DE ANTI-HELMÍNTICO CONVENCIONAL DE FORMA ISOLADA, COMPARADA AO USO ASSOCIADO COM FITOTERÁPICO *ALLIUM SATIVUM* NO TRATAMENTO DE VERMINOSES EM CAPRINOS

Fabiana de Oliveira Fernandes – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluna bolsista
fabiana.of@sempreceub.com
Stefanny Taynaray Pontes Sousa – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluna voluntária
stefanny.taynaray@sempreceub.com
Lucas Edel Donato – CEUB, professor orientador
lucas.donato@ceub.edu.br
Isabela Cristina Alves Cavalcante – CEUB, colaboradora
isabela.cavalcantee@sempreceub.com
Luana de Carvalho Santos – CEUB, colaboradora
luana.csantos@sempreceub.com
Mariana Santos Coelho – CEUB, colaboradora
mariana.coelho@sempreceub.com

A caprinocultura é uma atividade que vem crescendo no Brasil, nos últimos anos. Um dos maiores obstáculos a essa atividade é a helmintose, que gera muitas perdas ao produtor, principalmente se o tratamento não for estratégico, podendo causar resistência aos anti-helmínticos. A fitoterapia surge como uma alternativa para evitar resistência e resíduos deixados pelos anti-helmínticos convencionais. Dessa forma, o presente estudo tem o objetivo de avaliar a eficácia do *Allium sativum* no tratamento de helmintoses em caprinos. Para o experimento, foram selecionadas 44 fêmeas, que apresentaram OPG menor ou igual a 500 e/ou FAMACHA maior que 2. Esses animais foram divididos em 3 grupos, em que A recebeu alho, B, albendazol, e C, alho. Para o acompanhamento de resultados, foram analisados os dados de frequência cardíaca, respiratória, escore de condição corporal, FAMACHA e OPG de todos os animais selecionados. O método McMaster foi aplicado para determinar a resposta parasitária ao tratamento definido para cada grupo, assim como o método FAMACHA, em que se analisa a coloração de mucosas, sinalizando a necessidade de uso de anti-helmínticos. Os resultados de eficácia para os grupos A, B e C foram, respectivamente, 26,81%, 83,87% e 93,10%. O alho demonstrou-se ineficaz no grupo A, pois o valor de eficácia está abaixo da referência, que é de 90%. Os animais do grupo B apresentaram resistência ao princípio ativo albendazol, pois o resultado da eficácia foi abaixo de 90%. O grupo C, dos animais mais jovens, apresentou taxa maior de eficácia. Observou-se serem necessários mais estudos sobre o uso de alho no tratamento de helmintoses em caprinos, para determinar a melhor forma de administração do fitoterápico.

Palavras-Chave: *Allium sativum;* alho; caprinos; helmintose.

AVALIAÇÃO DOS EFEITOS DE DESCONTAMINANTES AMBIENTAIS USADOS PARA CORONAVÍRUS SOBRE ESPÉCIES AQUÁTICAS

Millena de Lima Ribeiro – CEUB, PIC/PIBIC COVID-19 CNPq, aluna bolsista
millena.lima@sempreceub.com
Heloisa Castro de Aguiar – CEUB, PIC/PIBIC COVID-19 CNPq, aluna voluntária
heloisa.caguiar@sempreceub.com
Eduardo Cyrino de Oliveira Filho – CEUB, professor orientador
eduardo.cyrino@ceub.edu.br
Darlan Quinta Brito – UnB, colaborador
darlan_aguia@yahoo.com.br

A ecotoxicologia é a ciência responsável pelo estudo dos efeitos adversos das substâncias químicas sobre os ecossistemas. Nesse contexto, ensaios ecotoxicológicos têm sido utilizados com as principais ferramentas para avaliar esses efeitos sobre as espécies vivas. No Brasil, com a pandemia de COVID-19, várias cidades utilizam produtos químicos desinfetantes para descontaminação de ambientes externos, incluindo as ruas públicas. Todavia, esses agentes químicos desinfetantes tendem a escoar pela drenagem urbana, pelas águas pluviais ou pelo esgoto e atingir os recursos hídricos. Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é avaliar e apresentar os efeitos adversos do álcool 70%, da marca Zelle+, e do hipoclorito de sódio, da marca QBoa, na imobilidade de uma espécie planctônica e na sobrevivência de uma espécie bentônica, ambas de água doce. Para isso, foram realizados ensaios ecotoxicológicos agudos com o microcrustáceo *Ceriodaphnia dubia* e o gastrópode *Biomphalaria glabrata*. Os métodos de ensaio seguiram os padrões da ABNT para *C. dubia* e de trabalhos publicados para *B. glabrata*. Os resultados obtidos mostraram que, após 24 horas de exposição, o microcrustáceo *C. dubia* foi mais sensível a ambas as substâncias, com CEs50 de 0,45% e 0,0000024%, enquanto o caramujo *B. glabrata* se mostrou mais resistente com CLs50 de 33,63% e 0,02% para o etanol e para o hipoclorito de sódio, respectivamente. Esses dados evidenciam que os produtos apresentam efeito tóxico agudo para espécies aquáticas testadas em concentrações bem abaixo das aplicadas no ambiente e, desse modo, devem ser utilizados com prudência, buscando evitar a possibilidade do escoamento superficial.

Palavras-Chave: recursos hídricos; contaminação; escoamento superficial; ecotoxicologia.

BARREIRA ACÚSTICA PARA A PROTEÇÃO DA ICTIOFAUNA EM HIDRELÉTRICAS BRASILEIRAS

Letícia de Paula Lucena Mota – CEUB, PIC/PIBIC CNPq, aluna bolsista
leticia.mota@sempreceub.com
Sergio Luiz Garavelli – CEUB, professor orientador
sergio.garavelli@ceub.edu.br
Armando de Mendonça Maroja – UnB, colaborador
armaroja@unb.br

A energia elétrica representa um papel importante na história, pois alterou comportamentos e propiciou melhorias significativas na qualidade de vida da sociedade. Por conseguinte, esse tipo de energia é fundamental para os seres humanos, e há a busca constante para o aumento do potencial elétrico no mundo. Atualmente, a energia hidráulica, no Brasil, representa mais de 65% da matriz elétrica. Entretanto, a produção de energia tem como consequências impactos ambientais nos cursos d´água e prejuízos à população de peixes. Para preservar rotas migratórias de peixes, usinas hidrelétricas têm adotado sistemas de transposição e avaliado alternativas para a repulsão da ictiofauna, visando evitar o acúmulo de peixes no sopé das barragens que resultam na mortandade em turbinas e vertedouros, em especial, durante as manutenções periódicas e intempestivas das turbinas. Este trabalho é parte de um projeto de pesquisa e desenvolvimento que propõe e testa uma barreira acústica para atender as particularidades das espécies de peixes pertencentes à área de estudo, a Usina Hidrelétrica de Jirau, situada em Roraima, na região amazônica. A tarefa específica foi simular diferentes configurações de barreiras acústicas, com o objetivo de encontrar uma barreira ideal com potencial de afugentar a ictiofauna à jusante dos tubos de sucção, durante a manobra de parada, evitando o aprisionamento, o sofrimento de injúrias ou a morte dessas espécies. A elaboração do projeto desse mecanismo de proteção teve como ponto de partida dois parâmetros acústicos, determinados anteriormente pelo grupo de pesquisa responsável pelo projeto: o menor nível de estímulo sonora detectável, de 120 dB, re: 1µPa e a faixa de frequência entre 100 e 5000Hz, de audição dos peixes amazônicos mais comuns encontrados no local de estudo. Na simulação da barreira ideal, além do limiar de audibilidade da ictiofauna e dos limites de frequências audíveis, foi levado em conta o som residual produzido pela operação das turbinas, a relação entre sinal e ruído e o decaimento da intensidade do som na água, chegando a uma barreira com intensidade acima de 160 dB, re: 1µPa. Por fim, com a utilização de um *software* adequado, simularam-se dois tipos de arranjos de fontes sonoras, o primeiro com única fonte e o segundo com quatro fontes. Os resultados indicaram que os dois arranjos propostos são eficientes e têm potencial de afugentamento e proteção da ictiofauna à jusante de barragens de usinas hidroelétricas, localizadas na região amazônica. Como resultado, tem-se a indicação do arranjo, com uma fonte sonora, como suficiente para o propósito, pois apresenta a melhor relação entre custo e benefício.

Palavras-Chave: usinas hidrelétricas brasileiras; ictiofauna; barreira acústica.

CARACTERIZAÇÃO GEOTÉCNICA DAS ÁREAS DE RISCO GEOLÓGICO-GEOTÉCNICO DO SETOR HABITACIONAL FERCAL

Francisco Evaristo de Assis Júnior – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluno bolsista
francisco.evaristo@sempreceub.com
Lázaro de Sousa Gonçalves – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluno voluntário
lazaro.sg@sempreceub.com
Luango Augusto Feitosa Ahualli – CEUB, professor orientador
luango.augusto@ceub.edu.br

O processo de ocupação e urbanização brasileiro tem como característica a falta de planejamento e o crescimento acelerado. No Distrito Federal, essa realidade não é diferente. O Setor Habitacional Fercal, por exemplo, formou-se sem o devido planejamento, o que se tornou a condicionante para a ocorrência de desastres. Levantamento de área de riscos realizado pela Defesa Civil do Distrito Federal verificou que, no Setor Habitacional Fercal, existem oito locais com alertas considerados graves. Sendo assim, neste trabalho, foram utilizados os programas HEC-RAS e QGIS para verificar quais áreas habitadas, próximas ao córrego Engenho Velho, sofrem risco de inundação. Além disso, por meio do Google Earth, foi realizada a classificação e a marcação de 754 residências no Bairro Engenho Velho, quanto ao padrão construtivo, à técnica construtiva, à topografia e à infraestrutura, com o objetivo de verificar a resistência e a predisposição das edificações ao fenômeno de inundações. Assim, mediante a composição das cartas geotécnicas e a aplicação da classificação, verificou-se que foi atingido pela mancha de água o total de 145 residências, que representa 19% das edificações selecionadas. As residências classificadas que apresentaram os melhores resultados, chamadas de *tipo 1*, não foram atingidas pela água. Nesse sentido, restou demonstrado que o risco de inundação no Bairro Engenho Velho, no Setor Habitacional da Fercal está diretamente relacionado com a falta de planejamento urbano. Ademais, verificou-se que a utilização de modelos hidrológicos, como HEC-RAS e cartas geotécnicas, são ferramentas importantes para a análise de risco de desastres que devem ser empregadas para o mapeamento de áreas de riscos, e, consequentemente, devem ser utilizadas para auxiliar as tomadas de decisões relacionadas a prevenção e controle de desastres.

Palavras-Chave: urbanização; cartas geotécnicas; área de risco; inundação.

CEGUEIRA DE MUDANÇAS: O EFEITO DO REFORÇAMENTO NA DETECÇÃO DE MUDANÇAS DE INTERESSE CENTRAL E MARGINAL EM UNIVERSITÁRIOS MEDICADOS E NÃO MEDICADOS, PORTADORES DE TDAH

Bruna Kreutz Ames – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluna bolsista
bruna.k.ames@sempreceub.com
Paulo Roberto da Cunha Cavalcanti de Almeida – CEUB, professor orientador
paulo.cavalcanti@ceub.edu.br

Este relatório tem como objetivo principal compreender como as consequências ambientais podem influenciar o fenômeno da cegueira de mudanças, sobretudo, quando relacionado ao TDAH. Mais especificamente, visa verificar o efeito do reforçamento no comportamento de identificar mudanças de interesse central e marginal no ambiente, em indivíduos com TDAH. Para isso, 18 participantes foram divididos em 3 grupos: o de controle, o com diagnóstico de TDAH não medicado e o com TDAH medicado. Os participantes foram individualmente submetidos a uma tarefa de imagens intermitentes, na qual pares de imagens idênticos, exceto por uma modificação entre eles de interesse central ou marginal, intercalavam-se repetidamente. Os participantes foram requisitados a identificar as mudanças o mais rapidamente possível. Mediante o uso de um delineamento ABC, a atividade continha três condições. Na condição A, não houve qualquer reforçamento para o comportamento de identificar mudanças; na fase B, os participantes foram reforçados conforme o seu desempenho ao final da atividade; na etapa C, o reforço foi disponibilizado de modo contingente às respostas. Em cada condição, os participantes avaliavam 16 imagens, metade com mudanças de interesse central e metade com mudanças de interesse marginal. Cada aplicação foi gravada para posterior mensuração dos tempos de reação. Foi verificado que o uso do reforço entre as condições A e B e A e C exerceu influência significativa no desempenho tanto do grupo neurotípico quanto dos grupos com TDAH medicado e não medicado, indicando que a inserção do reforço pode resultar em melhora no comportamento de atenção, ao identificar mudanças em cenas contextuais. Além disso, foi identificado melhor desempenho em todos os grupos, na identificação de mudanças em imagens de interesse central, em relação às de interesse marginal, indicando atuação mais intensa do reforço nos padrões de discriminação em mudanças de interesse central.

Palavras-Chave: cegueira de mudanças; TDAH; atenção; reforçamento; controle de estímulos.

CIRURGIA CARDÍACA CONVENCIONAL X MINIMAMENTE INVASIVA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA EM HOSPITAIS TERCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL

Maria Clara Rocha Zica – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluna bolsista
maria.zica@sempreceub.com
Maria Paula Meireles Fenelon – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluna voluntária
mariafenelon@sempreceub.com
Isaac Azevedo Silva – CEUB, professor orientador
isaac.silva@ceub.edu.br
Helmgton José Brito de Souza – Cardiovascular Associados, colaborador
hjbsouza@gmail.com

A cirurgia cardíaca é uma das especialidades médicas que mais evoluiu nos últimos anos, influenciada pelo crescente avanço tecnológico e associada ao acúmulo de experiências e de informações científicas obtidas ao longo do tempo. Este estudo tem como objetivo comparar os desfechos dos pacientes submetidos à cirurgia cardíaca minimamente invasiva com os submetidos à cirurgia convencional em hospitais terciários do Distrito Federal. Trata-se de um estudo retrospectivo longitudinal, observacional com análise quantitativa de um banco de dados de pacientes submetidos à cirurgia minimamente invasiva e à cirurgia convencional, no período de janeiro de 2019 a dezembro de 2020. O grupo A (pacientes submetidos à cirurgia minimamente invasiva) foi formado por 23 indivíduos (12 do sexo masculino e 11 do sexo feminino) com idade entre 28 e 76 anos (média 56,17 ± 17,19). O grupo B (cirurgia convencional) foi formado por 52 pacientes (39 do sexo masculino e 13 do sexo feminino) com idade entre 39 e 85 anos (média 61,69 ± 11,06). Verificou-se que o tempo de circulação extracorpórea foi de 114,93 min (± 54,60) no grupo A e de 106,54 (± 34,36) no grupo B. O tempo de isquemia foi menor no grupo A, 83,6 min (± 34,98), em relação ao grupo B, 88,96 (± 28,00). Foram avaliados os seguintes diagnósticos: tipo de procedimento; tempo de CEC; tempo de anóxia; mortalidade hospitalar. É plausível considerar que ambas as abordagens apresentam vantagens e desvantagens que devem ser levadas em conta no momento da decisão cirúrgica. No entanto, não é possível estimar superioridade absoluta entre os dois tipos de cirurgias visto que, quando bem indicados, mostram-se eficazes e com excelentes resultados. Faz-se necessária a ampliação dessa casuística para avaliação estatística, com maiores comparações de desfechos entre os dois tipos de procedimentos.

Palavras-Chave: procedimentos cirúrgicos cardiovasculares; procedimentos cirúrgicos minimamente invasivos; esternotomia.

COMO ALTERAR A PERCEPÇÃO SOBRE O TRABALHO? O PAPEL DAS COMPETÊNCIAS POLÍTICAS NO COMPORTAMENTO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

Maira Gabriella Araújo Caetano de Souza Vianna de Brito – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluna bolsista
mairagacs@sempreceub.com
Igor Guevara Loyola de Souza – CEUB, professor orientador
igor.souza@ceub.edu.br

A competência política é um conjunto de características que surgiu há mais de duas décadas e é atribuída como um fator necessário ao bom desenvolvimento organizacional. Este estudo visa à aplicação de um questionário que verifique as competências políticas, a percepção de justiça organizacional e o comprometimento afetivo de servidores públicos da administração brasileira, tendo como objetivo geral explicar o efeito das competências políticas em nível individual, na relação entre justiça organizacional e comprometimento organizacional, em órgãos públicos brasileiros. A presente pesquisa, com abordagem quantitativa, examina a administração pública, contemplando órgãos localizados em todo Brasil. A amostragem foi definida por conveniência e teve 100 respondentes. O instrumento passou por validação teórica, utilizando os seis critérios propostos por Pasquali (1999) e a semântica. Além da análise de confiabilidade, para validar fatores obtidos no questionário, foi feita a verificação estatística descritiva de cada fator e a análise de moderação de competência política sobre a relação de justiça organizacional e o comprometimento afetivo. Foi obtida como resultado a influência do fator *sinceridade aparente* na moderação entre comprometimento afetivo e justiça organizacional.

Palavras-Chave: competência política; comprometimento afetivo; justiça organizacional.

COMPARAÇÃO DO TRATAMENTO DO PLASMA RICO EM PLAQUETAS (PRP) E APLICAÇÃO DO MINOXIDIL NO TRATAMENTO CAPILAR

Anna Carolina Teixeira Lengruber Amaral – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluna bolsista
anna.amaral@sempreceub.com
Maria Luiza Santos Cardoso – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluna voluntária
ml.santosc@sempreceub.com
Márcio Rabelo Mota – CEUB, professor orientador
marcio.mota@ceub.edu.br
Eunice Lopes Soares – CEUB, colaboradora
eunice.soares@sempreceub.com

A alopecia é a queda geral ou parcial dos pelos, podendo extremar-se na calvície. A androgenética é caracterizada clinicamente pela rarefação simétrica de cabelos em couro cabeludo frontal e coroa. O medicamento minoxidil foi desenvolvido para o tratamento da hipertensão arterial, entretanto percebeu-se que aumenta a duração da fase anágena, ou seja, faz que os folículos restantes cresçam e aumenta os miniaturizados. Por sua vez, o plasma rico em plaquetas (PRP) é utilizado como alternativa ao tratamento da alopecia, pois é um produto derivado do processamento laboratorial de sangue autólogo e rico em fatores de crescimento que promovem a proliferação e a diferenciação celular, reparando e regenerando o tecido lesado. O objetivo principal do trabalho é comparar o emprego do PRP com o uso do minoxidil para o tratamento da alopecia androgenética em homens de diferentes faixas etárias. Por conseguinte, como objetivo secundário, avalia-se a eficácia do fator de crescimento de cada método. Trata-se de um estudo descritivo exploratório, realizado mediante abordagem qualitativa. Um grupo aplicou minoxidil do tipo injetável, e outro aplicou PRP de forma randomizada. Foram analisados 20 voluntários homens entre 18 e 60 anos. Durante a pesquisa, houve 25% de desistência pela localização da clínica e pelos horários que se chocam com os de trabalho; 10% desses foram voluntários de PRP. Entre os 75% restantes, 13,3% relataram queda de cabelo, um deles após a 6ª aplicação de minoxidil, enquanto o outro, de PRP, após a 3ª aplicação; todavia, 86,6% perceberam redução da queda capilar. Entre os voluntários de PRP, apenas 20% não tiverm nenhum tipo de crescimento de folículos após a segunda aplicação, e todos apresentaram expansão capilar discreta. Todos os voluntários do minoxidil começaram a ter resultados a partir da 3ª aplicação, seja por redução da queda de cabelo, seja por crescimento discreto de folículos, isto é, todos apresentaram aumento capilar. Todos os voluntários do projeto apresentaram crescimento folicular na região anterolateral do osso frontal, enquanto 40% tievram crescimento na região parietal. Nenhum voluntário teve aumento capilar na região occipital. Apenas 15% dos voluntários tinham folículos novos da coloração padrão de seus fios, enquanto 85% tiveram crescimento capilar de coloração loira; 10% desses eram loiros na infância. Assim, o procedimento PRP apresentou melhores resultados diante da redução da queda capilar e do crescimento quando comparado ao tratamento com minoxidil, que, pelo intervalo de aplicações de 3 semanas, foi melhor absorvido pelos pacientes. Por outro lado, o minoxidil apresenta resultados a partir da sétima aplicação.

Palavras-Chave: alopecia; minoxidil; plasma rico em plaquetas.

COMPARAÇÃO ENTRE AS TERAPIAS UTILIZADAS NA SÍNDROME DA DOR FEMOROPATELAR: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

Diego Rabello Iglesias – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluno bolsista
diego.iglesias@sempreceub.com
Bruno Vasconcelos Gomes de Matos – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluno voluntário
brunowert@sempreceub.com
Filipe Dinato de Lima – CEUB, professor orientador
filipe.dinato@ceub.edu.br

A síndrome da dor patelofemoral é localizada na face anterior do joelho, é prevalente em praticantes de atividade física e acomete 25% da população. Sua causa é multifatorial e pouco compreendida. Com isso, existem diversas terapias presentes na literatura, com focos diferentes. Este trabalho tem como objetivo realizar a revisão de literatura, de forma a reunir as principais terapias não farmacológicas ou cirúrgicas que tenham o intuito de melhorar a sintomatologia dessa síndrome. O objetivo específico é comparar os dados obtidos nos artigos reunidos, hierarquizar as terapias conforme sua efetividade e identificar possíveis discordâncias presentes na literatura. Como metodologia, foi realizada a revisão integrativa nas bases de dados SciELO, BVS Salud, PUBMED e Google acadêmico. A seleção de artigos foi feita por dois pesquisadores individualmente, resultando em 49 artigos finais, dos quais foram extraídos os dados, e realizada a discussão. Como resultado, observou-se que o fortalecimento da região atingida pela dor, terapia mais presente na literatura, tem grande eficácia na melhora sintomatológica, sem diferença significativa dos agrupamentos musculares abordados pelos artigos selecionados. Além disso, constatou-se que ultrassom, compressão isquêmica, campo eletromagnético, bandagem e terapia com *laser* em alta intensidade têm o potencial de exacerbar as melhoras obtidas pelo fortalecimento. A educação sobre manejo de carga, movimento do exercício e controle do valgo do joelho apresentou benefícios tanto isolados como associados a outras terapias. *Neurofeedback*, alongamento, terapia manual, retrocaminhada, técnicas de modificação de marcha, uso de joelheira e bandagens tiveram resultados positivos em relação à condução da sintomatologia da síndrome. As técnicas de agulhamento seco não demonstraram consenso, mas os artigos que atestaram insucesso da terapia alertaram para a quantidade insuficiente de sessões. A acupuntura não demonstrou diferença no grupo placebo. Verificou-se que a população acometida pela síndrome da dor patelofemoral não é homogênea e que, apesar de a terapia de fortalecimento multimodal ter efeito na redução, uma parcela das pessoas pode não responder a ela e necessitar de intervenção individualizada, focalizada em problemas identificados. Com isso, é importante o conhecimento das várias terapias disponíveis na literatura, capazes de abordar essa síndrome.

Palavras-Chave: síndrome da dor patelofemoral; reabilitação; terapia.

CONHECIMENTO, ATITUDE E PRÁTICA (CAP) DOS USUÁRIOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

João Luís Lima Albuquerque – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluno bolsista
joaollalbuquerque@sempreceub.com
Lucas Edel Donato – CEUB, professor orientador
lucas.donato@ceub.edu.br
Unidade Básica de Saude 1 da Candangolândia – instituição colaboradora

A população brasileira tem um sistema público de saúde com princípios e diretrizes e aberto à participação popular. A partir da criação e da normatização do Sistema Único de Saúde e de suas singularidades, organizado em níveis de atenção, compôs-se a Unidade Básica de Saúde (UBS) como porta de entrada para o acesso aos serviços de saúde. A presente pesquisa tem como objetivo descrever o conhecimento, a atitude e a prática (CAP) dos usuários da atenção primaria de uma região administrativa do DF. Para tanto, foi feito um estudo transversal com componente descritivo e analítico, com abordagem quantitativa, utilizando a metodologia CAP. Entre os dados levantados, é possível observar fragilidades significativas relacionadas ao conhecimento dos usuários sobre os serviços disponíveis na UBS, em especial quanto a atendimento odontológico. Identificou-se a ausência da participação popular na gestão da saúde da região, onde somente 1 dos entrevistados relatou participar de grupo comunitário relativo à saúde. Entre os pontos fortes levantados pela pesquisa, pode-se destacar a qualidade do serviço e a indicação de retorno do usuário à UBS. Assim, a presente pesquisa considera que existe indicação de não adesão do usuário à atenção primária relacionada às lacunas no conhecimento da disponibilidade e do acesso aos serviços dispostos, no entanto salienta-se que outros fatores podem ser relacionados a essa negativa. Dessa forma, o presente estudo propõe novas pesquisas sobre aspectos não só voltados ao usuário, mas também à UBS e às características e às necessidades do seu território.

Palavras-Chave: atenção primária em saúde; estratégia de saúde da família; gestão em saúde pública.

CORONAVÍRUS NAS PERIFERIAS DO *JORNAL NACIONAL*

Mariana Fraga Duarte – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluna bolsista
mariana.fraga@sempreceub.com
Luiz Claudio Ferreira – CEUB, professor orientador
luiz.ferreira@ceub.edu.br

O objetivo desta pesquisa é investigar de que forma o *Jornal Nacional*, da TV Globo, tratou das realidades de comunidades periféricas brasileiras na cobertura jornalística sobre a pandemia do coronavírus em 2020 e se realiza prestação de serviço ao público não privilegiado nesse contexto. Essa dúvida é considerada um problema de pesquisa, pois reflete sobre quais são as opções narrativas diante da complexidade do tema. Os estudos sobre a participação popular nos noticiários relacionam-se com o *ethos* da atividade referente à necessidade de responsabilidade social do profissional da notícia. Para chegar ao objetivo principal desta pesquisa, foram utilizadas estratégias metodológicas de análise documental e de conteúdo, de forma a realizar observações sistemáticas sobre 28 reportagens que foram ao ar em 314 edições do telejornal, selecionadas como amostra para o levantamento. O período considerado para análise compreendeu 12 meses a partir de abril de 2020, quando o Brasil estava próximo da marca de duas mil mortes por coronavírus. Mediante esse viés, os materiais foram categorizados em cinco tipologias (culpabilização do vulnerável, dramáticas, educativas, políticas e de solidariedade externa) criadas para a organização da pesquisa. A partir das reportagens, em primeiro lugar, destaca-se que as periferias não fizeram parte da priorização do *Jornal Nacional*. Nas 28 reportagens analisadas, a categoria *dramática*, em que se priorizam as histórias de famílias afetadas pela pandemia ou vítimas da doença, foi a mais identificada. Apesar de dar espaço para as questões e os dramas diante das desigualdades sociais, falta nos materiais a busca das causas e das soluções para os problemas. Entre as categorias do emaranhado de informações, as periferias de São Paulo e do Rio de Janeiro são mais contempladas do que as de outros locais. Após um ano de estudo, é possível identificar que existem diferentes momentos das coberturas que variaram de espanto diante dos problemas a exemplos de falta de recursos. Fome, exclusão digital, educação e desemprego são temas recorrentes. Durante os meses difíceis da pandemia, como abril e março, há matérias que chegam a culpabilizar as vítimas e outras com o teor educativo, com objetivo de alertar sobre os sintomas da doença e a importância da higienização das mãos. Outras, porém, mantêm espírito elitista, ao comparar bairros nobres com os das periferias e afirmar que os tipos de moradias das comunidades pobres contribuem para o aumento da contaminação. A partir de julho, as reportagens de solidariedade sobressaem.

Palavras-Chave: periferias; coronavírus; jornalismo; pandemia; *Jornal Nacional*.

COVID-19 E AS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DISTRITO FEDERAL: A RELAÇÃO ENTRE AS MORTES CAUSADAS PELA PANDEMIA E O DIREITO FUNDAMENTAL À MORADIA ADEQUADA

Júlia Eduarda Dias Vaz – CEUB, PIC/PIBIC COVID-19 CEUB, aluna bolsista
juhvaz1310@sempreceub.com
Sabrina Durigon Marques – CEUB, professora orientadora
sabrina.marques@ceub.edu.br
Anna Luiza de Castro Gianasi – CEUB, professora coorientadora
anna.gianasi@ceub.edu.br

A notoriedade do direito à moradia adquire proporções significativas no período de pandemia de COVID-19, tendo em vista que uma das maiores recomendações da Organização Mundial da Saúde aponta para ficar em casa, lavar as mãos, usar máscaras e observar o distanciamento social. Conforme esse contexto, a presente pesquisa empírica objetiva responder se há ou não correlação entre o direito à moradia e a maior taxa de mortalidade por COVID-19 nas Regiões Administrativas (RA) do Distrito Federal (DF). Para isso, a partir da análise documental, levantaram-se os dados de mortalidade por coronavírus em cada RA do DF, relacionando-os com o déficit habitacional. Ademais, analisaram-se qualitativamente e quantitativamente as recomendações técnicas da Organização Mundial da Saúde e da Secretaria da Saúde do DF a partir dos dados disponíveis em seus *sites* oficiais, no período de 12 de março a outubro de 2020, a fim de verificar a importância da moradia adequada no período pandêmico. Foi feita análise quantitativa das políticas públicas relacionadas à moradia no mesmo período, elaboradas por secretarias do Governo do Distrito Federal, acessando a aba "notícias" do endereço eletrônico de cada uma delas, para verificar se houve garantia desse direito. Para analisar os dados, utilizou-se como marco teórico a base de autores de direitos fundamentais, direitos humanos, direito urbanístico, sociólogos, entre outros. Por fim, conclui-se que o coronavírus se revela de maneira desigual, no território, tendo maior taxa de mortalidades nas RA com maior déficit habitacional. A despeito das políticas públicas relativas à moradia no período de pandemia, percebe-se que não foram capazes de barrar a taxa de mortalidade, pois se comportam de forma diferente quando os dados são avaliados na geografia urbana, entre as regiões centrais e as periféricas. A partir do exposto, foi possível criar subsídios para constatar a hipótese de que há ligação entre as taxas de mortalidade por COVID-19 e o direito à moradia nas regiões periféricas do Distrito Federal, além de verificar a tendência no território da capital que é a desigualdade regional entre as RA e a constatação da ideia de centro e periferia, como aquele detentor de maiores garantias e essa marcada pela relativização de direitos, ou seja, o facismo social, que encontra, no coronavírus, terreno fértil para exercer seu poder de morte ou o necropoder. Essa constatação é de suma importância para o enfrentamento da pandemia, uma vez que o resultado é subsídio relevante para formular políticas públicas eficientes e territorializadas, com o objetivo de possibilitar prestações efetivas no que tange o direito à moradia nas áreas periféricas, cujo resultado, entre outros, seja também reduzir a mortalidade por COVID-19 no entorno do Distrito Federal.

Palavras-Chave: direito à moradia; COVID-19; taxa de mortalidade; regiões administrativas do Distrito Federal; política pública.

DEFESA CIVIL & SMS: ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE O SISTEMA DE ALERTA PRÉVIO E OS ALERTAS EMITIDOS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 NO DISTRITO FEDERAL

Ítalo de Alencar Farias Lopes – CEUB, PIC/PIBIC COVID-19 FAP/DF, aluno bolsista
italo.lopes@sempreceub.com
Mônica Igreja do Prado – CEUB, professora orientadora
monica.prado@ceub.edu.br

O projeto tem por objetivo conhecer como opera o sistema de alertas relativos à pandemia da COVID-19, para analisar a quantidade, a frequência e os temas. No dia 11 de março de 2020, pelo Decreto 45.509/20, o Governo do Distrito Federal (GDF) instituiu a suspensão das aulas e o funcionamento apenas de serviços essenciais no mesmo dia em que a Organização Mundial da Saúde decretara o estado de pandemia para o coronavírus. A partir do decreto, o GDF utilizou iniciativas para a comunicação de risco, entre eles, o sistema de alerta por SMS e TVA. O sistema de alerta, primeiramente por SMS, entrou em vigor, em 18/2/2018 e, a partir de 2020, por TVA. Os dados empregados na pesquisa são oficiais e foram obtidos junto ao Centro Nacional de Gerencialmente de Riscos e Desastres (CENAD) e na plataforma da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), no painel de dados, na aba *Utilidade Pública*, para o período de janeiro de 2018 a dezembro de 2020. Os Códigos de Endereçamento Postal (CEP) ativos, cadastrados e acumulados, até dezembro de 2020, somam 185.518. Os CEP cadastrados concentram-se nas regiões administrativas de Brasília, Ceilândia e Águas Claras. Os meses iniciais e finais do ano são os de maior volume de emissão, correspondendo ao período chuvoso, e as mensagens abordam baixa umidade do ar, chuvas intensas, seca, tremor de terra, vendaval, granizo, alagamentos, onda de calor, doenças infecciosas parasíticas e virais, sendo o meio da tarde, entre 15 e 18h, o período de maior emissão de alertas. O padrão de redação dos alertas é em quatro blocos: emissor, fato ou ocorrência, prevenção ou ação e contato ou telefone. Os textos apresentam inconsistências quanto ao uso de verbo no imperativo e de palavras que se tornam parônimas, pois o *software* de geração de caracteres não reconhece acentos e cedilhas. Do total de 302 alertas de 2020, 16,3% (15 alertas) foram para doenças infecciosas virais, classificadas como desastre natural biológico ou epidemias pela COBRADE, sendo emitidos 14 por SMS e 1 por TVA. Dos 15 emitidos, 8 tinham alertas tanto para COVID-19 como para dengue, pois o GDF enfrentou epidemia de dengue na pandemia de COVID-19. Os 15 alertas concentraram-se em 3 meses, sendo emitidos 3 em março, em abril, 9 e, em maio, 3. O único alerta por TVA é em abril, específico para dengue. Quanto ao período, 33% dos alertas foram emitidos entre 6h e 9h da manhã, e 46% entre 12h e 18 h. O padrão de redação dos alertas não foi uniforme, ora o foco é comando ou ação, ora é fato ou ocorrência. Os alertas para prevenção, emitidos entre março e maio, apoiaram o programa Sanear/DF, cujo objetivo era realizar ações integradas de higienização e limpeza em todo o Distrito Federal.

Palavras-Chave: defesa civil; sistema de alerta por SMS e TVA; alertas para COVID-19; Distrito Federal; comunicação para proteção e defesa civil.

DESENVOLVIMENTO DE PROTÓTIPO ELETRÔNICO PARA AUXÍLIO DE COLETA DE DADOS E EMISSÃO DE RELATÓRIO PARA OBTENÇÃO DE COEFICIENTE DE PERMEABILIDADE DE SOLOS

Elson Oliveira de Almeida – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluno bolsista
elson.oliveira@sempreceub.com
Pâmela dos Santos Quilici – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluna voluntária
pamela.quilici@sempreceub.com
Júlio César Sebastiani Kunzler – CEUB, professor orientador
julio.kunzler@ceub.edu.br

Esta pesquisa foi realizada, com o intento de reduzir a interferência humana e reprimir os problemas de perda de dados e leituras equivocadas que envolvem os levantamentos *in situ* durante estudos geotécnicos, como em ensaios de infiltração, para determinação do coeficiente de permeabilidade dos diferentes tipos de solos, além de contribuir com a tecnologia na engenharia civil, com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços tanto de quem produz quanto de quem utiliza. Para o desenvolvimento do protótipo, foram levantadas referências bibliográficas, a fim de esclarecer os métodos conhecidos e determinar qual é o mais indicado para a utilização na programação do *software* do equipamento, além da experiência técnica de campo dos desenvolvedores deste estudo. É sabido que, na construção civil, existem vários estudos que antecedem qualquer tipo de construção; em muitos deles, a equipe de campo responsável pelos serviços não os faz da maneira adequada como orientam as normas técnicas brasileiras, resultando em que diagnósticos e parâmetros sejam interpretados de maneiras equivocadas, dados sejam extraviados ou alterados, produzindo erros na elaboração de relatórios técnicos e falhas na elaboração de projetos. Para que problemas como esse sejam reduzidos, desenvolveu-se um protótipo que minimiza o fator humano em ensaios geotécnicos, reduzindo falhas e produzindo dados mais precisos e condizentes com a realidade. Para isso, foram utilizados *hardwares* que recebem uma programação capaz de processar os dados obtidos por sensores instalados no equipamento, sendo possível gerar um relatório final com o coeficiente de permeabilidade do solo estudado. Os resultados foram comparados com os estudos feitos da maneira convencional, para que ambos os produtos fossem analisados e seus parâmetros comparados, a fim de validar todos os dados como leituras relevantes. Com isso, foram gerados gráficos que comprovam a efetividade do protótipo, e, ao final do tempo de ensaio, foi produzido o coeficiente de permeabilidade do solo condizente com o tipo do material estudado, tudo isso feito de forma eletrônica. O protótipo e o *software* desenvolvidos apresentaram resultados satisfatórios. Os dados são colhidos de forma precisa e em tempo real, eliminando qualquer manipulação, perda de dados ou leitura equivocada de operadores humanos, gerando, assim, um produto confiável e oferecendo dados seguros para a elaboração de projetos que necessitam conhecer o coeficiente de permeabilidade.

Palavras-Chave: permeabilidade; ensaio; geotecnia; engenharia; infiltração.

DETERMINANTES NO MANEJO CLÍNICO E TERAPÊUTICO EM PACIENTES GRAVES COM SARS-COV-2 EM UM HOSPITAL PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

Rodrigo Soares Pereira – CEUB, PIC/PIBIC COVID-19 CEUB, aluno bolsista
rodrigosoaresp@sempreceub.com
Felipe Freitas de Sousa – CEUB, PIC/PIBIC COVID-19 CEUB, aluno voluntário
felipefreitassousa@sempreceub.com
Fabiana Xavier Cartaxo Salgado – CEUB, professora orientadora
fabiana.salgado@ceub.edu.br

A infecção pelo SARS-CoV-2 apresenta elevada prevalência pelo rápido modo de transmissão. O quadro clínico varia de leve, moderado a grave. Os pacientes mais graves evoluem para a síndrome respiratória aguda grave e a necessidade de internação em Unidade de Terapia Intensiva (UTI). Alterações em exames de imagem, laboratoriais, sinais e sintomas dos pacientes na admissão podem ser fortes indicativos de evolução grave da doença. Este trabalho objetiva investigar o manejo clínico e terapêutico em pacientes graves acometidos por COVID-19 em um hospital público do Distrito Federal. Trata-se de um estudo transversal, retrospectivo, comparativo com revisão de prontuários de pacientes internados no box de emergência e na UTI do Hospital Regional da Asa Norte (HRAN), da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, no período de março de 2020 a dezembro de 2020. Foram incluídos pacientes ≥ 18 anos portadores de COVID-19, comprovados por exame positivo de reação em cadeia de polimerase, por transcriptase reversa (RT-PCR) de amostras de *swab* nasais e faríngeos, de ambos os sexos. Foram investigadas as variáveis sexo, idade, teste RT-PCR confirmatório para COVID-19, tempo de internação, desfecho clínico, comorbidades, exames de imagem de tomografia computadorizada (TC) de tórax, exames laboratoriais e principais medicamentos utilizados. A amostra foi composta por 143 pacientes estratificados em alta (39/27,3%) e óbitos (104/72,7%). O estudo revela a média etária acima dos 50 anos e a prevalência do sexo masculino em ambos os grupos. As principais comorbidades encontradas foram HAS, DM, DPOC e doenças cardiovasculares de forma estatisticamente significativa no grupo de óbitos e obesidade no grupo de alta. Exames de TC de tórax revelaram predominância de vidro fosco, abrangência bilateral e comprometimento >25% nos dois grupos analisados (alta e óbito). Em relação aos tratamentos medicamentosos, o uso de antimicrobianos foi empregado em todos os pacientes da amostra, sendo os principais a azitromicina, a piperacilina ou tazobactam, a ceftriaxona e o meropenem. As principais associações antimicrobianas utilizadas nos grupos de pacientes que evoluíram para alta e óbito foram azitromicina + ceftriaxona, amicacina + meropenem, azitromicina + piperacilina ou tazobactam. Outros medicamentos empregados na amostra do estudo incluíram cloroquina ou hidroxicloroquina (8,39%), corticosteroides (86,7%) e anticoagulantes (97,2%). Os exames laboratoriais mais alterados foram leucócitos, bastões, neutrófilos, linfócitos, proteína C reativa, TGO, TGP, LDH, creatinina, ferritina, gama GT e fosfatase alcalina. A COVID-19 é uma doença nova e potencialmente fatal com pior prognóstico para pacientes graves, sobretudo, os internados na UTI. Este trabalho permitiu conhecer os comprometimentos pulmonares mais frequentes, as alterações mais importantes nos exames laboratoriais, os tratamentos instituídos e o perfil dos pacientes graves acometidos por COVID-19 em um hopital público de referência no tratamento. Os achados almejam colaborar com as equipes de assistência em saúde e a comunidade científica no manejo do paciente grave acometido por COVID-19.

Palavras-Chave: COVID-19; coronavírus; UTI; SARS-CoV-2.

DIFERENTES EXPRESSÕES DO PRECONCEITO: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE RACISMO, HOMOFOBIA, SEXISMO E IDADISMO

Vitória Mota de Oliveira – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluna bolsista
vitoria.mota@sempreceub.com
João Gabriel Nunes Modesto – CEUB, professor orientador
joao.modesto@ceub.edu.br

O preconceito é um problema grave no Brasil e tem sido recorrentemente investigado em diferentes áreas do conhecimento, a exemplo da psicologia social. Apesar de ser um tema que desperta a atenção de pesquisadores, alguns aspectos do fenômeno demandam melhor compreensão. Por exemplo, existe na literatura uma discussão sobre a existência de um preconceito generalizado, apesar de a maioria das pesquisas focalizarem a investigação de recortes específicos do fenômeno. Nesse sentido, no presente estudo, analisa-se se o preconceito pode ser entendido como um construto amplo com diferentes dimensões (formas de expressão) ou se cada tipo de preconceito deve ser entendido como um fenômeno isolado e não correlacionado com os demais. Tendo isso em vista, o objetivo geral é analisar a relação entre diferentes formas de expressão do preconceito (racismo, homofobia, sexismo e idadismo). Para tanto, selecionou-se a amostra de 531 participantes, dos quais 417 são do sexo feminino e 110, do sexo masculino. As idades variam de 18 a 74 anos (M = 24,74; DP = 9,64). Os participantes responderam a um questionário *online*, com diferentes medidas de preconceito. Verificou-se que todas as formas de preconceito analisadas estão correlacionadas entre si. Adicionalmente, indicou-se que homens expressaram maiores índices de preconceito do que as mulheres, sendo o idadismo o mais prevalente, independente do gênero. Conclui-se que existem relações moderadas e altas entre diferentes formas de preconceito e que é preciso maior atenção para prevenção e combate ao idadismo, tendo em vista que foi o preconceito mais expresso pelos participantes.

Palavras-Chave: preconceito; racismo; sexismo; homofobia; idadismo.

DIVERSIDADE E PADRÕES COMPORTAMENTAIS DE UMA GUILDA DE NECRÓFAGOS: UMA MANIPULAÇÃO EXPERIMENTAL RELACIONADA AO ATROPELAMENTO DE FAUNA

Paula Ribeiro Aguiar – CEUB, PIC/PIBIC CNPq, aluna bolsista
paula.ribeiro@sempreceub.com
Raphael Igor da Silva Corrêa Dias – CEUB, professor orientador
raphael.dias@ceub.edu.br

O grupo mais afetado pelos efeitos negativos advindos da construção de rodovias é o dos vertebrados, além das populações de aves, especialmente no Cerrado. Entre eles, estão os carniceiros, que, em busca de alimento, frequentam as margens das rodovias e tornam-se vítimas de atropelamento. Assim, o objetivo deste trabalho é identificar a diversidade e a composição de uma guilda de necrófagos nos trechos das rodovias que contornam a Estação Ecológica de Águas Emendadas, ESECAE, e investigar os fatores que influenciam o tempo, a localização e o consumo de carcaças por diferentes necrófagos. Foram utilizadas codornas previamente abatidas para simular um evento de atropelamento e atrair os carniceiros. As codornas, juntamente com armadilhas fotográficas, foram dispostas semanalmente, entre 6h e 7h da manhã, em pontos aleatórios, ao longo das pistas que cercam a ESECAE. Todos os espécimes que se aproximaram das codornas foram registrados e identificados quanto à espécie, ao número de indivíduos, ao horário da visita e ao tempo de detecção. Além disso, foram obtidos dados meteorológicos da estação do INMET localizada na ESECAE. Para investigar os fatores que influenciam o tempo de detecção, foi ajustado um modelo linear generalizado da família Poisson. Foram registrados 40 consumidores, sendo 51% aves e 49% mamíferos. As espécies mais observadas foram o carcará, *Caracara plancus*, responsável por localizar 32,4% das codornas, e o cachorro-doméstico, *Canis lupus familiaris*, que localizou 27,1% das codornas. Outra ave registrada no consumo das codornas foi o gavião-carijó, *Rupornis magnirostris*. Em relação aos mamíferos, foram registrados também o cachorro-do-mato, *Cerdocyon thous*, o gato-doméstico, *Felis domesticus*, o gambá, *Didelphis sp*. e a onça-parda, *Puma concolor*. Em 11 casos, as carcaças foram localizadas em menos de 4 horas, o que representa 29,7% de todas as codornas consumidas, reforçando o sugerido por outros trabalhos sobre o consumo de carcaças em rodovias ocorrer nas primeiras 24 horas. Os resultados revelaram que temperaturas mais elevadas estão associadas ao tempo maior de localização das carcaças, o que pode ter relação com a baixa atividade desses consumidores em períodos de altas temperaturas. Em contrapartida, foi percebida relação inversamente proporcional entre velocidade do vento e localização da carcaça, que parece influenciar o forrageamento, intensificando a dispersão do odor pelo ambiente. Os mamíferos levaram mais tempo para localizar as carcaças do que as aves. Isso pode estar relacionado ao método adotado neste estudo, em que as codornas foram disponibilizadas pela manhã, período de maior atividade das aves.

Palavras-Chave: atropelamento de fauna; carniceiros; cerrado; forrageamento; rodovia.

EDIÇÃO GÊNICA EM CÉLULAS DE BOVINOS PARA INSERÇÃO DE GENES DE INTERESSE NO *LOCUS* H11 DO GENOMA BOVINO

Jéssica Müller – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluna bolsista
jessica.m@sempreceub.com
Ana Carolina Vieira da Silva – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluna voluntária
anacarolina.vieira@sempreceub.com
Andrei Antonioni Guedes Fidelis – CEUB, professor orientador
andrei.fidelis@ceub.edu.br
Eduardo de Oliveira Melo – EMBRAPA CENARGEN, pesquisador coorientador
eduardo.melo@embrapa.br

As doenças infecciosas e parasitárias tornam-se grandes impedimentos para o crescimento da atividade da pecuária bovina. Com o desenvolvimento de novas biotecnologias, é possível a aplicação de técnicas para a obtenção de animais geneticamente modificados, uma vez que a transgenia é uma ferramenta relevante para a obtenção de animais mais resistentes a fatores abióticos e bióticos. Entre as técnicas atuais de edição e modificação de genes, cita-se a CRISPR/Cas9, que foi descoberta mediante a análise de como o sistema imunológico da bactéria funciona contra o vírus, que insere seu material genético no genoma da bactéria e serve de molde para o gRNA, que se une com a Cas9 e procura uma sequência complementar no genoma de outro vírus infectante para gerar uma quebra na fita, podendo resultar em inserções ou deleções de genes. Para a realização da técnica de CRISPR/Cas9, é necessário um fluxo de trabalho para triagem, composto por etapas fundamentais: construção e sequenciamento dos vetores; produção dos guias para Cas9 e dos *primers*; transformação do vetor; transfecção de células; amplificação por PCR; ensaios de digestão com enzima endonuclease T7E1 para avaliar a edição genômica realizada. No laboratório, ela pode ser usada por transfecção celular, um método que possibilita o transporte de genes exógenos para dentro das células de interesse. Para isso, o ensaio de digestão com a enzima T7Endonuclease1 (T7E1) é utilizada, já que reconhece e corta as regiões do DNA que não foram pareadas de forma correta, na etapa anterior (PCR), possibilitando identificar as regiões que tiveram sucesso na indução de edição nos genes alvos. Assim, o objetivo da pesquisa é investigar a aplicação do sistema CRISPR/Cas para edição genômica e estabelecer a metodologia mais eficiente para inserir o gene de interesse em um local específico e seguro do genoma denominado *locus* H11, para que, futuramente, seja possível produzir embriões bovinos transgênicos. Este trabalho demonstra que os testes e as análises para padronização dos procedimentos e a escolha dos melhores parâmetros são extremamente relevantes. Os resultados apontam que é importante saber a origem da célula transfectada, já que cúmulus apresentou bandas fantasmas e impossibilitou a análise de edição. Quanto à transfecção, o melhor reagente foi o Xfect armazenado no congelador, apesar de não apresentar a mortalidade celular ideal. Além disso, comprovou-se a importância do controle positivo da enzima T7E1 e do controle negativo com DNA de células não transfectadas no ensaio de digestão. A confirmação da expressão heteróloga de genes de interesse e da edição genômica não foi possível até o momento, mas pode-se concluir que a técnica de CRISPR é uma ferramenta de fácil execução e relativamente rápida e, com os melhores parâmetros definidos, valida a abordagem para experimentos futuros.

Palavras-Chave: edição genômica; CRISPR; transfecção; animais transgênicos; bovinos.

EFEITO DE DIFERENTES ESTILOS MUSICAIS NOS NÍVEIS DE ESTRESSE EM UM PROCESSO MUSICOTERÁPICO

Guilherme Henrique Hirayama Trautmann – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluno bolsista
guilherme.trautmann@sempreceub.com
Daniel Barbieri Freitas – CEUB, professor orientador
daniel.freitas@ceub.edu.br

A presente pesquisa tem como objetivo principal medir a influência de sessões de musicoterapia nos níveis de estresse. Secundariamente, investiga-se o efeito de diferentes estilos musicais nos níveis de estresse. Participaram do estudo 20 indivíduos de ambos os sexos com idade igual ou superior a 18 anos. Foram utilizados a Escala de Sintomas de Estresse, para avaliar o nível de estresse dos participantes antes e após a musicoterapia; o protocolo de registro das sessões de musicoterapia; a Escala Music, para verificar a duração das sessões, o ambiente e se houve a realização de outra atividade concomitante. A musicoterapia teve duração de sete dias, e a coleta de dados ocorreu de maneira virtual, via *Google Forms*, e foi conduzida pelos próprios participantes. Os dados estatísticos foram analisados por meio do SPSS, e os demais, como as possíveis interações entre dados associados ao gênero da música, o tempo de duração das sessões e os dados demográficos dos participantes com as medidas de estresse, foram analisados descritivamente. Os resultados obtidos indicam que há relação entre preferência musical e redução dos sintomas de estresse e efetividade da musicoterapia na redução dos sintomas de estresse. Além disso, não foi possível inferir que as sessões de musicoterapia mais longas sejam necessariamente mais eficazes, da mesma maneira que sessões mais curtas sejam necessariamente menos eficazes. Com relação aos dados demográficos, não foi possível atribuir uma correlação entre as faixas etárias e os níveis de estresse. Por outro lado, houve indício de que a musicoterapia se faz mais eficaz em pessoas do sexo feminino. Ademais, uma percepção positiva acerca da musicoterapia não significa, necessariamente, que houve maior eficácia. Por fim, houve indício de relação entre a ausência de realização de outra atividade concomitante à musicoterapia e a redução dos níveis de estresse. Conclui-se que a preferência musical tem maior influência sobre a eficácia da musicoterapia do que o gênero musical propriamente dito.

Palavras-Chave: musicoterapia; estresse; gênero musical; preferência musical.

EFEITO DO TREINAMENTO EM CIRCUITO NA FORÇA, NA PERCEPÇÃO DE FADIGA, NA QUALIDADE DE VIDA E NA FUNCIONALIDADE DE SOBREVIVENTES DE CÂNCER DE MAMA

Amanda Mendes da Mota Pinheiro – CEUB, PIC/PIBIC CNPq, aluna bolsista
amandamendes00@sempreceub.com
Bruna de Oliveira – CEUB, PIC/PIBIC CNPq, aluna voluntária
bruna.oliveira13@sempreceub.com
Renata Aparecida Elias Dantas – CEUB, professora orientadora
renata.dantas@ceub.edu.br
Filipe Dinato de Lima – CEUB, professor colaborador
filipe.dinato@ceub.edu.br

O treinamento de força é uma das estratégias mais utilizadas para atenuar os efeitos colaterais tardios e persistentes do câncer, reduzindo a fadiga e a caquexia. Neste estudo, analisa-se o treinamento em circuito no qual se apresentam efeitos positivos semelhantes ao treinamento de força tradicional. Logo, o objetivo da pesquisa é investigar os efeitos de 8 semanas de treinamento em circuito na força muscular, na percepção de fadiga, na qualidade de vida e na funcionalidade de sobreviventes de câncer de mama (CM). Para isso, 20 sobreviventes de CM foram submetidas a um programa de treinamento de força de oito semanas. Antes e após o programa, elas foram avaliadas quanto à força muscular, à percepção de fadiga, à qualidade de vida e à funcionalidade. Houve redução significativa após o protocolo de treinamento, na fadiga geral ($p = 0,02$), na fadiga física ($p = 0,01$), na redução da atividade ($p = 0,002$) e na redução da motivação ($p = 0,01$). Além disso, houve aumento significativo na resistência à fadiga muscular ($p < 0,001$). Houve melhora significativa na funcionalidade, demonstrada pela redução do TUG ($p < 0,001$), e aumento do desempenho no teste de “sentar e levantar” ($p < 0,001$). O treinamento de força em circuito também promoveu aumento da qualidade de vida nos domínios de capacidade funcional, limitação por aspectos físicos, vitalidade, aspectos sociais, limitações por aspectos emocionais e saúde mental, mostrando-se estratégia efetiva e positiva para aumentar a qualidade de vida de sobreviventes de CM. No mais, a crescente população de sobreviventes requer acompanhamentos e cuidados especializados, pois o câncer e o tratamento da doença promovem uma série de alterações fisiológicas que afetam a qualidade de vida e a capacidade funcional de sobreviventes de CM. Logo, o treinamento de força é uma das estratégias mais utilizadas e eficazes para atenuar os efeitos colaterais tardios e persistentes do câncer, reduzindo a fadiga e a caquexia. Deste modo, conclui-se que o treinamento em circuito proporciona resultados significativos nas variáveis fadiga geral, fadiga física, fadiga muscular, redução da atividade, redução da motivação e funcionalidade em sobreviventes de CM.

Palavras-Chave: câncer de mama; treinamento resistido; força muscular; resistência muscular; fadiga relacionada ao câncer.

EFEITOS DA EQUOTERAPIA NA QUALIDADE DE VIDA DE MULHERES COM INCONTINÊNCIA URINÁRIA

Gabriella dos Santos – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluna bolsista
gabriella.santos@sempreceub.com
Sarah Gonçalves – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluna voluntária
sarah.goncalves@sempreceub.com
Alessandra Vidal Prieto – CEUB, professora orientadora
alessandra.prieto@ceub.edu.br
Centro de Equoterapia APOIAR – instituição colaboradora

A incontinência urinária (IU) é uma disfunção do assoalho pélvico, reconhecida pela perda involuntária da urina. Trata-se de uma condição incapacitante e embaraçosa que acomete milhões de pessoas de todas as idades, principalmente as do gênero feminino, afetando, negativamente, a qualidade de vida nos aspectos sociais, físicos, psicológicos e sexuais. Os estudos atuais demonstram a influência significativa da IU na função sexual de mulheres. A disfunção sexual (DS) é definida como qualquer comprometimento de uma das fases do ciclo sexual. Embora existam recursos terapêuticos utilizados tanto na IU como na DS, voltados para a integridade da musculatura do assoalho pélvico, que tem grande importância no controle da continência e na sustentação dos órgãos pélvicos, uma terapia em franca ascensão, que trabalha dissociação pélvica pouco estudada para IU e DS, é a equoterapia, que se refere a um conjunto de técnicas terapêuticas que utiliza o cavalo a partir de uma abordagem interdisciplinar nas áreas da saúde. Uma das características mais importantes para a equoterapia é o que o cavalo produz e transmite ao cavaleiro por meio do passo, uma série de movimentos sequenciais e simultâneos que resulta em um movimento tridimensional. Surge, então, o interesse em pesquisar a eficácia da equoterapia como tratamento para a IU e a DS em mulheres. Trata-se de um estudo experimental, realizado em parceria com o Centro de Equoterapia Apoiar e o Centro de Atendimento Comunitário do CEUB. A amostra foi composta por uma mulher de 69 anos, diagnosticada com IU, sexualmente ativa e que não apresentou equinofobia. Foi avaliada a força dos músculos do assoalho pélvico, e aplicado o PAD-test, King's Health Questionnaire e o Female Sexual Function Index, validados para o português. Realizaram-se 12 sessões de equoterapia com duração de 30 minutos. Ao final da intervenção, foi possível identificar redução do número de perda e da quantidade de urina, ganho de força nos músculos do assoalho pélvico, melhora da consciência corporal quanto aos músculos responsáveis pela continência, repercussões físicas e psicológicas e, principalmente, aumento da qualidade de vida. Vistos os benefícios da equoterapia para o fortalecimento da musculatura pélvica, imprescindível para a continência urinária e a função sexual, sugere-se que a equoterapia seja eficaz para o tratamento de mulheres com IU. Porém, necessita-se de novos estudos para confirmar sua eficácia.

Palavras-Chave: equoterapia; qualidade de vida; mulheres; incontinência urinária.

EFICÁCIA DO USO DE CANABIDIOL EM PACIENTES PEDIÁTRICOS COM EPILEPSIA REFRATÁRIA AO TRATAMENTO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Ana Carolina Guimarães Costa dos Santos – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluna bolsista
carolgmsantos@sempreceub.com
Natasha Soares da Cunha Gandara – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluna voluntária
natasha.gandara@sempreceub.com
Jacqueline Coimbra Gonçalves Moser – CEUB, professora orientadora
jacqueline.moser@ceub.edu.br

A epilepsia é um distúrbio neurológico crônico, caracterizado por crises espontâneas e recorrentes e pode atingir todas as idades. Alguns pacientes podem apresentar resistência aos fármacos antiepilépticos convencionais que afetam o desenvolvimento e a qualidade de vida. Esta situação crítica levou à busca por soluções adicionais, como o uso dos canabinoides. O presente trabalho realiza uma revisão sistemática da literatura para avaliar a eficácia do canabidiol no tratamento de epilepsias refratárias, em pacientes pediátricos. Para isso, foram realizadas buscas nas bases de dados Cochrane, EBSCO e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), mediante os seguintes descritores: “Refractory Epilepsy” e “Cannabidiol”, e empregado o conector “AND/E”, nos idiomas inglês, espanhol e português. Os 25 artigos foram selecionados por dois pesquisadores. Foram extraídas e avaliadas as seguintes informações: idade dos participantes, tipo de epilepsia, dosagem do canabidiol, redução do número e/ou intensidade das crises e efeitos adversos. Quanto à frequência das crises, quatorze estudos apresentaram pacientes com 100% na diminuição das crises, entretanto a grande maioria teve reduções menores (19% - 99%). Três estudos evidenciaram reduções menores que 50% na frequência das crises. Em relação às doses utilizadas, não foi observado um padrão, e houve a variação de 1 a 50 mg/kg/dia. Em todos os estudos, foram relatados efeitos adversos referentes ao uso dos canabinoides (de 4% a 14%) dos pacientes. Após a análise dos artigos, pode-se concluir que o uso de derivados canabinoides é eficaz para o tratamento de epilepsias refratárias em pacientes pediátricos, com efeitos adversos mais leves que as DAE, contudo não foi possível estabelecer um padrão de dosagem para cada síndrome.

Palavras-Chave: canabinoides; epilepsia; pacientes pediátricos.

ELABORAÇÃO E ANÁLISE DE BEBIDAS ANTIOXIDANTES E ANTI-INFLAMATÓRIAS À BASE DE PRÓPOLIS, GENGIBRE E CÚRCUMA

Natália Oliveira da Silva – CEUB, PIC/PIBIC COVID-19 CEUB, aluna bolsista
nataliaismo@sempreceub.com
Andreia Pimentel de Andrade – CEUB, PIC/PIBIC COVID-19 CEUB, aluna voluntária
andreia.pandrade@sempreceub.com
Camila Melo Araújo de Moura e Lima – CEUB, professora orientadora
camila.moura@ceub.edu.br
Bruna Cristina Zacante Ramos – CEUB, professora coorientadora
bruna.zacante@ceub.edu.br

Uma tempestade de inflamação acomete o organismo do hospedeiro na infecção causada pela COVID-19, que, ao somar-se com uma doença crônica não transmissível pré-existente, principalmente as de caráter inflamatório, como a obesidade, a hipertensão e o diabetes, tem a propensão de agravar o quadro. Nesse momento de pandemia, a busca por uma alimentação equilibrada, com a presença de propriedades antioxidantes, é essencial para a manutenção da saúde. A fama dos *shots* antioxidantes tem-se difundido no mercado, com a promessa de que melhoram a imunidade e a saúde do indivíduo. Essas misturas podem ser compostas por cúrcuma, gengibre, limão, pimenta, canela, própolis etc. O objetivo desta pesquisa é analisar a quantidade de compostos fenólicos e a atividade antioxidante de algumas formulações populares para verificar se são relevantes para justificar a fama de benéficas à saúde. Para o estudo, foram escolhidos a própolis aquosa e alcoólica, o gengibre e a cúrcuma, que contêm compostos fenólicos, apresentam atividade antioxidante, inibem o estresse oxidativo, ao agir contra os radicais livres, e atenuam a inflamação. Foram elaborados 16 extratos de bebidas mistas com diferentes concentrações dos compostos, e tais amostras foram usadas para comparação. Para a determinação das quantidades de compostos fenólicos, utilizou-se o método Folin-Ciocalteu. Para a determinação das atividades antioxidantes, utilizou-se o método de captura do radical ABTS. Constatou-se que foram necessárias baixas concentrações dos quatro alimentos estudados para maior quantidade de compostos fenólicos e altas concentrações de cúrcuma e gengibre para maior efeito antioxidante, com diferença apenas em relação às quantidades de própolis aquosa e alcoólica. Dessa forma, estes quatro alimentos, própolis alcoólica, própolis aquosa, cúrcuma e gengibre, são alternativas pertinentes para a prevenção e a diminuição dos efeitos causados pela COVID 19.

Palavras-Chave: COVID-19; antioxidantes; própolis; cúrcuma; gengibre.

ENTRE O DISTANCIAMENTO SOCIAL E AS REFORMULAÇÕES NO SISTEMA: A COVID-19 E A REDE DE ATENÇÃO ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

Laís Brito de Moraes – CEUB, PIC/PIBIC COVID-19 CNPq, aluna bolsista
lais.brito@sempreceub.com
Clara Lima Rodrigues – CEUB, PIC/PIBIC COVID-19 CNPq, aluna voluntária
clara.rodrigues@sempreceub.com
Lucas Alves Amaral – CEUB, professor orientador
lucas.amaral@ceub.edu.br

Esta pesquisa é fundamentada na psicologia, na Lei Maria da Penha, em estudos sobre direitos humanos, violência contra as mulheres e nas alterações presentes na rede de atenção a mulheres, no período da pandemia, no Brasil e tem como objetivo entender como o sistema de atenção a mulheres vítimas de violência se adaptou para continuar prestando serviços multidisciplinares à comunidade. Por meio da metodologia qualitativa, foram realizadas sete entrevistas semiestruturadas com profissionais que atuam no sistema de atenção às mulheres vítimas de violência em diferentes níveis, sendo 6 mulheres e 1 homem com idades entre 24 e 58 anos residentes no Distrito Federal. Para análise das informações, foi utilizado o método de Bardin. Os resultados foram agrupados em dois eixos temáticos: a adequação dos atendimentos e os desafios do trabalho da rede na pandemia; as perspectivas e os desafios após as mudanças na rede derivadas da pandemia. Foi identificado que os atendimentos foram adequados ao mundo virtual, o que, por um lado, gerou inclusão e adaptação no acolhimento a mulheres, contudo, por outro, gerou desafios pela proximidade constante com familiares e amigos e pelo acesso a aparatos eletrônicos e digitais. O resultado para as mulheres que precisaram do sistema de apoio foi a redução dos espaços de escuta e acolhimento. Além disso, foi assinalada a necessidade de esforço conjunto da rede em estabelecer estratégias de aproximação das mulheres vítimas de violência. Ademais, no âmbito das perspectivas e dos desafios após mudanças derivadas da pandemia, foram constatados aspectos positivos após as mudanças no trabalho da rede de atenção, como a digitalização dos materiais educativos em direitos humanos e psicoeducação e o uso de aparatos *online* como importante ferramenta para promoção de acolhimento e acompanhamento de mulheres vítimas de violência. Em contrapartida, alguns desafios apresentam-se após as mudanças no trabalho da rede de atenção, tais como o acesso ao mundo digital por parte das mulheres vítimas, das dificuldades no que tange à adequação do acesso à informação e do uso de uma linguagem que seja acessível. Diante disso, a pesquisa demonstrou alguns limites: a dificuldade e o desafio de encontrar outros profissionais disponíveis para participar da pesquisa, o período de realização do trabalho e o campo de realização da pesquisa ter-se restringido apenas ao Distrito Federal. Por fim, como caminho futuro de pesquisas acadêmicas, foi apontada a necessidade de investigar o alcance das políticas de prevenção à violência contra a mulher, após toda a mudança e reorganização da rede.

Palavras-Chave: COVID; violência; mulheres; distanciamento social; psicologia**.**

ESTAMOS DESPERDIÇANDO UM CARÁCTER DE TAXONOMIA ÚTIL? O CASO DA PIGMENTAÇÃO DO TÓRAX PARA IDENTIFICAR *LUTZOMYIA LONGIPALPIS*

Loyane Ricardo Cornelio – CEUB, PIC/PIBIC CNPq, aluna bolsista
loyane.ricardo@sempreceub.com
Emille Karoline Marques Ribeiro – CEUB, PIC/PIBIC CNPq, aluna voluntária
emille.ribeiro@sempreceub.com
Rafaella Albuquerque e Silva – CEUB, professora orientadora
rafaella.silva@ceub.edu.br

A identificação taxonômica de flebotomíneos é uma tarefa complexa e baseia-se principalmente em critérios morfológicos dos vetores da leishmaniose visceral, doença de importância para a saúde pública tanto humana quanto animal. Essa atividade é essencial para a vigilância entomológica, que permite compreender a biologia e a ecologia dos vetores, auxilia o seu controle e, consequentemente, e o da doença. A busca constante pela simplificação do processo de identificação dos flebotomíneos é desejável, para tornar as atividades de vigilância mais ágeis e efetivas em relação às investigações voltadas aos flebotomíneos. O objetivo da pesquisa é descrever a potencial utilização do uso da coloração dos pleuritos para a discriminação de *Lutzomyia longipalpis* de outras espécies. Durante os estudos realizados em laboratório, foi constatada a presença de uma coloração escura na parte superior da segunda e da terceira coxas nas fêmeas, especificamente no catepisterno e no catepímero, além do anepímero e do paratergito, estruturas localizadas no tórax de *Lutzomyia longipalpis.* A validação foi realizada em duas etapas: a primeira por um especialista e a segunda com profissionais pertencentes às equipes de entomologia dos estados. Inicialmente, foi utilizada uma amostra de 383 flebotomíneos: 195 fêmeas e 188 machos. Foram separados o tórax, a cabeça e o abdome, os dois últimos utilizados para a montagem. A análise das lâminas e do tórax foi mascarada. A identificação da espécie foi realizada com a chave de classificação de Galati et al. Das amostras, a pigmentação escura foi observada em 337 (98,5%), na região do paratergito, do anepímero, do catepisterno e do catepímero. A segunda parte da validação consistiu no envio de amostras, seguindo o mesmo padrão de elaboração descrito, para sete equipes de entomologia estaduais. Cada equipe recebeu em torno de 20 amostras de flebotomíneos (20 lâminas montadas e 20 *eppendorfs* com tórax). Cinco equipes retornaram com os resultados e apontaram que 55,95% dos *Lu. longipalpis* enviados apresentavam as manchas de coloração escura no tórax, enquanto 53,5% dos exemplares de espécies crípticas (*Lu. gaminarai* e *Lu. cruzi*) não as apresentaram. O resultado propõe que a coloração escura nos escleritos deve ser considerada com cautela, uma vez que os resultados do estudo apontam para a dificuldade de visualização deste caracter pelas equipes estaduais de entomologia, indicando necessidade de treinamento. Ademais, em áreas com espécies crípticas, o uso deste caracter não deve ser considerado.

Palavras-Chave: flebotomíneo; taxonomia; *Lutzomyia longipalis*; vigilância entomológica.

ESTRATÉGIAS GENERATIVAS DE RECONFIGURAÇÃO URBANA

Luísa Porfírio Carvalho – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluna bolsista
luisaporfirio@sempreceub.com
Rossana Maria Delpino Sapena – CEUB, professora orientadora
rossana.sapena@ceub.edu.br

A presente pesquisa tem a intenção de abordar temas sobre direito à cidade, cultura de acesso à população e ferramentas para proposição de projetos, além de interseccionar a produção de urbanistas que lutam pelo direito à cidade, propiciando o acesso à cultura como fonte inicial para alcance e compreensão da população. A *performance* do *Physarum polycephalum* e o padrão não estético de sua existência podem ser potentes reconfiguradores espaciais. O modelo explorado pode ser complementar aos processos existentes do pensar as cidades tanto na proposição de novos espaços como na superação dos desafios ligados à locomoção e ao acesso à cidade, além de opção para reconfiguração de malhas urbanas, disposição de praças, rodoviárias, dispersão de pontos importantes da cidade, como parques voltados ao lazer, museus, atendimentos públicos, podendo transformar dinâmicas a ser repensadas e atuar como uma ferramenta para diminuição da segregação espacial**.** O direito à cidade é explorado por perspectivas únicas, contextos múltiplos, países diferentes. A interseção entre todos é a luta pela consciência e o reconhecimento de que só se muda o espaço público se existir movimentação da base, da massa da população. O processo de elucidar o percurso do direito à cidade inicia-se na compreensão do "onde estamos", para, depois, pensar em proposições. Sua espacialidade considera a topografia, o alimento (por exemplo, flocos de arroz), onde começa o percurso (emissão) e qualquer obstáculo que exista no caminho (como comida que não o atrai, por exemplo, o café). Mediante sua *performance* e simulação da existência no Setor Comercial Sul, será possível analisar e propor rotas de aprimoramento pelos parâmetros fornecidos.

Palavras-Chave: Setor Comercial Sul; espaço público; *Physarum polycephalum*; direito à cidade; *design* paramétrico

ESTUDO COMPARATIVO DE CONCORDÂNCIA E APLICABILIDADE DAS ESCALAS DE GRAVIDADE PARA DERMATITE ATÓPICA EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Gabriel Suaiden Santos – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluno bolsista
gabriel.suaiden@sempreceub.com
Kevin Haley Barbosa – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluno voluntário
kevinhaleybarbosa@sempreceub.com
Carmen Déa Ribeiro de Paula – CEUB, professora orientadora
carmen.paula@ceub.edu.br

A dermatite atópica (DA) é uma inflamação crônica, pruriginosa, multifatorial que acomete a derme e é causada por alterações na barreira cutânea e no sistema imune. Seu início é frequente na infância e é caracterizada por xerose, prurido e eczema. O diagnóstico é realizado clinicamente. No entanto, um escore de avaliação e estratificação de gravidade validado tornaria mais uniforme o manejo da DA. Até o momento, vários métodos foram desenvolvidos para tentar suprir essa demanda, contudo poucos são validados em sua eficiência clínica. O Índice de Área e Gravidade do Eczema (EASI) e o Escore de Gravidade da Dermatite Atópica (SCORAD) são os mais utilizados na prática de pesquisa e aceitos na comunidade médica. Este trabalho objetiva avaliar a concordância entre as escalas de gravidade EASI e SCORAD e entre essas e o tratamento proposto. Foi realizado estudo transversal, analítico a partir da avaliação do prontuário dos pacientes com DA, entre 0 e 25 anos, do ambulatório de dermatologia do Hospital Universitário de Brasília (HUB), que assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) ou seus responsáveis legais em caso de menoridade. As escalas EASI e SCORAD foram utilizadas por médicos dermatologistas e residentes do HUB, sendo aplicadas pelo mesmo médico em cada paciente. Foram avaliados 25 prontuários com os dados clínicos da DA, as medicações prescritas, os resultados das escalas e a opinião pessoal do médico quanto à aplicabilidade, à compreensibilidade e ao tempo de aplicação das ferramentas durante o atendimento, opinando em muito ruim, ruim, bom e muito bom. Para comparação da gravidade dos escores com o tratamento proposto, foi considerada DA leve a tratada com hidratantes e controle ambiental de higiene de moderada a tratada, com imunossupressor tópico, e a grave com imunossupressor sistêmico. Avaliando a concordância das escalas de gravidade EASI e SCORAD com o tratamento proposto, foi obtida a concordância de 52% do EASI e a de 52% do SCORAD. Entretanto, o EASI e o SCORAD tiveram concordância entre si em 60% dos casos, mas concordaram, simultaneamente, com o tratamento em somente 32%. Considerando as respostas dos médicos quanto à compreensibilidade, ao tempo de aplicação e à aplicabilidade das escalas, foram tomadas como referência positiva de aprovação as respostas "bom" e "muito bom" e foram somadas para apresentação dos resultados. No quesito *compreensibilidade*, a escala EASI obteve 96%, e a SCORAD, 54%. Em tempo de aplicação, EASI obteve 96%, e SCORAD, 60%. Quanto à aplicabilidade, obtiveram-se 100% para EASI e 68% para a SCORAD. Ao avaliar a concordância entre cada escala e o tratamento realizado, ambas as escalas obtiveram 52% de concordância. Contudo, quando comparadas entre si, concordaram em 60%. Houve concordância de classificação entre ambas as escalas e a terapêutica em 32% dos casos. O estudo é inovador, ao expor a opinião do médico quanto à ferramenta. Houve preferência pela EASI em relação à SCORAD, quanto ao tempo despendido, a compreensão e a aplicabilidade. Conclui-se que ainda não de dispõe de escala ideal de avaliação na DA, que

seria de fácil execução e fiel correspondência com o estado clínico. Novos estudos são necessários, idealmente multicêntricos com maior número de participantes.

Palavras-Chave: EASI; SCORAD; dermatite atópica; eczema.

ESTUDO COMPARATIVO ENTRE *COHOUSING* E *COLIVING*: ALTERNATIVAS COLABORATIVAS DE HABITAÇÃO

Diego Nóbrega Capibaribe – CEUB, PIC/PIBIC CNPq, aluno bolsista
diego.capibaribe@sempreceub.com
Rossana Maria Delpino Sapena – CEUB, professora orientadora
rossana.sapena@ceub.edu.br

Cohousing e *coliving* são duas alternativas de habitação contemporâneas que prezam pela interação entre vizinhos, em busca de formar relações sociais concisas e colaborativas em uma época marcada pelo individualismo e pelo isolamento social. Ambas tratam de uma prática habitacional em que indivíduos vivem colaborativamente, compartilhando locais comuns e experiências cotidianas, sem renunciar a sua privacidade e a espaços individuais. Mediante compartilhamentos semelhantes, sobreposições conceituais e nomes parecidos, não é clara a delineação de cada prática como experiências habitacionais distintas, sendo costumeira, na mídia e no senso comum, a constante associação dos diferentes conceitos de moradia como mesma manifestação habitacional. Apesar de a literatura científica sobre o assunto evidenciar que *cohousing* e *coliving* sejam fenômenos distintos, não há uma comparação aprofundada entre as tipologias. Diante de tal inquietação, o trabalho, com base em metodologia de natureza aplicada e abordagem qualitativa e explicativa, versa, sob a ótica comparativa, acerca das especificidades de cada prática de coabitação, elucidando desde os fatores socioeconômicos atrelados ao aparecimento e à expansão dos conceitos estudados até as dinâmicas organizacionais comunitárias e as características arquitetônicas que distinguem esses fenômenos da habitação colaborativa. Esclarecem-se, de forma mais precisa, as semelhanças e as diferenças entre *cohousing* e *coliving*, destacando-se comparativos concisos, informações e estratégias de como devem ser abordadas tais tipologias de habitação colaborativa quanto a questões de socialização, gerenciamento e arquitetura.

Palavras-Chave: *cohousing*; *coliving*; arquitetura; habitação compartilhada; coabitação.

ESTUDO DA CITOTOXICIDADE E ATIVIDADE ANTIOXIDANTE DE PRODUTOS HOMEOPÁTICOS OBTIDOS DE TINTURA-MÃE DE VISCUM (*VISCUM ALBUM* L.)

Priscila de Oliveira Teixeira Motta – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluna bolsista
pri.ot@sempreceub.com
Gabrielle Moura Nascimento – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluna voluntária
gabrielle.moura@sempreceub.com
Francislete Rodrigues Melo – CEUB, professora orientadora
francislete.melo@ceub.edu.br
Carlos Alberto da Cruz Júnior – CEUB, professor colaborador
carlos.junior@uniceub.br
Ana Catarina Valle – INJECTCENTER®, colaboradora
dranacatarina@gmail.com
Hilana dos Santos Sena Brunel – BioInnova®, colaboradora
lanasena@gmail.com

Medicações fitoterápicas e homeopáticas são bastante utilizadas tanto na medicina humana como na veterinária, para tratamento de depressão, obesidade, ansiedade, doenças do trato respiratório e câncer. Medicamentos homeopáticos à base de visco (*Viscum album* L.) são empregados em tratamentos oncológicos, por seus compostos fenólicos serem capazes de agir sobre células tumorais. Na homeopatia, existem princípios que devem ser seguidos a respeito de tratamento pela diluição e pela dinamização da mesma substância que produz os sintomas. A concentração da substância deve seguir uma escala decimal, e a primeira dinamização, denominada D1, corresponde a uma parte de insumo ativo em nove partes de insumo inerte. A segunda dinamização decimal, denominada D2, corresponde a uma parte da D1 e assim por diante. Nesse contexto, esta pesquisa tem como objetivo avaliar a atividade antioxidante de produtos homeopáticos obtidos de tintura-mãe de visco e sua ação citotóxica em células-tronco mesenquimais de cão, mediante o ensaio colorimétrico MTT, nas concentrações de 10 a 50 µL/mL, e o método de captura do radical 2,2´-azinobis (3-etilbenzotiazolina-6-ácido sulfônico) (ABTS), em que as amostras foram adquiridas da empresa INJECTCENTER®. Por meio dos resultados, foi possível observar que a amostra de VAD3 tem menor atividade antioxidante e maior ação citotóxica do que a amostra VA200CH. Estudos complementares *in vivo* fazem-se necessários para dar prosseguimento às investigações sobre a eficácia desses produtos. Ademais, esta pesquisa é a primeira a avaliar a atividade antioxidante de produtos homeopáticos de visco pelo método ABTS.

Palavras-Chave: homeopatia; oncologia; plantas medicinais; visco.

ESTUDO DA EFICÁCIA DO USO DA ELETRONEUROMIOGRAFIA COMO GUIA PARA APLICAÇÃO DE TOXINA BOTULÍNICA

Nathalia Marques Vinhal de Carvalho – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluna bolsista
nathalia.vinhal@sempreceub.com
Beatriz Oliveira Viana – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluna voluntária
beatrizoliveirav23@sempreceub.com
Gustavo Carvalho de Oliveira – CEUB, professor orientador
gustavo.oliveira@ceub.edu.br
Talyta Cortez Grippe – Krembil Research Institute/Toronto Western Hospital, professora coorientadora
talytagrippe@gmail.com

A distonia cervical é caracterizada por contrações musculares involuntárias, envolvendo as regiões da cabeça, do pescoço e dos ombros. Trata-se da distonia focal mais comum, e sua prevalência é maior em mulheres, com pico na quinta década de vida, mas pode afetar qualquer idade. O tratamento é essencialmente sintomático, a fim de aliviar as contrações musculares e as dores, e, atualmente, o padrão ouro é a aplicação da toxina botulínica por injeção. Contudo, pela falta de precisão da técnica anatômica, os pacientes podem apresentar efeitos adversos, como disfagia, fraqueza no pescoço, disartria, disfonia, dificuldade respiratória. Para aprimorar os resultados, foram desenvolvidas técnicas guiadas para a aplicação, como o uso da eletromiografia (EMG) ou a ultrassonografia, para melhorar a localização exata do músculo durante a aplicação da toxina e diminuir os efeitos adversos. Este estudo tem como objetivo comparar o resultado da aplicação da toxina botulínica na distonia cervical, por aplicação guiada por EMG *versus* a técnica da palpação anatômica. Os pacientes (n=7) foram submetidos à escala Toronto Western Spasmodic Torticollis Rating Scale; posteriormente, receberam a aplicação guiada pelo EMG e foram reavaliados após duas semanas, com a mesma escala. Os resultados subtraídos indicaram a diferença gerada pelo tratamento utilizado, foram expostos por meio de tabela e gráficos e comparados com os encontrados na literatura que utilizaram a mesma escala de avaliação. Conclui-se que a aplicação da toxina botulínica se mostrou como tratamento eficaz para melhorar a qualidade de vida desses pacientes de forma muito semelhante à aplicação anatômica ou guiada com uso da EMG.

Palavras-Chave: distonia cervical; aplicação de toxina botulínica guiada por eletroneuromiografia; torcicolo; aplicação anatômica.

ESTUDO DA EVOLUÇÃO DE PACIENTES PORTADORES DE APENDICITE AGUDA COM 65 ANOS OU MAIS

Daniela Cavalcante Cantieri Vieira – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluna bolsista
daniela.vieira@sempreceub.com
Nathália Melo de Sá – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluna voluntária
nathalia.melo@sempreceub.com
Alberto Vilar Trindade – CEUB, professor orientador
alberto.trindade@ceub.edu.br

Pacientes de 65 anos ou mais, com apendicite aguda, tendem a apresentar sinais e sintomas atípicos. Desse modo, reconhecer tais particularidades e diagnosticá-las precocemente é essencial para a redução da morbimortalidade desse grupo. O quadro clínico atípico nessa faixa etária deve-se a doenças crônicas, imunodepressão, incapacidade funcional, problemas cognitivos e uso de polifarmácia. Com o aumento da expectativa de vida da população, há maior incidência de apendicite em idosos, portanto é importante um estudo contínuo, atualizado e direcionado a esse assunto, visando à atenuação de riscos e complicações. Assim, a pesquisa objetiva investigar e comparar idade, sexo, quadro clínico, início dos sintomas, tempo de internação e diagnóstico, exames complementares, via de acesso cirúrgico, achado operatório, técnica cirúrgica e presença de complicações pós-operatórias em pacientes idosos, com idade igual ou acima de 65 anos, internados e operados na Unidade de Cirurgia Geral, do Hospital Regional da Asa Norte, da Secretaria de Estado de Saúde do DF, durante o período de janeiro de 2009 a dezembro de 2018. Trata-se de um estudo retrospectivo, qualitativo e quantitativo com base em coorte extraída de prontuários eletrônicos de pacientes com CID K.35. Para cada paciente idoso com apendicite, foram escolhidos aleatoriamente três pacientes situados na faixa etária de 18 a 30 anos, operados no mesmo período descrito, para compor o grupo de controle no total de 171 pacientes com a faixa média de 24 ± 6 anos, sendo a moda de 19 anos. Foram selecionados 57 pacientes com mais de 65 anos, para a composição do grupo amostral, cuja faixa etária média foi de 80 ±15 anos, sendo a moda 66 anos. A maioria dos participantes é do sexo masculino em ambos os grupos. A maioria dos participantes do grupo de controle foi submetida à laparotomia, sendo a incisão mediana a mais empregada, o que pode estar relacionado com a apresentação da apendicite aguda mais complicada. O achado operatório de apêndice perfurado foi o mais comum no grupo amostral enquanto o apêndice com hiperemia e edema foi o mais prevalente no grupo de controle. Houve altas taxas de achados anatomopatológicos de apendicite gangrenosa e complicações pós-operatórias em pacientes idosos. A mortalidade foi mínima, reforçando a resolutividade da terapêutica cirúrgica utilizada na apendicite aguda, que continua sendo uma patologia de tratamento cirúrgico com pico de incidência em adultos jovens, mas que, com o aumento da expectativa de vida, atinge os idosos também. É importante ressaltar a apresentação clínica atípica em pacientes idosos, levando a maior tempo de diagnóstico e maior índice de complicações pré-operatórias e pós-operatórias.

Palavras-Chave: apendicite aguda; idosos; complicações pós-operatórias.

ESTUDO DA INFLUÊNCIA DO POLIMORFISMO DA ENZIMA CONVERSORA DE ANGIOTENSINA EM CASOS DE HIPERTENSÃO

Rafael Barbosa de Almeida – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluno bolsista
rafa.almeida@sempreceub.com
Melina Fernandes Castro – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluna voluntária
melina.castro@sempreceub.com
Paulo Roberto Martins Queiroz – CEUB, professor orientador
paulo.silva@ceub.edu.br

A OMS estima que cerca de 1,13 bilhão de pessoas no mundo tenham hipertensão arterial (HA), considerada a maior causa de morte prematura, e esse número pode chegar a 1,56 bilhão, em 2025. O sistema renina angiotensina aldosterona é uma das vias mais importantes na patogênese e no tratamento da hipertensão. Nesse sentido, a investigação de fatores genéticos relacionados à enzima conversora de angiotensina (ECA) é de fundamental importância para o esclarecimento dos aspectos que contribuem para a hipertensão. Os objetivos deste trabalho são realizar o levantamento da frequência alélica da enzima conversora de angiotensina I (ECA) em indivíduos normais e hipertensos e relacionar os hábitos de vida dos participantes da pesquisa com o polimorfismo da ECA. O trabalho foi realizado em três etapas: a meta-análise de artigos publicados ente 2011 e 2021; o exame do polimorfismo do gene ECA por PCR-RFLP; o levantamento da qualidade de vida dos individuos por meio de um questionário aplicado a 68 participantes da pesquisa. A meta-análise indicou que o genótipo DD é importante contribuinte para a suscetibilidade da prevalência de casos de hipertensão, enquanto os genótipos ID e II se apresentam em maior frequência no grupo de controle. A análise do polimorfismo do gene ECA determinado pela técnica de PCR-RFLP identificou que a distribuição dos genótipos foi DD (49%), ID (36%) e II (15%), não apresentando diferença significativa ($p<0,05$). A frequência alélica observada para a variante D foi de 0,67, e para a variante I foi de 0,33. A análise do questionário de qualidade de vida apontou que os pais dos participantes da pesquisa, em sua maioria, não apresentavam histórico de pressão arterial, o que pode ser um item importante para a proteção cardiovascular dos participantes. Além disso, a conduta dos participantes da pesquisa não se mostra de risco, ou seja, parte importante dessa população não tem aderência ao alcoolismo e ao tabagismo, fatores de elevação dos riscos cardiovasculares. Na análise do questionário, observou-se que a maioria dos participantes da pesquisa possui IMC de acordo com o perfil de normalidade, uma vez que a condição de obesidade é um indício de elevação dos riscos à saúde cardiovascular do indivíduo. Dessa forma, constata-se que a população amostrada pode ser um grupo de controle para futuros estudos comparativos sobre riscos cardiovasculares, com outras populações selecionadas.

Palavras-Chave: polimorfismo; saúde; ECA; PCR-RFLP; qualidade de vida.

ESTUDO DA PANCREATITE AGUDA BILIAR E SUA CORRELAÇÃO COM A DEMORA NO TRATAMENTO DA LITÍASE BILIAR

Larissa Franco Belém – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluna bolsista
larissa.francob@sempreceub.com
Juliana Carine Lima – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluna voluntária
jcarinelima@sempreceub.com
Alberto Vilar Trindade – CEUB, professor orientador
alberto.trindade@ceub.edu.br

A pancreatite aguda é uma doença inflamatória do pâncreas, considerada autolimitada, podendo acometer tecidos peripancreáticos e causar complicações, como necrose local e falência de múltiplos órgãos. A litíase biliar é responsável por 7% dos casos de pancreatite aguda, sendo mais comum em mulheres. O tratamento precoce é responsável pela diminuição dos casos de pancreatite aguda biliar e, consequentemente, os números de internação. Dessa forma, este estudo objetiva analisar os prontuários eletrônicos dos pacientes com quadro de pancreatite biliar internados no HRAN, durante 2018 e descrever as comorbidades, o quadro clínico, o tempo de evolução da doença biliar, o diagnóstico e o tratamento dos pacientes. Trata-se de um estudo qualitativo, quantitativo, descritivo, retrospectivo, transversal e documental. Para compor a amostra, foram considerados como critérios de inclusão pacientes do sexo masculino e feminino, de todas as faixas etárias, com diagnóstico de pancreatite biliar. Foram analisados 136 prontuários, dos quais 23 eram de pacientes com quadro de pancreatite aguda biliar no ano de 2018. Houve prevalência de pacientes do sexo feminino (77%). Em relação a comorbidades associadas, 26% dos pacientes eram portadores de HAS. O tempo de evolução da doença biliar foi entre 1 e 2 anos, em 30% dos pacientes. O quadro clínico mais prevalente foi a presença de dor em hipocôndrio direito. A USG de abdome foi realizada em todos os pacientes analisados. A colecistectomia VLP foi realizada em 95% da amostragem; 39% dos pacientes teve a resolução do quadro em tempo médio maior que um ano. A pancreatite biliar é uma patologia com incidência importante no público geral. O quadro clínico característico é a presença de dor em hipocôndrio direito. O exame diagnóstico mais comum é a realização da USG de abdome, e a resolução total do quadro supera 1 ano na maioria dos pacientes.

Palavras-Chave: doença biliar; pancreatite biliar; colecistectomia.

ESTUDO DAS ALTERAÇÕES DERMATOLÓGICAS EM PACIENTES COM DOENÇA INFLAMATÓRIA INTESTINAL E SUA ASSOCIAÇÃO COM A DOENÇA DE BASE OU AO SEU TRATAMENTO

Paulo Victor Alves Machado Osório – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluno bolsista
paulo.osorio@sempreceub.com
Thiago Almeida Hurtado – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluno voluntário
thiago.hurtado@sempreceub.com
Carmen Déa Ribeiro de Paula – CEUB, professora orientadora
carmen.paula@ceub.edu.br

As doenças inflamatórias intestinais (DII) são uma das principais causas de diarreia crônica, apresentando como principais a doença de Crohn e a retocolite. As manifestações cutâneas derivadas podem ser classificadas em quatro categorias: específica, reativa, associada e medicamentosa. O presente estudo tem como objetivo a identificação das alterações dermatológicas em pacientes com doença inflamatória intestinal, acompanhados no ambulatório de gastroenterologia do Hospital Universitário de Brasília – HUB, por meio de um estudo transversal do tipo série de casos. Os pacientes que concordaram em participar da pesquisa foram avaliados por médico dermatologista para detecção de lesões dermatológicas. Foi preenchida uma ficha com dados sobre o estado clínico do paciente, os fármacos utilizados para o controle da doença e as manifestações dermatológicas atuais, sendo classificadas como possivelmente relacionadas, sabidamente relacionadas ou não relacionadas à doença de base ou ao seu tratamento. Entre os 100 pacientes avaliados, 26 apresentavam queixas dermatológicas; desses, 4 tiveram manifestações sabidamente relacionadas; 9 apresentaram manifestações possivelmente relacionadas; 10 tinham manifestações não relacionadas. Com isso, foi possível observar que lesões dermatológicas são um achado frequente nesses pacientes, com prejuízos reais à qualidade de vida, por vezes, prejudicando o tratamento da doença de base, sendo seu reconhecimento e tratamento específico de extrema importância para a prática médica. Assim, torna-se necessário estabelecer rotinas de avaliação dermatológica em pacientes portadores de DII, com ou sem o uso de imunobiológicos e considerar outras opções terapêuticas quando as manifestações cutâneas das drogas forem muito intensas. Ademais, seria interessante um trabalho integrado entre as especialidades de gastrologia e dermatologia, visando à identificação de complicações dermatológicas relacionadas a medicamentos ou tratamento e à consequente necessidade de ajuste terapêutico para a melhora do paciente.

Palavras-Chave: doenças inflamatórias intestinais; dermatopatias; medicina preventiva.

ESTUDO DO IMPACTO DA SIMULAÇÃO REALÍSTICA NA FORMAÇÃO DO ACADÊMICO DE MEDICINA

Amanda Guedes Assis Dutra – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluna bolsista
amanda.guedes@sempreceub.com
Eduarda Martins Prudente – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluna voluntária
eduardamprudente@sempreceub.com
Alberto Vilar Trindade – CEUB, professor orientador
alberto.trindade@ceub.edu.br

A simulação realística (SR) é um método de aprendizado que utiliza técnicas elaboradas, com o intuito de produzir contextos próximos aos da realidade para que haja a interação do discente com o meio e que ele possa, dessa forma, aprender e aplicar seus conhecimentos. A implementação dessa metodologia vem ganhando espaço no exterior e no Brasil, com investimentos consideráveis em centros acadêmicos de SR, com foco nas áreas de saúde. Além disso, é o único método atual que une a teoria, a prática esperada e o gerenciamento emocional da situação. Sua realização é composta de etapas, havendo, no final, o "debriefing", que é uma análise externa da conduta utilizada pelo estudante, exaltando os acertos e os erros e esclarecendo as dúvidas pertinentes sobre o tema escolhido. O principal objetivo desse método é fornecer um preparo prévio para o acadêmico, proporcionando-lhe maior confiança para enfrentar os desafios da futura profissão no contexto real. Este estudo utilizou um questionário com 21 perguntas sobre o método no curso de medicina de uma universidade particular no Brasil, respondido por 92 acadêmicos que têm a SR como parte da grade curricular. A partir desse *feedback*, foi possível avaliar que a prática nos centros de simulação repercute positivamente sobre os alunos, com o objetivo maior de associação teórica com prática, para a formação do profissional de saúde competente, completo e com habilidades comportamentais e de raciocínio. Além disso, a emergência foi ressaltada pelos alunos como a área de maior significância no contexto, e a presença de atores durante a encenação torna o ambiente mais realista, exigindo uma atitude mais profissional por parte dos estudantes. Pôde-se, porém, observar um déficit na interdisciplinaridade entre SR, tutoria, morfofuncional e aulas teóricas, não sendo capaz de promover uma base consistente nos quesitos teórico e prático para que os alunos entrem nos contextos de simulação e sintam-se seguros em atuar como médicos. No que se refere à importância da SR durante o período de pandemia pela COVID-19, em que as aulas práticas presenciais nos ambientes hospitalares foram suspensas, a SR foi considerada uma alternativa de suma importância para o ensino da prática e a consolidação dos aprendizados teóricos.

Palavras-Chave: simulação realística; acadêmicos de medicina; profissionais da saúde; competência clínica; percepção prática.

ESTUDOS DAS INDICAÇÕES CLÍNICAS DE ESPLENECTOMIA EM PACIENTES DO HOSPITAL REGIONAL DA ASA NORTE NO PERÍODO DE 2014 A 2018

Mariana Sayuri Cabral Kishimoto – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluna bolsista
mariana.kishimoto@sempreceub.com
Beatriz Carneiro Passos – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluna voluntária
beatriz.passos@sempreceub.com
Alberto Vilar Trindade – CEUB, professor orientador
alberto.trindade@ceub.edu.br

O baço é um órgão intraperitoneal com importante função de hemocaterese e imunológica. A esplenectomia, retirada cirúrgica do baço, pode ser realizada em um contexto de urgência e emergência e por indicação clínica. É controversa e pode ter a finalidade de cura, diagnóstico, estadiamento ou paliativa. As consequências e as complicações da esplenectomia podem ser gravíssimas, por isso necessita ser bem indicada, levando em consideração quadro clínico e complicações de doenças de base. Além disso, é imprescindível a vacinação contra *S. pneumoniae*, *H. influenzae* e *N. Meningitidis*, pelo estado imunológico que resta no esplenectomizado. O objetivo geral desta pesquisa é estudar os casos de esplenectomia por indicação clínica, no Hospital Regional da Asa Norte, no período de janeiro de 2014 a dezembro de 2018. Os objetivos específicos são: saber se a vacinação profilática é realizada no HRAN; estudar as principais indicações clínicas da esplenectomia eletiva e as complicações que os pacientes desenvolveram decorrentes de sua doença de base; examinar as diferentes faixas etárias dos pacientes nessa escolha terapêutica. A metodologia do estudo é a análise retrospectiva, qualitativa e quantitativa dos prontuários de casos de esplenectomias eletivas. A amostra foi composta por pacientes de todas as idades submetidos à esplenectomia eletiva por indicação clínica. As variáveis eleitas para investigação são: idade, sexo, ocupação, indicações clínicas para a retirada do baço, quadro clínico, via de acesso operatório, profilaxia para bactérias capsuladas, presença de complicações e desfecho clínico após procedimento. Foram incluídos 23 pacientes. Os resultados em relação à idade dos pacientes são: de 0 a 10 anos, 0% (N=0); de 10 a 20 anos, 21,74% (N=5); de 20 a 30 anos, 17,39% (N=4); de 30 a 40 anos, 21,74% (N=5); de 40 a 50 anos, 21,74% (N=5); de 50 a 60 anos, 4,34% (N=1); acima dos 60 anos de idade, 13,04% (N=3). São predominantemente do sexo feminino 52,17% (N=12) dos pacientes, em comparação com 47,82% (N=11), do sexo masculino. Dados em relação à profissão de pacientes esplenectomizados de maneira eletiva são escassos. O quadro clínico dos pacientes incluídos no estudo mostrou-se variável. Equimoses estavam presentes em 26,08% (N=6) dos casos. A trombocitopenia imune primária corticodependente ou refratária mostrou-se a principal indicação clínica para a esplenectomia, representando 21,73% dos casos (N=5). A plaquetopenia foi a complicação de doença de base mais encontrada com porcentagem de 17,39% dos pacientes (N=4). Em relação à vacinação profilática, foi realizada antes da cirurgia, em 39,13% (N=9) dos casos. A vacinação realizada após a cirurgia foi o caso de 13,04% (N=3) dos pacientes. Na parcela de 30,43% (N=7) dos prontuários analisados, não havia relato da realização ou não da vacinação profilática nos pacientes esplenectomizados. Em 17,39% (N=4) dos casos, não foi realizada a vacinação profilática. Quanto às complicações cirúrgicas, cerca de 65,22% dos pacientes (N=15) não tiveram qualquer complicação. O desfecho clínico após a cirurgia foi de 91,30% (N=21) de alta hospitalar, com acompanhamento ambulatorial. Assim, ao realizar a revisão literária, percebe-se a quantidade

reduzida de pesquisas e publicações em nível nacional e internacional, diante da importância da temática escolhida.

Palavras-Chave: esplenectomia; esplenectomia eletiva; profilaxia; indicações.

EVOLUÇÃO DA PROFILAXIA PRÉ-EXPOSIÇÃO NO BRASIL E NO DISTRITO FEDERAL NO PERÍODO DE 2018 A 2019

Fillipo Leite Santos – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluno bolsista
fillipo.santos@sempreceub.com
Mateus Moreira Magalhães Cézar – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluno voluntário
mateusmoreira3@sempreceub.com
Gerson Fernando Mendes Pereira – CEUB, professor orientador
gerson.pereira@ceub.edu.br

A síndrome da imunodeficiência humana adquirida (aids) ganhou repercussão mundial em 1981 quando se tornou uma epidemia. Desde então, 74,9 milhões de pessoas foram infectadas, e 32 milhões morreram de doenças relacionadas à aids. Assim, esforços fizeram-se necessários para prevenir a infecção do HIV. Recentemente, a profilaxia pré-exposição (PREP), composta por tenofovir e entricitabina, tornou-se uma alternativa para a população alvo, suscetível a adquirir a infecção. No entanto, por tratar-se de recente medida de promoção de saúde, fazem-se necessários estudos que observem e descrevam o perfil dos usuários que, de fato, recebem o benefício, assim como o efeito da profilaxia pré-exposição na adesão ao uso de preservativo no Brasil. Trata-se de um estudo ecológico, conduzido com base em dados quantitativos do Ministério da Saúde, sobre perfil de uso e consequências da PREP no Brasil e no DF, entre os anos de 2018 a 2021. Foi possível observar que o perfil mais aderente à PREP no Brasil é o de homens, *gays*, jovens e com alto grau de escolaridade. Contraditoriamente, a prevalência de portadores de HIV na população de baixa escolaridade e transsexuais é superior à de outros grupos. Em relação ao uso de preservativo, houve queda significativa na adesão. Desta forma, conclui-se que a profilaxia ainda não é bem direcionada aos grupos mais afetados pelo HIV, havendo necessidade de realizar mais estudos sobre possíveis causas desse problema e de pensar em soluções práticas. Não obstante, é importante ressaltar aos usuários que não abandonem o uso de preservativos, pois a PREP não previne outras IST.

Palavras-Chave: profilaxia; PREP; HIV; aids.

FATORES DE RISCO E ASSOCIADOS PARA A FOME OCULTA DE ADOLESCENTES EM ESCOLA PÚBLICA E PRIVADA DO DF

Bruna Maria Pereira Santos – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluna bolsista
bruna.maria@sempreceub.com
Bianca Machado Ferreira – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluna voluntária
bianca.machado2012@sempreceub.com
Vanessa Alvarenga Pegoraro – CEUB, professora orientadora
vanessa.pegoraro@ceub.edu.br

A fome oculta é decorrente da carência de micronutrientes que pode vir acompanhada de sobrepeso ou obesidade. Tal condição é um fator de risco para o desenvolvimento de inúmeras doenças crônicas não transmissíveis que podem afetar todos os ciclos de vida, mas, no público infantil, a carência nutricional terá impacto no crescimento e no desenvolvimento. Desse modo, a pesquisa objetiva identificar os fatores associados ao risco para a fome oculta, além de promover conscientização sobre a temática entre crianças e adolescentes do Distrito Federal. Trata-se de estudo de corte transversal, descritivo e abordagem quantitativa em escolas do Distrito Federal, com 200 adolescentes de ambos os gêneros, entre 12 e 17 anos. O presente estudo teve prevalência na participação de alunos do sexo feminino, sendo 62% na escola pública e 53,02% na escola privada, com a maioria dos entrevistados matriculados no turno matutino que responderam morar em lares, com a presença do pai e da mãe (36% da escola pública e 61,74% da escola privada,). Os dados obtidos neste estudo apontam que 65,22% dos alunos na rede pública e 80,95% na rede privada não possuem conhecimento sobre o tema ‘’fome oculta’’, porém, quando questionados sobre os alimentos *in natura*, os processados e os ultraprocessados, mais da metade de ambas as escolas responderam corretamente. Ao serem indagados sobre a realização do café da manhã, 63,05% na rede pública e 72,78% na rede privada responderam tomar café da manhã; sobre fazer refeições assistindo à televisão, houve predominância em ambas as escolas. Em relação aos hábitos de consumir os marcadores de alimentação saudável, entre estudantes da escola pública, atingiram-se 65,22%, e, para frutas frescas e saladas de frutas, atingiram-se 63,04%; para a escola privada, os índices para o referido consumo foram de 78,91% para legumes e verduras e 63,27% para frutas frescas e saladas. Ao comparar o consumo entre os marcadores de alimentação saudável e não saudável, houve consumo considerável para não saudável, de 34,78% para salgados fritos, 50% para as guloseimas e refrigerantes, 56,52% para alimentos industrializados e 17,39% para o consumo de alimentos em restaurantes ou *fast foods*, entre os adolescentes da escola pública. Ao passo que, para a escola particular, os índices são de 21,77% para salgados fritos, 55,10% para guloseimas, 33,33% para refrigerante, 51,02% para alimentos industrializados e 14,97% para o consumo de comida em restaurantes ou *fast foods*, o que pode justificar o índice de Obesidade I ser maior entre eles. Por fim, apesar das limitações desta pesquisa, em razão da pandemia da COVID-19, os dados obtidos corroboram as hipóteses levantadas de que os hábitos dos adolescentes, como sedentarismo, ingestão de alimentos marcadores de alimentação não saudável (*fast foods*, ultraprocessados), omissão do café da manhã, falta de hábito de consumo dos marcadores de alimentação saudável, entre outros, são fatores associados ao risco para a fome oculta.

Palavras-Chave: nutrição do adolescente; deficiência nutricional; fome oculta; obesidade.

FUNÇÃO INIBITÓRIA DE BILÍNGUES E MONOLÍNGUES EM TAREFAS DE RECONHECIMENTO: EFEITOS DE DISTRATORES VERBAIS EM LÍNGUA NATIVA E ESTRANGEIRA

Natasha Tonetti Abdul Hak – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluna bolsista
natasha.tonetti@sempreceub.com
Paulo Roberto da Cunha Cavalcanti de Almeida – CEUB, professor orientador
paulo.cavalcanti@ceub.edu.br

O fenômeno do bilinguismo tem-se destacado e tornado objeto de inúmeras pesquisas no campo da psicologia cognitiva. No presente estudo, busca-se verificar a capacidade da função inibitória de bilíngues e monolíngues em tarefas de reconhecimento. A pesquisa foi de caráter quantitativo e experimental. Participaram do estudo 40 adultos entre 18 a 30 anos, com 20 bilíngues e 20 monolíngues. Todos os participantes foram submetidos às mesmas condições do estudo, com a diferença de que parte dos dados foram coletados presencialmente, e outra parte, no formato *on-line*. De modo a alcançar o objetivo do estudo, verificou-se a influência de distratores verbais auditivos tanto na língua portuguesa quanto na língua inglesa, no desempenho de bilíngues (português-inglês) e monolíngues (português), em tarefas de reconhecimento. Ressalta-se que tanto o grupo bilíngue quanto o monolíngue foram expostos às três condições da pesquisa: presença do distrator verbal em português (condição A); presença do distrator verbal em inglês (condição B); ausência de distrator verbal (condição C). Para análise dos dados coletados, foram realizadas comparações estatísticas inferenciais a partir da ferramenta ANOVA. Os resultados apontaram para tendências sistemáticas de diferenças de desempenho entre os grupos e o intragrupo. Um resultado a ser destacado é que bilíngues não apresentam inclinações para maior controle inibitório, quando comparados com monolíngues em tarefas estritamente verbais. Foi possível notar que a língua inglesa é um idioma com significativa influência e presença no contexto brasileiro, portanto tornou-se um fator a ser considerado para próximos estudos.

Palavras-Chave: bilinguismo; controle inibitório; língua inglesa; reconhecimento; psicologia cognitiva.

GESTÃO POR PROCESSOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

Lucas Daniel Cunha dos Santos – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluno bolsista
dansantos@sempreceub.com
Igor Guevara Loyola de Souza – CEUB, professor orientador
igor.souza@ceub.edu.br

Os órgãos públicos, ao longo da história da administração pública brasileira, passaram por várias transformações em busca de melhoria de seus processos. Nessa conjuntura, estabeleceu-se como objetivo de pesquisa, identificar fatores críticos de sucesso ou insucesso da gestão por processos nos órgãos públicos federais. Dessa forma, foi desenvolvida uma pesquisa descritiva de abordagem qualitativa. Foram conduzidas entrevistas semiestruturadas com três servidores públicos de escritórios de processos. A análise de dados foi realizada por intermédio da análise de conteúdo. Os resultados mostraram que, de fato, existem 6 (seis) elementos centrais de sucesso de BPM nas organizações. No entanto, os respectivos fatores críticos de sucesso divergem de acordo com o contexto organizacional. Portanto, não necessariamente o sucesso do modelo de BPM em uma organização será o sucesso em outra, pois deve ser considerado como os fatores ambientais, internos e externos à organização causam impacto.

Palavras-Chave: *business process management*; gestão por processos; organizações públicas federais; teoria institucional; teoria da contingência.

HABITAÇÃO. VACÂNCIA RESIDENCIAL NAS ÁREAS CENTRAIS URBANAS DO DISTRITOFEDERAL E OS INSTRUMENTOS PARA O CUMPRIMENTO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE

Magda Sifuentes de Jesus – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluna bolsista
magda.sifuentes@sempreceub.com
Eliete de Pinho Araujo – CEUB, professora orientadora
eliete.araujo@ceub.edu.br

A presente pesquisa apresenta o conceito de *vacância imobiliária* e os estudos recentes relacionados a este tema. Por meio de análise dos dados do IBGE, do déficit habitacional realizado pela Fundação João Pinheiro e da CODEPLAN, apresentam-se os indicadores da demanda habitacional demográfica e de vacância das regiões administrativas do Distrito Federal, indicando os locais onde se concentram. O objetivo é demonstrar a vacância de imóveis nas cidades do Distrito Federal e destacar as regiões com maior incidência; disseminar o conhecimento sobre vacância habitacional e os instrumentos possíveis de utilização, que poderão subsidiar o poder público em seus programas e políticas habitacionais. Tomam-se como referência as análises de estudos realizados nas regiões metropolitanas de São Paulo e Belo Horizonte, relacionados às políticas de enfrentamento às questões habitacionais. Discorre-se sobre os instrumentos de política urbana e habitacional utilizados nessas localidades, os estudos realizados no âmbito do GDF e o que indicam como solução para o *déficit* habitacional, além dos instrumentos urbanísticos para a destinação dos imóveis vazios e o que apontam como desafio às políticas públicas de habitação. Com isso, investigam-se as estratégias e as ações para a reurbanização do Setor Comercial Sul, a destinação de imóveis comerciais vazios ou subocupados e os instrumentos que façam cumprir a função social da propriedade. Utiliza-se como metodologia a análise documental, obedecendo-se às etapas previstas para a pesquisa: o estudo da bibliografia e o resumo dos principais conceitos; a pesquisa sobre vacância e experiências de locação social nas cidades de São Paulo e Belo Horizonte; os estudos realizados pela SEDUH, pela CODEPLAN, pela CODHAB e pela TERRACAP, relacionados à vacância; os mapas das áreas de maior incidência de vacância no DF; os instrumentos de política urbana ajustados à realidade do DF, com o exercício de exemplificação na área central do Plano Piloto. O relatório de pesquisa contempla o registro e a sistematização do estudo, o levantamento, a análise, as proposições de aplicabilidade e o exercício proposto. Nas conclusões finais, apresentam-se os resultados obtidos, as propostas de reurbanização do Setor Comercial Sul com destinação de imóveis comerciais vagos para suprir a demanda habitacional e foco para habitação de interesse social. Indicam-se quatro tipologias de imóveis possíveis para a reurbanização. Os objetivos da pesquisa foram atingidos, além da contribuição acadêmica para disseminar o conhecimento sobre vacância habitacional e os instrumentos possíveis de utilização. Ademais, propõe-se a realização de novos estudos para investigar a vacância de imóveis em outras áreas do DF.

Palavras-Chave: vacância imobiliária; déficit habitacional; demanda habitacional demográfica; instrumentos de política habitacional.

HABITAÇÃO SOCIAL: BREVE HISTÓRICO DA CONDIÇÃO DE MORADIA DAS FAMÍLIAS QUE VIVEM EM ÁREAS DE PARCELAMENTO IRREGULAR NO DISTRITO FEDERAL

Giovanna Salles Brancaglion – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluna bolsista
giovanna.salles@sempreceub.com
Nathália de Sousa Chaves – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluna voluntária
nathy.sousa2112@sempreceub.com
Junia Marques Caldeira – CEUB, professora orientadora
junia.caldeira@ceub.edu.br
Leonardo Pinto de Oliveira – UnB, professor colaborador
arq.leooliveira@gmail.com

Esta pesquisa de iniciação científica analisa as condições habitacionais de famílias em áreas de parcelamento irregular, no Distrito Federal, mediante estudo exploratório de caso, sendo escolhido o bairro Vila do Boa, em São Sebastião. Para melhor compreensão dos processos de ocupação irregular, a fim de identificar sua dinâmica de surgimento e crescimento, foi realizado breve histórico das tipologias habitacionais em nível nacional, distrital e no próprio Vila do Boa. Nesse contexto, estabeleceu-se um paralelo entre as propostas de resolução para os problemas habitacionais no país, destacando os programas de habitação social, a implementação de leis sobre habitação social e a constância das habitações efêmeras em ocupações irregulares. Assim, foi proposta uma análise tipológica e urbanística dessa modalidade de habitação social que, realizada a partir da divisão da área de estudo em sete regiões, estabelece os diferentes estágios de ocupação e os elementos de composição das tipologias quanto ao seu nível de qualidade e acabamento construtivo, em precários, alternativos, intermediários e definitivos. Como considerações finais, destaca-se, em primeiro momento, a notável carência de política pública adequada aos aspectos habitacionais desenvolvidos em áreas periféricas no DF, com a recorrente prática de distribuição de lotes e de regularização pós-ocupação, não garantindo qualidade de moradia à população, que recorre à autoconstrução sistematicamente. Em sequência, nota-se a preferência popular por tipologias efêmeras, sendo a autoconstrução uma opção atrativa à população pela grande oferta de terras desocupadas em áreas de preservação, pelos altos preços de intervenções urbanísticas pelo governo, pela falta de habitação social que atenda às necessidades de sua população alvo e pela vantagem direta dos materiais precários que permitem rápida substituição, em razão do baixo investimento econômico, em casos de eventuais remoções pelo governo.

Palavras-Chave: habitação social; parcelamento irregular; planejamento urbano.

HABITAÇÃO TEMPORÁRIA PARA SITUAÇÕES EMERGENCIAIS: PROPOSIÇÃO DE MODELOS HABITACIONAIS ADEQUADOS AOS DIFERENTES CLIMAS BRASILEIROS

Luísa Borges Pereira de Mello Leal – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluna bolsista
luisa.mello@sempreceub.com
Ludmila de Araújo Correia – CEUB, professora orientadora
ludmila.correia@ceub.edu.br

O estudo sobre os desastres naturais parte da análise simultânea entre elementos naturais e fatores antrópicos, sendo a vulnerabilidade socioambiental importante condição para a materialização de seus efeitos danosos. Uma das consequências dos desastres naturais é a destruição total ou parcial de moradias, fazendo surgir a necessidade de provimento de soluções habitacionais emergenciais, temporárias e permanentes. No Brasil, além de não existir um programa habitacional direcionado especialmente para as pessoas desabrigadas em razão de desastres naturais, não é raro que os acampamentos emergenciais tenham duração superior a cinco anos. Identifica-se, pois, que a precariedade do atendimento ao direito à moradia adequada, além de reforçar o contexto de vulnerabilidade, afeta a privacidade, a segurança, a autonomia, o conforto e a dignidade das vítimas desabrigadas. Nesse sentido, o objetivo geral deste trabalho é propor modelos habitacionais que possam subsidiar a elaboração de moradias temporárias que se adaptem a diferentes contextos bioclimáticos, para abrigar vítimas de desastres naturais. Além do conforto higrotérmico estabelecido para as diferentes zonas bioclimáticas brasileiras, o estudo atenta para a garantia do direito à moradia, sobretudo no que diz respeito à habitabilidade, à acessibilidade e à adequação cultural. Para tanto, realizou-se uma análise qualitativa do tipo exploratório e de natureza aplicada, e desenvolveu-se, em primeiro momento, uma pesquisa bibliográfica para a compreensão das variáveis sobre o tema, concluindo-se com uma pesquisa-ação que propõe um caminho para solucionar o problema. Como resultado, apresenta-se um modelo habitacional com adaptações para três diferentes contextos bioclimáticos identificados no Brasil: clima quente e seco, clima quente e úmido e clima frio e úmido. A intenção é que os modelos desenvolvidos sirvam como um embrião no contexto do abrigamento temporário, podendo ampliar-se para atender às vítimas de desastres naturais de forma permanente. Para tanto, utilizou-se o sistema construtivo em *light wood frame*, da empresa brasileira Tecverde, certificado no âmbito do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat, além de fundamentar-se nas normas técnicas brasileiras de desempenho térmico e de acessibilidade. Contudo, trata-se de uma solução teórica que não pode ser considerada um modelo ideal e, sim, um subsídio para o desenvolvimento de moradias para os desabrigados por desastres naturais. Embora a pesquisa acadêmica seja de relevância ímpar para subsidiar a aplicação de soluções práticas, é imprescindível que as moradias desenvolvidas para os desabrigados pelos desastres naturais sejam construídas com a efetiva participação da comunidade afetada e com o conhecimento sobre as condicionantes bioclimáticas e as demais variáveis de um contexto específico, o que somente pode ocorrer após a materialização do desastre. Ademais, para que a reconstrução das habitações esteja em consonância com o direito à moradia adequada, é necessário considerar não apenas o espaço físico da habitação, como também o direito à cidade e ao acesso à infraestrutura urbana, que constituem sugestões para futuros trabalhos sobre essa temática.

Palavras-Chave: desastres naturais; direito à moradia adequada; habitação temporária; zoneamento bioclimático; conforto higrotérmico.

HÁBITOS SEXUAIS E DE ANTICONCEPÇÃO EM JOVENS DE UMA UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL

Isabela Boulhosa Tavares – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluna bolsista
isabela.bt@sempreceub.com
Mateus Ricardo Cardoso – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluno voluntário
mateus.rc@sempreceub.com
Luciana Teixeira de Campos – CEUB, professora orientadora
luciana.campos@ceub.edu.br

A sexualidade é definida como a energia que motiva a busca por amor, contato e intimidade e é influenciada por fatores econômicos, sociais, culturais, políticos e pessoais, entre eles, a contracepção. Este estudo epidemiológico de caráter descritivo, com abordagem quantitativa, busca conhecer a epidemiologia dos hábitos sexuais e de anticoncepção de jovens de uma universidade do Distrito Federal entre os anos 2020 e 2021, com análise de questionários estruturados autoaplicáveis sobre os efeitos do uso de métodos contraceptivos na sexualidade. As variáveis investigadas foram: idade, sexo, escolaridade, uso e conhecimento de contraceptivos, hábitos sexuais, opiniões sobre sexualidade. Os sujeitos da pesquisa foram 252 alunos do Centro Universitário de Brasília - CEUB, que assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido e que já tiveram a sexarca. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética sob nº 4.373.886. Em relação à primeira relação sexual, 56% dos entrevistados revelaram ter sido após os 18 anos, e 20% não fizeram uso de métodos contraceptivos; dos que tiveram a relação antes dos 18 anos, 28,5% não fizeram uso de tais métodos; 69% referiram usá-los sempre; 21,8%, na maioria das vezes; 2%, raramente; 7,2% não o fazem. Assim, 43,3% usam preservativos, 21,8%, contraceptivos orais, e 19%, dupla proteção. Dos que usam preservativos de barreira, apenas 19% fazem uso durante toda a relação sexual; 49,2% dos estudantes acreditam que esse método atrapalha o prazer sexual; 26,6% referem que esse uso prejudica a naturalidade e a espontaneidade do ato. Tratando-se de parceiros fixos, 58,3% não fazem uso de métodos que previnam infecções sexualmente transmissíveis; desses, apenas 29,2% interrompem após realização de exames. A maior parte dos entrevistados recebeu orientações sobre saúde sexual e planejamento familiar, e 6,7% obtiveram essas informações apenas após a 1ª relação. Ademais, a maior parte obteve tais orientações pelas escolas, 52,9%, dos pais, e apenas 22,2%, de serviços de saúde. A maior parte dos estudantes concorda com que a responsabilidade pelo uso de contraceptivos seja das duas pessoas. Entre os entrevistados, 76,2% têm um plano de vida; desses, 2% não fizeram uso de contraceptivos na primeira relação; dos que não têm tal plano, 11% não fizeram uso de anticoncepção. Os resultados demonstram que uma proporção alta dos estudantes teve a primeira relação sexual com menos de 18 anos, além da baixa prevalência do uso correto de métodos anticoncepcionais e proteção contra infecções sexualmente transmissíveis. Assim, os achados enfatizam a necessidade da orientação sobre saúde sexual e planejamento familiar, com objetivo primário de prevenir a gravidez indesejada e as doenças sexualmente transmissíveis. Deve-se incentivar essa abordagem em instituições de ensino e serviços de saúde, de forma a proteger a saúde e incentivar o planejamento de vida dos estudantes.

Palavras-Chave: hábitos sexuais; anticoncepção; contracepção.

IMPACTO DA COVID-19 NA OCORRÊNCIA DE ACIDENTES DE TRÂNSITO FATAIS NO DISTRITO FEDERAL

Jonie Daniel Meireles Doberstein de Magalhães – CEUB, PIC/PIBIC CNPq, aluno bolsista
joniedaniel@sempreceub.com
Mônica Soares Velloso – CEUB, professora orientadora
monica.velloso@ceub.edu.br

A OMS declarou o vírus SARS-CoV-2 como pandemia em março de 2020. Vários países implementaram o "lockdown" para promover o distanciamento social. Como consequência, diversas cidades do mundo registraram queda no fluxo de tráfego. No Brasil, o Distrito Federal foi o primeiro a implementar medidas de "lockdown" por meio de decretos governamentais. O primeiro, entre os diversos regramentos jurídicos, aconteceu em 14 de março. Diante desse contexto, os veículos circulantes em Brasília reduziram drasticamente, pois a população ficou sem motivo para transitar pela cidade. Mediante essa situação, evidenciou-se a oportunidade ímpar de realizar pesquisa de mobilidade urbana que relacionasse a queda da demanda por viagem com a ocorrência de acidentes de trânsito, pois muito se poderia aprender com a situação para adoção de medidas de segurança. A principal questão era compreender a possível relação entre a ocorrência de acidentes de trânsito com o número de veículos. Havia suspeita de que o número de acidentes poderia cair, dado o fato de haver menos veículos nas ruas; por outro lado, esse número poderia aumentar, pois os poucos veículos em circulação estariam propensos a aumentar a velocidade pela baixa ocupação do sistema viário. Para este estudo, procedeu-se ao levantamento de acidentes e trânsito no sistema viário de Brasília, entre 2019 e 2020, que demonstrou redução de 25,20%. Na sequência, foram levantados acidentes de trânsito entre 2016 e 2020, para a escolha de rodovias com os maiores índices de acidentes fatais. Foram coletados dados mediante informações oriundas de equipamentos de fiscalização eletrônica instalados nas rodovias. O resultado mostrou que, entre as rodovias escolhidas, todas registraram queda no fluxo de tráfego; a maioria apresentou elevação da velocidade praticada; apenas três apresentaram queda no número de acidentes. Dessa forma, conclui-se que, apesar da redução dos índices de acidentes de trânsito em Brasília, entre os anos de 2019 e 2020, o padrão não se confirmou nas rodovias analisadas. Quanto ao estabelecimento de uma relação entre as variáveis, os dados apresentaram resultados inconclusivos, o que, em alguma medida, pode ser atribuído ao fato de que algumas rodovias são mais fiscalizadas que outras.

Palavras-Chave: mobilidade urbana; acidentes de trânsito; SRDF.

IMPACTO DA INTERRUPÇÃO DIÁRIA DA SEDAÇÃO NA MORBIMORTALIDADE DE PACIENTES CRÍTICOS

Daniel Caires Campos – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluno bolsista
daniel.caires@sempreceub.com
Jennifer Yumie Sonobe Hable – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluna voluntária
jennifer.yumie@sempreceub.com
José Roberto de Deus Macedo – CEUB, professor orientador
jose.macedo@ceub.edu.br

A infusão venosa de sedoanalgesia, assunto de fundamental importância em medicina intensiva, permite manutenção confortável de pacientes críticos com indicação de ventilação mecânica (VM). O acúmulo de publicações das últimas 2 décadas aponta para malefícios com uso excessivo de sedativos, quando comparado à utilização de protocolos de sedação focados na racionalização do uso e na diminuição da infusão desses fármacos. O objetivo deste estudo é avaliar o impacto de protocolo de interrupção diária de sedoanalgesia em pacientes críticos, em VM, internados em Unidade de Terapia Intensiva (UTI), com sepse pulmonar. Foi realizado estudo observacional retrospectivo comparativo entre população submetida à sedação profunda contínua (n= 55) *versus* grupo que recebeu protocolo de interrupção diária de sedação (n= 39). Os grupos foram homogêneos com relação a sexo, idade e escore de gravidade. A análise estatística evidenciou resultados favoráveis ao grupo que recebeu o protocolo de interrupção diária de sedação (grupo PSed): diminuição do tempo de VM (11,56 ±8,03 vs 18,76 ±14,82 dias, *p*=0,008); redução do tempo de internação em UTI (12,27 ±8,09 vs 18,76 ±15,69 dias, p=0,021); redução da taxa de traqueostomia (21 (38,18%) vs 19 (48,71%), p=0,309). A chance de o paciente do grupo PSed receber alta da UTI foi 8 vezes maior que no grupo controle (Hazard Ratio= 7,88 (IC 95% 2,39-25,91, p=0,001)). Apesar de a queda da mortalidade em 12,96% ser favorável ao grupo PSed, não encontramos significância estatística na amostra (*p*= 0,156). Este estudo reiterou o observado em acúmulo de outras publicações sobre estratégias de diminuição da infusão de sedoanalgesia em UTI, demonstrando benefício da aplicação de protocolos de sedação na morbidade de pacientes críticos em VM. Outros estudos precisam revisar este tema.

Palavras-Chave: sedação; terapia intensiva; despertar diário; desmame.

IMPACTOS PSICOSSOCIAIS DA PANDEMIA DE SARS-COV-2 EM PROFISSIONAIS DE SAÚDE E SEGURANÇA PÚBLICA PÓS-COVID-19

Bruna Adorno de Moraes Elias – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluna bolsista
bruadorno@sempreceub.com
Daniella Soares Marreiros Martins – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluna voluntária
daniella.martins@sempreceub.com
Carlos Manoel Lopes Rodrigues – CEUB, professor orientador
carlos.manoel@ceub.edu.br

A pandemia de COVID-19, decretada como emergência global em março de 2019 pela Organização Mundial de Saúde, pode ser considerada a maior emergência de saúde pública desde a gripe espanhola de 1929. Como estratégia de enfretamento, os profissionais de saúde e de segurança pública estão na linha de frente, seja na atuação junto às medidas sociais de contenção, seja no atendimento direto aos doentes, estando, portanto, em maior exposição à contaminação e aos fatores de risco psicossociais. Dessa forma, o objetivo deste trabalho é identificar os impactos psicossociais da pandemia de SARS-COV-2 nesses dois grupos profissionais distintos da população brasileira. Participaram deste estudo 237 profissionais de saúde (76,79% mulheres e 23,21% homens) e 241 participantes (70,54% homens e 29,46% mulheres). Foram avaliadas a exposição a fatores de risco psicossociais no trabalho, o suporte social, os sintomas de estresse, a depressão, a ansiedade, a ocorrência de síndrome de *burnout* e de transtorno de estresse pós-traumático. Os resultados para os dois grupos indicam exposição a fatores de risco psicossociais no trabalho, principalmente físicos, químicos e ergonômicos e a estressores relacionados ao baixo controle sobre o trabalho em si. Profissionais de saúde apresentaram maior suporte social. Foram identificados baixos escores em qualidade de vida para os domínios físico (M = 2,25, DP = 0,56), psicológico (M = 1,65, DP = 0,98) e as relações sociais (M = 2,34, DP = 1,25), não havendo diferença significativa entre os grupos. Em termos de saúde mental, foi identificada a ocorrência de sintomas ansiosos em 63,29% dos profissionais de saúde e 41,49% para os profissionais de segurança pública e de estresse com taxas de 84,39% e 95,44%, respectivamente. Identificou-se maior incidência de sintomas depressivos entre os profissionais de saúde (50,63%), em comparação com profissionais de segurança pública (39,00%). Os escores de *burnout* mostraram-se mais altos para profissionais de saúde. Foram identificadas correlações significativas entre menor qualidade de vida geral e exposição a fatores de risco psicossociais no trabalho (r = -0,45, IC = -0,32 – -0,51) e da exposição a estes fatores de risco com aumento de sintomas ansiosos (r = 0,33, DP = 0,27 – 0,35), depressivos (r = 0,37, IC = 0,30 – 0,41), *burnout* (r = 0,36, IC = 0,30 – 0,42). O suporte social mostrou-se fator potencialmente redutor dos sintomas psicopatológicos em geral. Os resultados apontam para o quadro sensível em repercussões psicossociais da pandemia nos dois grupos profissionais estudados, ressaltando a necessidade de formulação de políticas e estratégias de intervenção junto a estes profissionais vitais no combate e no controle da pandemia.

Palavras-Chave: pandemia; saúde mental no trabalho; segurança pública; profissionais de saúde.

IMPULSIVIDADE E TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE: FEITOS DE PSICOESTIMULANTES EM PADRÕES DE COMPORTAMENTOS IMPULSIVOS DE ESCOLHA EM UNIVERSITÁRIOS DIAGNOSTICADOS COM TDAH

Letícia Maia Zica – CEUB, PIC/PIBIC CNPq, aluna bolsista
leticia.mz@sempreceub.com
Ana Paula Barreto Leal – CEUB, PIC/PIBIC CNPq, aluna voluntária
ana.paulal@sempreceub.com
Paulo Roberto da Cunha Cavalcanti de Almeida – CEUB, professor orientador
paulo.cavalcanti@ceub.edu.br

O transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) reúne comportamentos desatentos, hiperativos e impulsivos que interferem nos diversos âmbitos da vida de um indivíduo acometido por esse distúrbio. Apesar de ser mais frequentemente diagnosticado em crianças, o TDAH é, também, identificado em adultos e tem significativo impacto na vida universitária, em que o ambiente exige maior responsabilidade e autonomia. Uma das formas de compreender o TDAH é por meio do desconto de atraso, que é a preferência pelo recebimento de um reforço de menor valor, porém de forma imediata, ao recebimento de um reforço de maior valor após certo período de espera (atrasada), o que caracteriza escolhas impulsivas e autocontroladas, respectivamente. Assim, observa-se, em pessoas com o transtorno, a dificuldade de espera por um reforço tardio, isto é, um desconto de atraso mais acentuado, o que retrata a impulsividade, uma das características mais relevantes em adultos com TDAH. Entre os tratamentos possíveis, está o medicamentoso, sendo os psicoestimulantes os mais utilizados, os quais atuam no sistema nervoso central, aumentando a atenção e diminuindo a hiperatividade e a impulsividade. Dessarte, a presente pesquisa analisa a influência de psicoestimulantes em padrões de escolhas impulsivas de universitários com TDAH. Participaram do estudo 90 indivíduos com idades entre 18 e 25 anos, divididos em 3 grupos (grupo de controle; grupo TDAH medicados e grupo TDAH não medicados), cada um com 30 participantes. Os instrumentos para coleta de dados foram dois questionários aplicados de forma remota e individual, pela plataforma Google Meet, que consistiram em uma tarefa sobre o desconto de atraso dos participantes em situações hipotéticas, envolvendo valores monetários, investigando seus padrões de escolha. Após a análise dos dados coletados, constatou-se que não foram apresentadas diferenças estatisticamente significativas nos padrões de escolha dos três grupos analisados, ou seja, as intensidades de desconto de atraso foram muito semelhantes entre eles. Porém, observou-se a tendência de desconto de atraso mais intenso para os dois grupos TDAH, como apresentado na literatura. Outrossim, conclui-se que, quando submetidos a situações hipotéticas que envolvam valores monetários, os grupos de indivíduos com TDAH não manifestam divergências expressivas entre seus padrões de escolha que retratem a influência do tratamento medicamentoso com psicoestimulantes em comportamentos impulsivos.

Palavras-Chave: transtorno do déficit de atenção com hiperatividade; análise do comportamento; escolha intertemporal; desvalorização pelo atraso; impulsividade.

INCIDÊNCIA DA GIÁRDIA NAS FEZES DE CÃES EM ÁREAS PÚBLICAS DE ÁGUAS CLARAS, SÃO SEBASTIÃO E ASA SUL, DISTRITO FEDERAL, BRASIL

Fabio Zacheu Conti – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluno bolsista
fabio.conti@sempreceub.com
Lucas Costa de Faria – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluno voluntário
lucas.cfaria@sempreceub.com
Bruno Silva Milagres – CEUB, professor orientador
bruno.milagres@ceub.edu.br

O processo de sedentarização dos seres humanos foi caracterizado por uma série de mudanças na sua forma de relacionar-se com a natureza. A domesticação dos animais foi uma delas. Entre os animais domesticados, os cães destacaram-se por sua fidelidade e, com o passar do tempo, tornaram-se membros da família. Essa proximidade também possibilitou a exposição a diversas zoonoses de importância médica, entre elas, podemos citar a giardíase. A *Giardia spp.* é um protozoário de distribuição mundial e responsável por mais de 1 bilhão de casos em todo o planeta. Além disso, tem alta morbidade entre diversas espécies, como cães, gatos e humanos. Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo avaliar o conhecimento e as atitudes da população do Distrito Federal e do entorno sobre a giardíase, suas características e seu controle, além da incidência de giárdia e outras parasitoses em Águas Claras, Asa Sul e São Sebastião. Para tanto, aplicou-se um questionário, pelo Google Forms, a 158 entrevistados, com 19 respostas desconsideradas, por não cumprirem os critérios de inclusão no estudo. Observou-se que apenas 34,53% dos entrevistados têm o conhecimento sobre a giárdia, entretanto apenas 18,75% tomam as atitudes necessárias para o controle da giardíase. Verificou-se, que entre os não conhecedores (65,47%), apenas 2,19% expressaram as atitudes corretas. Para a análise das incidências, foram coletadas 52 amostras de fezes em áreas públicas das regiões administrativas citadas. As amostras foram mantidas em caixa térmica com gelo a 8°C, por até duas horas após a coleta. Utilizaram-se as técnicas de Hoffman e Faust para a procura por *Giardia spp*. e outras enteroparasitoses. Observou-se que a Asa Sul apresentou maior incidência de giardíase (38,89%). Quanto à incidência de enteroparasitoses, São Sebastião destacou-se das demais regiões com 72,22% das amostras parasitadas. Novos estudos devem ser realizados para avaliar as práticas que os tutores de cães tomam para que não haja disseminação da giardíase. Devem-se realizar novas pesquisas pelas incidências de giardíase nas demais regiões administrativas do Distrito Federal. O conhecimento é ferramenta essencial para o controle não só da giardíase, mas também de outras doenças. Assim, a divulgação de *folders* torna-se boa alternativa para a informação à população.

Palavras-Chave: Distrito Federal; enteroparasitoses; Giardia spp.; incidência; protozoário.

INFLUÊNCIA DA ESTIMULAÇÃO AUDITIVA NA PERCEPÇÃO DA DOR E NOS SINAIS VITAIS DE PREMATUROS EM UMA UTI NEONATAL

Luana Torres da Rocha Filgueira – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluna bolsista
luana.torres@sempreceub.com
Alana Samara de Araújo Dias – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluna voluntária
alana.samara@sempreceub.com
Ana Letícia de Souza Oliveira – CEUB, professora orientadora
ana.leticia@ceub.edu.br

O presente estudo tem como objetivo avaliar o efeito da estimulação auditiva no alívio da dor nos recém-nascidos prematuros (RNPT), internados em uma Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN), com o intuito de verificar se é uma estratégia eficiente para o controle da dor e dos sinais vitais. Para isso, realizou-se um estudo transversal e quantitativo na UTIN do Hospital Santa Marta, com sede em Taguatinga Sul, em Brasília. Como principais resultados, em relação à frequência respiratória (FR), foi observado pequeno aumento da média do meio da música em relação ao início de 2,11 %, com progressão de aumento no fim, mantendo-se após 10 minutos, com 9,64%. Em relação à frequência cardíaca (FC), observou-se que os RNPT apresentaram queda da média da FC durante a música, de 3,77%, e, ao final da música, houve elevação ainda que inferior ao início, porém, após 10 minutos do final da intervenção, ocorreu diminuição da FC assim como no início, com 3,22%. Na saturação de oxigênio, identificou-se pequeno aumento da média do meio da música, de 96% (±0,02), em relação ao início, 95% (±0,06), com diminuição no fim, mantendo-se o mesmo resultado do início após 10 minutos, com 95% (±0,04). Na escala de dor, identificou-se diminuição da percepção de dor de forma mais importante, durante a música e após 10 minutos do fim da intervenção, com redução de 33,33% e de 20%, respectivamente. Assim, a musicoterapia interfere, positivamente, nas respostas fisiológicas com bom resultado na FC e é relevante principalmente para RNPT com baixo peso, favorecendo alta hospitalar precoce com ganho de peso e diminuição do estresse. Além disso, mostrou-se promissora na diminuição de percepção da dor e na saturação de oxigênio, sendo necessários mais estudos com RNPT, em outras condições clínicas.

Palavras-Chave: recém-nascido; prematuro; musicoterapia; sinais vitais; percepção da dor.

INFLUÊNCIA DA PRÁTICA DE ATIVIDADE FÍSICA NA INFÂNCIA NOS FATORES DE RISCO PARA O DESENVOLVIMENTO DE CÂNCER EM ADULTOS

Débora Duarte Honório – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluna bolsista
debora.dhonorio@sempreceub.com
Filipe Dinato de Lima – CEUB, professor orientador
filipe.dinato@ceub.edu.br

O câncer é considerado pela Organização Mundial da Saúde como uma epidemia e apresenta-se como a maior causa de morbidade e mortalidade no mundo. O aumento da incidência dessa doença parece estar relacionado com as alterações nos hábitos da população e a potencialização dos fatores de risco. Levando em consideração que os hábitos relacionados à prática de atividade física e à ingestão alimentar são estabelecidos nos primeiros anos de vida, este estudo tem como objetivo investigar a influência da prática de atividade física durante a infância e a adolescência nos hábitos de vida relacionados aos fatores de risco para o desenvolvimento de câncer em adultos. Para isso, 409 voluntários, com idade entre 18 e 59 anos, que concluíram o ensino fundamental e médio e residem no Brasil, foram selecionados para preencher um questionário *on-line*, realizado pela plataforma Google Formulários, com questões acerca da adesão à prática de atividade física na infância e na adolescência, da participação nas aulas de Educação Física no ensino fundamental e no ensino médio, das características individuais gerais e da exposição aos fatores de risco para o desenvolvimento de câncer. A amostra foi composta por 148 homens e 261 mulheres. A respeito da participação nas aulas de educação física e na prática de esportes ou exercícios físicos, houve uma redução com o passar dos anos, não se relacionaram com os hábitos tabagistas e etilistas e não influenciaram a prática ou não de atividade física e os hábitos sedentários na vida adulta. Entretanto, a participação nas aulas de educação física e a prática de atividade física parecem afetar a frequência e o volume de treino, da mesma forma que a participação durante o ensino fundamental e médio. A participação nas aulas de educação física nos anos iniciais do ensino fundamental e no ensino médio não influencia os hábitos etilistas e tabagistas durante a vida adulta. Além disso, a prática de esportes ou exercícios físicos também não influencia os hábitos etilistas e tabagistas. Entretanto, tanto a participação nas aulas de educação física escolar quanto a prática de esportes ou exercícios fora do ambiente escolar influenciam o volume de atividade física praticada na vida adulta. Sugerem-se novas formas de pensar e propor a educação física escolar para que ela cumpra o seu objetivo de promover hábitos saudáveis e conscientizar acerca das questões de saúde.

Palavras-Chave: câncer; fatores de risco; educação física escolar; atividade física.

INFLUÊNCIA DA PRÁTICA DE ATIVIDADE FÍSICA NA OCORRÊNCIA E NA SEVERIDADE DOS SINTOMAS DA COVID-19: UM ESTUDO RETROSPECTIVO

Gabriel Carvalho Rocha – CEUB, PIC/PIBIC COVID-19 FAP/DF, aluno bolsista
gabriel.carvalho@sempreceub.com
Wenderson Ferreira de Paula – CEUB, PIC/PIBIC COVID-19 FAP/DF, aluno voluntário
wenderson.fp@sempreceub.com
Filipe Dinato de Lima – CEUB, professor orientador
filipe.dinato@ceub.edu.br

Este trabalho tem como objetivo verificar se a prática de exercícios físicos ou esportes, em diferentes volumes e intensidades, influenciou a ocorrência de sintomas da COVID-19. Foi aplicado um questionário virtual, incluindo homens e mulheres diagnosticados com COVID-19, por meio de sorologia, teste RT-PCR ou diagnóstico clínico. O questionário composto de três seções continha perguntas sobre os dados dos participantes, o diagnóstico da COVID-19, a prática de exercícios físicos ou esportes nos três meses anteriores ao diagnóstico, a ocorrência e a severidade dos sintomas e a possível necessidade de internação em leitos de enfermaria ou quarto, ou leito de Unidade de Terapia Intensiva (UTI). No total, 244 voluntários participaram da pesquisa; destes, 24 (9,8%) relataram não ter praticado atividade física previamente ao diagnóstico. Do total que praticou, 45 (18,4%) relataram ter praticado com baixa frequência, 103 (42,2%), com moderada frequência, e 72 (29,5%), com alta frequência. Quanto à duração, 11 (4,5%) voluntários relataram ter praticado em baixa duração, enquanto 45 (18,4%) e 164 (67,2%) praticaram em moderada e alta duração, respectivamente. Tratando-se da intensidade desses exercícios físicos ou esportes, 17 (6,9%) afirmaram ter praticado em intensidade baixa, 100 (40,9%), em média, e 103 (42,2%), em alta intensidade. O grupo que não praticou atividade física não teve nenhuma indicação de internação em leito de enfermaria ou quarto, ou UTI, enquanto, para o grupo que praticou, houve 14 (5,7%) indicações para leito em enfermaria ou quarto, e 6 (2,4%) para internação em leitos de UTI. Os resultados do presente estudo demonstram que a frequência, a intensidade e o volume de prática de atividade física não influenciam a ocorrência dos sintomas da COVID-19. Com isso, enfatiza-se que qualquer volume, intensidade e frequência de prática de atividade física são recomendados.

Palavras-Chave: coronavírus; COVID-19; atividade física; exercício físico.

JOVENS ARQUITETOS E OS CONCURSOS DE ARQUITETURA NO BRASIL: SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DAS NOVAS GERAÇÕES À ARQUITETURA CONTEMPORÂNEA

Maria Carolina Schulz dos Santos – CEUB, PIC/PIBIC CNPq, aluna bolsista
mcarolsculz@sempreceub.com
Fabiano José Arcadio Sobreira – CEUB, professor orientador
fabiano.sobreira@ceub.edu.br

Esta pesquisa tem como objetivo catalogar e analisar os 37 concursos de arquitetura promovidos entre 2015 e 2019. No primeiro momento, foi traçado o panorama geral, que engloba o número de concursos por ano, por região e por estado, as categorias de usos e as escalas de inserção dos projetos vencedores e a organização e a promoção desses concursos. Posteriormente, foi analisada a contextualização geográfica e profissional dos concursos, em que foram verificados os números de concursos lançados e sua relação com o perfil das equipes vencedoras, por região e por estado, referente ao número de arquitetos atuantes em cada contexto. Como o Distrito Federal se destacou em relação ao restante do país no que se refere ao número de concursos promovidos, foi realizada uma análise complementar sobre a região. O foco principal da pesquisa, como sugere o título, é compreender a contribuição das novas gerações à arquitetura contemporânea sob a perspectiva dos concursos de projeto. Tendo isso em vista, foi investigado o perfil das equipes vencedoras sob vários aspectos: tempo médio de formação dos arquitetos, comparativo entre gerações, presença de arquitetos mais experientes nas jovens equipes (colaboração entre gerações) e o número médio de integrantes de cada equipe. Em complemento à análise geracional, foi analisada a presença das mulheres nesses concursos e na profissão, abordando a atuação de arquitetas, o número de equipes compostas apenas por mulheres e o perfil geracional delas. Além de dados quantitativos, foi feita a análise qualitativa dos projetos em situação de concurso, embasada na matriz analítica *Herramientas para habitar el presente. La vivienda del siglo XX* (2011), de Montaner, Muxí e Falagán, adaptada ao contexto brasileiro. O resultado da pesquisa evidencia a falta de cultura de concurso no país e de representatividade das arquitetas no meio profissional, a troca de experiência entre gerações promovidas pelos concursos e a contribuição qualitativa em relação à arquitetura contemporânea que os concursos exercem.

Palavras-Chave: concursos; projeto; arquitetura; habitação social; ferramentas de análise.

LEVANTAMENTO EPIDEMIOLÓGICO DE PACIENTES INFECTADOS POR CORONAVÍRUS NO HOSPITAL REGIONAL DA ASA NORTE (HRAN)

Renata Machado Bonfim – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluna bolsista
renata.bonfim@sempreceub.com.br
Thiago Tavares Borba Magalhães – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluno voluntário
thiagotavaresborba@sempreceub.com.br
Fabiana Xavier Cartaxo Salgado – CEUB, professora orientadora
fabiana.salgado@ceub.edu.br

A pandemia do SARS-CoV-2 provoca grande impacto em diversas esferas da população mundial. No Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro, foi evidenciada a alta exigência de internações, gerando a falta de equipamentos e leitos, uma vez que o SUS já enfrentava dificuldades no manejo de determinadas doenças, tendo de adaptar-se de forma repentina, para atender à demanda de pacientes com COVID-19. A epidemiologia é ferramenta fundamental na proteção de grandes populações, e a coleta de dados e suas interpretações auxiliam a definir manejos mais adequados às doenças. Este trabalho objetiva identificar o perfil epidemiológico de pacientes internados por COVID-19, no Hospital Regional da Asa Norte (HRAN), entre janeiro e junho de 2020. Trata-se de estudo transversal, quantitativo e comparativo com dados coletados de prontuários eletrônicos de pacientes diagnosticados com infecção por COVID-19. Foram incluídos 106 pacientes, sendo 71 adultos (67%) e 35 idosos (33%), portadores da doença, comprovados por exame de RT-PCR positivo, de ambos os sexos, internados nas unidades de clínica médica, clínica cirúrgica e cirurgia plástica. Foram investigadas as variáveis sexo, idade, teste RT-PCR confirmatório para COVID-19, tempo de internação, desfecho clínico, comorbidades, exames de imagem, exames laboratoriais e principais medicamentos. As altas representaram 98,1%. Idosos tiveram média de dias de internação e número de comorbidades proporcional maiores que os adultos. Houve presença de hipertensão arterial sistêmica e doença renal crônica, estatisticamente maiores entre idosos. Exames de hemoglobina, AST, ALT, CPK e Gama GT foram estatisticamente maiores entre adultos. Foram encontradas grandes elevações em exame de ferritina, nos 2 grupos. A tomografia computadorizada de tórax revelou padrão de vidro fosco em todos os pacientes, com predominância de acometimento bilateral. O tratamento farmacológico revelou o uso de associação de azitromicina e ceftriaxona em 94,33% dos pacientes; destes, 34% (n=34) apresentaram azitromicina + ceftriaxona + oseltamivir, 17% (n=17), azitromicina + ceftriaxona + cloroquina/hidroxicloroquina, e 12% (n=12), azitromicina + ceftriaxona + oseltamivir + cloroquina/hidroxicloroquina. Os corticoesteroides foram utilizados em 21,6% e os anticoagulantes em 80,1% dos pacientes. A COVID-19 é uma doença nova, potencialmente fatal, de alta infectividade, com pior prognóstico para pacientes de idade avançada, com comorbidades e maior acometimento pulmonar. Este trabalho pode colaborar com a consolidação do perfil epidemiológico, os fatores de risco para o desfecho clínico, as principais alterações laboratoriais relacionadas à infecção por COVID-19 e a terapia farmacológica instituída por um hospital referência no tratamento da COVID-19.

Palavras-Chave: COVID-19; coronavírus; epidemiologia; adultos; idosos.

MÍDIAS SOCIAIS E TELEMEDICINA: IMPACTO NA ROTINA DOS MÉDICOS E NA RELAÇÃO ENTRE MÉDICO E PACIENTE NO SÉCULO XXI

Gabriela Cuoco de Melo – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluna bolsista
gabriela.melo@sempreceub.com
Caroline Darsa Boianovsky – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluna voluntária
nine.boianovsky@sempreceub.com
Márcio Rabelo Mota – CEUB, professor orientador
marcio.mota@ceub.edu.br

As mídias sociais, plataformas que permitem o compartilhamento de informações, tornaram-se peça fundamental na forma de comunicar-se, no século XXI. No contexto da medicina, o uso dessas mídias está-se consolidando. Apesar da existência do Manual de Publicidade Médica e do Código de Ética Médica, criados pelo Conselho Federal de Medicina, pouco se versa sobre as mídias sociais dos médicos. Da mesma forma, têm-se restritas informações sobre a aceitação e a aplicabilidade da telemedicina, definida como o uso das tecnologias de informação e comunicação na saúde, viabilizando a oferta de serviços ligados aos cuidados com a saúde. Por isso, o objetivo deste artigo é verificar o impacto das mídias sociais e da telemedicina na rotina dos médicos e na relação entre médico e paciente. Quanto à metodologia, trata-se de um estudo observacional, descritivo, transversal e qualitativo, realizado por meio de dois questionários semiestruturados, um voltado aos médicos e outro direcionado aos pacientes. Ao total, responderam ao questionário 52 médicos formados e atuantes de ambos os sexos e de variadas idades e especialidades e 57 pacientes, de ambos os sexos e variadas idades (n=109). Como resultado obtido, verificou-se que há benefícios no uso das mídias sociais para os médicos, pois os pacientes concordam com que a mídia social humanize o médico, aumente a marcação de consultas e melhore a relação entre médico e paciente. Porém, apontou-se que cabem cuidados na gestão de tais mídias; um deles é a utilização de perfis separados (profissional e pessoal), pois pacientes concordam com que algumas postagens possam difamar a reputação do médico. Com relação à telemedicina, conclui-se que supera barreiras de distância, facilitando a continuidade do cuidado e diminuindo os impedimentos físicos do atendimento médico. Porém, também apresenta pontos negativos, como o aumento da carga de trabalho dos médicos. Assim, existe forte tendência para a consolidação tanto das mídias sociais quanto da telemedicina no mercado médico, em futuro próximo. Como ambas estão em acelerada evolução, fazem-se necessários mais estudos para a complementação do tema.

Palavras-Chave: medicina; mídias sociais; redes sociais na saúde pública; telemedicina; teleconsulta síncrona e assíncrona.

MONITORAMENTO BASEADO EM VIBRAÇÕES E VARIAÇÃO DE PARÂMETROS DINÂMICOS DE UMA ESTRUTURA VIA MATLAB

Flávio Vinícius Ávila de Souza – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluno bolsista
flavio.souza@sempreceub.com
Rosanna Duarte Fernandes Dutra – CEUB, professora orientadora
rosanna.dutra@ceub.edu.br

A necessidade de métodos mais eficazes e completos de monitoramento estrutural e o desafio de fazê-lo, mediante avaliação de características vibracionais, têm fomentado o desenvolvimento e a difusão de técnicas nesse âmbito, cuja grande parte surge da busca de entender o estado de conservação de uma estrutura a partir da investigação de suas frequências naturais. Em vista disso, o presente trabalho analisa a sensibilidade das características vibracionais baseadas nas frequências naturais de uma estrutura, considerando variações em relação à geometria de sua seção transversal e à inércia. Nessa perspectiva, mediante o Método dos Elementos Finitos, no *software* MatLab, utilizaram-se dados provindos de simulações computacionais de ensaios dinâmicos em 6 modelos de uma viga: 5 vigas com um dano na mesma posição, mas de intensidade diferente, e uma viga intacta. Com base nessa amostragem, foram feitas comparações entre as frequências naturais observadas em cada modelo e as respostas dinâmicas para frequências de ordens diferentes. Com isso, foi possível observar que, quanto mais acentuada for a avaria na estrutura, maior será a alteração nas suas frequências naturais. Dessa forma, quando o nível de dano for pequeno, as frequências variam pouco em relação à viga intacta. Além disso, constatou-se que frequências menores possibilitam maior contraste para observação de danificação. Assim, esses resultados favorecem a aplicação do ensaio analisado para detecção de danos e observação de evolução da degradação de uma estrutura e orientam a faixa de frequência mais sensível para esses objetivos.

Palavras-Chave: dinâmica das estruturas; detecção de danos; monitoramento de integridade estrutural; dano; frequência.

MORALIDADE, CRENÇAS NO MUNDO JUSTO E ATITUDE FRENTE AOS DIREITOS HUMANOS

Luccas Moraes Galli – CEUB, PIC/PIBIC CNPq, aluno bolsista
luccas.galli@sempreceub.com
João Gabriel Nunes Modesto – CEUB, professor orientador
joao.modesto@ceub.edu.br

A Declaração Universal dos Direitos Humanos não implica necessariamente que toda população defenda os seus princípios. Inclusive, no Brasil, percebe-se a resistência à defesa desses direitos por parte da população. Adicionalmente, destaca-se que o contexto de desigualdade social e sua não reparação comprometem a garantia desses direitos. Nesse sentido, a presente pesquisa busca compreender variáveis que auxiliam a defesa ou a oposição aos direitos humanos, tendo como objetivo investigar o efeito mediador da moralidade e o moderador das crenças no mundo justo, na relação entre orientação política e atitude diante dos direitos humanos. A amostra foi constituída por 204 participantes que responderam ao Questionário dos Direitos Humanos, para avaliar a atitude diante dos direitos humanos, ao Questionário dos Fundamentos Morais, que engloba as tendências individualizante e coesiva, correspondentes predominantemente a grupos liberais e conservadores, respectivamente, à Escala Global de Crenças no Mundo Justo, ao Questionário sociodemográfico e, por último, a uma medida para a orientação política. Os resultados evidenciaram que, quanto mais à esquerda, maiores os índices da tendência individualizante, e, quanto mais à direita, maiores os índices da tendência coesiva, demonstrando que, no Brasil, a esquerda e a direita guiam-se por diferentes moralidades. Adicionalmente, a moralidade apresentou efeito de mediação na relação entre orientação política e atitude diante dos direitos humanos, mas apenas para a tendência individualizante, e, quanto maiores os índices da tendência individualizante, maior o apoio aos direitos humanos, enquanto a tendência coesiva não mediou a relação. Entretanto, evidenciou-se que a orientação política apresentou melhor poder explicativo no endosso aos direitos humanos. Ademais, as crenças no mundo justo não apresentaram efeito de moderação, embora os resultados indicassem ser potencial aspecto psicossocial de poder explicativo com as demais variáveis mencionadas. Em conjunto, os achados demonstram a relação entre os princípios dos direitos humanos e os fundamentos morais da tendência individualizante, além de ressaltar a polarização política no país, tendo em vista que o tema se tornou uma pauta partidária em um contexto em que os direitos humanos parecem estar constantemente ameaçados.

Palavras-Chave: direitos humanos; moralidade; crenças; política.

NÍVEL DE CONHECIMENTO DE MULHERES NULÍPARAS SOBRE A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA EM DIFERENTES CLASSES SOCIAS DO DF E DO ENTORNO: UM ESTUDO DESCRITIVO

Larissa Kelly dos Santos Carvalho – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluna bolsista
larissakips@sempreceub.com
Anna Beatriz Fonseca de Morais – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluna voluntária
anna.morais@sempreceub.com
Monique de Azevedo – CEUB, professora orientadora
monique.azevedo@ceub.edu.br

A violência obstétrica, segundo a OMS, caracteriza-se pela falta de humanidade, respeito e cuidado com a parturiente e seu bebê. Atitudes, como maus-tratos, xingamentos e procedimentos sem o consentimento da mulher nas instituições de saúde, são consideradas violência obstétrica, acarretando traumas psicológicos e físicos para a vida da gestante. O objetivo da pesquisa é avaliar o nível de conhecimento de mulheres nulíparas de diferentes classes sociais do Distrito Federal e do entorno acerca da violência obstétrica. Trata-se de um estudo com método transversal descritivo, de abordagem quantitativa. A metodologia utilizada é a técnica de *snowball*, em que serão contatadas mulheres através das redes sociais, com indicação sequencial e continuada de familiares e amigos. As participantes receberam todas as informações a respeito do estudo e de sua atuação. Observou-se elevado número de estudantes com pouco conhecimento sobre violência obstétrica, principalmente nas questões que envolvem o enema (lavagem intestinal), 44,6%; 32,7% desconhecem a manobra de Kristeller como um tipo de violência obstétrica; 31,7% desconhecem o uso de tricotomia; 26,7% não concordam. A respeito da restrição de locomoção da parturiente, 26,7% já ouviram falar, porém desconhecem, e 13,9% não concordam. No âmbito geral, o presente trabalho mostrou maior ausência no conhecimento a respeito da violência obstétrica entre as mulheres nulíparas, independentemente da classe socioeconômica.

Palavras-Chave: violência obstétrica; parturiente; mulheres nulíparas; parto normal.

O ALARMANTE AUMENTO DA RESISTÊNCIA BACTERIANA A ANTIMICROBIANOS. SERIA O USO INAPROPRIADO UM FATOR DE INFLUÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO DE RESISTÊNCIA?

Anna Luiza Zapalowski Galvão – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluna bolsista
anna.galvao@sempreceub.com
Luísa de Melo Brandão – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluna voluntária
luisa.brandao@sempreceub.com
Fabíola Fernandes dos Santos Castro – CEUB, professora orientadora
fabiola.castro@ceub.edu.br

Antimicrobianos são medicações que matam ou desaceleram o crescimento de micro-oganismos patogênicos. O primeiro medicamento dessa classe foi descoberto por Bartolomeo Gosio, ao isolar o ácido micênico da *Penicillium glacum*. Pouco tempo depois, Alexander Fleming descobriu a penicilina e fez uma previsão sobre o abuso de tais remédios, pelo conhecimento dos seus efeitos "milagrosos". O uso inadequado de agentes antibióticos influencia a resistência bacteriana aos antimicrobianos. Ademais, existem outros fatores de risco em relação ao desenvolvimento de tal resistência, como a higiene precária, o aumento de migrações entre países e a diminuição expressiva da descoberta de novas classes de antimicrobianos. Observam-se cerca de 700 mil óbitos por ano mundialmente relacionados a patologias por agentes resistentes. Estima-se que esse valor possa alcançar até 10 milhões de pessoas por ano. Além disso, segundo a organização World Bank, a resistência a antimicrobianos pode trazer prejuízos econômicos extremos, o que contribui para a condução de cerca de 28 milhões de pessoas à linha de extrema pobreza. Assim, indica-se a grande relevância de estudos que abordem tal temática, considerando a escassez de pesquisas que informem as práticas e as atitudes da população do Distrito Federal que possam favorecer o aumento da resistência bacteriana na comunidade e em ambientes hospitalares. Nesse contexto, foi conduzido um questionário criado pelas autoras, com o objetivo de avaliar a realidade do Distrito Federal diante da resistência a antimicrobianos. Na população mais idosa, acima de 70 anos, cerca de metade dos entrevistados apresentaram um comportamento inadequado em relação ao uso dessas medicações; 15% dos interrogados afirmaram já ter tido alguma infecção por organismo multirresistente; 38,5% declararam que já tiveram uma patologia sem melhora, mesmo após o uso correto dos medicamentos indicados, sendo necessária a alteração de medicação pelo profissional da saúde que lhe dava assistência. Outrossim, é possível relacionar a pandemia de COVID-19 com o aumento de infecções resistentes. Entre os que responderam ao questionário, 9,1% afirmaram ter feito o uso de medicações antibióticas para tratar ou prevenir a COVID-19. O uso inadequado dessa classe de medicamentos aumenta o risco do desenvolvimento de organismos multirresistentes. A partir dos resultados obtidos, é possível afirmar que, entre a população entrevistada, há baixa prevalência de comportamentos considerados como de risco para o desenvolvimento de resistência antimicrobiana. Isso se deve, principalmente, à aplicação do questionário ter sido limitada à população do DF e, sobretudo, aos que vivem na região central da cidade, pela localização, e ao público presente na universidade a qual as pesquisadoras frequentam. O Distrito Federal apresenta o índice de desenvolvimento humano de cerca de 0,824, considerado muito alto para o Brasil. Assim, é possível inferir que, apenas entre a população mais idosa e provavelmente oriunda de outras regiões observa-se maior adoção de comportamentos de risco, que podem resultar em aumento de hospitalizações e, consequentemente, maior custo para o Estado.

Palavras-Chave: fármacos antibióticos; resistência bacteriana; Distrito Federal.

O AZULEJO COMO ELEMENTO DE CONFORTO TÉRMICO NA EDIFICAÇÃO E DE IDENTIDADE VISUAL EM BRASÍLIA

Vanessa Laís Silva Costa Santana – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluna bolsista
vanessa.laisc@sempreceub.com
Gustavo Alexandre Cardoso Cantuária – CEUB, professor orientador
gustavo.cantuaria@ceub.edu.br

As construções brasileiras, buscando identidade, reviveram o uso de azulejos na arquitetura, a partir da influência de Portugal. Ademais, veio à tona a missão de unir modernidade à tradição e a vanguarda ao colonial, estilo que não pode mais ter sua presença negada na arquitetura brasileira. Logo, o uso de azulejos une arquitetura e arte, e a sua influência como isolante térmico pode ser estudada, partindo da observação do seu potencial em minimizar o calor, além de conferir identidade visual. Brasília tem como parte de sua identidade o clima seco e a estação com chuvas predominantes; nesse ponto, o uso dos azulejos exerce o papel de isolante no quesito umidade, impedindo a água de infiltrar-se na fachada, e térmico, uma vez que rebate o calor recebido diretamente do sol na fachada. A partir dessas observações, conclui-se que o uso de azulejo proporciona mais do que beleza, sendo um investimento a longo prazo, preservando a fachada e permitindo sua permanência e durabilidade.

Palavras-Chave: azulejo; conforto térmico; identidade; Brasília.

O EFEITO DE CARTAZES SINALIZADORES DE CONSEQUÊNCIAS UTILITÁRIAS E INFORMATIVAS NA INTENÇÃO COMPORTAMENTAL DE DESCARTE DE LIXO

Paula de Avelar Andrade Guimarães – CEUB, PIC/PIBIC CNPq, aluna bolsista
paula.avelarg@sempreceub.com
Paulo Roberto da Cunha Cavalcanti de Almeida – CEUB, professor orientador
paulo.cavalcanti@ceub.edu.br

O estudo de comportamentos pró-ambientais teve início após a percepção da deterioração do meio ambiente causada por ações humanas. Os pesquisadores do tema investigam diversas questões, entre elas, possíveis comportamentos de preservação ambiental e como melhor exercê-los. A presente pesquisa investiga o efeito de dois tipos de cartazes na intenção do comportamento de descarte correto de lixo. Segundo o modelo teórico Behavioral Perspective Model, existem dois tipos de consequências para o comportamento de consumo, no qual o comportamento de descarte de lixo se encaixa: as informativas e as utilitárias. Assim, procurou-se entender qual é mais eficaz para o incentivo ao descarte correto de lixo: um cartaz que sinaliza consequências utilitárias e outro que sinaliza consequências informativas. Essa investigação deu-se por meio de relatos de intenção de comportamento dos participantes, que é o preditor mais acurado de comportamento. Para isso, foram utilizados três formulários para registrar a opinião de 109 participantes. Cada formulário registrou o relato de intenção de cada participante em relação a quatro comportamentos diferentes, mediante cartazes informativos, utilitários ou neutros. O relato dos participantes foi coletado por meio de escalas do tipo Likert, com cinco opções que variavam entre “discordo totalmente” e “concordo totalmente” ou entre “nunca” e “sempre”. Verificou-se que não existiram diferenças significativas entre os escores obtidos, ou seja, não houve diferenças relevantes entre as influências exercidas por cartazes, na intenção de comportamentos pró-ambientais, como o descarte correto de lixo.

Palavras-Chave: descarte de lixo; Behavioral Perspective Model*;* consequências utilitárias e informativas; comportamentos pró-ambientais.

O ESTATUTO DA VIOLÊNCIA NO CINEMA BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO: UMA ANÁLISE PSICANALÍTICA ACERCA DOS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO E DE SOFRIMENTO PSÍQUICO NO BRASIL

Mila Macêdo Veríssimo – CEUB, PIC/PIBIC CNPq, aluna bolsista
mila.mv@sempreceub.com
Juliano Moreira Lagoas – CEUB, professor orientador
juliano.lagoas@ceub.edu.br

Esta pesquisa parte da consideração de que a cultura oferece caminhos instigantes e profícuos no sentido da ampliação e do aprofundamento da compreensão acerca da lógica de produção social e subjetiva da violência no Brasil contemporâneo. Em particular, analisa-se o cinema e sua capacidade de afetar o ser mais íntimo dos sujeitos e das sociedades. Entre as formas de expressão artísticas, talvez seja o cinema a que melhor exprima os impasses subjetivos, os desafios éticos e os paradigmas estéticos em torno dos quais a problemática da violência se estrutura. Desse modo, o presente estudo tem como objetivo investigar o estatuto da violência no cinema brasileiro contemporâneo, procurando compreender o papel exercido pelo afeto do medo, nos processos de subjetivação e de sofrimento psíquico, no contexto da sociedade brasileira atual. Para isso, a pesquisa foi desenvolvida em duas frentes de trabalho complementares. Por um lado, inicialmente, tratou-se de examinar o modo como a problemática da violência – apreendida sob a ótica de suas relações com o medo, a agressividade e a ambivalência dos afetos – estabelece-se no discurso psicanalítico, além de explorar discussões filosófico-políticas acerca de características e dinâmicas fundamentais das sociedades, especialmente no que diz respeito aos modos de vida instituídos pelo modelo econômico neoliberal. Por outro lado, procurou-se analisar algumas obras do cinema brasileiro contemporâneo: *Bacurau* (Kleber Mendonça Filho e Juliano Dornelles, 2019), *O som ao redor* (Kleber Mendonça Filho, 2013) e *Tropa de Elite* (José Padilha, 2007). Do ponto de vista metodológico, adotam-se os princípios da análise de discurso em sua matriz francesa, articulados aos aportes teórico-clínicos da psicanálise. Nesse sentido, foi possível verificar o papel estruturante desempenhado pelos fenômenos da violência e da agressividade e pelo afeto do medo, nos processos de formação das subjetividades. A problemática da violência não se esgota na questão de saber se se trata de um fenômeno social ou individual. Mais do que isso, implica a tarefa de delimitar e compreender as articulações e as disjunções entre o individual e o social, no processo de constituição do campo da violência, procurando situar o sujeito tal como a psicanálise o concebe, isto é, enquanto ser ao mesmo tempo individual e social. Por essa via, observaram-se implicações do modelo econômico neoliberal nos modos de subjetivação que, fundados na lógica da segurança e do desempenho, conduzem, progressivamente, a um apagamento das singularidades, ao cerceamento das subjetividades e à produção de sofrimento psíquico. Em conjunto, os filmes analisados revelaram-se, cada um à sua maneira, demonstrações da ideia de que a violência não é sinônima de irracionalidade, na medida em que exprime certos ideais de vida, exigências sociais e expectativas de reconhecimento características de uma época.

Palavras-Chave: violência; psicanálise; agressividade; Brasil; cinema.

O IMPACTO DA EQUIPE DE CUIDADOS PALIATIVOS PERINATAIS EM SERVIÇO DE REFERÊNCIA DE MEDICINA FETAL

Bárbara Veloso de Ávila Chaves – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluna bolsista
barbaravelosoac@sempreceub.com
Carolina Félix de Sousa Chaer – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluna voluntária
carolina.chaer@sempreceub.com
Andréa Duarte Nascimento Jácomo – CEUB, professora orientadora
andrea.jacomo@ceub.edu.br
Neulanio Francisco de Oliveira – CEUB, HMIB, professor colaborador
neulanio.oliveira@ceub.edu.br

As taxas de sobrevivência de recém-nascidos em condições críticas elevam-se, e questões desafiadoras são levantadas acerca do papel dos familiares nas decisões de vida ou de morte. Nesta pesquisa, evidenciam-se as diferentes percepções de gestantes, casais ou famílias enlutadas pela perda de seu filho, feto ou recém-nascido, tendo recebido seguimento pelo serviço de medicina fetal e abordagem paliativa por uma equipe interdisciplinar ou seguimento pelo serviço de medicina fetal e equipe obstétrica no processo de gestação, nascimento e morte de seu filho. Trata-se de estudo observacional e transversal. Entrevistaram-se 18 mulheres com o perfil clínico-epidemiológico de pacientes gestantes; caracterizou-se a abordagem de seguimento realizada em domínios (assistência ao diagnóstico, planos de cuidados, rede de apoio, suporte psicológico, luto, uso de antidepressivos, assistência ao parto e assistência à internação na UTI neonatal); indicaram-se suas percepções e os benefícios de uma abordagem multidisciplinar de cuidados paliativos perinatais para pacientes com diagnósticos de condições fetais limitantes da vida. Dados quantitativos foram analisados mediante a ferramenta SPSS, e as entrevistas, examinadas pelo método de Bardin. Dos 7 domínios, na “assistência ao diagnóstico”, ambos os grupos apresentaram respostas positivas, demonstrando a importância do acolhimento do indivíduo de forma empática, sendo o comportamento acolhedor e humano da equipe da medicina fetal condição *sine qua non* para compreensão, auxílio e orientação de todo o diagnóstico e do processo que seguiria; além disso, a rede de apoio das pacientes foi majoritariamente a participação de membros da família. No domínio “plano de cuidados”, apenas o grupo que recebeu cuidados paliativos perinatais relatou o auxílio oferecido, sua importância, as reuniões de tomadas de decisões da gestação, do pré-parto e do pós-parto. O domínio “assistência ao parto” evidenciou que os dois grupos apresentaram aspectos negativos, especialmente a falta de comunicação entre a equipe da medicina fetal e a obstétrica. A queixa de desamparo no pós-parto foi a mais prevalente no grupo sem cuidados paliativos. Em relação ao domínio “assistência à internação na UTI neonatal”, 11 pacientes possuíram seguimento nessa área, e, das que optaram por não encaminhar para UTI neonatal, todas haviam recebido cuidados paliativos com finalidade de oferecer melhor qualidade de vida ao recém-nascido, reduzindo os dias em unidades de terapia intensiva, o número de procedimentos médicos e o sofrimento. No contexto pós-morte, momento de adaptação que se mostrou delicado para os pais, evidenciou-se a importância do suporte psicológico profissional em ambos os grupos, entretanto as que receberam apoio da equipe foram mais aptas a transformar sentimentos de sofrimento, tristeza e culpa em experiência de fortalecimento de si próprias, de laços com os companheiros e a família e do vínculo com a equipe. O uso de antidepressivos foi relatado por apenas 3 pacientes, impossibilitando afirmar

o efeito negativo ou positivo da assistência. A presença da equipe de cuidados paliativos perinatais reforçou aspectos mais positivos para as mães que receberam esse suporte, sobretudo nos planos de cuidados, na assistência ao parto e no suporte ao luto.

Palavras-Chave: cuidados paliativos perinatais; medicina fetal; luto; assistência.

O SISTEMA NERVOSO AUTÔNOMO NO HIPOTIREOIDISMO SUBCLÍNICO

Ana Flávia Silva de Souza – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluna bolsista
anaflaviassouza@sempreceub.com
Gabriela Muniz Carneiro – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluna voluntária
gabmunizc@sempreceub.com
Antoinette Oliveira Blackman – CEUB, professora orientadora
antoinette.blackman@ceub.edu.br
Márcio Garrison Dytz – CEUB, professor colaborador
marcio.dytz@ceub.edu.br

O hipotireoidismo subclínico (HS) está associado a disfunções autonômicas cardíacas com aumento da atividade simpática e diminuição da atividade parassimpática. Esse desequilíbrio no Sistema Nervoso Autônomo (SNA) pode gerar instabilidade elétrica cardíaca, sendo, assim, fator de risco para eventos cardiovasculares fatais, como fibrilação e taquicardia ventricular. Dessa forma, o presente estudo propõe verificar o SNA de pacientes diagnosticados com HS, mediante análise da variabilidade da frequência cardíaca e da duração do intervalo QT. A pesquisa qualitativa incluiu 3 pacientes (sexo feminino; média das idades 53,33 anos; IMC médio 30,1) com HS, a julgar pelos níveis de TSH sérico (4,5 a 10 mU/L) e pelos níveis normais de T4 livre, atendidos na Atenção Básica em Saúde do DF. Os indivíduos foram submetidos à avaliação eletrocardiográfica domiciliar por 24 horas, com registros em 12 canais, pelo gravador Holter DMS 300-12. Os resultados encontrados foram: paciente 1 com períodos de BAV 1o grau (PR até 0,24 seg) durante o sono e frequentes pausas sinusais com até 4.2 seg de duração, determinando FC mínima de 26 bpm, sugerindo apneia obstrutiva do sono; paciente 2 com períodos de infradesnivelamento de ST (-1,5MM) de V4 a V6, durante taquicardia sinusal, sugestivo de isquemia silenciosa, além de intervalo QT > 554; paciente 3 com BRE intermitente com ARV, não excluindo possibilidade de doença de Chagas, além de intervalo QT > 534. As alterações encontradas no exame cardiológico dos participantes foram significativamente relevantes, apesar da assintomatologia. A despeito dos achados expressivos, não se pode afirmar que estão correlacionados ao HS, devendo-se primeiramente excluir outras patologias prévias. Ademais, faz-se necessário o acompanhamento cardiológico meticuloso desses indivíduos pelos riscos que podem advir dessas condições. Em razão da pandemia, houve limitações na execução do projeto, principalmente pelo fechamento prolongado da clínica responsável pelo exame cardiológico e pelo receio de contaminação dos pacientes e dos profissionais. Além disso, a maioria dos portadores de HS são assintomáticos, o que prejudica o diagnóstico e o recrutamento. São poucos os estudos que abordam este tema na literatura nacional ou internacional. Portanto, é interesse dos pesquisadores dar continuidade ao projeto, objetivando-se recrutar um número maior de participantes, a fim de evitar fatores confundidores, visto que trabalhos internacionais já demonstraram disfunção autonômica nesses indivíduos, sendo necessário o acompanhamento da função cardíaca, considerando que as doenças cardiovasculares são a maior causa de mortalidade no mundo.

Palavras-Chave: hipotireoidismo subclínico; variabilidade da frequência cardíaca; dispersão do intervalo QT; função autonômica cardíaca.

O USO DA PROFILAXIA PRÉ-EXPOSIÇÃO PELA COMUNIDADE LGBTQIAP+ E O CONHECIMENTO DE SEUS USUÁRIOS SOBRE MÉTODOS PREVENTIVOS E INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS

Rodinele Silva Ferreira da Cruz Filho – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluno bolsista
rodinele.cruz@sempreceub.com
Vanessa Carvalho Moreira – CEUB, professora orientadora
vanessa.moreira@ceub.edu.br

A infecção pelo HIV continua sendo um problema de saúde em todo o mundo, bem como as infecções sexualmente transmissíveis (IST), que são insidiosas na população LGBTQIAP+. Nesse contexto, ainda hoje, há associação entre a população LGBTQIAP+ e a aids, uma vez que esse segmento social foi historicamente exposto à vulnerabilidade, sendo, ao longo dos anos, excluído do acesso à saúde, principalmente no âmbito do Sistema Único de Saúde. É fato que a implementação da profilaxia pré-exposição (PREP) e de medidas preventivas na saúde pública brasileira propiciou muitos benefícios às populações-chave, inclusive a grupos pertencentes à comunidade LGBTQIAP+, considerada em risco, dado o histórico social de preconceito e marginalização. Esta pesquisa tem por objetivo determinar o grau de conhecimento da população LGBTQIAP+ em relação à PREP ao HIV e às IST. Trata-se de um estudo transversal, descritivo, prospectivo com indivíduos autodeclarados LGBTQIAP+, mediante questionário virtual divulgado e aplicado em nível nacional, por mídias sociais. Participaram da pesquisa 302 indivíduos que atendiam aos critérios de inclusão; desses, 57,2% autodeclaram-se como *gays*. Sobre os preservativos, 24,83% dos indivíduos informaram pouco interesse, enquanto 71,52% declararam interesse em usar medicações após o sexo desprotegido, e 67,54% indicaram disposição para testagem rápida após situação de risco. Embora os participantes tenham apresentado conhecimento em relação às IST, o mesmo não aconteceu quanto à PREP ao HIV. Os indícios do conhecimento insuficiente sobre a PREP e o alto interesse por medidas após situação de risco demonstram falhas no que diz respeito à comunicação e à divulgação das medidas preventivas e de seus benefícios ao público vulnerável. Com base nos resultados, alerta-se para os riscos a que a população LGBTQIAP+ está submetida, levantando reflexões sobre as consequências da vulnerabilidade dessa comunidade e a não aderência dessas pessoas ao sistema de saúde, assim como a falta de preparo do sistema para resolução dos problemas de saúde com olhar voltado a essa população, além da necessidade de mais estudos nos diferentes contextos desta temática.

Palavras-Chave: pessoas LGBTQIAP+; HIV; síndrome de imunodeficiência adquirida; doenças sexualmente transmissíveis; profilaxia pré-exposição.

OS EFEITOS DE PROBIÓTICOS, PREBIÓTICOS E TRANSPLANTE DE MICROBIOTA FECAL NAS ALTERAÇÕES INTESTINAIS INDUZIDAS POR QUIMIOTERÁPICOS

Luís Otávio Amarante Franco – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluno bolsista
luisotavio04@sempreceub.com
Paulo Roberto Martins Queiroz – CEUB, professor orientador
paulo.silva@ceub.edu.br
Luciana Ramalho de Farias – CEUB, professora coorientadora
luciana.farias@ceub.edu.br

O câncer, caracterizado pelo crescimento descontrolado de células transformadas, é a principal causa de mortalidade em todo o mundo. Tal doença tem como um dos relevantes tratamentos a quimioterapia, que acarreta um desequilíbrio na homeostase intestinal, gerando quadros de disbiose e mucosite. Diante disso, medidas terapêuticas podem ser aplicadas como preventivas ou corretivas desse desbalanço, em que se inclui o uso de probióticos e prebióticos e o transplante de microbiota fecal. Este trabalho tem como objetivo compreender a influência de probióticos, prebióticos e transplante de microbiota fecal nas alterações intestinais induzidas por quimioterápicos. Para tanto, conduziu-se uma revisão sistemática com base no protocolo PRISMA, que objetiva amplificar a qualidade de revisões sistemáticas. Foram identificados 754 estudos, dos quais 33 foram incluídos nessa revisão. Todos os estudos foram realizados em ratos e classificados em baixo risco de viés, conforme a ferramenta SYRCLE. A maior parte dos estudos foi conduzida na China (39,3%, n = 13), e o 5-fluorouracil foi o quimioterápico mais utilizado (60,6%, n = 20). O uso de probióticos (81,8%, n = 27) foi o que se mostrou mais eficaz no combate à disbiose e a seus sintomas associados, com melhora de quadros diarreicos em todos os estudos que citaram o sintoma. O uso de prebióticos (12,1%; n = 4), por sua vez, não se mostrou eficaz na sua totalidade à restauração da estrutura intestinal e registrou-se ineficiente na melhora da perda de peso. O transplante de microbiota fecal (9%; n = 3) foi capaz de corrigir a perturbação da diversidade alfa e beta das espécies da microbiota intestinal induzida por quimioterápicos, assim como atenuar respostas inflamatórias. Conclui-se que o uso dessas terapias tem grande impacto sobre as alterações intestinais acarretadas por quimioterápicos. Fazem-se necessárias mais pesquisas principalmente com o uso de prebióticos e o transplante de microbiota fecal para que, assim, possam realizar-se estudos em humanos e, futuramente, propiciar a aplicabilidade das técnicas para o cotidiano médico.

Palavras-Chave: disbiose; agentes antineoplásicos; probióticos; prebióticos; transplante de microbiota fecal.

OS FATORES AMBIENTAIS DETERMINANTES PARA A SELEÇÃO DE HABITAT DE *AMEEREGA FLAVOPICTA* NA ARIE GRANJA DO IPÊ

Pedro Igor Monteiro Rodrigues – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluno bolsista
pedro.igor@sempreceub.com
Raphael Igorda Silva Corrêa Dias – CEUB, professor orientador
raphael.dias@ceub.edu.br

Os diferentes fatores ecológicos influenciam como cada grupo animal responde, morfológica e comportamentalmente, ao ambiente que ocupam. A oferta de recursos alimentares, a capacidade de proteger-se de predadores, a temperatura, a precipitação, a disponibilidade de sítios reprodutivos são exemplos de fatores utilizados na seleção de habitat. A influência do meio para alguns grupos taxonômicos, como os anfíbios, deixa evidente como fatores abióticos podem favorecer ou prejudicar uma espécie mais do que os bióticos. O objetivo deste trabalho é investigar como diferentes fatores ambientais afetam a presença de indivíduos de *Ameerega flavopicta* em uma ravina localizada em área de campo rupestre, na ARIE Granja do Ipê, no Distrito Federal. Para o monitoramento, foram selecionadas 40 poças no interior da ravina, onde foram quantificados o número de indivíduos adultos vivos e mortos da espécie, o número de girinos, de outros anfíbios e de predadores, além de avaliar a profundidade da poça e a presença de água e folhiço. A coleta de dados foi realizada por meio de observação e busca ativa no interior e nos arredores de cada uma das poças. Entre as 40 poças analisadas, em razão do fim das chuvas, 29 estavam completamente secas ao final do estudo, tendo sido gradual a secagem desde as extremidades do curso d'água até as regiões centrais. Os resultados apontaram que a presença de indivíduos adultos da espécie estava positivamente relacionada com a de predadores, tal como com a presença de folhiço. A região central do curso d'água no interior da ravina, onde as poças permaneceram úmidas, foi a faixa de maior ocorrência de animais. O número de indivíduos adultos encontrados mortos apresentou tendência de alta ao longo do estudo, possivelmente associada às mudanças sazonais na região. No entanto, não foi possível avaliar a causa da morte dos indivíduos. Os resultados reforçam a necessidade de dar continuidade ao projeto, para tentar responder às perguntas sobre a mortalidade dos indivíduos.

Palavras-Chave: anfíbios; mortalidade; ravina; sazonalidade; seleção de habitat.

OTIMIZAÇÃO DO LANÇAMENTO ESTRUTURAL DE UM EDIFÍCIO EM ESTRUTURA DE AÇO

Carlos Eduardo Costa de Faria – CEUB, PIC/PIBIC CNPq, aluno bolsista
eduardo.meia14@sempreceub.com
Luca Ghisleni Ferreira – CEUB, PIC/PIBIC CNPq, aluno voluntário
lucaferreira999@sempreceub.com
Jocinez Nogueira Lima – CEUB, professor orientador
jocinez.lima@ceub.edu.br
Marco Aurélio Souza Bessa, professor coorientador
bessamarco@yahoo.com.br

O trabalho tem como objetivo apresentar a melhor disposição dos elementos estruturais, visando obter o modelo com menor consumo de aço. Variou-se o número de vigas secundárias presentes no piso. Cada modelo atendeu os critérios de estabilidade global (P-Δ), vibrações do piso, deslocamentos verticais e horizontais no topo do edifício e entre pavimentos. Utilizou-se a ferramenta computacional "TQS" para análise dos modelos. A concepção estrutural indicada é a de três vigas secundárias sem escoramento e contraventamento em "K", com taxa de consumo de aço de, aproximadamente, 45,4 kg/m².

Palavras-Chave: concepção estrutural; melhoria estrutural; estrutura mista aço-concreto.

PATRIMÔNIO CULTURAL MODERNO: IDENTIFICAÇÃO, SELEÇÃO, INVENTARIAMENTO E ANÁLISE DE PROCEDIMENTOS DE RESTAURO ADOTADOS EM OBRAS PÚBLICAS - TEATRO NACIONAL DE BRASÍLIA

Ana Luísa Jardim Braz – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluna bolsista
ana.lbraz@sempreceub.com
Sávio Tadeu Guimarães – CEUB, professor orientador
savio.guimaraes@ceub.edu.br
Carolina da Costa Beck – CEUB, colaboradora
carolina.beck@sempreceub.com
Laryssa Vitória Oliveira do Nascimento – CEUB, colaboradora
laryssa.vitoria@sempreceub.com

O artigo tem como objetivo realizar um estudo sobre os procedimentos de intervenção de restauro, com destaque para a obra modernista do Teatro Nacional Cláudio Santoro, edificada em Brasília. Dessa forma, foram sintetizadas e reunidas informações sobre os procedimentos de restauração, além de criar um inventário de forma artística e visual, mediante cartazes ilustrativos feitos por técnica de colagens, destacando as problemáticas do patrimônio cultural, com o intuito de ampliar o conhecimento do público e valorizar o projeto de pesquisa. Por conseguinte, o método de trabalho utilizado para o desenvolvimento foi baseado em uma pesquisa bibliográfica, introduzindo desde os chamados "teóricos do restauro", que pautaram o pensamento sobre o campo de meados do século XX, até as denominadas cartas patrimoniais. A base da pesquisa está vinculada à intersecção de dados, teorias, diretrizes internacionais, leis, decretos e portarias. Registraram-se as intervenções pelas quais o Teatro teria passado, como reformas na estrutura, sofisticação do espaço para inauguração, finalização das obras, adaptação do espaço para acessibilidade, troca de vidros, instalações da sinalização de incêndio, intervenção nos pontos de entrada de água, impermeabilização das vigas e necessidade de corrigir os painéis externos de Athos Bulcão, correlacionadas com a Carta de Atenas, em que os valores arquitetônicos devem ser mantidos de forma que se respeite a personalidade e a individualidade do projeto original. Em seguida, houve demais fiscalizações em que foram especificadas exigências, além de um estudo completo após o mapeamento do Teatro, que propunha ajustes no tratamento acústico, alterações em revestimentos, fechamentos de escada, impermeabilização da cobertura, projeto estrutural e paisagístico, guarda-corpo nas escadas e memorial descritivo, entre outros, com o objetivo de adaptá-los aos dias atuais. O projeto para essas melhorias foi aprovado, mas não foi executado, o que necessitou, em 2017, de nova renovação pelo IPHAN do Distrito Federal, que não deu continuidade ao andamento das intervenções propostas até os dias de hoje. O artigo apresentou uma análise mais aprofundada de um bem cultural, o Teatro Nacional, ao invés de abordagens mais genéricas, com o intuito de ampliar os conhecimentos do futuro profissional, revelando, assim, o valor universal do projeto modernista.

Palavras-Chave: arquitetura; patrimônio cultural; Teatro Nacional Cláudio Santoro; restauro.

PERFIL BACTERIANO E RESISTÊNCIA A ANTIBIÓTICOS PADRÕES EM GESTANTES COM BACTERIÚRIA SINTOMÁTICA E ASSINTOMÁTICA NO DISTRITO FEDERAL

Eduardo Salloum Filho – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluno bolsista
eduardo.salloum@sempreceub.com
Henrique Ramalho de Araújo Lemos Vieira – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluno voluntário
hr.vieira.21@sempreceub.com
Fabíola Fernandes dos Santos Castro – CEUB, professora orientadora
fabiola.castro@ceub.edu.br

A bacteriúria é definida pela presença de microrganismos na urina; clinicamente, é dividida em sintomática e assintomática e é prevalente em indivíduos do sexo feminino e em gestantes. O diagnóstico rápido e o tratamento precoce são essenciais durante a gestação, período de alterações anatômicas e fisiológicas que corroboram o quadro infeccioso. Uropatógenos podem ser prejudiciais à saúde da mãe e do feto, além de causar abortos. Conhecer o tipo de bactéria e a resistência aos antimicrobianos é fundamental para o tratamento adequado. O objetivo do estudo é verificar a prevalência de bacteriúria em gestantes residentes no Distrito Federal, a partir das Unidades Básicas de Saúde da Asa Norte (UBS 2) e da Asa Sul (UBS 1), por meio da coleta de urina e de informações obtidas por questionário, além da realização de urocultura e de provas bioquímicas e do perfil de resistência aos antibióticos utilizados na prática clínica, a partir do antibiograma das amostras positivas. Foram analisadas 63 amostras de urina no período de março a julho de 2021. Em laboratório, foi realizada a técnica de urocultura, as provas bioquímicas e o antibiograma. Posteriormente, os dados foram contabilizados junto às respostas dos formulários. Observou-se a *E. coli* como o uropatógeno mais prevalente, porém metade das amostras foi gram-positiva. Para o tratamento da *E. coli*, a ampicilina foi a menos eficaz; as amostras positivas eram resistentes; em gram-positivas, não houve resistência a nenhum dos antimicrobianos testados. Conclui-se a prevalência de *E. coli* nas gestantes com bacteriúria, a ampicilina como tratamento ineficaz e a necessidade da urocultura e do antibiograma para o tratamento efetivo.

Palavras-Chave: bacteriúria; gestantes; antibióticos; infecção urinária.

PERFIL DOS RESULTADOS HISTOPATOLÓGICOS DE BIÓPSIAS DE OVÁRIO DE UM LABORATÓRIO DE REFERÊNCIA EM PATOLOGIA DE BRASÍLIA AO LONGO DE 5 ANOS

Vitória Vieira – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluna bolsista
vitoria.vieira@sempreceub.com
Camila Lopes Moreira da Silva – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluna voluntária
camila.lopes@sempreceub.com
Cristiane Henriques Soares de Paiva Lopes – CEUB, professora orientadora
cristiane.lopes@ceub.edu.br
Flávia Alves Neves Mascarenhas – professora coorientadora
flavia_neves@hotmail.com

As patologias ovarianas são um grupo heterogêneo de doenças e incluem grande percentual de alterações benignas e um número menor de neoplasias malignas, que apresenta a maior taxa de letalidade entre todos os tumores ginecológicos, além de representar 30% dos cânceres ginecológicos no Brasil. O estudo configura-se como observacional, analítico e transversal e analisa o percentual de neoplasias malignas, benignas e *borderline* dos resultados histopatológicos de biópsias de ovário analisadas em um laboratório de referência em patologia, em Brasília, entre 2015 e 2020, descrevendo o perfil etário das pacientes e os subtipos de tais neoplasias, resultando na seleção de 3.348 pacientes. Entre elas, observou-se que a maioria possuía entre 20 e 49 anos, totalizando 61,70% dos casos. Em relação às neoplasias malignas, das 1.174 amostras, 64,4% eram de pacientes com mais de 50 anos. A origem das pacientes foi predominantemente do sistema particular, sendo apenas 21 (0,63%) provenientes do serviço público; dessas, somente 6 (28,6%) obtiveram diagnóstico de neoplasias malignas, caracterizando maior percentual de número de casos malignos provenientes do setor público. Mais da metade dos resultados das biópsias ovarianas foi normal (58,24%). Entre as patologias ovarianas, as neoplasias benignas foram as mais frequentes (21,23%); dessas, o teratoma cístico maduro representou a maioria (40,37%). Os casos de endometrioma e endometriose abrangeram 12,27% do total das biópsias. Os tumores malignos (7,38%) e *borderline* (2,27%) de ovário representaram 9,65% dos casos analisados no período, no total de 323. O tipo histológico epitelial representou 62,35% das neoplasias malignas, e, entre essas, o adenocarcinoma seroso foi o mais comum (47,4% dos casos). Curiosamente, os tumores do cordão sexual foram mais frequentes do que os de células germinativas nesta pesquisa (31,58% x 6,07%), especialmente pelo número de tumores de células estromais da granulosa (72 casos no período). Metade das metástases para ovário foi originária do intestino. Câncer de ovário é um tema de extrema relevância na ginecologia, seja pela dificuldade de rastreio e diagnóstico precoces, seja pela alta prevalência na população feminina. É necessário maior desenvolvimento científico e pesquisa nesse campo da ciência. Este estudo é uma tentativa de resumir dados epidemiológicos regionais que contribuirão na construção de futuros projetos.

Palavras-Chave: ovário; tumor; neoplasias ovarianas.

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA NEFROLITÍASE NA FAIXA ETÁRIA PEDIÁTRICA NO DISTRITO FEDERAL

Caio Gracco Cavalcanti da Cunha Monte – CEUB, PIC/PIBIC CNPq, aluno bolsista
caio.gracco@sempreceub.com
Marcela Barros Bomfim – CEUB, PIC/PIBIC CNPq, aluna voluntária
marcela.bomfim@sempreceub.com
Marcus Vinicius Osório Maroccolo – CEUB, professor orientador
marcus.maroccolo@ceub.edu.br

A nefrolitíase na faixa etária pediátrica é uma condição incomum, variando sua prevalência de 0,1% a 5%. Apesar disso, nas últimas décadas, notou-se o aumento da sua incidência com consequente associação a componentes ambientais e nutricionais, além dos fatores de risco já conhecidos previamente, como os genéticos e os anatômicos. Dessa forma, tem-se como objetivo no presente trabalho descrever a epidemiologia de crianças e de adolescentes portadores de nefrolitíase, entre 0 e 18 anos, atendidos no serviço de urologia e de nefrologia pediátrica do Hospital da Criança de Brasília, no período de 2018 a 2021. Trata-se de um estudo do tipo série de casos, em que foi realizada coleta de dados secundários, oriundos de prontuários eletrônicos mediante uma ficha de extração elaborada pelos pesquisadores. As informações obtidas foram introduzidas e analisadas de forma descritiva, na qual foram calculadas médias, valores mínimos e máximos, proporções e presença de dados omissos. Foram analisados 135 prontuários no total, havendo maior incidência de litíase no sexo masculino, com idade entre 6 e 11 anos, com história familiar positiva para nefrolitíase, com clínica de dor abdominal e lombar, com cálculos de até 5 mm, unilaterais direitos e submetidos à ultrassonograifa de abdome como exame diagnóstico. Quanto às alterações metabólicas, apesar de presentes em menos da metade dos casos (47,9%), destaca-se a maior prevalência quando comparada aos adultos. A importância de acompanhamento com urologia e nefrologia visa mitigar as consequências de alterações, como a nefrolitíase e suas repercussões. Por fim, é importante salientar que o estudo foi prejudicado por conta da pandemia da COVID-19, que ocasionou o cancelamento de cirurgias eletivas e consultas médicas no HCB, durante grande parte do ano de 2020.

Palavras-Chave: nefrolitíase; procedimentos cirúrgicos urológicos; pediatria.

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DO TRAUMATISMO RAQUIMEDULAR EM UM HOSPITAL DE REFERÊNCIA DO DISTRITO FEDERAL: UM ESTUDO RETROSPECTIVO

Stéfany Lorrany Silva de Castro – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluna bolsista
stefany.castro@sempreceub.com
Thatiane Gabriela Guimarães Pereira – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluna voluntária
thati.guima@sempreceub.com
Marcello Oliveira Barbosa – CEUB, professor orientador
marcello.barbosa@ceub.edu.br

O trauma raquimedular é uma agressão à medula espinhal que pode acarretar prejuízos neurológicos graves, desde alterações das funções motora, sensitiva e autônoma até síndromes incapacitantes. Trata-se de estudo quantitativo, retrospectivo e descritivo que objetiva levantar o perfil epidemiológico do traumatismo raquimedular no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, nos últimos 3 anos, em vítimas encaminhadas ao Hospital da Região Leste, referência em lesões da coluna vertebral, a fim de promover uma avaliação minuciosa a partir de fonte secundária de dados, em prontuário eletrônico, analisando a distribuição e os determinantes das lesões medulares traumáticas e possibilitar posteriores proposições de estratégias de prevenção para reduzir a incidência do traumatismo raquimedular no Distrito Federal. Observou-se que 83,33% dos pacientes pertenciam ao gênero masculino com média de idade de 40,29 anos. A etiologia mais frequente foi acidente automobilístico com faixa etária de maior ocorrência de 36 a 45 anos, representando 47,5% do total, dos quais 45,61% envolveram motocicletas. Queda de altura ficou em segundo lugar, com 30,83% e faixa etária de maior acometimento entre 56 e 65 anos. A totalidade de lesões medulares traumáticas decorrentes de tentativa de autoextermínio enquadra-se nessa etiologia e representa 3,33% do total das lesões raquimedulares estudadas. As 5 cidades do Distrito Federal que abrigam quase 50% da situação de pobreza extrema tiveram 41,58% dos traumatismos raquimedulares. Dos 120 prontuários, 39 apresentavam relato de atendimento pré-hospitalar por equipe profissional. Para as lesões em si, foi encontrada predominância de nível radiológico em coluna torácica, com 44,16%, seguida por cervical, com 31,5%, e lombar, com 18,34%. A classificação ASIA mais prevalente nos casos estudados foi A, totalizando 55%, com C, D e B ordinalmente com aproximadamente 15% cada um. O tratamento majoritariamente de escolha foi a artrodese, totalizando 83,49% dos casos. As complicações mais frequentemente associadas à lesão medular traumática foram úlcera por pressão, pneumonia, atelectasia, infecção de trato urinário e espasticidade. A média de internação foi 42,56 dias em enfermaria, e 66,66% dos pacientes necessitaram de internação em unidade de terapia intensiva; 6,67% dos pacientes evoluíram para óbito. Os custos totais com o tratamento do trauma raquimedular para a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, durante os 3 anos, foram de, aproximadamente, R$3.140.736,51, com custo médio por paciente de R$8.078,01. Este estudo possibilita o planejamento de políticas públicas relacionadas ao trauma raquimedular no Distrito Federal, visto que os dados demonstram ambiente e público de maior necessidade de atuação para prevenção primária e secundária, além de permitir a melhor abordagem de acordo com as características epidemiológicas das lesões e a melhor alocação de recursos voltados ao tratamento.

Palavras-Chave: perfil epidemiológico; trauma raquimedular; estudo retrospectivo.

PESQUISA DE ENTEROBACTÉRIAS MULTIRRESISTENTES EM MORANGO, ALFACE E TOMATE COMERCIALIZADOS EM BRASÍLIA-DF

Fernanda Kazue Gadelha Kubota – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluna bolsista
Fernanda.kazue@sempreceub.com
Bruno Minardi Sabbá de Alencar – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluno voluntário
brminardi@sempreceub.com
Fabíola Fernandes dos Santos Castro – CEUB, professora orientadora
fabiola.castro@ceub.edu.br

O presente trabalho objetiva determinar a identificação de enterobactérias multirresistente em morango, alface e tomate comercializados em Brasília - DF, além de investigar e confirmar a resistência dos microrganismos isolados aos antibióticos ampicilina, cefalexina, meropenem e ertapenem. Foram coletadas e analisadas 20 amostras compostas por 7 de alface, 7 de tomate e 6 de morango, de regiões diferentes do Distrito Federal. As amostras foram enriquecidas em caldo lactosado e transpostas para meio seletivo, composto por ágar MacConkey, onde foram cultivadas por 24 horas. Das 20 amostras, 12 positivaram para bactérias gram negativas com crescimento de colônia em meio seletivo, sendo 2 descartadas pela contaminação por outros microrganismos. As 10 restantes foram analisadas e identificadas bioquimicamente, com auxílio do *kit* para enterobactérias da NewProv e do *software* Indentax. Foi realizado teste de sensibilidade nas amostras positivas por meio do método de Kirby Bauer, de acordo com BrCast 2021. Os agentes identificados corresponderam às espécies *Providencia alcalifaciens, Salmonella enteritidis*, *Enterobacter gergoviae* ou *Enterobacter aerogenes* (amostras 10, 18 e 20) *e Klebisiela ornithinolytica;* dessas, duas amostras de *Salmonella enteritidis* apresentaram múltipla resistência aos antimicrobianos testados, e uma delas apresentou resistência a todos os quatro antimicrobianos testados. Foi constatada elevada resistência à ampicilina, sendo 9 das 10 amostras resistentes ao medicamento. A amostra de número 15, resistente aos 4 antimicrobianos simultaneamente, foi testada para betalactamase, positivando para a carbapenemase do tipo metalobetalactamase. Em suma, conclui-se que a qualidade higiênico-sanitária dos vegetais comercializados no Distrito Federal se mantém duvidosa pela identificação de *Salmonella enteritidis* nas amostras coletadas. Além disso, o achado de bacilos multirresistentes chama a atenção para mais pesquisas e para a importância do uso racional de antimicrobianos.

Palavras-Chave: enterobactérias; multirresistência; microbiologia.

PESQUISA DE TRIPANOSSOMATÍDEOS EM CARRAPATOS DA REGIÃO DO DISTRITO FEDERAL

Vanessa de Castro Rodrigues – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluna bolsista
vanessa.rodrigues@sempreceub.com
Ana Mikaely Peixôto – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluna voluntária
ana.peixoto@sempreceub.com
George Magno Sousa do Rêgo – CEUB, professor orientador
george.rego@ceub.edu.br

Tripanossomatídeos são protozoários flagelados pertencentes à família *Trypanosomatidae*, da qual se destacam os gêneros *Leishmania* e *Trypanosoma*, por apresentarem exemplares responsáveis pelo desenvolvimento de doenças tropicais negligenciadas de grande importância para a saúde pública. No Brasil, a leishmaniose e a doença de Chagas são causadas por protozoários dessa família, *Leishmania* spp. e *Trypanosoma cruzi*, respectivamente, e ambas são transmitidas ao ser humano por insetos hematófagos. Embora a *Leishmania* spp. seja transmitida por flebotomíneos e o *Trypanosoma cruzi*, por triatomíneos, os carrapatos são estudados, a fim de verificar o possível envolvimento desses artrópodes no ciclo de transmissão de agentes da família *Trypanosomatidae*, uma vez que também realizam repasto sanguíneo. Dessa forma, a presente pesquisa tem como objetivo geral verificar a ocorrência de protozoários da família *Trypanosomatidae* em carrapatos encontrados em capivaras (*Hydrochoerus hydrochaeris*) de vida livre do Distrito Federal (DF) e como objetivos específicos identificar as espécies dos carrapatos coletados e determinar, por métodos moleculares, a existência de tripanossomatídeos nesses artrópodes. As amostras de carrapatos utilizadas foram coletadas a partir de capivaras de vida livre capturadas em áreas recreativas do DF, em estudo sanitário prévio realizado entre 2017 e 2019. Os carrapatos foram removidos diretamente do tecido cutâneo das capivaras e submetidos à extração de DNA com a utilização de isotiocianato de guanidina e fenol clorofórmio. Para a detecção de agentes da família *Trypanosomatidae*, as amostras de DNA foram submetidas à cPCR, utilizando os oligonucleotídeos D75 (5'- GCA GAT CTT GGT TGG CGT AG -3') e D76 (5'- CGT TCT CTG TTG CCC CTT TT -3'). Os produtos de amplificação de todas as reações de cPCR foram separados por eletroforese em gel de agarose 2%, corados em brometo de etídio (Vetec Sigma-Aldrich®, St Louis, MO) e visualizados sob luz ultravioleta (UV transiluminator®, UVP LLC, Upland,32 CA). Foram amostrados 558 carrapatos provenientes de 57 capivaras; do número total de carrapatos coletados, 69.3% foram identificados como *Amblyomma dubitatum,* 29%, como *Amblyomma sculptum*, e 1.6%, como *Amblyomma spp.*. Das 229 amostras de DNA testadas para agentes da família *Trypanosomatidae*, 7 deram resultado positivo após a cPCR; 5 eram da espécie *A. sculptum* (3 fêmeas adultas e 2 machos adultos), e 2 eram da espécie *A. dubitatum* (1 ninfa e 1 macho adulto). Os resultados da presente pesquisa evidenciam a presença de agentes da família *Trypanosomatidae* em carrapatos das espécies *Amblyomma sculptum* e *Amblyomma dubitatum* provenientes de capivaras de vida livre do DF, todavia o sequenciamento genético das amostras positivas ainda não foi realizado, e não é possível afirmar qual seja a espécie em questão. Assim, fazem-se necessários novos estudos para elucidar a relação das espécies *A. dubitatum* e *A. sculptum* no ciclo de transmissão de agentes da família *Trypanosomatidae*.

Palavras-Chave: *Trypanosoma*; *Leishmania*; vetores artrópodes; capivaras; saúde pública.

PODER CONSTITUINTE ORIGINÁRIO DAS MULHERES E SEUS REFLEXOS NO CONSTITUCIONALISMO DE 1988

Carolina Freitas Gomide de Araújo – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluna bolsista
carolina.gomide@sempreceub.com
Christine Oliveira Peter da Silva – CEUB, professora orientadora
christine.silva@ceub.edu.br

O presente trabalho, vinculado à corrente do constitucionalismo feminista, parte da premissa de que é preciso identificar as biografias e os detalhes históricos da participação das mulheres no processo constituinte brasileiro de 1987 a 1988, visando construir narrativa que prestigie a efetiva participação das mulheres na elaboração da Constituição de 1988. O estudo traça a trajetória das mulheres em sua conquista de direitos fundamentais, no atual ordenamento jurídico-constitucional brasileiro, rumo aos espaços de poder; identifica e registra quem foram as mulheres e suas respectivas pautas e ações institucionais no processo constituinte originário da Constituição brasileira de 1988, para, com isso, analisar, com base nas teorias que associam feminismo e poder, as conquistas das brasileiras e dos brasileiros em razão da atuação das mulheres no processo constituinte de 1988. Para tanto, as técnicas de pesquisa foram combinadas, tanto a bibliográfica (documentação indireta) quanto a documental (documentação direta), uma vez que se trata de tema que exige tanto a pesquisa de doutrina jurídica especializada quanto a séria e ampla abordagem documental, ou seja, a análise dos documentos históricos constituintes. Para tanto, fez-se busca exploratória nos sítios respectivos, como a Base da Assembleia Nacional Constituinte de 1987, do Senado Federal. Após intensa campanha do Conselho Nacional de Direito das Mulheres, com *slogans* como "Constituinte sem a mulher fica pela metade", as mulheres ocuparam 5% das cadeiras da Assembleia Constituinte, quase triplicando a representatividade feminina no Parlamento à época. A parlamentar que mais proferiu discursos foi Irma Passoni, totalizando 173 proferidos. Rita Camata, por sua vez, foi a constituinte com mais sugestões para a Carta, ao todo 71. Anna Maria Rattes foi a que mais propôs emendas, 468 no total. Ao todo, a bancada feminina proferiu 1.428 discursos (3,3% do total), apresentou 435 sugestões (3,6% do total) e propôs 3.384 emendas (5% do total). Quanto ao impacto da atuação das mulheres durante a Assembleia Nacional Constituinte, analisando retroativamente, o Conselho Nacional de Direito das Mulheres apontou que 80% das reinvindicações femininas anotadas na Carta aos constituintes foram transformados em artigo na nova Carta. Assim, apontou-se que as mulheres foi o grupo social que mais conquistou direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988.

Palavras-Chave: Assembleia Nacional Constituinte, constitucionalismo feminista, deputadas constituintes, poder constituinte originário.

PRESENÇA DE ANTICORPOS CONTRA LEISHMANIOSE VISCERAL EM EQUÍDEOS DE TRAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL

Júlia Raquel Barbosa dos Santos Costa – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluna bolsista
julia.raquel@sempreceub.com
Thaynara Ferreira de Lima – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluna voluntária
thaynara.fl@sempreceub.com
Lucas Edel Donato – CEUB, professor orientador
lucas.donato@ceub.edu.br

A leishmaniose é uma antropozoonose de elevada importância na saúde pública, geograficamente distribuída em vários pontos do Brasil e do mundo, causada pelo protozoário de gênero *Leishmania*, transmitida pela picada de mosquitos flebotomíneos de gênero *Lutzomyia* e caracterizada por um acometimento diversificado entre as espécies animais, assim como diferentes manifestações clínicas. Com o tempo fizeram-se necessários estudos aprofundados acerca da presença de anticorpos antileishmania em espécies animais que, até então, não são de interesse para o ciclo de transmissão do protozoário, como os equídeos. O presente estudo tem como objetivo analisar e descrever a presença de anticorpos antileishmania em 300 animais utilizados para tração, na área urbana do Distrito Federal. Foram feitos exames sorológicos do tipo teste rápido Dual-Path Platform (TR-DPP), que emprega a proteína recombinante rK28, resultado da fusão dos antígenos rK9, rK39 e rK26. O teste detecta, de forma qualitativa, os anticorpos anti *Leishmania infantum* em amostras de soro, plasma e sangue. Observou-se soropositividade em 61,7% (185/300) dos equídeos testados, entre os quais 96,2% (178/185) eram da espécie equina e 3,8% (07/185), da espécie muar. Quanto à distribuição por região administrativa do Distrito Federal, as duas cidades com maiores registros de animais positivos foram Ceilândia com 25,4% (47/185) de equídeos reagentes e Santa Maria com 14,6% (27/185). Confirma-se, então, que há a circulação de *Leishmania* entre os equídeos de tração do DF, validando-se, assim, a necessidade de amplificação de estudos e pesquisas quanto ao papel dos equídeos na cadeia epidemiológica da leishmaniose, uma vez que corresponde a uma zoonose em expansão.

Palavras-Chave: leishmaniose; anticorpos; equídeos; DF.

PREVALÊNCIA DA OBESIDADE EM CÃES DOMICILIADOS NO PLANO PILOTO - DF

Beatriz Domingues Bressan Lopes Guimarães Vidal – CEUB, PIC/PIBIC CNPq, aluna bolsista
beatrizbvidal@sempreceub.com
Camila de Freitas Maia – CEUB, PIC/PIBIC CNPq, aluna voluntária
camila.fm@sempreceub.com
Marina Zimmermann Galvão – CEUB, professora orientadora
marina.galvao@ceub.edu.br

O número de cães diagnosticados com obesidade tem aumentado significativamente. Esse é considerado o distúrbio nutricional de maior ocorrência na clínica médica de pequenos animais, responsável pelo aparecimento de problemas locomotores, articulares, cardiovasculares, respiratórios e hepáticos. Diversos fatores podem ser responsáveis pelo desenvolvimento dessa doença; entre eles, cita-se a alimentação oferecida pelo tutor, a gestão reprodutiva e a predisposição genética. Por considerar a insuficiência de estudos acerca da obesidade canina no Distrito Federal, o trabalho tem como objetivo analisar e atualizar os principais índices de obesidade da população de cães domiciliados nas regiões residenciais do Plano Piloto - Asa Sul e Asa Norte - de Brasília, DF, o que permitirá a elaboração de protocolos de tratamento e prevenção, além de contribuir para a conscientização dos tutores sobre os riscos relacionados à doença. O estudo contou com a participação de 120 cães sem seleção de raça, sexo e com idades variadas, escolhidos de forma aleatória, domiciliados em residências nas regiões residenciais Asa Sul e Asa Norte do Plano Piloto. Para a avaliação nutricional, foram coletadas as medidas morfometriais, a fim de mensurar o IMCC e a morfometria. A coleta foi realizada mediante as saídas a campo e um formulário Google, minimizando os impactos da pandemia. O estudo evidenciou maior número de animais com sobrepeso e obesos em ambas as regiões residenciais, com prevalência de 65%, de acordo com IMCC, e de 58,33%, pela morfometria. Conclui-se que a obesidade é um problema de alta ocorrência nos cães do Distrito Federal, sendo necessários estudos mais aprofundados sobre os fatores que predispõem à obesidade nesses animais, além de maior conscientização dos tutores sobre os riscos que acompanham a doença.

Palavras-Chave: avaliação nutricional; morfometria; IMCC; sobrepeso.

PREVALÊNCIA DA SÍNDROME LÁTEX-FRUTA EM PROFISSIONAIS DE SAÚDE

Letícia Sampaio Castro – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluna bolsista
leticia.sampaioc@sempreceub.com
Eduarda Luz Barbosa Alarcão – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluna voluntária
eduardaalarcao@sempreceub.com
Milton Rego de Paula Junior – CEUB, professor orientador
milton.junior@ceub.edu.br

A síndrome látex-fruta é a forma secundária da alergia mediada pela imunoglobulina E, em que há uma sensibilização decorrente da reatividade cruzada por alérgenos não alimentares - neste caso, o látex - que contêm parte homóloga de moléculas de alimentos, como banana, abacate e abacaxi. A síndrome ocorre, em geral, com o desenvolvimento da hipersensibilidade ou da alergia ao látex, precedendo a alergia a frutas. As manifestações são variáveis, podendo ter acometimento cutâneo, gastrointestinal, respiratório e sistêmico. Entre os principais grupos expostos e suscetíveis à sensibilização pelo látex, estão os profissionais da saúde, visto que são expostos ao látex diariamente. Considerando a importância da temática e o déficit de estudos, o objetivo do presente estudo é avaliar a prevalência de manifestações de hipersensibilidade do tipo I associadas à síndrome látex-fruta em profissionais de saúde que trabalham no Centro Universitário de Brasília e no Hospital Regional da Asa Norte. Foi realizada uma pesquisa do tipo descritiva, transversal e de levantamento no período de 1º de setembro de 2020 a 30 de julho de 2021. Por amostragem de conveniência, foram selecionados 84 profissionais da saúde que responderam a questões referentes a condições sociodemográficas, histórico pessoal e familiar de hipersensibilidade, perfil de contato com látex, histórico pessoal de reações com látex e frutas. Observou-se que 54,8% (46) dos participantes trabalham na área da saúde há 10 anos ou mais, 44% (37) usam luvas de látex de 6 a 7 dias por semana, e 41,7% (35) utilizam as luvas entre 4 e 8 horas por dia. No que diz respeito aos antecedentes alérgicos pessoais associados, 65,47% (55) apresentaram, pelo menos, uma manifestação alérgica. Em relação aos sinais e aos sintomas relacionados ao uso das luvas de látex, os mais comuns foram ressecamento das mãos (80%), prurido (64,3%) e eritema (23,8%). Sobre a frequência dos sinais e dos sintomas de acordo com a ingestão de determinadas frutas, os mais comuns foram prurido no palato, na língua ou na garganta (14,3%) e náuseas ou azia (14,3%), seguidos de dor ou distensão abdominal (10,7%), ao ingerir alguma fruta específica. A fruta mais citada foi abacaxi, seguida de banana e abacate. No contexto das manifestações relacionadas às frutas, 28,57% dos participantes que relataram reações alérgicas ao látex também queixaram alguma reação à ingestão de frutas. Dessa forma, torna-se essencial a avaliação de profissionais que possuem exposição contínua e prolongada ao látex com teste de puntura tanto para látex quanto para antígenos alimentares, além de mais estudos e pesquisas sobre o tema.

Palavras-Chave: síndrome látex-fruta; hipersensibilidade; alergia ao látex; reação cruzada; profissionais da saúde.

PREVALÊNCIA DE DISFUNÇÕES SEXUAIS EM UNIVERSITÁRIAS NO DISTRITO FEDERAL: UM ESTUDO ANALÍTICO TRANSVERSAL

Leticia de Sousa Bandeira – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluna bolsista
leticia.bandeira@sempreceub.com
Ana Carolina Bezerra Araújo – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluna voluntária
carolinaa.araujo@sempreceub.com
Monique de Azevedo – CEUB, professora orientadora
monique.azevedo@ceub.edu.br

A atividade sexual é importante parâmetro na qualidade de vida dos indivíduos e está cercada de tabus associados a questões de saúde, podendo culminar em disfunção sexual. O objetivo deste trabalho é analisar a prevalência de disfunção sexual em mulheres universitárias. Esta pesquisa tem como limite metodológico um estudo analítico transversal com amostras coletadas mediante questionários *online*, em um centro universitário. As participantes foram convidadas a participar da pesquisa por meio de suas coordenações, por e-mail e, concordando, assinaram o termo de aceite, e preencheram os instrumentos de coleta compostos por três perguntas para avaliação do nível de conhecimento sobre disfunções sexuais e dois questionários, o Female Sexual Function Index (FSFI) e o Índice de Função Sexual Feminina e Quociente Sexual, ambos validados, além do Quociente Sexual Feminino, com dez questões que avaliaram desejo e interesse sexual, preliminares, excitação da mulher e sintonia com o parceiro, conforto na relação sexual, orgasmo e satisfação sexual. Participaram 114 mulheres cisgêneras com média de idade de 23 anos. Os aspectos de maior relevância foram: anorgasmia com 14% de frequência das relações sexuais; dificuldade em atingir o orgasmo com 18% da frequência das relações; dispareunia com 9% da frequência das relações e 8% quase sempre presente. A frequência da lubrificação desejada esteve presente em 12% das vezes em que as mulheres tinham uma relação sexual e 23% da frequência em que conseguiam envolver-se no momento da relação, concentrando-se, sem dispersar. Assim, a prevalência de disfunções sexuais nessa amostra foi considerada elevada, tendo em vista a idade média das participantes.

Palavras-Chave: disfunção sexual feminina; anorgasmia; dispareunia; vaginismo.

PREVALÊNCIA DE LESÕES EM PRATICANTES DE *SKATEBOARDING* NO DISTRITO FEDERAL

Yuri Nascimento Fonseca – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluno bolsista
yuri.fonseca@sempreceub.com
Monique de Azevedo – CEUB, professora orientadora
monique.azevedo@ceub.edu.br

O *skateboarding* tornou-se um esporte olímpico para a edição dos jogos em 2021. No Brasil, são 8,5 milhões de praticantes com média de 1,8, em 11% dos domicílios. Trata-se de uma atividade que demanda grande recrutamento muscular, coordenação de contração neuromuscular e capacidade de usar o ciclo alongamento-encurtamento. Lesões podem ocorrer durante a prática. Esta pesquisa tem como limite metodológico um estudo descritivo transversal com amostras coletadas mediante o método *snowball*, em que os participantes indicam outros. Os dados foram coletados em locais públicos comuns à prática da atividade. Procuraram-se praticantes habilidosos que respondessem a um questionário elaborado para este estudo, cujo objetivo é saber quais lesões são mais prevalentes. Definidos os critérios de inclusão e exclusão, foi encontrada uma amostra de 22 praticantes, todos do sexo masculino, com idades entre 16 e 43 anos. Dor no joelho foi relatada por 59,09%; no tornozelo, por 50%; lombar, por 36,36%. A entorse do tornozelo foi relatada por 81,81%, e a do joelho, 40,90%. Fraturas no antebraço, nos dedos da mão e no tornozelo foram relatadas por 22,72%; 13,63% relataram fratura no punho e no cotovelo. As lesões mais prevalentes corroboram outros estudos. Entretanto, neste trabalho, não foram relatadas fraturas e lesões na região do crânio.

Palavras-Chave: esporte olímpico; *skateboarding*; lesões.

PREVALÊNCIA DE TRANSTORNOS MENTAIS MENORES E CARACTERIZAÇÃO DE PERFIL EPIDEMIOLÓGICO ENTRE ESTUDANTES DE MEDICINA: UMA AMOSTRA DE BRASÍLIA – DF

Tamires Martinelli de Oliveira Ferraz – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluna bolsista
tamimartinelli@sempreceub.com
Gabriella Melo Ximenes Damásio – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluna voluntária
gabriellamx@sempreceub.com
Alberto Vilar Trindade – CEUB, professor orientador
alberto.trindade@ceub.edu.br

Transtornos mentais menores (TMM) representam os quadros menos graves e mais frequentes de transtornos psiquiátricos na população, comumente associados a sintomas de mal-estar e/ou de incapacidade. Este estudo tem como objetivo estimar a prevalência de TMM entre estudantes de graduação em medicina do Centro Universitário de Brasília (CEUB), descrever e caracterizar o perfil epidemiológico dessa população para análise e planejamento de ações específicas, correlacionando essa prevalência com os possíveis fatores de risco. Trata-se de um estudo descritivo, correlacional e de corte transversal, desenvolvido com 170 universitários matriculados na graduação em medicina do CEUB. A seleção dos participantes foi realizada por meio do envio do questionário por redes sociais, com adesão voluntária e anônima. Além disso, foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os critérios de elegibilidade para participação foram: identidade de gênero feminina ou masculina; idade de 18 a 38 anos; estudantes dos ciclos básico, clínico ou de internato. Para estimar a prevalência de transtornos, foi utilizado o Brief Symptom Inventory (BSI), e criada uma plataforma *online*, intitulada *Inventário de conhecimento, atitudes e práticas de risco e prevalência de transtornos psicológicos e do comportamento entre universitários*. Foram realizados 3 tipos de análises: correlações, utilizando o coeficiente V de Cramer; teste qui-quadrado de independência; regressão linear múltipla. A amostra foi composta por 73,53% (n=125) participantes do sexo feminino e por 26,47% (n=45) do sexo masculino; 85,29% (n=145) têm entre 18 e 24 anos; 11,76% (n=20) têm entre 25 e 30 anos; 2,94% (n=5) têm mais de 30 anos de idade. Em relação aos eixos de educação na graduação em medicina, 35,29% (n=60) estão no ciclo básico, 44,12% (n=75), no clínico, e 20,59% (n=35), no internato. Ao investigar o funcionamento cognitivo, emocional e social da amostra participante do estudo com a utilização do instrumento de testagem e avaliação psicológica BSI, foi evidenciado que 51,2% (n=87) classificam-se como casos suspeitos de TMM; destes, 21,18% (n=36) possuem traço de somatização; 13,56% (n=23) têm comportamento obsessivo-compulsivo; 43,53% (n=74) estão com sensibilidade interpessoal; 21,18% (n=36) possuem sintomas relativos à depressão; 39,41% (n=67) têm ansiedade; 9,41% (n=16) têm comportamento hostil; 10,59% (n=18) estão num nível de ansiedade fóbica; 6,47% (n=11) têm ideação paranóide, e 34,12% (n=58) estão com alto índice de psicoticismo. O estudo evidencia a importância em investigar o bem-estar psicológico dos universitários em vulnerabilidade, com a prevalência de transtornos mentais menores estimada acima da população geral, evidenciando maior susceptibilidade no gênero feminino. Estas são importantes observações, considerando que o sofrimento psicológico pode ter implicações nos processos de ensino-aprendizagem e, consequentemente, no desenvolvimento do profissional de saúde. Dessa forma, a graduação em medicina assume um papel de agente catalisador de aspecto desencadeador nos casos de adoecimento. Sendo assim, é necessária a construção de ações integradas de prevenção e tratamento dos universitários, além de estudos longitudinais, para identificar outros possíveis

impactos na vida pessoal e na formação da prática clínica para a construção da carreira profissional.

Palavras-Chave: estudante; medicina; transtornos mentais menores.

PREVALÊNCIA DO USO DE MEDICAMENTOS DE RISCO DURANTE A GRAVIDEZ E A LACTAÇÃO EM UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Maria Carolina Jorge Albernaz – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluna bolsista
albernazcarol@sempreceub.com
Carolina da Mata Oliveira – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluna voluntária
carolina.mata@sempreceub.com
Ana Marcia Iunes Salles Gaudard – CEUB, professora orientadora
ana.gaudard@ceub.edu.br

O uso de medicamentos durante as fases da gestação e da lactação é um assunto de extrema relevância, uma vez que a escassez de pesquisas sobre essas etapas torna difícil o acesso aos dados sobre os possíveis efeitos e riscos dos fármacos. O objetivo do estudo é analisar a utilização de medicamentos em gestantes e lactantes atendidas nas Unidades Básicas de Saúde da região central do Distrito Federal e classificar o risco de tais fármacos segundo a Food and Drug Administration. Nesta pesquisa, foi realizada a coleta de dados por meio de um questionário, pelo Google Forms, entre agosto de 2020 e julho de 2021, por análise bibliográfica e coleta de dados do questionário. Os resultados mostraram que, entre as participantes, 34% eram lactantes, 66%, gestantes e 100% tiveram alguma prescrição médica, incluindo ácido fólico, sulfato ferroso e polivitamínicos. O índice de automedicação foi alto, 22%, sendo analgésicos, antipiréticos e antieméticos os mais utilizados. O uso de fármacos foi predominante no primeiro trimestre; as participantes estavam em assistência médica. Diante dos resultados, conclui-se que os profissionais da saúde foram cautelosos, ao receitar os medicamentos, demonstrando uma prescrição racional. Entretanto, destaca-se a relevância de campanhas pelas Unidades Básicas, alertando e orientando os profissionais para que se atentem quanto ao cuidado nas prescrições medicamentosas, bem como as mulheres deste grupo sobre os possíveis efeitos, além de enfatizar os riscos da automedicação. Dessa forma, evitam-se erros de prescrição e, consequentemente, danos à saúde da gestante, do feto e da criança.

Palavras-Chave: gestantes; lactantes; medicamentos; risco.

PROCESSO PENAL, GÊNERO E REVITIMIZAÇÃO: A QUESTÃO DA RETRATAÇÃO DE VÍTIMAS EM PROCESSOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO DISTRITO FEDERAL

Gabriella Soares da Silva – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluna bolsista
gabriella.silva@sempreceub.com
Carolina Costa Ferreira – CEUB, professora orientadora
carolina.ferreira@ceub.edu.br

A presente pesquisa realiza a análise qualitativa de decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios acerca da retratação disposta no artigo 16 da Lei Maria da Penha. O estudo compreende as decisões proferidas entre os anos de 2019 e 2020, totalizando o montante de 15 (quinze) acórdãos. O objetivo geral do trabalho é investigar o fenômeno da revitimização da mulher sob violência doméstica, ou seja, busca compreender, nas decisões, indícios que reforçam, ou não, a reiteração da lógica familista no sistema de justiça. A grande preocupação durante o estudo das decisões foi justamente se a mulher encontra, no comportamento dos operadores de direito, a mesma discriminação que a levou até eles, por omissão deles, quando poderiam levantar discussões, ou inconformismo diante das situações de violência julgadas. Ao retratarem-se, as mulheres retiram do Poder Judiciário a possibilidade de prestação de apoio para amenizar ou cessar os ciclos de violência em que estão inseridas. Tal fenômeno deveria gerar, nos operadores do direito, o anseio de entender a raiz do problema, do temor, da desistência. Notou-se, apesar do crescente número de retratações das denúncias envolvendo a LMP, que o sistema judiciário, por meio de seus operadores, não se debruça inteiramente nas necessidades das vítimas. Durante a leitura das decisões, é possível inferir a majoritária robotização das decisões, como se o conteúdo não envolvesse a densidade de aspectos psicológicos, sociais, econômicos e estruturais. Os resultados encontrados indicam a ausência de discussão acerca da retratação, nas decisões do TJDFT, além de explicitar, consequentemente, a escassez da consideração da perspectiva de gênero e fatores psicossociais relevantes para entender e combater o fenômeno da retratação. Foram abordadas, portanto, questões incômodas ao sistema judiciário brasileiro e, mais especificamente, brasiliense, como o comportamento dos juízes federais e a efetividade social de suas decisões em um universo jurídico que não é alheio à sociedade.

Palavras-Chave: violência de gênero; lei Maria da Penha; retratação; revitimização; análise de decisões.

PROPAGANDAS PERSUASIVAS E RESISTÊNCIA À PERSUASÃO EM TEMPOS DE COVID-19: EFICÁCIA DE DIFERENTES ROTAS PERSUASIVAS EM MENSAGENS VOLTADAS PARA O CONTROLE DA PANDEMIA

Julia Ribeiro Portella Nunes – CEUB, PIC/PIBIC COVID-19 FAP/DF, aluna bolsista
julia.nunes@sempreceub.com
Daniel Barbieri Freitas – CEUB, professor orientador
daniel.freitas@ceub.edu.br

O presente estudo tem por objetivo principal investigar se o uso de rotas centrais ou periféricas de persuasão provoca diferentes níveis de endosso das campanhas com foco nas medidas de prevenção e controle da pandemia do coronavírus. Assim, analisa-se a influência de variáveis associadas à resistência à persuasão no endosso de mensagens, por meio das rotas central e periférica. A base teórica utilizada para a compreensão de processos persuasivos foi a Elaboration Likelihood Model (ELM). Esta é uma pesquisa de natureza quantitativa, cuja aplicação se deu em meio digital, em consideração ao enfrentamento do contexto pandêmico. Houve a divulgação da pesquisa em diferentes redes sociais, e a elaboração do formulário deu-se no *survey* do Google Formulário. Nesse sentido, a amostra total de participantes foi 286 com amplitude de idade de 18 a 87 anos. Da totalidade de participantes, 180 foram mulheres, e 105, homens. Utilizou-se o pacote estatístico IBM SPSS para a análise dos dados coletados. Entre os resultados obtidos, o de maior significância estatística foi relacionado à orientação política do participante e o seu alinhamento para a adesão ou não ao combate ao coronavírus. Não houve confirmação estatística para justificar a hipótese inicial, referente à influência persuasiva das rotas do ELM nas mensagens de prevenção à pandemia. Compreende-se a necessidade de mais estudos sobre esse campo da persuasão e sobre o campo político, pois demonstrou-se uma variável forte para as decisões da população brasileira.

Palavras-Chave: psicologia; persuasão; Elaboration Likelihood Model; pandemia.

PROPAGANDAS QUE UTILIZAM O DESENGAJAMENTO MORAL COMO PROPOSTA DE CONFRONTO À HIPOCRISIA DE REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Ana Paula de Morais Mendes – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluna bolsista
ana.paulam@sempreceub.com
Daniel Barbieri Freitas – CEUB, professor orientador
daniel.freitas@ceub.edu.br

Esta pesquisa é uma continuação do trabalho *Mídia e psicologia: estratégias de redução da violência doméstica*, de Campinas, e verifica o efeito e a eficácia da utilização de mecanismos do desengajamento moral em peças publicitárias como proposta de redução da hipocrisia e combate à violência contra a mulher, tomando como base sugestões feitas para realização em teste e aplicações, mediante o período de isolamento social, em razão da pandemia de COVID-19 e do aumento de casos de violência doméstica, no Brasil. Foi realizado um pré-teste para averiguar o quão cognitivas eram as frases relacionadas aos mecanismos de desengajamento moral. Para participação neste estudo, foi selecionado um grupo de estudantes do CEUB maiores de 18 anos, composto por 13 voluntários, entre eles, 10 mulheres e 3 homens. A pesquisa central apresentou duas partes, e a designação dos grupos foi aleatória. O pré-teste foi aplicado em homens e mulheres, mas, para fins de cumprimento do projeto, somente o resultado dos homens foi considerado com a amostra para o grupo de 20 homens entre 19 e 53 anos. Utilizaram-se as frases em peças, desenvolvidas e adaptadas para a presente pesquisa, em formato tradicional de denúncia como as propagandas utilizadas na mídia sobre a violência contra a mulher, modificando, além das frases, as figuras que, normalmente, são representadas pela figura feminina, utilizando as masculinas em todas as peças. O pré-teste revelou uma taxa de concordância das frases, permitindo, assim, a utilização para a pesquisa central. Neste estudo, os resultados do questionário, após a análise das peças publicitárias, revelaram concordância com as afirmações a respeito da parte técnica e publicitária das peças apresentadas. A segunda parte e ponto central do estudo foi o questionário adaptado do instrumento de Buzz e Perry, que verificou o nível de agressividade, apresentando resultados baixos. Desse modo, o desenvolvimento do estudo e o resultado permitiram a percepção da relevância do uso do desengajamento moral nas peças publicitárias e no combate à violência doméstica e demonstrou a complexidade de passar uma mensagem clara a todos que as propagandas possam alcançar.

Palavras-Chave: desengajamento moral; violência contra a mulher; COVID-19; peças publicitárias.

REDES SOCIAIS E LIBERDADES: OS LIMITES DA ATUAÇÃO DE AUTORIDADES POLÍTICAS E ADMINISTRATIVAS NAS REDES SOCIAIS

João Victor Alves de Sousa Costa – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluno bolsista
jvkenobi@sempreceub.com
Hector Luís Cordeiro Vieira – CEUB, professor orientador
hector.vieira@ceub.edu.br

O surgimento e a constante expansão do uso da internet pela população mundial dão origem à nova realidade presenciada pela humanidade. As autoridades públicas utilizam as redes sociais para a difusão de pensamentos, atos públicos e planos de governo, de modo a transformar seus perfis nas redes sociais em veículos de comunicação. Sob esse enfoque, o direito, sedimentado em sua lógica de funcionamento, conceitos físicos de território, interações e relações interpessoais, vê-se diante de grandes desafios perante situações juridicamente relevantes, entre elas, a definição de limites da atuação de autoridades políticas e administrativas no âmbito das redes sociais. Nesse contexto, o presente trabalho busca compreender a lógica de funcionamento e regulação da internet para que, assim, diante da igual compreensão do direito fundamental à liberdade de expressão, possa traçar e aferir quais seriam os limites da atuação de autoridades políticas e administrativas nas redes sociais, se existiriam e quais seriam as formas de utilização de redes sociais, a exemplo do Twitter e do Facebook, que poderiam consistir em abuso ou, melhor, que consistiriam em violação ao direito fundamental à liberdade de informação e expressão nas redes sociais. A pesquisa aborda os julgamentos recentes mais importantes sobre o tema, como o caso americano que suscita a inconstitucionalidade dos *blocks* realizados pelo ex-presidente norte-americano Donald Trump contra jornalistas e veículos de imprensa dos EUA, perante a Suprema Corte dos Estados Unidos e, entre outros, os casos brasileiros, perante o STF, envolvendo o atual Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, acusado de violar a liberdade de expressão e informação jornalística, ao bloquear profissionais em sua conta do Twitter. Objetiva-se, assim, descobrir, estudar e compreender os respaldos jurídicos e os entendimentos majoritários que proporcionam esclarecimento ao direito constitucional diante da problemática apresentada. Existe tendência jurisprudencial a considerar que o limite de atuação das autoridades políticas e administrativas nas redes sociais dependa de dois fatores vinculados: *status* e conteúdo. Quando uma autoridade pública utiliza as redes sociais e gera conteúdo eivado de interesse público, há a vinculação do perfil na rede social ao cargo ocupado. No mesmo sentido, não basta que o perfil pertença a uma autoridade pública. Se o perfil se dedicar apenas à difusão de informações de caráter pessoal, não há de falar-se em violação à liberdade de expressão e informação caso, de qualquer forma, a autoridade restrinja o acesso de outros usuários.

Palavras-Chave: direito constitucional; liberdade de expressão; redes sociais; internet; direito digital.

REFEIÇÕES CONECTADAS: A PRÁTICA DA COMENSALIDADE REMOTA EM ADULTOS QUE MORAM SOZINHOS

Amanda de Araujo Xavier – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluna bolsista
amanda.araujox@sempreceub.com
Adriano Gomes Pinto – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluno voluntário
adriano.gomes@sempreceub.com
Maína Ribeiro Pereira Castro – CEUB, professora orientadora
maina.pereira@ceub.edu.br
Dayanne da Costa Maynard – CEUB, professora coorientadora
dayanne.maynard.ceub.edu.br

As comensalidades digitais, entendidas como práticas de compartilhamento de experiências sociais ao redor da comida e da alimentação, mediadas pelo uso de tecnologias digitais, têm-se tornado populares em todo o mundo, chamando a atenção da discussão pública, do mercado e da comunidade acadêmica. Posicionadas como novos objetos de interesse da ciência, são investigadas a partir de suas peculiaridades, quanto à linguagem, à forma, à dinâmica e ao conteúdo e, coexistindo com as formas tradicionais de comensalidade, inauguram novo momento da história do ato de comer junto, próprio das conjunturas societárias construídas ao longo das últimas décadas, com destaque para a individualização dos lares, a intensificação das rotinas de trabalho tipicamente urbanas e a digitalização dos meios de comunicação e, mais recentemente, com o avanço da pandemia de COVID-19. No rol das comensalidades digitais, a remota, definida pela realização de refeições entre comensais geograficamente distantes e conectados por ferramentas de videoconferência, surge como uma alternativa para sustentar relações, celebrações e outros rituais de comida entre comensais impedidos de reunir-se presencialmente, suscitando a hipótese de que, tal qual a comensalidade tradicional, a prática remota pode culminar em ganhos de saúde para seus participantes. Diante de tais processos e indagações, observada a lacuna de estudos que considerem o potencial das novas formas de comensalidade como estratégias de saúde coletiva, este trabalho tem como objetivo avaliar, qualitativamente, se a prática da comensalidade remota é capaz de promover saúde entre adultos brasileiros que moram sozinhos. Para tanto, foi dividido em três etapas: realização de um grupo focal e de um almoço remoto entre 4 adultos brasileiros que moravam sozinhos e pesquisadores, além da aplicação de questionário com os voluntários, definido pelo método da pesquisa-ação. Os dados coletados durante as etapas foram categorizados e analisados quantitativamente. Como resultado, foi possível apontar que a participação no almoço remoto foi associada a menor estresse, qualidade de sono, melhorias no cuidado com a comida, no que diz respeito ao planejamento, prazer em comer e qualidade das interações cultural e social de suas vidas. Foi possível posicionar a comensalidade remota enquanto ferramenta de avaliação, intervenção e monitoramento de questões associadas à alimentação dos comensais, de modo que, combinada a outras ferramentas, poderia ser veículo de ação direta por parte de agentes promotores de saúde, suscitando práticas saudáveis e emancipadoras dos participantes em relação a seus hábitos alimentares e de vida. Dessa forma, conclui-se que a comensalidade remota é prática válida, legítima e pertinente para a formulação de estratégias de promoção de saúde, servindo tanto à coletividade quanto a indivíduos, além de ter potencial na forma de ferramenta de educação alimentar e nutricional.

Palavras-Chave: comensalidade remota; promoção de saúde; COVID-19; pesquisa-ação.

RELIGIOSIDADE, SUBJETIVIDADE E SAÚDE MENTAL: A EXPERIÊNCIA SUBJETIVA DE MÉDIUNS DE UM CENTRO DE UMBANDA EM BRASÍLIA

Ana Carolina Brito Menezes – CEUB, PIC/PIBIC CNPq, aluna bolsista
ana.menezes@sempreceub.com
Lucas Alves Amaral – CEUB, professor orientador
lucas.amaral@ceub.edu.br

A presente pesquisa parte da crítica à patologização no campo da saúde mental que, apesar dos avanços da reforma psiquiátrica, ainda se faz presente em práticas institucionais que influenciam crenças sociais. No estudo, a saúde é compreendida como processo e conceituada de acordo com a teoria da subjetividade. Também se leva em consideração o contexto social brasileiro, em que, apesar da presença da religião na cultura, experiências que se distanciam do cristianismo permanecem alvo de preconceitos, e suas práticas são historicamente associadas ao adoecimento psíquico. Assim, compreende-se a necessidade de estudar as relações entre mediunidade e saúde mental, no contexto da umbanda, religião nacional caracterizada pelo sincretismo que, entre suas práticas, promove atendimentos espirituais realizados por médiuns, sendo o foco principal a experiência de incorporação, ou seja, indivíduos que permitem que seus corpos sejam controlados por entidades, espíritos de pessoas mortas que procuram a evolução espiritual a partir desse processo. Assim, o objetivo principal consiste em discutir as interfaces entre transtorno mental e religiosidade, a partir da experiência subjetiva de participantes médiuns de um centro de umbanda em Brasília (DF). Os objetivos específicos são compreender os efeitos da experiência religiosa nos processos de transtorno mental de participantes médiuns e analisar os processos da subjetividade social em contexto religioso umbandista e sua relação na configuração de processos de saúde e doença de participantes médiuns. Para tanto, foi utilizada a metodologia construtivo-interpretativa a partir da epistemologia qualitativa. Foram realizadas dinâmicas conversacionais com dois médiuns de um terreiro de umbanda do Distrito Federal. Mediante os estudos de caso, foi possível levantar duas principais hipóteses: a primeira diz respeito à ressignificação de conceitos relativos à saúde e à doença, e a segunda corresponde à compreensão da mediunidade como fator protetivo da saúde mental. Essa construção da informação foi organizada em dois principais eixos temáticos: o primeiro é denominado “o olhar diferenciado para os processos que envolvem saúde mental”; o segundo é “a experiência mediúnica e o contato com a umbanda como fator de proteção da saúde mental”. A partir dessas informações, o trabalho possibilita o aprofundamento do tema, produzindo resultados satisfatórios. Além disso, também se aponta a necessidade de o campo ser mais explorado.

Palavras-Chave: saúde mental; subjetividade; mediunidade; umbanda.

REPUTAÇÃO DAS EMPRESAS JUNIORES: FORMAÇÃO E IMPACTO NO DESEMPENHO ORGANIZACIONAL

Susannah Gurgel Soares dos Santos – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluna bolsista
susannahgurgel@sempreceub.com
Igor Guevara Loyola de Souza – CEUB, professor orientador
igor.souza@ceub.edu.br

As empresas juniores (EJ) aparecem como uma iniciativa em que os alunos da faculdade, da própria instituição, capacitam-se. Essas empresas, ao mesmo tempo em que auxiliam os alunos a desenvolver-se, impactam o mercado em que estão inseridas. Esta pesquisa tem como objetivos reunir indícios de validade teórica da medida de reputação das EJ brasileiras; identificar os fatores da medida de reputação de EJ; analisar o processo de formação da reputação e a percepção do impacto no desempenho organizacional, a partir da percepção dos *stakeholders*. A pesquisa tem caráter qualitativo e entrevistou, seguindo um roteiro semiestruturado, membros de EJ em cargos de gestão. A amostragem foi definida por saturação teórica, e foi feita uma análise de conteúdo para interpretação dos dados. Foram identificados cinco fatores de reputação: qualidade do serviço, desempenho financeiro, alta motivação dos membros, formação empreendedora e valor do nome da universidade.

Palavras-Chave: empresa júnior; reputação; desempenho organizacional.

SEPSE NEONATAL PRECOCE: PERFIL CLÍNICO E EPIDEMIOLÓGICO DOS PACIENTES INCLUÍDOS EM UM PROTOCOLO DE SEPSE NEONATAL

Luísa Rodrigues Cardoso – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluna bolsista
luisa.cardoso@sempreceub.com
Núbia Ayala Vieira de Castro – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluna voluntária
nubia.ayala@sempreceub.com
Andréa Lopes Ramires Kairala – CEUB, professora orientadora
andrea.kairala@ceub.edu.br
Hospital Santa Marta de Brasília – instituição colaboradora

A sepse neonatal é uma condição infecciosa que ocorre em recém-nascidos, sendo classificada como precoce nas primeiras 48 ou 72 horas de vida. É responsável por elevado índice de morbimortalidade em recém-nascidos, sendo importante o diagnóstico precoce. O padrão-ouro para a sua confirmação é a hemocultura, e o tratamento, na maior parte dos casos, é iniciado com antibioticoterapia empírica. O presente trabalho tem como objetivo avaliar o benefício do uso precoce de antibioticoterapia empírica em recém-nascidos com o diagnóstico inicial de sepse neonatal precoce não confirmada com hemocultura positiva. Foi realizado um estudo transversal de análise de dados obtidos por meio de pesquisa em 433 prontuários de neonatos, inseridos no protocolo de sepse neonatal, no período de janeiro de 2016 a dezembro de 2020, em uma Unidade de Terapia Intensiva Neonatal do DF. Evidenciou-se que 100% dos pacientes usaram o esquema antimicrobiano ampicilina associado à gentamicina e que há importante tendência na redução do tempo do uso da antibioticoterapia empírica, sem ocasionar prejuízo ao paciente. Em relação ao diagnóstico, 97,69% dos pacientes apresentaram hemocultura negativa, resultados semelhantes aos encontrados na literatura. Além disso, observou-se predominância de neonatos prematuros com baixo peso, corroborando dados bem estabelecidos em literatura que apontam a relevância desses fatores para o risco de desenvolver sepse neonatal precoce. Além disso, 82,7% dos pacientes foram prematuros, e 54,7% dos casos possuíam a idade gestacional de até 33 semanas e 6 dias; 70,91% foram classificados como baixo peso, ao nascer. O modo de ventilação usado foi a variável que teve maior associação com o tempo de antibioticoterapia; a maior parte dos pacientes que utilizaram ventilação mecânica fez uso de mais de 8 dias de antibiótico (25%); 55% dos pacientes que utilizaram ventilação não invasiva também fizeram uso de maior tempo de antibiótico. Segundo a literatura, após resultado negativo da hemocultura, é aconselhável a suspensão do tratamento com antibióticos, contudo não foram os achados constatados neste trabalho, uma vez que pacientes com hemocultura negativa continuaram com o uso de antibioticoterapia.

Palavras-Chave: sepse neonatal; hemocultura; antibioticoterapia.

SÍNDROMES GRIPAIS E INFECÇÃO POR CORONAVÍRUS EM PACIENTES USUÁRIOS DE IMUNOSSUPRESSORES NO DF: UM ESTUDO DE CASO CONTROLE

Gustavo Araújo do Nascimento Santos – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluno bolsista
gustavo.araujo@sempreceub.com
Aline Rizzo Borges – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluna voluntária
aline.rizzo@sempreceub.com
Ana Paula Monteiro Gomides Reis – CEUB, professora orientadora
ana.reis@ceub.edu.br

Avalia-se o comportamento das síndromes gripais e da COVID -19 na população com doenças reumatológicas, em uso de imunossupressores convencionais sintéticos, no Distrito Federal. Por meio de um questionário aplicado em entrevistas telefônicas, os pacientes foram acompanhados durante 12 semanas, em 5 contatos, para avaliar a presença de sintomas gripais ou casos confirmados de COVID -19. Os dados coletados foram analisados descritivamente. Foram feitas associações entre duas variáveis categóricas, mediante os testes de Qui-Quadrado e o teste exato de Fisher, e realizadas comparações de médias entre dois grupos por testes não paramétricos de Mann-Whitney e de Kruskal-Wallis. Foram estimadas regressões binomiais negativas simples (univariada) e múltiplas (multivariada). Para todos os testes estatísticos, foi utilizado o nível de significância de 5%. As análises estatísticas foram realizadas com o *software* SPSS 20.0 e STATA 12. O total de 373 pacientes foi incluído no estudo; 170 faziam uso de imunossupressores; a maioria era do sexo feminino (91,7%, n=342) com a média de idade de 45,7 anos. Em relação às comorbidades no grupo em uso de imunossupressores, 20% (n=33) tinham hipertensão arterial sistêmica; 11,5% (n=19), doença renal; 7,3% (n=12), doença pulmonar; 6,1% (n=10), cardiopatia; 5,5% (n=9), diabetes *mellitus*. No modelo multivariado final, a idade (p=0,001) e o uso de imunossupressor (p=0,003) foram significativos. A frequência de sintomas gripais foi 66% maior em pacientes que faziam uso de imunossupressores, comparativamente aos que não faziam uso dessa medicação. Não se obteve diferença significativa no número de casos por COVID-19. Dessa forma, o uso de imunossupressores convencionais sintéticos associou-se à maior frequência de sintomas gripais.

Palavras-Chave: imunossupressores; doenças reumatológicas imunomediadas; COVID-19; coronavírus; síndrome gripal.

SÍNDROMES GRIPAIS E INFECÇÕES POR SARS-COV-2 EM PACIENTES USUÁRIOS CRÔNICOS DE ANTIMALÁRICOS: HIDROXICLOROQUINA E DIFOSFATO DE CLOROQUINA

Stephany Benelli Canal – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluna bolsista
stephanybenelli@sempreceub.com
Arthur Magno Bueno Teixeira – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluno voluntário
arthur.magnobt@sempreceub.com
Ana Paula Monteiro Gomides Reis – CEUB, professora orientadora
ana.reis@ceub.edu.br

Medidas eficientes para o manejo clínico de COVID-19 estão em fase de pesquisa. Estudos prévios haviam demonstrado que antimaláricos (AM), como a cloroquina e a hidroxicloroquina, apresentavam ação antiviral efetiva contra determinadas linhagens. Ademais, evidenciou-se que pacientes portadores de doença reumática imunomediada (DRIM) apresentaram menor incidência de COVID-19; além disso, os que desenvolveram a patologia não evoluíram com formas graves, mesmo apresentando outras comorbidades preditoras de pior desfecho clínico. Por conseguinte, levantou-se a hipótese de efeito protetor dos AM contra a COVID-19. Atualmente, o uso profilático de AM foi desencorajado por estudos criteriosos, erguendo-se intensa discussão sobre o assunto. Este estudo objetiva avaliar a frequência de sintomas gripais e de COVID-19 em pacientes usuários crônicos de AM, em razão do tratamento de DRIM. Foi realizado um desdobramento do Projeto Mário Pinotti II com um estudo de coorte transversal, com grupo de controle, a partir do recorte dos participantes do Distrito Federal. O tamanho amostral foi de 638 pessoas, com 373 pacientes portadores de DRIM e 265 contactantes diretos não usuários de AM (grupo de controle). Foram conduzidas entrevistas por contato telefônico semanal, sendo analisadas características sociodemográficas, detalhes do uso dos AM e das doenças de base, demais comorbidades, sintomas da COVID-19 ou de síndromes gripais quando presentes. Foram definidos como COVID-19 positivos aqueles com demonstração da infecção por PCR ou sorologia. Os dados foram armazenados *online* e analisados com uso de *softwares* estatísticos. O grupo de pacientes apresentou 91,7% de mulheres e 8,3% de homens, com média de idade de 45,5 anos. Quanto à co-habitação, 11,5% dos pacientes moram sozinhos ou com mais um habitante, e 88,4% moram com 2 ou mais pessoas. A DRIM mais incidente foi o lúpus eritematoso sistêmico (60,4%). O espectro de sintomas gripais mostrou comportamento distinto entre os grupos ($p=0,019$), com maior frequência de 1 ou mais sintomas em pacientes com DRIM (36,2% *versus* 24,9%), que também apresentaram maior frequência de positividade para COVID-19 ($p<0,001$). Não houve diferença no número de internações hospitalares ($p=1,000$). Quanto a sintomas gripais correlacionados com características epidemiológicas individuais, as quais diferiam entre os grupos, não houve impacto na frequência dos sintomas ($p=0,001$). Por fim, os pacientes com DRIM apresentaram frequência de sintomas gripais 66% maior do que o grupo de controle. Apesar de pesquisas prévias e estudos realizados no início da pandemia demonstrarem possível efeito protetor de AM contra a COVID-19 e suas formas graves, estudos mais recentes e mais criteriosos desacreditaram esse uso, levando, inclusive, à revogação da aplicação de AM no manejo clínico da doença pela FDA americana. Os resultados do presente estudo estão de acordo com essa nova visão, pois foi evidenciado que não houve frequência menor de desenvolvimento de síndromes gripais e de COVID-19 em pacientes usuários crônicos de AM quando comparados ao grupo de controle de contactantes intradomiciliares não usuários da medicação.

Palavras-Chave: hidroxicloroquina; cloroquina; síndrome gripal; COVID-19.

STAPHYLOCOCUS AUREUS RESISTENTE À METICILINA EM COLONIZAÇÃO NASAL DE ESTUDANTES DA SAÚDE DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

Luiza Giarola Sant'Anna – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluna bolsista
luiza.giarolas@sempreceub.com
Fernanda Nácul – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluna voluntária
fernanda.nacul@sempreceub.com
Fabíola Fernandes dos Santos Castro – CEUB, professora orientadora
fabiola.castro@ceub.edu.br

O *Staphylococcus aureus* é uma bactéria gram-positiva oportunista, pertencente à microbiota humana e coloniza 2 bilhões de pessoas no mundo. Quando esse micro-organismo quebra a barreira epitelial, pode gerar uma infecção, e, para tratá-la, é imprescindível o uso de antibióticos. Porém, com o passar dos anos, pelo uso indiscriminado de antimicrobianos, as bactérias criam maiores resistências. A resistência à meticilina por *Staphylococcus aureus* tem gerado problemas significativos, por ser uma das principais bactérias responsáveis pelas infecções relacionadas à assistência à saúde que causam 700 mil mortes por ano, podendo contabilizar 10 milhões de óbitos até 2050. Essas infecções são ocasionadas pela falta de higienização dos hospitais, dos equipamentos e das mãos dos profissionais da saúde, já que estão em constante exposição a bactérias multirresistentes e, por isso, são potenciais vetores. Assim, são necessários estudos que mapeiem esses patógenos, investigando a sensibilidade e a resistência aos antibióticos, para criar protocolos de saúde adequados, visando reduzir o período de tratamento, o número de óbitos, os custos na assistência e dessobrecarregar os funcionários da saúde. O objetivo desta pesquisa é analisar e comparar a colonização de *Staphylococcus aureus* sensíveis e resistentes à meticilina. Para isso, foram analisados 84 estudantes da saúde, sendo divididos igualitariamente, em dois grupos: alunos expostos a ambientes laboratoriais, clínicos e hospitalares e alunos não expostos a esses ambientes. Entre esses últimos, percebeu-se maior quantidade de alunos sensíveis à meticilina: 28; os resistentes à meticilina tiveram um índice menor, 13; apenas 1 não teve crescimento do *Staphylococcus aureus*. As prevalências foram: sensíveis 3 a cada 10 pessoas; resistentes 6,6 a cada 10 pessoas; os sem crescimento bacteriano 2 a cada 100 pessoas. Entre os alunos expostos, observou-se diferença significativa quando comparados com o grupo anterior. Os números de alunos sensíveis reduziram para 20, e os resistentes aumentaram para 21 alunos; o sem crescimento bacteriano manteve-se em 1 aluno. As prevalências foram de 4,8 a cada 10 pessoas para sensíveis, 5 a cada 10 pessoas para resistentes e 2 a cada 100 pessoas para sem crescimento bacteriano. Os dados comprovam como o ambiente hospitalar, clínico e laboratorial torna os estudantes da saúde mais suscetíveis a portar o *Staphylococcus aureus* resistente à meticilina. Além disso, quanto mais tempo de formação do aluno, maior a exposição a esses ambientes e, consequentemente, maior a troca de patógenos entre doentes e profissionais da saúde. Há a resistência à meticilina na comunidade, o que justifica ter alunos resistentes no grupo de não expostos. Houve dois alunos sem crescimento de *Staphylococcus aureus.* Isso ocorre, porque, na comunidade, 60% das pessoas não são colonizados. Assim, a maior exposição a ambientes de assistência à saúde possibilita maior chance de portar *Staphylococcus aureus resistente* à meticilina, o que leva ao questionamento de os estudantes da saúde serem mais suscetíveis a ter colonização por esse patógeno, já que 97,6% dos participantes obtiveram isso.

Palavras-Chave: *Staphylococcus aureus*; resistência bacteriana; infecções relacionadas à assistência à saúde.

SUSTENTABILIDADE: PANORAMA DAS ATIVIDADES REALIZADAS EM SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Priscila Côrtes do Prado Miranda – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluna bolsista
priscila.cortes@sempreceub.com
Dayanne da Costa Maynard – CEUB, professora orientadora
dayanne.maynard@ceub.edu.br

Os serviços de alimentação têm o objetivo de fornecer refeições equilibradas, saudáveis e feitas com alimentos seguros para o consumo. O aumento da procura por serviços de alimentação fora do lar, em razão da entrada da mulher no mercado de trabalho e do estilo de vida estressante, tem como resultado grande geração de resíduos plásticos e utilização exacerbada de recursos naturais não renováveis, tornando, assim, evidente a necessidade de conscientizar a população sobre sustentabilidade ambiental, em busca de reduzir os impactos negativos ao meio ambiente. O objetivo deste trabalho consiste em investigar quais práticas de sustentabilidade são realizadas nos serviços de alimentação do Distrito Federal. Esta pesquisa de campo é do tipo descritivo e transversal e foi realizada em 97 unidades de alimentação e nutrição (UAN), localizadas em creches filantrópicas, hospitais, escolas, restaurantes comunitários e restaurantes comerciais. A pesquisa foi realizada por meio de questionário do tipo *checklist* validado, e todos os locais investigados tiveram, voluntariamente, concordância com o termo de aceite institucional. Após realizar a coleta de dados, verificou-se que alguns problemas eram mais evidentes, como o uso irracional de água e energia, a não preocupação com reciclagem e coleta seletiva e a falta de metas para reduzir o desperdício de alimentos. Entre os principais resultados encontrados sobre uso de água, por exemplo, apenas 5,2% das empresas têm metas para o uso racional deste recurso. Em relação ao uso de energia, apenas 11,3% avaliam o uso deste recurso com objetivo de conservação, e 12,4% utilizam alguma forma de energia renovável. Sobre educação ambiental, somente 32% das equipes de funcionários já passaram por treinamento sobre eficiência energética e hídrica. Em relação a atividades promotoras de educação em alimentação saudável, 44,3% das empresas realizam essas iniciativas para a comunidade local. Quanto ao gerenciamento de resíduos sólidos, 54,6% adotam medidas de incentivo aos seus clientes para redução de resíduos, como copos e canudos, e 66% das empresas realizam a coleta seletiva. Sobre cardápio e desperdício alimentar, 67% das empresas avaliam o desperdício de alimentos durante a preparação da comida, e 73,2% utilizam fichas técnicas de preparação das refeições. Assim, é possível observar a importância de haver mais trabalhos sobre sustentabilidade em UAN como este. Além disso, é preciso que o profissional nutricionista e os funcionários da empresa, assim como toda a população, conscientizem-se sobre seu papel perante a sustentabilidade ambiental, para que, então, haja reflexão e mudança, construindo, assim, um futuro melhor.

Palavras-Chave: sustentabilidade; meio ambiente; conscientização; coletividade.

TESTE IMUNOLÓGICO PARA DETECÇÃO DE ANTÍGENOS DE SUPERFÍCIE DO VÍRUS DA HEPATITE B: UMA ESTRATÉGIA PROMISSORA PARA DESENVOLVIMENTO DE INSUMO PARA DIAGNÓSTICO

Bruno Carrijo Ramos – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluno bolsista
bruno.ramos@sempreceub.com
Anabele Azevedo Lima – CEUB, professora orientadora
anabele.lima@ceub.edu.br
Kelly Cristina Rodrigues Simi – CEUB, professora coorientadora
kelly.simi@ceub.edu.br
Bergmann Morais Ribeiro – UnB, colaborador
bergmann.ribeiro@unb.br

O vírus da hepatite B (HBV) pertence à família *Hepadnaviridae*, é caracterizado pela presença de DNA envelopado e pela capacidade de infectar as células hepáticas. De acordo com o Ministério da Saúde, no período de 1999 a 2020, foram notificados, em todo o Brasil, 514.678 casos confirmados de hepatite virais, caracterizando um problema de saúde pública. Pesquisas sobre virologia e produção biotecnológica têm usado como alternativa a expressão de genes heterólogos em sistema eucarioto, mediante baculovírus que infectam células de inseto, para expressar proteínas heterólogas. Sendo assim, o presente trabalho propõe analisar a expressão do antígeno de superfície do HBV em sistema eucarioto, verificando a viabilidade em desenvolver um produto biotecnológico, uma vez que o antígeno de superfície do vírus da hepatite B (HBsAg) tem um papel fundamental no diagnóstico e na prevenção da hepatite B. Para isso, uma estratégia de DNA recombinante foi construída, fusionando o HBsAg junto à proteína específica do baculovírus, para permitir a boa expressão desse antígeno. Com a expressão correta da proteína recombinante, foi possível quantificá-la por meio do Quant-iT; foram realizados testes sorológicos imunoenzimáticos, o Enzyme-linked Immunosorbent Assay, ELISA, indireto, método que se baseia na interação antígeno-anticorpo. As concentrações estavam de acordo com o esperado, e, para o teste ELISA, utilizou-se o soro de pacientes que tiveram contato com o HBV, ou a hepatite C, ou o citomegalovírus, em relação ao antígeno construído pelo sistema do baculovírus, para verificar possíveis reações cruzadas entre esses vírus. Observou-se pelos testes sorológicos que há necessidade de melhor padronização da técnica e das amostras, pois a característica de reações cruzadas foi inconclusiva. Por ser um antígeno marcador sorológico indicativo de infecção pelo HBV e o único componente da vacina contra o HBV, a estratégia utilizada é promissora visto que foi possível obter a proteína heteróloga expressa com sucesso. Atualmente, não existem indústrias ou empresas nacionais que produzam, em larga escala, o HBsAg, necessitando importar vacinas e *kits* para diagnóstico. Portanto, há a demanda de melhor padronização do teste sorológico aplicado, para verificar a validade e a confiabilidade estatística do experimento. As hepatites virais são grave problema de saúde pública no Brasil e no mundo e necessitam de mais pesquisas, visando melhorar as formas de prevenção, diagnóstico e tratamento.

Palavras-Chave: baculovírus; vacina; diagnóstico; sistema de expressão.

TRANSEXUALIDADE: DESAFIOS À ADESÃO À TERAPIA HORMONAL DE USUÁRIOS DO AMBULATÓRIO DE ASSISTÊNCIA ESPECIALIZADA PARA PESSOAS TRAVESTIS E TRANSGÊNERAS DO DISTRITO FEDERAL

Ana Carolina Birino Melo – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluna bolsista
anabirino@sempreceub.com
Rebeca Cezar Fechine Brito – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluna voluntária
rebeca.cezar@sempreceub.com
Márcio Garrison Dytz – CEUB, professor orientador
marcio.dytz@ceub.edu.br
Leidijani Paz – Hospital Dia - DF, colaboradora
leidipaz@gmail.com

O número de transexuais necessitados de cuidados de afirmação de gênero vem crescendo, no entanto, a assistência integral à saúde dessa população e a instituição de um processo transexualizador universal e equitativo ainda permanecem um desafio. Nesse contexto, a presente pesquisa analisa os fatores que interferem na adesão à terapia hormonal em usuários do Ambulatório de Assistência Especializada para Pessoas Travestis e Transgêneras do Distrito Federal, do Hospital Dia, Brasília, DF, com vistas a delinear o perfil dos pacientes que realizam terapia hormonal; examinar a taxa de adesão ao tratamento; identificar as principais causas de descontinuidade do seguimento endocrinológico e da hormonioterapia; comparar as taxas dessa descontinuidade entre homens e mulheres transexuais no ambulatório trans. Para tanto, foi realizado um estudo observacional, de caráter transversal e retrospectivo, por meio de análise documental da ficha de admissão ao ambulatório trans e da guia de entrevista interdisciplinar de acolhimento do ambulatório trans de 346 usuários admitidos entre 22/8/2017 e 14/2/2019, além dos respectivos prontuários físicos e eletrônicos, o que resultou em 201 indivíduos selecionados para este estudo. Após a identificação de 127 pacientes em seguimento endocrinológico regular e de 74 que descontinuaram a terapia hormonal orientada por endocrinologista desse ambulatório especializado, foi realizada busca ativa deste último grupo, com intuito de elucidar as causas da descontinuidade do acompanhamento. Concluiu-se que o perfil do usuário que iniciou tratamento hormonal com orientações do endocrinologista do ambulatório configura-se, principalmente, por homens trans, menores de 30 anos e com predomínio de educação formal igual ou superior a 9 anos. Houve a taxa de adesão à hormonioterapia de 63,2% em comparação à de abandono de 36,8%, sendo a descontinuidade maior entre as mulheres trans que iniciaram a hormonização. Os principais motivos de abandono identificados foram a dificuldade de marcação das consultas ou o acesso ao ambulatório (distância, transporte e recursos financeiros). A maior parte dos pacientes que usam hormônios sem acompanhamento médico segue a mesma prescrição feita pelo endocrinologista do ambulatório. Este campo de estudo ainda é pouco explorado, e a falta de dados e de documentos oficiais brasileiros sobre este tema reafirma a situação de marginalização em que a população trans está inserida. Esta pesquisa busca trazer visibilidade para a pauta, além de suscitar estudos no que tange a saúde trans.

Palavras-Chave: transexual; transgênero; terapia hormonal; abandono; adesão.

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA EM MENINAS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENVOLVENDO ESTUDOS DE GÊNERO E POSSÍVEL SUBRECONHECIMENTO NA POPULAÇÃO FEMININA

Beatriz Kaminski Fink – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluna bolsista
beatriz.kaminski@sempreceub.com
Andressa Gabrielle Moreira – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluna voluntária
andressa.moreira@sempreceub.com
Gustavo Carvalho de Oliveira – CEUB, professor orientador
gustavo.oliveira@ceub.edu.br

O transtorno do espectro autista (TEA) é definido por déficits na comunicação e na interação social. A maior prevalência em meninos em relação a meninas sugere modelos comportamentais diferentes, delineando um fenótipo autista feminino, caracterizado pela maior capacidade social e pela menor externalização de movimentos estereotipados repetitivos, camuflando as dificuldades de interação. Esses fatores contribuem para o diagnóstico tardio ou para o não diagnóstico de TEA em meninas. Existem estudos que sugerem a possibilidade de um viés masculino nos atuais instrumentos relevantes para a avaliação do TEA, haja vista a predominância de amostra masculina no primeiro fenótipo de TEA descrito. Assim, meninas tendem a ter pontuação normal, e apenas garotas com déficits graves de comunicação e comportamento são identificadas. O objetivo da pesquisa é descrever o perfil epidemiológico de pacientes com transtorno do espectro autista (TEA) em crianças de um serviço público de Brasília, dando enfoque a possíveis diferenças de gênero. O estudo foi realizado em 2 etapas. A primeira consistiu em análise retrospectiva de prontuários dos pacientes, e a segunda deu-se pela aplicação de questionários direcionados aos responsáveis pelas crianças, avaliando os critérios do DSM-5 e aplicando os instrumentos diagnósticos ASSQ, ABC e M-CHAT. Não foram encontradas diferenças epidemiológicas entre os grupos. Nos critérios do DSM-5, foi observada distribuição diferente dos domínios entre meninos e meninas. No ASSQ, ambos os grupos obtiveram pontuação semelhante, e, no ABC, as meninas obtiveram maior pontuação. O M-CHAT foi desconsiderado para análise, pois houve apenas 1 paciente elegível para aplicação. Percebe-se que existem diferenças no diagnóstico de meninas com TEA; nas meninas, há o predomínio dos critérios A e B do DSM-V (comunicação e interação social, padrões restritivos e repetitivos de comportamento), enquanto, nos meninos, há distribuição mais homogênea na sintomatologia e na gravidade. Mais estudos sobre este tema ainda desconhecido são necessários.

Palavras-Chave: transtorno do espectro autista em meninas; fenótipo autista feminino; DSM-5; ASSQ; ABC.

UM ESTUDO SOBRE DADOS GOVERNAMENTAIS ABERTOS NO CONTEXTO DO BRASIL COM O SUPORTE DE CIÊNCIA DE DADOS

Pietro Victor Maciel – CEUB, PIC/PIBIC FAP/DF, aluno bolsista
pietro.maciel@sempreceub.com
Rodolfo Vasconcelos Correia Lima de Andrade – CEUB, professor orientador
rodolfo.andrade@ceub.edu.br

O problema a ser estudado nesta pesquisa é sobre dados governamentais abertos (DGA), no contexto brasileiro, com o suporte da ciência de dados. Desse modo, o artigo discorre sobre os conceitos de DGA, quais são os princípios e as leis essenciais para que um conjunto de dados seja considerado aberto. Além disso, é importante entender como países, como Estados Unidos, Canadá, Brasil e Estônia, lidam com o tema em suas nações. Desse modo, consegue-se traçar um comparativo entre eles e apresentar diferentes aplicações de DGA. O artigo também discorre sobre os catálogos de dados abertos, utilizados para armazená-los em repositórios estruturados. Entretanto, é válido ressaltar que se trabalha com grande quantidade de dados. Logo, é importante filtrar as informações, utilizando técnicas da ciência de dados. Desse modo, a pesquisa expõe explicações sobre Data Science e Big Data, Dados Grandes. Para o desenvolvimento deste artigo, utilizou-se a abordagem qualitativa, focalizada em explicar e qualificar o tema sobre dados abertos, em vez de demonstrar números. Com isso, empregou-se a metodologia descritiva, voltada a descrever o problema, apresentar novos conhecimentos ao leitor e tirar dúvidas sobre o conteúdo. Para obter os dados, utilizou-se a metodologia bibliográfica e a laboratorial. A primeira foi usada para encontrar os autores que tratam de DGA. A segunda buscou informações no repositório de dados do CENIPA, sobre ocorrências aéreas, no Brasil. Propôs-se o desenvolvimento de uma solução prática que usa dados abertos. Para isso, demonstrou-se a construção de uma Application Programming Interface, API, responsável por intermediar o que o cliente digita no Facebook Messenger com os dados armazenados em um servidor da Amazon Web Service. Entendendo o fluxo do *software* desenvolvido, é possível construir um *chatbot*, um *aerobot*, que entrega ao cliente informações sobre ocorrências aéreas que acometeram aviões. As camadas da solução estão em ambiente gratuito, o que causa aumento no tempo de resposta. Ainda que alguns conjuntos de dados estejam alocados em um catálogo de dados abertos, eles precisam concordar com os oito princípios levantados por 30 defensores de dados abertos em 2007 e as três leis, além da Lei de Acesso à Informação. Além disso, esses repositórios estruturados ajudam o desenvolvimento de novas aplicações de dados abertos, como a desenvolvida nesta pesquisa, disseminando-os para mais pessoas. Em suma, é necessário distribuir mais os dados, uma vez que isso aumenta a transparência com a população. Quando se realizarem novos estudos, deve-se verificar se, de fato, são dados abertos os conjuntos de dados selecionados para a solução.

Palavras-Chave: dados governamentais abertos; ciência de dados; *aerobot*; CENIPA.

USO DE ANTICONCEPCIONAIS EM MULHERES ENTRE 18 E 40 ANOS E SUA RELAÇÃO COM O RISCO DE TROMBOSE

Ana Beatriz Souza Brito – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluna bolsista
anabeatrizzzsb212@sempreceub.com
Maynara Ferreira da Silva – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluna voluntária
maynara.ferreira@sempreceub.com
Danilo Avelar Sampaio Ferreira – CEUB, professor orientador
danilo.ferreira@ceub.edu.br

As mulheres passaram a ter maior notoriedade na sociedade política, econômica e social, no decorrer dos anos. Com o desenvolvimento da farmacologia, a população feminina ganhou autonomia sobre sua escolha reprodutiva. Mediante o avanço da sociedade moderna, a farmacologia aprimorou-se, ao ponto de criar o primeiro anticoncepcional, com o intuito de inviabilizar o processo de ovulação feminina, assim, impossibilitando o processo de gestação, além de ser utilizado em tratamentos dos distúrbios do aparelho reprodutivo feminino. Contudo, o fármaco em questão apresenta alta carga hormonal em sua composição, o que pode levar à ocorrência de efeitos adversos, tais como cefaleia, dismenorreia, aumento do fluxo menstrual, diminuição da libido, além de acarretar riscos com seu uso prolongado, como a trombose venosa profunda e o acidente vascular cerebral. A trombose venosa profunda é um efeito adverso muito presente em pacientes que utilizam o anticoncepcional por via oral, pelas alterações na cascata de coagulação, intensificando o risco de promover a formação de um trombo. Diante do exposto, o trabalho propõe correlacionar o risco de trombose venosa profunda em mulheres, em idade reprodutiva entre 18 e 40 anos de idade, que usam anticoncepcional por tempo prolongado. A pesquisa constitui-se em um estudo epidemiológico observacional, transversal, retrospectivo, de caráter quantitativo e qualitativo, obtendo suas informações mediante questionários semiestruturados. O estudo analisou 90 questionários, nos quais foram identificados que o uso primordial do fármaco tem o intuito de prevenir a gestação. O anticoncepcional mais utilizado entre as participantes foi o de uso oral. As respondentes relataram existir a necessidade de acompanhamento contínuo com a equipe de saúde, durante a utilização do fármaco e ter conhecimento sobre os efeitos adversos ocasionados. Neste estudo, a trombose venosa profunda não foi descrita como um efeito colateral vivenciado pelas participantes, entretanto isso pode ter decorrido pelo fato de a pesquisa ter sido realizada com pequena parcela da população feminina brasileira. De todo modo, o estudo mostra-se relevante, ao ressaltar a importância dessa classe de fármaco, pontuando os possíveis efeitos adversos e alertando a população feminina sobre as intercorrências, com o uso de forma contínua, sem a orientação de um profissional de saúde qualificado, incentivando, assim, o ensino a respeito dos contraceptivos e o uso de forma responsável.

Palavras-Chave: anticoncepcional; saúde da mulher; trombose.

USO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS PARA RELACIONAMENTOS SEXUAIS DURANTE A PANDEMIA POR COVID-19

Daniella Caetano Freitas Faustino – CEUB, PIC/PIBIC COVID-19 FAP/DF, aluna bolsista
daniella.faustino@sempreceub.com
Ester Mascarenhas Oliveira – CEUB, professora orientadora
ester.oliveira@ceub.edu.br

O novo coronavírus, denominado SARS Cov 2 pela Organização Mundial de Saúde foi descoberto em dezembro de 2019. Mesmo diante de incertezas, é consensual que sua transmissão ocorra através do contato entre pessoas, por isso medidas de distanciamento social foram impostas em todo o mundo, para reduzir a propagação da doença. Nesse sentido, parte dos aspectos da vida social foi redirecionada a plataformas digitais, incluindo os relacionamentos sexuais e afetivos. Nesse contexto, este estudo procura conhecer o comportamento sexual e afetivo de usuários de plataformas digitais em tempos de pandemia. Esta é uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, que investiga mulheres e homens usuários(as) de plataformas digitais para relacionamento afetivo e sexual, mediante aplicação de um questionário semiestruturado pelo Google Formulário®, com duas partes. A primeira contém questões socioeconômicas, e a segunda, perguntas direcionadas ao objeto de pesquisa. As respostas provenientes do levantamento socioeconômico foram organizadas em uma planilha do Excel® e estratificadas em porcentagens. Os dados provenientes da coleta foram processados mediante o *software* Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires(IRAMUTEQ), o qual gerou a nuvem de palavras. O grupo investigado foi composto por 75 participantes, homens e mulheres, maioria solteira e heterossexual, faixa etária de 18 a 29 anos. A maior parte das pessoas investigadas afirmou ter ensino superior incompleto e renda de 1 a 4 salários mínimos. Os termos mais frequentes e relevantes na nuvem de palavra foram: *pessoa*, *sexual*, *sexo*, *conhecer*, *relação*, *pandemia*, *uso*, *usar*, *aplicativo* e *tinder*. Este estudo evidenciou que o distanciamento social imposto pela pandemia prejudicou as relações sexuais e afetivas, por isso as tecnologias digitais foram consideradas como o principal meio para algum contato afetivo e sexual. Nesse sentido, as(os) participantes aumentaram a frequência e o tempo de uso de mídias digitais para a sexualidade, principalmente pelo envio de fotos nuas, sexo por videochamada, consumo de pornografia e masturbação mútua. Percebeu-se que as inovações advindas da tecnologia não supriram a necessidade do contato corpo a corpo, ressaltando a importância da conexão física entre as pessoas. Entre os sujeitos investigados, um subgrupo ponderou a possibilidade de romper a quarentena, para manter o sexo em seu cotidiano. Por conseguinte, evidenciou-se que a falta de contato sexual pode ter causado sofrimento emocional e psicológico entre os participantes. Sendo assim, a vivência da sexualidade, pelos meios digitais, aponta para nova forma de abordar as relações sexuais, o que torna o redirecionamento das práticas profissionais e o investimento no autocuidado imprescindíveis para o empoderamento e a liberdade dos sujeitos. Nesse contexto, torna-se oportuno e necessário o olhar sensível da estratégia de saúde da família, cujo trabalho permeia a educação em saúde, mediante orientações sobre o contato físico para a vivência da sexualidade, o tempo de uso das mídias, a autoexposição e a identificação de sinais e sintomas que dão pistas de sofrimento mental.

Palavras-Chave: sexualidade; plataformas digitais; COVID-19.

VALIDAÇÃO DE PROTOCOLOS NEUROFISIOLÓGICOS PARA DIAGNÓSTICO DA DOENÇA DE PARKINSON

Beatriz Pires Paes – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluna bolsista
beatriz.pires@sempreceub.com
Pedro Victor Matos Moreno da Silva – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluno voluntário
pedrovmmoreno@sempreceub.com
Allan Eurípedes Rezende Napoli – CEUB, professor orientador
allan.napoli@ceub.edu.br
Talyta Cortez Grippe – Krembil Research Institute/Toronto Western Hospital, professora coorientadora
talytagrippe@gmail.com

A doença de Parkinson é a segunda patologia neurodegenerativa progressiva mais comum na população a partir dos 65 anos. Seu diagnóstico é eminentemente clínico, feito principalmente pelo exame físico. Porém, a precisão do diagnóstico permanece abaixo do ideal e varia consideravelmente, de acordo com fatores, como idade do paciente, duração da doença e experiência médica. Embora os registros neurofisiológicos de distúrbios do movimento ainda sejam subutilizados na prática clínica, sua aplicação poderia contribuir para o refinamento no diagnóstico e o melhor entendimento sobre sua fenomenologia. O presente estudo tem como objetivo validar o uso de estudos neurofisiológicos no diagnóstico da doença de Parkinson. Para isso, descrevem-se os dados epidemiológicos dos pacientes portadores desta patologia e de pacientes do grupo de controle sem a doença para a correlação com os resultados de estudos neurofisiológicos; avalia-se o período cutâneo silente nos pacientes com doença de Parkinson e nos pacientes do grupo de controle; realiza-se análise eletrofisiológica do tremor com acelerômetros triaxiais e eletrodos de eletroneuromiografia de superfície nos pacientes portadores da doença de Parkinson; formula-se um protocolo para uso na prática clínica. A pesquisa consiste em um estudo transversal com coleta de dados em pacientes com doença de Parkinson e em pacientes saudáveis, examina os dados epidemiológicos e o período cutâneo silente e realiza a análise eletrofisiológica do tremor com acelerometria e eletroneuromiografia de superfície. Dos pacientes com doença de Parkinson avaliados, constatou-se que a frequência dos tremores de repouso e postural permaneceu, majoritariamente, entre 4 e 6 Hz, e a diferença entre a frequência média em repouso e a frequência média de ambas as mãos contra carga foi considerada relevante, o que vai de acordo com a literatura. Além disso, por meio da análise do período cutâneo silente, foi possível notar diferença expressiva da latência final entre os pacientes com doença de Parkinson e os do grupo de controle, o que é confirmado pela literatura revisada. Conclui-se, portanto, que a implementação clínica dessas técnicas é fundamental para melhorar a precisão do diagnóstico de tremores e deve ser uma ferramenta disponível para neurologistas na área de distúrbios do movimento.

Palavras-Chave: doença de Parkinson; neurofisiologia; tremor; eletromiografia; acelerometria.

VIVÊNCIAS TRANSFEMINISTAS NO CÁRCERE BRASILIENSE

Bruna Moraes Silva – CEUB, PIC/PIBIC CEUB, aluna bolsista
glidanavim@sempreceub.com
Carolina Costa Ferreira – CEUB, professora orientadora
carolina.ferreira@ceub.edu.br

Esta pesquisa propõe investigar as vivências de mulheres transgêneras em cumprimento de pena, no Distrito Federal, entre 2017 e 2021, sob a ótica da epistemologia feminista, tentando compreender em que medida as circunstâncias do cárcere brasiliense estariam em harmonia com o direito à identidade de gênero das mulheres transgêneras presas. Para iniciar este estudo, foi realizada a revisão bibliográfica sobre os recursos jurídicos já criados para assegurar o respeito à identidade de gênero na execução penal; além disso, fez-se um paralelo entre o progresso deste direito no ordenamento jurídico em geral e na execução penal brasileira. Posteriormente, fez-se um estudo de caso das decisões judiciais originárias da Vara de Execuções Penais que trataram dos direitos carcerários das mulheres transgêneras, analisando-se como o Juízo implementou aos presídios do Distrito Federal, ao longo do período analisado, normas que respeitassem a identidade de gênero das presas transgêneras em observância às demais regras do ordenamento jurídico. Por fim, foi realizado um estudo empírico mediante entrevistas semiestruturadas com servidores públicos do sistema de justiça e da execução penal, visando auferir, com fidedignidade, se o poder público garante a execução penal do Distrito Federal digna às presas transgêneras. Nesse sentido, consolidou-se o entendimento de que o cárcere é uma instituição que baliza o encarceramento de seus indivíduos e a concessão de direitos ligados à identidade de gênero em uma lógica estática e binária, isto é, impõe-se entre os ideais de masculinidade e de feminilidade conjecturados pela cultura e, em certos contextos, pelo determinismo biológico. Assim, entende-se que seria preciso uma reforma em todo o sistema penitenciário para que as normas produzidas não partissem de um ideal cisnormativo e ilusoriamente neutro, considerando as necessidades de diversos tipos de pessoas presas, em especial as mulheres transgêneras, para que não restem mais marginalizadas do que já são fora dos muros do presídio.

Palavras-Chave: sistema prisional; transgeneridade; travestilidade; execução penal; sistema prisional.

ANAIS DO

EnCUCA21

PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA PIC/PIBITI 2020/2021

CNPq fapdf CEUB

ALÉM DO HOSPITAL DE CAMPANHA: PROPOSTA DE UMA UNIDADE DE ATENDIMENTO COMUNITÁRIO VOLTADA À CRISE DO COVID-19

Laís Ester Sousa Moura – CEUB, PIC/PIBITI CEUB, aluna bolsista
lais.ester@sempreceub.com
Fernanda Letícia Soares Ribeiro – CEUB, PIC/PIBITI CEUB, aluna voluntária
fernanda.ribeiro@sempreceub.com
Marcos Henrique Ritter de Gregorio – CEUB, professor orientador
marcos.gregorio@ceub.edu.br

O governo brasileiro precisou investir em soluções provisórias, para suprir a demanda de internações causadas pelo novo coronavírus, a fim de evitar o colapso do sistema de saúde. A solução encontrada foi a construção de edificações temporárias por todo o país, chamadas de hospitais de campanha. No Rio de Janeiro e em Brasília, foram construídos hospitais nos estádios de futebol (Maracanã e Mané Garrincha, respectivaente). No Mato Grosso do Sul, a estrutura foi erguida dentro do Hospital Regional do Mato Grosso do Sul, e, assim, as construções multiplicaram-se por todas as regiões brasileiras. Algumas dessas unidades foram relevantes ao enfrentamento da doença, além de auxiliar o desafogamento do sistema de saúde. Entretanto, a construção descoordenada, a flexibilização das medidas de segurança previstas em normas para estruturas hospitalares, a falta de planejamento, a má gestão e os casos de irregularidades nos contratos expuseram as falhas desse sistema, que está longe de ser o ideal. Este trabalho, mediante pesquisa em literaturas, normas hospitalares e constante acompanhamento acerca da crise mundial do COVID-19, apresenta a proposta de uma unidade de atendimento comunitário que pode auxiliar, de forma eficaz, o combate à doença. Parte-se da premissa de que a insalubridade das residências brasileiras, somada ao grande número de habitantes que compartilham essas construções, constitui um contexto de grande propagação do vírus em grupos familiares e de vizinhança. Para tanto, é interessante disponibilizar o primeiro atendimento a esses grupos em um local próximo às suas residências, com vistas a reduzir a propagação. A unidade de atendimento comunitário foi projetada com o auxílio da arquitetura modular, visando a agilidade na entrega, processos de execução de obra, cuidado com o meio ambiente, atendimento eficaz, preocupação com as normas de segurança hospitalar e uso dessas unidades no pós-pandemia. A ideia é instalar-se em locais de fragilidade social, aproximando a medicina desses grupos. Além disso, a pesquisa pretende demonstrar que a arquitetura e a engenharia civil podem ser aliadas no combate ao COVID-19.

Palavras-Chave: COVID-19; hospitais de campanha; unidade de atendimento; arquitetura modular.

CONCEPÇÃO DE UM JOGO DE TABULEIRO COMO UMA ESTRATÉGIA DE EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS ESTUDANTES DE ENSINO SUPERIOR

Ana Carolina Pinheiro Monici – CEUB, PIC/PIBITI CNPq, aluna bolsista
ana.monici@sempreceub.com
Fernanda Ribeiro de Lima Alves Guilherme – CEUB, PIC/PIBITI CNPq, aluna voluntária
fernanda.rguilherme@sempreceub.com
Alessandro de Oliveira Silva – CEUB, professor orientador
alessandro.silva@ceub.edu.br

As mudanças no processo educacional em busca de tecnologias inovadoras são cada vez mais observadas na contemporaneidade. As novas tecnologias educacionais incluem os jogos como uma ferramenta na metodologia ativa de ensino e aprendizagem. Os jogos de tabuleiro são um exemplo disso, e estudos comprovam sua eficácia no processo de retenção e obtenção do conhecimento. Entre os temas que podem ser abordados com a nova tecnologia, examinam-se as repercussões da síndrome metabólica (SM) na qualidade de vida de adolescentes e crianças, assunto com alta incidência mundial. Os objetivos deste projeto de pesquisa são validar tecnologias educativas em formato de jogo de tabuleiro, a fim de maximizar o processo de ensino e aprendizagem de discentes de graduação, além de mapear as evidências disponíveis na literatura sobre os impactos da SM na qualidade de vida de crianças e adolescentes, objetivando demonstrar a importância dos estudos sobre a SM. O projeto tem como metodologia a construção de uma tecnologia educacional no formato de jogo de tabuleiro. Além disso, foram realizadas duas revisões de escopo relacionadas ao tema: o impacto da SM em crianças e adolescentes e o uso de jogos de tabuleiro como estratégia educacional. O jogo de tabuleiro foi baseado em buscas computadorizadas na plataforma PubMed, na qual foram selecionados estudos com informações direcionadas ao tema e publicações relativas aos últimos 10 anos. A amostra final foi composta por 56 estudantes de educação física de faculdades do DF; 82,1% eram do sexo feminino; a idade variou entre 20 e 40 anos. Algumas limitações foram encontradas na realização da pesquisa, pelo contexto da pandemia de COVID-19, entre elas, a impossibilidade de validar o jogo com os discentes e a dificuldade de retorno das respostas por parte dos estudantes selecionados. O estudo elaborou um pré-projeto para uma tecnologia educacional no formato de jogo de tabuleiro como alternativa ao ensino na área das repercussões mais importantes da SM em crianças e adolescentes, com a intenção de ampliar o processo de ensino e aprendizagem. As estratégias educacionais devem proporcionar prazer, envolvimento, despertar a curiosidade de aprendizado e permitir a reflexão sobre o assunto, como forma de inovação e criatividade que constitui a metodologia ativa, que vai ao encontro das necessidades do público-alvo. Tendo em vista os aspectos observados, as estratégias baseadas em jogos incentivam o aprendizado, melhorando, significativamente, o desempenho do aluno.

Palavras-Chave: tecnologia educacional; jogos de tabuleiro; ensino; aprendizado; síndrome metabólica.

ESTAÇÃO METEOROLÓGICA SUSTENTÁVEL APLICADA COM IOT E MACHINE LEARNING

Thomas Alexandre da Silva – CEUB, PIC/PIBITI CEUB, aluno bolsista
thomas.silva@sempreceub.com
William Roberto Malvezzi – CEUB, professor orientador
william.malvezzi@ceub.edu.br

Conhecimentos a respeito de históricos climáticos e seus prognósticos são utilizados por diversos segmentos acadêmicos e econômicos, entre os quais se destacam as ciências biológicas, a agronomia, a geografia, a geologia, a arquitetura, o urbanismo e outros, além de mercados, como o agronegócio. Outrossim, mudanças climáticas fomentam o monitoramento constante do clima e sua análise. Mediante a notória aplicação das ciências meteorológicas, cresce também o interesse por sua conexão em rede e a coleta dinâmica de suas variáveis, ajustando-se ao contexto emergente da IoT no século XXI. Mediante o exposto, foi desenvolvida uma estação meteorológica sustentável, eletricamente autônoma, de baixo custo e integrada à IoT mediante a análise inteligente de dados, em escopo local. A utilização de painéis solares corrobora a melhor mobilidade e praticidade da estação, não requisitando a extensão de fios no meio trabalhado. Adjunto a isso, tem-se a implementação de redes neurais LSTM para previsões do tempo em 24 horas, com acurácia porcentual média de 90,9%, representando uma alternativa disruptiva para os padrões de prognósticos climáticos e transpondo o protótipo apresentado para aplicações tanto acadêmicas quanto de agronegócio. Entre as grandezas previstas pelo modelo apresentado, estão a temperatura do ar em bulbo seco e úmido, a umidade relativa, a pressão atmosférica, o ponto de orvalho, os índices de calor, de evaporação e pluviométrico e a probabilidade de chuva. Além disso, grandezas, como irradiância ultravioleta, iluminância ambiental, carga das baterias, velocidade e direção eólicas, também são registradas pela estação e dispostas no ambiente *web* do sistema desenvolvido.

Palavras-Chave: meteorologia; *deep learning*; IoT; estação meteorológica automática; previsão do tempo.

INFLUÊNCIA DA SUBSTITUIÇÃO DO CIMENTO POR DIÓXIDO DE TITÂNIO NA RESISTÊNCIA MECÂNICA E NAS PROPRIEDADES FÍSICAS DE ARGAMASSAS

Kamirã Barbosa Ribeiro – CEUB, PIC/PIBITI CNPq, aluno bolsista
kamira.br@sempreceub.com
Maria José de Souza Serafim – CEUB, professora orientadora
maria.serafim@ceub.edu.br

O dióxido de titânio – TiO_2 aparece na natureza principalmente como os minerais conhecidos: anatase e rutilo. Trata-se de um material quimicamente estável, não apresenta toxicidade e é de custo relativamente baixo. Por suas interessantes propriedades, o composto tem sido utilizado em várias aplicações, entre elas, na engenharia civil, na preparação de argamassas e concretos, proporcionando melhoria nas propriedades finais desses materiais cimentícios. Neste trabalho, utilizou-se dióxido de titânio nas fases cristalinas anatase e rutilo, na preparação de argamassas, com diferentes adições dos compostos, e avaliou-se a influência nas propriedades desses materiais produzidos. Argamassas com 1%, 3%, 5% e 10% de substituição de cimento em massa por dióxido de titânio anatase e dióxido de titânio rutilo foram ensaiadas para avaliação das resistências à compressão e à tração por compressão diametral, da absorção de água, das massas específicas e quanto aos índices de vazios. Os resultados para ambas as resistências foram obtidos para as idades 7, 14 e 28 dias. Para resistência à compressão aos 28 dias, traços com 3% e 5% de substituição por dióxido de titânio anatase e com 1% e 5% por dióxido de titânio rutilo apresentaram significativo desempenho. Para resistência à tração por compressão diametral aos 28 dias, todos os traços, exceto os com 10% de substituição por dióxido de titânio rutilo, apresentaram melhoria de desempenho. Para as demais idades ensaiadas, aos 7 e aos 14 dias, observou-se melhoria de desempenho da resistência à compressão e à tração para alguns dos traços, com dióxido de titânio anatase ou com rutilo. Influência desprezível foi constatada para os valores de massa específica real em diferentes teores de substituição, porém as massas específicas saturadas e as específicas secas apresentaram divergências pronunciadas com relação ao traço de referência. Para a absorção de água, os valores obtidos mediante imersão e capilaridade convergiram para a tendência de que os traços com 5% de substituição, tanto com dióxido de titânio anatase quanto com dióxido de titânio rutilo, apresentaram maiores absorções. Os valores dos índices de vazios variaram pouco para referência, porém apenas os traços com 10% de substituição para ambas as fases do dióxido de titânio atingiram menores índices em relação à referência.

Palavras-Chave: argamassas; dióxido de titânio; resistência mecânica; propriedades físicas.

O EFEITO DA COMUNICAÇÃO MEDIADA POR COMPUTADORES NA RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS COOPERATIVOS

Laura Helena Guimarães e Guimarães – CEUB, PIC/PIBITI CNPq, aluna bolsista
laura.hguimaraesg@sempreceub.com
Paulo Roberto da Cunha Cavalcanti de Almeida – CEUB, professor orientador
paulo.cavalcanti@ceub.edu.br

A discussão sobre os impactos da comunicação mediada por computador, além de ter um aspecto prático significativo, tem grande importância para o meio acadêmico, pois a produção científica tem como propósito apoderar-se da existência para melhor analisá-la e suscitar transformações. Nesse contexto, a maior produção de estudos e conteúdos sobre as formas de comunicar-se, por intermédio de tecnologias digitais e seu impacto nos múltiplos campos da vivência do ser humano podem refletir na realidade social. Desse modo, para a psicologia, trabalhos sobre a comunicação mediada por computador são necessários e pertinentes. Logo, esta pesquisa pretende verificar se há diferença entre o desempenho de grupos com comunicação face a face ou mediada por tecnologias da informação e comunicação na resolução de problemas e na tomada de decisão de forma cooperativa. Para tanto, 90 estudantes de uma universidade particular precisaram resolver, em trios, uma tarefa de classificar itens em função da sua importância para a sobrevivência do grupo, chegando ao consenso por comunicação face a face, por texto e recurso audiovisual. Este estudo constatou que os grupos presenciais se desempenharam significativamente melhor que os com comunicação por meios digitais, em termos tanto de desempenho na tarefa quanto de aproveitamento de tempo. Trios que utilizaram uma plataforma baseada em mensagens de texto demoraram significativamente mais para chegar ao consenso sobre a tarefa, seguidos pelo grupo que utilizou videochamada como meio de comunicação. Não houve diferenças significativas entre os grupos presencial e de videoconferência, com relação ao desempenho na tarefa. Os resultados confirmam os achados na literatura sobre processos grupais de resolução de problemas e tomada de decisão em grupo e comunicação mediada por computador.

Palavras-Chave: comunicação mediada por computadores; resolução de problemas; cooperação.

PODCAST & CIÊNCIA: GUIA DE BOAS PRÁTICAS DE PRODUÇÃO E DE EDIÇÃO DE *PODCASTS* DE JORNALISMO AMBIENTAL NO BRASIL

Sara de Melo Meneses – CEUB, PIC/PIBITI CNPq, aluna bolsista
sara.meneses@sempreceub.com
Mônica Igreja do Prado – CEUB, professora orientadora
monica.prado@ceub.edu.br

A pesquisa tem por objetivo documentar as boas práticas de produção e de edição dos *podcasts* veiculados em plataformas de áudio, nos últimos quatro anos, a fim de elaborar o *Guia de boas práticas para* podcast *de jornalismo ambiental*. A metodologia empregada foram pesquisas bibliográfica e documental e entrevistas com jornalistas produtores e editores de *podcast* de jornalismo ambiental. A pesquisa foi submetida ao Conselho de Ética em Pesquisa do CEUB, o protocolo foi avaliado e aprovado com parecer n. 4.788.037/21, e os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Em seguida, foi elaborado o mapeamento dos *podcasts* brasileiros de jornalismo ambiental, do tema abordado e de seus produtores. Foram encontrados doze *podcasts*, que foram agrupados em ativos e periódicos, jornalistas referências em rádio, inativos por mais de dois meses. Foram listados os que seriam ouvidos por questionário e os que seriam por entrevistas face a face. Dos doze, apenas quatro aceitaram ser entrevistados, o que ocorreu com recursos de videoconferência. O roteiro da entrevista contém doze perguntas iguais para todos. A análise mostra que o *podcast* de jornalismo ambiental é, ao mesmo tempo, um instrumento político e um momento educativo, podendo constituir-se em um ativismo ambiental, a depender do formato. Quanto à linguagem, deve ser simples, e os dados e os números devem ser traduzidos, de forma que o ouvinte consiga ter a proporção de tamanho na vida real. Os entrevistados dizem ser necessário estudar e ler sobre o tema, para poder traduzir o assunto de forma coloquial. Para o levantamento de fontes e dados, a leitura e a pesquisa diária em portais e jornais são o caminho adequado, segundo a pesquisa. Para as boas práticas quanto à forma, à produção e à edição, os entrevistados listam cinco elementos: bom microfone; ambiente silencioso; canal de distribuição por plataforma; programa de edição confortável para quem vai editar; qualidade do áudio. Sobre financiamento, os entrevistados apontam a forma tradicional com inserção de anúncio, leitura de textos do patrocinador, *hiperlinks* para marcas, alternativo, como coletivos, financiamento próprio ou inserção de publieditoriais. O resultado mostra que o modelo mais utilizado é o de contribuição e de doação de ouvintes e o patrocínio com *sites* ou agências ambientais. Os entrevistados apontaram que é difícil ganhar a vida com *podcast*, sem apoio de financiadores, tornando-se um *hobby*, um projeto pessoal. Divulgação em redes sociais funciona bem para contato com ouvintes, por meio de *lives*, *teasers* do episódio ou publicações com os convidados, além de *upload* dos programas para o YouTube. O *e-book Guia de boas práticas* foi concebido para ter cinco capítulos que incluem as etapas para a produção de um *podcast*: pré-produção, gravação, edição, pós-edição e conclusão com o enfoque humano.

Palavras-Chave: jornalismo ambiental; *podcast*; boas práticas de edição e produção.

PROCESSO DE ADSORÇÃO SIMULTÂNEA DOS ÍONS Cu2+, Zn2+ e Ni2+ EM MEIO AQUOSO PELO ÓXIDO DE NIÓBIO(V)

Maria Gabriela Martins Bonfim – CEUB, PIC/PIBITI CEUB, aluna bolsista
maria.gbonfim@sempreceub.com
Maria José de Souza Serafim – CEUB, professora orientadora
maria.serafim@ceub.edu.br

Os metais pesados já existentes e que ajudam no equilíbrio dos ecossistemas vêm-se acumulando em quantidades excessivas, pela ação antrópica, no meio ambiente. Diversos estudos são desenvolvidos, com intuito de remover esses metais da natureza, de modo que não afetem o meio ambiente e os organismos vivos e que seja um método eficiente e de baixo custo. Um processo de despoluição bastante utilizado na remoção de metais pesados em rejeitos aquosos é a adsorção, em que adsorventes orgânicos e inorgânicos são aplicados. Entre os materiais, o óxido de nióbio(V) hidratado ($Nb_2O_5 \cdot nH_2O$) pode ser utilizado como um adsorvente inorgânico, pois apresenta propriedades adequadas e existe em abundância no Brasil. Diante do exposto, este trabalho tem como finalidade avaliar a eficácia do $Nb_2O_5.nH_2O$ como adsorvente em relação aos íons metálicos Cu^{2+}, Ni^{2+} e Zn^{2+}. Para tanto, foram realizadas reações de adsorção para quantificar os íons de cobre(II), zinco(II) e níquel(II) que o óxido adsorve em condições pré-determinadas, de acordo com o planejamento fatorial. Os experimentos foram realizados em triplicata, em que os parâmetros massa do adsorvente, tempo de agitação e volume de solução multielementar contendo os íons, todos em dois níveis - 2^3, resultaram em 8 experimentos. A solução multielementar apresentou pH ácido de 5,2. As reações foram preparadas de duas formas distintas: uma direta com o volume da solução multielementar e outra completando o volume do meio reacional para 50 ml com água deionizada. Os resultados foram obtidos quanto ao percentual de íons adsorvidos de cada elemento, os quais variaram entre 63,30% e 91,32%. Nos 16 experimentos, o cobre(II) foi o que apresentou maior adsorção pelo óxido de nióbio(V) hidratado. Os melhores porcentuais de adsorção ocorreram nos experimentos com menor tempo de agitação e menor volume da solução multielementar e com maior massa do adsorvente para o cobre(II). A ordem de adsorção dos metais estudados foi: Cu □ Ni □ Zn. O quantitativo de íons adsorvidos foi satisfatário, o que favorece o desenvolvimento de pesquisas com reações de adsorção, utilizando-se óxido de nióbio(V) hidratado como adsorvente, para a remoção de outros metais poluentes do meio ambiente, visando, assim, à melhor qualidade de ambientes aquáticos.

Palavras-Chave: óxido de nióbio(V) hidratado; adsorção; metais pesados.

PROCESSOS DE CONSTRUÇÕES DE NOVOS MATERIAIS NA ARQUITETURA A PARTIR DE COMPOSTOS ORGÂNICOS

Ana Clara Araújo do Santos – CEUB, PIC/PIBITI CNPq, aluna bolsista
ana.claras@sempreceub.com
Lia Soares Melo Rodrigues – CEUB, PIC/PIBITI CNPq, aluna voluntária
lia.soares@sempreceub.com
Gustavo Alexandre Cardoso Cantuaria – CEUB, professor orientador
gustavo.cantuaria@ceub.edu.br

A inquietação surge da pergunta sobre como será o processo de produção arquitetônica no futuro, sabendo que isso influencia, diretamente, os impactos à natureza e, por conseqüência, os meios sociais e culturais da vida humana. Esse questionamento leva a avaliar as escolhas feitas atualmente, pelo mercado da construção, sobre a forma como se fazem os materiais e seus processos construtivos, já que o material artificial pode ser modelado para a escala e a sofisticação de venda e, subitamente, considera-se a natureza como um bem limitado. Alguns pesquisadores já tinham essa preocupação e começaram a redefinir a relação entre matéria e ambiente, explorando maneiras alternativas para construir e fabricar que se aproximem do jeito natural, que considera crescimento e cultivo ao invés de linhas de montagem. Por meio das formas de observação das necessidades atuais e futuras pelos pesquisadores, são geradas hipóteses no meio arquitetônico, indicando outras formas de fazer o que já é de costume, a partir das quais outras técnicas são desenvolvidas. Uma delas é o estudo de como trabalhar novas maneiras de gerar resíduos com retorno efetivo para o meio ambiente, caracterizando uma economia cíclica e levando mudanças para o meio arquitetônico. Assim, a pesquisa, mediante revisão bibliográfica, fundamenta-se no estudo das técnicas avaliadas e aplicadas por pesquisadores, biólogos e empresas que desenvolvem possibilidades de construção, adaptação e transformação de materiais nocivos ao meio ambiente para uma forma nova de utilização e aplicação deles. Estudos comparativos, apresentados em forma de tabela, indicam a viabilidade econômica da inovação dos materiais mediante a biomimética de compostos orgânicos para a construção arquitetônica no século XXI.

Palavras-Chave: construção arquitetônica; biomimética; compostos orgânicos; inovação dos materiais.

ANAIS DO

EnCUCA21

PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
PIC PARCEIROS 2020/2021

CNPq fapdf CEUB

A EFETIVIDADE DA EQUOTERAPIA NA QUALIDADE DE VIDA, ESTRESSE PARENTAL, FORÇA MUSCULAR E MOBILIDADE DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIAS

Bruna Ferreira Araújo de Souza – CEUB, PIC Parceiros – Centro Hípico e Equoterápico Pietra César, aluna voluntária
brunaf.araujosouza@sempreceub.com
Gabriel Ulysses Araújo Orlando – CEUB, PIC Parceiros – Centro Hípico e Equoterápico Pietra César, aluno voluntário
gabriel.ulysses@sempreceub.com
Alessandra Vidal Prieto – CEUB, professora orientadora
alessandra.prieto@ceub.edu.br

A equoterapia é um método terapêutico que utiliza o cavalo como facilitador, de modo interdisciplinar, visando ao desenvolvimento biopsicossocial de seus praticantes. A literatura desta área tem aumentado de forma significativa, nos últimos tempos. Este estudo foi desenvolvido para verificar a efetividade da equoterapia na qualidade de vida, quanto ao estresse parental, à força muscular e à mobilidade de crianças com deficiência. Os casos analisados incluíram 6 crianças do sexo masculino, de 3 a 13 anos de idade, portadoras do transtorno do espectro autista que já praticavam equoterapia antes do início da pesquisa. Foram utilizados dois questionários padronizados para avaliar a qualidade de vida e o estresse parental, respectivamente, o *Pediatric Quality of Life Inventory* e o *Parenting Stress Index*. Para avaliar a mobilidade, foi utilizada a Escala de Avaliação de Mobilidade para Equoterapia, padronizada e desenvolvida especialmente para a equoterapia. Fez-se uma avaliação no início da pesquisa e outra após aproximadamente dois meses, para observar o progresso dos praticantes. A análise indicou que não houve melhora significativa na qualidade de vida, no estresse parental e na mobilidade das crianças. Contudo, a pesquisa apresentou algumas limitações, como o fato de as crianças inseridas neste estudo já praticarem equoterapia, o baixo número amostral, o tempo curto de intervenção, além de o preenchimento dos questionários nem sempre ser feito pelo mesmo responsável. Por isso, implica-se que novos estudos devem ser feitos sobre este mesmo tema, porém, com crianças novatas na equoterapia, com maior período de intervenção e com critérios metodológicos mais rigorosos, para chegar-se a uma conclusão mais fidedigna em relação à efetividade da equoterapia na qualidade de vida, no estresse parental e na mobilidade de crianças com deficiências.

Palavras-Chave: equoterapia; qualidade de vida; estresse parental; mobilidade; transtorno do espectro autista.

A PREVALÊNCIA DE ERROS PRÉ-ANALÍTICOS EM EXAMES HEMATOLÓGICOS DE FELINOS

Pedro Henrique Martins de Melo – CEUB, PIC Parceiros – Laboratório SANTÉ, aluno voluntário
pedrohmartinsdemelo@sempreceub.com
Pedro Henrique Soares de Souza da Silva – CEUB, PIC Parceiros – Laboratório SANTÉ, aluno voluntário
pedrosoares@sempreceub.com
Bruno Alvarenga dos Santos – CEUB, professor orientador
bruno.alvarenga@ceub.edu.br
Gláucia Mansur Balsamão Dias – Laboratório SANTÉ, colaboradora
glaucia@santelaboratorio.com.br

A realização de um exame laboratorial é dividida em três etapas, a pré-analítica, a analítica e a pós-analítica. A maior quantidade dos erros ocorre na primeira delas. As falhas podem ser em função de fatores, como o estresse sofrido pelo animal no transporte até a clínica, o inadequado preenchimento da requisição do exame ou a manipulação e a conservação incorretas das amostras. O objetivo desta pesquisa é determinar a prevalência dos principais erros cometidos na fase pré-analítica dos exames de felinos, no Distrito Federal, estabelecendo associação e correlação entre as alterações encontradas com a idade e/ou sexo desses animais. Foi realizada a análise de 1.169 laudos do exame de hemograma e 20 pareceres de bilirrubina emitidos por um laboratório do Distrito Federal, em que, mediante as observações, foi possível determinar as alterações prevalentes. Além disso, a associação ou a correlação das alterações com o sexo e/ou idade dos animais foi analisada mediante a realização dos testes Qui-quadrado, com correção de Yates e Correlação de Pearson. A agregação plaquetária foi a alteração mais encontrada, presente em 35% dos exames, seguida da leucocitose, com 22%, da falta de informações, em 18%, do baixo volume da amostra sanguínea, em 16%, do plasma hemolisado e da eritrocitose, em 13% e da lipemia e dos coágulos, em 2% dos laudos laboratoriais. Observou-se que a degradação da bilirrubina esteve presente em 30% dessas análises clínico-patológicas. Além disso, os valores encontrados pelos testes de associação e correlação não permitiram estabelecer algum tipo de associação entre as variáveis de sexo e/ou idade, e as alterações encontradas demonstraram-se irrelevantes estatisticamente. Este estudo enfatiza a necessidade do aprimoramento profissional do médico veterinário em razão da presença de erros na fase pré-analítica relacionados a sua atuação, como a falta de identificação de seus pacientes e o baixo volume de amostra sanguínea, que podem ser interpretados como um despreparo por parte dos profissionais.

Palavras-Chave: gatos; patologia clínica; exames complementares; erro médico.

ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE ESTADO DE SAÚDE MENTAL E OCORRÊNCIA DE LESÕES NOS ATLETAS PROFISSIONAIS DE FUTEBOL NO CAMPEONATO BRASILIENSE, CANDANGÃO

Talita Trindade França – CEUB, PIC Parceiros – IPE/HOME, aluna bolsista
talita.trindade@sempreceub.com
Matheus Macêdo da Silva – CEUB, PIC Parceiros – IPE/HOME, aluno voluntário
matheus.macedo@sempreceub.com
Márcio de Paula e Oliveira – CEUB, professor orientador
marcio.oliveira@ceub.edu.br

Cobra-se excelência no contexto do futebol competitivo, nos diferentes níveis de desempenho, havendo uma pressão natural individual que pode levar à ansiedade e à depressão. Com certa frequência, após a ocorrência de lesões musculoesqueléticas, podem surgir sintomas de transtornos mentais comuns. Busca-se, portanto, entender a relação entre as lesões físicas e a sintomatologia depressiva e ansiosa. Sobre a contusão, comparando jogadores ilesos com não ilesos, houve presença de maiores escores de depressão e pontuações de ansiedade por parte dos primeiros. Mulheres possuem o dobro da taxa de prevalência para ansiedade do que os homens O futebol, assim como qualquer esporte, tende a ser um fator de alívio no estresse e na ansiedade. Todavia, pode ter o efeito contrário, quando aliado negativamente à pressão por excelentes desempenhos, cobranças excessivas por parte da torcida e da imprensa, além da cobrança individual, muitas vezes desnecessária. A partir do momento de lesão, o atleta vivencia diversos sentimentos: perda de identidade, negação, isolamento, medo, descrença e esgotamento mental. Por isso e pela incapacidade de treinar e participar das competições, ocorre um declínio de sua condição física, levando à perda de confiança e ao potencial de desenvolver estados depressivos e ansiosos. Buscando avaliar essa correlação positiva, os dados foram coletados mediante os questionários IDB e PSWQ. Foram obtidas 64 respostas de atletas, sendo 26 do futebol feminino e 38 do masculino. Desse total, 57,8% já sofreram alguma lesão na carreira. Confirmou-se correlação positiva entre história de lesão prévia e transtorno de ansiedade ou depressão, todavia a diferença de sexo não foi um fator significativo na comparação entre prevalência dos transtornos mentais. Em vista disso, é imprescindível haver maior atenção à saúde mental dos atletas de futebol profissional, trabalhando com projetos, mediante participação de especialistas, a longo prazo, que visem ao acompanhamento constante do jogador.

Palavras-Chave: depressão; ansiedade; lesão; futebol; esporte.

ANÁLISE DO PERFIL FUNCIONAL E CLÍNICO DO JOELHO APÓS A RECONSTRUÇÃO DO LIGAMENTO CRUZADO ANTERIOR

Jonhny Hernany de Souza Pontes Leal – CEUB, PIC Parceiros – IPE/HOME, aluno bolsista
jonhny.hernany@sempreceub.com
Marcio de Paula e Oliveira – CEUB, professor orientador
marcio.oliveira@ceub.edu.br

Estudos comprovam a eficácia da cirurgia e da reabilitação do ligamento cruzado anterior a curto prazo, quando utilizado o enxerto contralateral, porém a literatura é escassa quando se trata da avaliação a médio prazo dessa técnica. O intuito do presente estudo é avaliar a condição clínica e funcional, a médio prazo, dos joelhos de indivíduos após a cirurgia e a reabilitação de reconstrução primária do ligamento cruzado anterior, utilizando dois tipos diferentes de técnicas cirúrgicas. Foi realizado um estudo transversal. A coleta de dados foi feita por meio da avaliação da amplitude de movimento e do desempenho muscular, com o dinamômetro isocinético. Os resultados mostram que ambos os grupos obtiveram melhora de todos os parâmetros, entretanto, apenas para o grupo contralateral, o desfecho pico de torque de extensão do joelho obteve melhora estatisticamente significativa no membro receptor.

Palavras-Chave: ligamento cruzado anterior; traumatismo em atletas; enxerto do tendão patelar.

ARTROPLASTIA TOTAL DE JOELHO BILATERAL SIMULTÂNEA *VERSUS* ESTADIADA: UMA ANÁLISE RETROSPECTIVA TRANSVERSAL DE DESFECHOS CLÍNICOS E HOSPITALARES

Bruna de Paula Gonçalves Sousa Lyra – CEUB, PIC Parceiros – IPE/HOME, aluna bolsista
bruna.lyra@sempreceub.com
Maria Clara Potiguara Azevedo Teixeira – CEUB, PIC Parceiros – IPE/HOME, aluna voluntária
mclaraatx@sempreceub.com
Marcio de Paula e Oliveira – CEUB, professor orientador
marcio.oliveira@ceub.edu.br

A demanda por artroplastia de joelho vem aumentando em razão do envelhecimento populacional e de suas repercussões físicas, mas ainda existe um debate científico sobre qual é a técnica mais apropriada: a bilateral simultânea ou a estadiada. Assim, o objetivo deste estudo é comparar desfechos clínicos e hospitalares em pacientes diagnosticados com osteoartrite, submetidos a um dos procedimentos, operados pelo mesmo cirurgião no Hospital Ortopédico e Medicina Especializada (HOME), na cidade de Brasília/DF, Brasil, a partir de 2010, desde que o tempo transcorrido entre o procedimento cirúrgico e as coletas fosse maior do que um ano. Foram os grupos de análise: o de artroplastia total de joelho bilateral simultânea (ATJBS) e o de artroplastia total de joelho bilateral estadiada (ATJBE). Os dados antropométricos, incluindo gênero, idade, altura, peso e comorbidades crônicas diagnosticadas antes da primeira artroplastia, além de desfechos clínicos (primários) e hospitalares (secundários), foram coletados. Os desfechos primários ou clínicos são: avaliação de capacidade funcional autorrelatada por meio do questionário Western Ontario and McMaster Universities Osteoarthritis Index (WOMAC); saúde funcional e bem-estar pelo questionário 36-Item Short-Form Health Survey; grau de satisfação com a cirurgia, pelo questionário com escala fixa. Os desfechos secundários ou hospitalares são: tipos e frequência de complicações pós-cirúrgicas e tempo de permanência total no hospital, após o procedimento. A comparação entre os grupos nos valores do WOMAC não demonstrou diferença estatística (p=0,25). De forma semelhante, nenhuma diferença foi observada entre os dois grupos para os valores do SF-36 global (p=0,63) e das subescalas analisadas: capacidade funcional (p=0,44), aspectos físicos (p=0,44), dor (p=0,56) e saúde geral (p=0,42). A análise das frequências de satisfação dos pacientes evidenciou os resultados: muito ruim (ATJBS: 1/36; ATJBE: 0/14), ruim (ATJBS: 0/36; ATJBE: 0/14), regular (ATJBS: 3/36; ATJBE: 0/14), bom (ATJBS: 2/36; ATJBE: 1/14), muito bom (ATJBS: 10/36; ATJBE: 6/14) e ótimo (ATJBS: 20/36; ATJBE: 7/14. A análise das complicações constatou o seguinte: complicações cardíacas (ATJBS: 5/37; ATJBE: 2/14); complicações respiratórias (ATJBS: 1/37; ATJBE: 0/14) e infecções (ATJBS: 0/37; ATJBE: 1/14). Não foi evidenciada diferença estatística entre os grupos (p=0,71). A análise da frequência global de complicações demonstrou: complicações/sim (ATJBS: 6/37; ATJBE: 3/14) e sem complicações/não (ATJBS: 31/37; ATJBE: 11/14). O tempo de internação foi estatisticamente menor no grupo ATJBS quando comparado ao grupo ATJBE (p=0,001). Em conclusão, os resultados apontaram que a ATJ bilateral simultânea gerou resultados similares na avaliação de capacidade funcional reportada (WOMAC), saúde funcional, bem-estar (SF-36) e satisfação do paciente com o resultado cirúrgico, quando comparada à estadiada. Além disso, os dois procedimentos foram semelhantes no que diz respeito a complicações pós-operatórias. No entanto, houve diferença estatisticamente significativa no tempo total de

internação hospitalar, evidenciado pela redução em dias, nos pacientes que realizaram ATJ bilateral simultânea.

Palavras-Chave: artroplastia do joelho; osteoartrite; prótese de joelho.

AVALIAÇÃO PÓS-OPERATÓRIA DOS PACIENTES SUBMETIDOS AO TRATAMENTO CIRÚRGICO ABERTO DE EPICONDILITE LATERAL

Beatriz Toledo Mendes – CEUB, PIC Parceiros – IPE/HOME, aluna voluntária
beatriztoledomendes@sempreceub.com
Márcio de Paula e Oliveira – CEUB, professor orientador
marcio.oliveira@ceub.edu.br

A epicondilite lateral (EL) do cotovelo, conhecida como “tendinite do tenista”, é uma afecção comum em atletas e em trabalhadores que realizam atividades manuais de repetição. Trata-se de um processo degenerativo que afeta a inserção do ligamento extensor radial curto do carpo. A dor lateral do cotovelo e a diminuição da força de preensão são características dessa patologia. As modalidades cirúrgicas atuais são classificadas em aberta, artroscópica e percutânea. A operação aberta é considerada o padrão ouro, por possibilitar a excisão total do tecido afetado. Dessa forma, o presente estudo tem o objetivo principal de identificar os resultados clínicos por meio dos escores funcionais, além de avaliar o nível de dor, função, amplitude de movimento e força muscular após o procedimento cirúrgico aberto. Trata-se de um estudo de série de casos, feito pela análise do levantamento de dados realizado de maneira retrospectiva e transversal. Participaram 16 pacientes de 3 hospitais particulares do Distrito Federal diagnosticados com EL refratária ao tratamento conservador, por, no mínimo, 1 ano, submetidos à cirurgia aberta. Os instrumentos utilizados foram o questionário Disability Arm Shoulder and Hand – DASH, que pontua as atividades de vida diária, o escore NIRSCHL, que gradua dor, função, movimento do cotovelo e satisfação do paciente, e a Escala Visual Analógica (EVA) na constatação da dor antes e depois da cirurgia. Ademais, foram avaliadas as características epidemiológicas, além da força de preensão pelo uso do dinamômetro e pelo arco de movimento. Os resultados evidenciaram uma melhora global e significativa dos pacientes que realizaram a cirurgia pela técnica aberta. No escore Nirschl, 81,25% dos participantes tiveram nota máxima e excelente, o que demonstra boa repercussão da cirurgia quanto a dor, funcionalidade e movimento do membro acometido, além de satisfação completa em 100% da amostra. No questionário DASH, 68,75% dos participantes tiveram resultado excelente, o que denota nenhuma dificuldade na realização das atividades de vida diária, e desempenho satisfatório na força de preensão e no arco de movimento, aproximando-se da média da população geral sem comorbidades. São descritas na literatura mais de 10 técnicas diferentes. Apesar disso, não existe um consenso universal, e a escolha cirúrgica depende da experiência pessoal do cirurgião. Faltam artigos que comparem as diferentes técnicas operatórias. Em conclusão, os resultados encontrados evidenciam que a técnica aberta é tão eficaz quanto as demais, podendo ser a primeira escolha cirúrgica para pacientes com EL refratária.

Palavras-Chave: epicondilite lateral; técnica cirúrgica aberta; cotovelo.

AVALIAÇÃO PÓS-OPERATÓRIA DOS PACIENTES SUBMETIDOS À CAPSULOPLASTIA SUPERIOR DO OMBRO

Mariana Oliveira Santana – CEUB, PIC Parceiros – IPE/HOME, aluna bolsista
mariana.santana@sempreceub.com
Márcio de Paula e Oliveira – CEUB, professor orientador
marcio.oliveira@ceub.edu.br

A reconstrução artroscópica da cápsula superior foi desenvolvida para restaurar a estabilidade, o equilíbrio muscular e a função na articulação do ombro, após ruptura irreparável do manguito rotador. O tratamento desse tipo de ruptura continua desafiador. A reconstrução de cápsula superior (RCS) cresceu em popularidade, em um ritmo surpreendentemente rápido. Avalia-se funcionalmente a melhora pós-operatória dos pacientes submetidos à capsuloplastia superior do ombro. Foram aplicados em 7 pacientes, remotamente, dois questionários que buscavam informacões sobre a situação atual do resultado do procedimento cirúrgico. Todos os pacientes foram operados em Brasília-DF, para corrigir uma lesão do manguito rotador do ombro por artroscopia, e tinham, pelo menos, 12 meses de pós-operatório no período entre 2014 e 2019. Foram selecionados 13 pacientes submetidos à RCS; desses, somente 7 foram apurados para a pesquisa mediante a incapacidade de realizar contato. Da amostra, 71,4% (n=5) são do sexo masculino, e 100% (n=7) têm idade > 54 anos. O lado do ombro mais acometido foi o direito, 57,14%. Nenhuma profissão destacou-se, por ser a mais acometida; 85,71% dos pacientes realizaram fisioterapia no tratamento pós-operatório. Os *scores* SPADI-BRASIL e UCLA foram aplicados nos pacientes e significativamente correlacionados entre si, seja de forma proporcional, seja de forma inversamente proporcional. Valores maiores do SPADI-BRASIL foram significativamente correlacionados a valores menores do escore UCLA. A mediana do score SPADI-BRASIL foi de 24 pontos, e a do UCLA, de 30 pontos. A amostra revela bom resultado pós-operatório de pacientes com lesões irreparáveis no manguito rotador, tratados cirurgicamente pela reconstrução artroscópica da cápsula superior. Apesar de a amostra ser reduzida, os resultados assumiram um padrão homogêneo. No entanto, são necessários estudos mais abrangentes para melhor caracterização qualitativa do resultado pós-operatório dos pacientes submetidos a essa técnica.

Palavras-Chave: lesões irreparáveis do manguito rotador; rupturas do manguito rotador; reconstrução da cápsula superior.

CULTIVO DE PLANTAS MEDICINAIS EM SISTEMA CONVENCIONAL E EM AQUAPONIA

Clara Pancieri da Fonseca – CEUB, PIC Parceiros – DELFIM, aluna voluntária
clara.pancieri@sempreceub.com
Laura Andrade de Almeida – CEUB, PIC Parceiros – DELFIM, aluna voluntária
laura.almeida@sempreceub.com
Carlos Alberto da Cruz Junior – CEUB, professor orientador
carlos.junior@uniceub.br
Bernardo Ramos Simões – UnB, colaborador
Vitor Ramos Simões – Estação Experimental de Agroecologia – Chácara DELFIM T61, colaborador

A utilização de plantas medicinais é uma prática antiga e costumeira de vários povos, conhecida em registros históricos tanto ocidentais como orientais. Os recursos vegetais são usados como medicamentos, alternativa aos fármacos convencionais e opção econômica e acessível. Para cultivo dessas plantas, existem diversas técnicas de plantio em solo e em água, como a hidroponia e a aquaponia. O método convencional no solo consiste no crescimento de muda, estaca ou semente em algum substrato irrigado com frequência e adubado. O sistema aquapônico, por sua vez, é uma técnica de cultivo de plantas e animais que integra a hidroponia e a aquicultura. Na aquaponia, as mudas ou as estacas vegetais ficam dispostas na superfície da solução nutritiva, sustentadas por placas de isopor ou outro material flutuante, com um sistema de recirculação de água compartilhado entre tanques de cultivo de hortaliças e outros vegetais e tanques de criação de peixes, normalmente a tilápia do Nilo (*Oreochromis niloticus*). Trata-se de uma opção para o uso econômico e sustentável de recurso hídrico, já que os nutrientes da água tratada advindos do tanque dos peixes também são útieis para adubar e fortalecer as plantas. A produção de plantas medicinais ocorre com a agricultura familiar ou os pequenos produtores. Visando a maior sustentabilidade, eficiência e qualidade nas plantações, o estudo objetiva comparar qual método, entre a aquaponia e o plantio tradicional, melhor atenderia as necessidades da produção de plantas com fins terapêuticos. O experimento teve duração de 40 dias, consistindo na observação de parâmetros relativos à produtividade das mudas de hortelã-pimenta (*Mentha x piperita L.*), boldo do jardim (*Plectranthus ornatus*), erva-cidreira (*Melissa officinalis*) e *ora pro nobis* (*Pereskia aculeata*) em ambos os sistemas, o convencional e o de aquaponia. Foi possível observar que, no sistema convencional, as plantas obtiveram uma resposta esperada, porém lenta e, por consequência, não muito satisfatória. A aquaponia, por sua vez, mostrou-se rápida, vantajosa e eficiente, pois, em alguns dias, foi possível notar amplo crescimento de raízes e folhas nas unidades experimentais. Plantas, como a menta, apresentaram ganho produtivo consideravelmente superior em cultivo aquapônico, quando comparado ao resultado de seu cultivo em solo.

Palavras-Chave: *Mentha piperita*; *Plectranthus ornatus*; *Melissa officinalis; Pereskia aculeata; Oreochromis niloticus*.

DOPING NO ESPORTE DE COMBATE: UMA ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DA REALIDADE BRASILEIRA

Gabriela Lima de Alcântara – CEUB, PIC Parceiros – IPE/HOME, aluna bolsista
gabriela.alcantara@sempreceub.com
Ana Luiza de Souza Vello – CEUB, PIC Parceiros – IPE/HOME, aluna voluntária
ana.vello@sempreceub.com
Márcio de Paula e Oliveira – CEUB, professor orientador
marcio.oliveira@ceub.edu.br

A dopagem (*doping* em inglês) é popularmente conhecida como a utilização de substâncias ou métodos proibidos capazes de promover alterações físicas e/ou psíquicas que melhoram, artificialmente, o desempenho esportivo do atleta. No âmbito dos organismos nacionais e internacionais antidopagem, a definição de dopagem é mais abrangente e está relacionada com a ocorrência de uma ou mais violações às regras estabelecidas nos artigos 2.1 a 2.11 do Código Mundial Antidopagem, que é o conjunto de normas com o objetivo de unir e fortalecer as políticas antidopagem adotadas por todos os países que aderiram à Convenção Internacional contra a Dopagem no Esporte. O uso dessas substâncias, além de ser desonesto, ocasiona mudanças em quem as consome, podendo levar a óbito. Sendo assim, demonstra-se com este estudo a realidade nacional no esporte de combate, identificando o conhecimento do atleta brasileiro sobre *doping* e as principais substâncias dessa categoria. Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo descritivo de prevalência. A coleta de dados foi realizada em âmbito nacional, por meio de questionário eletrônico autoadministrado. As variáveis numéricas foram analisadas quanto à presença de distribuição normal, pelo teste de Kolmogorov-Smirnov, com correlação de significância de Lilliefors. Considerando a distribuição não normal das respectivas variáveis, os resultados foram apresentados pela mediana e pela amplitude interquartil. As variáveis categóricas foram apresentadas em frequências absoluta e relativa. O teste de Qui-quadrado (c^2) foi empregado na comparação de proporções entre as variáveis categóricas. A análise estatística dos dados foi processada pelo *software* Statistical Package for Social Sciences (SPSS), versão 26, considerando-se o nível de significância de 5% (a = 0.05). Foram realizados 126 questionários, em que 77% dos entrevistados sabiam a definição de dopagem e 50,8% reportaram conhecer a possibilidade de contaminação cruzada; 37,5% dos atletas referiram o uso de dopagem; 29,4% utilizaram-na mais de uma vez; 50,8% reportaram saber dos malefícios. Os médicos foram os principais prescritores desses métodos (16,7%), e 76% dos participantes responderam que não fariam uso de uma substância para vencer uma competição muito importante mesmo que tivessem a garantia de não serem pegos. Conclui-se que o *doping* é uma realidade no esporte, portanto é fundamental dialogar a respeito do assunto, a fim de promover a saúde do atleta, a equidade em competição e o esporte limpo.

Palavras-Chave: *doping*; esportes de combate; análise epidemiológica.

EFEITO DA SUPLEMENTAÇÃO DE INSULINA TRANSFERRINA SELÊNIO (ITS) NA MATURAÇÃO *IN VITRO* DE OVÓCITOS BOVINOS

Hallya Beatriz Sousa Amaral – CEUB, PIC Parceiros – EMBRAPA CENARGEN, aluna voluntária
sousahallya@sempreceub.com
João Vítor Lima Barbosa – CEUB, PIC Parceiros – EMBRAPA CENARGEN, aluno voluntário
jlimab17@sempreceub.com
Andrei Antonioni Guedes Fidelis – CEUB, professor orientador
andrei.fidelis@ceub.edu.br
Margot Alves Nunes Dode – EMBRAPA CENARGEN, pesquisadora coorientadora
margot.dode@embrapa.br

A produção de embriões *in vitro* mostra-se como boa ferramenta de melhoramento genético e multiplicação de animais superiores, visando aumentar a produtividade do plantel. Espécies reativas de oxigênio são um problema comum na produção de embriões *in vitro*, uma vez que, em excesso, podem causar problemas no material genético e lipoperoxidação. Portanto, torna-se necessário buscar uma regulação de sua produção de forma segura, além de compostos mais eficientes, estáveis e não tóxicos para a suplementação dos meios utilizados para produção de embriões. Os ovócitos coletados de ovários oriundos de abatedouro foram submetidos a quatro tratamentos, tendo o complexo *cumulus oophorus* sido mensurado antes e depois do processo de maturação *in vitro*, verificando se houve melhora na área de expansão. Posteriormente, foram fixados, corados com solução *lacmoid* e avaliados quanto a sua cinética de maturação. Entre os quatro tratamentos, o uso de ITS indicou a média estatisticamente menor do que os demais grupos, sem esse complexo ($p<0,05$). Em relação à cinética de maturação, nenhum dos tratamentos apontou aumento significativo na quantidade de ovócitos em metáfase II ($p>0,05$), estágio de completa maturação nuclear e competência ovocitária. Portanto, há necessidade de mais estudos para avaliar outras formas de suplementação com ITS e associações em que tal complexo pode ser funcional, além da produção e da qualidade de embriões.

Palavras-Chave: antioxidante; produção *in vitro*; radical livre.

ESTUDO DE COORTE RETROSPECTIVO DE ALTERAÇÕES COPROLÓGICAS DE PETS NÃO CONVENCIONAIS NO DISTRITO FEDERAL

Ana Beatriz de Magalhães Albuquerque Lima – CEUB, PIC Parceiros – EXOTIC LIFE, aluna voluntária
limana@sempreceub.com
Giovana Paes de Almeida Rodrigues da Cunha – CEUB, PIC Parceiros – EXOTIC LIFE, aluna voluntária
giovanarc84@sempreceub.com
Bruno Alvarenga dos Santos – CEUB, professor orientador
bruno.alvarenga@ceub.edu.br
Matheus Rabello – EXOTIC LIFE, colaborador
exoticlifebsb@gmail.com

O aumento do número de *pets* não convencionais nos lares brasileiros é uma realidade significativa. Por terem uma introdução relativamente moderna ao ambiente doméstico, podem interferir na sanidade dos seres humanos, que podem ser expostos a zoonoses. Além disso, os animais de vida livre podem ser expostos a novas doenças. A tendência desses animais, de domesticação recente, é esconder sintomas, o que torna mais desafiadora a tarefa de monitorar as potenciais doenças acarretadas pelo convívio com humanos. Este trabalho propõe, por meio de um estudo de coorte retrospectivo, analisar as alterações coprológicas dos animais atendidos em uma clínica veterinária de Brasília, especializada no atendimento a espécies exóticas e silvestres. Foram disponibilizados 427 exames coprológicos de animais de 38 espécies diferentes, dos quais os que apresentaram mais de 7 alterações foram tabulados e analisados, estando aptos para a análise 304 laudos. Foi encontrada maior ocorrência de alterações em aves, que representam 74% dos exames analisados. O principal protozoário observado foi a giárdia, com o total de 16,7% dos animais infectados; também foram encontrados, entre os protozoários, *Eimeria, Trichomonas, Balantidium, Metamonada* e *Entamoeba*. Das helmintíases, apenas répteis apresentaram resultados positivos, sendo o principal parasito as *Oxyuroideas* em 1,3% dos pacientes; também foram detectados *Cestódeos, Strongyloides, Ancylostoma, Ascaridoidea* e *Trematódeos*. Das demais alterações, houve prevalência de 28,9% de aumento da biota intestinal, sendo essa a principal alteração observada. Também apareceram, entre as alterações, *Macrorhabdus ornithogaster* ou megabacteriose, hemácias, bacilos, cocos, ácaros não identificados, ovos de insetos da família *Gryllidae*, gordura e sementes. Os resultados obtidos demonstram a importância da higiene e da procedência dos alimentos ofertados aos animais estudados e seu monitoramento para melhorar o bem-estar e a saúde.

Palavras-Chave: exame de fezes; animais silvestres; protozoários.

ESTUDO DE COORTE RETROSPECTIVO DE ALTERAÇÕES INTRACRANIANAS DE CÃES AVALIADAS POR MEIO DE RESSONÂNCIA MAGNÉTICA

Daniela Oliveira Rodrigues – CEUB, PIC Parceiros – SCAN Medicina Diagnóstica, aluna voluntária
daniela.rodrigues@sempreceub.com
Bruno Alvarenga dos Santos – CEUB, professor orientador
bruno.alvarenga@ceub.edu.br
João Ricardo Nardotto – SCAN Medicina Diagnóstica, colaborador
nardotto@scandiagnosticos.com.br

Há escassez de informações relacionadas ao diagnóstico de enfermidades intracranianas em cãesm, por ressonância magnética, cujas alterações, comumente, apresentam-se com sinais clínicos brandos e lenta progressão, implicando maior dificuldade para o diagnóstico rápido e preciso. Este estudo de coorte retrospectivo delineia o perfil de incidência das alterações intracranianas em cães, no Distrito Federal e foi realizado por meio da coleta do histórico de laudos cranianos de ressonância magnética de pacientes caninos de um centro de diagnóstico por imagem em Brasília, entre março de 2020 e janeiro de 2021. Dos 168 pacientes submetidos ao exame, 72 (42,86%) eram fêmeas, e 96 (57,14%), machos. Os resultados apontam possível associação entre alterações encefálicas e animais idosos, e os animais sem raça definida apresentaram a maior incidência, fato que pode estar associado a este grupo representar a maior população mundial de cães. Observou-se que quase um quinto dos pacientes deste estudo podia ter realizado outros métodos de diagnósticos, dado que não apresentaram alterações intracranianas perceptíveis, sugerindo a necessidade de melhor capacitação de profissionais pelo aumento do número de aparelhos com esta tecnologia no país, contribuindo para a melhoria nessa estatística e o aumento no número de estudos sobre o tema. O aumento dos ventrículos foi a alteração de maior incidência observada neste estudo, assim como o encontrado na literatura, seguido de alterações em parênquima e aumento de pressão intracraniana. Neste levantamento, não foi encontrada associação estatística entre o aumento da pressão intracraniana e o sexo do animal (P=0,877), porém há divergência entre autores a este respeito. Não foram localizadas publicações que aventassem uma associação entre sexo dos pacientes e alterações cerebelares ou neoplasias, porém, neste estudo, foi observada possível associação entre sexo (P=0,0504), mas não com neoplasias.

Palavras-Chave: diagnóstico por imagem; caninos; ventrículos encefálicos.

ESTUDO DE COORTE RETROSPECTIVO DE PACIENTES FELINOS COM LESÕES DE REABSORÇÃO DENTÁRIA NA CLÍNICA ODONTOZOO

Ana Beatriz Villela Gherardi – CEUB, PIC Parceiros – OdontoZoo Odontologia Veterinária, aluna voluntária
anagherardi@sempreceub.com
Túlio Vinícius Arruda Silva – CEUB, PIC Parceiros – OdontoZoo Odontologia Veterinária, aluno voluntário
tulio.vinicius@sempreceub.com
Bruno Alvarenga dos Santos – CEUB, professor orientador
bruno.alvarenga@ceub.edu.br
Floriano Pinheiro Silva – OdontoZoo Odontologia Veterinária, colaborador
odontozoo@gmail.com

Identifica-se a necessidade de aperfeiçoamento dos serviços veterinários junto à população felina, em ascensão no contexto mundial, em especial os relacionados à cavidade oral, uma vez que costumam ser negligenciados. Diante dessa demanda, realizou-se a coleta, a tabulação e a análise estatística de dados contidos em 330 prontuários de pacientes de um centro veterinário especializado em odontologia de Brasília, a fim de compreender a incidência e o comportamento da lesão de reabsorção dentária felina, uma das alterações orais mais comuns e subestimadas nesta espécie. Os resultados encontrados indicam que 19,4% dos gatos analisados apresentaram desordem odontológica; desses, a maior incidência foi de pacientes sem raça definida (85,94%) e machos (61%), porém não foi observada associação entre sexo e ocorrência da doença (p=0,29). A média de idade dos animais acometidos foi de 8,38 anos (±3,38); observou-se uma correlação forte e positiva para animais com 8 anos ou menos (r=0,69405) e outra forte e negativa para animais com mais de 8 anos (r=0,6871). Com relação aos dentes afetados, a maioria dos indivíduos apresentou um ou dois dentes com a doença; os terceiros pré-molares mandibulares foram os mais acometidos; além disso, os felinos mais velhos tendem a apresentar uma quantidade maior de dentes afetados. Evidenciou-se que 76,56% apresentaram, concomitantemente, a doença periodontal e 20,3% sofreram fratura dentária decorrente da lesão de reabsorção dentária felina. Após a realização deste estudo, conclui-se que, apesar das divergências, a doença tem alta taxa de incidência entre gatos domésticos e apresenta ação progressiva e dolorosa, por isso é imprescindível que os animais sejam acompanhados por um médico veterinário para que a patologia seja prevenida, diagnosticada e tratada de forma precoce, a fim de conferir melhor qualidade de vida a esses pacientes.

Palavras-Chave: gatos domésticos; odontologia veterinária; doença periodontal.

EXPRESSÃO HETERÓLOGA DAS PROTEÍNAS GDF9 E BMP15 DE BOVINOS EM SISTEMA PROCARIOTO PARA IMUNIZAÇÃO DE FÊMEAS *HYDROCHOERUS HYDROCHAERIS* (CAPIVARA)

Bruna Martins da Silva – CEUB, PIC Parceiros – EMBRAPA CENARGEN, aluna voluntária
bruna.ms@sempreceub.com
Andrei Antonioni Guedes Fidelis – CEUB, professor orientador
andrei.fidelis@ceub.edu.br
Eduardo Oliveira Melo – EMBRAPA CENARGEN, pesquisador coorientador
eduardo.melo@embrapa.br

A espécie bacteriana *Escherichia coli* foi a primeira a ser utilizada para a produção de moléculas com a tecnologia de DNA recombinante. Várias cepas desse microrganismo podem ser utilizadas para a fabricação de proteínas recombinantes. Exemplos de polipeptídios que podem ser fabricados com essa tecnologia são o GDF9 e o BMP15, que desempenham um papel crucial no desenvolvimento do folículo ovariano, podendo atuar como método contraceptivo não invasivo em animais. Diante disso, o objetivo desta pesquisa é expressar os genes GDF9 e BMP15 de bovinos com bactérias *Escherichia coli*. Vetores construídos desses genes foram transformados em seis cepas bacterianas de *E. coli* (BL 21 (DE3) pLysS/E; BL 21 star; Arctic Express; Origami; Shuffle e Codon Plus RIL) mediante choque térmico. As bactérias transformadas foram cultivadas em placas e incubadas em estufa a 37ºC, por 16-18 horas e, em seguida, armazenadas em refrigeração até serem usadas. *A posteriori*, uma colônia de cada placa foi cultivada em 2 ml de meio com antibiótico, pelo período de *overnight* (ON). No dia seguinte, cada amostra foi inoculada por 2h30, a 37ºC/250 RPM e, depois, foram induzidas inicialmente, com concentração igual a 0,2 mM de IPTG, em diferentes temperaturas e tempos. Quando a temperatura e o tempo de incubação ideais foram ajustados, realizaram-se experimentos com a concentração de IPTG adequada para boa indução das amostras. Usou-se a técnica de eletroforese SDSPAG para verificar resultados obtidos. Durante a expressão de proteínas na cepa *E. coli* BL21 (DE3) pLysS/E, foi possível identificar maior expressão de proteínas desejadas em *pellets* e não no sobrenadante, oriunda de células lisadas. Como resultado, verificou-se melhor expressão da proteína GDF9 com valores de 0,1 mM e 0,5 mM enquanto a proteína BMP15 é melhor induzida com concentrações 0,1 mM e 1 mM. Acerca dos tempos de indução para estirpe BL21 (DE3) pLysS/E, verificou-se melhor expressão de proteínas quando a amostra é induzida por 3 ou 4 horas, não importando a quantidade de indutor. Sobre as cepas bacterianas BL21 star, Origami, Shuffle, Arctic Express e Codon Plus RIL, em experimento com diferentes tempos e temperaturas, obteve-se melhor expressão da proteína GDF9 em 20°C, no período ON. Em um experimento com diferentes concentrações de IPTG, notou-se o melhor resultado para a quantia de 0,5 mM em todas as cepas. Diante do exposto, é necessária a realização de mais pesquisas com as diferentes cepas bacterianas, a fim de solucionar a problemática com a expressão heteróloga e instituir a melhor metodologia para a melhor expressão das PTN. Assim, pode-se dar continuidade à pesquisa, produzindo as proteínas GDF9 e BMP15, e, futuramente, as PTN purificadas e solúveis poderão ser quantificadas e utilizadas em ensaios de esterilização não invasiva de fêmeas de capivaras, servindo como controle populacional dessa espécie.

Palavras-Chave: GDF9; BMP15; expressão heteróloga; proteína recombinante; *Escherichia coli*.

SEGUIMENTO CLÍNICO DE FRATURAS DO EXTREMO PROXIMAL DO FÊMUR TRATADAS COM HASTES CEFALOMEDULARES

Clara Demeneck Pereira – CEUB, PIC Parceiros – IPE/HOME, aluna bolsista
clara.demeneck@sempreceub.com
Mirella Bastos Sales – CEUB, PIC Parceiros – IPE/HOME, aluna voluntária
mirella.bsales@sempreceub.com
Márcio de Paula e Oliveira – CEUB, professor orientador
marcio.oliveira@ceub.edu.br
Hélio de Ismael Costa – Hospital HOME, colaborador
ortoheliocosta@gmail.com
Anderson Freitas – Hospital HOME, colaborador
andfreitas28@gmail.com

As fraturas transtrocantéricas são lesões de incidência bimodal, relacionadas ao trauma de alta energia, em pacientes jovens, ou ao trauma de baixa energia, em idosos, apresentando alta taxa de morbimortalidade. Na população idosa, grupo predominante do estudo, as fraturas transtrocantéricas levam a deficiências funcionais graves, sendo significativo problema de saúde. O tratamento é preferencialmente cirúrgico, pois permite a reabilitação precoce com recuperação funcional. As estratégias de fixação são múltiplas e refletem-se, diretamente, nas condições pós-operatórias. Dessa maneira, o presente estudo busca evidências com base no uso de hastes cefalomedulares, em especial do InterTAN, ao analisar os resultados dos pacientes com fratura do extremo proximal do fêmur submetidos ao tratamento cirúrgico, no Hospital HOME e no Hospital Brasília, nos últimos quatro anos. Trata-se de um estudo retrospectivo e descritivo com 27 pacientes; desses, apenas 22 preenchiam os critérios de inclusão. Os pacientes foram avaliados de acordo com o Charlson Comorbidity Index, para estimar a expectativa de vida, além de classificação da fratura, com Índice de Singh, TAD pós-operatório, com critérios de redução, tempo de consolidação e complicações. Os resultados evidenciaram vantagens na abordagem cirúrgica, preferencialmente quando realizada em, no máximo, 48 horas, após a fratura. Comprovou-se a alta incidência em população geriátrica, no entanto este estudo divergiu dos demais, ao demonstrar prevalência na população masculina. No pós-operatório imediato, ocorreram 5 óbitos, e 3 deles foram em pacientes abordados após as 48 horas, depois do trauma. Dos 16 pacientes remanescentes, 12,5% obtiveram redução insatisfatória, 31,2%, satisfatória, e 56,3%, anatômica. Além disso, em 43,75%, a consolidação da fratura ocorreu em menos de 6 meses. Os dados sugerem que o InterTAN é clinicamente mais eficaz do que outros dispositivos, resultando em menos complicações, menos revisões e menos pacientes com queixas de dor. De modo geral, por tratar-se de um dispositivo novo, outros estudos são necessários para explorar as relações de custo e benefício com outros implantes, no tratamento de fraturas intertrocantéricas.

Palavras-Chave: fraturas transtrocantéricas; hastes cefalomedulares; interTAN.

TEMPO DE RECUPERAÇÃO CIRÚRGICA DAS LESÕES DO MANGUITO ROTADOR: UM ESTUDO OBSERVACIONAL RETROSPECTIVO

Igor Norat Cavalcanti – CEUB, PIC Parceiros – IPE/HOME, aluno voluntário
igor.norat@sempreceub.com
Leonardo Melo Name Ribeiro – CEUB, PIC Parceiros – IPE/HOME, aluno voluntário
leomelo1010@sempreceub.com
Márcio de Paula e Oliveira – CEUB, professor orientador
marcio.oliveira@ceub.edu.br

O complexo manguito rotador é importante fator para estabilidade e movimentação do membro superior. Sua lesão é uma das principais causas de dor no ombro e incapacidade do membro na população adulta. Atualmente, há grande dúvida dos benefícios de uma abordagem cirúrgica ou conservadora da lesão e do tempo necessário de acompanhamento, para obter melhora funcional do ombro. Diante disso, o objetivo do trabalho é traçar o período necessário para o acompanhamento do paciente submetido ao tratamento cirúrgico. Para isso, foi realizado um estudo observacional retrospectivo de 109 pacientes submetidos ao reparo artroscópico na ruptura do manguito rotador. Dividiram-se os pacientes em 3 grupos, com relação ao tempo de acompanhamento (<2,5 anos; 2,6-5 anos; 5,1-8 anos); avaliaram-se aspectos clínicos e funcionais por meio dos escores Constant e UCLA; fez-se, em seguida, a análise estatística dos resultados, adotando-se a relevância quando $p<0,05$. Não foi evidenciada relevância estatística para recuperação funcional do membro e melhora da dor pós-operatória. Apesar da não obtenção de um período necessário para seguimento dos pacientes após o evento cirúrgico, evidenciou-se, diante de ampla revisão na literatura, que a funcionalidade do membro, geralmente, estabelece-se com cerca de 6 meses, após a cirurgia. Mas, mesmo com a melhora funcional, em cerca de 2 anos, ainda podem ocorrer eventos de re-ruptura do complexo. Sendo assim, não é necessário longo acompanhamento para os pacientes submetidos à correção cirúrgica, o que deve ser feito principalmente em momento mais crítico, após a cirurgia, não acarretando perda da funcionalidade caso seja encerrado de forma precoce.

Palavras-Chave: lesões do manguito rotador; reparo artroscópico; tempo de acompanhamento.

TERAPIA CELULAR COM CÉLULAS-TRONCO MESENQUIMAIS EM ÚLCERA DE CÓRNEA PROFUNDA EM CÃES

Victor Moraes Amorim – CEUB, PIC Parceiros – BIOCELL, aluno voluntário
victor.amorim@sempreceub.com
Carlos Alberto da Cruz Júnior – CEUB, professor orientador
carlos.junior@uniceub.br
Patrícia Furtado Malard – BIOCELL, colaboradora
patricia@biocell.com.br
Hilana dos Santos Sena Brunel – BIOCELL, colaboradora
lanasena@gmail.com

A úlcera de córnea consiste na lesão do tecido epitelial da córnea, o qual tem a função de proteger o olho contra o meio externo. É uma das doenças oculares mais comuns nos pequenos animais e, se não for tratada de forma adequada, pode levar à perda de visão do animal. O tratamento atual para a úlcera pode ser realizado de forma clínica, com colírios, ou cirúrgica, com enxertos ou cobrimento da lesão com a pálpebra e a conjuntiva. As células-tronco mesenquimais (CTM) produzem fatores parácrinos (citocinas e fatores de crescimento), que apresentam propriedades anti-inflamatórias, imunomoduladoras, antifibróticas e estimulam a multiplicação celular, tornando-se possível alternativa ao tratamento da úlcera de córnea. Neste trabalho, acompanhou-se um caso de úlcera de córnea profunda em uma cadela SRD que não respondeu ao tratamento clínico com colírios e não estava apta a submeter-se à cirurgia. O animal foi encaminhado para a Bio Cell Terapia Celular, onde foi realizada a terapia com CTM, com aplicação de $4x10^6$ de células derivadas de tecido adiposo por meio de instilação ocular e via subconjuntival. Após o tratamento, o animal apresentou melhora nos sinais clínicos e na cicatrização completa após 14 dias do tratamento, com pouca formação de tecido cicatricial. Os fatores parácrinos da CTM, possivelmente, atuaram na estimulação da multiplicação celular e na inibição da inflamação crônica, impedindo a formação do tecido cicatricial. Concluiu-se que, no caso avaliado, o uso de CTM auxiliou a cicatrização da úlcera de córnea profunda.

Palavras-Chave: cicatrização; citocinas; efeito parácrino.

ANAIS DO

EnCUCA21

PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
PIC VOLUNTÁRIO 2020/2021

CNPq fapdf CEUB

A INFLUÊNCIA DA VEGETAÇÃO URBANA NA QUALIDADE DO AR E SEU REFLEXO EM DOENÇAS RESPIRATÓRIAS EM ÁREAS DO DF

Gabrielle de Oliveira Brito – CEUB, PIC Voluntário Arquitetura e Urbanismo, aluna voluntária
gabrielle.brito@sempreceub.com
Leticia Meireles Neiva – CEUB, PIC Voluntário Arquitetura e Urbanismo, aluna voluntária
leticia.meireles@sempreceub.com
Gustavo Alexandre Cardoso Cantuaria – CEUB, professor orientador
gustavo.cantuaria@ceub.edu.br

O mundo vive a industrialização de forma acelerada. Por consequência, acontecem os inchaços nas cidades, e, cada vez mais, a vegetação está deteriorada. Como resultado, o organismo humano está intolerante à qualidade do ar, gerando problema na saúde pública. A qualidade do ar está diretamente ligada à vegetação. Ademais, o clima de Brasília é seco e chuvoso, e, durante o período de falta de umidade, a grama morre, e o pó no ar aumenta. Logo, problemas de saúde, como asma, alergias e outros, são frequentes durante essa época do ano. Em razão dessas problemáticas, o projeto de pesquisa tem como objetivo compreender o grau de influência da vegetação urbana na qualidade do ar e apresentar soluções para minimizar doenças respiratórias no Plano Piloto e nas áreas do DF. Para tanto, utiliza-se o método de análise e compilação de dados mediante gráficos, tabelas, mapas e estatísticas, acompanhados da sobreposição de dados e derivações para buscar conclusões. Assim, observa-se que a extensão de cobertura arbórea-arbustiva urbana por habitante é maior nas regiões administrativas mais ricas, como Park Way, SAI, Lago Sul, Lago Norte e Jardim Botânico. Em contrapartida, regiões administrativas, como Varjão, Samambaia, Recanto das Emas, Ceilândia e São Sebastião, apresentam um déficit no gráfico de extensão da cobertura arbórea-arbustiva por habitante, gerando mais riscos de doenças respiratórias para essa população. Pela intensa industrialização, o uso de veículos motorizados aumenta de forma caótica, e esse é um dos principais responsáveis pela poluição do ar. Assim, as pessoas que moram em locais com vias movimentadas por veículos motorizados são mais propensas a ter doenças respiratórias, e o risco aumenta se o local não for bem arborizado. Diante do exposto, as soluções encontradas apontam que a presença de vegetação reduz os níveis atmosféricos de monóxido de carbono e outros poluentes. Desse modo, a adoção de um sistema de planejamento urbano, com o objetivo valorizar as funções ambientais da vegetação, contribui para melhorar a qualidade do ambiente sustentável. Conclui-se que a vegetação tem importante papel na saúde respiratória de toda a população e deve ser mais presente nas cidades.

Palavras-Chave: qualidade; ar; cidade; vegetação; poluição.

A INFLUÊNCIA MICROCLIMÁTICA DA VEGETAÇÃO NA ESCALA RESIDENCIAL DE BRASILIA

Bruna de Sousa Cardoso – CEUB, PIC Voluntário Arquitetura e Urbanismo, aluna voluntária
bruna.cardoso@sempreceub.com
Gustavo Alexandre Cardoso Cantuaria – CEUB, professor orientador
gustavo.cantuaria@ceub.edu.br

É possível constatar o aumento da temperatura no Distrito Federal, nas últimas décadas, de acordo com a observação do doutor em geologia e professor da Universidade de Brasília, Gustavo Macedo de Mello Baptista, que estudou o assunto. Isso se deve ao fenômeno chamado *ilhas de calor*, diretamente associado ao meio urbano. Tal fenômeno caracteriza condições microclimáticas em que a umidade relativa do ar está mais baixa que a temperatura, provocando alteração na velocidade dos ventos, entre outros condicionantes. O resultado da pesquisa pontua a presença da vegetação como um elemento importante para amainar a temperatura e a umidade relativa do ar, pois aplaca a maior parte da radiação solar nas edificações, gerando o resfriamento passivo por sombreamento e evapotranspiração, diminuindo tanto as temperaturas internas quanto as externas. Esse fenômeno pode variar em intensidade, de condições meteorológicas, localização, fluxos de energia e morfologia urbana, pontuando a presença da vegetação como um elemento importantíssimo na geração de microclimas. As áreas com vegetação amenizam e refrescam a temperatura ao seu redor, mediante a evapotranspiração, que converte a energia solar em água no estado gasoso, mantendo a temperatura do ar mais atenuado. A vegetação também possibilita a criação de microclimas mediante o sombreamento, que é uma das principais funções da vegetação urbana nas cidades de clima quente, pois protege as superfícies da radiação solar, mantendo-as mais frescas, reduzindo sua temperatura, além de suavizar a velocidade dos ventos. As folhagens da vegetação urbana, dependendo da densidade, da extensão, da copa e da espessura, podem diminuir grande parte da radiação solar, por conter baixo índice de reflexão, absorvendo parte da insolação direta. Como resultado, a Asa Sul apresenta temperaturas mais amenas com diferença de até 3°C (2018) a menos, em comparação com a da Asa Norte, consequentemente mais aquecida. A Asa Sul contém 4,2 milhões (m²) de área verde, ciclovias e um lago, que favorecem o resfriamento passivo. A influência microclimática da vegetação na escala residencial de Brasília mostra que áreas com pouca vegetação não desfrutam das melhorias no microclima gerado pela vegetação. O modo como concebemos o urbano é, sem dúvida, o maior pivô das mudanças microclimáticas.

Palavras-Chave: Distrito Federal; vegetação urbana; ilhas de calor.

ANÁLISE QUANTITATIVA SOBRE INTERVENÇÕES PSICOLÓGICAS JUNTO À POPULAÇÃO PEDIÁTRICA EM CONTEXTO DE HOSPITALIZAÇÃO

Ana Júlia Gonçalves Paula da Silva – CEUB, PIC Voluntário Psicologia, aluna voluntária
annajulia@sempreceub.com
Júlia Emanuelle da Silva Viana – CEUB, PIC Voluntário Psicologia, aluna voluntária
julia.sviana@sempreceub.com
Marina Kohlsdorf – CEUB, professora orientadora
marina.kohlsdorf@ceub.edu.br

A psicologia pediátrica visa cuidar da saúde de crianças, adolescentes e seus familiares, tratando e prevenindo transtornos que afetam a saúde mental. Este estudo tem como objetivo aprofundar-se sobre a atuação dos profissionais na área hospitalar pediátrica e conhecer as situações vivenciadas pelos pacientes e seus familiares durante o período de hospitalização, descrevendo e analisando as principais queixas, o tempo de internação, as principais doenças, o que os auxilia durante o tratamento, assim como o que pode atrapalhar. Trata-se de um estudo misto, composto por uma revisão do tipo sistemática de literatura de 976 artigos referentes à pediatria de revistas brasileiras e uma análise quantitativa sobre intervenções psicológicas, junto à população pediátrica, em contexto de hospitalização. A maioria dos pacientes são do sexo masculino; quase a metade da amostra tem em torno de dois anos de idade; mais da metade recebe visitas e possui pais e/ou responsáveis com empregos formais; as mães são as cuidadoras principais na maior parte dos casos. A maioria das adesões foram satisfatórias. As estratégias utilizadas contra os estressores foram a religiosidade e o suporte social. Mais da metade dos pacientes encontra-se em condições socioeconômicas de risco, por estar exposta a situações, como uso de drogas e comunidades violentas. Conclui-se que a psicologia pediátrica tem grande importância para auxiliar o enfrentamento da população pediátrica em contexto de hospitalização.

Palavras-Chave: psicologia pediátrica; crianças; adolescentes; hospitalização.

CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA: AS MUDANÇAS POR CATEGORIA PROFISSIONAL

Leticia Isabela Lindolfo Araújo – CEUB, PIC Voluntário Psicologia, aluna voluntária
leticia.isabela@sempreceub.com
João Gabriel Nunes Modesto – CEUB, professor orientador
joao.modesto@ceub.edu.br
Marina Kohlsdorf – CEUB, professora coorientadora
marina.kohlsdorf@ceub.edu.br

A percepção sobre as características do trabalho é constantemente modificada no desenvolvimento de cada carreira profissional. Assim, o que é mais ou menos relevante para um indivíduo se adapta com o tempo, no seu contexto e varia de carreira para carreira. A comparação das características do trabalho entre categorias profissionais e estágios permite o investimento nas características mais influentes (i.e. centrais em uma rede), para cada categoria, em cada estágio. Estes aspectos norteiam o objetivo geral do presente estudo, que descreve a mudança na centralidade de características do trabalho, em função da categoria profissional (*pink collar, white collar* e *blue collar*) e do estágio na carreira. Para o alcance desse objetivo, participaram da pesquisa, ao menos, 300 sujeitos por categoria profissional da Secretaria de Educação do Distrito Federal, em diferentes estágios de carreira. A avaliação das características que compõem as diferentes categorias do trabalho pode contribuir para que se formulem soluções para incrementar e equilibrar a relação entre capacidade e demandas do trabalho. Como instrumento, foi aplicada a versão brasileira do WDQ. As variáveis de variedade e habilidade de resolução de problema e *feedback* do trabalho aparecem em todas as três categorias profissionais e em todos os estágios na carreira, de forma central. Portanto, os dados obtidos possibilitaram observar uma relação estabelecida pelo contexto temporal que insere os trabalhadores com as características do trabalho levantadas, demonstrando que, apesar de essas categorias terem singularidades, os trabalhadores, de maneira geral, podem valorizar, em suas carreiras, atributos similares no ambiente organizacional.

Palavras-Chave: carreiras; estágios; categorias profissionais; características do trabalho.

CORRELAÇÃO ENTRE IDEAÇÃO SUICIDA E QUALIDADE DE VIDA ENTRE DIABÉTICOS DO TIPO 2 NA PANDEMIA

Camila Carvalho Furtado – CEUB, PIC Voluntário Psicologia, aluna voluntária
camila.carvalhof@sempreceub.com
Sérgio Henrique de Souza Alves – CEUB, professor orientador
sergio.alves@ceub.edu.br

A mudança de rotina proporcionada pela pandemia da COVID-19 impactou a saúde mental e o tratamento do diabetes do tipo 2, aumentando fatores de risco relacionados ao tratamento da doença. A qualidade de vida também está relacionada com os tipos de estratégias de enfrentamento que a pessoa emprega diante das adversidades. Este trabalho tem como principal objetivo verificar a relação entre qualidade de vida e ideações suicidas entre diabéticos do tipo 2, tendo uma variável relevante, a pandemia. Foram aplicados virtualmente os questionários SF-36 e QIS, cujos resultados foram descritos a partir da correlação com o coeficiente linear de Pearson. A maioria dos fatores do SF-36 apresentaram forte correlação inversamente proporcional ao do QIS. Tratar de uma doença crônica é bastante desafiador, e acredita-se que a ocorrência da pandemia possa ter intensificado os desafios, interferindo na saúde e na qualidade de vida dos diabéticos. Estudos realizados no Brasil indicam que, durante o período da pandemia, hábitos não saudáveis, tais como consumo de álcool e tabaco, sedentarismo e consumo de alimentos ultraprocessados, aumentaram, significativamente, entre a população adulta. A importância do cuidado à saúde, de forma integral, dos diabéticos reforça-se no contexto de pandemia, porém, nesse período, ocorreram mudanças sobre a atenção do sistema de saúde, prejudicando o acesso ao serviço de saúde e a medicamentos, aumentando os fatores de risco. Esse reflexo pode ser observado nas respostas aos questionários, cujos resultados das correlações entre fatores da qualidade de vida e ideação suicida, em sua maioria, são inversamente proporcionais e de forte significância estatística. Em outras palavras, a maioria dos participantes apresentou uma percepção negativa em relação à qualidade de vida e maiores índices de ideação suicida. Nesse sentido, percebem-se as mudanças negativas presentes principalmente no estilo de vida dos adultos, durante a pandemia, por isso torna-se indispensável a adoção de políticas públicas para atender questões relativas à saúde. Mesmo em um período atípico, medidas de proteção e prevenção contra as doenças crônicas não podem ser interrompidas, e a população deve permanecer assistida.

Palavras-Chave: DM2; ideação suicida; qualidade de vida; pandemia.

DESENVOLVIMENTO E VALIDAÇÃO DE UMA ESCALA SOBRE BARREIRAS À ADESÃO AO TRATAMENTO DE DOENÇAS CRÔNICAS

Ana Clara Rodrigues – CEUB, PIC Voluntário Psicologia, aluna voluntária
ana.clarar@sempreceub.com
Lorena Gonçalves Rodrigues – CEUB, PIC Voluntário Psicologia, aluna voluntária
lorena.goncalves@sempreceub.com
Marina Kohlsdorf – CEUB, professora orientadora
marina.kohlsdorf@ceub.edu.br

As doenças crônicas são conhecidas por terem uma forma de tratamento prolongado ou para a vida inteira. Nesse contexto, a aderência ao tratamento de pessoas com condição crônica pode ser influenciada por fatores sociais, culturais e econômicos. Assim, a presente pesquisa tem como objetivo principal a construção e a validação de um instrumento para análise das barreiras à adesão ao tratamento de pessoas com algum tipo de condição crônica. Além disso, os objetivos específicos são investigar as barreiras existentes para pessoas com doenças crônicas e compreender quais são as consideradas mais ou menos significativas em nível de dificuldade, no processo do tratamento. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética do CEUB e da FEPECS a partir do parecer n° 4.257.861, CAAE n° 36217720.3.0000.0023. Realizou-se a revisão bibliográfica de 220 artigos que serviram como base para a criação dos itens do formulário com 105 perguntas no total. Os resultados mostraram que os itens com maior porcentagem no quesito *nada difícil* foram: “Compreender como se deve tomar a medicação, as doses e os horários corretos” (78,9%); “Entender a razão ou a importância dos remédios” (77,1%); “Relacionar-se bem com os profissionais de saúde que realizam seus exames” (70,1%); “Tomar seus remédios na frente de outras pessoas” (67,9%). Os itens que apresentavam maior porcentagem no quesito *totalmente difícil* foram: “Pensar que esse tratamento durará a vida toda ou um período muito longo” (27,6%0); “Pensar que seria portador(a) dessa doença” (22,7%). A percepção do indivíduo quanto às decisões que toma ao longo da vida, de acordo com os resultados encontrados, levanta uma questão sobre as necessidades do tratamento, como a compra de medicamentos, o comparecimento às consultas e a alimentação. A percepção para identificar exigências do tratamento pode ser vista como a tentativa em estruturar as próprias estratégias e necessidade, mostradas pelo alto índice de pessoas que selecionaram o fato do controle da própria vida ser “nada difícil” ou “pouco difícil” com maior intensidade. O estudo contém limitações, como o baixo número de participantes. Recomenda-se que, em pesquisas futuras, haja um número maior de participantes e questionários com itens mais objetivos.

Palavras-Chave: doenças crônicas; adesão ao tratamento; qualidade de vida.

HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL NO BRASIL: A QUESTÃO QUALITATIVA DOS PROJETOS ARQUITETÔNICOS POPULARES

Giovanna Nascente Neradil Freitas – CEUB, PIC Voluntário Arquitetura e Urbanismo, aluna voluntária
giovanna.freitas@sempreceub.com
Gustavo Alexandre Cardoso Cantuaria – CEUB, professor orientador
gustavo.cantuaria@ceub.edu.br

O problema habitacional decorre do aumento da industrialização e do inchamento das cidades e é agravado com a falta de políticas públicas e as iniciativas que busquem a melhora da qualidade das habitações sociais. Dessa forma, a arquitetura e o urbanismo tornam-se um fator primordial na renovação e na construção de novas chances de moradias dignas e igualitárias para a sociedade. Esta pesquisa tem como objetivo analisar e comparar a criação, a implantação e a qualidade das habitações sociais no Brasil, especialmente o programa Minha Casa, Minha Vida, com as habitações premiadas com Pritzker de Alejandro Aravena e de Balkrishna Doshi, construídas no Chile e na Índia, respectivamente, além de compreender o contexto social em que se encontram e comparar as políticas urbanas e habitacionais que se tornaram referência no contexto internacional. O Programa Minha Casa, Minha Vida, criado em 2009, torna-se o objeto principal de análise, uma vez que tem grande relevância social, por ter contribuído na escassez de moradias para a população de baixa renda. Assim, primeiramente, são apresentadas as vidas profissionais e as influências de cada arquiteto. Ademais, por meio da história e da evolução das habitações sociais no Brasil, entende-se o panorama geral e os motivos que levaram à situação atual habitacional. Mediante a análise dos projetos em si, verifica-se a qualidade arquitetônica e os pontos positivos e negativos que marcaram a criação dessas obras. Por fim, a comparação tem o intuito de encontrar lacunas arquitetônicas e urbanísticas no programa Minha Casa, Minha Vida, que é alvo de diversas opiniões. Assim, o trabalho analisa, de forma crítica, as reflexões sobre o impacto que os conjuntos habitacionais geram na sociedade.

Palavras-Chave: habitação social; qualidade arquitetônica; moradia; programa Minha Casa, Minha Vida.

PROJETANDO MEMÓRIA: REPRESENTAÇÕES E EXPRESSÕES CULTURAIS DE BRASÍLIA

Maria Júlia Almeida de Araújo – CEUB, PIC Voluntário Arquitetura e Urbanismo, aluna voluntária
maju.124@sempreceub.com
Sávio Tadeu Guimarães – CEUB, professor orientador
savio.guimaraes@ceub.edu.br
Gabriella Carmona Granado Lima – CEUB, colaboradora
gabriella.carmona@sempreceub.com
Luiza Cassimiro Rêgo – CEUB, colaboradora
luiza.cassimiro@sempreceub.com

As memórias estão ligadas às experiências e às vivências que uma pessoa experimenta, ao visitar um lugar, ao comer e ao cheirar algo. Halbwach entende a força da memória coletiva como elemento essencial na preservação de um patrimônio. Assim, a pesquisa considera, mediante os princípios de Tilden – de que a interpretação é uma arte que se combina com muitas artes e que os objetos sejam científicos, históricos ou arquitetônicos – que a representação gráfica artística pode ser uma forma de educação patrimonial, por ter o objetivo de divulgar e fortalecer os vínculos da comunidade. Por isso, a equipe desenvolveu 20 representações de edifícios considerados bens materiais imóveis, com o intuito de estender o entendimento dessas obras que são, em sua maioria, residências para que sejam capazes de representar e captar a essência do urbano no fato espacial, que, em Costa, seria o terceiro nível de entendimento de uma cidade.

Palavra-Chave: representação gráfica; educação patrimonial; memória coletiva.

SUBJETIVIDADE SOCIAL DA FAMÍLIA INSERIDA NO CUIDADO DE PARENTES DIAGNOSTICADOS COM ALZHEIMER

Rafael Oliveira de Carvalho Mendes – CEUB, PIC Voluntário Psicologia, aluno voluntário
rafael.mendes@sempreceub.com.br
Valéria Deusdará Mori – CEUB, professora orientadora
valeria.mori@ceub.edu.br

Esta pesquisa busca compreender os processos subjetivos produzidos por um cuidador familiar de uma pessoa diagnosticada com Alzheimer, tendo como base a teoria da subjetividade desenvolvida por González Rey. Por conta dos objetivos deste estudo, foi utilizado o método construtivo-interpretativo, apoiando-se na epistemologia qualitativa, de González Rey, buscando uma produção singular e dialógica. Participaram desta pesquisa uma mulher de 74 anos e um homem de 69, ambos cuidadores de seus respectivos cônjuges. Foram realizados três encontros com cerca de uma hora cada um, mediante dinâmicas conversacionais. O trabalho viabilizou a elaboração de hipótese na qual se discute a importância do diagnóstico e a saúde do cuidador familiar.

Palavras-Chave: cuidador familiar; subjetividade; Alzheimer.

TRÍADE SOMBRIA, CORRUPÇÃO E PUNIÇÃO

Estevão Caputo e Oliveira – CEUB, PIC Voluntário Psicologia, aluno voluntário
estevao.caputo@sempreceub.com
João Gabriel Nunes Modesto – CEUB, professor orientador
joao.modesto@ceub.edu.br

A ocorrência disseminada da corrupção em diversos países e culturas denota a importância da compreensão do fenômeno e dos fatores psicossociais relacionados à prática do ato corrupto. O presente trabalho examina o fenômeno da corrupção a partir do modelo analítico da corrupção, de forma a identificar o papel de fatores intraindividuais do comportamento corrupto, relacionados aos traços do narcisismo, do maquiavelismo e da psicopatia, componentes da tríade sombria da personalidade (TS), avaliando o efeito moderador da percepção de punição nas relações estudadas. Os resultados demonstram que a percepção de punição apresenta relação negativa com a corrupção, portanto seu efeito moderador diminui a relação entre os traços da TS e a corrupção. Identificou-se que o maquiavelismo e o narcisismo exerceram efeitos diretos positivos na corrupção, não tendo sido identificado efeito significativo para a psicopatia. Além dos efeitos diretos, foi identificada a interação entre a percepção de punição e as dimensões do maquiavelismo e do narcisismo. A moderação da percepção de punição reduziu, significativamente, os efeitos dos referidos traços de personalidade na percepção de corrupção. O achado indica que os dois traços podem ser bons preditores para a prática da corrupção no contexto cultural brasileiro. A ausência de relação entre psicopatia e corrupção contrariou a hipótese de pesquisa e os resultados de estudos semelhantes realizados em outros países, indicando provável relevância do contexto cultural nas relações entre traços de personalidade e corrupção mediadas pela percepção de punição. Tal achado aponta que este traço da TS, a psicopatia, pode ter papel específico e diferente na cultura brasileira. O trabalho inaugura uma linha de investigação para a psicologia social no Brasil, abrindo espaço para que novas pesquisas possam ser realizadas, depurando-se as limitações metodológicas ou refutando resultados, traçando outros contextos, em especial, relacionados à cultura e definindo diferentes recortes do fenômeno.

Palavras-Chave: corrupção; tríade sombria; personalidade; punição.

UMA ANÁLISE DOS PROCESSOS SUBJETIVOS DE PSICOTERAPEUTAS DIANTE DAS MUDANÇAS DE CONTEXTO DURANTE A QUARENTENA: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS PARA A PRÁTICA PROFISSIONAL

Rodrigo Prata Mendes – CEUB, PIC Voluntário Psicologia, aluno voluntário
rodrigo.prata@sempreceub.com
Valéria Deusdará Mori – CEUB, professora orientadora
valeria.mori@ceub.edu.br

O presente estudo reflete sobre as dificuldades da atuação dos psicoterapeutas durante a pandemia da COVID-19 e as novas perspectivas e desafios para a profissão, mediante a teoria da subjetividade, em um viés histórico-cultural. A pesquisa foi elaborada a partir do método construtivo-interpretativo e teve a participação voluntária de três psicólogos. O tempo de atuação de uma profissional era mais longo enquanto os outros dois eram recém-formados. Foi discutida a transição da clínica presencial para o formato *online*, as mudanças no processo psicoterapêutico, a vacinação dos profissionais de saúde e como o contexto pandêmico alterou as perspectivas dos pacientes e dos terapeutas a respeito da psicoterapia. Percebeu-se que o caráter dialógico e o auxílio da tecnologia na comunicação à distância viabilizam o atendimento psicológico *online* e ampliam seu alcance. Assim, essa modalidade da prática pode beneficiar o processo psicoterapêutico de diversas formas, constituindo nova maneira de responder às necessidades da pessoa em psicoterapia. Por conseguinte, nos últimos anos, com o surgimento de novos recursos, houve crescente mudança na visão dos psicoterapeutas, quanto ao emprego da internet no auxílio aos serviços psicológicos e na possível realização do atendimento virtual. Assim, fez-se necessário o compromisso ético dos psicólogos nos serviços *online* e, portanto, a regulamentação por parte do Conselho Federal de Psicologia, a fim de garantir a ética e orientar os trabalhos prestados. As dificuldades nesse acompanhamento psicoterapêutico variam quanto à plataforma utilizada, mas deve-se considerar que muitas são novas e diferentes do formato habitual de prática da psicoterapia ainda mais diante do contexto pandêmico. Logo, o profissional deve ser capaz de avaliar suas competências para exercer o atendimento nesse formato. Ademais, com a pandemia da COVID-19, essa modalidade de terapia tornou-se o principal método de muitos profissionais e requereu ajustes em sua regulamentação. Os desafios encontrados para os profissionais de saúde, nesse momento, são inúmeros e necessitam de ser investigados, visto que a terapia *online* é considerada uma realidade do presente e do futuro da profissão, não incorrendo, porém, no fim da modalidade presencial.

Palavras-Chave: subjetividade; psicoterapia; perspectivas; pandemia; desafios.